



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Ricardo Tadeu Penitente Genelhú

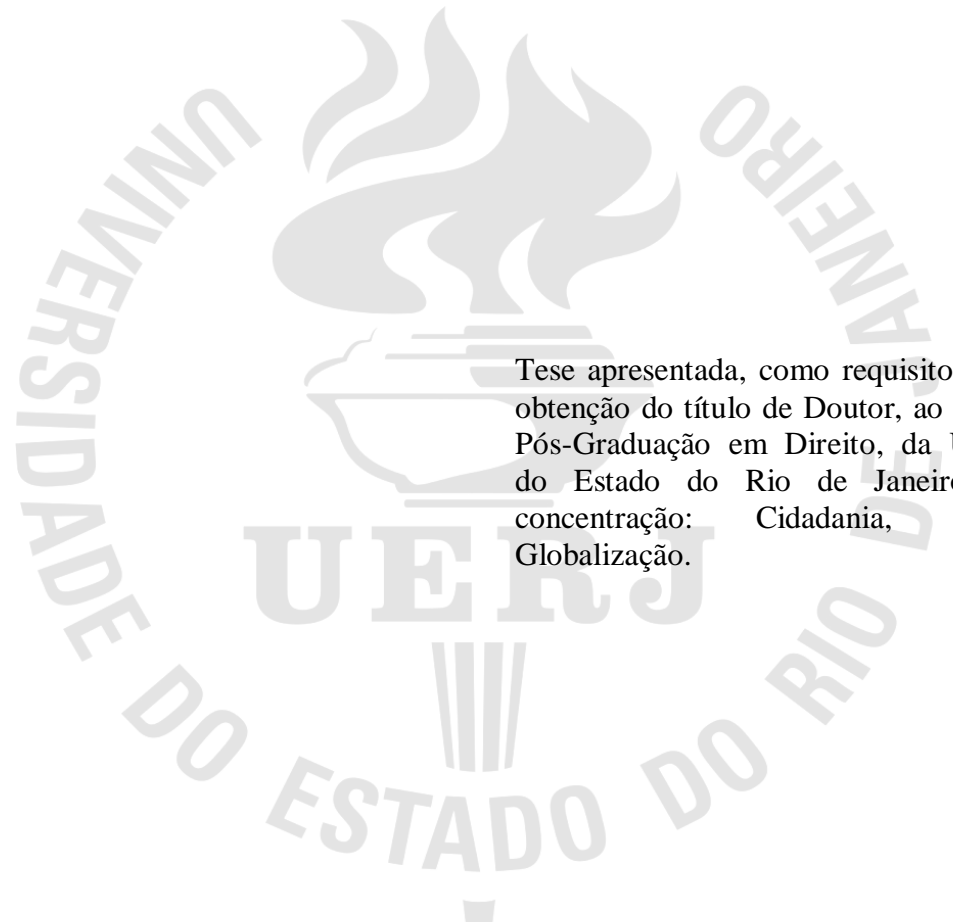
**Do discurso da impunidade à impunização: o sistema penal do capitalismo
brasileiro e a destruição da democracia**

Rio de Janeiro

2015

Ricardo Tadeu Penitente Genelhú

**Do discurso da impunidade à impunização: o sistema penal do capitalismo brasileiro e a
destruição da democracia**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista.

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

G326 Genelhú, Ricardo Tadeu Penitente.

Do discurso da impunidade à impunização : o sistema penal do capitalismo brasileiro e a destruição da democracia / Ricardo Tadeu Penitente Genelhú - 2015.

496 f.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista.

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Impunidade - Teses. 2.Sistema penal - Teses. 3. Direito penal – Teses. 4. Pena (Direito) - Teses I. Batista, Vera Malaguti de Souza Weglinski. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 340

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ricardo Tadeu Penitente Genelhú

**Do discurso da impunidade à impunização: o sistema penal do capitalismo brasileiro e a
destruição da democracia**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Direito, da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Área de
concentração: Cidadania, Estado e
Globalização.

Aprovada em 11 de junho de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. ^a Dra. Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista (Orientadora)
Faculdade de Direito – UERJ

Prof. ^o Dr. Juarez Cirino dos Santos
Universidade Federal do Paraná

Prof. ^o Dr. Juarez Estevam Xavier Tavares
Faculdade de Direito - UERJ

Prof. ^o Dr. Maurício Stegemann Dieter
Universidade de São Paulo

Prof. ^o Dr. Nilo Batista
Faculdade de Direito – UERJ

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Para os que saborearam com a própria carne o fio cortante da seletividade.

AGRADECIMENTOS

À professora Vera Malaguti Batista, por suas *veracidades* criminológicas.

Ao professor Nilo Batista, pelo meu *batismo* criminológico.

Não creio no inferno, pois estou nele.

Jean-Nicholas-Arthur Rimbaud, Uma temporada no inferno.

RESUMO

GENELHÚ, R. T. P. *Do discurso da impunidade à impunização: o sistema penal do capitalismo brasileiro e a destruição da democracia*. 2015. 496 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2015.

Neste trabalho pretendemos demonstrar que a utilização da “impunidade” como suposto motivador criminal - seja como conceito, seja como conteúdo -, é equivocada na medida em que aquela não passa de um defeito funcional advindo do descompasso entre o programa criminalizador primário e a criminalização secundária, ainda que intermediada pela criminalização terciária (midiática). A consequência dessa paralaxe seria a migração léxica não só do verbete “impunidade” para o verbete impunização, senão a consideração de que essa não passa de um apontar de dedo político, útil ao sistema penal que, descaradamente, utiliza-se daquela desafinação para manter ou aumentar o seu poder punitivo. Para tanto, utilizamo-nos do método indiciário, haja vista não nos ser possível decifrar todas as causas e consequências que envolvem o “discurso da impunidade criminógena”, embora isso não nos tenha impedido de concluir que a seletividade inerente ao sistema penal, equivocadamente nomeada de “impunidade”, serve, em última medida, quando bem utilizada, como corretivo da voracidade do poder punitivo. Corretivo que, todavia, para exercer todo seu poder curativo, não pode continuar se valendo da própria seletividade, senão de uma redução do próprio poder punitivo.

Palavras-chave: Impunidade. Sensação. Seletividade. Poder punitivo. Impunização. Correção. Benefícios.

ABSTRACT

GENELHÚ, R. T. P. *The discourse of impunity to impunization: the penal system of brazilian capitalism and the destruction of democracy*. 2015. 496 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The intention with this work is to manifest that the use of “impunity” as a presumed criminal motivator – be it as an idea, be it as a content, is mistaken insofar as it is just a functional fault coming from the mismatch between the primary criminalizing program and the secondary one, despite mediated by the third (media repercussion). The implication of this parallax would be a lexical migration on not only the entry from “impunity” to “impunization”, but also the thought that the concept is merely a misuse of political intervention, useful to the criminal justice system, which, shamelessly, harnesses the maladjustment to keep or increase its punitive power. For this purpose, the evidentiary method was utilized in this work, as proved the impossibility to deciphering all the causes and consequences involving the discourse of “illegitimate impunity”. Although this does not prevent us from finding that the inherent selectivity to the criminal justice system, mistakenly called “impunity”, serves, as a latter measure, when it is effectively applied, as a method for correction for the voracity of the punitive power. In order to exert all of its curative power, this correction should not take advantage of its own selectivity, but a reduction of its own punitive power.

Keywords: Impunity. Feeling. Selectivity. Punitive power. Impunization. Correction. Benefits.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	MAL DITA, MAL VISTA: O(U) M(U)ITO D(E)A “IMPUNIDADE” (IMPUNIZAÇÃO?).....	21
2	HISTÓRIA DA “IMPUNIDADE” OU IMPUNIZAÇÃO HISTÓRICA?.....	109
3	IMPUNIZAÇÃO LINGUÍSTICA.....	151
3.1	Nem homógrafas, tampouco homófonas. A sensação de “impunidade”, a impunização sensacional e a impunização sensacionalista são parônimas.....	151
3.2	Existo, logo falo?.....	156
3.3	Para que uma boca tão grande?.....	159
3.4	Seis é diferente de meia dúzia. <i>The new deal</i> ortográfico punitivo no “imaginário coletivo”.....	162
4	IMPUNIZAÇÃO MATEMÁTICA, ECONÔMICA E ESTATÍSTICA.....	176
4.1	As combinações e os arranjos aritméticos sensacionais da impunização.....	176
4.2	Impunização estatística.....	201
4.3	Impunização contrabalançada?.....	216
4.4	Impunização em promoção.....	229
5	IMPUNIZAÇÃO FILOSÓFICO-ELETRÔNICO-ESTETICISTA-TEMPORAL.....	234
5.1	A mídia, a sensação de “impunidade”, a impunização sensacional e a impunização sensacionalista.....	234
5.2	A influência da estética do belo artístico na impunização sensacionalista.....	311

5.3	A permanência da impunização e a impunização dos punidos.....	313
5.3.1	<u>Pau que “nasce torto...”</u>	325
5.3.2	<u>“...nunca se endireita?”</u>	327
5.3.3	<u>Desgraça pouca é bobagem</u>	330
5.3.4	<u>Ré-incidência. O futuro do passado e do presente, de grego, embrulhado nos artigos 63 e 64, do Código Penal</u>	347
5.3.5	<u>Uma espetacularização da punição, sem <i>delay</i></u>	361
6	IMPUNIZAÇÃO QUÍMICA.....	384
6.1	Impunização deter-gente¹	384
7	IMPUNIZAÇÃO ANTROPOLÓGICA, ANTROPOFÁGICA OU ANTROPOLISFÁGICA?.....	397
7.1	Um arsenal obsoleto, mas perigoso	397
7.2	O fogo amigo	400
8	IMPUNIZAÇÃO ARQUITETÔNICA.....	406
8.1	A teoria das vidraças quebradas pelo vidraceiro preguiçoso e incompetente. Quem tem telhado de vidro não arremessa contra o dos outros ou para um bom entendedor, um pingo é letra	406
9	IMPUNIZAÇÃO GASTRONÔMICA.....	415
9.1	Pizza à moda do <i>chef</i>	415
9.2	Saindo uma pizza crua e quente diretamente do forno, no capricho	421
10	IMPUNIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	423
10.1	A acidentada, mas não acidental, geografia sensacional da impunização	423

¹ O hífen é adrede.

² FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. In coleção Tópicos. 9. ed. 2.

11	IMPUNIZAÇÃO AGROCLIMÁTICA.....	438
11.1	A preparação do terreno e a impunização sensacional.....	438
11.1.1	<u>O plantio sensitivo e a forquilha de goiabeira radiestésica.....</u>	443
11.1.2	<u>A fauna “daninha”.....</u>	446
11.1.3	<u>Os “defensivos” ofensivos.....</u>	448
11.1.4	<u>A colheita do “mal”.....</u>	453
	CONCLUSÃO.....	459
	REFERÊNCIAS.....	465

INTRODUÇÃO

Em *As palavras e as coisas*, obra publicada originalmente na década de sessenta, do século XX, MICHEL FOUCAULT inaugurou uma nova epistemologia.

Segundo ele, porém, antes do século XVII:

[...] a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos: foi ela que organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las. O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. E a representação – fosse ela festa ou saber – se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar.²

Se perto de 1520, chegou-se a acreditar que “a pintura tinha atingido o ápice da perfeição”³, mais tarde, todavia, vários artistas pretenderam superar essa ideia limitadora da *criatividade artística*.⁴

Empenharam-se numa pintura cheia de significado e sabedoria – tanta sabedoria, na verdade, que a obra permaneceria obscura, salvo para os mais doutos. Seus quadros quase pareciam quebra-cabeças pictóricos, só podendo ser resolvidos pelos que sabiam o que os eruditos do período acreditavam ser o verdadeiro significado dos hieróglifos egípcios e de muitos autores antigos quase esquecidos. ...Ainda outros queriam atrair a atenção fazendo suas obras menos naturais, menos óbvias, menos simples e harmoniosas do que as criações dos grandes mestres. Pareciam argumentar que essas criações eram de fato perfeitas – mas a perfeição nem sempre é interessante. Uma vez familiarizados com ela, deixa de causar qualquer excitação estética. Assim, visava-se agora ao surpreendente, ao inesperado, ao insólito.⁵

Como o *detalhe* e a *exceção* somente podem, ainda que *levemente*, emergir diante daquilo que é “diferente” do “normal” e do “harmonioso”, perante a suposta “perfeição” dos quadros então existentes no século XIX, mais precisamente entre 1874 e 1876, escondido sob um pseudônimo autoral e tradutorial, o médico italiano GIOVANNI MORELLI analisava a catalogação artística da pintura existente à sua época com um *método* que consistia em atribuir, adequadamente, a *autoria* pictórica autenticando o responsável pela sua confecção mediante a *evidenciação* dos seus *apanágios capilarizados mais dificilmente perceptíveis*,

² FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. In coleção Tópicos. 9. ed. 2. ti. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 23.

³ GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012, p. 361.

⁴ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 361.

⁵ GOMBRICH, E. H. *A história...*, pp. 361-362.

reconsiderados como *pistas* sensíveis o suficiente para descortinar a dicotomia entre uma obra “verdadeira” ou “falsa” e entre a sua “apocrifocidade” ou “inapocrifocidade”.

Desviando o olhar do que costuma saltar-lhe e atentando, *sobretudo*, para o que apenas parece, *ictu oculi*, desimportante, desvendou ele as peripécias artesanais *pessoais* que revelavam a *realidade histórica* da produção manufatureira de cada pretendente ou indigitado autor.

Preocupado mais com o *detalhe* do que com o volume conjuntural, o método morelliano destrinchava a *essência* do produto artesanal em detrimento da sua *aparência*, da sua estética. Interessava-lhe o que ele *tinha a dizer* e não o que ele *aparentemente dizia*.

Detectando detalhes inalcançáveis à maioria, pôde ele valorizar elementos capazes de reesquadrinhar a ordem vinculativa da fatura humana como “obra de alguém, e de quem”.

Não se deixando seduzir pela imagem completa e pronta que lhe preenchia o olhar, podia ele descobrir o que estava acantonado ou escondido por trás da última pincelada sobreposta, desconsiderada pela vontade dos demais olhares despreparados, porque já saciada *prima facie*.

Ad instar da influência exercida sobre Sigmund Freud, que a admitiu ao declinar como *reveladora* “a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais”⁶, fomos nós, também, seduzidos por esse *paradigma indiciário* que permite *descortinar* o rebotalho sonegado pelos maiores escombros ilógicos.

Por ele e com ele nos é interessante e possível tentar demonstrar que as observações biológicas lombrosianas (forma do lóbulo, envergadura da unha, dimensão craniana *etc.*), invertida sua análise, podem ser *simpaticamente* interpretadas a favor do observado retratado que, a partir de então, poderá ser considerado como alguém *positivamente valorável*, desde que se abandonem tradições ditas “culturais” que, interferindo e repetindo parcialmente o “senso comum”, como o fundo de uma tela, teimam em desprezar que *as características individuais da obra repetem ou estão condicionadas pelo artista que nelas imprime toda a sua carga ideológica*.

Nesses termos, a obra e suas personagens seriam um produto do meio experimentado pelo autor, decifrável pelos seus mais - ou mesmo que -, sinceros sinais exteriores.

⁶Apud GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. 4. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 149.

No nosso caso, evidentemente, o autor seria o empreendedor moral⁷ (ideólogo) responsável por rotular alguém com o adjetivo pejorativo de “impune”!

Arrimando-se nesses *detalhes* é que nos é possível tentar *prospectar* o que sobrou das ruínas dos garimpos explorados no subsolo do sistema penal à procura da “verdade” sobre a “impunidade”.

Através de *atalhos* e *percepções diagonais* detectamos que o tema da “impunidade” sempre esteve ofuscado por uma estética embolorada pela decantação, no tempo, de “sensações”, presunções e preconceitos contaminados por um *discurso* que não nos tem deixado entender que a sua *acreditação* somente tem sido possível graças à técnica da *diagnose* que tem *substituído a revelação real do problema pela sua suposta, frágil e enganadora aparência sintomática*.

Sintomatologicamente, ou melhor, *semiologicamente*, quanto ao tema da “impunidade”, deflagraram os *empreendedores morais* uma análise esquematicamente *indiciária* ao invés de *dedutiva*, passando-se *do específico para o todo*, e não o contrário.

Dessa forma se iniciou uma (re)construção, ou melhor, uma *restauração* da “impunidade” afirmando a sua “existência” mediante uma *inferência conglobante sintomático-reflexivo-expansiva de um ou outro caso* que, além de *natural* e *inevitável* ao sistema, tal qual ele está construído, é em toda medida até *desejável* sob pena de toda a população, criminalizável por excelência, ser encarcerada dentro de algum tempo.

A rigor, o mesmo *emblema* que *denota a punição* ou a *impunização* carrega consigo toda uma carga axiológica que deixa vestígios suficientes o bastante para *conotar* os *equívocos* ou os *excessos* naquela ou nesta.

Paradoxalmente, então, foram esses mesmos *indícios* que abasteceram os argumentos utilizáveis aqui contra a “impunidade” –equivocadamente considerada como algo diverso da *seletividade* –, na medida em que eles possibilitaram a *remontagem* escurteira e detalhada da atividade *degradante, estigmatizante e estereotipante* dos corpos que, socialmente moribundos, arrastadamente sulcaram a trilha agora rastreada.

Apesar de MICHEL FOUCAULT haver consignado que “não há semelhança sem assinalação”⁸, as mesmas *sinalizações*, as mesmas *marcações* que, passadas de geração a geração, permitiram aos dominantes condensar e tentar camuflar sua atividade rotulatória *seletiva* em prejuízo dos *desviantes evidenciados* foram por nós utilizadas para detectar a

⁷ BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2008, pp. 151 e 153.

⁸ FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 36.

presença velada da sua tecnologia *randômica*, inescandível na medida em que a sua *arbitrariedade*, de tão curta e de tão raze, não consegue guardar toda a sua incoerência, vazando *tra le dita* a ponto de demonstrar que a famigerada “semelhança” entre os “impunidos” não passa de um *engodo*.

A mesma luz que denuncia a presença ilumina a vereda!

A partir do momento em que fomos eleitos, ainda que involuntariamente, também *observadores participantes* desse espetáculo *sádico* envolvendo a “impunidade” nos foi possível aprender e apreender as estratégias dos nossos *algozes morais* que, *fissurados* em sua estrutura, não puderam mais esconder que a sinalização que *estigmatiza* os “impunes” é a mesma que os *diferencia* e *destaca* de outros que, *apesar de desviadamente semelhantes*, *estranha e incoerentemente não carregam o emblema de “impunidos”*.

Comparativamente, portanto, essa *ilogicidade indiciarizadora* (*o que é bem diferente de indiciária*), advinda da *arbitrariedade*, da *randomicidade*, da *fortuidade* e da *seletividade* do sistema penal desperta em nós uma centelha que detona a (ainda que mera) possibilidade de acreditarmos em uma realidade conscientemente não experienciável, diversa da fabulação a nós diretamente compelida pela mídia.

Com isso nos é possível perceber que a “realidade” sobre a “impunidade”, na qual acreditávamos contribuir como meros *observadores participantes*, não passa de uma *fantasia* onde somos dispostos como *participantes observados*, pelo menos por enquanto.

Não é a história da “impunidade”, portanto, uma *narrativa*, senão uma *dissertação* redigida por *empreendedores morais* que agem com certa liberdade *inventiva* a ponto de tomar a *nuvem por Juno*, é dizer, *a parte pelo todo*, homogeneizando e pasteurizando os *escolhidos* que não puderam escapar das armadilhas em torno de um discurso que vem convencendo.

É por isso que, mediante *induçãoes*, tem sido “possível” aos empreendedores morais emitir frases *generalizadoras* do tipo “o Brasil é o país da impunidade” ou “o problema deste país é a impunidade”.

Estranhamente, porém, como o “discurso da impunidade” se modifica de acordo com a sua conveniência, a *predição*, a *adivinhação* (dirigida para o futuro) de que algumas pessoas *previamente marcadas*, mesmo antes de incorrerem em qualquer *desvio tornado público*⁹,

⁹ Exemplarmente, MALINOWSKI, B. *Crime e costume na sociedade selvagem*. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2008, pp. 63 e 64: “Eu estava diante de um crime sério. [...] [todavia] A opinião pública não foi afrontada pelo conhecimento do crime em nenhum grau, nem reagiu diretamente – teve de ser mobilizada por uma declaração pública do crime e pelos insultos dirigidos pela parte interessada ao culpado. Mesmo assim, este teve de assumir o castigo. Portanto, a ‘reação do grupo’ e a ‘sanção sobrenatural’ não foram os princípios que atuaram. Depois

remanescerão “impunes” *não é incompatível* com a *decifração* (voltada para o passado) de que elas, justamente por restarem “impunes”, incidiram em algum *desvio publicamente denunciado*, pouco importando *qual seja ele!*

Se um “crime” foi cometido alguém, inevitavelmente, precisará restar “impune”, e se há um perigo evitável ou um dano penalizável alguém precisará, necessariamente, ser o culpado, e vice versa!

Em ambos os casos o *paradigma discursivo implícito* esconde a real intenção dos dominantes, condizente com a tentativa de reiterar um procedimento de exclusão-inclusão *complementar* da criminalização (“impunidade” dita consequente da criminalização frustrada ou “impunidade derivada”) ou *sobressalente* dele (criminalização pela impunização ou “impunidade originária”).

Como o diabo fabrica a panela, mas se esquece da tampa, os elementos que se antagonizam dentro da dança da “impunidade”, bailando inexplicavelmente entre a punição de um e a impunização de outro desvio equivalente (um roubo que é punido e outro que não é, praticados pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes), acabam respingando para fora do circuito penal, transbordando através de evidências que pelo menos nos fazem, ou melhor, autorizam-nos a acreditar que há algo azedo, cheirando mal no “discurso da impunidade”.

De igual modo, a afirmação de que a “impunidade” incentiva a prática de “crimes” *realça indiciariamente a incoerência envolvida no seu discurso* na medida em que outros ouvintes, “fingindo” não escutá-lo, *com ele não se sensibilizam!*

Também não deixa de ter um sabor amargo a percepção, ainda que superficial e latente, de que o Brasil experimenta um *enegrecimento prisional*, acentuado, *paradoxalmente*, pelas mensagens midiáticas dirigidas em desfavor da absolvição de agentes políticos expiatórios.

Até hoje a *plasticidade do paradigma indiciário* permitiu sua utilização “científica” pela medicina e pelo direito, seja *ex ante* ou *ex post*, “adivinhandando (prognóstico)” ou

de sondar a questão com maior profundidade e reunir informações concretas, verifiquei que a quebra da exogamia – no que diz respeito a relações sexuais e não a casamentos – não é de modo algum ocorrência rara e que a opinião pública é condescendente, decididamente hipócrita. Se o caso é mantido às escondidas, guardando certo decoro, e se ninguém cria problema, a ‘opinião pública’ bisbilhotará, mas não exigirá nenhum castigo rigoroso. Se, ao contrário, irrompe um escândalo, todos se voltam contra o casal culpado e, pelo ostracismo ou pelos insultos, um ou outro poderá ser levado ao suicídio.” Bem como, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 24, 41, *in fine*, 42 e 129: “Se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele. [...] Um dos passos mais decisivos no processo de construção de um padrão estável de comportamento desviante talvez seja a experiência de ser apanhado e rotulado publicamente de desviante. [...] a imposição ocorre quando aqueles que querem a regra imposta levam a infração à atenção do público; uma infração não pode ser ignorada depois que é tornada pública. Em outras palavras, a imposição ocorre quando alguém delata.”

“interpretando (diagnóstico)”, respectivamente, quem cometerá algum “crime” ou restará “impune”, ou decidindo quem “cometeu” e quem “será ou não punido”.

Os aparelhos médicos e, ou, jurídicos que perscrutavam o corpo e a vida do *analisado* marcavam o seu destino, autorizando o rastreio mediante o uso de um *contraste* que *sinalizava imageticamente os escolhidos (seletividade positiva)*, e os *não escolhidos (seletividade negativa)*.

Reparando e (des)valorizando *um detalhe ou outro*, como o *trejeito*, a *indumentária*, o *andar*, o *dialeto*, a *cor da pele*, a *ocupação laboral*, *indicia* o sistema penal certas pessoas, inclusive *literalmente* (Livro I, Título II, do CPP), passando, não somente a partir de então, a considerá-las, *indelevelmente*, culpáveis, condenáveis e puníveis.

Essa natureza *indiciária* do sistema penal “outorga-lhe” e “permite-lhe” presumir a existência de elementos que, acaso realmente presentes, poderiam, se devidamente analisados, afastar dialeticamente a premissa montada sobre a afirmação de que “se há perigosos, há crimes e se há crimes, há culpados”.

Se outrora o método morelliano e o galileano digladiavam-se disputando a competência solucional das questões, há tempos tem o sistema penal, através de oxímoros, conseguido “conjuguar e compatilizar” ambos - embora com gradual prevalência do primeiro -, permitindo a coexistência da *casualidade conjetural individualizante* daquele com a *avolumação e a repetição da estigmatização*, como “*impunidos*”, *de uns e não de outros*, deste.

Indiretamente, portanto, tem o sistema penal definido como reais certas consequências, ou não consequências (“impunidade”), tão somente considerando reais as situações que, em tese, precedem-nas.

Por outro lado, partindo de prognósticos homogeneizantes pautados por *profecias* que se *autorreciclam*, tenta o sistema penal cumprir uma agenda criminalizante que tem hora e dia certos para falir.

De tão *evidente*, sua ruína se torna *ilógica e absurdamente inacreditável*, passando qualquer fissura, desde esse instante, a ser creditada em (des)favor de alguma “engenharia periculosa” do “impunido”, cuja expiação (antídoto) é o que entregará certa “coerência e estabilidade plausíveis” ao problema, convertendo-o em uma questão que “pode ser resolvida” meramente punindo-se o “único culpado lógico”.

Em toda medida, a *dimensão de pertinência* entre os *indícios* e a *autoria* da obra criminalizada (a personagem retratada no quadro) é extraída de *suposições precedentes* - arriadas em situações ditas análogas -, transferidas à questão desviada subsequente por um

processo que *substitui* - porque considerado repetitivo o suficiente a ponto de ser prescindível sua reconstrução -, *a reconstituição por provas*.

Ou seja, se no local do evento “criminoso” há um afrodescendente provavelmente é ele o culpado, e se ele é o provável culpado é ele, mais provavelmente ainda, quem deve ser condenado, ou, se foi ele condenado, mas não punido, a ele se deve “a culpa pela dimensão exagerada alcançada pelo impunidade no país”, embora, paradoxalmente, “*seja sabido o porquê de não ser à toa que as cadeias estão abarrotadas de negros pobres, haja vista serem eles, sempre, os (maiores) criminosos*”.

Por esse viés já é possível perceber a viragem atécnica na captação dos detalhes da *obra desviante tornada pública* composta pelo *redirecionamento* da *presunção* da sua “autoria” (“personificação”), passada à *presunção da própria presunção*, é dizer, da *presunção dos próprios detalhes, dos próprios indícios*.

Como essa decifração da “impunidade” foi usurpada pelas ciências médica e jurídica o *olhar clínico*, ou seja, o *olhar técnico* se converteu em um *olhar de conhecimento*, inspirador, portanto, de “respeito” e “acatamento” pelos leigos que dele não ousam desconfiar.

Porque a *obra desviante tornada pública* é transformada em - ou melhor, é captada como -, *obra tosca*, pode ela, em razão da sua suposta *facilidade reprodutiva (cotidianidade inevitável)*, ser *repetida pasteurizadamente*, permitindo ao olhar clínico-conhecedor, de consequência, sobre ela debruçar-se *indistinta e indolentemente* como se se tratasse de mera cópia que, “*embora aparente repetir a autoria, a conduta e as consequências, o que lhe permite uma economia processual penal (se a maioria da população carcerária é negra e pobre, os próximos crimes serão cometidos por negros pobres)*”, em tudo pode destoar da original.

Trabalho esse facilitado pelo fato de que - por uma *emulação forçada* a ponto de, na questão penal, confundir-se com uma *analogia simpática*: “O semelhante [acaba] envolve [envolvendo] o semelhante, que, por sua vez, o cerca e, talvez, será novamente envolvido por uma duplicação que tem o poder de prosseguir ao infinito.”¹⁰

Com isso, o destino de alguém reputado “impunido” *reverberará* o destino de *todos*, apesar de o “homem [...] transmite [transmitir] as semelhanças que recebe do mundo”¹¹.

De todo modo, essa técnica tem permitido a acentuação do *paradigma indiciário* em comparação com o *paradigma galileano* porquanto a maior minudência dos detalhes

¹⁰ FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 29.

¹¹ FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 31.

caracterizadores da *obra desviada tornada pública* inverte proporcionalmente a sua pertinência e a sua importância científicas e, de corolário, a sua “verdade”.

Com efeito, da mesma maneira que “a imagem deve sair da moldura”¹² tem-se insistido em acreditar que “a verdade deve sempre sair da boca da *intelligentsia*” que, emitindo *simpaticamente* a sua *vontade*, reveste-a de um *poder* que *faz as coisas desaparecerem em sua individualidade*.

Mesmo porque, enquanto “a continuidade marca a fortuna, a descontinuidade, [por sua vez, marca] o infortúnio.”¹³

Sustenta-se, de todo modo, que a *comodidade* promove o “conforto”, a “tranquilidade”, o “sossego”. Por isso, afirma-se, e nisso se pauta o senso comum, que a *comodidade* somente pode ser obtida mediante a *continuidade*, servindo a sua *solução* como uma “interrupção da capacidade de prever um suposto *perigo* que pode prejudicar as pessoas”.

Ou seja, “os negros pobres sempre foram perigosos, criminosos, culpados e condenáveis, e, por isso, e somente por isso, continuarão sendo. Na dúvida, portanto, deve-se perseguir o animal cujos hábitos são mais previsíveis.”

Entrementes, considerando que a *individualidade indiciável* é o único elemento capaz de demonstrar que a análise da “impunidade” é *inestatística*, tomando *um único, ou uns poucos, evento(s) ocorrido(s)* como se fosse(m) uma *generalidade*, ressalta evidente que seu *desprezo*, advindo de uma *interpretação analógico-simpática*, não pode ensejar outra coisa senão a consideração de que referido “discurso da impunidade criminógena”, na esfera do senso comum, se não houver uma *revalorização dos detalhes*, continuará pautando *as políticas criminais injustamente seletivas* no Brasil.

Ao final, é preciso *redimensionar* os *signos* que *estigmatizam os desviantes tornados públicos* para, quando menos, aproximá-los do *valor* que realmente detêm, identificando-os com a carga axiológica que realmente indicam, e não que *terceiros* dizem aqueles *emblemas* apontarem como quando os empreendedores morais, e suas ideologias, cotejam, *pervertidamente*, um *signo* com *outro* (“ser feio ou pobre equivale a ser mau e, portanto, perigoso, capturável, condenável e impune”), *daí extraindo interpretações, respostas e soluções delirantemente extravagantes*.

¹² FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 11.

¹³ FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 38.

Para isso, como “buscar a lei dos signos é descobrir as coisas que são semelhantes”¹⁴, e como “buscar o sentido é trazer à luz o que se assemelha”¹⁵, é preciso desvelar - *através de métodos indiciários, haja vista que não é possível detectar todas as causas que têm conduzido à pasteurização do “discurso da impunidade criminógena”* -, que os mesmos *sinais* que *indiciam* a estigmatização devem ser utilizados para demonstrar a *seletividade inaceitável do sistema penal* - *mesmo que ela seja, ou melhor, sobretudo por ser ela inerente ao indevido funcionamento do mesmo* -, *injusto in fieri*.

A partir daqui já nos é possível revelar que o objetivo do presente estudo é a maior aproximação da revelação de que a ideia da “impunidade”, que transita pelo senso comum como uma sedutora assanhada que estimularia excitantemente o próprio “criminoso” e terceiros, não passa de uma *transferência*, de uma *terceirização dos defeitos inerentes ao próprio sistema penal* que, *embora seja rascunhado estrategicamente para alcançar todos, não consegue realizar-se integralmente em razão do descompasso entre a programação criminalizadora primária e a criminalização secundária, ainda que com a interveniência da criminalização terciária (midiática)*.

Visando a aparentar-se útil, em vez de incompetente, e, assim, manter-se no poder, precisa o sistema penal, diante da sua incapacidade, maquiagem seus resultados, o que consegue mediante a escolha, a *seleção (impunização)* daqueles que servirão como representantes, ora do seu “salvacionista e tranquilizador” funcionamento (aprisionamento de “criminosos violentos”, por exemplo), ora da sua necessidade de mais poder (“discurso da impunidade criminógena”).

Sendo que uma das ferramentas mais interessantes a esse seu objetivo é o discurso da “impunidade criminógena”, porque é mediante ele que o poder punitivo consegue converter a *residualidade funcional do sistema penal* simplesmente “(re)pervertendo-a”, como algo *desnecessário e descartável* que ela é, em alguma coisa “necessária e útil” (reforço da perversão original).

Após eleger os “impunes” uma “praga altamente contagiosa que demanda novos remédios e, ou, medicamentos cada vez mais potentes”, paradoxalmente, embora quase invisivelmente, discursa o poder punitivo mediante uma retórica que “incentiva muito mais a prática de crimes (o etiquetamento de certos desvios tornados públicos e atraentes de uma

¹⁴ FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 40.

¹⁵ FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 40.

decisão penalizadora)” em vez de arrefecer uma improvada “impunidade” (evidenciação da seletividade imanente ao sistema).

Todavia, a aposta na “impunidade” tem produzido resultados “interessantes” ao poder punitivo a ponto de alçá-lo, infelizmente, ao patamar de panaceia para todos os problemas sociais (“racismo” e “delinquência juvenil”, *v. g.*), médicos (intoxicação, ou melhor, drogadização [guerra às drogas]), e econômicos (disparidade rentária [corrupção como deprivação relativa e crimes contra a propriedade, *e. g.*) *etc.*, que, em momentos de “desespero e insegurança febris”, são inoculados nas pessoas para depois serem convertidos em vacina por uma engenharia penal que se utilizará da suposta “criminogenia da impunidade” como desculpa para divulgar que “a permanência de apenas uma pessoa não imunizada poderá contagiar toda a sociedade”.

De qualquer maneira, estribando-nos em algumas pistas chegamos, ao final da presente pesquisa, a resultados que demonstram que o sistema penal é altamente seletivo e que a solução para esse problema não estaria na redução, ou mesmo no aumento da seletividade (teoria da gangorra), senão na contenção do poder punitivo mediante o recuo do fascínio que ele tem exercido sobre as pessoas através da produção de indignação moral.

1 MAL DITA, MAL VISTA¹⁶: O(U) M(U)ITO D(E)A “IMPUNIDADE” (IMPUNIZAÇÃO?)

A “impunidade” (*impunização*) é o sintoma *cronificado e recorrente* de uma criminalização *seletivamente autoimune*!

Malgrado GOTTFRIED LEIBNIZ tenha afirmado que “uma realidade nunca é compreendida melhor do que por suas causas”¹⁷, no nosso caso, como *não é possível decodificar todas as causas*¹⁸ (*multifatorialidade sequencial*¹⁹) dessa *fortuidade*²⁰, antes de tentarmos meramente *interpretar* se há *um mito da “impunidade”* ou se há *um muito de impunização* é preciso fazermos alguns esclarecimentos prévios sobre o tema e sobre o *conceito*²¹ da “impunidade”, mormente no que diz respeito à sua *nomenclatura* e aos supostos *conteúdos* e *efeitos* que os *empreendedores (i)morais*²² afirmam, respectivamente, aquele “possuir” e dele “advir”.

Porém, anteriormente a esses esclarecimentos deve ficar registrado que:

Não proponho [propomos] que devamos estar desejosos de aceitar novas ideias *apenas* pelo facto de serem novas. Mas devemos estar desejosos de não suprimir uma ideia nova, caso não nos pareça muito boa. [...] [sobretudo porque] Temos sempre de correr o risco de nos enganarmos e também o risco menos importante de sermos incompreendidos ou erroneamente julgados. [sic]²³

Principalmente pelo fato de que, como acreditava GABRIEL DE TARDE:

O que preservará da destruição e do nivelamento democrático as sumidades intelectuais e artísticas da humanidade, não será, como espero [esperamos], o

¹⁶ Aqui, invertemos um dos títulos da obra de BECKETT, S. *O despovoador; Mal visto mal dito*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁷ Gottfried Leibniz *apud* BLOCH, M. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 62.

¹⁸ Parte delas pode ser garimpada em BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 185.

¹⁹ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 22 e 34. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar*. In BIANCHINI, A.; GOMES, L. F. (Coords.). *In coleção saberes críticos*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 197 e 248-249.

²⁰ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 26.

²¹ Ver ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito Penal brasileiro: teoria geral do Direito Penal*, v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 41. Ver, também, Ludwig Wittgenstein *apud* WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 107: “Os conceitos podem semear a discórdia ou então disfarçá-la, aplanar os desacordos ou então agravá-los.”

²² BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 151 e, *in verbis*, 153: “As regras são produto da iniciativa de alguém e podemos pensar nas pessoas que exibem essa iniciativa como *empreendedores morais*.”

²³ POPPER, K. R. *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade*. In coleção biblioteca de filosofia contemporânea, v. 27. Lisboa: Edições 70, 1996, pp. 34-35.

reconhecimento pelo bem de que o mundo lhes ficará devedor, a justa estima do valor das suas descobertas. Que será então? [...] Gostaria [gostaríamos] de me [nos] convencer de que será a força da sua resistência.²⁴

O vocábulo “impunidade” é *mimético* porque ele continuamente se reconstrói em cada situação, ajustando-se “à conveniência, à vontade e à posição de poder de [dos] vários participantes”²⁵ do drama moral contido na interação dita “desviada” e tornada pública²⁶, e é *polissêmico* porquanto possui ele várias “(des)serventias”, todas úteis à *máquina infernal* que é o sistema penal²⁷, porque é justamente *quando algo não serve “para nada, [que ele] serve profundamente para qualquer coisa”*²⁸.

E o “discurso da impunidade”, com seu *ensaio neurótico* promovido por pessoas com *onipotência de pensamento*²⁹, tem *poderosamente*³⁰ servido muito mais para “justificar”, “ratificar” ou “manter” a *exclusão* dos “invisíveis sociais”, *tragicamente culpados*³¹ e, por isso, incluídos por aproximação com os “inimigos” (parecença³²), do que para demonstrar a *falibilidade seletiva*³³ e *estrutural*³⁴ do sistema penal *antes e depois* que um “crime” é

²⁴ Obviamente, aqui, o texto não é autorreferente. Ver, TARDE, G. de. *A opinião e a multidão*. In biblioteca universitária, v. 60. Portugal: Publicações Europa-América, 1991, pp. 56-57.

²⁵ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 192.

²⁶ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 129-130: “[...] a imposição [das regras] ocorre quando alguém delata. [...] O morador da cidade trata de sua própria vida e nada faz com relação a infrações de regras, a menos que sua vida seja afetada. [Ou enquanto não for despertado o interesse midiático].”

²⁷ Sobre *sistema penal* ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 144. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 418-419.

²⁸ BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. In coleção debates, n. 70. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 83.

²⁹ FREUD, S. *Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)*. In obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 99.

³⁰ ANITUA, G. I. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. In coleção pensamento criminológico, n. 15. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2008, p. 22: “Todo ato discursivo (toda forma de conhecimento) é um ato de poder.”

³¹ FREUD, S. *Totem...*, pp. 162-163.

³² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 314-315.

³³ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 27 e 29: “[...] o sistema penal está *estruturalmente* montado para que a legalidade processual não opere e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida, naturalmente, aos setores vulneráveis. [...] Os órgãos executivos têm ‘espaço legal’ para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra quem decidem. [...] o principal e mais importante exercício de poder do sistema penal se realiza dentro de um modelo de arbitrariedade concedida pela própria lei.” Ver, ainda, _____. *A palavra...*, p. 467. Ver, também, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 25-26.

³⁴ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Rio de Janeiro: Luam, 1993, pp. 74 e 160.

praticado³⁵, ou enquanto se mantiver uma *reserva delacional publicizante*, seja porque *inafetadora* do cotidiano privado, seja porque *indespertadora* da cobiça midiática.

Por enquanto, é oportuno ficar registrado que a “impunidade”, que não se confunde com a *seletividade* (“*reserva funcional do possível*”), não passa de um *etiquetamento*³⁶, aliás, de um *etiquetamento maculoso*³⁷, de um *rótulo* que é *adesivado* naqueles³⁸ que, tendo *recebido* (menor fragilidade pessoal³⁹ como, por exemplo, no caso de acusações totalmente infundadas *igual a* menor risco de mudar sua autopercepção e de colmatar a demanda do respectivo papel), ou *evidenciado* (maior fragilidade pessoal como, por exemplo, no caso de deserção escolar e abandono familiar infantil e vizinhança desfavorável *igual a* maior risco de mudar sua autopercepção e de colmatar a demanda do respectivo papel), *osmarcadores relativos*⁴⁰(os símbolos de estigma⁴¹ perceptíveis⁴² ou os traços de *status* auxiliares desviantes⁴³) *que sinalizam a aproximação da atuação violenta, opressiva e cruel do sistema penal, ainda não foram percebidos ou adquiridos pelo comércio da prisionização*.⁴⁴

³⁵ BECKER, H. S. *Outsiders*..., p. 129: “[...] a existência de uma regra não assegura automaticamente que ela será imposta.”

³⁶ Ver BLUMER, H. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Los Angeles-London: 1998, *passim*. Criticamente, embora sem consistência, MAÍLLO, A. S. *Introdução à criminologia*. 1. ed. São Paulo: RT, 2008, p. 258.

³⁷ Ver ŽIŽEK, S. *O mais sublime dos histéricos*: Hegel com Lacan. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, pp. 85 a 87. Ver, também, COSTA, J. F. *O ponto de vista do outro*: figuras da ética na ficção de Graham Greene e Phillip K. Dick. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 356. Ver, ainda, SANFORD, J. A. *Mal: o lado sombrio da realidade*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007, pp. 14, *in verbis*, 15 e 16: “Em se tratando do mal, a primeira coisa com a qual nos defrontamos é que, de um ponto de vista humano, sua conceituação depende sempre do ângulo onde está o observador.”

³⁸ Quem seriam “eles”, que sempre são os “mesmos”, pode ser encontrado em HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas*..., p. 75.

³⁹ Sobre isso, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra*..., p. 277.

⁴⁰ GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988, pp. 11 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra*..., p. 400.

⁴¹ GOFFMAN, E. *Estigma*..., pp. 53 e 56.

⁴² GOFFMAN, E. *Estigma*..., pp. 58 e seguintes.

⁴³ Ancorando-se, em parte, em Everett Hughes, BECKER, H. S. *Outsiders*..., pp. 42 a 44.

⁴⁴ Sobre os *perigos restritivistas do etiquetamento*, ver BECKER, H. S. *Outsiders*..., pp. 186-187. Criticamente, ZAFFARONI, E. R. *A palavra*..., p. 202: “[...] alguns teóricos apressados [...], como sem *rótulo* não há *delito*, concluíram que o *rótulo cria o delito*, confundindo o conceitual com o conceituado. [...] Existem rótulos que são, na prática, mais *rotuláveis* que outros. Sem dúvida, no caso dos assassinos em série há muito mais material rotulável, assim como nos fumantes de maconha há pouco e nos homossexuais não há nada, mas a verdade é que isso não interessa ao rotulacionismo, que o faz, em alguns casos e de modo arbitrário, pois nem sempre são rotulados de homicidas aqueles que matam. Sem me deter nas execuções sem processo, nos *esquadrões da morte*, nos assassinatos genocidas de massa e em outros crimes impunes, o certo é que tampouco se rotula como

O sistema penal, aliando o *labeling approach* (etiquetamento), ao materialismo histórico, *perigosa e dissimuladamente*, através de um aparente caráter dito “preocupado”⁴⁵, *enxerta* na testa de certas pessoas o *posticho* título de “criminosas impunes”, passando esse título a ser *acreditado pelas demais pessoas e assumido pelo rotulado que chega, quase sempre, e às vezes severamente, a um (hetero ou auto)estágio irreversível*, como naquele caso narrado por SIGMUND FREUD, em *Totem e tabu*: “Um transgressor inocente, que, por exemplo, tenha comido um animal proibido, cai em profunda depressão, prevê a morte e em seguida morre de verdade.”⁴⁶

Ou, com um tom menos criminalizador, embora, ainda que supostamente, mais insanamente quase asséptico, quando LUIGI PIRANDELLO, em *Assim é (se lhe parece)*, constrói o seguinte diálogo absorvente:

O PREFEITO [*comovido*]: Nós queremos respeitar a piedade, minha senhora. Entretanto, gostaríamos que a senhora nos dissesse [...].
 SENHORA PONZA [*escandindo lentamente as palavras*]: [...] o quê? A verdade? É só esta: que sou, sim, a filha da senhora Frola [...].
 TODOS [*com um suspiro de satisfação*]: Ah!
 SENHORA PONZA [*logo em seguida com o mesmo tom de antes*]: [...] e a segunda esposa do senhor Ponza [...].
 TODOS [*respeitosamente aparvalhados e desiludidos*]: Oh! Como assim?
 SENHORA PONZA [*logo em seguida com o mesmo tom de antes*]: [...] sim, e para mim nenhuma, nenhuma!
 O PREFEITO: Ah, não, senhora. Para si própria, a senhora deve ser ou uma ou outra!
 SENHORA PONZA: Não senhores. Para mim, sou aquela que se crê que eu seja. [*olha todos através do véu e se retira. Silêncio*]
 LAUDISI: Eis aí, senhores, como fala a verdade! [*lança ao redor um olhar de desafio e troça*] Estão contentes? [*Começa a rir*] Ah, ah, ah, ah!
 Cortina.⁴⁷

Antes mesmo de um contexto em que a etiqueta embusteira⁴⁸ da loucura pendulará entre dois amigos⁴⁹, missivamente, Theodore recebe de um de seus cinco irmãos a seguinte declaração, escrita em 29 de julho de 1888:

homicídio a guerra, as mortes por poluição ambiental, as penas de morte, o fechamento de hospitais, o descaso com a manutenção das estradas, nem os fabricantes e vendedores de armas são rotulados como cúmplices de homicídios, ainda que sejam seus colaboradores necessários, nem mesmo quando as vendem a dois grupos em guerra.” Ver, ainda, obra citada, pp. 248-249, 275 a 277 e 311.

⁴⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 214.

⁴⁶ FREUD, S. *Totem...*, p. 40.

⁴⁷ PIRANDELLO, L. *Assim é (se lhe parece)*. São Paulo: Tordesilhas, 2011, pp. 25 a 30, 78-79 e 173-174.

⁴⁸ Sobre isso ver, por todos, SZASZ, T. S. *O mito da doença mental*: fundamentos de uma teoria da conduta pessoal. São Paulo: Círculo do Livro, sem data, *passim*.

⁴⁹ GOGH, V. van. *Cartas a Théo*. In coleção L&PM pocket, v. 21. Porto Alegre: L&PM, 2014, pp. 301-302, 305 a 307, 314, 315, *in verbis*, 316, 323-324, 325, *verbo ad verbum*, 326 a 329 e 347: “[...] suponhamos que eu

Consideremos, se você quiser, a época em que vivemos como uma grande e verdadeira renascença da arte, e a tradição carcomida e oficial que ainda está de pé, mas que no fundo é impotente e preguiçosa, os novos pintores sós, pobres, tratados como loucos, e em consequência deste tratamento, ficando realmente loucos ao menos quanto a sua vida social.⁵⁰

De seu lado, essa é uma *rotulação*, aliás, esse é um *desvio interagido* que, paradoxalmente, realiza o *sonegado apanágio* do próprio sistema punitivo cuja engenharia está economicamente organizada para ser quase que integralmente *ociosa* (“impunidade”), considerado o caráter *genérico* da legislação e a incapacidade *mastigativo-digestiva* das agências responsáveis pela criminalização secundária (bulimia punitiva).

Considerando o caráter dito *genérico* da legislação (criminalização ou, nesse caso, *descriminalização primária*), podemos deduzir que a *não escolha* de certo grupo, pelo legislador, como alvo da tipificação penal (adequação típica), enseja aquilo que vamos chamar de *seletividade negativa*. De outro lado, a *escolha* de certo grupo, pelo legislador, para ser alvo da tipicidade penal o entorna naquilo que nomearemos de *seletividade positiva provisoriamente incompleta* (criminalização primária ainda não satisfeita). Do hibridismo *inconcepcível* entre ambos surge, então, caso *não* confirmada a programação criminalizadora primária pela criminalização secundária (*formal*), ou pela criminalização terciária (*mediática*), aquele “insucesso punitivo” que chamaremos de *seletividade positiva provisoriamente retida* ou de *seletividade positiva suspensa* (o desviante não percorreu todos os estágios punitivos, seja quanto à quantidade de fases - caçada, exposição, combustão e suplício -, seja quanto à qualidade dessas - estatal ou mediática).

Apesar de a *seletividade positiva provisoriamente incompleta* parecer confundir-se com a *seletividade positiva provisoriamente retida*, ambas *divergem* a partir do ângulo de visada do empresário moral, *ex ante* naquela, *ex post*, nesta, embora sirvam, cada uma em seu instante, para viabilizar, igualmente, o *processo seletivo* ao ficarem de atalaia, esperando o momento mais conveniente para descortinar, ou não, a punição.

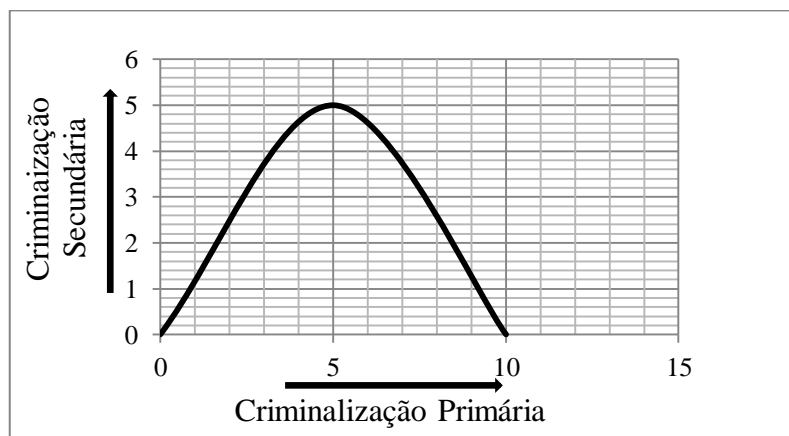
Porque dotada de uma *plasticidade* e de uma *versatilidade* invejáveis, atende a *seletividade* a vários interesses do poder punitivo, desde o mais esdrúxulo até o mais incoerente, passando pelo mais oblíquo.

O descompasso entre a programação criminalizadora primária e a criminalização secundária obedece à parábola da *curva de Laffer*, em que a geometria da criminalização

estivesse alucinado a mais não poder, por que então o ilustre colega não estava mais calmo? [...] Este bom Gauguin e eu no fundo nos compreendemos, e se somos um pouco loucos, que seja; [...].”

⁵⁰ GOGH, V. van. *Cartas...*, p. 235.

secundária passa do aumento para a diminuição na direta medida com que a criminalização primária avança, revelando sua malfalada consequência, é dizer, um progressivo crescimento da “impunidade como *discurso*”.



Antes, porém, de desbastarmos a vereda que desemboca no “discurso da impunidade” é preciso chamarmos a atenção para a “mania do julgamento”⁵¹, ou seja, para uma *inclinação artificial (não natural)* das pessoas em favor de uma *cultura* punitivista, *refratária da decantação* da maioria dos “crimes” e da maioria dos “criminosos”, e para o porquê dessa tendência.

O *folclore* que rodeia e integra a “impunidade”, daí a apodarmos de “impunidade folclórica”, histórica e culturalmente pressupõe a e se baseia na transmissão *apressada e irracional*⁵² de uma maneira de enxergar as situações de modo a fazer com que quase todas as pessoas, ou ao menos a maioria, incline-se a acreditar sempre na *primeira versão*, como quando um cidadão, logo após noticiar haver sofrido “racismo” (*injúria preconceituosa*, artigo 140, § 3º, do CP), em determinado estabelecimento mercantil⁵³, quiçá animado por notícia semelhante veiculada dias antes⁵⁴, é “acreditado” e “amparado” pela *pantomima facial* da âncora do jornal que, mesmo depois de narrar a versão contrária dos responsáveis pelo comércio, *meneia amiúde o rosto, horizontalmente, aprovando e transitando informalmente*

⁵¹ BLOCH, M. *Apologia...*, p. 58.

⁵² POPPER, K. R. *O mito...*, p. 55.

⁵³ In <<http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/t/todos-os-videos/v/so-por-ser-negro-confundiram-me-com-ladrao-diz-policia-do-es/3158566/>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

⁵⁴ In <<http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/2014/02/apos-episodio-no-peru-tinga-lamenta-racismo-no-brasil-voce-ve-no-olhar.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

em julgado a versão daquele, em sumário detrimento da justificativa ou da negativa desses⁵⁵ (a primeira versão é a que fica!).

Eleita tribunal de exceção, prematuramente condena a mídia o acusado, considerado “formalmente impune” imediatamente após a narrativa midiática do fato em nível municipal (“este crime chocou toda a cidade”), estadual (“todos, neste Estado, estão chocados com este crime”) ou nacional, o que é mais comum (“o país está chocado com este crime”).

De todo modo, sobre *condenações precipitadas* MARC BLOCH recitou terem elas “um temível atrativo: justificam, antecipadamente, a ignorância.”⁵⁶

Também se trata de uma *avant-première* da “impunidade folclórica” a tendência que o público tem de acreditar sempre na “versão da acusação”, talvez em razão do *ilusório arrefecimento* que a “culpabilização cautelar do outro” enseja (*acautelamento* que advém do fato de que a acusação quase sempre antecede a defesa), ou melhor, principalmente porque “as palavras do difamador são guloseimas que descem ao ventre profundo.”⁵⁷

Outrossim, como será pormenorizado mais abaixo, a “impunidade folclórica” se sustenta ainda sobre o *isolamento* dos fatos, *insubmissos a uma estatística* na medida em que eles, uma vez escolhidos, são apreciados como se fossem os *únicos* fatos “criminosos” e como se estes fossem os *únicos* “impunes” (unicidade da análise).

Como a *versão da acusação* é quase sempre a *primeira versão*, da concepção do *utilitarismo* com o *agradabilismo* surge a “oportunidade” de *isolar* o fato apto ao “discurso da impunidade” e, daí, a “necessidade” de que o seu escopo (a pessoa vulnerável) seja *neutralizado* mediante uma pena *socialmente excludente*, independente da *defesa* ou de *defesa*.

Retornando. A *seletividade arbitrária (punição editada)* do sistema penal se deve ao fato de que “a sanção não se produz como resultado automático da violação da norma, mas sim quando essa já está promulgada e é demandada por um ofendido”⁵⁸, pelo que

⁵⁵ In <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/t/edicoes/v/cabo-da-pm-diz-ter-sido-vitima-de-racismo-em-supermercado-de-vitoria/3158885/>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

⁵⁶ BLOCH, M. *Apologia...*, pp. 45-46.

⁵⁷ Ver Provérbios 26:22, in BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*, Gênesis 2. São Paulo: Paulinas, 1980, p. 1.156.

⁵⁸ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 22, in *fine*, e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 197, *verbo ad verbum*, e 443.

completamos, *desde que o ofensor possa vir a ter alguma funcionalidade que favoreça o uso do poder punitivo como “alvejante ou colírio social”*.⁵⁹

Nesse contexto, e por essa razão, a *adesivação* com o selo da “impunidade”, malgrado *injustificável*, pode passar a ser *indescolável* na medida em que

[...] o simples desejo de permanecer fiel à normal - a simples boa vontade - não é o bastante, porque em muitos casos o indivíduo não tem controle imediato sobre o nível em que apoia a norma. Essa é uma questão da condição do indivíduo, e não de sua vontade; é uma questão de conformidade e não de aquiescência.⁶⁰

Já a *residualidade* do sistema penal, motivo principal do “discurso da impunidade”, deve-se ao fato de que as pessoas, “conduzidas”, ilusória e paliativamente, a tentar alcançar o máximo de “segurança”, *estigmatizam* aqueles *poucos escolhidos (etiquetados)* com o adesivo da “impunidade” a fim de, com isso, impedir-lhes de se esquivar dos *papéis* “socialmente coadjuvantes e criminalmente protagonizantes” que lhes foram designados, *forçando-os* a permanecer perpetuamente em sua *interpretação*, o que, *circularmente*, continuará *excluindo-os* do convívio social.⁶¹

Diagnosticamente, enquanto a “impunidade” é uma *etiqueta*, *prognosticamente* é a *impunização* um “defeito natural (*talvez, fosse mais apropriado dizer que ele é político*)” e, portanto, *previsível*, e, até mesmo, “desejável”, porque *redutor* da aparelhagem punitiva.

A confusão da *impunização* com a “impunidade”, então, ocorre porque a maioria das pessoas *acredita* (idolatria à “verdade” penal), que essa é um *defeito do sistema* (“leis brandas ou inexistentes”, “penas leves ou pequenas”, “hotelarias carcerárias”, “juízes covardes ou laxistas” *etc.*), cujo “conserto” viabilizaria o seu “adequado funcionamento”.

Embora elas não estejam totalmente erradas, haja vista tratar-se realmente de um defeito do sistema, está ele geograficamente mal localizado.

Praticamente, porém:

A explicação convencional segundo a qual há mais aprisionamento porque há mais homicídios é falsa. Se ela fosse verdadeira, os homicídios teriam que ter caído nos anos todos em que essas taxas são registradas, e isso não tem ocorrido de forma considerável. Por sua vez, a falta de prisões em países com baixa taxa de homicídios deveria ter provocado um aumento nos homicídios, o que tampouco tem ocorrido. Isso faz pensar justamente o contrário: *um aprisionamento mais elevado provoca mais homicídios. O uso mais intensivo da prisão não tem efeito preventivo sobre os homicídios, cabendo mesmo suspeitar que tenha um efeito contrário*.⁶²

Na verdade:

⁵⁹ Por todos, ver BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 166 e 185.

⁶⁰ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 139.

⁶¹ Com esse tom, ancorando-se em John Braithwaite, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 203 e, por si, p. 445.

⁶² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 442.

As taxas de aprisionamento latino-americanas não variam em razão das penas previstas nos códigos penais, mas em função de disposições processuais que ampliam ou limitam a prisão preventiva [que se arrima em *medidas acautelatórias* que, por sua vez, sustentam-se no ‘medo do outro’]. Por mais que se usem eufemismos, ninguém pode negar que esta é uma pena [...].⁶³

Usar a *periculosidade político-judicial*⁶⁴ como parâmetro é um equívoco *seriíssimo* porque “credencia” a “desimpunidade” (punição⁶⁵) como “panaceia”, ao mesmo tempo em que, *auspiciosa e ambiciosamente*, apresenta a solução dos “desvios” como “definitiva” (*pax aeterna*) ao *antecipar-se* à sua prática ou à sua recidiva.

Na verdade, é a *manutenção* desse próprio “defeito” que, tanto *sustenta* o “problema” cuja “solução” é prometida pelo sistema penal, reatualizando e reforçando interminavelmente sua atuação, quanto *impede* o aprisionamento massivo, aliás, *integral* da população (catastrofismo institucionalizador), haja vista que, considerando-se que o Brasil possui 1.688 tipos penais⁶⁶, *inexiste* cidadão brasileiro que *não tenha cometido ao menos um “crime”*.

Aliás, a consideração da *impunização* como “impunidade”, ou melhor, a confusão desta com aquela faz com que o “defeito” *imanente ao sistema punitivo* migre da esfera de responsabilidade deste para cair sobre o lombo de alguns *estigmatizados* (suspeitos, acusados, condenados, fugitivos, egressos), que deverão, *sozinhos*, custear a tentativa, *propositadamente malograda*, de “ajuste” daquele.

Nessa conjuntura, e somente nela, é *impossível* a eliminação da “impunidade” na medida em que, ainda que a população se compadecesse, romanticamente, com os problemas enfrentados, por pior que eles fossem (miséria, doença, discriminação, desigualdade, massacre, barbárie *etc.*), nenhuma *homogeneidade*⁶⁷ estaria *resignada* o suficiente para *pasteurizar* a sociedade livrando-a da referida “impunidade”, sobretudo porque, diante de tamanha passividade formidável, “a humanidade ficaria órfã de inovações em todas as áreas e, com certeza, o delito não desapareceria, pois o conformismo com o poder que maneja a punição deixaria impune para sempre as violências e os crimes do poder.”⁶⁸

⁶³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 444.

⁶⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 446.

⁶⁵ Ver MILGRAM, S. *Obediência à autoridade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 34.

⁶⁶ In <http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2012/11/06Pensando_Direito_relatorio.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014. Sobre a *hiperinflação típico-penal* ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 33.

⁶⁷ A não ser naquele caso em que o rótulo, artificialmente, “identifica” pessoas diferentes como “impunes”. Sobre isso, ver BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 22.

Além de *impossível*, a não ser que se admita o recolhimento *integral* da população nas *instituições totais* goffmanianas⁶⁹, é *desinteressante* que o sistema punitivo *funcione integralmente*, porque o seu *mau funcionamento*, chamado equivocadamente de “impunidade”, é o que vai continuar permitindo o oferecimento (quase) *monopolizador*^{70, 71} dos serviços punitivos públicos.

Na lição beckeriana:

Não é [...] um voo excessivamente grande da imaginação supor que uma das razões subjacentes para o pessimismo do impositor [de regras] com relação à natureza humana e as possibilidades de reforma é o fato de que, fosse a natureza humana perfeita, e pudessem as pessoas ser reformadas de modo permanente, seu trabalho deixaria de existir.⁷²

Mau funcionamento aquele que, ao contrário do que querem fazer crer os “paladinos da justiça”, porque dotados de objetivos *escusos* favoráveis à manutenção da incompetência funcional do sistema, *sequer interfere positivamente (estimulantemente) nas condutas “ilícitas” dos jurisdicionados, porquanto seria a proibição, e não a punição, que geraria o desejo*⁷³, ou como antecipara *restritivamente* FRIEDRICH NIETZSCHE: “*Nitimur in vetitum*”⁷⁴, “aspiramos ao proibido”⁷⁵, e não à punição⁷⁶.

⁶⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 165.

⁶⁹ Sobre *instituições totais*, ver GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. In coleção debates, n. 91. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 13 e seguintes. Ver, também, ABRAMOVAY, P. V.; BATISTA, V. M. (Orgs.) *Depois do grande encarceramento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010, *passim*. Ver, ademais, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 195. Ver, ainda, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 162.

⁷⁰ *Excepcionalmente*, embora nem tanto, ver <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/adolescente-suspeito-de-roubo-e-espantado-e-amarrado-nu-em-poste-na-zona-sul-do-rio-03022014>>. Acesso em: 14 abr. 2014. Ver, ainda, BATISTA, N. Justiça e linchamento. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 2002, ano 7, n. 12, pp. 163 e seguintes.

⁷¹ Ver, especialmente, o episódio *Rhino's revenge*, do desenho animado Kung Fu Panda. Ver, também, embora inversamente, a película MEGAMENTE. Tom McGrath. E. U. A.: Dreamworks, 2010. DVD.

⁷² BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 162.

⁷³ Aparentemente, embora *correlacionadamente*, FREUD, S. *Totem...*, p. 84: “[...] afinal de contas, não há necessidade de se proibir algo que ninguém deseja fazer e uma coisa que é proibida com a maior ênfase deve ser algo que é desejado.” Por outro lado, porém, FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. In obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 121 e 129: “Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização. [...] Quais os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade que se lhe opõe, torná-la inócua ou, talvez, livrar-se dela? [...] O que acontece neste [no indivíduo] para tornar inofensivo seu desejo de agressão? [...] Sua agressividade é introjetada, internalizada; ela é, na realidade, enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego. Aí, é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego, e que então, sob a forma de ‘consciência’, está pronta para pôr em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos, a ele estranhos. A tensão entre o severo superego e o ego, que a ele se acha sujeito, é por nós chamada de sentimento de culpa; expressa-se como necessidade de punição. A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo

A propósito, para STANLEY MILGRAM, em *Obediência à autoridade*:

[...] na verdade sabemos muito pouco sobre o efeito da punição no aprendizado, porque quase não foram feitos estudos realmente científicos sobre o assunto em seres humanos. Por exemplo, não sabemos até que ponto a punição é boa para o aprendizado - e não sabemos que diferença faz quem aplica a punição, se um adulto aprende melhor com alguém mais moço ou com alguém mais velho - e muitas coisas deste tipo.⁷⁷

Sem embargo, porém, deve ficar registrada, desde já, a advertência de que não possui a *criminalização*, tampouco a *impunização*, uma “*justificativa*” ou uma “*razão*” *psicológica*⁷⁸, encontrando ambas fundamento *exclusivo* em uma *decisão político-econômica*⁷⁹ e, portanto, *seletiva, arbitrária, discricionária, randômica, descontínua, sazonal, econômica e utilitária*.

Acompanhando JURANDIR COSTA, podemos dizer que:

A punição não tem conexão de gênese ou de causa em relação à infração porque algumas pessoas reagem a ela reincidindo na conduta pretensamente ilegal, enquanto outras tomam caminho diverso, havendo, portanto, uma *neutralidade motivacional* da punição em relação à conduta infratora, de modo que o que vai ser decisivo no trajeto de vida das pessoas sobre as quais incide a punição é um fator de outra ordem, qual sendo, a interferência de um *terceiro, o empreendedor moral*. A rigor, portanto, o destino do ato transgressor não é necessariamente determinado ou condicionado pelo ato punitivo.⁸⁰

Porém, antes de continuarmos é preciso deixar decantado que a *arbitrariedade* imanente à seletividade, embora *complementar e indissociável*, é *inconfundível* com a sua

de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada.” Igualmente, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 289: “a cultura reprime as pulsões agressivas, gerando um controle interno mediante o superego que não as elimina, mantendo-as no inconsciente, procurando fazer emergir, produzindo culpa, o que impulsiona a procura da punição como compensação.”

⁷⁴ NIETZSCHE, F. W. *Ecce homo*: de como a gente se torna o que a gente é. In L&PM clássicos. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 19, prólogo, item 3.

⁷⁵ NIETZSCHE, F. *Ecce homo*: como se chega a ser o que se é. In coleção textos clássicos de Filosofia. Covilhã, 2008, p. 8, prefácio, item 3, disponível em <http://www.lusosofia.net/textos/nietzsche_friedrich_ecce_homo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

⁷⁶ Daí o equívoco do interlocutor de Hugues Le Roux quando ele afirma: “Acredite: o medo do Juízo Final gerou muitos mais santos que o amor puro. [sic]” In TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 171, nt. 17. Ver, ainda, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 42.

⁷⁷ MILGRAM, S. *Obediência...*, p. 34.

⁷⁸ Genérica e aparentemente em sentido contrário, TARDE, G. de. *As leis da imitação*. Porto: Rés, s/data, *passim*.

⁷⁹ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 29.

⁸⁰ Este trecho foi, autorizadamente, extraído de aula ministrada pelo professor Jurandir Costa no mestrado/doutorado do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ).

inerente *discrecionariade* na medida em que, enquanto a primeira se assenta sobre a *aleatoriedade (randomicidade)* de quem serão os “escolhidos” pelo poder punitivo (primária, secundária e terciariamente), a segunda se conduz pela *conveniência* e pela *oportunidade* (mérito administrativo⁸¹). O primeiro “modelo” de seletividade é geralmente exercido pela polícia, que dirige sua artilharia contra alvos “física e temporalmente alcançáveis (imediatidade e frescor)”, como “o mendigo da rua, o traficante da calçada, o punquista do *shopping center*”, no momento em que “o desvio é detectado”. Por isso não é adequado falar-se de uma *programação* criminalizadora secundária, sobretudo policial.

Já o segundo “modelo” de seletividade é basicamente exercido pelas agências “espacial e temporalmente distantes do escolhido (antecipação ou retardamento)”, como o legislativo, o judiciário e a mídia. Aqui, embora uma *programação* seja inerente ao funcionamento da primeira agência (legislativa), ela é, geralmente, alheia ao da segunda (judiciária) e ao da terceira (midiática).

No final da contabilidade punitiva, *e da interferência e da miscelânea dos modelos acima, em nada estanques*, parece ser mais acertado, não acreditar na *psicologicidade* do desvio, mas sim na sua *interatividade*, sobretudo porque:

Quando apanhado, o desviante é tratado de acordo com o diagnóstico popular que descreve sua maneira de ser, e esse tratamento pode, ele mesmo, de maneira semelhante, produzir um desvio crescente. O viciado, popularmente visto como um indivíduo sem força de vontade, que não consegue se privar dos prazeres indecentes que lhe são fornecidos pelas drogas opiáceas, é tratado de forma repressiva. Proíbem-no de usar drogas. Como não consegue obter drogas legalmente, tem de obtê-las ilegalmente. Isso impele o mercado para a clandestinidade e empurra o preço das drogas para cima, muito além do legítimo preço de mercado corrente, para um nível que poucos têm condições de pagar com um salário comum. Portanto, o tratamento do desvio do drogado situa-o numa posição em que será provavelmente necessário recorrer a fraude e crime para sustentar seu hábito. O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante. [...] Para reduzir uma argumentação complexa a poucas palavras: ao invés de os motivos desviantes levarem a comportamento desviante, ocorre o contrário; o comportamento desviante acaba por produzir a motivação desviante.⁸²

Com esse tom fica menos difícil compreender e aceitar que o “crime (ou melhor, a *criminalização*), e a “impunidade (ou melhor, a *impunização*), não possuem, intrinsecamente, uma *etiologia psicológica*, sendo produto exclusivo de uma *agenda política discrecionária*, porque oportuna e conveniente aos interesses luxuriosos da ocasião, representando as causas

⁸¹ MELLO, C. A. B. de. *Curso de direito administrativo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, pp. 430 e seguintes e 958 e seguintes.

⁸² BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 45 e 51.

psíquicas meras *desculpas* usadas para *desviar a atenção* dos cidadãos enquanto o poder punitivo, que atua *randomicamente*, realiza sua *seleção*.

Por exemplo, partindo do pressuposto de que a maconha foi despenalizada, mas não foi descriminalizada, tampouco legalizada, continuando a margear, portanto, a questão do “ilícito penal”⁸³, podemos ecoar que:

O que os leigos querem saber sobre desviantes é: por que fazem isso? Como podemos explicar sua transgressão das regras? Que há neles que os leva a fazer coisas proibidas? A pesquisa científica tentou encontrar respostas para estas perguntas. Ao fazê-lo, aceitou a premissa de senso comum segundo a qual há algo inerentemente desviante (qualitativamente distinto) em atos que infringem (ou parecem infringir) regras sociais. Aceitou também o pressuposto de senso comum de que o ato desviante ocorre porque alguma característica da pessoa que o comete torna necessário ou inevitável que ela o cometa. Em geral os cientistas não questionam o rótulo ‘desviante’ quando é aplicado a atos ou pessoas particulares, dando-o por certo. Quando o fazem, aceitam os valores do grupo que está formulando o julgamento. [...] Nosso primeiro problema, portanto, é construir uma definição de desvio. [...] Uma concepção [...] comum, de desvio o identifica como algo essencialmente patológico, revelando a presença de uma ‘doença’. Essa concepção repousa, obviamente, numa analogia médica. Quando está funcionando de modo eficiente, sem experimentar nenhum desconforto, o organismo humano é considerado ‘saudável’. Quando não funciona com eficiência, há doença. Diz-se que o órgão ou função em desajuste é patológico. Há, é claro, pouca discordância quanto ao que constitui um estado saudável do organismo. Há muito menos concordância, porém, quando se usa a noção de patologia, de maneira análoga, para descrever tipos de comportamento vistos como desviantes. Porque as pessoas não concordam quanto ao que constitui comportamento saudável. É difícil encontrar uma definição que satisfaça mesmo um grupo tão seletivo e limitado como o dos psiquiatras; é impossível encontrar uma definição que as pessoas aceitem em geral, tal como aceitam critérios de saúde para o organismo. Por vezes as pessoas concebem a analogia de maneira mais estrita, porque pensam no desvio como produto de doença mental. O comportamento de um homossexual ou de um viciado em drogas é visto como o sintoma de uma doença mental, tal como a difícil cicatrização dos machucados de um diabético é vista como um sintoma de sua doença. Mas a doença mental só se assemelha à doença física na metáfora [...]. A metáfora médica limita o que podemos ver [...]. Ela aceita o julgamento leigo de algo como desviante e, pelo uso de analogia, situa sua fonte dentro do indivíduo, impedindo-nos assim de ver o próprio julgamento como parte decisiva do fenômeno. Alguns sociólogos usam um modelo de desvio baseado essencialmente nas noções médicas de saúde e doença. Consideram a sociedade, ou uma parte de uma sociedade, e perguntam se há nela processos em curso que tendem a diminuir sua estabilidade, reduzindo assim sua chance de sobrevivência. Rotulam esses processos de desviantes ou os identificam como sintomas de desorganização social. Discriminam entre aqueles traços da sociedade que promovem estabilidade (e são portanto ‘funcionais’) e os que rompem a estabilidade (e são portanto ‘disfuncionais’). Essa concepção tem a grande virtude de apontar para áreas de possível perturbação numa sociedade de que as pessoas poderiam não estar cientes. É mais difícil na prática do que parece ser na teoria especificar o que é funcional e o que é disfuncional para uma sociedade ou um grupo social. A questão de qual é o objetivo ou meta (função) de um grupo - e, conseqüentemente, de que coisas vão ajudar ou atrapalhar a realização desse objetivo - é muitas vezes política. Facções dentro do grupo discordam e manobram para ter sua própria definição da função do grupo aceita. A função do grupo ou

⁸³ Apesar de dele discordamos parcialmente, ver o entendimento vazado pelo Supremo Tribunal Federal na Questão de Ordem suscitada no Recurso Extraordinário 430.105-9/RJ, Primeira Turma, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, julgado em 13 de fevereiro de 2007, *in* <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=443566>. Acesso em: 13 maio 2014.

organização, portanto é decidida no conflito político, não dada na natureza da organização. Se isso for verdade, é igualmente verdadeiro que as questões de quais regras devem ser impostas, que comportamentos vistos como desviantes e que pessoas rotuladas como *outsiders* devem também ser encarados como políticas. A concepção funcional do desvio, ao ignorar o aspecto político do fenômeno, limita nossa compreensão.⁸⁴

Realisticamente, considerando nossos problemas tropicais:

Os estudos epidemiológicos [...] vão contar uma outra história das ‘drogas’. E que histórias são essas. [...] As pesquisas [...] têm mostrado dados bastante contundentes. Por exemplo, os grandes levantamentos epidemiológicos [...] mostram que as taxas de dependência de álcool ou de uso que provavelmente indica[m] uma dependência são da ordem de 10 a 15% da população geral ([estou falando de] dependência de álcool, [de] população geral, [e de] população brasileira). Quando a gente vai procurar o que acontece com cocaína e crack esse dado vai para 0,4%. Ou seja, o problema da dependência ou da epidemia de crack que é tão divulgada e que virou um patrimônio agora político, para ser jogado num [...] numa grande arma de comoção pública. O problema do crack, ele é de uma ordem infinitamente inferior do que o problema do álcool, ou seja, o problema do álcool é pelo menos 30 vezes mais grave que o problema do crack. Só que existe uma série de holofotes em cima dessa questão do crack e uma certa diabolização das ‘drogas’ ilícitas de modo geral [...], [e] agora é a vez do crack. [...] Uma outra questão. Tem uma série de estudos [...] que [...] [fizeram] a seguinte avaliação: qual é o risco de uma pessoa, a partir de experimentar uma determinada substância, se tornar dependente? Se você for no álcool, entre 100 pessoas que experimentam o álcool a gente tem uma taxa de 15% que se torna dependente. [...] A maconha é uma ‘droga’ ilícita. Entre 100 pessoas que usam maconha, 9 vão se tornar dependentes. Ou seja, o discurso a respeito do usuário de maconha não corresponde à informação epidemiológica que a gente tem. Que o risco de você se tornar dependente é pequeno, muito menor do que o álcool. [...] Isso já bota abaixo, coloca abaixo, desmonta [...] algo que é muito relacionado à questão da legalidade ou ilegalidade de uma substância. Existe uma tendência da sociedade a tratar as ‘drogas’ ilícitas como potencialmente mais agressivas, ou mais perigosas, ou existem muitas pessoas que acreditam que só pelo fato do indivíduo estar usando uma ‘droga’ ilícita ele já estaria na qualidade de dependente. E isso não tem qualquer fundamentação científica que possa embasar esse tipo de crença. É algo da esfera do ideológico. Uma outra questão que a gente também precisa lembrar é que, já que eu falei de drogas lícitas e ilícitas, [precisamos] falar sobre um aspecto do proibicionismo. Claro, proibicionismo é uma questão tão ampla, com tantas facetas, mas tem um aspecto que eu gostaria de destacar aqui. É que a gente sabe que, pela experiência, de toda história, de todos os relatos, de todas as evidências, de diversos momentos históricos, todas as vezes em que um determinado grupo, determinada população, determinado governo instituiu medidas restritivas, repressoras, muito violentas, isso estimulou formas de consumo mais perigosas. [...] Um exemplo cabal disso é a lei seca americana. A lei seca americana durou de 1919 até 1933. O que aconteceu? Foi desastrosa a lei seca. Ela foi revogada porque ela foi um grande desastre, não é? A única coisa que ela não fez, [e] ela fez muitas coisas ruins, mas a única coisa que ela não fez foi diminuir o número de dependentes. Quem era dependente de álcool passou a recorrer aos alambiques clandestinos. Não foi, não deixou, miraculosamente, como por mágica, de ser um dependente químico de álcool, não é? Mas, o que a lei seca provocou, entre outras coisas, [e] eu falei de estímulo de formas mais perigosas de consumo, [é que] foi o único momento na história da humanidade [em] que existe registro de uso injetável de álcool. Nunca isso foi registrado, em nenhum outro momento da história da humanidade. Por que isso? Porque o acesso é tão difícil, a pessoa tem tanta necessidade de usar aquilo que na hora que ele[a] consegue uma pequena quantidade de álcool ele[a] precisa ter o efeito máximo que ele[a] puder, então ele[a] se injeta. Então a gente sabe que [...] todas as vezes que você restringe o acesso ao produto através de medidas

⁸⁴ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 17 a 20.

repressivas, proibicionistas, você estimula formas de consumo mais perigosas e mais agressivas. [sic]⁸⁵

Apesar de tudo, a proibição é, também, apenas uma desculpa que é apresentada como isca, um chamariz artificial que, independente do interesse que desperte, possibilita ao poder punitivo ou capturar (punir, encarcerando), ou declarar “evasivos” (considerando “impunes”), os “animais” que lhe interessam (zoomorfização).

Para tanto, estrategicamente, *proíbe* o poder punitivo justamente as condutas (ações ou omissões), que são *inevitáveis* às suas “presas”, *ad instar* do caçador que dispõe uma armadilha na trilha que se apresenta como a *única passagem possível à caça que procura por água ou alimento*.

Se a intenção é capturar (excluir e neutralizar), ou declarar “impunes” (demonizar), os “traficantes” que “enfeiam” e “sujam” a cidade basta - em vez de fazer isso diretamente mediante uma legislação antipática -, proibir, penalizando, condutas cuja prática lhes é inevitável, como a mercancia de substâncias cuja alienação representa a única possibilidade de acesso aos bens socialmente excludentes-incluídos.

Como essa atitude proibitiva ainda pode ser considerada antipatizável, anexa o poder punitivo a ela *circunstâncias* que atraem (produzem) a *indignação moral* que se *fascina* com a atuação do sistema penal, como a afirmação mendaz de que “todo usuário de drogas (tóxicos ilícitos) é perigoso porque representa um ladrão, um estuprador ou um assassino em potencial ou insaciável (causa ou efeito)”, mormente quando agregado a “iguais (outros criminosos)”⁸⁶.

Mas, o fato de a punição não gerar o desejo não significa que ela é a ele indiferente, ou melhor, não significa que ela lhe é inútil. Muito pelo contrário. Repetindo, sob a “lógica” do poder punitivo significa que a punição, coadjuvadamente, “serve como desculpa para a afirmada dissuasão do desejo”, enquanto que a “não punição” serve como desculpa para, afirmadamente, provocá-lo, fingindo “persuadir” as pessoas a praticarem “crimes”. Crimes cuja “impunidade”, circuladamente, é o que vai deixar o sistema latentemente “mais útil; mais útil, mais necessário, mais poderoso e mais descontrolado”.

⁸⁵ XAVIER, D. Drogas e proteção à saúde. In *Drogas: dos perigos da proibição à necessidade de legalização*. In <<http://www.youtube.com/watch?v=pTQR1kwsXCg>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

⁸⁶ Ver MILGRAM, S. *Obediência...*, pp. 56-57: “6. *Disposições do comportamento adquirido*. É comumente observado que os ratos de laboratório raramente lutam com os outros membros da ninhada. Scott (1958) explica isso em termos de inibição passiva. Ele escreve: ‘Não fazendo nada sob (certas)... circunstâncias, (o animal) aprende a não fazer nada, e isso pode ser descrito como uma inibição passiva... Este princípio tem grande importância ao se ensinar uma pessoa a ser pacata, pois isso significa que ela pode aprender a não lutar simplesmente não lutando’.”

Em verdade, em termos *desejosos isolados* é possível afirmar que a *punição* é um *indiferente autônomo (neutralidade motivacional)*, porque, independentemente dela ocorrer ou inoocorrer, sua serventia como “incentivo”, tanto em uma hipótese (punição), quanto em outra (“impunidade”), é incomodada pela atuação ou omissão de um terceiro (empreendedor moral), que “pune” ou “não pune” seguindo uma agenda *descontínua, irregular e instável* que obedece a parâmetros que apenas protocolam o *capricho luxurioso do empresário (i)moral de plantão*.

A suposta sequência entre *desejo* (exteriorizado), e *punição*, ou entre “*impunidade*” e *desejo*, é *interferida*, então, pela vontade de um *terceiro determinante* que se imiscui, decisivamente, na eventual equação psíquica, modificando-a horizontal e verticalmente a ponto de *apagar* ou *fabricar* desejos, “punições” e “não punições”, descontextualizando-os psicologicamente.

Considerando ser inútil, além de perigoso e irreal, tentar ancorar a “impunidade e seu afirmado efeito criminógeno” na ciência psicológica, sobretudo porque “impunidade” e “criminalidade” são fenômenos políticos - e, portanto, arbitrários e fortuitos -, e não jurídicos ou científicos, é dizer, desapegados de qualquer juízo de refutabilidade, como sustentou KARL POPPER⁸⁷, dentro daquela quadra (i)lógica seria o poder punitivo o maior interessado na e incentivador da manutenção da criminalização⁸⁸ e da “impunidade”⁸⁹, consoante comprova, de maneira latente e reversa, a jakobsiana função de prevenção geral positiva da pena (reforço autopoietico da norma)⁹⁰.

A propósito, acompanhando HOWARD BECKER, sobre a *infindável retroalimentação do sistema penal* podemos dizer que:

Kenneth Burke observou certa vez que a ocupação de um homem pode se tornar sua preocupação. A equação funciona também ao contrário. A preocupação de um homem pode se tornar sua ocupação. O que começou como um interesse amador por uma questão moral pode se tornar um trabalho de tempo integral; de fato, para muitos reformadores, torna-se exatamente isso. O sucesso da cruzada [contra os desviantes], portanto, deixa o cruzado sem uma vocação. Esse homem, confuso,

⁸⁷ POPPER, K. R. *O mito...*, pp. 85 e 116, e seguintes.

⁸⁸ Ver nota 71.

⁸⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 340, 378 e 422, *in verbis*, 428 e 452: “[...] as agências policiais autonomizadas [...] permitem que ocorram homicídios, provocam ou incitam saques ou desordens, *liberam zonas*, tudo que, bem projetado midiaticamente, atemoriza a população. [...] O Estado atual e as corporações necessitam dos ladrões bobos e de alguns psicopatas assassinos, porque, caso contrário, não poderiam legitimar sua vigilância sobre nós; se eles não existissem, teriam de ser inventados e sem dúvida o seriam, pois sua máquina burocrática não se deixaria morrer de inanição.”

⁹⁰ JAKOBS, G. *Derecho Penal: parte general, fundamentos y teoría de la imputación*. 2. ed. Madri: Marcial Pons, 1997, pp. 9 e seguintes. _____. *Tratado de Direito Penal: teoria do injusto penal e culpabilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009, pp. 21 e seguintes.

pode generalizar seu interesse e descobrir algo novo para encarar com alarme, um novo mal acerca do qual algo deve ser feito. Torna-se um descobridor profissional de erros a serem corrigidos, de situações que demandam novas regras. [...] Por um lado, deve [ele, o impositor de regras,] demonstrar para os outros que o problema ainda existe; as regras que supostamente deve impor têm algum sentido, porque as infrações ocorrem. Por outro lado, deve mostrar que suas tentativas de imposição são eficazes e valem a pena, que o mal com que ele supostamente deve lidar está sendo de fato enfrentado adequadamente. Portanto, organizações de imposição, em particular quando estão em busca de recursos, oscilam em geral entre dois tipos de afirmação. Primeiro, dizem que, em decorrência de seus esforços, o problema a que se dedicam se aproxima de uma solução. Mas, ao mesmo tempo, dizem que o problema está talvez mais grave que nunca (embora não por culpa delas próprias) e requer um esforço renovado e intensificado para mantê-lo sob controle. [...] Podemos também notar que encarregados e agências de imposição tendem a formar uma visão pessimista da natureza humana. Se não acreditam realmente no pecado original, pelo menos gostam de enfatizar as dificuldades que têm para levar as pessoas a cumprir regras [...]. São céticos em relação a tentativas de reformar os infratores. A visão cética e pessimista do impositor de regras é reforçada, claro, por sua experiência diária. Ele vê, à medida que realiza seu trabalho, a evidência de que o problema continua presente. Vê as pessoas que repetem continuamente as transgressões identificando-se claramente a seus olhos como *outsiders*. Não é, contudo, um voo excessivamente grande da imaginação supor que uma das razões subjacentes para o pessimismo do impositor com relação à natureza humana e as possibilidades de reforma é o fato de que, fosse a natureza humana perfeita, e pudessem as pessoas ser reformadas de modo permanente, seu trabalho deixaria de existir [...].⁹¹

Como “inimigos-convenientes”, estaríamos inseridos e sendo constantemente envolvidos por *arapucas* armadas por um *sistema penal* que chamaremos de *protozoário-parasita*.

Mas, como o funcionamento da sua burocracia pode, *mutatis mutandis*, reinterpretado esse *interacionismo simbólico biológico*, servir de metáfora para nosso sistema penal *retroalimentante*?

A indústria da propaganda [...] gastou em 2010 aproximadamente US\$ 0,5 trilhão no mundo todo para influir nas decisões dos consumidores. Ditaduras extremistas, como a da Coreia do Norte, permanecem no controle porque utilizam com eficiência formas insidiosas e penetrantes de propaganda. Mas com todo esse empenho, isso nem sequer se aproxima do que é capaz de fazer ‘naturalmente’ o organismo unicelular *Toxoplasma gondii* (ou *T. gondii*) - um dos mais difundidos parasitas: ele se instala no cérebro do hospedeiro induzindo-o a agir desordenadamente, e até a fazer coisas que provocariam sua morte, sempre a serviço do benefício do invasor. [...] Sabemos que as doenças podem nos deixar menos ativos, causar incapacitações e, no pior dos casos, até nos matar. Esse organismo, no entanto, é muito mais específico. A seleção natural deu origem a patógenos que se infiltram no sistema nervoso e alteram circuitos cerebrais para atingir sua meta final: a replicação, como um vírus de computador que reprograma e infecta a máquina. O *T. gondii* age dessa forma. Ele se reproduz sexualmente somente no intestino de gatos, embora possa manter-se indefinidamente em qualquer animal de sangue quente. Felinos infectados espalham pelas fezes milhões de células chamadas oócitos, que dão origem aos óvulos. Absorvidos por todos os tipos de animais, incluindo cães, roedores e humanos, eles infectam regiões ‘nobres’ do organismo, como os músculos e principalmente o cérebro, para escapar do ataque ao sistema imunológico do hospedeiro. Escondidos, permanecem ‘adormecidos’ na forma de cistos, protegidos

⁹¹ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 158 a 162.

por uma parede celular resistente, em estado latente de infecção (toxoplasmose), e induzem o cérebro do hospedeiro a agir contra sua própria sobrevivência. A toxoplasmose tem sido estudada principalmente em ratos e camundongos. Essas duas espécies apresentam aversão visceral e inata a gatos por razões obviamente compreensíveis. Para comprovar isso basta borrifar um pouco de urina de felino em um canto: o roedor vai evitar esse lugar como se fosse uma praga. Já o animal infectado perde esse medo [...]. Por alguma razão, ele até parece ser levemente atraído pelo odor de seu predador. Essa é uma situação desastrosa para o ratinho, porque aumenta a probabilidade de ser caçado. Por outro lado, é um ótimo negócio para o *T. gondii*, pois quando o gato devora a presa doente e seu cérebro contaminado, o *T. gondii* se aloja no hospedeiro final, onde se reproduz, completando o ciclo de vida. [...] O animal perde a timidez [...]. Mas como o *T. gondii* só se reproduz em felinos, é preciso que seu hospedeiro seja comido especificamente por gatos - e não por qualquer carnívoro. E como gatos caçam presas vivas e não comem carniça, o protozoário não precisa matar imediatamente seu hospedeiro temporário.⁹²

Continuando, a “lógica” do *sistema penal videofinanceiro*⁹³ funcionaria, muito veladamente, mais ou menos, assim: conforme uma “teoria da arrogância” ele, *quase propositadamente, erra* quanto a determinados grupos sociais levando-os ao *limite do desespero angustiante*, seja privando-os de ou interditando-lhes o acesso a bens que outros possuem, cuja escassez só interfere na acessibilidade de alguns; seja proibindo-lhes aceder a uma identidade autorreferente (*relative deprivation*), como quando pessoas ricas cometem “crimes por aventura”; seja esperando-os em situações que lhes são imprescindíveis; seja expondo-os a situações vexatórias; seja excluindo-os de um convívio identitariamente reconhecível *etc.*

Depois disso, *de atalaia*, aguarda ele que “a vítima se insurja (*autopropagandeie*)” mediante a prática de um “desvio primário” que, *se tornado público e lhe for funcional*, será punido até o ponto em que o sistema consiga, ainda que parcialmente, *retroalimentar-se* mediante a fixação *indelével* do papel assumido⁹⁴ (“desvio secundário”⁹⁵), ou, como diria GABRIEL DE TARDE, até que ou enquanto o *eu* “alimenta[e]-se daquilo que o altera”⁹⁶, ou melhor, *alimente-se o eu de “quem” o altera.*

⁹² KOCH, C. O ataque ao cérebro. In *Mente e cérebro*. São Paulo: Ediouro Duetto, nov. 2011, ano XIX, n. 226, pp. 61 a 63.

⁹³ VASCONCELLOS, G. F. *O príncipe da moeda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1997, *passim*, especialmente p. 13. Ver, ainda, <<http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista180106.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2014. Ver, também, BATISTA, V. M. Adesão subjetiva à barbárie. In BATISTA, V. M. (Org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, pp. 307 e seguintes.

⁹⁴ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 41.

⁹⁵ LEMERT, E. *Social pathology: a systematic approach to the theory of sociopathic behavior*. New York/Toronto/London: McGraw/Hill Book Company, 1951, pp. 75 e seguintes. Ver, ainda, GOFFMAN, E. *Estigma...*, pp. 137-138. Ver, ademais, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 69. Ver, também, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A.. *Direito...*, v. I, p. 46.

Não lhe sendo interessante, renuncia ele à sua seleção, postergando sua punição para depois, ou para nenhum momento. Todavia, ainda que assim o faça, essa “impunidade” (impunização) não é de todo *inútil*, haja vista que ela serve como *insumo* para a dieta alimentar do sistema enquanto ele não se torna integralmente *autossuficiente*.⁹⁷

Interpretando esse esquema revelou um suposto “apedeuto” haver entendido muito mais a lógica “*oportunistamente retroativa*” (semear o problema para depois oferecer a solução), do sistema penal do que muitos penalistas/criminólogos profissionais. Nas palavras do *intrépido* e *demonizado* entrevistado *lemertiano e durkheimiano*:

Jonerval: [...] Eu sô ladrão, rapaz, eu não gosto de trabaia não, sô ladrão, não tem, véi, trabaio mais não. É o seguinte [...] (incompreensível).

Repórter: Agora, cê pegô esse negócio de robar prá sua profissão mesmo!?

Jonerval: É minha profissão. [...]

Repórter: E noia?

Jonerval: (continuação da fala anterior) [...] Tem dez anos. (Resposta à pergunta imediatamente anterior) Noia? Só tô a capa da gaita...

[...]

Repórter: Eita, e agora, como é que o que cê vai esperar da justiça aí?

Jonerval: Esperá que a justiça seja feita, né.

Repórter: Anrram. Se te liberar ou moscá e você fugi, cê volta a robá de novo?

Jonerval: Não, ma é craro, eu num vô trabaia, que eu tô cum trinta ano, num guento trabaia, num trabaia mais não, vô robá de novo né, véi.

Repórter: Mai rapaz, cê tá com trinta ano, mais.

Jonerval: Se eu num robá, oéis ninguém tem trabalho, ceis tão tudo desempregado ce eu num robá, ce o otro num robá. Cê num tem, ele num tem, ninguém tem.

Repórter: Quer dizer, com essa ideologia aí, com essa mentalidade sua, quer di, cê gera emprego pá polícia, pro repórte.

Jonerval: Po repórte, po escrivão, pá delegado, é pá juiz ou promotor, né. Tudo través de mim que sô ladrão.

Repórter: Pô, então ocê tá contribuindo aí.

Jonerval: Eu contotribuindo para o bem de todos, né.⁹⁸

Repórter: (gargalhadas do repórter) Isso é o que você pensa, né, e aquele povo lá que você furta? Aqueles lá você (incompreensível) tá prejudicando.

Jonerval: (incompreensível) Aqueles lá são mais pecador do que eu porque Deus permitiu que eu robasse eles é porque eles são pecador né, véi.

Repórter: Ah, então, você acha que Deus dá uma liberação prá você furtá os outro!?

Jonerval: Sim, que Deus permite que ele sabe da minha necessidade.

[...]

Iiiii, seu relacionamento com o cão é mais ou menos [...]? [*sic*].^{99, 100}

⁹⁶ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 131.

⁹⁷ Nessa trilha, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 453.

⁹⁸ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 158 e 160.

⁹⁹ In<<http://www.youtube.com/watch?v=Qko8qi8KCjU>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

¹⁰⁰ MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O capital), v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, pp. 382-383.

Não seria a “impunidade”, portanto, o *interferente negativo* na dieta punitiva (“boa (in)gestão”), mas o “rebotelho” utilizado¹⁰¹ pelo neoliberalismo como insumo barato na fabricação de novas peças descartáveis ou recondicionáveis.

Sarcasticamente, ensina KARL MARX:

Filósofo produz idéias, poeta poesias, pastor prédicas, professor compêndios e assim por diante. Um criminoso produz crimes. Se mais de perto observarmos o entrosamento deste último ramo de produção com a sociedade como um todo, libertar-nos-emos de muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, com este, o professor que produz preleções de direito criminal e, além disso, o indefectível compêndio em que lança no mercado geral ‘mercadorias’, as suas conferências. Com isso aumenta a riqueza nacional, para não falarmos no gozo pessoal que, segundo uma testemunha idônea, Professor Roscher, os originais do compêndio proporcionam ao próprio Autor. O criminoso produz ainda toda a polícia e justiça criminal, beleguins, juízes e carrascos, jurados etc.; e todos aqueles diferentes ramos, que constituem outras tantas categorias da divisão social do trabalho, desenvolvem capacidades diversas do espírito humano, criam novas necessidades e novos modos de satisfazê-las. Só a tortura suscitou as mais engenhosas invenções mecânicas e ocupou na produção de seus instrumentos muitos honrados artífices. O criminoso produz uma impressão com gradações morais e trágicas dependentes das circunstâncias, e assim presta um ‘serviço’ ao despertar os sentimentos morais e estéticos do público. Não só produz compêndios sobre direito criminal, códigos penais e portanto legisladores penais, mas também arte, literatura, romances e mesmo tragédias, tais como *Schuld* de Müllner, *Raüber* (Salteadores) de Schiller, *Édipo* de Sófocles e *Ricardo III* de Shakespeare. O criminoso quebra a monotonia e a segurança cotidiana da vida burguesa. Por conseguinte preserva-a da estagnação e promove aquela tensão e turbulência inquietantes, sem as quais se embotaria mesmo o agulhão da concorrência. Estimula assim as forças produtivas. O crime retira do mercado de trabalho parte da população supérflua e por isso reduz a concorrência entre os trabalhadores, impede, até certo ponto a queda do salário abaixo do mínimo, enquanto a luta contra o crime absorve parte dessa população. O criminoso aparece como uma daquelas ‘compensações’ naturais, que restabelecem um equilíbrio adequado e abre ampla perspectiva de ocupações ‘úteis’. Pode-se comprovar, descendo-se a pormenores, a influência do criminoso sobre o desenvolvimento da produtividade. Teriam as fechaduras atingido a excelente qualidade atual, se não houvesse ladrões? A fabricação de notas de banco teria chegado à perfeição presente, se não houvesse moedeiros falsos? Teria o microscópio penetrado na esfera comercial comum (ver Babbage) sem a fraude mercantil? Não deve a química prática à falsificação de mercadorias e ao esforço de descobri-la tanto quanto deve ao afã honesto de produzir? O crime, com os meios de ataque à propriedade sempre novos, provoca a geração ininterrupta de novos meios de defesa, e assim tem, como as greves, influência tão produtiva na invenção de máquinas. E se deixamos a esfera do crime privado: sem crime nacional, teria jamais surgido o mercado mundial? E mesmo as nações? E desde os tempos de Adão, a árvore do pecado não é a árvore do conhecimento? [sic]¹⁰²

Resumidamente:

[Nesse] [...] parágrafo da *Teoria da mais-valia*, Marx parece um funcionalista, porque destaca a necessidade dos delinquentes. Mais além da ironia que permeia todo o parágrafo, em especial quanto aos livros dos professores de direito penal, o

¹⁰¹ Mas não, criado por esse. Nesse sentido, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 402-403. Por outro lado, na mesma obra, p. 428.

¹⁰² Ver nota 100.

certo é que encerra algo verdadeiro: as consequências do desaparecimento dos delinquentes seriam terríveis para o poder.^{103, 104}

A questão, todavia, é bem mais complexa e não se desenvolve conforme parâmetros evidentes e rígidos.

Por enquanto, basta perceber, por exemplo, que nem a Lei de Crimes Hediondos, tampouco a Lei Maria da Penha, reduziram a *criminalização* das condutas. Depois da Lei n. 8.930/94, que alterou a Lei n. 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos), o índice de homicídios ali previstos *aumentou*, e, depois da Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), a taxa de mortes de mulheres *cresceu*.¹⁰⁵

Lucidamente, LOUK HULSMAN já advertia que:

Esperar que o sistema penal acabe com ‘a criminalidade’ é esperar em vão. Trabalhos comparativos mostram que não há qualquer relação entre a frequência e a intensidade dos acontecimentos ‘violentos’ produzidos num contexto dado e o caráter repressivo e a extensão do sistema penal, de tal modo que não se pode dizer que a existência e a importância de um sistema penal caminhem juntas com a diminuição do número de acontecimentos violentos no contexto considerado. Ao contrário. [...] O sistema penal fabrica culpados, através de um mecanismo que, aliás, não lhe é exclusivo.¹⁰⁶

Dessa forma a escolha de *quem* será considerado “impune”, ou melhor, quem será *selecionado como impunizado*, é uma questão *político-cultural* e não *natural*^{107, 108}, devendo ser *equacionada*¹⁰⁹, mas não, obviamente, no sentido de uma expansão do poder punitivo, senão no sentido de *desnudada*.

¹⁰³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 141. Ver, ainda, nota 100. Ver, ademais, MARX, K. *Teoria da mais-valia*: os fisiocratas. In coleção bases. 5. ed. São Paulo: Global, 1978, pp. 73 a 81. Ver, outrossim, _____. *O capital*: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 223 a 604. Ver, também, HIRST, P. Q. Marx e Engels: sobre direito, crime e moralidade. In TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. (Orgs.). *Criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 274.

¹⁰⁴ Ver nota 71.

¹⁰⁵ In<<http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2013/12/09/assassinatos-endurecimento-das-penas-nao-significa-reducao-da-criminalidade/>>. Acesso em: 23 jan. 2014. Ver, outrossim, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 25. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 441-442.

¹⁰⁶ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 108 e 67, nesta ordem. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 316.

¹⁰⁷ Escorando-se em Marcel Mauss, WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 150.

¹⁰⁸ Equivocadamente, BIRMAN, J. *Cadernos sobre o mal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, pp. 173 e seguintes.

¹⁰⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 228.

De outro lado, somente sob o até agora exposto *limitadíssimo* ângulo de visada pode-se encarar a “impunidade” (impunização) como algo “natural”, é dizer, “natural à deficiência imanente do sistema”, ou seja, como um *produto inevitável* e até *salutar*, porque *redutor* do sistema punitivo, e não como um defeito em si e por si, interferente na “*boa (in)gestão*” *daquele quando da escolha dos seus alvos*.¹¹⁰

E essa “diferença” (melhor seria dizer *complementação*), analítica da “impunidade”, entremeada pela *culturalidade politizada* e pela *naturalidade*, advém do fato de que, na narração de JURANDIR COSTA, o *sujeito*, para SLAVOJ ŽIŽEK, redundaria na *negatividade* cuja

[...] acepção se refere à luta entre o senhor e o escravo - o sujeito e [o] Outro -, pelo mútuo reconhecimento. [De sorte que] A autoconsciência e o autoconhecimento requerem a mediação do reconhecimento do Outro. Entretanto, esse reconhecimento só é obtido depois que ambos tentam negar a causa heterônoma, externa, independente do conhecimento de si. Ou seja, só sei quem sou através do olhar, dos gestos e da palavra do Outro, que confirmam minha identidade. Mas essa dependência é vivida como um obstáculo à minha autonomia. Onde a luta pela negação da alteridade que me constitui e a rendição ao fato de que, sem o Outro, não existe consciência da própria identidade.¹¹¹

Luta essa que, há tempos, considerada a *negação da alteridade* como “conveniência”, tem se esquecido do que, antecipada e adicionalmente, assentara GEORG HEGEL:

“Não se julgue que, ao comportar-se para com o outro como para consigo, o espírito se torna infiel ao que realmente é, ou se esquece, se apaga e se mostra incapaz de apreender o que difere de si; antes compreende assim ele próprio e o seu contrário.”¹¹²

Desde já, portanto, é preciso realizarmos uma correção linguística partindo de uma substituição do vocábulo “impunidade” pela palavra *impunização* haja vista que aquela não passa de uma *rotulação*, de um invólucro colado no “outro” mediante uma *técnica parassintética implícita de adjetivação* (*impunização* - *im[não]/punir[z]/ação*), embora apresentada às pessoas como uma *técnica explícita desubstantivação* (“impunidade”), para chegarmos à acepção real desta que é a de representar *um procedimento de escolha potestativo* derivado de uma *demanda sazonal variável por ordem* que estimula os empreendedores morais a, visando a algum lucro (financeiro, votivo *etc.*), detonar estratégias

¹¹⁰ Nesse segundo sentido, e por isso equivocado, BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 175 e seguintes.

¹¹¹ Slavoj Žižek *apud* COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 316.

¹¹² HEGEL, G. *Curso de estética: o belo na arte*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 18.

de exclusão de certos estereótipos “desconformes”, “inconvenientes” ou “antifuncionais”^{113 114}.

Consoante ÉMILE DURKHEIM, “o que importa não é distinguir as palavras; é conseguir distinguir as coisas que são encobertas pelas palavras.”¹¹⁵

Impunização, e não “impunidade”, portanto, é o termo que revela a *real* situação de *predicação* daquelas “carças” escolhidas, indicativa da sua (des)qualidade como “desaprovadas pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF)”.

Ou seja, não se trata daqueles que *teriam escolhido praticar o “crime” ancorando-se na “certeza da impunidade”*, como previa e temia CESARE BONESANA¹¹⁶, mas sim, o que é muito diferente, daqueles que, além de *estereotipados, criminalizados, estigmatizados e deteriorados* por um sistema penal moralmente empreendido, *recairão* na sua malha, *novamente* de maneira *seletiva*¹¹⁷ (*violenta*¹¹⁸), e independente de qualquer “culpabilidade”¹¹⁹, mediante a utilização de uma *filtragem mais fina* que agora os “reterá”, e justamente porque “a operatividade seletiva é da essência de qualquer sistema penal”¹²⁰.

Quase inacreditavelmente, uma daquelas serventias anunciadas acima é a de *sonegar* o real sentido do equivocado termo “impunidade”, qual sendo, o de que quando se fala de “certeza da impunidade”, em afirmações do tipo “ele cometeu o crime ou praticou o ato infracional porque tinha certeza da impunidade”, em verdade está a se falar, no máximo e sem cedermos à *hipostasia*, de uma, *ainda que por enquanto, artificial e decalcada “sensação de impunidade”, cuja existência, na psique do acusado, não está provada.*

¹¹³ Sobre *antifuncionalidade*, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 210.

¹¹⁴ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 245-246.

¹¹⁵ Émile Durkheim *apud* WACQUANT, L. *Os condenados...*, p. 95.

¹¹⁶ BONESANA, C. *Dos delitos e das penas*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 70 e 91-92.

¹¹⁷ LANGENFELD, F. S. von. *Cautio criminalis or A book on witch trials*. In coleção *studies in early modern german history*. 1th ed. Charlottesville/London: University of Virginia Press, 2003, *passim*. Ver o que escreveu, quase três séculos depois, TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 26, 47, 161 e 166, *verbo ad verbum*: “As classes superiores, que são as atingidas pelo crime, não percebem que são elas que emitem os princípios, quando não são elas a dar os exemplos.” Mais modernamente, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 130: “O sistema penal atua sempre seletivamente [...]” Ver, ainda, _____. *A palavra...*, p. 408.

¹¹⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 206-207.

¹¹⁹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 259 e seguintes.

¹²⁰ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 149.

A “reconstituição, a reinvenção, ou a construção da realidade”¹²¹, ou melhor, a *interpretação da realidade* (os *para quê*¹²²), a favor da “indiscutibilidade” de haver o “criminoso” atuado sob a égide da e motivado pela “certeza da impunidade”, opera nesses moldes como uma *sentença condenatória irrecorrível, transitada em julgado antes de ser proferida*, mediante a qual, *do fato incontestável de que milhares de pessoas são presas e apreendidas diariamente, enquanto outras não (seletividade), malgrado haverem praticado o mesmo desvio, faz-se tabula rasa*.

I. e., considerando que, em *Da certeza*, LUDWIG WITTGENSTEIN disse que:

“A diferença entre o conceito de ‘saber’ e o de ‘estar certo’ não é de grande importância, exceto quando ‘eu sei’ pretende significar: *Não posso estar errado*. [...] A certeza é *por assim dizer* um tom de voz em que alguém declara como são as coisas, mas não se infere desse tom que tem razão”¹²³,

somente seria possível ter-se “certeza da impunidade” se nunca algum criminalizado houvesse sido preso, principalmente porque o pronunciamento furiosamente descontrolado da “impunidade” não se discreta, sendo arrotado monoliticamente, sempre!

Sobretudo quando o braço midiático-político (nessa ordem¹²⁴), do sistema penal (in)forma que Fulano, Cicrano ou Beltrano cometeu um “crime” ou um “ato infracional” ancorado na “certeza da impunidade” é que não se deve a isso equivaler, malgrado seu pesado tom de voz, que *aquele membro “superior”, responsável pela manipulação do boneco ventríloquo, tenha razão*.

Não bastasse, a rigor, a suposta “criminogenia contagiante-incentivadora da impunidade” ofende uma regra básica da *lei da imitação*, qual sendo, a de que *nós imitamos para podermos pertencer à sociedade*¹²⁵. Se aquele que é declarado “impune” é, *pari passu*, considerado um “excluído”, imitá-lo nos *proscreverá socialmente* ao invés de nos incluir!

De todo modo, não é possível falarmos de “impunidade” sem falarmos de *seletividade* (e de suas comparsas: a *arbitrariedade* e a *residualidade*), de modo que outra *sonegação* do

¹²¹ Entendendo que a *realidade é construída*, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 27, 32, 37, 205-206, 222, 232, 304, 307, 312, 318, 335, 338-339, 347, 375, e, especialmente, 378, 426, 446, 461, 463, 469, 470 e 480. Igualmente, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 153. Parecendo, em outro momento, todavia, acreditar no contrário, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 316, *in fine*, 317-318, e, especialmente, 377-378, 463 e 474. A favor, porém, de uma *construção* da, de uma *constatação* da, de um *exagero* sobre a, ou de um *desprezo* à realidade, dependendo da funcionalidade de cada hipótese, ver a obra citada, pp. 468, 474 e 483.

¹²² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 205.

¹²³ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. In biblioteca de filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, s/data, pp. 17 e 23.

¹²⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 222-223.

¹²⁵ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 49, 80, 113, 173-174 e 193-194.

seu real sentido acontece quando se fala de “impunidade” como se se estivesse falando, na verdade, de *seletividade negativa primária* (“impunidade atacadista”, que raramente transita pelo senso comum), ou de *seletividade positiva secundária suspensa* (“impunidade varejista”, que transita corriqueiramente pelo senso comum), ou seja, daqueles *estereotipados* que, ou não foram *formalmente criminalizados primariamente* (crianças menores de 12 anos que praticam atos violentos, *e. g.*), ou, tendo sido criminalizados primariamente¹²⁶ pela *lege lata* (*seletividade positiva primária*), têm conseguido escapar da *ope legis*, *obtendo êxito ao se furtar ou ao tentar se esquivar da criminalização secundária* (“crimes” de sangue insolucionados, *v. g.*).¹²⁷

De seu lado, a seletividade (arbitrariedade e residualidade) seria o descompasso entre o pleito midiático espetacular (criminalização terciária) e, ou, as reivindicações dos “novos gestores atípicos da moral”¹²⁸ (movimentos feministas, anti-homofóbicos, de proteção à criança etc.), denunciante e invariavelmente coincidente, e a superestimada programação criminalizadora primária por exemplo, ou o desajuste entre esta e a criminalização secundária na medida em que aquela, dirigindo-se indistintamente (sem risos), a todos (caráter genérico da legislação), entrega à desestrutura do criminalizador secundário um rol de possibilidades integralmente incumprível¹²⁹, ou escancarada e absurdamente suplicante¹³⁰.

Antes de continuar, e depois de concordar com EUGENIO ZAFFARONI quando ele afirma que “o mais pesado no poder punitivo é a seleção de pessoas [...] [onde] uns [...] [são] selecionados e outros não”¹³¹, é preciso alertar para o *desgraçado* fato de que a *programação criminalizadora primária não se dirige indistintamente a todos* visto que seu programador *seleciona (seletividade vertical dirigida)*, que condutas serão reputadas “crimes” (*seletividade positiva objetiva primária*), quais pessoas serão consideradas “criminosas” (*seletividade positiva subjetiva primária*), e que condutas e quais pessoas não o serão (*seletividade negativa, objetiva e subjetivamente primária*)!

¹²⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 242.

¹²⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 246 a 248.

¹²⁸ SÁNCHEZ, J. S. *A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. In série as ciências criminais no século XXI*, v. 11. São Paulo: RT, 2002, pp. 62 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 457.

¹²⁹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 26.

¹³⁰ BONESANA, C. *Dos delitos...*, p. 93.

¹³¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 223-224.

Ciente e partindo dessa impossibilidade cumpridora, realiza o criminalizador secundário uma seleção aleatória (seletividade horizontal randômica), dentre as possibilidades “perpendiculares” quase limitadas¹³² (*numerus apertus*), descortinadas pelo programador criminalizador primário, dos que serão “efetivamente criminalizados” e dos que integrarão a “cifra oculta (comportamento infrator não percebido como desviante, *i. e.*, um ‘desvio secreto’¹³³)”, a “taxa de atrito” (diferença entre a quantidade de crimes cometidos e conhecidos e as respectivas condenações)¹³⁴, e a estatística maquiada da “impunidade”.¹³⁵

Para tanto, utiliza-se ele de uma “rede de neblina” montada sobre a forquilha da “demanda por ordem”¹³⁶ que rege a agenda do momento, através da qual não é o *selecionado como “impune”* quem se apresenta, *sponte sua*, como “persequível”, senão é o *(in)digitador* quem vai atrás, *teleguiadamente*, do criminalizado mapeado que lhe exija menos esforço!

Por exemplo, quando a polícia vai “escolher” quem ela irá perseguir, ou não, leva ela em consideração, a partir de “trejeitos”, “manias”, “cacoetes”, “gestos”, “gírias” (dialetos)¹³⁷, “looks” e “comunicações” que lhe são conhecidos¹³⁸ (idiossincrasias), a sua *estrutura departamental* bem como a *(s)eletividade de meios*, de *custos* e de *dividendos* que o *elegível*

¹³² É possível a *recriminalização* e a *criminalização pela impunização* porque essas não passam de uma expansão da seletividade (criminalização prática) contra pessoas antes alheias a essa. Além disso, na medida em que a *criminalização pela impunização* independe da própria criminalização, pode ela ocorrer até quando essa inexistir (impunização de meros “suspeitos” e até mesmo de *inocentes*).

¹³³ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 31-32 e 187-188.

¹³⁴ LEMGRUBER, J. Controle da criminalidade: mitos e fatos. In *Think tank*. São Paulo: 2001, p. 5: “Assim como não se pode determinar a dimensão das ‘taxas negras’ no Brasil, pela falta de pesquisas de vitimização regulares, é igualmente impossível avaliar nossa ‘taxa de atrito’. Lembremos que esse indicador expressa a diferença entre o número de crimes cometidos, conhecidos através de pesquisas de vitimização, e o número de crimes cujos autores são condenados a uma pena privativa de liberdade. Estudando as taxas de atrito é que se torna possível dimensionar e localizar as perdas nas várias etapas do Sistema de Justiça Criminal.” In <http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/06/Controle-da-criminalidade_mitos-e-fatos.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

¹³⁵ Mais ou menos por aí, e escorando-se em Willem Pompe, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 129.

¹³⁶ Ver BATISTA, V. M. *O capital produz uma demanda por ordem e militarização*. In <<http://www.anovademocracia.com.br/no-100/4411-qo-capital-produz-uma-demanda-por-ordem-e-militarizacaoq>>. Acesso em: 04 nov. 2013. Em um sentido não penal, MERTON, R. K.; LAZARSFELD, P. F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In ADORNO, T. *et alii*. *Teoria da cultura de massa*. 7. ed. 1. re. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 109: “Os problemas que ocupam a atenção dos homens mudam, não de uma forma arbitrária, mas, geralmente, de acordo com as demandas em mudança da sociedade e da economia.” Averiguar, ainda, embora quanto à *conveniência*, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 121.

¹³⁷ BURKE, P. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 42: “Nenhum espelho apresenta a forma ou a aparência de um homem com tanta precisão como sua fala.”

¹³⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 138: “Em geral, as agências militarizadas são integradas por pessoas recrutadas dos segmentos carentes da população, isto é, dos mesmos setores nos quais se produzem a vitimização e a criminalização”. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 425-426 e 429-430.

poderá desencadear em comparação com outro de *capturabilidade estressante ou impossível* (custo-benefício prejudicante).¹³⁹

Porque “a imposição é seletiva, e diferencialmente seletiva entre tipos de pessoa, em diferentes momentos e em diferentes situações”¹⁴⁰, é que nesse tom weberiano, entre o *glamour espetacular* que envolve a prisão de um *serial killer* (custo-benefício otimizado), promotor de “crimes toscos e facilmente detectáveis” (abundância de digitais, material genético esparramado, imagens ampliadas coloridas, testemunhas visuais e auriculares *etc.*), e a tentativa de prisão de um *político figurão*, cuja investigação demandará a realização de laudos periciais inconcludentes e a ultrapassagem de recursos judiciais inexauríveis *a ponto de esfriar seus eventuais benefícios*, “escolhe” a polícia (ou a mídia, embora em diferente medida), dirigir seu aparato contra aquele (*horizontalidade punitiva efetiva*)!

Isso não significa, porém, que as coisas não se invertam de vez em quando e sempre quando o *invulnerável* se mostrar mais *funcional* que aquele, ou seja, quando ele render mais *royalties* publicitários, econômicos, políticos e, por que não, acadêmicos.¹⁴¹

Tudo isso demonstra que nossa “cifra oculta” e nossa “taxa de atrito” representam não só uma seletividade, mas uma *seletividadedirigida* de acordo com uma “demanda por ordem” que atropela, *invariavelmente*, os “biológica” e os “hierarquicamente” *vulneráveis*, representando as eventuais condenações de *invulneráveis* mero *desvio de percurso* (e. g., a Ação Penal 470).

Considerando que há uma disputa pelo poder hegemônico entre as agências¹⁴², as responsáveis pela *criminalização secundária* tentam se aproximar o mais possível do *programado pela criminalização primária* visando a, com isso, (pelo menos tentar) demonstrar que sua capacidade operacional é idêntica a dessas ou, no mínimo, semelhante, o que acaba ricocheteando, *relativamente*, sempre no aumento da *seletividade vertical e horizontal*.

Ocorre que nessa exibição de forças visando a “reproduzir-se” com a *simpatia* do público, seja pelo *ferramental* utilizado por cada uma delas (legislação genérica *versus* sentença *inter partes*¹⁴³, v. g.), seja pela *sequência atuacional* de cada uma (com preferência

¹³⁹ A origem de parte disso pode ser encontrada em WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 50. Ver, ainda, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 164 a 166 e 185.

¹⁴⁰ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 140.

¹⁴¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 421-422.

¹⁴² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 419.

ordinal da primária sobre a secundária), resta inescandível a *incapacidade estrutural* da secundária de cumprir o *megalomaniaco* programa primário.

A título de exemplo alienígena:

Tanto na Inglaterra, como nos Estados Unidos, as taxas de atrito são impressionantes. Na Inglaterra e País de Gales, de acordo com informações do *Home Office*, de cada 100 crimes cometidos, só 45,2, em média, chegam ao conhecimento da polícia. Em 24% dos casos, a polícia registra a ocorrência e em 5,5% dos casos encontra um culpado. De cada 100 crimes, apenas 2,2 resultam em condenação e 0,3 acabam por receber uma pena de prisão. Com relação aos Estados Unidos, dados do *Bureau of Justice Statistics*, do *Uniform Crime Reports* e de resultados de pesquisas de vitimização, revelam que, dos 3.900.000 crimes violentos cometidos no ano de 1994, incluindo homicídios, estupro, roubo e lesões corporais graves, somente 117.000 (3%) resultaram em penas de prisão.¹⁴⁴

Domesticamente:

No Brasil, é praticamente impossível calcular esse indicador, não só pela ausência de pesquisas de vitimização, mas também devido à baixa informatização do Sistema de Justiça Criminal. Já foram feitas algumas tentativas pontuais de determinar as taxas de esclarecimento de crimes, mas não há como realizar atualmente uma análise da situação no país como um todo. Sabe-se, por exemplo, que, no Estado do Rio de Janeiro, apenas 8% dos homicídios cometidos chegam a se transformar em processos devidamente instruídos e encaminhados ao Judiciário, como revelou pesquisa realizada por Luiz Eduardo Soares, em 1996. Ou seja, em média, 82% [*rectius*: 92%] dos homicídios no Estado do Rio de Janeiro ficam absolutamente impunes. Levantamento mais recente, realizado pelo Ministério Público do Estado, detectou uma proporção muito próxima à encontrada por Soares. Segundo Marcos da Hora, apenas 10% dos autores de homicídios cometidos no Rio de Janeiro chegam a ser denunciados pelo Ministério Público. Já Guaracy Mingardi, estudioso do assunto em São Paulo, afirma que, naquele Estado, as taxas de esclarecimento de homicídios variam entre 20 e 30%, creditando o melhor desempenho da polícia paulista à existência de uma Delegacia de Homicídios realmente especializada, com policiais que ali permanecem lotados por vários anos. Mas, mesmo assim, trata-se de índices vergonhosos, levando-se em conta que as taxas médias de esclarecimento de homicídios em países como Inglaterra e Estados Unidos variam entre 40 e 80%.¹⁴⁵

Quanto ao “roubo”, o que não equivale, necessariamente, a um *problema* ou a uma *prejudicialidade*, o percentual de “ocorrências esclarecidas, terminando com o criminoso preso em São Paulo”, é, *seletivo-positivamente*, ainda mais *frustrante*, girando em torno de 2%.¹⁴⁶

Colimando recuperar um terreno que nunca dominaram ou possuíram ativam as agências de criminalização secundária, aliadas aos empreendedores morais, midiáticos ou não,

¹⁴³ Existem, por exemplo, as “ações diretas de inconstitucionalidade”, de efeito *erga omnes* (Lei n. 9.868/99).

¹⁴⁴ Ver nota 134.

¹⁴⁵ Ver nota 134. Embora tenhamos omitido a conclusão da pesquisadora, especificamente, quanto à “impunidade”, dela discordamos ao longo de todo o presente texto.

¹⁴⁶ In <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/t/edicoes/v/registro-de-roubos-aumenta-37-no-estado-de-sao-paulo/3239718/>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

seus *dispositivos reivindicadores* (propriedade), e *reintegradores* (posse), penalizantes, *malogradamente compensadores* daquele *descompasso*.

O mais “convincente” tem se apresentado sob a retórica do “discurso da impunidade”, que vai além de um *interdito proibitório* aparelhado que, ajustando-as aos gabaritos punitivos, vai “retificar” as bitolas dos motores de combustão (porque abastecidos com combustível biológico), que movimentam as engrenagens do sistema penal prático em direção acelerada ao ilusório compasso entre os programas.

Em igual medida, o termo “impunidade” *esconde* outro real sentido, qual sendo, o de que quem o manipula, ou se deixa por ele manejar, não pretende, ao cabo do seu pleito ou do seu inconformismo, sequer *aceitar tranquilamente* a “administração suspensória do conflito”¹⁴⁷, *emprateado* pela criminalização (e por que não dizer, gerado por essa?), conduzida através de uma *decisão justa* ao estilo de que “foi feita a justiça!”.

I. e., quem clama por “justiça” não pretende eliminar a “impunidade”, nem sempre *incompatível* com uma “inocentação”, mas sim obter, ao final, *invariavelmente*, uma *condenação hiperbolizada*, o que equivale a dizer que “não aceitará uma solução adequada aos fatos”¹⁴⁸, mormente se *absolutória*, tampouco se disponibilizará a “elaborar o dano”, auxiliando na *resolubilidade* do conflito.

A rigor, portanto, quem lida com o “discurso da impunidade” pretende, *intransigentemente*, não só uma *condenação*, senão uma *condenação altíssima* e para *além da perpetuidade*, insatisfazendo-se com a “absolvição” do escolhido, acusado ou perseguido, bem como com a “concessão de direitos a qualquer deles”, que poderia muito bem vir a acontecer em hipóteses raras, *descontadas* de uma quase certa punibilidade midiática *indelével*¹⁴⁹, e que não deixam de ser *resolutivamente utópicas*.¹⁵⁰

Como a “administração gravitacional do conflito” possibilita apenas o seu “justiçamento”, haja vista a impossibilidade de retorno do bem jurídico ao *status quo ante*, a

¹⁴⁷ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 83. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 32, nt. 26, 104, 172, 184, 203, 206, 220, 242 e 255, *in verbis*: “[...] o sistema penal não resolve nenhum conflito e sim os decide.” E, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 41-42: “O poder punitivo não resolve os conflitos porque deixa uma parte (a vítima) fora de seu modelo. No máximo pode aspirar a suspendê-los, deixando que o tempo os dissolva, o que está muito longe de ser uma solução: a suspensão fixa o conflito (petrifica-o) e a dinâmica social, que segue seu curso, causa-lhe erosão até dissolvê-lo.”

¹⁴⁸ As razões indiretas disso podem ser garimpadas em ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 184.

¹⁴⁹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 28.

¹⁵⁰ O que aumenta sobremaneira a já decalagem entre direito e justiça, percebida por BENJAMIN, W. Para a crítica da violência. In *Escritos sobre mito e linguagem*. In coleção espírito crítico. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2013, pp. 121 a 156, e por BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 65-66 e 69.

“impunidade” se represa como uma *suspensiva permanênciainesgotável* no “imaginário coletivo”¹⁵¹ que vai *interpretando-a indecantável e extensivamente* até que ela alcance situações que *ultrapassem os casos de seletividade formal* (metaforização¹⁵²).

Como a *condenação midiática*, apesar de inegavelmente mais *seletiva, opressiva e irreversível* que a “formal”, *não equivalefederativamente* às decisões proferidas pelas agências ordinárias, os *mass media* adesivam *agressivamente* os “não selecionados ou os mal selecionados formalmente” com o invólucro *indescolável* da “impunidade”, porque esse pressuposto, *mesmo que desatrelado da criminalização*, é o que vai lhes permitir, *colmatada e autonomamente, atuar criminalizadamente sob a pele do cordeiro*.

O exemplo da “*injúria preconceituosa*” praticada em desfavor do jogador de futebol Tinga, em fevereiro de 2014, é emblemático porque, *ao mesmo tempo* em que a Rede Globo de Televisão (*lupus in vestimentis ovium*), *finge* solidarizar-se com ele, veicula, iterativamente, novelas e seriados onde os “afrodescendentes” *são, não só veladamente, discriminados mediante a interpretação de papéis* (*motoristas, secretárias do lar, vigilantes, “ambulantes”, “favelados”, “mendigos” etc.*), *que ressuscitam e ratificam a escravatura*¹⁵³, *perenizando a sua “impunidade” pelo que foram e são, e não pelo que fizeram ou fazem*.

Sinteticamente, sobre todo o exposto até aqui, para EUGENIO ZAFFARONI, NILO BATISTA, ALEJANDRO ALAGIA e ALEJANDRO SLOKAR:

Em razão da escassíssima capacidade operacional das agências executivas, *a impunidade é sempre a regra e a criminalização secundária, a exceção*, motivo por que os empresários morais sempre dispõem de material para seus empreendimentos. [...] A reivindicação contra a impunidade dos homicidas, dos estupradores, dos ladrões e dos meninos de rua, dos usuários de drogas *etc.*, não se resolve nunca com a respectiva punição de fato, mas sim com urgentes medidas punitivas que atenuam as reclamações na comunicação ou permitem que o tempo lhes retire a centralidade comunicativa.¹⁵⁴

Tudo isso inaugura um novo estereótipo, uma nova estigmatização, uma nova forma de criminalização seletiva, a *criminalização pela impunização*¹⁵⁵ (prestidigitação autoral e

¹⁵¹ Com a nossa discordância, JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. In obras completas de CG. Jung, v. IX/I. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 15.

¹⁵² ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. 15. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ediouro, s/data, pp. 182, 195, 201 e 177.

¹⁵³ Excepcionalmente, Lázaro Ramos foi um dos protagonistas da novela global *Insensato Coração*, de 2011.

¹⁵⁴ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A.. *Direito...*, v. I, p. 45.

¹⁵⁵ Precedentemente, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 22, *in verbis*, e 24: “[...] algumas pessoas podem ser rotuladas de desviantes sem ter de fato infringido uma regra”. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 134: “Cabe registrar que a carga estigmática não é provocada pela condenação formal, mas pelo simples contato com o sistema penal.” Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 330, 336, *in fine*, e 446.

prognóstico material), que acontece toda vez que um escolhido, mas ainda *não criminalizado formal* ou *materialmente* (esquecido pela legislação ou pelas agências executivas), é acusado, perseguido, sentenciado e condenado, por exemplo (haja vista existirem, também, os linchamentos), pela *mídia* que, mesmo sabendo não se tratar, eventualmente, seu ato de “crime”¹⁵⁶, pleiteia das agências responsáveis a *expansão* da criminalização e da *policização*¹⁵⁷, aceitando, muitas vezes, a própria *autonomização policial*¹⁵⁸ com o fim de alcançá-lo mediante a desculpa de “resolver”, *preventivamente*, situações equivalentes¹⁵⁹ “em tempo hábil” (utilitarismo advindo da pasteurização administrativa do direito penal), “demonstrando” que o seu vaticínio estava certo (coincidência *artificial* entre a acusação midiática e a prisão-condenação do acusado), embora o que ela realmente pretenda, ao final, seja *demonstrar uma ilusória “superior competência na solução dos conflitos” em comparação com a justiça formal*.

Desde essa perspectiva, é possível a *recriminalização* e a *criminalização pela impunização* porque essas não passam de uma expansão da seletividade (criminalização prática) contra pessoas antes alheias a essa. Além disso, na medida em que a *criminalização pela impunização* independe da própria criminalização, pode ela ocorrer até quando essa inexistia (impunização de meros “suspeitos” e até mesmo de *inocentes*).

Aqui, ancorando-se em um *discurso de emergência e se deixando levar*, confunde o poder punitivo os “criminalizados” com os edificados como “perigosos”, ou seja, com “os que, considerada a semelhança, *poderão vir* (ou melhor, “virão, com certeza”) *a ser* (neutralização preventiva, muitas vezes coincidente com o seu desaparecimento e, ou, morte)”¹⁶⁰.

¹⁵⁶ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 22 e 24. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 307.

¹⁵⁷ O conceito abarcado por esse termo, pertinente a um *Estado Policial*, não coincide com aquele contido no vocábulo *policialização* exposto por ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 426, 429 a 431 e 452-453. Sobre *Estado Policial* e *policização*, ver *Opus citatum*, pp. 229, 322, 409 e 471. Ver, também, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 41. Ver, ainda, BATISTA, N. Ainda há tempo de salvar as Forças Armadas da cilada da militarização da segurança pública. In BATISTA, V. M. (Org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, pp. 47 a 54. Ver, também, MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. In coleção trabalho e emancipação. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 99.

¹⁵⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 58, 308, 326, 331, 420-421, 423 e 432-433.

¹⁵⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 307.

¹⁶⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 307 e 310-311.

Como os “socialmente punidos de hoje” podem ser os “criminosos impunes de amanhã”¹⁶¹, confunde-se, também, “impunidade” com “crime”, como se o fato de restar “impune”, *mesmo após uma acusação infundada*, fosse um “crime”¹⁶², ou outro “crime” além do etiquetado, ou mesmo uma agravante ou uma causa de aumento de pena daquele “crime” tipificado. *Sob esse ângulo de visada, a “impunidade” é interpretada como uma espécie de “incitação ou apologia à prática de crime(s) (artigos 286 e 287, do CP)”, de sorte que se ele não era culpado, passa ele a ser.*

Outra forma de criminalização seletiva amiúde (re)inaugurada é a da *impunização dos punidos*, que não passa de uma *recriminalização*, ou seja, de uma *criminalização iterativa do já criminalizado*, e que acontece quando o estereotipado pelo sistema penal, *mesmo já punido* (pena cumprida, extinta ou “cadeia vencida”), *ou em fase de punição* (cumprindo pena ou beneficiado por algum direito), é considerado “impune”, como quando, v. g., afirma-se que “as leis penais são muito brandas”, que “as leis favorecem os vagabundos”, que “a pena aplicada é muito pequena”, que “a prisão é um hotel de luxo”, que “ele ficará preso somente dois quintos da pena e sairá por bom comportamento”, que “ele deveria mofar na cadeia”, que “ele teve o absurdo direito de sair para passar o natal em casa com a família”, que “ele não trabalha na prisão, vivendo no ócio”, ou mesmo quando se reconhece que a sua condenação, por maior e mais intensa que seja, “não retornará a vítima à vida”, *como se algum débito proporcional impagável sempre restasse em sua conta (contratualismo utilitário-economicista).*

“O que a senhora achou de o réu haver sido condenado a (tantos) anos de prisão?”, perguntaria o repórter à genitora da vítima que provavelmente lhe responderia: “justiça foi feita, mas isso não trará minha filha de volta”.¹⁶³

Inumando a questão, ensina TOBIAS BARRETO que:

¹⁶¹ *Mutatis mutandis*, ancorando-se em Talât, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 307.

¹⁶² Ao que parece, transitando por essa vereda, BATISTA, N. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 2002, ano 6, n. 12, p. 273: “A primeira consequência da fé na equação penal é conduzir a certos hábitos mentais que recordam aquela inversão da violação *tabu*, descrita por tantos antropólogos: se a desgraça sobreveio, é certo que houve infração. Os temporais natalinos de 2001, com um saldo trágico de dezenas de mortos no Estado do Rio de Janeiro, imprimiram a seguinte manchete: ‘Ministério Público busca responsáveis pelas mortes’ (*O Globo*, 28.dez.01, p. 11). Se houve mortes, é certo que houve homicídio; do resto se encarregará uma muito mal digerida teoria da omissão.”

¹⁶³ *Mutatis mutandis*, essa foi a frase usada pelas mães de Isabella Nardoni e de Eliza Samudio após tomarem conhecimento das condenações dos “homicidas” das suas filhas. Ver, respectivamente, <<http://180graus.com/noticias/mae-de-isabella-justica-foi-feita-mas-a-minha-filha-nao-vai-voltar-310385.html>> e <<http://www.hojeemdia.com.br/especiais/caso-bruno/estou-aliviada-mas-a-condenac-o-n-o-trara-minha-filha-de-volta-diz-m-e-de-eliza-samudio-1.60400>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

[...] [as] teorias [da pena] [...], não fazem mais do que procurar prender às leis da racionalidade moderna uma velha coisa bárbara e absurda [...], qual é a pena, sem que daí resulte a mínima alteração da natureza do fato. [...] Quando se viola um direito, o sistema jurídico perturbado, bem como a pessoa ofendida, não tem outro interesse senão que o dano causado seja satisfeito, se possível, restabelecendo-se o direito, ou substituindo-se-lhe o valor que nele repousa. O que vai além dessa esfera nasce de motivos que são estranhos ao direito mesmo. A obrigação forçada de indenizar, quanto é possível, o mal produzido, não é uma pena, ao passo que, por outro lado, também a pena não tem força para restabelecer o direito violado, como por exemplo a execução de Rayssakow e seus companheiros de tormento não teve por efeito a ressurreição de Alexandre II. O interesse jurídico, extreme de móveis que lhe são estranhos, exigiria que, dado um assassinato, o assassino fôsse conservado vivo e perpetuamente condenado a trabalhar em benefício dos parentes do morto, ou da nação prejudicada pelo aniquilamento de uma vida humana, que entretanto não seria uma pena, mas somente o pagamento de uma dívida, e deixar-se-ia bem incluir no direito das obrigações, porém não no direito penal. Estas últimas considerações, que tomo de empréstimo a Julio Froebel, me parecem de uma justeza incontestável. [sic]¹⁶⁴

Há, também, outra modalidade criminalizadora seletiva que é a da *impunização dos inimputáveis*, ocorrente quando o sistema penal, utilizando-se dos holofotes midiáticos e dirigindo-se contra eles(os menores de idade, os “loucos” e todos aqueles que, ao tempo da ação ou da omissão eram inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou de determinarem-se de acordo com esse entendimento [mas qual entendimento?])¹⁶⁵, pretendendo selecioná-los, *estereotipa-os* e *estigmatiza-os* malgrado o *rótulo original* da “incapacidade, imaturidade, atipicidade e, ou, dependência (não autonomia)”, reaproveitado e reestampado como “impunidade”, e que traz implícito em seu verso a *delirante* ideia da prática de um “crime anterior justificante”. O “crime da anormalidade (deficiência) ou da formação mental incompleta!”

Nesse sentido, seguem as *maníacas* tentativas de *redução da maioridade penal*¹⁶⁶, bem como as prisões de pessoas “portadoras de atipia mental”.

Para poder agir com liberdade, sem se incomodar, os empreendedores morais, “interessantemente”, primeiro preparam o terreno onde será semeado e regado o tema da “impunidade”, para só depois colher seus frutos. Abordando esse “cultivo” “existe um forte movimento a favor do aprisionamento em massa de adolescentes desde os 12 ou 14 anos [e até menos, incluídos os númeos ímpares], com o claro objetivo de *prevenir a violência*, mas com a função latente de fabricar criminosos desde as etapas mais prematuras.”¹⁶⁷

¹⁶⁴ MENESES, T. B. de. Fundamentos do direito de punir. In *Revista dos Tribunais*. São Paulo, maio 1996, ano 85, v. 727, pp. 647 e 649-650.

¹⁶⁵ Artigo 26, do CP.

¹⁶⁶ Criticamente, ZAFFARONI, E. R. *A palavra....*, pp. 282-283.

Exatamente uma semana após um jovem¹⁶⁸ ser mortalmente baleado durante um assalto realizado por um menor (quase maior, pois faltavam apenas 3 dias para o aniversário da sua maioridade), o projeto do Senador Humberto Costa, criminalizando a venda de bebida alcoólica a menores de idade, foi aprovado pelo Senado Federal *a toque de caixa e iluminação midiática*.^{169,170}

Malgrado o menor “assassino” não estar embriagado quando do fatídico evento – “o que, entrelinhadamente, possibilita escolher, indiferentemente, entre a alternativa prevista no dilema punitivamente útil composto, de um lado, pela ucronicidade da sua embriaguez e, pelo outro, pela sua constatada lucidez e autodeterminação, haja vista que ambas o apresentam como alguém, não respectivamente, já perigoso ou que pode se tornar ainda mais perigoso” –, essa aparentemente defesa dos menores de idade contra a aquisição de drogas “lícitas”, além de *contraditória*¹⁷¹ (se é lícita por que é proibida a menores e se é proibida a menores por que é lícita?), esconde uma *real ação deformada e capciosa* (tirar com uma mão e dar com a outra), qual sendo, a de, a partir daí, *ser possível, sem nenhum embaraço, hegelianamente diminuir a maioridade penal somente comparando os menores protegíveis (amigos infantilizados pelo álcool), e os que não merecem nossa proteção (“inimigos” emancipados e bestializados*¹⁷² *pelos “crimes” violentos)*¹⁷³.

¹⁶⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 452.

¹⁶⁸ Victor Hugo Deppman. In <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/victor-hugo-deppman-19-anos-esta-morto-um-facinhora-o-eca-o-codigo-penal-e-a-constituicao-deram-um-tiro-em-sua-cabeca-assassino-estara-livre-em-3-anos-faz-sentido-ou-cade-a-maria-do-rosario/>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

¹⁶⁹ In

<http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=S&COD_PROGRAMA=8&COD_VIDEO=232947> e

<http://www.senado.gov.br/noticias/tv/videos/cod_midia_237068.flv>. Acesso em: 28 abr. 2013.

¹⁷⁰ Todavia, segundo o “inocente” jornal O Globo: “O projeto foi aprovado no Senado uma semana após a divulgação de uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que revelou que o brasileiro está bebendo mais frequentemente e de maneira mais prejudicial.” In <<http://oglobo.globo.com/pais/senado-torna-crime-venda-de-bebidas-alcoolicas-para-menores-de-idade-8143601>>. Acesso em: 28 abr. 2013. Ver, ainda, <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/18/sancionada-criminalizacao-da-venda-de-bebidas-alcoolicas-a-menores>>. Acesso em: 18 mar. 2015. Sobre a lei vigente, ver <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=18/03/2015>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

¹⁷¹ Sobre *contradição discriminatória*, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 52.

¹⁷² Adjetivação facilitada, talvez, pelos argumentos descritos por FREUD, S. *Totem...*, na página 136.

¹⁷³ Sobre “amigos e inimigos”, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 253-254. Sobre “inimigos”, ver _____. *O inimigo no Direito Penal*. In coleção pensamento criminológico, n. 14. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2007, pp. 115 e seguintes. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 231 e 406. Ver, também, JAKOBS, G. *Derecho...*, p. 33. Ver, também, JAKOBS, G.; MELIÁ, M. C. *Direito penal do inimigo*. Rio de Janeiro: Livraria do Advogado, 2008, *passim*. Ver, ademais, SANTOS, J. C. dos. *O direito penal do inimigo ou o discurso do direito penal*

Redução da maioria penal que, no “entendimento” do Senador Magno Malta, vai “separar os homens dos meninos”¹⁷⁴, estando nós, a partir de então, obrigados a considerar “homem”, por exemplo, por uma questão de *analogia regressiva interminável* (primeiro de 18 anos para 16, depois para 14, 12, 10, 8 *et reliqua*, até chegarmos à cadeia-berçário onde os filhos pagariam pelos “crimes” dos pais), também uma criança de 3 anos que tenha “cometido” (ocasionado), um “crime violento”. Inclusive com um amparo “científico” na medida em que “psicólogos” franceses afirmam que:

[...] o comportamento desviado pode ser prognosticado desde o *Kindergarten*. Para isso baseiam-se nas neurociências [...] com o que chamam, neste caso, de *Fear-Conditioning*, que identificaria alterações genético-ambientais que atrapalhariam as crianças que sofrem dessas alterações a perceberem as consequências negativas de comportamentos antissociais, as quais, segundo acreditam, poderiam ser detectadas a partir dos três anos de idade. (*O renascimento do lombrosianismo*) De acordo com essas pesquisas, deficiências do funcionamento da amígdala cerebral produziriam um déficit no reconhecimento das eventuais consequências que podem resultar de comportamentos negativos. O que significa que a partir dos três anos de idade acreditam poder saber se a criança, quando adulta, reagirá ao efeito dissuasivo da cominação penal. Sem dúvida que, por este caminho, busca-se voltar a Lombroso, mas com consequências que ele mesmo nunca cogitou, já que reconheceu que não havia um fatalismo determinista. Entre as aberrações cometidas anos atrás, em meados do século passado, era moda tratar com choques elétricos crianças hiperativas, prática que nos deve servir de alerta para essas surpresas científicas que logo saem de moda, deixando um rastro de dor e sofrimento, quando não de morte. Para ser mais claro e para que não restem dúvidas [...], [o] que quero salientar é que essas disciplinas [as *psi*] também deveriam se ocupar daqueles que defendem ou executam estas aberrações.¹⁷⁵

“Cientistas” como esses acreditam *delirantemente* “encontrar, ora no esperma, ora no ovo, um resumo da idade adulta”¹⁷⁶, “criminalizável, previsível e, portanto, evitável”.

O que, retropicalizada aquela questão, à toda evidência, não passa de mais uma piada congressista demagogicamente sem graça, voltada para a imposição de *medidas de segurança*¹⁷⁷ com um *camuflado e eufemizado* efeito *penal preventivo* na mensura em que

desigual. In <<http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/Direito%20penal%20do%20inimigo.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014. Historicamente, sobre os “hostis” (“inimigos interiores e exteriores”), ver MOMMSEN, T. *Derecho penal romano*. 2. ed. Colômbia: Temis, 1999, pp. 39 e seguintes: “*La equiparación del enemigo interior con el exterior, equiparación que se efectuaba perdiendo ipso facto el primero su cualidad de ciudadano, fue desde un principio, y continuó siendo hasta los tiempos más avanzados, la idea primordial del delito público o contra el Estado.*”

¹⁷⁴ In <<http://www.magnomalta.com/portal2/index.php/outras-notas-mainmenu-45/2862-magno-malta-alerta-que-o-brasil-espera-com-expectativa-a-reducao-da-maioridade-penal>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

¹⁷⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 283 e 344.

¹⁷⁶ BLOCH, M. *Apologia...*, p. 57.

¹⁷⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 52.

essas *tentativas redutoras maiores* somente servirão (continuarão servindo) para *antecipar* a exclusão dos “potenciais inimigos antes que eles provoquem algum incômodo”.

Daí aproveitarmos o ensejo para perguntar: e quem vai separar o político demagogo do político sério?¹⁷⁸

O foco na alegada “redução da impunidade”, que equivale a uma *inútil e injusta* expansão da criminalização, enseja um *aumento vertical e horizontal da seletividade*.

De um lado, da criminalização primária “formal” para *setores*, que podem ou não equivaler a *pessoas* (punitivismo economicista), antes alheios a ela (extracriminalização). *Setores* esses em cuja incidência a atuação *direta, franca e explícita* do poder punitivo *não tem sido recomendável* porque:

[...] a intervenção penal por desvios primários gera outros secundários mais graves e a reclusão de adolescentes prepara-os para uma carreira de crimes. [Essa é mais uma] [...] *profecia que se autorrealiza* (jovens com dificuldades de identidade assumem os papéis desviados, imputados midiaticamente, reafirmando os preconceitos próprios do estereótipo).¹⁷⁹

De sorte que se esses resultados “profissionalizantes” pudessem ser vinculados às latentes metas *cultivadoras e retroalimentadoras* do poder punitivo escancarariam eles seus planos mais sórdidos.

A rigor, porque a atuação do poder punitivo no *desvio primário é criminógena*, reproduzindo esse sob a forma de um *desvio secundário* que irá, *circular e progressivamente, reverberar em novos desvios*¹⁸⁰, é que, para eles, ou seja, “para menores infratores, sugiro mais assistência, mais educação, mais recuperação, mais estatuto [ECRIAD] e menos Código Penal”¹⁸¹.

Sem embargo, ainda que, *ex hypothesi*, não fosse isso suficiente, referida tentativa de espraiamento continuaria sendo injustificável, sobretudo porque

[...] um boletim criminológico produzido pela Universidade de Málaga, na Espanha, chamado ‘Observatório criminológico’, [concluiu que] [...] em todas as partes do mundo a criminalidade de menores não é significativa como se quer dar a impressão. ‘No Brasil, por exemplo, inclusive com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a relação do número de infrações e o número da população juvenil é de 0,5%,

¹⁷⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 471.

¹⁷⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 441.

¹⁸⁰ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 184 e seguintes. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 444.

¹⁸¹ TAVARES, J. Menores infratores merecem mais ECA [ECRIAD] e menos Código Penal, diz Juarez Tavares. In <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=112695&utm_source=agencia&utm_medium=email&utm_campaign=pushsco>. Acesso em: 16 dez. 2013. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 452.

o que corresponde a 10% da criminalidade geral. Índice inferior ao da Alemanha, que está em torno de 14%'.¹⁸²

Por um ângulo diverso: “Basta olhar as estatísticas para verificar que são muitos os países onde há mais adolescentes mortos pela polícia do que vítimas de homicídios cometidos por adolescentes.”¹⁸³

De outro lado, da criminalização secundária “formal e material” em direção à “escolha” das mesmas pessoas, dentre as já estereotipadas (sobrecriminalização de menores já sujeitos a uma punição).

Aproveitando o ensejo, tentam os demagogos de plantão equiparar uma alegada “necessidade” de reduzir a maioria penal com a *possibilidade* (faculdade explícita ou imposição implícita?), de os menores com 16 anos votarem¹⁸⁴, *realinhando, por baixo, uma suposta “maturidade” etária*.

Acontece, porém, que essa comparação parte de dois pressupostos equivocados.

Primeiro, o de que se compara o *direito* de votar (faculdade¹⁸⁵), com o *dever* de responder pelo “ato infracional” (potestade¹⁸⁶), ambos estendidos indiscriminadamente aos maiores de 16 anos.

Repetindo, enquanto que votar é um “direito”, uma *faculdade*, responder pelo “ato infracional” é um “dever”, uma *sujeição*. Se o eleitor facultativo votar equivocadamente em um político que demonstre ser *corrupto* durante sua gestão, responderá ele pela sua má escolha? Apenas indiretamente, como é perceptível.

¹⁸² Ver nota anterior.

¹⁸³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 311.

¹⁸⁴ Ver RADBRUCH, G. *Introducción a la filosofía del derecho*. In Breviarios del Fondo de Cultura Económica, in *Filosofía del derecho*, 42. 1. ed. 1. re. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, s/data, p. 159.

¹⁸⁵ CARNELUTTI, F. *Teoria geral do direito*. 2. im. São Paulo: Lejus, 2000, pp. 267-268: “A faculdade não é outra coisa senão, de harmonia com o próprio significado da palavra, liberdade de fazer, e por isso mesmo [...] liberdade de exercer o próprio interesse. [...] A faculdade resolve-se, portanto, em um estar-se livre de fazer no sentido de não se estar para com outrem nem no estado de sujeição, nem no de supremacia; e a obrigação no não se estar senhor de impedir que outro faça, porque o direito impede o impedimento. O conteúdo da faculdade é, portanto, um fazer alguma coisa, ou seja, uma ação, e o conteúdo da obrigação um deixar fazer alguma coisa, isto é, uma abstenção.”

¹⁸⁶ CHIOVENDA, G. *Instituições de direito processual civil*, v. I. 3. ed. Campinas: Bookseller, 2002, pp. 30-31: “Esta categoria de direitos [...] [a dos direitos potestativos] carece completamente daquilo que é característico dos direitos a uma prestação, ou seja, precisamente a obrigação de uma pessoa de realizar uma prestação. Em muitos casos, a lei concede a alguém o poder de influir, com sua manifestação de vontade, sobre a condição jurídica de outro, sem o concurso da vontade deste: a) ou fazendo cessar um direito ou um estado jurídico existente; b) ou produzindo um novo direito, ou estado ou efeito jurídico.” Ver, ainda, CARNELUTTI, F. *Teoria...*, pp. 272 e seguintes.

Segundo, o fato de o menor de idade (artigo 5º, do CC, e artigo 27, do CP) poder votar (artigo 14, § 1º, inciso II, alínea c, da CRFB/88), não equivale a ter ele maturidade para escolher seus representantes, *mormente porque inexistente prova incontestável de que o córtex pré-frontal, responsável pela capacidade de tomar decisões refletidas, amadureça homogênea e generalizadamente para todas as pessoas em um momento etário fixo e previamente determinável pelas neurociências*¹⁸⁷, muito menos pelo poder punitivo.

Aqui, cabe um aparte.

Para o caso, a viragem winnicottiana promovida na psicanálise, trasladando o epicentro da “antissocialidade” da *pulsão desenvolvimentista sexual freudiana* para a *autoconstrução relacional ambiental e materna* teve a vantagem de demonstrar que, se os processos de maturação do indivíduo podem possuir, *minimamente*, origem física que os incline tendenciosamente à prática do “desvio”¹⁸⁸, em hipótese alguma, e até Cesare Lombroso teve que reconhecer isso, deixarão eles de ser influenciados pelo *ambiente* que pode atuar “violentamente” na formação do seu caráter, e desde a infância, mediante a “incompetência” da mãe no cuidar, incompensada pelos fatores ambientais contrapesados.¹⁸⁹

Sempre lucidamente, em *A palavra dos mortos*, EUGENIO ZAFFARONI esclarece que:

Nunca se pode confundir uma correlação com uma causa. Um baixo nível de serotonina se correlaciona com uma conduta agressiva, mas é o baixo nível de serotonina que condiciona o comportamento agressivo ou é o comportamento agressivo ao longo da vida do sujeito que condiciona o baixo nível de serotonina?¹⁹⁰

Como o fato de não acreditarmos, e isto será demonstrado bem mais abaixo, na transmissão instintiva¹⁹¹ *não é incompatível* com a interpretação adequada de DONALD

¹⁸⁷ Nesse sentido, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 344.

¹⁸⁸ Para Donald Winnicott isso seria uma *excepcionalidade*. Embora ele acreditasse que nenhuma criança nasce boa ou má, ver WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 28: “[...] quem se der ao trabalho de descobrir o que se passa sob a superfície da mente de uma criança irá descobrir que ela já tem conhecimentos [...] sobre o impulso para fazer o bem [...]”

¹⁸⁹ WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983, *passim*. Outrossim, _____. *Privação...*, *passim*. Ver, ainda, ARAÚJO, C. A. S. de. *O ambiente na obra de Winnicott: teoria e prática clínica*. In <http://www.centrowinnicott.com.br/winnicott_eprint/uploads/c9441562-9408-d173.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2013. Ver, também, ancorando-se em Alfredo Niceforo, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 124, 125, *verbo ad verbum*, e 342 e seguintes: “Em um *guia de criminologia* que publicou por esses anos [de 1903 a 1906] sustentou que o delito deriva de três causas: as geográficas, as sociais, com ênfase especial nas econômicas, e as individuais, condicionadas pelas duas primeiras.”

¹⁹⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 345.

¹⁹¹ Ver BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 32-33.

WINNICOTT quando ele demonstra que *nenhuma criança nasce má*¹⁹² - sendo *incrível* que desvie ela *socialmente* das normas consignadas em decorrência de *falhas e irrecompensas*, respectivamente, *maternais e ambientais*¹⁹³, parecendo mais plausível aceitar que *as regras são previamente dispostas para se encaixarem perfeitamente nos desvios que ela quase inevitavelmente assumirá*¹⁹⁴ -, podemos revisitá-lo para, *mutatis mutandis*, espraiair seu entendimento também para a ideia de que um “discurso de impunidade criminógena (incentivador e, ou, intensificador e, ou, multiplicador da questão criminal)”, *não é natural, tendencioso e, daí, inevitável*, consoante parecia entender SIGMUND FREUD¹⁹⁵, senão *semeado* na psique do infante¹⁹⁶ através de *mensagens subliminares*, inclusive, *no mínimo*, quando da exposição midiática de desenhos animados (desanimadores) (nada) infantis^{197 198}.

Porém, como adverte JURANDIR COSTA:

A influência direta, automática e exclusiva das mensagens subliminares advindas da mídia (incluindo os desenhos animados), é discutível. Estamos tão assediados pelos meios eletrônicos e pelo entretenimento da sociedade do espetáculo que somos levados a esquecer de que a exposição a histórias de violência, rancor, bondade, transgressão, punição, redenção, retaliação, vingança *etc.*, não são particularidade dos tempos de hoje, principalmente na sociedade ocidental. As “histórias de Trancoso” e os contos da carochinha que herdamos dos portugueses eram histórias violentas e com conteúdos preconceitualmente étnicos – os mouros, por exemplo, eram os vilões -, raciais, culturais e de classe que seriam odiosos aos nossos olhos e ouvidos de hoje. Os contos de fada são tudo menos “contos de fada”. E, depois que o cinema americano dominou o Ocidente, os seriados policiais e de ficção científica, as histórias de faroeste *etc.*, não ficam atrás. A grande diferença não está no

¹⁹² Embora, tampouco “boa”, senão com uma *intensa vontade de viver*. Sobre isso ver WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, *passim*. _____. *O ambiente..., passim*. _____. *Privação..., passim*. Ver, ainda, HUNGRIA, N. *Comentários ao Código Penal: artigos 1 a 27*, v. I. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, pp. 514, 515, *in verbis*, a 520: “Ao arrepio de uma ciência que anda por aí improvisada, supondo encontrar um repositório de torpezas no *inconsciente* infantil, o postulado *spenceriano* está bem próximo da verdade: *toda criança é boa por natureza*.” Equivocadamente, TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 177: “[...] pois não há pessoas que nascem com a necessidade irresistível de odiar algo ou alguém?”

¹⁹³ Ver TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. Criminologia crítica na Inglaterra: retrospecto e perspectiva. In TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. (Orgs.). *Criminologia...*, p. 10.

¹⁹⁴ Ver o artigo inserido na obra apontada na nota anterior, pp. 25-26. Ver, ainda, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 37-38, 42 e 45, *in verbis*: “O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante.”

¹⁹⁵ FREUD, S. *Totem...*, pp. 51, *in verbis*, e 86: “Deve-se admitir também que, na medida em que o exemplo de um homem que transgredir uma proibição tenta outro a fazer o mesmo, a desobediência a proibições se propaga como um contágio, da mesma maneira que um tabu se transfere de uma pessoa para um objeto material e de um objeto material para outro.”

¹⁹⁶ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 24 e 134.

¹⁹⁷ A quantidade desses, sobretudo os veiculados na televisão, é incontável. ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 320.

¹⁹⁸ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 83: “A criança briga e conversa, porque é, sobretudo, um[a] imitador[a].” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 481 a 483.

conteúdo, está na forma como o ambiente cultural, familiar *etc.*, interpreta e insinua interpretações possíveis dos conteúdos. De forma bastante simplificada, quanto mais o ambiente induzir à imitação dos conteúdos destrutivos das histórias mais nocivos eles serão às crianças. Quanto mais for sugerida a “catarse”, menos nocivos serão eles. *Mimese* e *catarse*, creio, são uma boa chave de leitura da influência da mídia sobre as crianças pobres ou ricas. Além disso, hoje, os *smartphones* são um meio tão poderoso quanto qualquer outro de difusão de modelos de conduta socialmente cooperativos ou socialmente desagregadores. A rigor, portanto, o conteúdo violento dos enredos não é suficiente para julgarmos a nocividade da influência. As crianças possuem pulsões destrutivas, rivalitárias, competitivas *etc.*, e precisam aprender a lidar com isso de modo a representar tais impulsos sem atuá-los, sem encená-los na realidade. Então, o espaço da fantasia pode ser benéfico. Melhor brincar de ser mau do que ser mau.¹⁹⁹

Além dessas mensagens, desde cedo, voltarem-se e se revoltarem contra aqueles que são apresentados como “impunes” e, portanto, *odiados como ser*²⁰⁰ (*demonização* do “outro”), são elas interpretadas e reinterpretadas massificadamente, original ou derivadamente, pela mídia, pela escola, pela família, pelo grupo de amigos das redes sociais *etc.*, a favor da consideração de que aqueles que são indicados, sobretudo pelo poder midiático-punitivo, representam a famigerada “impunidade criminógena, perigosa ao convívio humano”.

Como esses são ambientes dos quais dificilmente alguém pode se esquivar (quase ninguém está alheio à mídia, à família, aos cursos, aos contatos das redes sociais), a *isenção* diante das interpretações advindas deles resta bastante difícil, quando não, acabando as pessoas por absorverem e reproduzirem, *acriticamente*, um conteúdo interpretacional enlatado que equivale ao que “eles entendem” sobre a “impunidade”.

Homogeneização pasteurizada essa, sobre o “discurso da impunidade criminógena”, que se enraíza e se difunde cada vez mais na medida em que a ela é possível adicionar o que GABRIEL DE TARDE escreveu em *As leis da imitação*: “A sociedade é a imitação, e a imitação é uma espécie de sonambulismo [...]”²⁰¹

Não bastasse, em *A opinião e a multidão*, acrescenta ele:

Qual é, então, o laço que os une [, os homens]? É, juntamente com a simultaneidade da sua convicção ou da sua paixão, a consciência que cada um possui de que uma ideia ou uma vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens. Basta que ele esteja consciente desse facto, mesmo sem ver os outros homens, para que seja influenciado, porque estes são considerados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, que é ele próprio invisível e desconhecido, e ainda mais dotado de poder fascinador. [...] Abro um jornal que penso ser de hoje e leio avidamente algumas notícias; depois, apercebo-me de que é já de há um mês, ou de ontem, e deixa subitamente de me interessar. De onde vem este súbito desinteresse? Os factos noticiados perderam algo do seu interesse

¹⁹⁹ Este trecho foi, autorizadamente, extraído de aula ministrada pelo professor Jurandir Costa no mestrado/doutorado do IMS-UERJ.

²⁰⁰ Arrimando-se em Jacques Lacan, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 297 e 307.

²⁰¹ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 113.

intrínseco? Não, mas dizemos a nós próprios que somos os únicos a lê-los, e isso basta. Isso prova, portanto, que a nossa viva curiosidade se relacionava com a ilusão inconsciente de que o nosso sentimento era comungado com um grande número de espíritos. Passa-se com um jornal de há um ou dois dias, quando comparado ao do dia, o que se passa com um discurso lido em casa quando comparado a um discurso escutado no meio de uma multidão imensa. Quando sofremos inconscientemente esse invisível contágio do público de que fazemos parte, somos levados a explicá-lo pelo simples prestígio da *actualidade*. Se o jornal do dia nos interessa a esse ponto, é porque nos relata apenas factos actuais, e será a proximidade desses factos, não a simultaneidade do seu conhecimento por nós e pelos outros, que nos fará apaixonar pelo seu relato. Analisemos bem esta *sensação de actualidade* tão estranha, cuja paixão crescente é uma das características mais nítidas da vida civilizada. O que é classificado como ‘actual’ será apenas o que acaba de acontecer? Não; é tudo o que actualmente inspira um interesse geral, mesmo que se trate de um assunto antigo. [sic]²⁰²

Considerando que a *mídia* consegue *aproximar* as notícias dos espectadores, por mais distantes que elas espacial ou socialmente estejam²⁰³, e considerando que os *mass media* desenvolveram a técnica de angariar o *fascínio* e o *fetice* geral pela “impunidade” garimpada nas situações mais *esdrúxulas, insólitas e ultrapassadas* mediante a *atualização* do discurso criminógeno daquela com uma velocidade e uma quantidade mais vertiginosa que a suposta produção “criminogênica da impunidade” consegue acompanhar, *a partir daí é possível concluir que as pessoas, incluídos os adolescentes, e desde a infância, dificilmente conseguem deixar de imitar, tácita ou expressamente (verbal, gestual ou por escrito), reproduzindo, a opinião publicada que afirma que “o problema do Brasil é a impunidade”*.

Embora não necessariamente se autoconsiderando, previamente, “impuníveis”, também a partir daqui já seria possível afirmar que as pessoas imitam, diuturnamente, os “atos criminosos dos outros”, aumentando, superlativamente, a quantidade de “crimes” praticados “sob os auspícios da não punição” (diferença abissal entre a programação criminalizadora primária e a secundária), tanto quanto imitam o “discurso da impunidade criminógena”.

Ou seja, os homens podem *imitar*, e *imitam*, também sob a “certeza (crença)”, ou não, da “impunidade”, interpretando equivocada, ou acertadamente, a seletividade, tanto um “crime” praticado autoralmente ou por terceiro, quanto um discurso denunciador da “impunidade criminógena”, proferido autoralmente ou por outro.

Advertidos, porém, por HOWARD BECKER:

[Não podemos ignorar] [...] o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em ‘fatores sociais’ que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio*

²⁰² TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 12 a 14.

²⁰³ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 257.

*ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders.*²⁰⁴

De qualquer maneira, o ser humano é um imitador e o empreendedor moral primeiro cria o desvio para depois dispor a armadilha no caminho inevitável do desviante. Conhecendo as condutas comumente praticáveis, *consigna* (e *implementa*) as que pretende criminalizar em tipos penais (desvios previstos nos artigos 121, 122, 123, do CP, e assim por diante), que, atualmente, alcançam o absurdo número de 1.688.

Desse modo, visando a eliminar os inúteis ou contrários ao sistema (neutralização), e sabendo de antemão que, por exemplo, as pessoas, em determinadas condições, *sobretudo diante das desigualdades rentárias e das sociedades consumeristas*, vão “furtar (expor a ‘perigo’ o patrimônio dos proprietários)”, constroem os empreendedores morais o “crime de furto” (artigo 155, do CP), estabelecendo que será considerado “criminoso” quem, *convenientemente*, “desobedecer” a regra que proíbe “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”, *como se fosse possível não fazê-lo*.

Pressupondo que a influência da proibição na prática do “crime” é indemonstrável, haja vista não haver comprovação de que ela induza ou instigue, condicione ou determine o “criminoso”, passa ela a constituir, quando desrespeitada, a própria fôrma aparelhada que será preenchida, “coincidentemente”, pela prática do inevitável desvio (petição de princípio explícita).

Teria a proibição, então, não um “efeito atrativo inevitável”, senão a função de “naturalizar” um artifício esquemático montado pelo poder punitivo!

Consegue o poder punitivo, assim, eliminar qualquer indício que indique que a regra proibitiva antecede e, quando infringida, constitui o desvio simplesmente deslocando, fenomenologicamente, ou seja, deslocando, perversamente, o surgimento do desvio da ontologicidade para a onticidade.

A partir daqui, e considerando o excesso e a variedade de tipos penais (fôrmas de todos os tamanhos), fica fácil entender porque todos, indistintamente, já cometeram ou cometerão algum “crime” em algum momento das suas vidas, mormente porque todos, indistintamente, “precisam” estar sob as rédeas estatais, seja repressivamente (punição manufaturada), seja preventivamente (matéria-prima punitiva).

Em igual medida, as questões que envolvem a “impunidade e seus afirmados efeitos sobre as pessoas” são *inúmeras* e *quase indecifráveis*, sendo praticamente impossível

²⁰⁴ BECKER, H. *Outsiders...*, pp. 21-22, 27 e 45. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 197.

descobrir se a “impunidade” influenciou, ou não, alguém à prática de um “crime”. *A fortiori*, é igualmente impossível descobrir se ela motivará todos os “criminosos”, e com que dimensão.

Considerando, então, que as questões que envolvem a *imitação* são *quase indemonstráveis*, passa a ser praticamente impossível detectar o porquê ou os porquês de muito mais pessoas imitarem o “discurso da impunidade criminógena” em comparação com a quantidade de pessoas que, por exemplo, imitam os “homicídios” e, ou, os “roubos” praticados por terceiros.

Talvez, o motivo advenha da *atualização midiática* de ambos os exemplos que, embora aconteça *quase na mesma medida* (a quantidade de “homicídios” e “roubos” veiculados é praticamente acompanhada *pari passu* por um “discurso criminógeno da impunidade”), encontra na família, na sociedade, nos contatos da rede social, quanto ao “discurso da impunidade criminógena”, *fatores imitadores corroboradores* (reforço imitador advindo da acreditabilidade homogênea na “verdade” do exemplo que replica o ensinamento, sobretudo religiosamente incrustado, de que “quem fez deve pagar”), enquanto que, no que diz respeito ao “homicídio” e ao “roubo”, encontra nos ambientes familiares, sociais e escolares *contrafatores imitadores* (forças imitadoras contrárias advindas da moral familiar e social, por exemplo, pertinentes a ensinamentos que noticiam que “matar” e “roubar” é errado).

Atualização midiática essa cujo caráter *monotônico* a diferencia da *versatilidade* do *discurso criminalizador* na medida em que, enquanto a “impunidade criminogênica” é apresentada em uma *versão homogênea* (o discurso que a transporta é *invariável*), o tema da criminalização é *heterogêneo* (o discurso que o abastece se *diversifica* entre “homicídios, roubos, estelionatos, lesões, abortamentos, sequestros, tráfico” etc.).

Comunicativamente, portanto, tem o “discurso da impunidade criminógena” um *mecanismo de persuasão* (*clareza e repetição*), que está dotado de uma maior capacidade de permanecer na psique da plateia, e de por ela ser imitado, quando comparado com esse.

O principal objectivo de um orador é conseguir a adesão às suas propostas. Logo, como observa Perelman, deve antes de mais saber adaptar-se ao seu auditório, sob pena de ver seriamente afectada a eficácia do seu discurso. Essa adaptação consiste, essencialmente, no reconhecimento de que só pode escolher como ponto de partida do seu raciocínio, teses já admitidas por aqueles a quem se dirige, mesmo que lhe pareçam inverossímeis. [...] [Ademais] para além dos factos e das verdades, o orador recorre também às chamadas *presunções* [...]. Em certas situações retóricas serão mesmo um recurso argumentativo indispensável. Estão ligadas à experiência comum, ao senso comum, são elas que nos permitem orientar na vida. Fundam-se numa certa constatação estatística e assentam na convicção de que o que acontece habitualmente em cada situação da vida, é o normal. [...] [A rigor,] as frases curtas [...] e a repetição, produzem *força e impacto directo* no receptor. [...] [Por fim, há] ainda uma clara superioridade persuasiva da linguagem concreta sobre a linguagem abstracta, na medida em que a primeira, ao permitir uma relação directa e observável

(ainda que imaginariamente) facilita a actividade de elaboração e compreensão da mensagem. [sic]”²⁰⁵

A magnitude quantitativa de um em relação ao outro depende, portanto, da existência de reforços que ecoam a imitação, ou de contraforças imitadoras.

Ao praticar um “crime” encontra-se a pessoa sob a influência *concomitante e acumulada* de todas as questões ambientais que já tiveram, ou têm, a oportunidade de sobre ela atuar, sendo “a promessa da impunidade” apenas uma, muito pequena talvez, delas.

A rigor, a “indemonstrabilidade motivacional da impunidade”, *ad instar* do que ocorre com a *proibição*, é inegável porquanto, não fosse assim, todos cometeriam “crimes” sustentando-se no “discurso da impunidade”, quando o correto é que, *independentemente de uma “impunidade animadora*”, todos *desviam* das regras estabelecidas pelos empreendedores morais porque, *tautologicamente*, os desvios são criados quando *são fabricadas as regras cuja infração constitui desvio*.

Complementarmente à *proibição*, que funciona mais como um verniz para a “legitimação, dita imparcial,” da aplicação da regra que criou o desvio, *serve a “impunidade”, não como um “incentivo para o criminoso”, mas, apenas como uma desculpa para a “legitimação” da renovação e da ampliação do poder punitivo*.

O fato de uns infringirem (imitarem) certas regras (artigo 121, do CP, *e. g.*), enquanto alguns desrespeitam (imitam) outras (artigo 155, do CP, *v. g.*), *obedece a critérios ambientais de natureza infinitamente variável*, cuja combinação e arranjo conduzem aqueles ao “homicídio” e esses ao “furto”, do mesmo modo que alguns desvios serem tornados públicos e outros não *obedece a uma dissonância estrutural e funcional do sistema, quando internamente comparado (criminalização secundária incapaz de realizar a primária)*.

De qualquer maneira, diante de uma eventual *conveniência*, muda o poder punitivo as regras do jogo, contrabalançando um e outro aspectos que, *ceteris paribus*, manterão constante apenas *a intenção de ampliar, petitio principii, o poder de punir estatal*.

No nosso caso, então, pouco importa se a “proibição” e, ou, se o “crime” e, ou, se o “incentivo advindo da impunidade criminógena” é (são) imitado(s), e em que medida o é (são), importando apenas o fato de que algumas situações são tratadas de maneira *diferente* de outras *idênticas* (“homicídios punidos *versus* homicídios impunizados e furtos punidos *versus* furtos impunizados”).

²⁰⁵ SOUZA, A. de. *A persuasão*. In série estudos em comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2001, pp. 61, 63 e 169.

O que faz com que um ou outro aparente, provisória e variavelmente, apresentar-se em menor (v. g.: “reduzida quantidade de crimes de colarinho branco e ampla divulgação sensória comum da impunidade”), ou em maior medida (e. g.: “maior quantidade de crimes toscos e diminuta divulgação sensória comum do discurso acusador da impunidade”), apesar de equivalerem em dimensão (todos praticam crimes e quase todos consideram que a “impunidade” transita livremente pela sociedade), é o fato de que ao empreendedor moral é muito mais interessante disfarçar a impunização, demonstrando que existe um “perigoso contágio adveniente da impunidade”, que assumir que todas as pessoas, em algum momento de suas vidas, já cometeram ou cometerão algum(ns) “crime(s)” que não será(ão) tangenciado(s) pela criminalização secundária.

E, justamente, porque a primeira afirmação (falsa) “justifica o aumento da sua atuação”, enquanto que a segunda demonstra sua inequívoca *falibilidade, desnecessidade e inutilidade*.

Ainda que ele não seja o único responsável, é o empreendedor moral, sobretudo o midiático, quem tem detido, massivamente (formação e formatação da opinião pública mediante publicação), a capacidade de interpretar, em nosso nome, como “desejados, defensáveis, úteis, importantes, imitáveis e repetíveis, ainda que veladamente, os valores tendentes: a) à perseguição do feio, do mau e do criminoso; b) ao justicamento com as próprias mãos; c) à heroização do policial robotizado, anabolizado e que afasta o problema, pouco importando como; d) ao homicídio entre invisíveis sociais; e) à terceirização da responsabilidade pela impunização; f) à consideração dos desviantes como responsáveis ‘impunes’; *et reliqua*”.

Igualmente, é o capitalista videofinanceiro quem tem “sobrevalorizado” como “*indesejado, indefensável, inimitável e irrepetível*: a) o furto do rico, pelo pobre; b) o tráfico de drogas nas calçadas; c) o homicídio de policiais, por favelados; d) a tortura como meio injustificado pelo fim; e) a recuperação civil e física dos encarcerados; e) o incentivo pela impunidade dos demais; *etc.*”

Partindo do pressuposto de que, ontologicamente, o “crime” e a “impunidade” somente existem após a intervenção estatal, podemos afirmar que existe, então, uma interferência do empreendedor moral que interpreta, convincentemente, *aqueles fatos como uma mimese que serve para proteger a sociedade da catarse humana*, ao mesmo tempo em que interpreta *esses fatos como uma catarse social que não deve ser humanamente mimetizada*.

De todo modo, a pauta que administra a questão de se a “impunidade” tem, ou não, efeito contagiante e estimulante, “incentivando”^{206, 207} terceiros a “desviarem socialmente” mediante o protocolo e a tramitação de condutas eleitas como “socialmente oblíquas”, está vinculada a elementos definitiva e integralmente *arbitrários*, que transitam de acordo com interesses *luxuriosamente maleáveis, quando não, quase imprevisíveis e incontroláveis*.

Para arrematar, acerca da “impunidade” podemos dizer que ela é criada pelo poder punitivo, ou seja, o poder punitivo inventa e realiza a “impunidade” ao planejar uma criminalização primária auspiciosa, embora incumprível, ainda que por uma criminalização secundária ambiciosa.

Acreditando que o senso comum se sustenta no entendimento de que as condutas desviadas e não punidas “atiçam”, tanto o desviante a reincidir, como outros desviantes pretendentes, defende-se que a manutenção da “impunidade” é a principal responsável pelo aumento da “criminalidade”.

Em verdade, o *decalque* de uma conduta penalizável, malgrado “impunida”, independente de se promovido por alguém *vulnerável* ou *invulnerável*, significa, nada mais, nada menos, que o agente, ao *imitar* suas condutas anteriores (repetição latitudinal), ou a de terceiros (repetição longitudinal), está apenas *aprofundando vertical, ou horizontalmente, o papel que lhe fora disposto no drama da vida, do qual ele não consegue se livrar*.

Sendo que essa alegada imitação - em qualquer caso, seja a da acusação que abastece a opinião publicada, denunciadora da “impunidade” como o “problema principal da insegurança e da violência” visando à entrada ou à manutenção do pertencimento social, seja a das condutas reputadas “impunes”, colimando angariar, por exemplo, o respeito²⁰⁸ dos demais impunizados -, não passa de uma condução indesviável, o que acaba por perverter uma das principais características da lei que gerencia a própria imitação, convertendo-a de

²⁰⁶ Alheio ao etiquetamento, FREUD, S. *Totem...*, pp. 40 e 50-51, *in verbis*: “[...] todo exemplo incentiva a imitação [...]. Se substituirmos os desejos inconscientes por impulsos conscientes, veremos que o perigo é real. Reside no risco da imitação, que rapidamente levaria à dissolução da comunidade. Se a violação não fosse vingada pelos outros membros, eles se dariam conta de desejar agir da mesma maneira que o transgressor.” Todavia, aproximando-se do rotulacionismo à medida em que se distancia do naturalismo, mais à frente adverte que: “Mas uma pessoa que não tenha violado nenhum tabu pode todavia ser permanente ou temporariamente tabu por se encontrar num estado que possui a qualidade de provocar desejos proibidos em outros e de despertar neles um conflito de ambivalência.”

²⁰⁷ Aparentemente, em sentido contrário, TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 38-39.

²⁰⁸ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 112 e 233.

*voluntária, consciente e refletida*²⁰⁹ em (quase) compulsória, (quase) inconsciente e (quase) irrefletida.

Até aqui deve ter restado “claro também que a imitação das vontades de outrem [...] é necessariamente involuntária”²¹⁰, e o é porque quem as dirige, atualmente, é a mídia com a sua *opinião publicada*, principalmente porque, como assinalou ALEXIS DE TOCQUEVILLE, a quem ousamos interpolar:

‘À medida [...] que os cidadãos se tornam mais iguais e mais semelhantes, a inclinação de cada um para crer cegamente num certo homem ou numa certa classe diminui. [Como não é isso o que tem acontecido] A *disposição para acreditar na massa* [a imprensa, v. g.] *aumenta*, e é cada vez mais a opinião [publicada] que governa o mundo’.²¹¹

Reiterando. Então, o que permite afirmar que o público imita as peripéricas condenatórias da *mídia*, desenvolvidas contra a suposta “impunidade” e contra os alegados “impunes”, ao mesmo tempo em que não imita, *em igual medida*, a atitude considerada “impune”, do *impunizado*?

A massa, a maioria, tendo-se tornado a verdadeira força política, a superioridade reconhecida por todos, a gente acaba por suportar o seu prestígio pela mesma razão que se suportava a de um monarca ou de uma nobreza. Mas há também uma outra razão que Tocqueville nos dá: ‘Nos tempos de igualdade, os homens não têm fé nenhuma uns nos outros, por causa da sua semelhança; mas esta mesma semelhança dá-lhes uma confiança quase ilimitada no juízo do público; porque não lhes parece verosímil que tendo todos iluminações semelhantes, a verdade não se encontra do lado do maior número.’ É lógico e matemático, aparentemente: se os homens são unidades semelhantes, é o maior número dessas unidades que deve ter razão. Mas, no fundo, é uma ilusão fundada sobre o esquecimento constante do papel que a imitação desempenha nisto tudo. Quando uma ideia sai triunfante de um escrutínio, seríamos infinitamente menos levados a inclinarmo-nos diante dela se imaginássemos que os 999 milésimos das vozes obtidas por ela são simples ecos. Mesmo os historiadores mais sérios se enganam sempre sobre isso e são inclinados, como a multidão, a extasiarem-se diante da unanimidade de certos votos populares, sugeridos ao povo pelos seus chefes, como diante de qualquer coisa de maravilhoso. É preciso desconfiar muito das unanimidades; nada denota melhor intensidade da atracção imitativa. [sic]²¹²

Embora “o carácter constante de um fato social, seja ele qual for, é [seja] imitativo”²¹³, *sobretudo em sociedades altamente desiguais*²¹⁴ como a nossa:

²⁰⁹ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 183 e 224: “É verdade que à medida que um povo se civiliza a sua maneira de imitar se torna cada vez mais voluntária, consciente, reflectida? Eu acreditaria antes no contrário. [...] Devo acrescentar, é verdade, que muitas imitações são inconscientes e involuntárias desde a origem: tal é o caso [...] das ideias e dos sentimentos próprios do meio onde se vive; [...] Mas, para dizer a verdade [...] abusa-se ao acreditar que se imita porque se quis. Porque mesmo esta vontade de imitar é transmitida por imitação [...]. [sic]”

²¹⁰ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 223.

²¹¹ *Apud* TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 263, que substituiu o itálico pelo negrito.

²¹² TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 263-264.

[...] toda vez que alguém hesita entre duas maneiras de falar [o discurso *barroco* dos criminólogos *versus* o discurso *acessível* da mídia], entre duas ideias, entre duas crenças [*acreditar* ou *desacreditar* nas mentiras que a mídia expele sobre a “impunidade”], entre duas maneiras de agir, está ocorrendo nele uma interferência de irradiações imitativas, de irradiações imitativas que, a partir de focos diferentes, muitas vezes distantes um do outro no espaço e no tempo [...], se propagaram até ele. Como resolver essa dificuldade? Quais serão as influências decisivas? Essas influências, como já disse, são de dois tipos: lógicas e extralógicas. É preciso acrescentar que mesmo essas últimas são lógicas em certo sentido da palavra; por exemplo, quando diante de dois exemplos, o plebeu escolhe cegamente o exemplo do patricio, o camponês escolhe o do cidadão, o provinciano escolhe o do parisiense. No que eu chamei de cascata de imitação, que corre de cima para baixo na escala social, por mais cega que seja a imitação, ela sempre advém de uma presunção de superioridade daquele que dá o exemplo; o modelo parece possuir, sobre o imitador, uma autoridade social. Ocorre o mesmo quando, entre o exemplo de seus ancestrais e o de um inovador estrangeiro, o homem primitivo prefere sem hesitação o primeiro, que ele julga infalível; ocorre o mesmo quando, diante do mesmo dilema, o indivíduo das modernas cidades faz a escolha contrária, convencido *a priori* de que o novo é sempre preferível ao antigo. Não obstante, uma opinião como essa, fundada sobre considerações extrínsecas à própria natureza dos dois modelos comparados, das duas ideias ou volições, merece ser cuidadosamente distinguida dos casos em que a opção é baseada num juízo sobre o caráter intrínseco das duas ideias ou das duas volições, e é para esse tipo de influências decisórias que se pode reservar o epíteto de lógicas.²¹⁵

No nosso caso - o da “impunidade e de seu suposto efeito contagiante” -, a questão não se esclarece com a mera e ilusória descoberta do porquê de um haver *copiado* outro porque esse se lhe apresenta como *socialmente* (“mendigo em relação ao cidadão”), *economicamente* (“pobre em relação ao rico”), *intelectualmente* (“aluno em relação ao professor”), *ou retoricamente* (espectador em relação à mídia), *superior*²¹⁶, ou de outro haver *copiado* um porque é esse digno de *respeito e reverência* (“bandido invejado”)²¹⁷, na medida em que, no “discurso da impunidade”, não interferem ou funcionam elementos lógicos, tampouco extralógicos, senão elementos puramente *ilógicos*.

De qualquer modo, as *leis da imitação*²¹⁸ são administradas por

[...] um princípio superior: [...] [que se baseia no fato de que] a tendência que possui um exemplo, uma vez lançado num certo grupo social, a se propagar nele segundo uma progressão geométrica [...] [pressupõe que] esse grupo [deve] permanecer homogêneo. [...] Todas as vezes que uma novidade qualquer, em matéria de pregação religiosa, de programa político, de ideias filosóficas, de artigos industriais, de versos, de romances, de dramas, de óperas, aparece num lugar bem visível, quer

²¹³ TARDE, G. de. *As leis sociais*: um esboço de sociologia. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 36.

²¹⁴ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 249.

²¹⁵ TARDE, G. de. *As leis sociais...*, p. 46.

²¹⁶ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 230, *in verbis*, 250 e 267: “Desde sempre, as classes dominantes foram *ou começaram por ser* as classes-modelo.” (no original, o *italico* está substituído pelo *negrito*).

²¹⁷ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 104, 112 e 233.

²¹⁸ Ver, por todos, TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, *passim*.

dizer, numa capital, basta que a atenção de dez pessoas seja ostensivamente fixada sobre essa coisa para que em breve cem, mil, dez mil pessoas por ela se interessem e se apaixonem. Por vezes, o fenómeno reveste a característica de uma neurose. [...] Uma vez excitada a curiosidade geral, a multidão está predisposta irresistivelmente a deixar-se arrastar pelas ideias e pelos desejos de todas as espécies que o pregador, o orador, o dramaturgo, o romancista em voga, procuram popularizar. [sic]²¹⁹

Como “a união faz a força”, a *imitação* deve, em cada microsociedade (a dos acusadores da “impunidade” e a dos acusados de “impunes”), cujo agrupamento compõe a sociedade, reforçar o *script* sob pena de uma *supostamente inevitável desintegração social e de uma supostamente indelével fragilidade*.

Por essa vereda, quanto mais o indivíduo *realçar* o seu papel, imitando-o e imitando-o e imitando-o incessantemente, mais ele vai acreditar na acentuação do seu *pertencimento* à microsociedade na qual ele foi inserido (dominantes ou dominados, acusadores e acusados, “impunes” ou não), diluindo sobremaneira a sua capacidade de perceber que o aumento da *frequência repetitiva é inversamente proporcional* à sua possibilidade de *innovar* e, de corolário, de se evadir do redemoinho onde se encontra e onde estão pensando por ele.

Afinal, o pressuposto de que todos nós já cometemos ou cometeremos algum “crime”, *imitando*, assim, nossos antecessores ou próximos, independente deles haverem remanescido “impunemente ou não”, além de *esvaziar* e de *inutilizar*, invariavelmente, a discussão sobre se é a “certeza da impunidade que estimula” ou se é a nossa “tendenciosa vontade de *acusar o outro*” que é imitada, obriga-nos a aceitar que, *se tudo imitamos, é o carácter seletivo do sistema penal o que vai decidir se este ou aquele remanescerá, ou não, “impune”, usando, para tanto, esta ou aquela desculpa*.

Portanto, não existe nada de *intrínseco* ou *universal* na *imitação* que nos permita afirmar derivar ela de algum “efeito contaminador da impunidade”, apto a descortinar uma caçada aos (mesmo que ainda não), *positivamente selecionados*.

A propósito, sabendo de antemão que entre o *risco* de se beneficiar com a “impunidade” e a *certeza* de ver e fazer o outro, acusado como “impune”, *sofrer*²²⁰, preferimos quase sempre *imitar* a segunda opção por ser ela quase sempre mais *prazerosa*²²¹,

²¹⁹ TARDE, G. de. *As leis sociais...*, pp. 44-45 e 227-228.

²²⁰ NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 65.

²²¹ Sustentando a *imitação* na “consciência que cada um possui de que uma ideia ou uma vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens”, é dizer, no “prestígio da atualidade” advindo da sua “homogeneidade”, TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 12-13, 21 e 24-25, *in verbis*, analogamente, bem como 32, 35: “Ora, por si só, o facto de várias pessoas comprarem os mesmos produtos em lojas do mesmo nível, de se vestirem no mesmo costureiro ou alfaiate, de frequentarem o mesmo restaurante, estabelece entre elas, que pertencem a um mesmo mundo, uma determinada relação social e supõe que entre elas existam afinidades que essa relação apura e acentua. Cada um de nós, comprando aquilo que responde às necessidades, tem a

passa “a imprensa [, que] é o poder soberano dos novos tempos”²²², a, monopolizadamente, hipnotizar o público que, cativado, regozija-se em copiar, exponencialmente, o *exemplo inquisitório* que ela emite *alto e bom som, ao vivo e em cores*, encerrado com a *banalização* da “impunidade” como “o grande mal a ser combatido”.

Porque, para GABRIEL DE TARDE:

[...] a sociedade [...] existia já[,] sem dúvida[,] [...] desde o dia em que um homem qualquer copiou um outro [...] é [que] somente enquanto imita que ele faz parte da sociedade. [...] [Esse é] o nosso primeiro princípio: a imitatividade instintiva do homem social. [...] Aqui se revela a necessidade profunda de imitar por imitar [...]. Não é unicamente o homem, é todo o animal que, enquanto ser espiritual a diversos graus, aspira à vida social como a condição *sine qua non* do desenvolvimento do seu ser mental. [...] O laço social vai-se estreitando à medida que outros traços comuns se juntam a esse, todos de origem imitativa.²²³

É dizer, pressupondo que as pessoas irão *imitar* o que elas dizem “estar pensando a maioria da população” (opinião publicada acusatória), e não o que elas “dizem estar a minoria fazendo” (“crimes impunes”), haja vista ser *socialmente desconfortável e prejudicante*²²⁴ não fazê-lo, mormente porque:

[...] ganha-se bem pouco tempo com o acaso, [e] ganha-se infinitamente mais pelos mecanismos repetitivos próprios da vida, e sobretudo da sociedade, dado que as obras de imitação [...] estão inteiramente libertas da obrigação de atravessar, mesmo em resumo, as etapas dos progressos anteriores. Podem-me fazer ver que, se a imitação é coisa social, o que não é social, o que é natural num grau superior, é a preguiça instintiva de onde nasce a tendência a imitar para evitar o trabalho de inventar²²⁵,

e, usurpando uma suposta “autoridade social”, uma fabricada “infalibilidade solucional” e um artificial “conforto decisório” que deságuam na “preferibilidade” imitativa do público - porquanto

Ser crédulo e dócil, e sê-lo no mais alto grau como o sonâmbulo ou o homem enquanto ser social, é, portanto, antes de mais, ser imitativo [...]. [pois,] Para inovar, para descobrir, para acordar um instante do seu sonho familiar ou nacional, o

consciência mais ou menos vaga de exprimir e desenvolver dessa maneira a sua união com a classe social que se alimenta, se veste e se satisfaz de uma maneira aproximadamente análoga. [...] O laço que, pela leitura habitual de um mesmo jornal, se aperta unindo os seus leitores é muito mais íntimo e profundo! Aqui, ninguém pensaria em falar de concorrência: há apenas comunhão de ideias sugeridas e a consciência dessa comunhão - mas não dessa sugestão, que, contudo, se manifesta. [sic]”

²²² Ancorando-se em Gabriel de Tarde, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 304.

²²³ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 49, 193-194, 80, 92, nota, e 93.

²²⁴ Isso parece atualizar historicamente os sacrifícios totêmicos. Para saber mais, ver FREUD, S. *Totem...*, p. 148: “Cada homem [durante o sacrifício] se acha consciente de que está executando um ato proibido ao indivíduo e justificável apenas pela participação de todo o clã, não podendo ninguém ausentar-se da matança e da refeição.”

²²⁵ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 57 e 73.

indivíduo deve escapar momentaneamente à sua sociedade. [só com isso] Ele é supra-social, antes de social, sendo [o que torna] esta audácia tão rara [sic]²²⁶

-, consegue a mídia, esfriando²²⁷ a questão da “impunidade”, angariar, quase tendenciosamente, a imitação da maioria, homogeneizando, monotonamente, os espectadores em torno de uma aversão demonizadamente pasteurizada aos *impunizados*.

Monotonia essa advinda de um círculo vicioso que se encerra com a petição de princípio vazada na *imitação pela imitação (infantilização do espectador)*:

Não se faz tudo o que se faz por rotina ou por moda; não se acredita em tudo o que se acredita por preconceito ou sob compromisso; é verdade, embora a credibilidade, a docilidade, a passividade populares ultrapassem imensamente os limites admitidos. Mas ainda mesmo que a imitação seja electiva e reflectida, que se faça o que parece mais útil, que se acredite no que parece mais verdadeiro, as acções e os pensamentos que se escolheram foram-no: as acções, porque elas eram as mais próprias para satisfazer e desenvolver as necessidades de que a imitação anterior de outras invenções anteriores tinha depositado o primeiro germe em nós; os pensamentos, porque eles concordavam o melhor possível com o conhecimento já adquirido por nós de outros pensamentos também eles bem recebidos em razão da sua confirmação por outras ideias vindas até nós previamente ou por impressões tácteis, visuais e outras que nós conseguimos ao renovar por conta própria experiências ou observações científicas, a exemplo dos seus primeiros autores. Vê-se, sucessivamente, apoiarem-se umas nas outras, quando não cada uma sobre si mesma, e, se fizermos recuar esta segunda cadeia como a primeira, chega-se, enfim, logicamente, à imitação *nascida de si* por assim dizer, ao estado mental dos selvagens primitivos, entre os quais, como entre as crianças, o prazer de imitar por imitar é o mobil determinante da maior parte dos actos, de todos aqueles dos seus actos que pertencem à vida social. [sic]²²⁸

Encerramento esse que, todavia, não consegue *conter a progressividade geométrica*²²⁹ da imitação, haja vista que “as imitações realizadas são numerosas, mas isso não é nada em comparação com as imitações desejadas!”²³⁰. E o público *deseja*, ardentemente, a combustão de mais um “impune”.

Sendo que aquele suposto efeito “criminógeno (incentivador) da impunidade” *não é natural* porque, conforme lição de HOWARD BECKER:

As pessoas agem [...] *juntas*. Elas fazem o que fazem com um olho no que outros fizeram, estão fazendo e podem fazer no futuro. [...] Quando encaramos o desvio como ação coletiva, vemos imediatamente que as pessoas agem atentas às reações de outros envolvidos nessa ação. Elas levam em conta o modo como seus

²²⁶ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 113.

²²⁷ McLUHAN, H. M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2007, pp. 38 e seguintes.

²²⁸ Sub-rogando o itálico pelo negrito, TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 120-121.

²²⁹ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 40, 142 e 407.

²³⁰ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 133.

companheiros avaliarão o que fazem, e como essa avaliação afetará seu prestígio e sua posição [...].²³¹

Com toda razão, “aqueles que imitamos são por nós respeitados, e [...] todos aqueles que respeitamos são por nós imitados ou tendemos a imitá-los.”²³²

Isso significa que, se somos percebidos bastante da maneira como as pessoas nos enxergam, tendemos, assumindo o papel que nos foi entregue, a *agir* e a *imitar* preocupados com a avaliação dos terceiros que nos fitam. *Naturalmente*, portanto, movimentamo-nos no sentido de, impressionando nossos observadores, angariar deles o reconhecimento que permitirá nossa inclusão ou manutenção no grupo (pertencimento social).²³³

Sem embargo, quer isto dizer que, em vez de nos estimular a “impunidade”, é dizer, *a ausência de consequências penais formais das condutas dos “impunes” (impunizados)*, incentiva-nos *o que fizeram* os que dela são acusados, pois todos nós, ao *imitarmos*, preocupamo-nos, preponderantemente, com o *respeito* produzido pelo ato “desviante” *copiado*.

De fato, a acusação de “impunidade” não contribui para a amplificação do *prestígio* alcançado pela pessoa *imitada*, senão, enfraquece-o na medida em que ser *encarcerado*, independente de condenação, é o que abastecerá a *inveja* perante o “desviante” (“deificação do bandido”).

Nesses termos, *a imitação da “vontade” de outrem de sair penalmente ileso de uma conduta* (suposto “efeito contagiante da impunidade posterior”), só pode ser aceita dentro de um contexto, como o nosso, onde ela é exercida *involuntariamente*²³⁴, porque substituída pela “lógica” enlatada da mídia que, suprimindo as etapas do raciocínio inventivo, único capaz de nos livrar dessa arapuca dialética, *diferencia* os homens que, assim *não homogeneizados*, passam a acreditar, invariavelmente, na *opinião publicada que (não) os acusa de “impunes”*.

E como são acusados de “impunes”, passam a acreditar que realmente estão “impunes”, bem como a acreditar que conduziram seu desvio balizando-se pela imitação da vontade de não ser punido e na certeza de que não o serão.

²³¹ Ancorando-se em George Mead, BECKER, H. *Outsiders...*, pp. 183-184. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 200.

²³² TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 112-113.

²³³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 451.

²³⁴ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 223.

Imitamos tudo, desde os acusadores até os acusados de “impunidade”. Então, o lado que assumiremos, embora ele não seja indeslocável, não dependerá da *imitação* em si, mas sim de elementos penais *seletivamente ilógicos e arbitrários*.

Isso, requentemos, *naturalmente* não tem nada a ver com a “impunidade” porque não há demonstração de que *copiamos* o *outro* (sócio informal), porque seu ato remanesceu “impune”.

Nós eventualmente o *decalcamos* porque *quem* nos *observa* e nos *avalia* espera que nós *repitamos* o que aquele *fez*, mas somente porque isso nos enquadra mais facilmente na *personagem estigmatizada* cuja interpretação nos foi entregue, e *é adotada subliminarmente pelo grupo*, e não porque o que ele *fez* obteve, ou não, *sucesso*.

Agora, é hora de voltarmos à questão da redução da maioridade penal, anteriormente apartada para dizermos que, tanto isso é verdade que incontáveis menores de idade das favelas cariocas (aviõezinhos-peixes pequenos), “participam” do tráfico ilícito de “drogas” não porque seu *espelho* (sócio informal majoritário), *exitosamente* tem escapado da polícia (“impunidade”), mas sim porque eles, desconhecendo outro adestramento²³⁵ menos arriscado ou outro papel mais glamouroso, *invejam* as vantagens amorosas, financeiras, hierárquicas e, ou, poderosas do *espelhado*, ainda que isso lhes viabilize uma expectativa de vida que não ultrapasse, em média, os 18 anos de idade.

A propósito, já em 1898, a lição tardiana admoestava que:

Não podemos esquecer esta observação, que é das mais simples: é sempre a partir da mais tenra infância que entramos na vida social. Ora, a criança, que se volta para outrem como a flor se volta para o Sol, sofre muito mais a atração do que o constrangimento de seu meio familiar; e durante toda a sua vida, ela irá beber avidamente os exemplos recebidos. [Por fim] [...] ver-se-á que todos aqueles que imitamos são por nós respeitados, e que todos aqueles que respeitamos são por nós imitados ou tendemos a imitá-los.²³⁶

Para eles, o papel que lhes cabe nessa crônica dramática da vida urbana está limitado *profissionalmente* à traficância, *hierarquicamente* à gerência ou à chefia do tráfico e *sentimentalmente* à paixão pela menina bonita do morro que a ele se entregará orgulhosamente até que a morte os separe, quase sempre antes da maioridade.

A rigor, portanto, a “impunidade” lhes é indiferente, sobretudo porque ninguém é aceito, ou mantido, ou é melhor, ou mais reconhecido pelo grupo a que pertence ou a que pretende integrar-se porque, desviando-se, “conseguiu escapar (sair impune)”, mas sim porque sua façanha equivaleu às expectativas dos seus pares, ou, quando muito, sobressaiu-se

²³⁵ Já com essa nomenclatura em 1944, BLOCH, M. *Apologia...*, p. 43.

²³⁶ TARDE, G. de. *As leis sociais...*, pp. 38, nota 24, e _____. *As leis da imitação...*, pp.112-113.

à média, apresentou-se como mais difícil de ser imitada, como mais útil, mais vantajosa ou mais impressionante, é dizer, como incomensuravelmente *mais reconhecível*, ou melhor, como uma *perfeita, impecável e irretocável interpretação do papel disponível, aguardada ansiosamente pelos expectadores dispostos na primeira fila!*

No encerramento da conta é até respeitável e, por isso, quase desejável, em razão da maior incorporação ao e coesão do grupo, que ele seja, algum dia, pego e se mantenha em silêncio!

Clarificando as coisas, a “impunidade” *não incentiva*, puramente, como “impunidade”, é dizer, exclusivamente, por si mesma e por suas próprias forças. Todavia, a mídia a utiliza como *subterfúgio* para, genericamente, *fomentar a reprodução útil da violência* e, de consequência, da própria *clientela* do sistema penal. Ou seja, ela é um *subproduto* da rotulação ao mesmo tempo em que rotula, *recicladamente*, as novas “embalagens plagiadas”.

*À medida que o grau de confusão entre o papel interpretado, cujo roteiro é entregue pronto ao etiquetado como “impune”, e a própria personalidade aumenta, proporcional e indelevelmente aumenta o nível de deterioração do próprio sujeito*²³⁷ *como pessoa autônoma, passando esse, ao final do procedimento, a apresentar-se como um autômato que só responde ao que lhe é, e como lhe é, perguntado e exigido.*

Nesse instante *incorpora* ele, *definitiva e irreversivelmente*, seu novo *status* indissociável (síndrome de Alicate), passando, *ad instar* dessa personagem da película *Cidade de Deus*, e reverberando na vida real o roteiro ficcional interpretado na trama, a envolver-se com tóxicos, a “traficar” e a desaparecer.²³⁸

O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante. [...] Para reduzir uma argumentação complexa a poucas palavras: ao invés de os motivos desviantes levarem a comportamento desviante, ocorre o contrário; o comportamento desviante acaba por produzir a motivação desviante.²³⁹

Para DONALD WINNICOTT, e a *realidade da guerra* que contextualizou suas pesquisas pode ser por nós “simbolicamente metaforizada”, como o fizeram TOBIAS BARRETO²⁴⁰ e MICHEL FOUCAULT²⁴¹ para o poder punitivo que inadmite que o

²³⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 431 e 453.

²³⁸ In<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1082097-apos-10-anos-metade-do-elenco-de-cidade-de-deus-desistiu-de-atuar.shtml>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

²³⁹ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 45 e 51.

²⁴⁰ MENESES, T. B. de. *Fundamentos...*, p. 650: “Quem procura o fundamento jurídico da pena deve também procurar, se é que já não encontrou, o fundamento jurídico da guerra. [*sic*]” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em*

“inimigo” permaneça “impune” em razão do “provável perigo que a mídia, as agências penais e os próprios educadores, enviesados e enfeitiçados politicamente²⁴², dizem esse ‘hostil’ representar”:

[...] é preciso conhecer o mais possível as ideias e os sentimentos que a criança já tem naturalmente, e sobre os quais as notícias de guerra serão plantadas. Isso, lamentavelmente, complica bastante as coisas, mas nada pode alterar o fato de que a complexidade existe, de fato. Todos sabemos que a criança está preocupada com um mundo pessoal, o qual só é consciente até certo limite, e requer uma dose considerável de manipulação. A criança lida com guerras pessoais que se travam em seu íntimo e, se seu procedimento exterior está de acordo com padrões civilizados, isto é apenas o resultado de uma luta intensa e constante. Quem esquece isso vê-se repetidamente tomado de perplexidade pelas evidências de colapso dessa superestrutura civilizada e pelas inesperadas reações veementes a eventos muito simples. Imagina-se, às vezes, que as crianças não pensariam em guerra se esta não fosse inculcada em suas cabeças. Mas quem se der ao trabalho de descobrir o que se passa sob a superfície da mente de uma criança irá descobrir que ela já tem conhecimentos sobre cobiça, ódio e crueldade sobre amor e remorso, sobre o impulso para fazer o bem e sobre a tristeza. As crianças compreendem muito bem as palavras bom e mau, e não adianta dizer que, para elas, essas ideias estão apenas na fantasia, uma vez que, na verdade, seu mundo imaginário pode parecer-lhes bem mais real do que o mundo externo. Devo deixar claro, neste ponto, que estou falando da fantasia predominantemente inconsciente, e não de fantasiar ou devanear ou inventar histórias conscientemente elaboradas. Só nos será possível chegarmos a entender as reações infantis à veiculação de notícias de guerra se estudarmos primeiro, ou pelo menos levarmos em conta o mundo interior imensamente rico de cada criança, o qual constitui o pano de fundo para tudo o que nele for pintado a partir do noticiário da realidade externa de hoje. Só quando o professor realmente conhece a criança de um modo pessoal é que o terreno está preparado para se fazer o melhor uso da guerra e dos noticiários de guerra na educação. Como na prática o conhecimento que o professor pode ter de cada criança é limitado, um bom plano seria permitir às crianças que fizessem alguma outra coisa - que lessem ou jogassem dominó - ou que fossem dar um passeio enquanto a BBC estiver transmitindo as notícias de guerra. [...] O assunto certamente merece estudo, visto que, como tantos outros, nos leva muito além dos procedimentos educacionais cotidianos, atingindo as origens da própria guerra e os aspectos fundamentais do desenvolvimento emocional do ser humano.²⁴³

Considerando que as “intempéries ambientais e maternais” *interferem de maneiras e em momentos distintos sobre cada indivíduo*, evidenciado fica que *o instante do amadurecimento de uma pessoa diverge significativamente do da outra*, o que *desqualifica* como “seguro e justo” qualquer critério prévio, fixo e genérico sobre a maturidade do agente estereotipado (artigo 27, do CP).

busca..., pp. 199-200, 203, nt. 14, 222, nt. 33, e p. 223. Ver, também, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 57 e seguintes.

²⁴¹ FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. 5. re. Rio de Janeiro: NAU, 2003, p. 57.

²⁴² Sobre a intencionalidade política respondida pela mídia, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 27.

²⁴³ WINNICOTT, D. W. *Privação...*, pp. 28-29.

Resta demonstrado, portanto, que a *privação de cuidados*, sobretudo maternos, ou melhor, a *deprivação*²⁴⁴ pela qual passam os menores “carentes” em nosso país, porque impediendo o alcance da sua *maturidade integral*, exige, no mínimo, a atração do *eufemismo* propiciado pelo artigo 66, do CP, utilizável como atenuante genérica vazada em uma *coculpabilidade da sociedade*²⁴⁵ (maratianismo²⁴⁶, magnaudianismo²⁴⁷ ou sykesianismo e matzanismo²⁴⁸), *refratária de qualquer tendência redutora da maioridade penal*.

Mas, não só a privação de cuidados maternos tem essa consequência, porquanto, segundo o conceito *anômico* durkheimiano, “o desvio se produz em *relação inversa ao grau de integração da sociedade, religiosa, doméstica, política*.”²⁴⁹

No mais, quando muito, o fato do menor poder votar aos 16 anos significa *apenas* que nossos representantes políticos *cooptaram precocemente* (maturação prematura forçada por gás etileno *versus* rebeldia serôdia repelida com gás lacrimogêneo), sua participação no sufrágio porque isso lhes interessava e interessa na medida em que lhes era e é *mais fácil manipular e adestrar um eleitor cujo amadurecimento cognitivo provavelmente ainda não esteja completo*.

E justamente porque esse *despreparado* eleitor, elegendo-os, continuará depois não tendo condições de aferir o que há de errado por trás das *leis obscuras* que eles confeccionarão, votarão e aprovarão, “consentindo”²⁵⁰ com as que, e até mesmo se

²⁴⁴ Donald Winnicott *apud* BIRMAN, J. *Cadernos...*, p. 53. Na fonte, WINNICOTT, D. W. *Da pediatria...*, pp. 406 e seguintes.

²⁴⁵ HASSEMER, W. *Introdução aos fundamentos do direito penal*. Porto Alegre: SAFe, 2005, p. 374. Ver, ademais, TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 131 e 166. Ver, também, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 184 e 205. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. *Manual de Direito Penal brasileiro: parte geral*. 5. ed. São Paulo: RT, 2004, p. 580.

²⁴⁶ MARAT, J. *Plano de legislação criminal*. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008, *passim*.

²⁴⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 86 e 134.

²⁴⁸ MATZA, D.; SYKES, G. *La delinquenza giovanile: teorie ed analisi*. In *i classici di sociologia*. Roma: Armando Editore, 2010, *passim*. Verificar a *primeira técnica de neutralização* proposta por esses autores em ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 162-163. Consultar, ainda, a mesma obra, p. 214 (quinneyanismo).

²⁴⁹ Na fonte, DURKHEIM, É. *O suicídio*. In coleção a obra-prima de cada autor. 1. re. São Paulo: Martin Claret, 2008, p. 207. Ver, ainda, sobre a transcrição, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 138, 139, *in verbis*, e 223.

²⁵⁰ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 86: “Fundamental para Luhmann é que o sistema obtenha ‘consenso’, entendido quase como um conjunto de apatias fundadas na falta de informação ou ignorância, considerada por Luhmann como uma ‘facilidade de eleição’.” No original, LUHMANN, N. *Sociologia do direito*, v. I. In coleção biblioteca tempo universitário, n. 75. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, *passim* e _____. *Sociologia do direito*, v. II. In coleção biblioteca tempo universitário, n. 80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, *passim*. Ver, ainda, DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. In coleção tópicos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, especialmente pp. 399 e seguintes, e 417 e seguintes. Ver, também, quanto ao *correcionalismo*, YOUNG,

enquadrando nos papéis das que²⁵¹, *ad futurum*, pretenderem reduzir a maioria penal, aumentar alguma(s) pena(s), (re)inventar algum(ns) “crime(s)”, eliminar algum(ns) direito(s) *etc.*

Mutatis mutandis:

Não esqueçamos que Sólon, no dizer de Aristóteles, redigiu as suas leis propositadamente obscuras, a fim de darem lugar a muitas controvérsias, permitindo dessa forma ao Estado o meio de aumentar, pelo julgamento, a sua autoridade sobre os cidadãos.²⁵²

Não é à toa que o artigo 155, § 4º, inciso II, do CP, tem a pena absurdamente *dobrada*²⁵³ no caso de o criminalizado praticar o furto “mediante destreza”, porque ao eleitor *não cabe ser “esperto”*²⁵⁴, devendo limitar-se a ser “passivo”, a ser “parvo”, e a aceitar, “resignadamente”, as orientações midiático-empresarial-morais.

Essa posição *resignado-mazoquista* foi descortinada por ERVING GOFFMAN, em *Estigma*:

Exige-se do indivíduo estigmatizado que ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada, e nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve-se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele. Em outras palavras, ele é aconselhado a corresponder naturalmente, aceitando com naturalidade a si mesmo e aos outros, uma aceitação de si mesmo que nós não fomos os primeiros a lhe dar. Assim permite-se que uma *aceitação-fantasma* forneça a base para uma *normalidade-fantasma*. Deve ele aceitar profundamente a atitude do eu que é definida como normal em nossa sociedade e deve ser parte dessa definição a tal ponto que isso lhe permita representar esse eu de um modo irrepreensível para uma audiência impaciente que fica em semiprontidão à espera de uma outra exibição.²⁵⁵

Ser *esperto* não é “crime”, embora a *esperteza* acentue sobremaneira a conduta, a tipicidade, a antinormatividade e, por que não, a culpabilidade²⁵⁶, elevando-as ao *dobro*, porquanto é o “estulto”, o “obtusos”, o “passivo”, o “irresoluto”, o “resignado”, o “acrítico”, o

J. Criminologia da classe trabalhadora. In TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. (Orgs.). *Criminologia...*, p. 78.

²⁵¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 136.

²⁵² CALAMANDREI, P. *Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1960, p. 126.

²⁵³ Absurda, desarrazoada e desproporcionalmente passa de 1 a 4 anos para 2 a 8 anos.

²⁵⁴ *A fortiori*, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 261.

²⁵⁵ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 133.

²⁵⁶ TAVARES, J. *Teoria do injusto penal*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, pp. 129-130 e 136.

“despreparado”, o “inexperiente”, o “imaturo” que interessa ao sistema penal, que dele vai se servir *mais facilmente* como personagem em sua própria tragédia anunciada.²⁵⁷

E não deve ser mesmo um “crime” justamente porque a própria reiteração que a promove a denuncia, de sorte que “o hábito não traz perigo, pois não engana ninguém.”²⁵⁸

Então, não é que com 16 anos tenha ele condições de votar, é que com 16 anos “disseram-lhe” que ele tinha, passando ele, a partir de então, a estar, *não eleitoralmente*, mas “*civilmente obrigado*” a participar das eleições, sob pena de o malogro político da sua cidade, Estado ou país lhe ser atribuído por omissão²⁵⁹ (faculdade convertida em dever por silepse).

Requentando, isso é assim pelo simples fato de que nossos políticos precisam cada vez mais de pessoas “incapazes de exercer um juízo crítico”, porque elas são mais facilmente manipuláveis e selecionáveis²⁶⁰.

O voto aos 16 anos, portanto, criou uma nova clientela acrítica e condicionável à vontade do elegível.

Por outro lado, essa mesma pseudocapacidade é o que vai permitir e facilitar a assunção dos papéis desviantes pelos menores de idade como vasilhames a preencher, porque *vazios, volúveis e etiquetáveis*.

Essa é mais uma das mazelas punitivas *permanentes* de um país *politicamente*, ainda que apenas em uma pequena medida, *despudorado*.

“O Japão, diante do ‘aumento súbito’ da criminalidade de jovens, ampliou a maioria para 20 anos - ‘pois é com educação que se previne a violência.’”²⁶¹

Enquanto nós, pelo menos por enquanto, seguimos *mantendo* a possibilidade de os menores responderem “penalmente” (equivalentemente - artigo 103, do ECRIAD), por seus atos já a partir dos *12 anos de idade* (artigo 105, do ECRIAD), o que demonstra a *incoerência* da tentativa de reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, em uma perspectiva otimista, obviamente.

²⁵⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 134. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 345 e 453.

²⁵⁸ BLOCH, M. *Apologia...*, p. 53.

²⁵⁹ Como entendia TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 53-54. Absurdamente, porém, ver a *ofensiva* campanha de esclarecimento ao eleitor: “Pense bem antes de votar”, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para as eleições de 2014, in <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/campanhas-publicitarias-eleicoes-2014>>. Acesso em: 15 set. 2014.

²⁶⁰ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 134.

²⁶¹ SIMÕES, R. G. Jovens gradeados. *Jornal A Gazeta*, Espírito Santo, p. 17, 23 abr. 2013.

Todas essas supostas *novas criminalizações* ou *recriminalizações* na verdade não representam uma criminalização na original acepção do termo, embora tenham os mesmos efeitos que essa (criminalização por elipse).

Em qualquer hipótese, não passam elas de outra forma de *estigmatização*, aquela por *impunização*, com consequente *seletividade* também por *impunização*.

Porque “a obra é muitas vezes mais fascinante que o artista”²⁶², extrai-se que de algum tempo para cá a questão penal - criada pelos empreendedores morais, que acreditavam que a controlariam -, *autonomizou-se*²⁶³ (*ad instar* do robô maligno Omnidroid v. 10, fabricado pelo vilão Síndrome, e que se rebela contra seu artífice²⁶⁴), usurpando o poder punitivo seletivo seu centro, na medida em que ela(e) ganhou *status próprio* e *independente* das suas *reais causas* que são os conflitos *promovidos* entre as (dissemos “entre” e não “pelas”) pessoas, não por vontade própria, mas por “provocação”, embora não direta²⁶⁵, *da desigualdade rentária, da desigualdade de oportunidade educacional, trabalhista e recreativa, da desigualdade familiar, da desigualdade residencial, da desigualdade religiosa etc. (desculpas para o etiquetamento)*, em um país onde as *metas sociais (objetivos individuais)*, convergem para a necessária demonstração de um “sucesso”, hoje em dia *não só econômico*, que, *objetivamente pautado pela mídia*²⁶⁶ (*pasteurização midiática*), não está franqueado, *em igual medida*, a todas as pessoas (tensão anômica mertoniana modificada)²⁶⁷.

Essa *emancipação* da questão penal (“inteligência artificial”), portanto, tem tido o poder de “funcionar” como um véu que esconde a *manutenção das reais causas da real conflitividade* que, embora permaneça *irresolvida*, porquanto a sua *insolubilidade* é o que viabilizará a constância “imprescindivelmente atuacional das agências penais”, *paradoxalmente* se apresenta como “solucionada”, mesmo que por pouco tempo.

É por isso, ou seja, pela *real insolubilidade permanente da questão de fundo* que essas situações, apesar de sempre virem à tona em busca de oxigênio, são torturadamente (re)afogadas.

²⁶² TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 169-170.

²⁶³ Em parte, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 441.

²⁶⁴ Ver Os incríveis. Brad Bird. E. U. A.: Disney-Pixar, 2004, DVD.

²⁶⁵ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 21. ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 156-157.

²⁶⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 170-171.

²⁶⁷ MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1970, pp. 203 e seguintes, 231 a 233, e 235 e seguintes. Quanto ao final do parágrafo, consultar ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 169.

E, como as *pseudossoluções* (a)técnicas que raramente surgem logo ficam *obsoletas*, quem diz “impunidade” *renova* o coro de quem ecoa “seletividade positiva suspensa”.

Mas, essa “suspensão, ou seja, essa irrealização provisória da seletividade” deveria ser convertida em “sucesso”?

Aqui, ficamos no meio da encruzilhada entre *aumentar a seletividade* (diminuição unilateral ou bilateral da “impunidade”), e *diminuir a seletividade* (aumento pasteurizado unilateral ou bilateral do “sucesso” punitivo), visto que, como *vasos comunicantes*, um *aumento da seletividade*, através de uma injeção medonha, pode significar *uma expansão do poder punitivo “teleguiado” e um consequente aumento da distância* entre aqueles que são *grosseiramente* etiquetados como “impunes” (isto sem falarmos dos criminalizados), e aqueles que *refinadamente* não o são, com justaposta majoração da discrepância entre os *dominantes* e os *dominados*²⁶⁸ (herança da teologia escolástica medieval²⁶⁹), enquanto que uma *diminuição da seletividade* “pode”, embora improvavelmente, franquear uma expansão “indiscriminada” do poder punitivo aos invulneráveis.

Nesse momento, imaginando que o poder punitivo exerce uma força gravitacional atrativa absurda, estaríamos sobre uma gangorra. Na primeira hipótese, o *sobrepeso apenas de um lado* - obviamente que sempre do lado que toca o chão, o lado inferior, o dos dominados -, não permitirá o equilíbrio das posições. Mas, na segunda hipótese, um *sobrepeso bilateral* - o dos dominantes e o dos dominados -, levará a um rompimento equidistante no ponto que sustenta a haste que assenta as posições, desconfortando ambos. Já na terceira hipótese, a *inversão* das pranchas - aumento da massa dos dominantes e redução da massa dos dominados, com rebaixamento da que estava no alto (invulneráveis) e elevação da que estava no baixo (vulneráveis) -, apenas representará uma *sinonímia punitiva*, mantendo-se o teor de seletividade do sistema.

²⁶⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 325. Ver, também, FAULKNER, W. *Enquanto agonizo*. In coleção L&PM pocket, v. 747. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 194. Ver, no mais, TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 80. _____. *As leis da imitação...*, p. 121, nota. Ver, ainda, LOBATO, M. *Fábulas: os animais e a peste*, v. 4. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 32. Ver, ademais, FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. In coleção leituras filosóficas. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008, p. 10. Ver, outrossim, MARTÍN, L. G. *Prolegômenos para a luta pela modernização e expansão do direito penal e para a crítica do discurso de resistência*. Porto Alegre: SAE, 2005, pp. 119 e seguintes. Ver, por fim, COUTINHO, E. G. Gramsci: a comunicação como política. In COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 45: “Gramsci parte do reconhecimento de que toda questão política baseia-se em um fato elementar: a existência de governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Esse é o ‘fato primordial’ da política, diz ele (1999, v. 3, p. 325). Os grupos dominantes querem continuar dominando. Os grupos dominados resistem à dominação.”

²⁶⁹ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 20-21 e 68.

Nenhuma recalibragem punitiva presente em qualquer das três hipóteses, incluídas suas variações, é saudável, pois ambas expandem indesejavelmente o poder punitivo (extracriminalização vertical e sobrecriminalização horizontal), mediante uma progressão da “legitimação da seletividade advinda da impossibilidade de igualdade no tratamento ou mediante uma majoração da desconstrução do próprio sistema de contrapesos (poder punitivo *versus* direito penal)”.

Porém, um poder punitivo tal qual o atual, é dizer, caracterizado por uma hiperinflação legislativa penal, por um embrutecimento policial, por uma seletividade às vezes *à la carte*, às vezes *table d’hôte*, mas sempre a granel, por uma omissão e uma convivência judiciais (decretação excessiva de prisões preventivas, v. g.), por uma alienação ministerial (denúncias de “crimes” desprovidos de bem jurídico, como o “tráfico”²⁷⁰), por um emulsionamento populacional prisional (hiperpopulação presidiária), e por uma privatização carcerária, não pode frutificar sob a desculpa esfarrapada de que, *rebus sic stantibus* ou havendo uma piora (endurecimento) delas, “a criminalidade e a impunidade não avançarão”.

O *poder punitivo* é um *passe-partout* que, além da questão *estética*, serve para *isolar* a “obra de arte” (invulneráveis), daqueles “objetos” (*res* = vulneráveis), que não possuem um “ph neutro”, que é o que indica a “acidez” (rebeldia contra o sistema), a “neutralidade” (conformidade ao sistema), ou a “alcalinidade” (energia útil ao sistema), de uma solução (sociedade). De seu lado, o *direito penal* é uma ciência, é o saber dos juristas, competindo-lhe a *contenção da seletividade*²⁷¹.

Considerando as estratégias do sistema penal, voltadas para uma *clivagem social vermífuga*, ressalta “lógico” que uma interpretação da *diminuição da seletividade*, condizente com uma *diminuição da criminalização dos vulneráveis* (“insucesso” seletivo), e com um consequente *aumento da criminalização dos invulneráveis*, *chega a ser “impensável”, ainda que utopicamente*.

A não ser *sazonalmente*, como quando, por exemplo, o sistema penal, pretendendo dar a entender que a *seletividade* entre vulneráveis e invulneráveis é “semelhante”, descortinou, por pouco tempo, ou seja, apenas no dia 04 de abril de 2013, o “dia do combate à corrupção”, uma megaoperação nacional visando a selecionar, na *prática*, alguns poucos dominantes (lançamento de confetes punitivos).

²⁷⁰ TAVARES, J. *Teoria do injusto...*, pp. 179 e seguintes.

²⁷¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 37-38 e 433. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 40 a 42.

Tão difícil, porém, quanto a redução da seletividade dos vulneráveis é o aumento da seleção dos invulneráveis²⁷², embora o “discurso da impunidade” geralmente se dirija contra essas duas seletividades, ou melhor, contra a “ociosidade” de ambas.²⁷³

A rigor, portanto, a “frustração da seletividade, evidenciada (falsamente) pela impunidade”, não deve diminuir, tampouco aumentar, em razão de que ambos, *aumento* ou *diminuição*, poderão provocar, dependendo da “demanda por ordem” vigente, *o inevitável espraiamento do poder punitivo e da sua indevida (re)legitimação*.

Desse modo há que se deslegitimar o modus operandi do programa criminalizador primário e da criminalização secundária, pois só assim se deslegitimará a seletividade e, de consequência, o “discurso da impunidade”, que naquele tem encontrado guarida “confortável”.

Porque sustentada sobre *evidências e conclusões falsas*, rigorosamente considerada, não ultrapassa a “impunidade”, então, os limites de um *mito*.

Em *Mitologias*, resumindo toda a esquematização estrutural e lógica do mito, encaixável, perfeitamente, no nosso caso, à questão da “impunidade”, ROLAND BARTHES, preparatoriamente, esclarece que:

[...] o mito é uma linguagem. [...] *o mito é uma fala*. Naturalmente, não é uma fala qualquer. São necessárias condições especiais para que a linguagem se transforme em mito [...]. Mas o que se deve estabelecer solidamente desde o início é que o mito é um sistema de comunicação, uma mensagem. Eis porque não poderia ser um objeto, um conceito ou uma ideia: ele é um modo de significação, uma forma. [Com efeito,] [...] já que o mito é uma fala, tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso. O mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como a profere: o mito tem limites formais, contudo não substanciais. Logo, tudo pode ser mito? Sim [...], pois o universo é infinitamente sugestivo. [...] Uma árvore é uma árvore. Sim, sem dúvida. Mas uma árvore, dita por Minou Drouet, já não é exatamente uma árvore, é uma árvore decorada, adaptada a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma, de um *uso* social que se acrescenta à pura matéria. [De sorte que] [...] o mito é uma fala escolhida pela História: não poderia de modo algum surgir da ‘natureza’ das coisas. Esta fala é uma mensagem. Pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas ou representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isso pode servir de apoio à fala mítica.²⁷⁴

A linguagem mítica da “impunidade”, ou melhor dizendo, sua *metalinguagem* ou *metamensagem*, arrima-se *historicamente*, e *não naturalmente*, na infindável consideração de que os “invisíveis sociais”, desde a genealogia do discurso, são *enfeitados* para “se apresentarem” como aptos apenas ao consumo dos que, antecédidos e bem servidos pela

²⁷² Alheios a essa diferença os trobriandeses pesquisados por MALINOWSKI, B. *Crime...*, p. 41.

²⁷³ Indiretamente, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 40.

²⁷⁴ BARTHES, R. *Mitologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, pp. 11 e 199-200.

propaganda midiática, vão, respectivamente, devorá-los ou moê-los em suas engrenagens produtivas ou neutralizadoras.

Ainda segundo ele:

[...] Mas a ciência [o sistema penal] despreza o inefável: ela precisa falar a ‘vida’, para poder transformá-la. [...] Recordo, portanto, que toda a semiologia postula uma relação entre dois termos, um significante e um significado. Relacionando objetos de ordem diferente, não constitui uma igualdade, mas sim uma equivalência. É preciso não esquecer que, contrariamente ao que sucede na linguagem comum, a qual me diz simplesmente que o significante *exprime* o significado, devem-se considerar em todo o sistema semiológico não apenas dois, mas três termos diferentes; pois o que se apreende não é absolutamente um termo, um após o outro, mas a correlação que os une: temos, portanto, o significante, o significado e o signo, que é o total associativo dos dois primeiros termos. Tomemos um ramo de rosas: faç-o *significar* a minha paixão. Não existem apenas aqui um significante e um significado, as rosas e a minha paixão? Nem sequer isto: para dizer a verdade, só existem rosas ‘passionalizadas’. Mas, no plano da análise, estamos perante três termos; pois estas rosas carregadas de paixão deixam-se perfeita e adequadamente decompor em rosas e em paixão: esta e aquelas existiam antes de se juntar e formar este terceiro objeto, que é o signo. [...] No mito, pode-se encontrar o mesmo esquema tridimensional de que acabei de falar: o significante, o significado e o signo.²⁷⁵

À semelhança do que ocorre com a “impunidade”, despreza o sistema penal a *impossibilidade ou a dificuldade expressiva (indescritibilidade)*, optando por uma linguagem *simplória* para, afirmando “revelar” uma realidade tão complexa, conseguir *interpretá-la, transformando-a e conectando, pervertidamente, objetos de ordem diferente, fazendo com que seletividade equivalha a “impunidade”*. Para nós, as “rosas passionalizadas” seriam: “todos os criminosos estão impunes, ou, de outro modo, só existem criminosos impunes”. Embora, no nosso caso, não existam, previamente (é dizer, *naturalmente*), a não ser a partir de um batismo legislativo, “criminosos”, mas sim, apenas *criminalizados*, tampouco “impunes”, havendo, apenas, *selecionados (impunizados)*.

Conforme ROLAND BARTHES:

Mas o ponto capital em tudo isso é que a forma não suprime o sentido, apenas o empobrece, afasta-o, conservando-o à sua disposição. Cremos que o sentido vai morrer, mas é uma morte prorrogada: o sentido perde o seu valor, mas conserva a vida, que vai alimentar a forma do mito. O sentido passa a ser para a forma como que uma reserva instantânea de história, como uma riqueza submissa, que é possível aproximar e afastar numa espécie de rápida alternância: é necessário que a cada momento a forma possa reencontrar raízes no sentido e aí se alimentar; e, sobretudo, é necessário que ela possa se esconder nele. É esse interessante jogo de esconde-esconde entre o sentido e a forma que define o mito. [...] essa história que se derrama da forma é o conceito que vai absorvê-la totalmente, pois o conceito é determinado, sendo, simultaneamente, histórico e intencional; é a força motriz que faz proferir o mito. [...] O conceito restabelece uma cadeia de causas e efeitos, de motivações e de intenções. Ao contrário da forma, o conceito não é absolutamente abstrato, mas está repleto de uma situação. Graças ao conceito, toda uma história é implantada no mito [...]. [...] Para dizer a verdade, o que se investe no conceito é

²⁷⁵ BARTHES, R. *Mitologias...*, pp. 202 a 205.

menos o real do que um certo conhecimento do real; passando do sentido à forma, a imagem perde parte do seu saber: torna-se disponível para o saber do conceito.²⁷⁶

Depois de certo tempo de vigência, portanto, *a forma passa a ser mais importante do que o conteúdo*, bastando a emissão de uma simples mensagem imagética, por exemplo, para que o mito da “impunidade” seja reabastecido como “verdade”, realimentando-se a crença *mítica* de que “todos os criminosos estão e sempre estarão impunes”. Acovardando-se atrás (, ou melhor, *ao lado*), desse *sentido* que foi paulatinamente *pervertido*, reformula *sensacionalmente* o sistema penal o *conceito de seletividade*, derramando-o para fora da sua borda, situacionando histórica e reiteradamente na psique das pessoas apenas uma centelha da realidade que vai submeter o *gesto* ou a *palavra* do “criminoso” à *luxúria (pré)conceitual de uma sociedade estigmatizante*.

Como revela o mesmo autor:

De fato, o saber contido no conceito mítico é um saber confuso, constituído por associações frágeis, ilimitadas. É preciso insistir sobre esse caráter aberto do conceito; não é absolutamente uma essência abstrata, purificada, mas sim uma condensação informal, instável, nebulosa, cuja unidade e coerência provêm, sobretudo, da sua função. Nesse sentido, pode-se dizer que a característica fundamental do conceito mítico é a de ser *apropriado* [...] [haja vista que] o conceito corresponde a uma função precisa: define-se como uma tendência [no caso da “impunidade”, uma “tendência” *provocada*]. [...] Esta repetição do conceito por meio de formas diferentes é preciosa [...]: é a insistência num comportamento que revela a sua intenção. [...] É preciso notar, em primeiro lugar, que, no mito, os dois primeiros termos são perfeitamente manifestos (ao contrário do que se passa em outros sistemas semiológicos): um não se ‘esconde’ atrás do outro, estão ambos presentes *aqui* (e não um aqui e o outro lá). Por mais paradoxal que isso possa parecer, o *mito não esconde nada*: tem como função deformar, não fazer desaparecer. Não há nenhuma latência do conceito em relação à forma [...]. [...] A relação que une o conceito do mito ao sentido é essencialmente uma relação de *deformação*. [...] O mito é um *valor*, não tem a verdade como sanção [...].²⁷⁷

Apesar de ela assim não se apresentar aos olhos das pessoas, tecnicamente é a “impunidade”, por via transversa, uma composição *confusa* (“quanto mais se punem as pessoas mais pessoas cometem crimes!”), porque montada sobre afirmações *prematuras, frágeis e voláteis* que desprezam as *estatísticas* e o prognóstico tardiano de que, *quæ sera tamen*:

Virá um dia, esperemo-lo, em que um deputado, um legislador, chamado a reformar a magistratura ou o código penal, e ignorando (por hipótese), a estatística criminal, será coisa tão rara, tão inconcebível como poderia ser nos nossos dias um condutor de autocarro cego ou um chefe de orquestra surdo.²⁷⁸

²⁷⁶ BARTHES, R. *Mitologias...*, pp. 209-210.

²⁷⁷ BARTHES, R. *Mitologias...*, pp. 210 a 215.

²⁷⁸ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 161-162.

Nesse tom, aproveita-se o sistema penal de situações *informais, instáveis e nebulosas* que, *paradoxalmente*, apenas adquirem uma *afirmada* “coerência lógica” quando a *função* que delas se pretende arrancar (“convencer que a impunidade é uma realidade”) é por ele *apropriada (revalorada)*, para, repetindo-a incessantemente - mas não com o fim de revelar sua *intenção* -, *deformá-la* mediante a *sonegação* do seu real *conceito*.

Falta examinar um último elemento [...]: a sua motivação. [...] Quanto à significação mítica, nunca é completamente arbitrária, sendo sempre em parte motivada e contendo fatalmente uma parte de analogia. [...] A motivação é necessária à própria duplicidade do mito; o mito joga com a analogia do sentido e da forma: não existe mito sem uma forma motivada. [...] A motivação é fatal. No entanto, não deixa de ser muito fragmentária. Para começar, não é ‘natural’ [...]. Por outro lado, a analogia entre o sentido e o conceito é sempre apenas parcial [...]. [A rigor] [...] em geral, o mito prefere trabalhar com imagens pobres, incompletas, nas quais o sentido já está diminuído, disponível para uma significação: caricaturas, pastiches, símbolos *etc.* [...] Como o mito é recebido? [...] é o próprio leitor [espectador] dos mitos que deve revelar [(*não deveria*, mas acaba por *propalar e aplicar*)] a função essencial destes últimos. Como é que, *hoje*, ele acolhe o mito? Se o acolhe inocentemente, que interesse há em propor-lhe? E se o lê de um modo refletido, tal como o mitólogo, que importância tem o álibi apresentado? [...] Numa palavra, a intenção do mito é demasiado obscura para ser eficaz ou demasiado clara para que se acredite nela. Em ambos os casos, onde está a ambiguidade? Isso não passa de uma falsa alternativa. O mito nada esconde e também nada ostenta: ele deforma; o mito não é uma mentira nem uma confissão: é uma inflexão. [...] Atingimos assim o próprio princípio do mito: transforma[r, *ficticiamente*,] a história em natureza. [Enfim,] [...] para o leitor do mito [...] tudo se passa como se a imagem provocasse *naturalmente* o conceito e o significante *criasse* o significado: [...] o mito é uma fala *excessivamente* justificada [segundo o étimo da direita]. [...] Na realidade aquilo que permite ao leitor [espectador] consumir o mito inocentemente é o fato de ele não ver no mito um sistema semiológico, mas sim um sistema indutivo: onde existe apenas uma equivalência, ele vê uma espécie de processo causal: o significante e o significado mantêm, para ele, relações naturais. Pode-se exprimir essa confusão de um outro modo: todo o sistema semiológico é um sistema de valores; ora, o consumidor do mito considera a significação como um sistema de fatos: o mito é lido como um sistema factual, ao passo que é apenas um sistema semiológico.²⁷⁹

“Motivação” e “analogia” essas que na “impunidade” se revelam através da *centelha da seletividade positiva suspensa* (“*motivacional*”), que, por um processo de *indução* (“*analógica*”), facilita a passagem do *individual* e do *isolado* para o “genérico” e o “contextualizado”, extraíndo de um caso onde não se descobriu o culpado, ou onde esse fora absolvido ou solto, toda uma avalanche “*contaminadora e totalizante* de impunidade”.

Por ser *fragmentária e artificial* a “motivação”, e *parcial* a “analogia” entre o sentido e o conceito de “impunidade”, prefere (precisa) o sistema penal-midiático trabalhar com elementos que já tenham sido *empobrecidos*, cujos conteúdos já tenham sido *vilipendiados* o suficiente para receberem uma maior carga *significacional estigmatizante*.

Depois disso já pode o “grotesco” ser “descoberto” e *propalado* facilmente pelo espectador que, sem muito esforço, meramente *inflexionando* em dois ângulos de noventa

²⁷⁹ BARTHES, R. *Mitologias...*, pp. 217 a 223.

graus o corpo junto ao sofá, acolhe-o, equivocadamente, como uma *consequência natural da causalidade, justificada por si mesma e axiologicamente neutra*²⁸⁰.

Por fim, arremata a lição barthesiana:

Qual é a função específica do mito? Transformar um sentido em forma. Isto é, o mito é sempre um roubo de linguagem. [...] A língua, que é a linguagem mais frequentemente roubada pelo mito, oferece pouca resistência. Ela própria contém certas predisposições míticas, o esboço de um aparelho de signos destinados a manifestar a intenção com que é utilizada; é aquilo que poderíamos chamar de *expressividade* da língua; [...] A língua se presta ao mito [...] [porquanto] é muito raro que ela imponha desde o início um sentido pleno, indeformável. Isto provém da abstração do seu conceito; o conceito de *árvore* é vago e se presta às mais variadas causalidades. Não há dúvida de que a língua dispõe de todo um aparelho apropriativo (*esta árvore, a árvore que etc.*). Mas, em volta do sentido final, permanece sempre uma espessura virtual em que flutuam outros sentidos possíveis: o sentido pode, quase constantemente, ser *interpretado*. Poder-se-ia dizer que a língua propõe ao mito um sentido aberto. O mito pode facilmente insinuar-se e crescer dentro do sentido [...]. [...] Quando o sentido está completo e o mito não pode invadi-lo, transforma-o e rouba-o totalmente. É o que se passa com a linguagem matemática. Em si, é uma linguagem indeformável, que tomou todas as precauções possíveis contra a *interpretação*: nenhuma significação parasitária pode assim insinuar-se nela. Eis a razão precisa pela qual o mito se apodera dessa linguagem em bloco; apodera-se, por exemplo, de uma determinada fórmula matemática ($E=mc^2$) e transforma este sentido inalterável no significado puro da *matematicidade*. Como se vê, neste caso, o mito rouba uma resistência, uma pureza. O mito pode atingir tudo, tudo corromper, até mesmo o próprio movimento que se lhe opõe, de modo que, quanto mais a linguagem-objeto resiste no início, maior é a sua substituição final [*ad instar* de grande parte das agências de reprodução ideológica, que deveriam ser responsáveis por contradizê-lo]; quem resiste totalmente cede totalmente [...]. [...] Para dizer a verdade, a melhor arma contra o mito talvez seja mitificá-lo a ele próprio e produzir um [*contra*]mito artificial; e este mito reconstituído será uma verdadeira mitologia. Visto que o mito rouba a linguagem, por que não roubá-lo também? Bastará, para isso, colocá-lo como ponto de partida de uma terceira cadeia semiológica e considerar a sua significação como primeiro termo de um segundo mito. [...] A semiologia nos ensinou que a função do mito é [fingir] transformar uma intenção histórica em natureza, uma eventualidade em eternidade [a *seletividade*, específica, em “impunidade, genérica”]. [...] A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia ou, caso se prefira, uma evaporação; em suma, uma ausência [im]perceptível [a ausência da verdade]. [...] É possível completar agora a definição semiológica do mito na sociedade burguesa: *o mito é uma fala despolitizada*. [...] O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas [pervertendo-as]; simplesmente, [finge que] purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, [finge que] dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação: se *constato* [...], pouco falta para que a ache normal, *decorrente da natureza das coisas*: fico tranquilo. Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo [dito] sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua [suposta] evidência, e cria uma afortunada clareza: as coisas, sozinhas, parecem significar por elas próprias. [...] Os homens não mantêm com o mito relações de verdade, mas sim de utilização; [...] Fica claro, portanto, que a insignificância política do mito deriva da sua situação. O mito, como se sabe, é um valor: basta modificar o que o rodeia, o sistema geral (e precário) no qual se insere, para se poder determinar com exatidão o seu alcance. [...] Perguntaram-me se havia [*contra*]mitos ‘na esquerda’. [...] Sim, o [*contra*]mito existe na esquerda, mas não tem absolutamente as mesmas características que o mito burguês. *O [*contra*]mito da*

²⁸⁰ BARTHES, R. *Mitologias...*, pp. 222-223.

esquerda é inessencial. [...] e sobretudo, é um [contra]mito pobre, altamente pobre. Não consegue proliferar; produzido por encomenda, e para um alcance temporal limitado, não sabe se inventar. Falta-lhe um poder essencial do mito, o da efabulação. Por mais que faça, conserva sempre um caráter rígido e literal, cheirando a *slogan*: como se costuma dizer muito expressivamente, mantém-se seco. [...] Essa imperfeição, se assim posso me exprimir, deriva da natureza da ‘esquerda’: seja qual for a indeterminação deste termo, a esquerda sempre se define em relação ao oprimido, proletário ou colonizado. Ora, a fala do oprimido só pode [consegue] ser pobre, monótona, imediata; o seu despojamento é a exata medida da sua linguagem; ele só possui [conseguiu aprender] uma linguagem, sempre a mesma, a dos atos [porque essa sempre foi a sua função dentro dos processos de produção]; a metalinguagem é um luxo que ela não pode alcançar. [...] Pode-se dizer que, num certo sentido, o [contra]mito da esquerda é sempre um [contra]mito artificial, um [contra]mito reconstituído [em razão da desviação secundária e da (re)fixação de papéis]: daí a sua [imposta] inabilidade. Estatisticamente, o mito se localiza na direita. É aí que ele é [se apresenta como] essencial: bem-alimentado, lustroso, expansivo, falador, inventa-se continuamente [retroalimentando-se]. Apodera-se de tudo: justiça, morais, estéticas, diplomacias, artes domésticas, Literatura, espetáculos. [...] O oprimido *faz* o mundo e possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política). O opressor conserva o mundo, a sua fala é [se mostra falsamente] completa, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação [mediante a manutenção ingênua da “impunidade” como sempre “deverá” continuar sendo], e a linguagem do opressor, a eternização [arguta da “impunidade” como sempre foi].²⁸¹

O discurso veiculado sobre uma suposta “*impunidadesensacional* (causa quantitativa), e *sensacionalista* (efeito midiático)”, como fomento para a prática ou reiteração de “crimes”, não passa de um *proposital engodo mítico*, um subterfúgio utilizado pelo poder punitivo e seus empreendedores morais para reequipar e reprogramar sua artilharia normativa, bem como elevar delirantemente as penas, e, agora, nestes tempos neoliberais de privatização, lucrar com o *fluxograma*²⁸² prisional, *sempre em desfavor dos “inúteis”*²⁸³, *por inaptidão laboral e insuficiência financeira aquisitiva, à economia neoburguesa tecnocolonialista*.²⁸⁴

Algumas premissas, então, ainda que verdadeiras quando consideradas isoladamente, ao serem conjuntamente rearranjadas podem, dependendo da arquitetura que as redimensionou espacialmente, adquirir novos contornos que ludibriam nossa visão que passa, por um desvio intencional da perspectiva, a enxergar o que não existe, percebendo resultados *estéticos* que, na verdade, não correspondem aos traços curvilíneos que sinuosamente embalam a vertigem que confunde nossos olhos.

²⁸¹ BARTHES, R. *Mitologias...*, pp. 223 a 241.

²⁸² WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva)*. In coleção pensamento criminológico, n. 6. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2007, pp. 218-219.

²⁸³ “Inúteis”, em termos, porque eles sempre têm alguma serventia para o capital neoliberal. Ver MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 16 e 33-34.

²⁸⁴ Sobre *tecnocolonialismo*, ver RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 51, e ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 118-119, 123 e 125.

Iludidos, a partir desse instante, com a espessura e a profundidade, isso sem falar da altura, receamos discordar da sua aparência perante a qual sentimo-nos impotentes e, com isso, auxiliamos a *conversão do falso em verdadeiro* reprogramando quase involuntariamente um discurso que tem como escopo nossa incapacidade, *adestrada*, de descortinar as reais dimensões da malfalada “impunidade” no Brasil.

De acordo com KARL POPPER “a ciência deve começar com mitos, e com a crítica destes”²⁸⁵, e, em última medida, por que não, com a crítica de alguns críticos - no sentido kantiano de investigação -, ou melhor, investigadores do instituto *transicional* (porque serve de meio e não de fim) da “impunidade” e dos resultados que dele teimam querer extrair?

Contrariado com um nacional-socialismo por ele outrora apoiado, denunciou o pastor protestante MARTIN NIEMÖLLER:

Quando os nazistas vieram buscar os comunistas, mantive-me em silêncio, porque eu não era comunista. Quando os socialdemocratas foram presos, fiquei em silêncio, porque eu não era socialdemocrata. Quando vieram buscar os sindicalistas, não protestei, porque eu não era sindicalista. Quando vieram para levar os judeus, não protestei, porque eu não era judeu. Quando vieram para me buscar, não havia mais ninguém que pudesse protestar.²⁸⁶

A partir daí, “o jurista [...] [não pode ficar] reduzido a um racionalizador dos conteúdos verdadeiramente delirantes do legislador”²⁸⁷, a não ser sob pena de antropomorfizar a fábula lobatiana d’*O burro juiz*, ratificando, ao final, que *quem burro nasce, togado ou não, burro morre*²⁸⁸.

De igual modo, independente de o ser com uma pretensão *nitidamente absurda e inadmissível* como a do Deputado Federal Marco Feliciano²⁸⁹, o *conformismo* tem sido o

²⁸⁵ POPPER, K. R. *O mito...*, pp. 55 e seguintes.

²⁸⁶ Ver <<http://www.martin-niemoeller-stiftung.de/4/daszitat/a46>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

²⁸⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 42, *verbo ad verbum*, 83-84, 92, 133, 183-184, 186, 196, 206-207, 229-230, 233, 235-236 e 257. Ver, ademais, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 63 a 65. Ver, ainda, PRANDO, C. C. de M. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, *passim*.

²⁸⁸ LOBATO, M. *Fábulas: o burro juiz*, v. 4. s/ed. São Paulo: Brasiliense, 1970, pp. 18-19.

²⁸⁹ O Deputado Federal, e pastor, citou referida frase em um evento ocorrido em Franca, São Paulo, dirigindo-se a manifestantes que lhe eram contrários. In <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/03/apos-protestos-em-franca-deputado-marco-feliciano-retira-agenda-do-site.html>>, in <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,marco-feliciano-enfrenta-protesto-na-porta-de-igreja,1007311,0.htm>> e in <<http://www.gcn.net.br/jornal/index.php?codigo=204112>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

“remédio milagroso, que dá [tem dado] a audição aos surdos e a visão aos cegos”²⁹⁰, embora através dos ouvidos e dos olhos dos outros, obviamente!

Exemplarmente, em nossa recente historiografia *perolizada* “jurisprudencial” (porque sumula, vinculadamente, o *código ideológico*²⁹¹ de muitos magistrados desavisados), o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou, trocando em miúdos, que *o sistema penal - judiciário e juízes -, é condescendente com a impunidade*.²⁹²

Mal sabe ele, ou consegue ele perceber, que o Brasil é a sétima maior economia do mundo²⁹³, mas é, em termos absolutos, o terceiro país que mais encarcera em todo o planeta (711.463²⁹⁴ ou 715.592²⁹⁵), contando com uma população carcerária (pessoas presas no sistema + pessoas em prisão domiciliar) de quase $\frac{3}{4}$ de milhões^{296, 297}, que ele é o quarto país

²⁹⁰ CALAMANDREI, P. *Eles, os juízes, vistos por um advogado*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 321.

²⁹¹ Sobre esse, embora sob um utilitarismo voltado para a realização da “justiça” no caso concreto, ver STEIN, F. *El conocimiento privado del juez*. 2. ed. Colômbia: Temis, 1999, *passim*. Ver, ainda, GROSNER, M. Q. *A seletividade do sistema penal na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: o trancamento da criminalização secundária por decisões em habeas corpus*. São Paulo: IBCCrim, 2008, n. 45, pp. 166 e seguintes. Sobre o sentido que entregamos às *ideologias*, ver POPPER, K. R. *O mito...*, p. 37.

²⁹² In <<http://www.conjur.com.br/2013-mar-02/joaquim-barbosa-juizes-brasileiros-mentalidade-pro-impunidade>> e <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-integra-da-polemica-entrevista-de-joaquim-barbosa/>>. Acesso em: 05 maio 2013. Para a crítica a essa afirmação, ver os dados enxertados em <<http://antiblogdecriminologia.blogspot.com.br/2013/03/joaquim-barbosa-e-impunidade.html>>. Acesso em: 16 ago. 2013. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 126. Ver, por fim, _____. *A palavra...*, pp. 310, *in verbis*, e 315: “[...] toda fraqueza é mostrada como cumplicidade com o crime, com o inimigo, porque constrói um mundo bipolar e maciço, como o agostiniano no tempo da Inquisição.”

²⁹³ In <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-perde-posto-de-6a-maior-economia-do-mundo>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

²⁹⁴ In <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

²⁹⁵ Com outras posições, nesse *Kama Sutra* que orienta a estatística penal no Brasil, ver, ainda, o próprio Conselho Nacional de Justiça (in <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2014), e CASARA, R. Convenções da ONU e leis internas sobre drogas: violações a normas fundamentais. In *Drogas: dos perigos da proibição à necessidade da legalização*. In <<http://www.youtube.com/watch?v=78vDG4liXGY>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

²⁹⁶ Entretanto, o número encontrado no sítio eletrônico do Ministério da Justiça é, exatamente, de 548.003. In <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

²⁹⁷ Apesar de a Organização Não Governamental Internacional CONECTAS haver divulgado que o Ministério da Justiça publicara (21 de janeiro 2014) os números mais recentes sobre o sistema prisional brasileiro (574.027 encarcerados em junho de 2013), o sítio eletrônico oficial do mesmo, pertinente a esses dados consolidados, contabiliza, ainda, como já informado, 548.003 presos. Ver sítios eletrônicos indicados nas notas 294 e 295, e <<http://www.conectas.org/pt/noticia/25378-mapa-das-prisoas>>. Acesso em: 31 dez. 2014. Por outro lado, apesar de o sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça haver divulgado, em junho de 2014, que a quantidade da população carcerária brasileira (pessoas presas no sistema + pessoas em prisão domiciliar), já contabilizada, era

que mais prende em termos relativos, contando com uma população aprisionada de 567.655²⁹⁸ pessoas, e que ele é também aquele que experimenta a mais rápida progressão de encarceramento no globo terrestre.²⁹⁹

O cenário pode ficar ainda pior. Para tanto, basta que a criminalização secundária, “assustada e, ou, seduzida traumáticamente pelo discurso da impunidade criminógena”, aproxime-se um pouco mais da primária - e não se deve duvidar dessa possibilidade -, para que, cumpridos todos os mandados de prisão em aberto (373.991³⁰⁰), alcancemos uma população carcerária de 1.089.646³⁰¹ pessoas, aproximando-nos cada vez mais, em termos absolutos, embora sem perplexidade, do índice da China (1.701.344 presos) que, todavia, tem uma população nacional de 1.370.735.950³⁰², ou seja, 6,67 vezes maior que a nossa (205.448.765)³⁰³.

Também, mal sabe ele, ou consegue ele perceber, que certas *autorias* podem ser veladamente substituídas por certos *pseudônimos pomposos* camuflados em certos *pronomes de tratamento* (o V. Exa., v. g.³⁰⁴).

Na verdade, não existe uma formulação teórica latino-americana que torne pública, de maneira séria, esta confissão [a de que o exercício de poder do sistema penal se dirige à contenção de grupos bem determinados e não à repressão do delito], embora se costume expressar com sinceridade, em voz baixa, em quase todos os círculos acadêmicos, numa espécie de funcionalismo teoricamente subdesenvolvido; ‘a lei é boa para conter os excessos, mas só a lei não nos leva a nada porque não se pode acabar com os negros’; o inquestionável mérito da sinceridade desta formulação encontra-se ainda ‘à procura de autor’.³⁰⁵

Mal sabe ele, ou consegue ele perceber, ainda, que apenas 1,4% dos nossos magistrados é “negro”³⁰⁶, desimportando, ainda, que ele talvez desconheça que a personagem

de 715.592, esse *quantum* considera as pessoas que estão em *prisão domiciliar* (in <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2014).

²⁹⁸ In <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2014.

²⁹⁹ Ver vídeo indicado na nota 295.

³⁰⁰ Ver sítio eletrônico indicado na nota 298.

³⁰¹ Ver nota 298.

³⁰² População em 31 de dezembro de 2014. In <<http://countrymeters.info/pt/China>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

³⁰³ População brasileira em 31 de dezembro de 2014. In <<http://countrymeters.info/pt/Brazil>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

³⁰⁴ In *casu*, dissemos “Vossa” Excelência, e não, “Sua” Excelência, o que é bem diferente.

³⁰⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 40.

quase anônimo-autobiográfica a quem ARTHUR RIMBAUD entregou a protagonização de *Uma temporada no inferno*, poeticamente, em um desespero amaldiçoado, disse que: “Sim, tenho a vista fechada a vossa luz. Sou um animal, um negro. Mas posso ser salvo. Vós sois falsos negros, vós, maniáticos, irascíveis, avaros. Comerciante, és negro; magistrado, és negro...”³⁰⁷, sobretudo por ser “afrodescendente”, ele, ex-Ministro do STF, guardião do preceito constitucional da *igualdade entre as pessoas e da inaceitabilidade de qualquer discriminação “racial”*, não poderia, como *absurdamente* fez a Suprema Corte dos Estados Unidos da América (E. U. A.)³⁰⁸, desprezar que, por uma sobrevivência da imbecil teoria oitocentista da *degeneração*, 15,07%³⁰⁹ da *população encarcerada* no Brasil tem a mesma origem “afrodescendente” que ele (e não teríamos todos nós?)³¹⁰, enquanto que os outros 31,65%³¹¹ da demografia carcerária são compostos por “brancos”, embora os “afrodescendentes” representem 7,6%³¹² da demografia nacional, enquanto que os “eurodescendentes” compõem 47,7%³¹³ dessa.

Só isso já significa que um “afrodescendente” tem uma chance em cada 176 pessoas “afrodescendentes” de ser preso, enquanto que um “branco” tem uma chance em cada 524 pessoas “brancas” de ser selecionado pelo sistema penal.

Ou seja, um “afrodescendente” tem quase o *triplo* (2,98) de vezes mais chances de ser preso que um “branco”.

Comparação que se acentua *alergicamente* se considerarmos que a população “afrodescendente”³¹⁴ no Brasil é *mais de 6 vezes menor* que a “branca”.³¹⁵

³⁰⁶ In <<http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

³⁰⁷ RIMBAUD, J. *Uma temporada no inferno*. Ed. Bilíngue. Porto Alegre: L&PM, 2011, pp. 31-33. Mantivemos a descontinuidade pronominal entre a citação e a oração que a antecede em razão de a afirmação prevista naquela não se dirigir, pessoalmente, ao ex-Ministro citado implicitamente nesta.

³⁰⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 84.

³⁰⁹ Apesar de havermos utilizado a nomenclatura taxonômica do Ministério da Justiça, não somamos “negros” (para o IBGE, “pretos”) e “pardos”. Ver nota 296.

³¹⁰ Contrariando Gilberto Freyre, RIBEIRO, D. *O povo...*, pp. 20 a 22.

³¹¹ Não foram contabilizados os “amarelos”, os “indígenas”, os “outros”, tampouco o valor automático de correção dos itens inconsistentes. Ver nota 296.

³¹² In <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

³¹³ Ver nota anterior.

³¹⁴ Nesse instante, somente computamos os declaradamente “negros”, excluindo os “pardos”. Entendemos por bem em não inserir os “pardos”, primeiro por uma questão de retórica e eloquência, muito mais evidente na

Por outro lado, não pode o ex-Ministro do STF medir as outras pessoas, sobretudo os “afrodescendentes”, pela elevada e invejável altura financeira, social, educacional e profissional que ele alcançou, porquanto nem todos tiveram a “sorte” de serem agraciados com uma conspiração universal de fatores e circunstâncias que, concorrendo a seu favor, convergissem para o seu sucesso, como ele teve (seletividade benéfica).

Sorte essa sem a qual qualquer esforço passa a ser inútil!

Portanto, seria de bom tom que o ex-Ministro percebesse, tanto a mensagem subliminar que o desprezo aos brinquedos frankensteinianos de Sid Phillips enseja³¹⁶, quanto não se esquecesse dos outros 19³¹⁷, é dizer, de todos os milhões de pessoas que não puderam aproveitar as oportunidades, mínimas que fossem, que ele pôde aproveitar, ou não tiveram acesso minimamente a elas. Ninguém pode ser acusado e condenado por não ter conseguido, tampouco por não ter podido.

O ex-Ministro, por exemplo, não pode ser acusado, tampouco condenado, por não ser um homem riquíssimo, ou seja, por não ter conseguido poupar em seu patrimônio bilhões de dólares como algum megaempresário.

Este é o problema das comparações. Sempre há alguém melhor do que nós, em algum item ou em algum momento!

Então, seria mais prudente que ele não olvidasse a seguinte advertência:

Os homens que tentam viver pelo meritocrático sistema de valores são desmoralizados, não simplesmente pela sua *própria* carência de meios e suas próprias *falhas*, mas, também, por testemunharem que outros podem ter sucesso mesmo que careçam das qualidades consideradas.³¹⁸

comparação entre “brancos” e “afrodescendentes”. Segundo, porque, como pretendemos demonstrar que a escravidão permanece latente no aprisionamento, e como escravos eram (quase que) apenas os “afrodescendentes” (à exceção dos aborígenes), achamos melhor manter a comparação do “branco” com o “afrodescendente” para não confundir dados reais com irreais, dados vinculados a certos apanágios com dados arrimados em outros. A rigor, portanto, parece-nos inegável que, proporcionalmente, Brasil e E. U. A. preferem encarcerar “afrodescendentes” a “brancos”. Acorando-se, moduladamente, em Orlando Patterson e no hipodescendente “sistema racial classificatório”, ver WACQUANT, L. *Os condenados...*, p. 150.

³¹⁵ Aqui, não concordamos com a primeira parte da interpretação apresentada no site do Governo Federal quando esse expõe que: “apesar de já ser predominante no Brasil, a população negra ainda sofre com a desigualdade racial.” Ver, ainda, nota anterior.

³¹⁶ Na película original da franquia cinematográfica *Toy Story*: um mundo de aventuras, os brinquedos aleijados, desconjuntados, quebrados, remendados, alinhavados, pertencentes a Sid Phillips, depois de servirem a um novo propósito, qual sendo, o de auxiliar, *instrumentalmente*, os protagonistas Woody e Buzz Lightyear, não têm o mesmo destino feliz que os brinquedos “perfeitos” de Andy Davis.

³¹⁷ Sobre o que isso significa, ver LEMOS, C. *Não se esqueçam dos 19*. In <<http://cleciolemos.blogspot.com.br/2012/02/nao-se-esquecam-dos-19.html>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

³¹⁸ Acorando-se em Alvin Gouldner, TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. *Criminologia...*, p. 6.

Mas, não deve ele se intranquilizar! E, justamente, porque isso não nos apequena, tampouco não nos estereotipa como criminalizáveis. Pelo menos por enquanto!³¹⁹

De acordo com ROBERT MERTON “a prova falsa cria com frequência uma crença verdadeira.”³²⁰

Se um Ministro que compunha o órgão máximo do judiciário em nosso país - STF -, responsável pelo cumprimento do preceito constitucional da “igualdade de todos perante a lei”, *apesar dos números apresentados e aos quais ele tinha acesso irrestrito*, acreditava que havia uma leniência dos agentes responsáveis pela criminalização secundária em favor dos criminalizados, é mais do que provável que a população “interessantemente” leiga, se não houver um giro copernicano nesse discurso, continuará acreditando que uma *famigerada “impunidade”* grassa nos quatro cantos da nação, campeando aqui e acolá “vantagens”, “privilégios”, uma “tranquilidade”, um “sossego”, uma “imperturbabilidade” que os *suspeitos*, os *acusados* e os *condenados* “merecem” (spencerianismo pessimista da teoria do *less eligibility*)³²¹, além de continuar lhe sendo crível que a punição - *execução endoprocessual/formal*-, e plausível que a execução - *execução exoprocessual/material*³²²-,

³¹⁹ Ver <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2013/08/barbosa-acusa-lewandowski-de-fazer-chicana-e-ministro-cobra-retratacao.html>>, <<http://www.youtube.com/watch?v=gvA49rZKHGg>> e <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/joaquim-barbosa-tem-acesso-de-furia-com-jornalista-e-depois-se-desculpa-com-profissionais-da-imprensa-falta-agora-o-pedido-pessoal-de-desculpa-ministro/>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

³²⁰ MERTON, R. K. *Sociologia...*, pp. 518 a 520. Ver, ainda, THOMAS, W. I.; THOMAS, D. S. *The child in America: behavior problems and programs*. New York: Alfred A. Knopf, 1928, p. 572. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 171.

³²¹ Sobre *less eligibility*, ver GOMES, L. F. *A menor elegibilidade (“less eligibility”) da prisão*. In <<http://jus.com.br/artigos/19887/a-menor-elegibilidade-less-eligibility-da-prisao>>. Acesso em: 16 ago. 2013. Ver, ainda, PAVARINI, M. Punir mais só piora crime e agrava a insegurança. *Folha de São Paulo*, São Paulo, segunda-feira, 31 ago. 2009. Entrevista concedida a Mario Cesar Carvalho in <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3108200916.htm>>. Acesso em: 17 set. 2013: “Há uma regra econômica que diz que a prisão, em qualquer lugar do mundo, deve ter uma qualidade de sobrevivência inferior à pior qualidade de vida em liberdade.” Ver, ademais, SANTOS, J. C. dos. *Privatizações de presídios*, in <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/privatizacoes_presidios.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014: “A prisão, aparelho de punição por privação da liberdade nas sociedades capitalistas, se baseia no princípio de *menor elegibilidade*: as condições de vida na prisão devem ser piores do que as da classe trabalhadora mais inferior.” Ver, também, RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição e estrutura social*. In coleção pensamento criminológico, n. 3. 2. ed., Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004, p. 207: “Os criminólogos da escola reformista moderna mantiveram a velha noção de que o nível de vida dentro da prisão deve ser mais baixo do que o nível mínimo fora da prisão.” Ver, por fim, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 148 e 213.

³²² BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 140: “[...] podemos encontrar atos de imposição baseados em regras inventadas no momento unicamente para justificar o ato. Algumas das atividades informais e extraleais de policiais recaem nessa categoria.”

desses resolverá o problema de uma “*insegurança*”, *mais sentida que real*³²³, em razão da veiculação de uma propaganda que a *revela menos do que a (re)produz*.³²⁴

Não como uma crítica, mesmo porque não acreditamos tratar-se, rigorosamente, de um “defeito”, *mas, geralmente, no seu caso, de uma visão talvez oblíqua da função que a política criminal, instrumentalizada pela criminologia*³²⁵, *deve exercer na dogmática*, de vez em quando salpica aqui ou ali a acusação de que o STF, tanto quanto jurídico, é um órgão jurisdicional que *decide politicamente*.

E, redirecionados os vetores, seria bom que assim realmente fosse, ou seja, que a criminologia, instrumentalizando a política criminal, imprimisse-lhe uma austeridade habitual, e não só meramente eventual, não servindo casos como o da Ação Penal 470, porém, de exemplo de uma política criminal aparadora dos excessos da dogmática penal visto que todo o estardalhaço movimentado espetacularmente no entorno do julgamento daquela só serviu para ratificar a “teoria do bode expiatório” que exerce a função infeliz de nos adestrar para que fiquemos imóveis mesmo diante de um estímulo que nos excita, qual sendo, o tratamento diferente que o poder punitivo emprega contra as pessoas com base em certos “marcadores de contraste”, iludindo-nos a ponto de acreditarmos, mesmo com os olhos abertos, que a pseudocondenação daqueles políticos figurões equilibrou a balança³²⁶ quando, na verdade, eles são estatisticamente nada perto de incontáveis outros políticos, empresários, médicos, juízes, promotores, advogados, engenheiros, dentistas etc.³²⁷, que cometem “crimes” diariamente, e também nada perto (longe) de todos os estereotipados “dejetados” nas cadeias brasileiras.

Em *A certeza*, LUDWIG WITTGENSTEIN sentencia que “o facto de uma proposição poder revelar-se falsa depende, em última instância, daquilo que eu considerar como determinante dessa proposição. [*sic*]”³²⁸

³²³ Comparando *insegurança* e *riscos*, ver SÁNCHEZ, J. *A expansão...*, pp. 32 e seguintes. Sobre “medo objetivado”, ver FREUD, S. *Totem...*, p. 43.

³²⁴ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 129.

³²⁵ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 156 e seguintes. Ver, ademais, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 28 e 31-32. Ver, também, _____. *Em busca...*, pp. 171-172. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. *Manual...*, pp. 129 e seguintes. Ver, ademais, GENELHÚ, R. Política criminal em carne viva. In BATISTA, N.; KOSOVSKI, E. (Orgs.). *Tributo a Louk Hulsman*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, pp. 253 a 302.

³²⁶ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 50.

³²⁷ Sobre isso, ver GROSNER, M. Q. *A seletividade...*, *passim*.

Voltando ao assunto, seria, então, a “impunidade” um *mito*, um resultado cujo pressuposto está equivocado?

Não, necessariamente, não em todos os termos, a exemplo da sua *deformadora sonegação linguística* descortinada acima (*teoria da impunização* em vez de “teoria da impunidade”)!

Ou seja, realisticamente, ou melhor, *tecnicamente*, e por *silepse*, a “impunidade” existe, embora não como “impunidade”, mas sim como *impunização*.

Outrossim, *ao contrário do seu discurso*, não causa a “impunidade” um problema ao sistema, como equivocadamente alardeado, sendo, e não somente depois de necessariamente reconhecida como *impunização*, um *defeito imanente e inevitável* do mesmo e, até mesmo, *saudável* a ele próprio, pois, sem ela todos os cidadãos já estariam encarcerados!

Sem embargo, apesar de *viciar* o sistema penal, depois de *pervertê-la (revertê-la)* como “impunidade”, este *transferentemente* se utiliza dela como um suposto “fenômeno *artificial*, mas *previsível e evitável*”, que escoa da “responsabilidade *parcial* e da punição *incompleta*” dos estereotipados e estigmatizados.

Para NICOLAABBAGNANO:

Além da acepção geral de ‘narrativa’, [...] do ponto de vista histórico é possível distinguir três significados do termo [mito]: 1º Mito como forma atenuada de intelectualidade; 2º Mito como forma autônoma de pensamento ou de vida [...]. 1º Na Antiguidade clássica, o Mito é considerado um produto inferior ou deformado da atividade intelectual. A ele era atribuída, no máximo, ‘verossimilhança’, enquanto a ‘verdade’ pertencia aos produtos genuínos do intelecto. [...] 2º para a segunda concepção de Mito, este é uma forma autônoma do pensamento e de vida [...]. Foi Vico o primeiro a expressar esse conceito de Mito: ‘As fábulas, ao nascerem, eram narrações verdadeiras e graves (donde ter a fábula sido definida como *vera narratio*) que no mais das vezes nasceram obscenas, e por isso depois se tornaram impróprias, a seguir alteradas, então inverossímeis, adiante obscuras, daí escandalosas, e finalmente incríveis, que são as sete fontes da dificuldade das fábulas’ [...].³²⁹

Partindo dessa segunda acepção e de uma *consideração* do homem como “coisa” - daí sua significação como *réu*, cuja etimologia advém do latim *res* e que em bom português deu o vocábulo *objeto*³³⁰ -, que é justamente sobre o que se sustentou socialmente, em parte, o império romano bem como nosso escravismo³³¹, atualizou-a a política criminal neoliberal

³²⁸ WITTGENSTEIN, L. *Da certeza...*, p. 15.

³²⁹ MITO. In: ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 673-674.

³³⁰ BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 94: “Todo objeto tem [...] duas funções: uma que é a de ser utilizado, a outra a de ser possuído.”

³³¹ Nesse sentido, BATISTA, N. Pena pública e escravismo. In <http://www2.scielo.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-95982006000300001&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2013. Ver, também, _____. Castigos escravistas na prisão republicana. In *Discursos sediciosos*:

para converter o *adjetivo* “coisificante” em “animalização”³³² (zoomorfização) *substantivada* de todo aquele que recebeu, quando *criminalizado* e, ou, *impunizado*, o epíteto de “fera”³³³, “besta”, “monstro”, “besta-fera” *etc.*, em uma redutibilidade ainda inferior à da *vida nua*³³⁴.

Da passagem *não estanque*³³⁵, advirta-se, da “coisificação”³³⁶ para a sua *fabulação*³³⁷, foi o homem reduzido, *inversamente*, a um “animal” que interpreta uma personagem que, possuindo características humanas como a fala, o andar bípede, os costumes (antropomorfização reversa), deve encerrar sua participação nessa *mise en scène* ensinando os demais (carreira criminal pedagógica³³⁸), ou servindo como exemplo, à plateia (instrumentalização), de uma *moral social indiferente redigida*, ou melhor, *manipulada*³³⁹ por aqueles *empreendedores morais midiáticos* que pautam seus *scripts* pelo “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

A “impunidade”, portanto, é um *mito* porque a “certeza” que afirmam o “criminoso” dela ter e que seria o seu móbil não passa de uma “verossimilhança” que, nascendo *imprópria*, *inverossímil* e *incrível*, apresenta-se como a *reinterpretação obscena* e *obscura* de uma “realidade” que maquia uma *seletividade escandalosa*.

Dos sete véus que encobriam a “impunidade” seis já foram desvendados por EUGENIO ZAFFARONI, NILO BATISTA, ALEJANDRO ALAGIA e ALEJANDRO SLOKAR quando escreveram que a programação criminalizadora primária é tão extensa que

crime, direito e sociedade, 1º e 2º semestres 2007, ano 11, ns. 15/16, pp. 387-388, e DIETER, M. S. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil imperial. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º e 2º semestres 2012, ano 17, ns. 19/20, pp. 613 a 647.

³³² Ver <<http://www.youtube.com/watch?v=5kY1R9TI21Y>>. Acesso em: 19 abr. 2014: “Então o traficante é um bicho perigoso, um animal peçonhento, tem que ser extirpado da face da terra, o tal do traficante. Devia ter pena de morte pra essa raça nojenta, maldita [...]. [sic]”

³³³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 400.

³³⁴ AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* I. 2. re. Belo Horizonte: UFMG, 2007, *passim*.

³³⁵ Mantendo a “coisificação metaforizada” do criminalizado, por exemplo, a cantiga de ninar do BOPE: “bandido favelado não se varre com vassoura, se varre com granada, com fuzil, metralhadora.” Sobre isso, ver, MENEGAT, M. *O olho...*, p. 108. Ver, ainda, os artigos 106, parágrafo único, e 107, do ECRID.

³³⁶ Consultar ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 121. Ver, ainda, _____. *Em busca...*, p. 242. Ver, por fim, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 567 e seguintes.

³³⁷ Escorando-se na *Natural history of religion*, de David Hume, FREUD, S. *Totem...*, p. 91: “Existe uma tendência universal entre humanos para conceber todos os seres à sua semelhança e transferir a todos os objetos as qualidades que lhes são familiares e das quais se acham intimamente conscientes.”

³³⁸ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 36 e seguintes.

³³⁹ BAUMAN, Z. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp. 38 e seguintes e 198 e seguintes.

a sua *efetivação* chega a ser *inimaginável* em qualquer sociedade e época³⁴⁰, a menos que se compadeça com o cumprimento das chamadas “penas inconfessas”³⁴¹ (como as medidas de segurança e as admissões gerenciadas pelas instituições manifestamente não penais como asilos, manicômios, casas de internação, casas de passagem *etc.*, que, às vezes, fazem as vezes do sistema penal)³⁴², bem como com o encarceramento de todos os *imputáveis* (*teoria otimista*), e até dos *inimputáveis* (*teoria pessimista*), é dizer, *várias vezes de toda a população do país*^{343,344} porquanto *inexiste pessoa que nunca tenha praticado ao menos uma conduta criminalizada* (adentrar cruzamento com o sinal avermelhado aceso, adquirir CD, DVD ou programa de computador pirateado, ultrapassar a velocidade permitida, injuriar outro, lançar dejetos em rio *etc.*), ou que não se ache apta a praticar pelo menos alguma *falta*, como sinalizou, autorreferindo-se, JOHANN GOETHE³⁴⁵.

Nesses termos, o que KARL ALBRECHT disse em 1885, não seria, talvez, integralmente inconveniente, pois “[...] o humano normal é o criminoso [...]”³⁴⁶

O sétimo desvelamento demonstra que não existe “impunidade”, senão um “discurso de impunidade”, ou, quando menos, uma *impunização travestida de “impunidade”* que, regulada a sintonia do aparelho, revela despossuir os contornos faciais televisionados e internetizados, tampouco a ondulação vocal radializada, muito menos os resultados metrificados e, ou, afiançados pelo poder punitivo.

Dando conta desse fenômeno na Itália, escreveu LUIGI FERRAJOLI que:

³⁴⁰ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 43-44.

³⁴¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 101 e 218-219. Ver, também, _____. *Em busca...*, pp. 204-205. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 39, 137 e seguintes.

³⁴² ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 177. Indiretamente, FERRAJOLI, L. Criminalidad y globalización. In *Iter criminis*, Revista de Ciências Penais. México, n. 1, terceira época, 2005, p. 80: “*Si por ventura todos los delitos denunciados fueran perseguidos y castigados, o incluso si lo fueran todos los delitos cometidos, aun los no denunciados, es probable que gran parte de la población estuviera sujeta a proceso o en reclusión, o por lo menos encargada de una u otra forma de funciones policiales y carcelarias.*”

³⁴³ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 26-27.

³⁴⁴ E, por que não, de todas as “feras-bestas demoníacas” do mundo? Ver SANFORD, J. A. *Mal...*, pp. 144-145: “O último teólogo conhecido a ter calculado de fato o número dos demônios de Satã é o teólogo de Basileia, Martinus Barrhause. De acordo com seus cálculos, o número exato era de 2.665.866.746.664 – dois trilhões, seiscentos e sessenta e cinco bilhões, oitocentos e sessenta e seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro.”

³⁴⁵ Sobre isso, incluída a advertência anedótica reducionista zaffaroniana, ver, escorando-se em Willem Pompe, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 129. Ver, ainda, escorando-se em Jack Douglas, YOUNG, J. *Criminologia...*, pp. 78-79.

³⁴⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 106.

Las verdaderas 'clases peligrosas' - como solía llamarse a los grupos marginados y proletarios por las leyes italianas de seguridad pública en la segunda mitad del siglo XIX - no son ya las clases pobres, sino sobre todo las elites dirigentes, tanto económicas como políticas. ...por ejemplo en Italia, tras la breve etapa de Mani Pulite, ha crecido la impunidad y, a la vez, la pretensión de impunidad de la criminalidad del poder, así como la corrupción y los delitos societarios falsi in bilancio y la criminalidad mafiosa de los poderes criminales.^{347,348}

Aqui, porém, não se deve, aderindo à *esquerda triste*³⁴⁹, à *esquerda fria*, à *esquerda quente* ou à *esquerda punitiva indiscriminatória*³⁵⁰, pleitear a punição da *direita* e do *centro*, com sua criminalidade de *colarinho branco, dourado e azul*³⁵¹, como parece pretender LUIS MARTIN quando afirma que

[...] do ponto de vista histórico-material, a modernização do direito penal deve ser entendida antes de mais nada como uma luta pelo discurso material de criminalidade, que deve ser vislumbrada no sentido de conquistar a integração, nesse discurso, de toda a criminalidade material própria das classes poderosas que estas mesmas classes conseguiram manter excluída daquele discurso graças ao domínio absoluto que exerceram sempre sobre o princípio de legalidade penal desde a sua *invenção* como um instrumento formal que inclui, mas que ao mesmo tempo, e sobretudo - o que é muito mais importante - também *exclui* comportamentos criminosos no sentido material do discurso de criminalização³⁵²,

porque isso, além de *não arrefecer a suposta "insegurança" metaforizada*, amplificará as *alegorias de poder* e aproximará os índices de *produtividade* da criminalização secundária dos números projetados *megalomaniacamente* pela programação criminalizadora primária,

³⁴⁷ FERRAJOLI, L. Criminalidad..., pp. 78-77.

³⁴⁸ Alertando para alguns perigos daí advindos, BARATTA, A. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. In coleção pensamento criminológico, n. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002, p. 165. Também, BATISTA, N. Sobre el filo de la navaja. Intervenção na mesa redonda *Inseguridad y Política*, do Congresso Internacional de Ciência Política realizado em *San Juan*, Argentina, de 24 a 27 de agosto de 2010, pp. 8-9 e 17: "Toda legitimación do poder punitivo acaba repercutindo no lombo estereotipado dos suspeitos de sempre [...] impossibilitados de escapar do próprio corpo, do estereótipo criminal que os denunciará." In<<http://revistaepos.org/?p=338>>, acesso em 10 dez. 2013.

³⁴⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 469.

³⁵⁰ KARAM, M. L. A esquerda punitiva. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, pp. 79 a 92. Ver, também, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 69-70. Sobre seus perigos ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 20 e 152, *in verbis*: "[...] a legalidade formal também legitimaria o poder dos fracos coligados. [...] Curioso paradoxo resulta de ser esse poder [veiculado através da polícia] reclamado pelas próprias vítimas do sistema penal [...]" Ver, ademais, _____. *A palavra...*, pp. 325-326 e 457. Ver, outrossim, WACQUANT, L. *As prisões...*, pp. 12-13, 18, 21-22, 32, 40, 75, 133, 135 e 138. Tropical e exemplarmente, ver, por fim, <<http://oglobo.globo.com/rio/marido-suspeita-que-mulher-arrastada-por-carro-da-pm-tenha-sido-executada-11897656>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

³⁵¹ HASSEMER, W. *Introdução...*, pp. 409-410.

³⁵² MARTÍN, L. G. *Prolegômenos...*, p. 115.

servindo como “meio de eliminação competitiva a ponto de deixar vulneráveis os menos poderosos”³⁵³.

Além de “as classes superiores, que são as [que se dizem mais] atingidas pelo crime, não percebem [perceberem] que são elas que emitem os princípios, quando não são elas a dar os exemplos”³⁵⁴, há tempos NILO BATISTA detectou que “a impunidade é um verbete do léxico da direita”³⁵⁵, incorporado por amplos setores de esquerda”³⁵⁶ que, *quando incomodados, pretendem socorrer-se do mesmo direito penal cujo uso (contra si mesmo) é criticado*.³⁵⁷

Comparativamente, embora isso vá aproximar a *seletividade dos vulneráveis por posição ou estado* e dos *vulneráveis por esforço pessoal*³⁵⁸ da dos *invulneráveis*, por outro lado *aumentará* isso a sensação já *falsa* de que a punição alcança a todos, e o que é pior, que ela os alcança em uma medida “proporcionalmente igual” quando são cotejados, v. g., “afrodescendentes ou não, pobres e ricos, desempregados, inempregáveis”³⁵⁹, empregados e empregadores”.

No mais, isso *expande a violência punitiva*³⁶⁰ das agências que, com base nessa igualdade artificial fabricada com insumos viscerais refugados de caprinos expiados, pleitearão o implante de mais poder sob o argumento mentiroso de que *a justiça tarda (“impunidade”), mas não pode voltar a falhar*.

³⁵³ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 108.

³⁵⁴ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 168.

³⁵⁵ In<<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=67>>. Acesso em: 04 abr. 2014. Bem como, BATISTA, N. Todo crime é político. In *Caros amigos*. São Paulo: Casa Amarela, ago. 2003, ano VII, n. 77, pp. 28 a 33.

³⁵⁶ Complementarmente, ver prefácio de Vera Malaguti.

³⁵⁷ Ver CARVALHO, S. de. Escravidão e linchamentos. In *Antiblog de Criminologia: crime, desvio, controle e contraculturas*. In <<http://antiblogdecriminologia.blogspot.com.br/2014/03/escravidao-e-linchamentos.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014: “Escravidão e Linchamentos: Leio comentários sensíveis de ‘pessoas de bem’ nas redes sociais chocadas com as cenas de tortura e de exploração sexual veiculadas no filme *12 Anos de Escravidão*. No entanto, há alguns dias, estas mesmas pessoas apoiavam explicitamente os linchamentos públicos.” Ver, ainda, WACQUANT, L. *Punir...*, p. 48.

³⁵⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 270 a 274.

³⁵⁹ Ver nota 355, e BATISTA, N. A juventude acadêmica e a questão criminal: discurso de abertura do XXVº Encontro Regional dos Estudantes de Direito (ERED). In Nilo Batista: a luta pelo Direito. In *Chronos*, publicação da Unirio. Rio de Janeiro, 2007, ano 2, n. 4, pp. 117 a 128.

³⁶⁰ COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, *passim*.

Parece mais adequado, portanto, que haja uma *diminuição da seletividade subjetiva* - incidente sobre uns poucos escolhidos, como os “pobres (ou melhor, desempregados, inempregáveis e desfavorecidos pela discrepância rentária)”, as “prostitutas” e os “afrodescendentes”-, *sem que haja*, necessariamente, um proporcional, ou não, *aumento da seletividade objetiva-subjetiva* - certas criminalizações além de outras, ou mesmo ao invés de outras, e inclusão de outros estereótipos, como certos profissionais “relapsos” (médicos, *e. g.*), como os “corruptos” (criminalidade engomada), como os “endinheirados” *etc.*

Além da criminalização secundária irrealizar integralmente a primária, *a redução da seletividade* teria o poder de afastar para bem mais longe a possibilidade de implementação completa dessa que, hipoteticamente obtida, proporcionaria o *cercamento* dos mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados (8.515.767,049 km²)³⁶¹ do território brasileiro com barras metais verticais redondas, perpendicularizadas por perfis de ferro.

Malgrado todas as condutas previstas pelas agências responsáveis pela criminalização primária já tenham se personificado em algum momento em um ou em outro sujeito ativo - ou melhor, etiquetado como criminalizado-, *sua programação, considerando os fins punitivistas* - isolar, estocar e trasladar não mais, ou não apenas, os subversivos ou inúteis ao capital, conquanto úteis ao sistema, senão “armazenar as frações precarizadas e desproletarizadas da classe operária negra”³⁶²-, *reconhece certo limite de atuação, cujo desrespeito sazonal frustra os objetivos financeiros do capital neoliberal predatório que necessita ora liberar mão de obra, ora encarcerá-la*³⁶³, *ora discipliná-la*³⁶⁴, *ora neutralizar os inaptos ao consumo, ora reequipá-los ao mesmo mediante seu traslado prisional de fora para dentro e viceversa, mediante “tarifas alfundagárias penais (lucratividade da indústria do encarceramento)”*.³⁶⁵

³⁶¹ In <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/territorio>>. Acesso em: 03 maio 2014.

³⁶² Sobre essa e outras “razões” atuais e futuras para a *pena*, ver WACQUANT, L. *Punir...*, p. 349.

³⁶³ MARX, K. *O capital...*, p. 719. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 213.

³⁶⁴ Verificar FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 117 e seguintes. Ver, ainda, MELOSSI, D.; PAVARINI, M. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*. In coleção pensamento criminológico, n. 11. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006, *passim*. Sobre o modelo “adequado” ao *disciplinamento* das regiões marginais como a América Latina, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 76-77.

³⁶⁵ Sobre o parágrafo em si, ver BLUMSTEIN, A.; COHEN, J. A theory of the stability of punishment. *Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 64, issue 2, article 7, 1973, pp. 198 a 207. Ver, também, BLUMSTEIN, A.; COHEN, J.; NAGIN, D. The Dynamics of a Homeostatic Punishment Process. *Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 67, issue 3, article 5, 1976, pp. 317 a 334. Ver, ainda, WACQUANT, L. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. In *Revista de Sociologia e Política*, n. 13, Curitiba, nov. 1999, localizável

E, por que não dizer, após a implantação do neoliberalismo no Brasil em 1989³⁶⁶, com Fernando Henrique Cardoso, *defendendo* ou *desprotegendo*, quando lhe interessa, os *direitos humanos* no capitalismo do trabalho morto³⁶⁷, mediante o controle dos salários, dos preços e, de consequência, dos lucros?³⁶⁸

Para isso, precisa a agência responsável pela criminalização *atacadista* sintonizar - sem muita nitidez ao espectador, mas, com um colorido tão caricatural que a cromaticidade chega a alcançar o *negro*³⁶⁹ -, sua programação primária com a das demais agências responsáveis pela criminalização secundária *varejista*.

Sintonizados, imagem e som se *fixam* no “imaginário coletivo” mediante a figuração *tridimensional gritante* (vídeo-áudio) do estereótipo que, não conseguindo mais, a partir daí, escapar de si próprio (*desvio secundário*³⁷⁰), passa de *personagem protagonista* a *chroma key negro cenográfico* (*coadjuvância*), frente ao qual irá se apresentar o novo esquema imagético social *clean*, ambientado em um roteiro dramático que, apesar de antes “apresenta[r] não um nível ‘normal’ de criminalidade [criminalização], [...] mas um nível constante de punição, que se traduz por uma taxa estável de encarceramento”³⁷¹ (taxa

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2013, p. 2: “Quando essa taxa se afasta de seu limite natural, diversos mecanismos estabilizadores entram em ação: a polícia, os promotores, os tribunais e os juízes que aplicam as penas ajustam suas práticas num sentido permissivo ou restritivo, a fim de redesenhar o perímetro dos comportamentos suscetíveis de serem punidos e, por conseguinte, reduzir ou aumentar o volume das pessoas atrás das grades (como, aliás, o provam as baixas oscilações da população penitenciária reveladas pelas estatísticas norte-americanas, canadenses e norueguesas desde a grande crise, de fato desde o fim do século XIX).”

³⁶⁶ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 484.

³⁶⁷ BATISTA, N. Sobre..., pp. 10 e 15. Mais sobre o “trabalho morto” em MENEGAT, M. Civilização em excesso. In *Síntese*, Revista de Filosofia. Belo Horizonte, 2001, n. 90, v. 28, p. 125.

³⁶⁸ Sobre os *lucros*, ver o que disse WACQUANT, L. Crime...: “Outro indicador do *boom* que conhece a economia penal nos Estados Unidos: o item ‘encarceramento’ no orçamento do Ministério da Justiça passou de 9 bilhões de dólares em 1982 a 32 bilhões em 1992. Ele sozinho consome atualmente um terço dos recursos públicos alocados na luta contra o crime, ou seja, 94 bilhões de dólares naquele ano, dos quais 41 bilhões para a polícia e 21 bilhões para os tribunais.”

³⁶⁹ Como se sabe, o preto (preferimos, no texto, usar o vocábulo “negro”) advém da presença de todas as cores em um objeto em razão de ele absorver integralmente a luz.

³⁷⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 192 e 441. Ver, ademais, _____. *Em busca...*, pp. 60 e 130. Ver, por fim, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 46.

³⁷¹ BLUMSTEIN, A.; COHEN, J. *A theory...*, *passim*. Ver, também, BLUMSTEIN, A.; COHEN, J.; NAGIN, D. *The Dynamics...*, *passim*. Ver, ainda, WACQUANT, L. Crime..., p. 2: “[...] cada sociedade apresenta não um nível ‘normal’ de criminalidade, como queria Émile Durkheim, mas um nível constante de punição, que se traduz por uma taxa estável de encarceramento.” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 326 e 441-442.

homeostática), há tempos tem crescido *vertiginosa, descontrolada, heterogênea e inconstantemente*.

O sistema penal atua sempre seletivamente e seleciona de acordo com estereótipos fabricados pelos meios de comunicação de massa. Estes estereótipos permitem a catalogação dos criminosos que combinam com a imagem que corresponde à descrição fabricada, deixando de fora outros tipos de delinquentes (delinquência de colarinho branco, dourada, de trânsito *etc.*).³⁷²

Assim, aos menos nos objetivos, quase sempre *coincidentes*, elas, as agências, atendem aos anseios da mídia e dos empreendedores morais (*joint venture* industrial prisional responsável pelo *entretenimento punitivo massivo*³⁷³), cujo acasalamento com o poder punitivo foi percebido por LOÏC WACQUANT que, embora os tenha contextualizado norte-americanamente, não nos furtou a chance de aproveitar aqui suas conclusões que, declinadamente, ensinam que:

O segundo motor da inflação carcerária americana é a *mutação dos usos político-midiáticos da criminalidade* como reação aos movimentos de contestação dos anos 60. Para sufocar os tumultos populares provocados pela guerra do Vietnã e pela mobilização dos negros em favor da igualdade civil, os políticos conservadores, republicanos e democratas vão aperceber-se do ‘problema’, e fazer da ‘luta contra o crime’ seu principal contra-ataque à expansão (modesta) do Estado social, necessária para suprimir a pobreza e a desigualdade racial (Button, 1978, pp. 163-166). Introduzido por Nixon durante a campanha presidencial de 1968, o tema securitário da *law and order* vai fornecer um *leitmotiv* eleitoral tanto mais apreciado porque permite exprimir em um idioma de aparência cívica - garantir a segurança e a tranquilidade dos cidadãos -, a rejeição às reivindicações negras e, por conseguinte, exorcizar o espectro ameaçador da ‘integração’.³⁷⁴

Considerando a *progressão geométrica impura* dos índices de encarceramento no Brasil, poderíamos dizer que, apesar de referida *taxa homeostática* (níveis constantes e estáveis de punição e de encarceramento), pretender revelar uma *constância* quanto ao índice de prisionização, atualmente temos observado e experimentado um *aumento oblíquo* da *razão da progressão*, que é o *index* que separa um termo da progressão de outro.

É dizer, a *velocidade pirotécnico-oscilante* com que o encarceramento brasileiro tem *histericamente crescido* já nos permite, infelizmente, acreditar que haja não uma estabilização proporcional do encarceramento, mas sim, *um aumento impuro e heterogêneo da própria razão progressivo-geométrica*.

E isso não tem nada a ver com um aumento da “criminalidade”, senão com um *aumento da perseguição*.

³⁷² ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 130.

³⁷³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 478-479.

³⁷⁴ BUTTON, J. W. *Black violence: political impact of the 1960s Riots*. Princeton: Princeton University Press, 1978, pp. 163 a 166. Ver, também, WACQUANT, L. *Crime...*, p. 5.

Entre 1970 e 1980, o encarceramento cresceu 35,35% (elevando-se de 27.521³⁷⁵ presos para 37.251³⁷⁶), enquanto que a população aumentou 27,77% (alongando-se de 93.139.037 de pessoas para 119.002.706³⁷⁷); entre 1980 e 1990, aquele aumentou 141,60% (passando de 37.251 para 90.000³⁷⁸), ao mesmo tempo em que a população subiu 23,13% (indo de 119.002.706 para 146.529.579³⁷⁹); entre 1990 e 2000³⁸⁰, o índice passou para 158,62% (crescendo de 90.000 para 232.755), enquanto que o da população dilatou 15,88% (migrando de 146.529.579 para 169.799.170³⁸¹); e entre 2000 e 2010³⁸², ele foi para 113,21% (mudando de 232.755 para 496.251), enquanto que o da população fermentou 12,33% (estendendo-se de 169.799.170 para 190.732.694³⁸³).

I. e., se cotejarmos um índice (encarceramento), com outro (populacional), e ambos dentro de si, encontraremos o seguinte: nos últimos 40 anos a quantidade de presidiários, embora inexista “princípio de conservação” (invariação), aumentou 1.703,17%, enquanto que, no mesmo período, a população brasileira foi majorada em 104,78%.

Por aí já se percebe que o número de encarcerados tem, *monotonicamente*, crescido 16 vezes mais, e mais rápido, que o *quantum* da população.

Sob todos os aspectos, desconsiderando que a partir de 2043, *prognosticamente*, nosso país experimentará uma desaceleração do crescimento populacional³⁸⁴, o que *anteciparia* ainda mais a *tenebrosidade* do nosso cenário punitivo, *provavelmente, na primeira quinzena*

³⁷⁵ Os dados garimpados são de 1968. *In* <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/justica/1970/justica1970m_aeb_18.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2013.

³⁷⁶ Os dados encontrados são de 1977. *In* <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/justica/1980/justica1980aeb_11.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2013.

³⁷⁷ *In* <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

³⁷⁸ *In* <http://staticsp.atualidadesdireito.com.br/iab/files/Sistema_Penitenciario_Jun_2012.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2013.

³⁷⁹ Ver nota anterior.

³⁸⁰ Ver nota 378.

³⁸¹ *In* <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/saiba-o-que-mudou-no-censo-no-brasil-em-140-anos.html>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

³⁸² Ver nota 296.

³⁸³ *In* <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=1&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

³⁸⁴ *In* <<http://demografiaunicamp.wordpress.com/category/informacoes-uteis/page/4/>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

de junho de 2100, todos os brasileiros, todos, indistintamente, inclusive os inimputáveis, estarão atrás das grades!

Ao final das contas, todos esses números decantam que o Brasil tem experimentado uma *progressão geométrica impura* em seu sistema penal encarcerador, dirigida ao sabor da “demanda por ordem da moda”.

Estando a punição abaixo da *taxa homeostática*, dispara o sistema penal o alarme contra a “impunidade” que, garimpada nas profundezas da *seletividade*, passa a ser utilizada, a partir de então, por todas as agências: a) como indicadora das suas próprias (in)capacidades estruturais, concedendo-lhes, em contrapartida, o “direito” de reivindicar mais poder (teoria humilde); b) como demonstradora do (falso) “sucesso” de alguns dos seus programas (policiais *versus* judiciais³⁸⁵, v. g.), o que igualmente “avaliza” a petição de mais poder (teoria arrogante e terceirização da responsabilidade); e, paradoxalmente, c) como permissora para a manipulação do número necessário de criminalizáveis “aptos”, *funcionalmente*, a atenderem à pauta que o momento econômico exige, sempre pertinente a um percentual que pendula entre a “impunização (auspiciosamente) zerada” e a “impunização (veladamente) aceitável”, ou melhor, aquela não prejudicial aos seus fins, ou ainda melhor, aquela *ideal aos seus fins*.³⁸⁶

Depois que os empreendedores morais estabelecem os limites, quase sempre mínimos ou auspiciosa e ambiciosamente próximos a zero, para os números que entornam a questão da (induzida) “insuportabilidade sensacional da impunidade”, sua inevitável e constante ultrapassagem - garimpada nas situações mais esdrúxulas como, e. g., a do motorista alcoolizado recreacional, ou ocasional que se evadiu (ou seja, que se dedicou uma vez à bebida destilada ou fermentada em razão de uma desilusão amorosa, arrependendo-se)-, serve de gatilho (desculpa) para a atuação das agências de comunicação (mídia) e fabricação ideológicas (Universidades) que, divulgando-os imersos em formol, fatigadamente até o último instante anterior ao seu desgaste completo, transmitem diretamente a mentirosa mensagem de que a “impunidade” deve ser encarada como um “mal”, um defeito inaceitável e perigosíssimo de alguns órgãos do sistema - disputa pelo poder hegemônico entre a mídia e o judiciário e, ou, o executivo policial e, ou, o penitenciário³⁸⁷ -, que pode levá-lo à falência

³⁸⁵ Sobre a disputa pelo poder hegemônico, através da “impunidade”, ver <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/06/noticias/cidades/1449168-delegado-diz-que-nao-vai-mais-prender-menor-trafficante.html>. Acesso em: 19 abr. 2014.

³⁸⁶ Ver, em parte, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 162.

³⁸⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 71, 73 e 222.

múltipla (a do “organismo social”)³⁸⁸, enquanto que, subliminarmente, produzem a equivocada mentalidade sensória comum³⁸⁹ de que tais índices demonstram que ela, a manutenção da “impunidade”, é a responsável pelo aumento dos “crimes” e dos “criminosos”³⁹⁰ (“teoria da impunidade criminógena”), exigindo, em contrapartida, sob pena de falência múltipla social orgânica³⁹¹, a outorga de maior poder a elas mesmas, as agências, únicas capazes de debelá-lo!

Apesar desse paradoxo dramatizado³⁹², a solução apresentada tem o “rosto de madeira” de envolver o pleito de majoração do poder de aparelhos estatais *falidos*³⁹³ mediante o recrudescimento desproporcional da punição com relação ao supostamente vertiginoso aumento dos “crimes” que, se não controlados, ou seja, se mantidos “impunes”, ensejarão, afirma-se, a escatologia da espécie humana, quando, na verdade, o que há é um interesse escuso das agências e dos empreendedores morais em manter um nível *crescente* ou, quando menos, certo nível de *impunizados*, utilizados como *títeres* nesse macabro teatro *videoeconômico punitivo*.

Essa *concepcional solução* advinda do *acasalamento promíscuo* da mídia com o poder punitivo é (funcional³⁹⁴ e ironicamente) bastante “interessante” porque “pode” ser usada como uma *desgraçada desculpa* para a *permanência* ou o *aumento* de uma pena já *existente* (que não funciona), ou como *atração* para a invenção de uma *nova pena* que, implacável e invariavelmente, servirá como *cosmético*, de *nível supostamente clínico*, que fingirá pretender corrigir os “defeitos funcionais no órgão doente” quando, na verdade, *o reparo proporcionado será meramente estético* (diagnóstico, inventário, vigilância e controle

³⁸⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 49-50, 86, 95, 103, 140-141, 144, 151, 163-164 e 210-211.

³⁸⁹ Ver o porquê disso em GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, pp. 24-25, que prefere, por ausência de opção melhor, “cultura popular”.

³⁹⁰ De acordo, WACQUANT, L. *Crime...*, p. 4: “Mas, de fato, esse argumento de senso comum é desmentido por todos os dados disponíveis. De um lado, a delinquência e a criminalidade não aumentaram, mas *estagnaram*, *senão recuaram* durante as duas décadas passadas.” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 336.

³⁹¹ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 129: “não é possível dizer que a ‘sociedade’ é prejudicada a cada infração e age para restaurar o equilíbrio.”

³⁹² COULDRY, N. Reality TV, ou o teatro secreto do neoliberalismo. In COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia...*, pp. 25-26.

³⁹³ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 27.

³⁹⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 71.

*atuarial*³⁹⁵ dos “desacreditados” e dos “desacreditáveis”³⁹⁶, dos “desviantes sociais”³⁹⁷, é dizer, dos “perigosos”, dos “rebeldes”, dos “drogaditos”, dos “feios”, dos “maltrapilhos”, dos “afrodescendentes”, dos “sujos”, dos que “sujam”, dos “aleijados”, dos “desconjuntados”, dos “loucos”, das “prostitutas”, dos “inservíveis”, dos “sem-papel”, dos “descartáveis”, dos “farrapos de carne humana” *etc.*³⁹⁸).

Portanto, a *veiculação botulínica* da “teoria da impunidade criminógena” (“impunidade como incentivadora da prática de crimes”), dos seus índices, ou das suas pseudoconsequências, geralmente não passa de um *factoide*, é dizer, de uma notícia *formatada* com o intuito de, atraindo insistente e cansativamente a atenção do público, passar a ser aceita como “verdade incontestável”.³⁹⁹

Com efeito, além de a “impunidade” ser um *mito* em si, os índices e as consequências marqueteiras dela advindos, em tese, também são *geralmente* falsos (v. g., que ela produz “criminalidade”).

Dissemos *geralmente* porque, embora a dose de “impunidade” exista sob a forma de uma verdadeira *seletividade (impunização)*, a *intermediação* midiática *desnaturaliza* o seu conteúdo, *pervertendo-o* a tal ponto que o público, *seduzido*, mas não completamente *iludido* (inocência romântica participativa), toma-o como “verdade animadora”.

De sorte que se há um “efeito criminógeno”, advém ele, embora em termos e dependentemente, da *incentivadora divulgação midiático-contágio-solidarizante da impunização*, deturpada e travestida de “impunidade”, e não de maneira *essencial, automática e autônoma da impunização*, como psicologicamente parece entender SIGMUND FREUD, quando escreve que:

Somente quando a violação de um tabu não é automaticamente vingada na pessoa do transgressor é que surge entre os selvagens um sentimento coletivo de que todos eles estão ameaçados pelo ultraje; e em seguida, apressam-se em efetuar eles próprios a punição omitida. Não há dificuldade em explicar o mecanismo desta solidariedade.

³⁹⁵ DIETER, M. S. *Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, *passim*. Ver, ainda, BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1998, *passim*. Ver, também, GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1991, *passim*. Ver, ademais, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 72.

³⁹⁶ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 14.

³⁹⁷ Sobre a relatividade desse vocábulo, sobretudo em uma interpretação com o termo “destoante”, ver GOFFMAN, E. *Estigma...*, pp. 151 e seguintes.

³⁹⁸ Com uma *estética e índole* contrárias, TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 175. Por aí, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 22, 40, 122 e 170.

³⁹⁹ DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. 9. re. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 176.

O que está em questão é o medo do exemplo infeccioso, da tentação a imitar, ou seja, do caráter contagioso do tabu. Se uma só pessoa consegue gratificar o desejo reprimido, o mesmo desejo está fadado a ser despertado em todos os outros membros da comunidade. A fim de soffrear a tentação o transgressor invejado tem de ser despojado dos frutos de seu empreendimento e o castigo, não raramente, proporcionará àqueles que o executam uma oportunidade de cometer o mesmo ultraje, sob a aparência de um ato de expiação. Na verdade, este é um dos fundamentos do sistema penal humano e baseia-se, sem dúvida corretamente, na pressuposição de que os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso como na comunidade que se vinga. Nisto, a psicanálise apenas confirma o costumeiro pronunciamento dos piedosos: todos nós não passamos de miseráveis pecadores.⁴⁰⁰

Exemplarmente, no dia 14 de fevereiro de 2014, o Jornal Hoje, da Rede Globo de Televisão, apresentou reportagem *estimulante*, mediante cápsulas *homeopáticas vitamínicas*, sobre como estão sendo praticados “crimes de falsidade” e como seus agentes estão obtendo *êxito*, remanescendo quase que invariavelmente, dera aquele a entender, “impunes”, haja vista a *indetectabilidade* visual e tátil do embuste.

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO REPRESENTA 75% DAS FRAUDES REGISTRADAS EM MG.

Equipe do Jornal Hoje encontrou várias formas de obter documento falso.

A cada 15 segundos alguém tenta cometer a fraude no Brasil, diz Serasa.

[...]

Falsificadores de documentos estão usando informações de cidadãos brasileiros para emitir carteiras de identidade que não têm validade alguma. Em uma volta rápida pelo centro de Belo Horizonte, capital mineira, a equipe do Jornal Hoje encontrou vários grupos oferecendo documentos falsos.

De acordo com a Serasa, a cada 15 segundos alguém tenta cometer uma fraude usando documentos falsos no Brasil. São tentativas de golpes como abrir uma conta bancária com dados de outra pessoa, pedir financiamento e cartões de crédito usando o nome de terceiros ou comprar uma linha de telefone com as informações de outro. Em muitos casos, a conta fica para a vítima pagar.

[...]

[Um] [...] ambulante oferece um RG feito sob encomenda, com papel que ele diz ser original e cobra caro. ‘R\$ 1.200 dá pra fazer pra você. Você dá um sinal de R\$ 600. Tem quase trinta anos que eu trabalho aqui.’

[...]

Nem a presença da Polícia Militar inibe os vendedores.

[...]

A pedido do Jornal Hoje, a perita judicial Glaura Malheiro Vidal Trindade analisou o documento e constatou que o papel não é original. Contudo, isso só foi possível com a ajuda de equipamentos especiais.

‘A olho nu passa, é uma falsificação perfeita, tem imitações de vários elementos de segurança. Com esse documento a pessoa, o portador conseguiria abrir contas em bancos, abrir crediários, fazer compras em lojas, em estabelecimentos comerciais, e talvez até tirar outros documentos porque os conferentes na maioria das vezes não têm tempo e não têm aparelhagem necessária para fazer uma análise.’

A Polícia Civil confirma que os dados da carteira de identidade são verdadeiros. A pessoa realmente existe, tem 29 anos e mora no interior de Minas Gerais. Ela não possui antecedentes criminais e nunca fez um boletim de ocorrência sobre a perda de documentos. Mesmo assim, informações pessoais como nome dos pais, data de nascimento e CPF foram parar nas mãos de criminosos.

⁴⁰⁰ FREUD, S. *Totem...*, p. 86.

O delegado-chefe da divisão de fraudes Vicente Ferreira Guilherme ficou surpreso com a qualidade da falsificação do documento. ‘Se ela tivesse plastificada eu dificilmente conseguiria falar se isso é verdadeiro ou falso.’ [sic]⁴⁰¹

Dessa forma um “crime” e seu *modus operandi*, que seriam acessíveis, ou *cognitiva*, ou *autoral*, ou *vitimologicamente*, apenas aos residentes em Belo Horizonte e adjacências, ou até mesmo somente no Estado de Minas Gerais, são *pedagogicamente ensinados nacionalmente*, inclusive com a advertência, *indireta cumulativa*, da autoridade intelectual (perita judicial) e da hierárquica (delegado-chefe da divisão de fraudes) no assunto, de que, nesse caso, “o crime compensa!”⁴⁰²

Id est:

A mensagem contra a pretensa impunidade, quando as prisões estão superlotadas, não faz outra coisa a não ser incitar ao delito contra a propriedade: *delinquam que há impunidade*. A publicidade dos delitos também difunde métodos criminais e instiga a uma criminalidade *amateur* muito perigosa.⁴⁰³

⁴⁰¹ In<<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/02/falsificacao-de-documento-representa-75-das-fraudes-registradas-em-mg.html>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

⁴⁰² TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 166: “Um assassino mata para roubar porque ouve celebrar por todo o lado e acima de todos os méritos o dinheiro; um violador ouviu dizer que o prazer é o objectivo da vida, um bombista apenas cumpre aquilo que lhe é aconselhado diariamente pelos jornais anarquistas [...]. Todos ouvem escarnecer da moral e tornam-se imorais para não parecerem inconsequentes. [sic]” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 322-323.

⁴⁰³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 322, *in fine*, e, exemplarmente, 323.

2 HISTÓRIA DA “IMPUNIDADE” OU IMPUNIZAÇÃO HISTÓRICA?

A influência que o *sagrado* exerce sobre o *homem* não pode ser datada, remontando, talvez, aos instantes próximos ao momento em que, tomando consciência de si mesmo, conscientizando-se do mundo circundante e de que certos acontecimentos perceptíveis ele não poderia iniciar, repetir, evitar e, ou, controlar, representou ele que havia, provavelmente, alguma força fora e além do seu alcance.

Essa *fragilidade* e essa *impotência* foram a ignição, o moto contínuo que descortinou o palco para a atuação do *sagrado*, antes na forma de acontecimentos físicos da natureza - o sol, a lua, o eclipse, o cataclismo, a tempestade *etc.*-, depois, mas sem solução de continuidade com as formas anteriores, sob o aspecto representacional do animal - o carneiro, a vaca, o elefante, o chacal, o leão *etc.* -, e, finalmente, mediante a configuração de um ser com moradia fixada sideralmente - quiçá porque o céu era e continua sendo de visibilidade mais fácil e corriqueira que o centro da terra, além de reverberar um colorido (geralmente branco e azul), mais calmante e mais simpático que o vermelho da lava e o marrom da lama-, e que há pouco mais de dois mil anos teria se epifaniado em um *avatar* humano.

A repetição dos acontecimentos, independentemente de se agourados ou desagourados, trazendo, respectivamente, vantagens - chuva para irrigação das plantações, *v. g.* -, e desvantagens - sol escaldante e inclemente, ocasionando a seca, *e. g.*-, ao homem, e a coincidência - sempre tendenciosa, deve-se admitir-, entre suas solicitações e seu atendimento imprimiu, *subliminarmente*, no senso comum ainda em cocção a *mentalidade* (cultura popular ideologizada⁴⁰⁴) de que alguma força, alguma energia sacra intercedia a seu favor, atuando diretamente em prol das suas reclamações.

E, para a hipótese muita vez ocorrente do desatendimento dadivoso pleiteado havia sempre à disposição - ancorado na inclinada falibilidade já convincente do ser humano-, o intimidante argumento de que *o insucesso era culpa do homem!*

Percebendo quase irracionalmente quanto ao *responsável*, ou seja, quanto ao então eleito *culpado*, a *falibilidade* da sua justiça terrena, ou mesmo a limitação prática do sucesso do seu alcance, respectivamente, incapaz, vez ou outra, de punir quem irritara os deuses - seja porque o acusado fugira eficazmente, seja porque ele morrera antes de custear o que fez-, e, quase sempre incapaz de restituir a situação ao seu *status quo ante* - como nas lesões corporais e nos homicídios, *e. g.*-, houve por bem o homem, *subliminarmente*, remeter a

⁴⁰⁴ Escorando-se em Billig Michael, Hall Stuart e Pierre Bourdieu, COULDRY, N. Reality..., p. 27: “[...] a mais densa concentração de ideologia se encontra naquilo que é considerado senso comum.”

quitação do débito para um *plano inacessível* terrena e temporalmente, livre, portanto, de qualquer *aferição* quantitativa e qualitativa da eventual sanção, o que, ao lhe conceder um pouco mais de tempo (no sentido de “espera”), medido entre a oferta e seu incerto resultado, reacendia-lhe a *esperança* de que ele poderia vir a ser *atendido*.

Consoante TOBIAS BARRETO, embora inapropriadamente quanto à defesa de um “direito de punir”, ainda reduzido aos “crimes constitucionais”⁴⁰⁵:

‘Não é um erro afirmar, diz Hermann Post, que primitivamente *pena e sacrifício humano* foram uma e a mesma coisa, e que dest’arte a origem do direito de punir deve ser procurada nesse mesmo sacrifício’. E tal é indubitavelmente a idéia que deveu repousar no fundo da pena em sua forma primitiva, quando é certo que ainda hoje essa idéia acompanha, consciente ou inconscientemente, a execução de qualquer pena. Não se diz mais, é verdade, quererem-se aplacar, com o castigo infligido ao criminoso, os deuses irritados, ou serenar os manes da vítima do crime; mas quasi que se procede de acordo com esta intuição, guardadas apenas as diferenças determinadas pela cultura ulterior. Com efeito, mesmo na hora presente, que vem a ser em última análise a imposição, por exemplo, da pena de morte a um delinquente, senão uma espécie de sacrifício a um novo Moloch, a um *ignoto deo* da justiça, que se pretende vêr *vingada* e satisfeita? Podem frases teóricas encobrir a verdadeira feição da coisa, mas no fundo o que resta é o fato incontestável de que punir é sacrificar, sacrificar, em todo ou em parte, o indivíduo a bem da comunhão social, sacrifício mais ou menos cruel, conforme o grau de civilização deste ou daquele povo nesta ou naquela época dada [...]. Em resumo, todo o direito penal positivo atravessa regularmente os seguintes estádios: primeiro, domina o princípio da *vindicta* privada, a cujo lado também se faz valer, conforme o caráter nacional, ou etnológico, a expiação religiosa; depois, como fase transitória, aparece a *compositio*, a acomodação daquela vingança por meio da multa pecuniária; e logo após um sistema de direito penal público e privado; finalmente, vem o domínio do direito social de punir, estabelece-se o princípio da punição pública. [sic]⁴⁰⁶

Seja para agradecer a um pedido deferido, seja para sustentar um novo pleito, seja para arrefecer a ira da divindade principiou o homem, *talvez*, pelo acusado do malogro, sacrificando um dos seus, sozinho ou junto com outras oferendas⁴⁰⁷ que eram entregues, dadivosamente, para suprir alguma desqualidade do culpado-oferecido, o que supostamente ajudaria a agradar o ser sacralizado, “tranquilizando-o” ou “reanimando-o”.

De todo modo, remetendo o equilíbrio da “dívida” para *outro momento e outro espaço*, foi possível aos homens dominantes ameaçar todos aqueles que poderiam vir a representar um perigo ou um futuro dano sem ter, em contrapartida e ao mesmo tempo, que

⁴⁰⁵ MENESES, T. B. de. Fundamentos..., p. 648.

⁴⁰⁶ MENESES, T. B. de. Fundamentos..., pp. 646 e 650.

⁴⁰⁷ Entendendo a ordem inversa como a correta, iniciando, historicamente, pelo sacrifício de objetos, depois de animais e, por fim, de humanos, ver MAUSS, M.; HUBERT, H. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 15, e GIRARD, R. *O sacrifício*. São Paulo: Realizações, 2011, *passim*. Inexplicavelmente, fora a exceção, por exemplo, das páginas 147 e 158, quase que excluindo os sacrifícios humanos, FREUD, S. *Totem...*, pp. 142-143.

demonstrar a *inescapabilidade* e a *certeza da punição* que, portanto, eram presumidas como *inevitáveis*, e por que não, de lambuja, *severas* e *eternas*?

Com o sagrado houve, portanto, uma transição de uma *justiça terrena*, propagandeada pela *fragilizada* e *incompetente* expressão de que “aqui se faz, aqui se paga”, por si só já limitada *prescricionalmente* pela *perpetuidade*, ou seja, somente enquanto durasse a vida terrena, para uma *justiça alienígena* que, ancorando-se no *slogan* da *iustitiae quae sera tamen*, ameaçava indistintamente a todos que eventualmente errassem com a certeza de que “a justiça de Deus tardava, aliás, funcionava em um tempo diverso do desejado pelos homens, mas era infalível”.⁴⁰⁸

Sobre isso, embora contraditando a existência de Deus, escreveu BERTRAND RUSSEL, inventariando os argumentos contrários e favoráveis, que:

Há também uma outra forma muito curiosa de argumento moral, que é a seguinte: diz-se que a existência de Deus é necessária para que haja justiça no mundo. Na parte do universo que conhecemos há muita injustiça, e com frequência os bons sofrem e os maus prosperam, de modo que é difícil saber qual alternativa é mais irritante; mas, se vamos ter justiça no universo como um todo, é necessário supor que existirá uma vida futura para compensar o equilíbrio aqui na terra. Assim, dizem que é necessário existir um Deus, e que devem existir céu e inferno para que a longo prazo haja justiça. [...] Ademais, penso que a razão mais forte que vem a seguir é o desejo de segurança, uma espécie de sensação de que existe um irmão mais velho a zelar por nós. Isso desempenha um papel profundo na influência do desejo de crer em Deus.⁴⁰⁹

Diante da inegabilidade da deterioração completa do *corpo morto*, cuja extinção integral desaparelhava, *pari-passu*, o fim da própria sanção que, até então, acompanhava a carne e o sangue daquele, era preciso espriar a pena até que ela atingisse o *espírito* do condenado, esse sim *infinito*, desde o início, por conexão exclusiva, haja vista que seu perdimento, ainda que acontecesse, era *invisível*. Daí, a *acreditabilidade* na sua *eternidade*.

A existência de um plano pós-vida *incontrolável* e *inacessível*, é dizer, respectivamente, *irreversível* e *improvável* - no sentido de não poder ser provado-, onde os erros e os vícios terrenos seriam multiplicadamente decalcados no inferno pela imposição da vontade do mais “forte”, do mais “rico”, do mais “esperto” ou do mais “inteligente”, supostamente permitida e legitimada pela vontade da divindade, propiciou aos dominantes a possibilidade da imposição de penas terríveis a todos os desconformes e, muitas vezes, *em nome da fé!*⁴¹⁰

⁴⁰⁸ Ver Eclesiastes 12:14 e Mateus 5:6, embora esse se refira à justiça dos homens. In BÍBLIA..., pp. 1.181 e 1.845.

⁴⁰⁹ RUSSEL, B. *Por que não sou cristão*. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008, pp. 35-36.

Mas, para implementar o convencimento dos destinatários era preciso um discurso eloquente e um orador não só poderoso, mas *temível*.⁴¹¹ E, por quê?

Porque há séculos a “temibilidade frente ao inimigo”⁴¹² tem sido o *pressuposto implantado* pelos agentes para que eles, depois como atores, pudessem *tranquilamente* intervir, sob o signo e a proteção do insólito, como *vetores de neutras e imparciais soluções!*

Antes de continuar não parece inoportuno aderir novamente à visão russeliana para dizer que:

Eu, pessoalmente, não acredito que qualquer pessoa profundamente humana possa acreditar no castigo eterno, e Cristo, conforme descrito nos Evangelhos, certamente acreditava no castigo eterno, sendo que podemos encontrar, repetidas vezes, uma fúria vingativa contra aqueles que se recusavam a escutar suas pregações - uma atitude que não era incomum aos pregadores, mas que de algum modo destoava da excelência superlativa. [...] Descobrir-se-á, nos Evangelhos, que Cristo disse: ‘Serpentes, raça de víboras! Como escapareis da condenação ao inferno?’. Isso era dito às pessoas que não gostavam de sua pregação. [...] Existe, é claro, o conhecido texto acerca do pecado contra o Espírito Santo: ‘Aquele que disser alguma palavra contra o Espírito Santo não será perdoado, nem neste mundo nem no mundo futuro’. Esse texto causou uma quantidade indizível de infelicidade no mundo, porque todo tipo de gente julgou que tinha cometido o pecado contra o Espírito Santo e pensou que isso não seria perdoado, nem neste mundo, nem no mundo futuro. [...] Então Cristo diz: ‘O Filho do Homem enviará os seus anjos, e eles tirarão do seu reino todos os escândalos e os que praticam a iniquidade, e lançá-los-ão na fornalha de fogo. Ali haverá choro e ranger de dentes’. [...] Mas todos [...] lembram-se da parte que fala de ovelhas e cabritos; de como, na segunda vinda, Ele vai dividir as ovelhas dos cabritos e dizer aos últimos: ‘Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno’. Ele prossegue: ‘E estes irão para o suplício eterno’. Então, diz mais uma vez: ‘Se a tua mão te escandalizar, corta-a; melhor te é entrar na vida (eterna) manco do que, tendo duas mãos, ir para o inferno, para o fogo inextinguível, onde o verme não morre e o fogo não se apaga’. Ele repete isso muitas e muitas vezes. Preciso dizer que concebo toda esta doutrina, de que o fogo do inferno é punição para o pecado, como uma doutrina de crueldade. Trata-se de uma doutrina que pôs a crueldade no mundo e lhe conferiu gerações de cruel tortura [...].⁴¹³

Em um livro deuterocanônico recebido pela igreja cristã, o Eclesiástico, ficou assentado no capítulo 9, versículo 12: “Não sintas prazer com a felicidade dos ímpios: lembra-te que neste mundo não ficarão impunes.”⁴¹⁴

⁴¹⁰ NAZARIO, L. *Autos-de-fé como espetáculos de massa*. In coleção histórias da intolerância: inquisição e marranismo, v. 2. 1. ed. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005, *passim*. Ainda, LANGENFELD, F. S. von. *Cautio...*, *passim*. Também, KRAMER, H.; SPRENGER, J. *Malleus Maleficarum: o martelo das feiticeiras*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998, *passim*.

⁴¹¹ Primeiro Samuel 5:11, in *BÍBLIA...*, p. 426.

⁴¹² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 408.

⁴¹³ RUSSEL, B. *Por que...*, pp. 39 a 41. É óbvio que existem ensinamentos contrários que não foram aproveitados aqui, como o “não julgueis para não serdes julgados” (Mateus 7:1 e Lucas 6:37), porque os homens que se valeram das supostas palavras de Jesus Cristo também só se aproveitaram do que lhes interessava.

⁴¹⁴ *BÍBLIA...*, p. 1.255.

Residindo em Anatot, no território de Benjamin, Jeremias, filho de um sacerdote chamado Helcias, teria recebido de Iahweh as seguintes palavras, assentadas topologicamente em Jeremias, capítulo 25, versículo 29: “Porque, eis que pela cidade sobre a qual foi invocado o meu nome, vou começar a desgraça; e vós sereis, acaso, poupados? Não sereis poupados, porque eu convoco a espada contra todos os habitantes da terra, oráculo de Iahweh dos Exércitos.”⁴¹⁵

Em Provérbios 6:29, Salomão, filho de Davi, rei de Israel, verbaliza: “Assim acontece com aquele que procura a mulher do próximo, quem a toca não ficará impune.”⁴¹⁶

Como em nome da fé já foram cometidas incontáveis e continuarão sendo cometidas infundáveis atrocidades, não só com ambos, orador e discurso, mas também com uma “*demanda por uma ordem*” sempre planejada, fabricada e implantada, porque não só os que ascendem ao poder, como afirma ANDRÉ GLUCKSMAN, mas, sobretudo, porque as pessoas hoje, “afora uma boa milícia, aguardente e salaminho [...] necessitam de texto”⁴¹⁷, é que foi possível, um pouco desvirtuadamente, exportar a *impossibilidade da “impunidade”* perante a divindade, que tudo ouve, tudo vê e tudo sente, para seu representante na terra, o *soberano* que, personificando “a própria benevolência cara e arrogante em favor de todos”, passou, por uma suposta *delegação*, a não se contentar com a *evasão apenatória* de qualquer acusado, pois isso denunciaria sua *fragilidade* e evidenciaria sua *carnalidade* ao invés de demonstrar sua *divindade* (usurpada).

Como se percebe, a *história da “impunidade”* se confunde, *in fieri*, com a *história da seletividade religiosa* na medida em que se os ímpios não ficarão “impunes” nesse mundo (Eclesiástico 9:12), *outros pecados ficarão*, ou pelo menos poderão ficar, e se Iahweh irá começar a desgraça pela cidade que invocou o seu nome é porque, mesmo que sua espada penda contra todos os habitantes da terra (Jeremias 25:29), sua ira vingativa se dará paulatinamente, sempre havendo uma certa margem de “impunidade” a perseguir.

Por outro lado, também ficará “impune” quem procurar a mulher do próximo, *mas não a tocar* (Provérbios 6:29).

Além da história de uma (“impunidade”) se confundir com a da outra (seletividade/impunização), a “demanda pela punição” varia de acordo com a maior ou a

⁴¹⁵ BÍBLIA..., pp. 1.524-1.525.

⁴¹⁶ BÍBLIA..., p. 1.125.

⁴¹⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 412. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 72.

*menor variação, ou possibilidade de variação, da “demanda pela seleção” que no final do cálculo sempre revela, minimamente, uma “demanda por uma ordem” libertária - quando, por exemplo, falta mão de obra no mercado*⁴¹⁸ -, ou, maximamente, segregacional - quando há excesso de mão de obra, v. g. -, que também é sempre antecedida pela implantação estratégica de novos, ou mesmo requentados, elementos “perturbadores”.

Ora, para que a “demanda por ordem” - empregatícia (adoçamento de braços e mãos salgados), econômica (resignação na concorrência desleal ou injusta), demográfica (consentimento tácito retido nos desaparecimentos forçados) *etc.* -, instale-se é preciso, repita-se, que haja, primeiro, uma suposta “desordem”.

Essa suposta “desordem” precedente pode ser *natural* ou *artificial*.

Uma *desordem natural* anterior adviria, por exemplo, de uma catástrofe da natureza, como uma enchente que detonasse pretensões legislativas tendentes à criminalização primária (renormatização), ou despertasse nas agências secundárias a oportunidade persecutória contra o aumento abusivo de preços, pretendido pelos arrivistas na tragédia climática.⁴¹⁹

Já uma “*desordem*” *artificial* anterior adviria do *engatilhamento adrede* de elementos previstos no *script* que, intranquilizando “intencionalmente” o sistema mediante a interpretação e a incorporação dos papéis distribuídos, deflagrassem a “demanda pela sua ordenação”, embora de maneira *efêmera e parcial*.

Momento em que os demandantes encontrariam de plantão, não o “guarda noturno modorrento” de NELSON HUNGRIA⁴²⁰, mas, todo um sistema penal que, voltado para a *despolitizaçãoda* “*desordem*” como algo produzido, repintaria aquela com uma nova tinta capaz de demonstrar (magicamente) aos destinatários que aquele evento é “natural” e, por isso mesmo, “perigosíssimo haja vista deter ele todos os atributos incontrolláveis e imprevisíveis da natureza que disparam o nosso temor a partir do nosso suposto senso comum mnemônico ou repositado”.

⁴¹⁸ Entendendo pela obsolescência dessas funções da pena, WACQUANT, L. *Punir...*, p. 349.

⁴¹⁹ In<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/01/17/interna_brasil,232718/parentes-da-brasiliense-morta-transformam-dor-em-solidariedade.shtml>. Acesso em: 20 maio 2013: “Por determinação do comandante-geral da Polícia Militar, Mário Sérgio Duarte, os comerciantes que se aproveitarem da tragédia para aumentar os preços de produtos de maneira abusiva deverão ser levados para a delegacia, onde deverá ser iniciada uma investigação para checar a existência do crime de extorsão ou de demais crimes contra a economia popular.”

⁴²⁰ HUNGRIA, N. O direito penal no Estado Novo. In *Revista Forense*. Rio de Janeiro, jan.-fev.-mar. 1941, v. 85, pp. 265 e seguintes. Também, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 459.

Todavia, sob a ótica dos estudos culturais, essa “naturalização do perigoso” e, de corolário, a “naturalização biologicista da violência”⁴²¹ se apresentam como *absurdas* porquanto elas, ao afirmarem que *filogeneticamente*⁴²² “tememos” o “feio”, o “sujo”, o “disforme”, o “afrodescendente”, incorrem em um *equívoco inadmissível* que é o de *equivalentemente projetarem, retrospectivamente, na genética humana nossas classificações atuais, já impregnadas de preconceitos desse tipo.*⁴²³

Se o “medo” desses estereótipos fosse “instintivo”, se ele acompanhasse *filogeneticamente* a psique do ser humano, certas pessoas portadoras de certas atipias mentais (autismo, *e. g.*), *sentiriam* “pavor” não só de altura, de fogo, de objetos pontiagudos, de escuro *etc.*, mas, também, da sua atualização perversa, convertida em “medo” de “afrodescendentes”, de “pobres (ou melhor, de desempregados, de inempregáveis ou de desfavorecidos pela discrepância rentária)”, de “sujos”, de “disformes” *etc.*

Acontece, porém, que muitas delas não sentem esse “terror”, o que demonstra que não há uma passagem *genética e infectante* do “medo” de geração para geração.

Com efeito, o “medo” não seria uma defesa prévia congênita, tampouco um atavismo dominante, sequer recessivo, incrustado na psique do homem como material memorial reutilizável e reaproveitável após a reciclagem dos “pavores tétricos” dos nossos antepassados (“medo do escuro convertido em medo de afrodescendentes”, *v. g.*).

Do mesmo modo que se “pode” *projetar retrospectivamente* nossos preconceitos atuais quanto ao que consideramos (nos induzem a considerar) “um vício, uma desqualidade, um defeito perigoso”, poder-se-ia, em igual medida, *filogeneticamente* retroceder no tempo, até a sua origem, afirmações tendentes a demonstrar que, no início, ao invés daqueles, “*o que se temia era o limpo, o harmonioso, o branco etc., porque era isso que representava o diferente*”.

Como nenhuma das hipóteses pode ser provada, porque não é possível recuperar integralmente a linha do tempo do *status* filogenético até nossos ancestrais, qualquer das duas conjunturas encontra “justificativa”, *vencendo a que mais se conforme com os interesses politicamente escusos dos empresários morais de plantão.*

⁴²¹ BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 61 e seguintes.

⁴²² Embora, evidentemente, desaguando em outras consequências, nesse ponto discordamos de ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 318.

⁴²³ Parecendo favorável a uma transmissão psicológica, *obviamente que não no sentido absurdo do exposto*, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 67 e 483. Em outro momento, porém, parecendo desfavorável, ver a obra citada, pp. 70, 345 e 398. Por fim, nas pp. 127-128, 168 e 291-292, da referida obra não nos foi possível captar exatamente seu entendimento sobre o assunto.

Embora a ponta final (ou melhor, atual⁴²⁴) do *fio de Ariadne* da “evolução”⁴²⁵ da espécie humana, e das *taxonomias* a ela vinculadas, esteja em nossas mãos, simplesmente tateá-la não é suficiente para afirmarmos que seu *diâmetro* e *material compositivo* se mantêm constantes até a sua ponta inicial, mormente porque *entre uma e outra há inúmeras soluções de continuidade probatórias que impedem o alcance e o acompanhamento histórico seguro do mesmo até o seu estágio de mero novelo*.

Mutatis mutandis, segundo SLAVOJ ŽIŽEK, em *On belief*:

Esta é a lição da psicanálise e da tradição judaico-cristã: a vocação humana específica não repousa no desenvolvimento de potenciais inerentes do homem [genéticos ou outros]; ela é disparada por um encontro exterior traumático; pelo encontro do desejo do Outro em sua impenetrabilidade. Em outras palavras [...], não há linguagem do instinto inata. Há, é claro, condições genéticas que têm que existir para que um ser vivo possa falar. Todavia, só começamos a falar, só entramos no universo simbólico, reagindo a um solavanco traumático - e o modo de reagir, isto é, o fato de que, para lidar com um trauma, nós simbolizamos, NÃO está em nossos genes.⁴²⁶

*Além de instaurar previamente, ou de concordar com*⁴²⁷ *o procedimento convulsivo de desordem, “justificador” de uma hipocondríaca atitude defensiva*⁴²⁸ *preventiva, quem pretende, como a burocracia penal*⁴²⁹, *atuar em determinada situação caótica precisa, maquiando metaforicamente essa conjuntura, fazer-se posticamente necessário (empreendimento mecânico oportunista retroativo*⁴³⁰*), mediante a construção de um “inimigo conveniente”*⁴³¹.

E isso é assim porque a *imposição* atuacional no instante da *necessidade* pode, em razão de uma *momentânea impossibilidade de escolha* do auxiliado, até resistir enquanto durar

⁴²⁴ COSTA, J. F. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 100: “[...] para muitos, como eu, que não acreditam em natureza ou essência universal do sujeito, imaginar seres humanos ou humanoides feitos de *chips* nada tem de escandaloso. Não sei por que o milagre da vida e da evolução das espécies deveria emperrar justamente ao fabricar seres de matéria orgânica como nós.”

⁴²⁵ Temos sinceras dúvidas quanto a se o homem está realmente “evoluindo” com o passar do tempo. Em sentido contrário, ver TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 213.

⁴²⁶ ŽIŽEK, S. *On belief: thinking in action*. London/New York: Routledge, 2001, pp. 47-48. Ver, ainda, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 337.

⁴²⁷ Para outra vertente, embora com a mesma “lógica”, ainda que *finita*, SANFORD, J. A. *Mal...*, p. 53: “[...] Deus, através de seus próprios princípios e metas, estaria permitindo a existência do mal e do diabo, e quando seus propósitos fossem atingidos e a necessidade de um diabo fosse eliminada, o lado do bem venceria o mal.”

⁴²⁸ Sobre o *defensivismo*, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 200.

⁴²⁹ ANITUA, G. I. *Histórias...*, p. 55.

⁴³⁰ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 23. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 212, nt. 21.

⁴³¹ Ver nota 429.

a *imprescindibilidade*, mas ela sucumbirá imediatamente, ou tão logo esta desapareça (regressão à média⁴³²), *mediante a cessão de espaço à tranquilização que, autorizando o esfriamento e o reabastecimento energético das válvulas sensitivas, permitirá a percepção da possibilidade de que a elegibilidade suceda mais de uma opção.*

Com efeito, é preciso que o pretenso *casting* (composto pelos atores protagonistas do sistema penal), *que vai (fingir) atuar na pseudossolução do problema*, conquiste a confiança do futuro auxiliado (população) mediante um *ostensivo aliciamento simpático e parassimpático*, sem o qual ele não alcançará uma voluntária e imperturbavelmente tacanha adesão subjetiva à barbárie⁴³³.

Por fim, é preciso que os protagonistas, os agentes, demonstrem possuir o *monopólio competencial retórico-solucionador do qui pro quo armadilhado*, evitando concorrências inoportunas.

Redigido o discurso (punitivo preventivista), e presentes orador (sistema penal), e plateia (população), já pode o protagonista (poder punitivo) descortinar eloquentemente a tragédia anunciada, o desastre que esclerosadamente irá impressionar histericamente aquela que, conduzida ao desespero apavorante de desejar freneticamente vislumbrar a todo custo um final feliz (que quase nunca inclui a vítima⁴³⁴ ou o suposto mocinho), acaba se entregando à aceitação passivo-vegetativa do final escolhido pelo redator (o legislador).

É *por se fazerem* (e não por realmente serem), necessários e “únicos capazes” de resolver a problemática *catastrofista febrilmente* exposta à população (a da “*insegurança*” *histórica* ou a da *paranoica* “*necessidade de segurança*”), que os empreendedores morais tentam desbancar qualquer discurso contrário inclinado a demonstrar sua *inutilidade* e *falibilidade*, como o discurso *abolicionista* e o discurso *minimalista*, desacreditados por aquele sob o argumento de que a exportação do poder punitivo para fora do *controle social formalizado*⁴³⁵ atrairia, inevitavelmente, dizem, a *guerra de todos contra todos*⁴³⁶ (hobbesianismo)⁴³⁷, o *bellum omnium* onde imperaria a *vindita*.⁴³⁸

⁴³² MLODINOW, L. *O andar do bêbado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 16.

⁴³³ BATISTA, V. M. Adesão..., pp. 307 e seguintes.

⁴³⁴ Sobre o *confisco do conflito*, ver FOUCAULT, M. *A verdade...*, pp. 65 e seguintes. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 152 e 184. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 42 a 44, 63 e 457-458. Ver, ademais, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 383 e seguintes.

⁴³⁵ HASSEMER, W. *Introdução...*, pp. 396 a 398 e 417 e seguintes.

⁴³⁶ FREUD, S. *Totem...*, p. 152.

Infelizmente, porém, a *vingança* sempre foi e -*embora, atualmente, em muito menor medida, haja vista pretender ela uma prevenção especial negativa (neutralização)* -, sempre será *ineficientemente inerente* ao próprio conceito de *pena*, e tanto que TOBIAS BARRETO já dizia:

De envolta com o sacrifício, que constitui o primeiro momento histórico da pena, além da expiação que lhe dá um caráter religioso, já se acha o sentimento da vingança, que os deuses de então têm de comum com os homens e os homens com os deuses. Á medida porém que vai decrescendo o lado religioso da expiação, aumenta o lado social e político da *vindicta*, que permanece ainda hoje como predicado indispensável para uma definição da pena. Como o desenvolvimento da língua de um povo é muito mais vagaroso que o das suas *instituições*, modificadas sob esta ou aquela influência, vemos a palavra *pæna*, que é derivada ou aparentada com *pænitet*, cujo conceito envolve o arrependimento, isto é, um modo de sentir, no qual vai sempre uma certa dose de religiosidade, vemo-la, sim, já de todo destituída do seu conteúdo primitivo e significando unicamente a vingança pública exercida contra o criminoso: *pæna est noxæ vindictæ...* (50, 16. L. 131.) E esta idéa da vindita, que vigorou no direito penal dos romanos, que estendeu-se até a tempos muito posteriores, não foi arredada, como costumam-se afigurar, pelas chamadas teorias do direito de punir; teorias que, como todas do mesmo gênero, não fazem mais do que procurar prender às leis da racionalidade moderna uma velha coisa bárbara e absurda, posto que necessária⁴³⁹, qual é a pena, sem que daí resulte a mínima alteração da natureza do fato. [*sic*]⁴⁴⁰

Em igual medida, é por essa mesma razão, *a da manutenção da sua encenação em cartaz*, que o poder punitivo distribui, antecipadamente, o *desespero taquicárdico* entre alguns setores da população e em momentos cuidadosamente escolhidos porque, sem esse desespero que impede ou perturba a distinção correta dos contornos da situação *maishipocondríaca* que *real* facilmente perceberiam os receptores da *mensagem alucinante, traumatizante e estressante* que aquela ocasião fotografada (instantânea), *camufladamente escolhida a dedo e desapegada de todo o contexto*, não passa de uma *ficção holográfica*, e desde o instante em que o desespero lhes fora apresentado como (falsamente) derivado de um setor “descartável” da sociedade como os “drogaditos”, os “moradores de rua”, os “motoristas alcoolizados”, os “traficantes de calçada”, os “criminosos varejistas”, os “afrodescendentes”,

⁴³⁷ HOBBS, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. In clássicos Cambridge de Filosofia e Política. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014, *passim*. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 49, 103, 163-164 e 223.

⁴³⁸ É quase inacreditável que um escritor como Luigi Ferrajoli pense assim. Ver FERRAJOLI, L. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: RT, 2002, *passim*, especialmente p. 203 e, citando outros, p. 210. Ver, também, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 114. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 39, 95, 103-104 e 106. Para uma pesquisa antropológica que refuta esse pessimismo vindicativo, ver MALINOWSKI, B. *Crime...*, pp. 90-91.

⁴³⁹ MENESES, T. B. de. *Fundamentos...*, p. 648.

⁴⁴⁰ MENESES, T. B. de. *Fundamentos...*, p. 647.

os “pobres (ou melhor, os desempregados, os inempregáveis ou os desfavorecidos pela discrepância rentária)” *etc.*

Não havendo tempo para que o destinatário raciocine em razão não só do *conteúdo* da *mensagem preocupante*, mas da *velocidade* com que ela gira e da *fatigante e nauseante frequência*⁴⁴¹ com que ela é repetida, instaura-se o *delírio fantasmagórico* da afirmada “insegurança social”⁴⁴², capaz de exterminar a *sociedade* ou, quando menos, neutralizar aquele *indivíduo* alcançado pela *alegoria à lamode*, qual sendo, a da *publicidade enganosa* que, adornada com plumas, paetês, miçangas, canutilhos e pedras, usa como cabide uma única “verdade” *delivery*, a que, vinda do lado de lá, não permite o emboloramento do confronto das diversas versões existentes que, se não fossem sufocadas, iriam contradizê-la à sociedade, demonstrando que *não há que se falar em “impunidade” implementadora e elevadora da “insegurança”, mas sim em impunização, ou seja, em um rótulo colacionado pelo sistema penal em uma embalagem composta por certos estereótipos que, além de criminalizados (black label), continuarão respondendo caso não sejam apenados (red label).*

Com isso, consegue o poder punitivo continuar sendo a autoclave que “esteriliza”, que “desinfeta” a sociedade, “higienizando-a” contra os “patógenos que a contaminam estéticamente e funcionalmente”.

Com assento na *seletividade imanente à megalomaníaca programação criminalizadora primária*(inflação legislativa), e à *incapacitada criminalização secundária*(o Brasil ocupa a quarta posição no *ranking* mundial do encarceramento), sabe o sistema penal, de antemão, que a maioria das condutas sinalizadas como “crimes” - tipificadas abstratamente -, serão praticadas (imitadas), sem exagero, por *milhões de pessoas* que, apesar disso, em enorme medida, *não serão descobertas, acusadas, condenadas e, ou, executadas.*

Acontece, porém, que, em um *jogo de espelhos*, desse problema, o da *seletividade que o próprio sistema penal engendra* (“impunidade”), surge a oportunidade *imperdível* de o poder punitivo apresentar-se como o “único capaz de sobriamente eliminá-la” (sem risos)⁴⁴³, recuperando uma desculpa “salvacionista” utilizada pelos nossos *colonizadores-coletores*.⁴⁴⁴

⁴⁴¹ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 66.

⁴⁴² Sobre a inconveniência disso, ver TAVARES, J. *Teoria do injusto...*, pp. 181 e seguintes.

⁴⁴³ Denunciando um modelo exclusivo das funções preventivas da pena e o jogo de espelhos com que o sistema penal “brinca seriamente”, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 233, 259 e 271.

⁴⁴⁴ Sobre “salvacionismo”, ver RIBEIRO, D. *O povo...*, pp. 58, 64-65 e 69.

Em que pese isso jamais ser *possível*, e *desejado*, porquanto a *solução de continuidade da seletividade (dicotomicamente todos seriam presos ou ninguém seria encarcerado)*, *desempregaria-o de sua função*⁴⁴⁵, requebra ele a paradoxal ideia de que “punir é resolver” e, escorando-se em uma *manipulada taxa de “impunidade”*, que na sua calculadora (científica) é sempre *ascendente*, pleiteia ainda mais poder sob o argumento de que ela, a “impunidade”, vista como uma “fragilidade do sistema, descoberta pelo (informada ao) criminoso” (funcionalismo sistêmico organicista)⁴⁴⁶, *estimula a prática de “crimes por pessoas antifuncionais”*⁴⁴⁷ (teoria das vidraças quebradas⁴⁴⁸, v. g.) e, por que não, a própria “impunidade” (teoria do vidraceiro displicente ou desanimado, e. g.⁴⁴⁹).

Voltando à questão da “impunidade” registrada biblicamente, no Gênesis (3:16 a 19), Adão e Eva são punidos pelo pecado original, não restando espaço para a “impunidade” naquele momento. Ocorre que no mesmo Gênesis, capítulo 4, Caim, filho daqueles, depois de matar seu irmão, Abel, em vez de ser punido, é amaldiçoado a fugir errantemente pela terra, o que poderia redundar em uma espécie de punição (degredo), embora não em outra, haja vista haver sido ele protegido contra a matabilidade advinda de qualquer pessoa. Chegando na terra de Nod, na face leste do Éden, esposou-se com quem lhe gerou Henoc.

Considerando que o pecado original puniu Adão e Eva, proscrevendo-os do paraíso, e como o paraíso é o *locus* prometido por Iahweh, era preciso *repovoá-lo* para que os homens conhecessem suas vantagens e, conhecendo-as, animassem-se a fazer o que lhes era determinado. A expulsão de Adão e Eva e a morte de Abel evitou a *demandas por punição* de Caim a quem foi permitido, convenientemente, remanescer, em certa medida, “impune” para que *pudesse conceber mentalidades para a acreditação em Deus e braços para o trabalho* (Henoc).

Mais tarde, quando supostamente Deus mandou à terra seu avatar, Jesus Cristo, esse, ao ser julgado por sublevação política, experimentou a severidade punitiva defendida pelo seu

⁴⁴⁵ Ver nota 71.

⁴⁴⁶ JAKOBS, G. *Derecho...*, pp. 8 e seguintes. Ver, ainda, _____. *Tratado...*, pp. 19 e seguintes. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 151 a 156 e 255.

⁴⁴⁷ Apesar de discordarmos, se há um estímulo, ainda que mínimo, é mais provável partir ele da mídia. Ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 146-147.

⁴⁴⁸ Ver KELLING, G. L.; WILSON, J. Q. Broken Windows: the police and neighborhood safety. *In The Atlantic Monthly*, in <<http://www.theatlantic.com/magazine/print/1982/03/broken-windows/304465/>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

⁴⁴⁹ In<<https://www.youtube.com/watch?v=pJlVdVTGinM>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=KMoewUTrkEM>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

próprio Criador quando Pilatos, pedindo ao povo que optasse entre Aquele e Barrabás, permitiu aos judeus escolherem Este para libertar, porque, na alternativa que tinham, *alguém precisava ser punido, ou melhor, era preciso que alguém não restasse “impune”!*⁴⁵⁰

Per saltum, reiniciando de nossa historiografia colonizada, é possível *atualizarmos* o “discurso da pseudoimpunidade” revolvendo o material punitivo que a economia doméstica ofereceu quando do entorno temporal descortinador do nosso diferente (o que não equivale a involuído), país, sobretudo demonstrando que sua *dieta* sempre partiu da “demonização do outro” como subterfúgio *entorpecente, sonífero e sonegador* da sua real intenção, a dominação *primitiva* de uma modalidade de *capitalismo predatório* que tem se utilizado da pena, como *discurso direto*, e da “impunidade”, como *discurso indireto*, para a *acumulação derivada e tardia*⁴⁵¹ *de lucros*.

Partindo da mesma pergunta ribeiriana exposta na oração “por que, mais uma vez, a classe dominante nos vencia?”⁴⁵², podemos questionar, adicionalmente: “por que a classe dominante tem vencido desde a primeira vez impondo um discurso de “impunidade” *alheia* enquanto esconde a sua *própria impunização*?”

Da confluência de vários espectros (invasor português, índios silvícolas e campineiros e “negros” africanos)⁴⁵³, surgiu um *povo novo* que, infelizmente, inaugurou um “tipo renovado de escravismo e [...] [uma] servidão continuada ao mercado mundial.”⁴⁵⁴

Nesse vaticínio da *exploração infundável* entre o modelo exportador ultramarino expansionista (agora também importador intensivista), e o desgaste populacional recrutado forçosamente⁴⁵⁵, a unidade nacional e a uniformidade cultural formativas do povo brasileiro

⁴⁵⁰ Evangelho de Lucas 23:2, 14, 16, 18 a 23. In BÍBLIA..., pp. 1974-1975. Ver, também, TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 55. Ver, ainda, <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/01/noticias/cidades/1477032-pai-de-universitaria-morta-em-acidente-quando-voltava-de-boate-nao-acredita-em-justica.html>, <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/01/noticias/cidades/1477432-policia-pede-a-prisao-preventiva-de-motorista-acusado-de-provocar-acidente-com-morte-em-meaiepe.html>, <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2014/02/motorista-de-acidente-com-morte-em-guarapari-nao-estava-alcoolizado.html>> e <http://gazetaonline.globo.com/novo/_conteudo/2014/02/noticias/cidades/1480386-queremos-que-o-juiz-reveja-essa-decisao--afirmam-pais-de-vitimas-do-acidente-em-meaiepe.html>. Acesso em: 19 abr. 2014.

⁴⁵¹ Sobre o *capitalismo tardio*, ver MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2009, *passim*. Ver, ainda, MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 86 e seguintes e 251.

⁴⁵² RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 13.

⁴⁵³ *Verbo ad verbum*, RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 19.

⁴⁵⁴ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 19.

⁴⁵⁵ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 20.

não conseguiram impedir as contradições e os antagonismos⁴⁵⁶ que historicamente dinamizaram a implantação do “discurso da impunidade” como mais um modelo de *manutenção do colonialismo*, afora o *neocolonialismo* como *tecnocolonialismo*⁴⁵⁷, porque *pasteurizador midiaticamente difundido* de novas formas e estilos culturais⁴⁵⁸ *excludentes (provisoriamente), e descartadores (definitivamente)*, à semelhança de antanho, dos que destoam da paisagem urbana azul frente a qual entra em cena uma sociedade de *empreendedores morais típicos e atípicos*.

Confundindo “união” com “unificação”, foi justamente a incipiente e mantenedora *homogeneização politizante do povo* a responsável pela *exclusão* e posterior *repressão* de quaisquer movimentos tendentes à aceitação do diferente.⁴⁵⁹

Produtor de identidades, como já percebiam os romances machadianos⁴⁶⁰, foi o histórico *antagonismo classista* que impôs aos poucos sobreviventes uma nova, mas permanente, *formatação subjetiva* na medida em que submetida, inclusive *contemporaneamente*, a um *processo violentamente colorido de ordenação e repressão das individualidades, ainda que amontoadas*.⁴⁶¹

Mesmo obrigados a ser o que convinha a elas, porque oprimidos *traumaticamente* sob a vontade das classes *plutocratas*, passaram estas a reear *panicamente o recrudescimento revoltante* daquelas classes dominadas^{462, 463} caso fossem abertas as “válvulas de contenção”, *infladas e pressionadas* pelos gases derivados da própria putrefação dos seus corpos, desgastados no *intestino grosso* (retenção de certos elementos e estocagem de resíduos), do tubo digestivo do sistema penal.

Como estavam e estão sempre prestes a explodir, o abastecimento energético dos interesses dos responsáveis pelos entretenimentos punitivos por meio desses comburentes

⁴⁵⁶ Sobre *antagonismos*, ver CHALHOUB, S. *Machado de Assis: historiador*. 1. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, *passim*. Também, RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 22.

⁴⁵⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 118 e seguintes.

⁴⁵⁸ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 21.

⁴⁵⁹ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 23.

⁴⁶⁰ CHALHOUB, S. *Machado...*, *passim*.

⁴⁶¹ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 23.

⁴⁶² RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 23.

⁴⁶³ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 25.

devia e deve ser controlado quando da queima provisória ou definitiva dos inservíveis ou dos inamoldáveis ao sistema.

Ao contrário da poluição, que *corresponde* ao tipo de material inflamado - e. g., GLP(queima limpa), ou madeira (fumaça) -, mas não o *reproduz*, os vetustos processos de dominação serviam e servem mais como *reprodução* frequente das diferenças sociais do que como *correspondência* delas.⁴⁶⁴

Antanho, o “medo”⁴⁶⁵ da *comoção intestinal anárquica “afrodescendente”*, “justificador” de “revoluções preventivas”⁴⁶⁶ voltadas à “manutenção da ordem”⁴⁶⁷, foi o promotor e o antecessor da *produção de identidades “deformantes”, “irreconhecidas” e “infames”*⁴⁶⁸, perpetuada agora sob a forma *plástica “racial”*, porque os novos “pobres (ou melhor, os desempregados, os inempregáveis ou os desfavorecidos pela discrepância rentária)”, os novos “inaptos”, os novos “desconformes”, os novos *vulneráveis*, continuam sendo “negros”, e sob a forma *psíquica* da inconformidade para com uma suposta “impunidade” dos seus próprios pares, *ad instar* do que aconteceu com nossos índios, dispostos em uma guerra entre si que, não sendo deles, nada mais fazia do que refletir a contenda entre reformadores e contrarreformadores⁴⁶⁹ (disputa pelo poder hegemônico).

A *violenta* construção da nossa história parte de uma minoria invasiva que, *pestilenta* ou *agressivamente*, quase destruiu a maioria nativa.⁴⁷⁰

⁴⁶⁴ Nesse sentido, ver RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 24.

⁴⁶⁵ BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003, p. 153: “Foucault nos fala de um medo que surge no meio do século XVIII, formulado em termos médicos, mas animado por um fundo moral. Este medo, *metáfora do assombro* do horror medieval, vem das fantasias geradas pelas casas de internamento. ‘Bem antes de formular-se o problema de saber em que medida o desatino é patológico tinha-se constituído no espaço do internamento e por uma alquimia que lhe era própria, uma mistura entre o horror do desatino e as velhas assombrações da doença’. É este medo que conduzirá ao aparecimento de, segundo Foucault, um dos grandes temores do século XIX, a *degeneração*.” No original, FOUCAULT, M. *História da loucura: na idade clássica*. In estudos. São Paulo: Perspectiva, n. 61, 2008, p. 355.

⁴⁶⁶ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 25.

⁴⁶⁷ BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 78-79.

⁴⁶⁸ BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 85 e seguintes. Ver, ademais, HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009, *passim*. Ver, ainda, FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In MOTTA, M. B. da (Org.). *Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. In coleção ditos e escritos, v.IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pp. 203 a 222.

⁴⁶⁹ Sobre essa história, ver RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 33.

⁴⁷⁰ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 30.

Não a punição mortal da maioria, mas a sobrevivência da minoria foi o que historicamente garantiu a perseverança do escravismo, hoje travestido na exploração trabalhista pelo capital neoliberal predatório.

Porque “não interessava ao Estado modificar o padrão [...] dos escravos que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre”⁴⁷¹ é que, *a rigor, o que não matava engordava as instituições de sequestro (senzalas, cadeias), em uma flagrante demonstração antecipadora de que só a morte poderia, ainda que minimamente, inviabilizar a decretação de que “aquele corpo não havia sido punido o suficiente, é dizer, de que ele sempre estava beneficiado pela impunidade”.*

Como essas veredas são sempre de mão dupla, interpenetrando-se, emprestaram os *invidados*, aos *invasores*, parte das suas técnicas que depois disso se voltaram contra eles próprios, como a da *antropofagia*, tributada até hoje através da *ingestão social* de pessoas de uma classe por outras da mesma, ou de classe “superior” (canibalismo social), na hipótese nada incomum em que o que elas vão produzir rende menos do que o que elas vão consumir, “não existindo, portanto, incentivos para integrá-lo[as] à comunidade como escravo[as]”⁴⁷², *pois o consumo e a digestão do corpo do alimentado é o que vai deixar o glutão dominante mais forte (hibridismo entre neutralização por inutilidade econômica e funcionalismo sistêmico).*⁴⁷³

Antecipando em séculos a “lógica” de um “consenso washingtoniano”⁴⁷⁴ neoliberal, concentrador da riqueza na América do Norte, a Europa, regida pela *legitimação* do Santo Ofício que ativava os dispositivos de controle dos *bestializados*, ou fornecia remotamente seu gatilho, *pretendia ordenar o novo mundo a favor da sua luxúria, independente de quantas pessoas precisassem ser desgastadas.*⁴⁷⁵

Nessa “gastação” de gente duas interpretações podem ser garimpadas.

Uma interpretação possível é a de que os dominados-colonizados custearam uma dívida ontológica, ou seja, pagaram massivamente com suas próprias vidas simplesmente por “serem” mais frágeis belicamente (punição da essência).

⁴⁷¹ COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 33.

⁴⁷² RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 35.

⁴⁷³ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 35.

⁴⁷⁴ Sobre o que isso significa, ver HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 23.

⁴⁷⁵ RIBEIRO, D. *O povo...*, pp. 38-39. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 316.

Enquanto a *punição total* não chegava (morte), restavam eles, durante a exploração da sua “utilidade”, sempre “impunidos”, porque lá, como cá, a “impunidade” nada tem a ver com a prática de um “crime”, senão com *a necessidade, ou não*⁴⁷⁶, *da atração, cooptação e aproveitamento do “criminoso” como trabalhador escravizável pelo mercado de trabalho*⁴⁷⁷ ou com a *conveniência do armazenamento neutralizador dos “inintroduzíveis nesse mesmo mercado”*⁴⁷⁸.

Depois do *disciplinamento dulcificante*⁴⁷⁹, mais modernamente passou a ter a ver com a sua *utilidade, ou não, como “mercadoria comercializável e movimentável” no fluxo do encarceramento* onde o que importa não é o valor da mercadoria em si (valor como ser humano), mas sim as *taxas alfandegárias arrecadadas* (lucrar com a indústria do aprisionamento), e os lucros propiciados pelas *commodities* e os *royalties* advindos da extração da tecnologia *transportadora-armazenadora-despachante* imitada⁴⁸⁰ (entrada-saída-reentrada de corpos apreendidos, no “Terminal de Logística de Cargas Perigosas”).

Atualmente, portanto, as vantagens financeiras da inflação carcerária advêm quase que exclusivamente do “trânsito” dos presidiários, e não mais dos prisioneiros em si, valendo eles mais como “entrada” e, ou, “saída” no fluxograma do caixa do que como seres humanos.

A não “utilização” econômico-utilitarista dos corpos pelo invasor, quando essa era possível, perverteu-se ao longo do tempo também em “impunidade”, como se a prática do “crime” *denotasse* uma “vadiagem” (“contravenção penal” vigente⁴⁸¹), uma “aversão”, ou mesmo uma “inaptidão” ao trabalho, *sazonalmente imprescindível ou indiferente ao capitalista*.

Ou o corpo pagava sua “dívida social”, proveniente dos “custos” da sua existência (ar que respirava, água que ingeria, espaço que ocupava no mundo *etc.*), com um trabalho escravizado e, atualmente, com a aceitação de salários miseráveis, ou pagava participando

⁴⁷⁶ Nesse sentido, MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 89-90.

⁴⁷⁷ Atualmente críticos, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 57 e 165, e MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 89-90, 108 e 117. Variando, mais tarde, os motivos, e citando Thierry Godefroy, WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 105. Originalmente críticos, RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição...*, *passim*.

⁴⁷⁸ WACQUANT, L. *Punir...*, p. 349.

⁴⁷⁹ BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 118: “Para tornar um objeto prático automático, é preciso *estereotipá-lo em sua função* e torná-lo frágil.” Ver, ainda, ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra...*, pp. 218-219. Ver, também, nota anterior. Ver, por fim, nota 364.

⁴⁸⁰ Quanto à valorização mobiliária da indústria do encarceramento nos E. U. A., ver WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 92.

⁴⁸¹ Artigo 59, do Decreto-Lei n. 3.688/41.

*involuntariamente do fluxo de mão de obra ou do fluxo de entrada e saída das carceragens, cujo índice crescente tem excitadopornograficamente os investidores.*⁴⁸²

Excluído do mercado de trabalho - mas não da “impunidade empregatícia” porque, nesse caso, “trabalhar por salários miseráveis” significa também sofrer uma *punição seletiva* -, responsável pelo *punitivismo laboral*, migrava ele para a “impunidade criminal”, porque de uma forma ou de outra deveria ele servir aos interesses da classe dominante (“se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”).

A segunda interpretação possível é a de que seus algozes, os dominantes-colonizadores, restaram “impunes” pelo massacre dos seus povos, usufruindo todas as vantagens advindas de um saque, é dizer, do desprovimento de qualquer contrapartida.

Arrimados em um desfaçado “*salvacionismo alvorreligioso*, produzível somente pelo homem branco representante de Deus na Terra, podiam os invasores atuar (esgotar e matar), discricionariamente”, *ensaando prognosticamente* um novel “salvacionismo”, promovido agora pelo capital *videofinanceiro midiático* e por suas *promessas de resolução da problemática social desviante mediante o “fim da impunidade”*.

Passados a espólios cotados como *commodities* indexadas pelo mercado carcerário norte-americano - destituente das chances de que o presente, mudando de lado, repetisse o passado em que “os recém chegados, saídos do mar [...] [mesmo sendo] feios, fétidos e infectos [...] depois do banho e da comida [...] [melhoravam] de aspecto e de modos”⁴⁸³ -, não puderam mais os estereótipos, sob os quais se localizava o “signo do mal”, desvencilhar-se de uma “sujeira” invisível lançada sobre seus corpos.

Despojados de qualquer esperança terrena, foi se apegando às promessas, antes divinas, e agora midiático-punitivas, que os estereotipados se convenceram de que o flagelo com o qual tributavam o sistema penal advinha de uma “exclusiva culpa sua”.⁴⁸⁴

Reconheça sua “fraqueza” diante do seu senhor, travestido hoje no empresário moral detentor do capital predatório, e confesse sua “culpa” para que seu corpo seja purificado.

“No cristianismo [...] a responsabilidade e a culpa humanas foram colocadas no primeiro plano, inscrevendo-se, pois, na origem da experiência do mal [...] porque as

⁴⁸² WACQUANT, L. *As prisões...*, pp. 53-54.

⁴⁸³ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 42.

⁴⁸⁴ Atualmente, WACQUANT, L. *Os condenados...*, pp. 80-81, 86 e 106. Psicologicamente, FREUD, S. *Totem...*, pp. 154, 157 e 164, e BIRMAN, J. *Cadernos...*, p. 67.

transgressões patentes dos indivíduos dos preceitos divinos estariam na origem daquela experiência.”⁴⁸⁵

Em *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro*, NILO BATISTA percebeu nas entranhas da Igreja a *origem* de uma artimanha que, fabricada por ela, pôde ser posteriormente aproveitada pelo Estado:

‘Pai’ e ‘senhor’ de seus jurisdicionados, o direito penal e penitencial canônico construirá *um novo sujeito culpável*, que deve internalizar sua culpa e confessá-la com sua própria boca. [...] agora este novo sujeito culpável surpreendentemente se autoflagelará, impor-se-á cilícios ou jejuará por dias ou semanas; ele deve ser o primeiro a proclamar sua culpa, e na imitação penal da paixão de Cristo reinventar uma sanção medicinal que, para usar as palavras de uma decretal, impedirá seja ele levado ao fogo do inferno – *ne gehennae ignibus tradatur* – portanto, uma pena desejável. Neste novo réu que se constrói para a *inquisitorialidade*, a resistência à punição é entrevista como persistência no ilícito, ilícito que agora tem na conduta punível objetiva não mais que uma referência sintomática de uma condição espiritual negativa que é seu verdadeiro cerne. O sistema penal canônico se apresenta, assim, como o instrumento de uma ordem totalizante e inexorável, que não admite contestação ou desobediência, e a submissão do réu é recortada também a partir de uma drástica redução na operatividade de sua defesa. [...] [Quanto a essas questões] interessar-nos-á especialmente o IV Concílio de Latrão, realizado em 1215. Em nossa opinião [...], o fato com maiores repercussões jurídicas deste ano de 1215 não foi a Magna Carta nem o estatuto da Universidade de Paris mas sim um cânone do IV Concílio de Latrão, à primeira vista insignificante diante de outros, que preconiza a obrigatoriedade da confissão anual.⁴⁸⁶

Histórica e inicialmente, “a Igreja romana quis confortar os fiéis atestando-lhes o *perdão* divino. Em troca do que exigiu deles uma *confissão* explícita.”⁴⁸⁷

Muito provavelmente em razão de que:

Não era indiferente para o católico de outrora ter diante de si, no claro-escuro do confessional, um padre rigorista ou indulgente. Seu conforto psíquico, sua vida de relações, seus comportamentos cotidianos podiam ser modificados pelas maiores ou menores exigências daquele que a Igreja lhe designava ao mesmo tempo como ‘pai’, como ‘médico’ e como ‘juiz’.⁴⁸⁸

A explicitude da confissão, então, permitia conhecer a realidade da vida das pessoas e, de acordo com a conveniência, dirigir-lhes o futuro e a vontade ao sabor dos interesses da Igreja mediante um adestramento indulgente ou rigoroso dos seus atravessadores.

⁴⁸⁵ BIRMAN, J. *Cadernos...*, p. 21.

⁴⁸⁶ BATISTA, N. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro*, v. I. In coleção pensamento criminológico, n. 5. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002, pp. 164-165 e 175. Ver, ainda, DELUMEAU, J. *A confissão e o perdão: a confissão católica - séculos XIII a XVIII*. São Paulo. Cia. das Letras, 1991, pp. 13 e seguintes. Referindo-se ao “Concílio de Trento”, FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008, p. 249.

⁴⁸⁷ DELUMEAU, J. *A confissão...*, p. 7.

⁴⁸⁸ DELUMEAU, J. *A confissão...*, p. 14.

Bem como em razão não só de que “a confissão foi uma coação sob múltiplos aspectos, a princípio pesada para os próprios confessores”⁴⁸⁹, mas, também, porque se pode adivinhar “o caráter ingrato dessa tarefa sacramental e as insuficiências do clero nos diversos conselhos dados aos padres sobre o modo de acolher e ouvir os penitentes”⁴⁹⁰, é que:

A confissão colocou portanto aos padres um problema de acolhimento. Eles foram tentados a introduzir práticas discriminatórias que levavam em conta, algumas vezes, as considerações sociais. Serve de prova ainda esta constatação de santo Afonso de Ligório em seu *Guia do confessor para a direção espiritual dos homens do campo*: ‘Há os que reservam sua caridade às pessoas distintas ou às almas devotas; mas se são abordados por um pobre pecador, ou não o escutam, ou o fazem de má vontade, e enfim o dispensam injuriosamente’.⁴⁹¹

Com o passar do tempo, essa *seletividade* possibilitou à igreja substituir a tendência generalizada a favor da *absolvição*, da *indulgência* e do *perdão*, pela inclinação generalizada em prol do “adiamento de absolvição”, transfundindo para o presente os insumos que “justificariam” não só a consideração de “impenitência dos pecadores”, mas a de “impunidade dos criminosos”.

A *Frequente comunhão* de Arnauld, que recomendava aos confessores um maior emprego do adiamento de absolvição, contribuiu muito [...] para a difusão na França das *Instruções* de são Carlos. Ora, mais da quarta parte destas é uma advertência aos confessores a ‘não dar a graça da absolvição àqueles que são verdadeiramente indignos dela, como acontece-lhes frequentemente fazê-lo, seja por irreflexão, por negligência ou alguma outra causa’. O grande Arnauld, que se queria intérprete fiel de são Carlos, não pretendia fazer restabelecer as penitências públicas da Igreja primitiva. Mas desejava o retorno a uma severidade maior, quer se tratasse do adiamento de absolvição, do acesso à eucaristia ou dos jejuns, orações e esmolas impostos aos penitentes. Os confessores indulgentes são portanto o alvo principal da obra: ‘Eles atraíam os pecadores com uma falsa misericórdia e uma doçura cruel, apenas cobrindo chagas que não podem ser curadas a não ser pelo ferro e pelo fogo’. Sua ‘conduta frouxa e covarde’ assemelha-se à do médico que, vendo a gangrena formar-se numa chaga, deixa-se ‘arrastar pelas lágrimas do doente e apenas cobre com alguns emplastros o que ele deve abrir com o ferro’. É preciso saber ‘extirpar, cortar e lançar fora’. A prática da confissão ‘mais comum’ atualmente ‘favorece a impenitência geral’.⁴⁹²

De todo modo, de trás para frente, e foi disso que *copiosamente* se aproveitou o poder punitivo estatal, foi por meio da *anualidade* da “confissão (assunção) da culpa”, prescrita no cânone 21, do Concílio Lateranense IV (12º ecumênico), realizado em novembro de 1215⁴⁹³,

⁴⁸⁹ DELUMEAU, J. *A confissão...*, p. 16.

⁴⁹⁰ Ver nota anterior.

⁴⁹¹ DELUMEAU, J. *A confissão...*, p. 17.

⁴⁹² DELUMEAU, J. *A confissão...*, p. 65.

⁴⁹³ DENZINGER, H. *Enchiridion symbolorum: definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*. 37. ed. Bilíngue. Bologna: Dehoniane Bologna, 1995, p. 463: “*Ogni fedele dell’uno e dell’altro sesso, giunto all’età di ragione, confessi lealmente, da solo, tutti i suoi peccati al proprio parroco almeno una volta l’anno, e adempia*

que os *estereotipados* passaram a acreditar piamente que eles eram “os únicos culpados pelas escolhas que faziam”, eram “os únicos culpados pelos crimes que cometiam”, eram “os únicos culpados por todo o mal que lhes acontecia”, porque eram “pecadores”, porque eram “maus”, porque eram “falíveis”, porque eram “criminosos”, não podendo, por isso, restar “impunes”, senão sob pena de padecerem para sempre no inferno.⁴⁹⁴

A partir de então, a anualidade da confissão começou a ser permutada pela perpetuidade confessional diária de uma culpa, travestida de vergonha e de “criminosidade”, inescapável e nunca punida o suficiente.

“Insuficiência punitiva” essa que tem sido cada vez mais facilitada pela “sofreguidão com que [temos] confessa [confessado] lembra [lembrando], ironicamente, o que Foucault chamou de compulsão à confissão⁴⁹⁵, típica de nossa cultura imersa em culpa.”⁴⁹⁶

Exemplo de tudo isso pode ser encontrado na *imbecil* propaganda sobre acidentes de trânsito, veiculada pelo Departamento de Trânsito (DETRAN)/Governo do Estado do Espírito Santo, que, quase ao seu final, descarrega sobre o lombo do indigitado responsável pela lesão ou morte de terceiro, eventualmente ocorrida e sem que o *tempo* tenha a chance de inumar seus supostos erros, a drenagem de uma “culpa” que, *indissociavelmente*, o perseguirá até a morte: “Causar um acidente é algo que você leva para o resto da vida.”⁴⁹⁷

Muito provavelmente, os marqueteiros idealizadores da referida propaganda se esqueceram ou nunca tiveram notícia de uma confidência recordada e revelada por JEAN DELUMEAU que, é despidendo lembrar, não estava adstrito ao segredo do sigilo.

Em meu curso no Collège de France eu tratara do ‘adiamento de absolvição’ nos séculos XVII e XVIII. Na saída, um padre de paróquia, tendo já uma longa experiência, veio me procurar e disse. ‘Recusei a absolvição uma única vez ao longo de meu ministério e a lamentei por toda a vida’.⁴⁹⁸

la penitenza che gli è stata imposta secondo le sue possibilità; riceva con riverenza, almeno a Pasqua, il sacramento dell'eucarestia, a meno che, su consiglio del proprio parroco, per un motivo ragionevole, non creda opportuno di doversene astenere per un certo tempo. Altrimenti gli sia negato l'ingresso in chiesa da vivo e la sepoltura cristiana da morto. Questa salutare disposizione sia pubblicata frequentemente nelle chiese perché nessuno si nasconda dietro la scusa dell'ignoranza.”

⁴⁹⁴ Nesse sentido, RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 43.

⁴⁹⁵ Na fonte, FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*, v. I. 22. im. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012, p. 26. Ver, ainda, _____. *Microfísica...*, p. 249.

⁴⁹⁶ COSTA, J. F. *Razões...*, p. 17. Na fonte, FOUCAULT, M. *Vigiar...*, pp. 12, 34 e seguintes.

⁴⁹⁷ In <<http://www.youtube.com/watch?v=OtPdcW3mPgs>>. Acesso em: 12 out. 2013.

⁴⁹⁸ DELUMEAU, J. *A confissão...*, p. 8.

Encruzilhados entre o horror que o destino “pecaminoso-maldito” no convívio com os “brancos” oferecia e a cristandade interessada em angariar novas almas evangelizadas distribuidoras da boa nova, encontravam os povos indenes uma “atração irresistível [...] [nas] ferramentas, [...] adornos, [...] aventura, [...] [que] os fazia voltar.”⁴⁹⁹

Porque devotados à “vadiagem”, no caso dos gentios, e, no caso dos escravos importados, porque desprovidos de capital suficiente, qualquer *fetichização* pelo *verso* (pseudovoluntária), ou pelo *reverso* (involuntária), quanto a esses objetos que adornavam o “outro”, deveria ser custeada com a *perda da autonomia*, ou da *liberdade*.

Esse *fetice* pelo que o “outro é” e, ou, pelo que o “outro possui” (fetichização pseudovoluntária), e esse interesse *sadomasoquista* pela “cor” dos dominantes (fetichização pseudoinvolitiva), não continuaria até hoje sendo o gatilho que desarma a arapuca prisional quando os “consumidores falhos”, querendo ao menos parecer com os “consumidores ativos”, aventuram-se na empreitada de tentarem ser reconhecidos como “iguais” a esses (seja possuindo ainda que um mero *souvenir*, ou umtênis da *Nike*, ou um *iPhone* etc., seja alcançando uma epiderme alva - síndrome cromática de Michael Jackson)?

Também, não continuaria ainda hoje quando a fetichização da mercadoria implementa uma *acentuação da mais-valia*⁵⁰⁰ em desfavor do trabalho morto de consumidores sociocomercialmente igualmente mortos?

Sob uma desculpa “salvacionista” queria o europeu *reformatar a identidade* dos dominados “re-humanizando-os”, “limpando-os”, “bonificando-os”, “moralizando-os”, “empregando-os (escravizando-os)”, “utilizando-os” a seu modo, sem o que, ameaçava aquele, cairiam eles na eterna impiedade⁵⁰¹ (“impunidade”).

Embora gabaritados à força, os dominados eram esquadrados por um discurso que dizia pretender entregar-lhes uma vida ultramundana melhor, independentemente dos custos.

E as *teorias preventivas da pena*, terrestremente, não estariam hoje veiculando o mesmo vergonhoso discurso?

A partir de um procedimento de inegável *instrumentalização*, o corpo do homem passa de *objetivo* a “objeto” sendo *remoldado* para viver de acordo com uma “verdade divino-legislativa” incontestável, traduzida pela boca do invasor moral.

⁴⁹⁹ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 43.

⁵⁰⁰ MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 66 a 68.

⁵⁰¹ Nesse entorno, RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 57.

É uma pena que somente depois de certo tempo se percebeu a dupla interpretação utilitarista que esse discurso viabilizava, haja vista que sob ele poderia o dominante, com uma razão *transcendental*, amealhar terrenamente os tributos que credenciariam os subordinados a entrar no reino dos céus, assumindo a *custódia* desses valores que, a título de pagamento usufrutuário vital, permitiriam o seu ingresso.

É dizer, no lugar de “salvar as almas perdidas” para um plano vindouro, o que queriam mesmo os colonizadores-coletores morais era *ressequi-las* no reino desse mundo, convertendo-as “em mera energia animal para o trabalho servil.”⁵⁰²

Para DARCY RIBEIRO, em *O povo brasileiro*:

Nada é mais continuado, tampouco é tão permanente, ao longo desses cinco séculos, do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo. No afã de gastar gentes e matas, bichos e coisas para lucrar, acabam com as florestas mais portentosas da terra. Desmontam morrarias incomensuráveis, na busca de minerais. Erodem e arrasam terras sem conta. Gastam gente, aos milhões. Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, super-homogêneos e solidários entre si, numa férrea união superarmada e a tudo predisposta para manter o povo gemendo e produzindo. Não o que querem e precisam, mas o que lhes mandam produzir, na forma que impõem, indiferentes a seu destino. Não alcançam, aqui, nem mesmo a façanha menor de gerar uma prosperidade generalizável à massa trabalhadora, tal como se conseguiu, sob os mesmos regimes, em outras áreas. [...] Hoje, seu desígnio é forçar-nos à marginalidade na civilização que está emergindo.⁵⁰³

Dos escombros dessa construção surgiu uma nova edificação, embora arquitetônica e literalmente *Vitoriana*, é dizer, baseada em parte na desvalorização estética ferriana⁵⁰⁴ (“criminoso nato”) e na *Belle Époque* que *cultuavam* o “belo” e *esmagavam* o “feio”.⁵⁰⁵

A rigor, essa realocação imobiliária foi possível porque a ideia continuou a mesma, qual sendo, a de que “o colono se enriquecia e os trabalhadores se salvavam para a vida eterna”^{506, 507}, ou, mais modernamente, a de que *o empreendedor moral tecnocolonialista*,

⁵⁰² RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 68.

⁵⁰³ RIBEIRO, D. *O povo...*, pp. 68-69.

⁵⁰⁴ FERRI, E. *Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime*. 2. ed. Campinas: Bookseller, 1998, pp. 203 e 246. ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 130-131.

⁵⁰⁵ DARMON, P. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, por exemplo, pp. 22 e 247.

⁵⁰⁶ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 71.

⁵⁰⁷ Atualizadamente, dando a entender que o “sumiço” dos “inaptos ao trabalho” é aceitável, ver o que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, postou no seu *twitter* sobre o pedreiro Amarildo: “Mas nada justifica o desaparecimento de uma pessoa que foi checada pelo próprio comandante da UPP como trabalhador”. [sic] In <<https://twitter.com/SergioCabralRJ>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

*responsável pela capitalização videofinanceira predatória, enriquece-se enquanto que os “inaptos” ao trabalho são recuperados para a vida laboral terrena, inclusive intramuros, mediante o cumprimento de uma pena, bem ao sabor da frase calvinista: “o trabalho dignifica o homem”*⁵⁰⁸, ainda mais deturpada pelo nazismo que chegou a utilizar o “trabalho” como desculpa para os campos de concentração, que *ironicamente* recebiam seus “hóspedes” com uma placa frontispícia onde constava a seguinte promessa: “*Arbeit macht frei*” (“O trabalho liberta”).

O trabalho nas prisões brasileiras, ainda que “incentivado” pela *remição*, acaba repristinando as mesmas técnicas de condicionamento de “corpos socialmente mortos”, haja vista que, na verdade, o que se pretende com ele é devolver “seres” laboralmente *despreparados* para a sociedade a fim de que, nela não permanecendo por muito tempo, acabem para as prisões *retornando* (clientelismo reciclador fluxocrático).

Viceversa, como são os (improvados) efeitos (retribuição e prevenção), dessa apenação que vão “justificar” a sua imposição é preciso demonstrar que essa imposição é “imprescindível” visto que sem ela aqueles efeitos remodeladores dos novos *manequins* não acontecerão.

Essa é a *desfaçada* petição de princípio que justifica a cruzada contra a “impunidade”, bem ao sabor dos prefixos “re” (“ressocialização”, “recuperação”, “reintegração”, “reeducação”, “reinserção”, “recondução”, “reincorporação” *etc.*), cujo *autoritarismo* já foi, em 1793, denunciado por WILLIAM GODWIN⁵⁰⁹, e cuja *contradição* foi visceralmente exposta por inúmeros pesquisadores⁵¹⁰.

O único prefixo “re” que a prisão admite é aquele que encabeça o vocábulo *reprodução*, visto que a prisão possui um *efeito colateral repetitivo*, quase *indelével*, consistente na sua capacidade de *reproduzir sua clientela (iatrogenia retroalimentante)*.⁵¹¹

Por outro lado, a falência do programa “(re)socializador” tem, paradoxalmente, um *efeito contraditório utilitarista* na medida em que seu *defeito* é justamente o seu *sucesso*, haja vista que ele permite:

⁵⁰⁸ A frase é de Benjamin Franklin.

⁵⁰⁹ Ver GODWIN, W. *An enquiry concerning political justice, and its influence on general virtue and happiness*, v. II. London: G. G. J. and J. Robinson, Paternoster-Row, MDCCXCIII (1793), pp. 687 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 80-81, 450 e 452.

⁵¹⁰ *Ad exemplum*, GOFFMAN, E. *Manicômios...*, pp. 69-70.

⁵¹¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 122, *in fine*, e seguintes, e 207-208.

[...] ‘a menestrelização’, por meio da qual a pessoa estigmatizada deseja conquistar as graças dos normais exibindo o repertório completo de qualidades negativas imputadas a seus iguais, consolidando, assim, uma situação vital dentro de um papel ridículo [...] ⁵¹²,

pelo que acrescentaríamos, “ridículo”, *degradante* e *sofrível*.

Já que a eles só cabe a interpretação de um papel desviante inescusável, interpretam-no eles da melhor maneira, a mais caricata possível para, assim, quem sabe, obter o *respeito* (no sentido autoritário), o *reconhecimento* (no sentido identitário de que “eles” *existem* ⁵¹³), e a *ovação*. ⁵¹⁴

Como a *fixação do papel* ocorre através de um *desvio secundário* percorrido por estigmatizados que sempre andam em *círculo* para aviventar a vereda,

[...] ao chamar a atenção para a situação de seus iguais [cada um deles] [...] está, de uma certa forma, consolidando uma imagem pública de sua diferença como uma coisa real e de seus companheiros estigmatizados como constituindo um grupo real. ⁵¹⁵ (entre o fogo e o caldeirão – teorema de Thomas)

Os demais prefixos “re” - inadmitidos, indiretamente, pelo grande teórico do nazismo, CARL SCHMITT ⁵¹⁶ -, ensina EUGENIO ZAFFARONI escorando-se em Erving Goffman:

[...] não se propõe[m] ¹a acomodação da pessoa em uma nova cultura, ou seja, uma *aculturação*, mas sim [a] manter uma tensão permanente entre o mundo institucional e o doméstico, pois para o interno o único sentido independente de *estar dentro* é o de *sair*. O máximo que a instituição total pode provocar [...] é uma *desculturação* ou *destreinamento*, no caso de a internação ter sido prolongada, tendo produzido mudanças culturais fora, que a pessoa não tenha podido acompanhar. ⁵¹⁷

De algum tempo para cá o “discurso contra a impunidade” tem servido de motivo para uma *suposta restauração da “segurança social”* quando, na verdade, serve ela mesmo, *per se*, de desculpa para a perseguição ao “outro” que, afirmam, causando-nos um “medo (fabricado)” é usado como “entulho” aproveitável na *construção identitária de um “dissidente” do poder em voga*, ou, ainda, como *fato* ⁵¹⁸ gerador tributário da fluxocracia

⁵¹² GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 120.

⁵¹³ Um dos meios para esse alcance pode ser encontrado em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1394160-presos-filmam-decapitados-em-penitenciaria-no-maranhao-veja-video.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

⁵¹⁴ FREUD, S. *Totem...*, p. 161: “[...] crime pelo qual os homens se encontravam tão profundamente abatidos, mas do qual, não obstante, devem sentir-se tão orgulhosos.” BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 42, 47 a 49 e 184.

⁵¹⁵ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 125.

⁵¹⁶ SCHMITT, C. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992, pp. 51 e seguintes e 71 e seguintes. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 231.

⁵¹⁷ GOFFMAN, E. *Manicômios...*, pp. 23-24. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 195.

⁵¹⁸ No sentido de “coletivo” de bode, expiatório.

industrial, comercial e servicial carcerária, ou mesmo como providencialoportunidade para a tranquilização anestésica de uma demanda (induzimento ou instigação⁵¹⁹), por ordem.

Nesse seu objetivo, dirigindo-se *dissimuladamente* a cada um dos seus “súditos” mediante uma *propaganda formidavelmente hipnotizante e espetacularizadamente histórica*, “pervertem” os empreendedores morais o “imaginário coletivo” com o fim de, *induzindo ou instigando o “populacho”⁵²⁰*, arregimentar uma coletiva *adesão subjetiva à barbárie*, ou seja, conquistar a *simpatia* desse para com o aumento *vertiginoso e incontido* da perseguição *penal e extrapenal⁵²¹* a certos estereótipos.

Finalidade essa que, requeente-se, contraditoriamente, deve ser traduzida não só como exposição manifesta da sua “competência” no desempenho das suas atividades agenciais penais, mas, principalmente, como forma de controle e “imprescindível” aquisição de (mais) poder.

Se, por um lado, “é preciso deixar sempre um pouco de *gordura estereotipada* para o caso de o neoliberalismo precisar de *energia extra*”, por outro lado, essa, quando *inútil*, é eliminada pelo *deter-gente* punitivo no momento oportuno, qual sendo, o das épocas em que o “organismo social”, preocupado com a “saúde ou com a estética do seu corpo” e com o seu “bom e bonito” funcionamento (funcionalismo sistêmico⁵²²), exige uma *dieta zero de “impunidade” ou de baixa caloria* que, seguindo uma disciplina rígida, permite que a *mídia grelina* dispare os sensores hormonais da população e os do poder punitivo que enviam *enzimas* para digerir aquela *suposta adiposidade prejudicial ao organismo social* toda vez que um fato se apresente como potencialmente capaz de, aliciando a atenção do capital votivo, requeentar na *subjetividade* dos eleitores uma sensação⁵²³ social de “insegurança sentida muito

⁵¹⁹ O significado de um e outro pode ser garimpado em FRAGOSO, H. C. Provocação ou auxílio ao suicídio. In *Revista de Direito Penal*, ns. 11-12, pp. 35 a 47, bem como in<http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/helene_artigos/arquivo69.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014: “Induzir ou instigar significam persuadir, estimular, incitar ou aconselhar alguém. O induzimento, como nota Nelson Hungria [...] pressupõe a iniciativa na formação da vontade de outrem, ao passo que a instigação pode ser acessória, representando um estímulo à ideia preexistente [...]. Instigação, como provocação psicológica, é excitar, animar, estimular, um propósito já formado [...]” Já a diferença próxima entre *cumplicidade* e *instigação* pode ser encontrada em BATISTA, N. *Concurso de agentes: uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004, pp. 155 e seguintes.

⁵²⁰ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 133.

⁵²¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 121-122, *verba pro verbis*, e 124-125: “[...] aumento tanto dos fuzilamentos sem processo, como da tolerância oficial para com os grupos de extermínio.”

⁵²² Sobre a crítica a esse, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 156.

⁵²³ Sobre a manipulação desse termo, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 319.

superior à *real* (insaciedade psicológica), apta a manter os empreendedores morais *por mais tempo no poder*.

Aliás, pesando mais na balança!

Como na descoberta de minerais preciosos após uma fissura geológica, a rigor, a *seletividade* do sistema penal, que é uma *falha* sua (quase “intencionalmente aceita”), *paradoxalmente o beneficia* na medida em que *sua profundidade abissal impede a confirmação visual incontestável da sua completa incapacidade estrutural*, poço sem fundo e invisível esse que, impossibilitando a acusação, a perseguição, a prisão, a condenação e a execução de *todos* os criminalizados, acaba viabilizando uma *reserva de gordura* que vai, através de uma cânula de largo calibre (lipoaspiração punitiva), *ser escoada sob a forma de estratégias de reassustamento e reinsegurança, reequipando os agentes com alegorias pastéis inovadores enredos ideológicos pseudossolucionantes para os novos tempos ironicamente alvissareiros que chegam a todo momento*.⁵²⁴

Isso reproduz, mais ou menos, a (des)inteligência neoliberal da *doutrina do choque*⁵²⁵ que implanta o *desastre* para, depois, fornecer os utensílios necessários⁵²⁶ à, quase nunca, *restauração utilitarista*, ou, à, quase total, *neutralização eliminatória dos estigmatizados* e dos “degenerados”, bem como à *continuidade dominial funcional* sobre os *espectadores simpatizantes* (spencerianismo economicista híbrido), reproduzindo, com isso, tanto a violência, quanto a sua própria clientela.

Para poder causar *histerismo coletivo* precisa a “impunidade” de certas qualidades *intestinas*, quais sendo, um *alcance* e um *volume vultosos* sem os quais a maioria da população não *aderiria subjetivamente à barbárie*.

Reputada uma “epidemia” (consideradas afirmações do tipo “o Brasil é o país da impunidade”⁵²⁷, talvez fosse melhor usarmos a palavra “endemia”, ou, melhor ainda, “pandemia”), consegue ela mobilizar os aparelhos estatais e os plutocratas morais (agentes infectologistas), na caçada epidemiológica (endemiológica ou pandemiológica) empreitada contra pessoas *potencialmente insignificantes* (“microbiologia criminoso”), mas que,

⁵²⁴ *Mutatis mutandis*, parte da ideia final é de BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 33.

⁵²⁵ KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, *passim*.

⁵²⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 340.

⁵²⁷ In<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI14532-15223,00-O+BRASIL+E+O+PAIS+DA+IMPUNIDADE.html>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

consideradas *em conjunto* (administrativização⁵²⁸ epidemiológico-punitiva), viabilizam a atuação *higiénica* daqueles, sempre dispostos a expurgar os espaços sociais de sua “imundície” (“macrobiologia punitiva”).

Apesar de o discurso proferido pelo orador moral possuir um conteúdo facilmente acessível e digerível pelo espectador, é preciso que aquele se mantenha mais tempo no palanque, ou na cabeceira da mesa do banquete neoliberal⁵²⁹, pois só assim conseguirá ele, pré-cozendo ao estilo “banho Maria” o “imaginário coletivo”, empurrar goela abaixo da população uma *conversão historizante*, qual sendo, ada “epidemia” em “pandemia” (“milagre gastronômico da multiplicação”).

Trata-se de uma *historização da “pandemia”* porque essa *predicação* é capaz de manter o “discurso da impunidade” em cartaz por *longa temporada*, porquanto ela, remarcando a cada reestreia *o espetáculo da “violência, do perigo, da insegurança e da intranquilidade”*, produz o senso comum⁵³⁰ de que a “impunidade” é um “*mal crônico insuportável* que precisa ser combatido diariamente a qualquer custo, sob pena de se enraizar ainda mais profundamente”.

O problema desse senso comum, *objetivado e sedimentado* pela insistência, é que ele “se funda em uma ideologia que muitas vezes fica *inquestionada* e que, por isso, quase sempre incide em erro”⁵³¹ (obviedade parcial). Apesar disso, é essa ideologia que pauta *simbólica e habitualmente* nossa conduta diante do tema da “impunidade.”⁵³²

Este é o porquê de o senso comum se resignar muito mais facilmente com a atuação de um poder punitivo “pandemiológico” que, voltado para a dedetização social dos espaços públicos, transfere a “infestação” para um lugar séptico (atuação dos anticorpos produzindo purulência expelível).

Mas, como é possível que a população não questione e siga à risca a *ideologia sensória comum* vazada na “teoria da impunidade criminógena” e, de consequência, não perceba *o erro de acreditar nela*, principalmente quando consideramos, o que parece

⁵²⁸ SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, pp. 112 e seguintes. Ver, ademais, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 22 e 239.

⁵²⁹ In <<http://www.fazendomedia.com/b-o-c-a-e-inaugurada-debatendo-modelos-das-upps/>>. Acesso em: 11 set. 2013.

⁵³⁰ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 104. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 205, 308-309 e 339.

⁵³¹ PINTO, J. *O ruído e outras inutilidades: ensaios de comunicação e semiótica*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 11.

⁵³² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 205.

inevitável, que “tomar a cultura de massa como o necessário efeito da vigência dos veículos de comunicação de massa é, no mínimo, imprudência”⁵³³?

É simples, ou melhor, é explicável.

Em *Linguagens e comunidades*, PETER BURKE adverte que “não deveria haver muita necessidade de lembrar as pessoas da ligação entre língua e política ou, melhor, do emaranhamento entre línguas e política”⁵³⁴, mormente “porque a linguagem é sempre um indicador sensível - embora não um simples reflexo -, da mudança cultural”⁵³⁵.

Linguagem essa que é “o mais importante instrumento de legitimação [...], [porque] constrói uma lógica que se dá por estabelecida.”⁵³⁶

Daí porque, sendo “verdade que a linguagem sempre expressa poder [...] [,] o interessante é desmascarar e compreender o poder, não a linguagem.”⁵³⁷

E que mudança cultural é tão séria e tão importante quanto, ou mais séria e mais importante que a da acreditação e a da aceitação capitulacional da violência seletiva do poder punitivo, requentada e acentuada através do “discurso da impunidade criminôgena”?

Atendendo à reclamação de MIKHAIL BAKHTIN, devemos analisar a *língua* como um veículo que a *linguagem* utiliza para *homogeneizar* uma *comunidade* em torno de um *consenso* que *não pode descuidar das questões sociais*.⁵³⁸

No nosso caso, a “impunidade” não alicia em seu redor o *consenso* durkheimiano, senão um *consenso sobre uma base patológica*, cujos insumos são o *medo*, a *ignorância*, a *temeridade*, a *indiferença* e o *desrespeito à dignidade humana*.⁵³⁹

É por isso que o *poder punitivo*, através da *mídia* e das suas notícias *de segunda mão*, obtém um *manipulado* “consenso” sobre a questão penal, no nosso caso específico, sobre o “discurso da impunidade”, no sentido de convencer a população, *homogeneizando-a*, a ponto dessa acreditar que o sistema, “desnormalizado” pelo “crime”, foi “renormalizado” por aquele

⁵³³ LIMA, L. C. Comunicação e cultura de massa. In ADORNO, T. et alii. *Teoria...*, p. 19.

⁵³⁴ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 17.

⁵³⁵ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 17.

⁵³⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 206.

⁵³⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 246.

⁵³⁸ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 20. Ver, também, BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 31 e seguintes e 114 e seguintes. Ver, ainda, _____. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. In *linguagem e cultura* 12. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2013, *passim*.

⁵³⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 324 e 380.

e, se não o foi, não o foi por causa da “impunidade”⁵⁴⁰ que é a *desculpa* que vai continuar imprimindo a essa *mentira*, esculpida no “rosto de madeira” dos seus emissores, uma demão *esmaltada* de “realidade”, porque mais preocupada com o seu brilho e com a sua durabilidade do que com a *operacionalidade útil* do objeto que a recebe.⁵⁴¹

A *standardização gráfica*, vazada no vocábulo “impunidade”, e sua *interpretação rígida*, consumada na indicação de que essa palavra representa, na esfera do leigo, a “inconclusão ou o retardamento indevido da justiça”, histórico-socialmente têm promovido uma *cisão* na comunidade onde ela é utilizada, ocultando, através de *alegorias linguísticas*, apresentadas sob o signo do *prosaico*, do *neutro* e do *despretensioso* (“*vocabulário inocente*”), a dominação de um grupo sobre outro, embora dentro de um inexaurível conflito.⁵⁴²

Areladas a e *adestradas* por um suposto “bom senso dominante”, tendem as pessoas a acreditar que a quase “unanimidade” do entendimento ao redor do que a “impunidade criminógena” supostamente significa e quais são os perigos alegadamente dela advindos as autorizam a, ou, quando menos, permitem a elas assumir, “sem maiores riscos”, ou melhor, “com mais segurança”, uma *identidade coerente com a dominação* (“vizinhança forte ou a união faz a força”), que, em toda medida, revela a posição dos que a pronunciam (“fales para que eu possa ver-te”⁵⁴³).

Isso, porém, torna as pessoas menos cientes de si mesmas e menos conscientes da realidade.

Partindo do pressuposto de que “nenhuma convicção enraizada suporta ser contestada”⁵⁴⁴, podemos afirmar que, malgrado não se possa falar de um *triumfalismo do “discurso da impunidade criminógena”*, qualquer *dissenso* dirigido à “monotonia” em torno dela é reconhecido como *inimizade declarada* ao sistema que inumou, nesse assunto, *reviradamente*, a advertência genérica, indireta e quase irônica de PIERRE BOURDIEU,

⁵⁴⁰ Ver vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ATASBrW-z_0>. Acesso em: 21 nov. 2014.

⁵⁴¹ Quanto ao grosso do parágrafo, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 178, *in verbis*, e 324: “[...] as pessoas acreditam que o poder punitivo faz o que na realidade não faz, mas como as *pessoas acreditam que faz produz consenso*.”

⁵⁴² Em outra direção, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 21.

⁵⁴³ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 42.

⁵⁴⁴ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 37.

interpretada a ponto de remanescer consignado que *é desaconselhável, ou mesmo perigoso distinguir-se da multidão, inclusive no modo de falar*⁵⁴⁵ e, acrescentamos, de *pensar*⁵⁴⁶.

Quanto à “impunidade”, serve o que diriam os franceses em outra ocasião: basta uma palavra errada *pour faire mespriser une personne dans une Compagnie*.⁵⁴⁷

*Como nosso modo de falar sobre a “impunidade” pode nos denunciar*⁵⁴⁸ e nos hostilizar, a unidade sónica e interpretacional envolvendo essa palavra tem a infeliz capacidade de, subliminar e amedrontadoramente, arrebanhar à sua volta pessoas que acreditam ou temem que a sua extinção só seja ou só será possível a partir do momento em que elas alcançarem uma “consciência nacional moralmente indignada”.⁵⁴⁹

O cimento que combina todas essas pessoas é a *linguagem*, porque é ela que, navegando pela língua, consegue ser “a companheira do império”.⁵⁵⁰

Ocorre que, a *linguagem*, na atual era do excesso comunicacional, para alcançar os quase duzentos milhões de brasileiros, precisa de um veículo *rápido, acessível e controlável*.

O trânsito da *prensa tipográfica* para a *mídia audiovisual-financeira* diminuiu sobremodo a capacidade *propositivo-contestativa* do indivíduo que, animado em adquirir “segurança”, aceitou o recorte das *disposições-impositivas* do “consenso eletrônico-comunitário” sobre uma “impunidade” *conceitualmente estandardizada e pasteurizada*.⁵⁵¹

Privados paulatinamente da *críticidade* e bombardeados cirurgicamente com uma *linguagem compatível* com seu *adestramento inculturalista redutor*, passaram os brasileiros a acreditar que o “discurso da impunidade criminógena” lhes era *franqueado, acessível e leal* quando, em verdade, sonegava ele, em seus recônditos, a traição que os impedia de perceber seu real objetivo *segregacional*.

⁵⁴⁵ GOTTSCHED, J. C. *Die vernünftigen Tadlerinnen*. Hamburg: Conrad Rönig, 1748, p. 12: “*Man muss sich von der Canaille auch en parlant distinguien.*” Traduzindo, ver, ainda, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 48: “É necessário distinguir-se da multidão, inclusive no modo de falar.” Ver, por fim, BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. 1. re. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 65.

⁵⁴⁶ Ver, por exemplo, <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/mulher-que-denunciou-menor-presoposte-no-rio-e-ameacada-diz-amiga.html>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

⁵⁴⁷ VAUGELAS, C. F. de. *Remarques sur la langue française, tome premier*. Versailles: Cerf et Fils; Paris: J. Baudry, 1880, p. 29. Ver, ainda, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 126: “[...] para perder o prestígio diante da boa companhia”.

⁵⁴⁸ Mateus 26:73, in BÍBLIA..., p. 1.891: “[...] o teu dialeto te denuncia.”

⁵⁴⁹ Sobre uma *contraconsciência indignada*, ver MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 119-120.

⁵⁵⁰ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 36.

⁵⁵¹ Com outro compasso, BURKE, P. *Linguagens...*, pp. 29-30.

A palavra “impunidade” compõe um *socioleto* que distingue “grupos sociais específicos”⁵⁵² (“marginalizados”, “descartáveis”, “dissidentes”, “inovadores”⁵⁵³, “retraídos”⁵⁵⁴, “não disruptivos”⁵⁵⁵ etc.), dentro de uma linguagem que, apesar de *universal* - visto que ela reveste em todos os países do mundo uma *seletividade* -, adquire na América Latina um acento tônico tão *grave* quanto *agudo*, *circunflexionando* com uma cobertura *ininferrujável* as reais distinções de classe, sustentando e refletindo a “hierarquia linguística” à qual ela pertence, alojada pelos “impunes” e pelos “impuníveis”, uma “hierarquização social”⁵⁵⁶.

Mas, como teria sido possível a essa linguagem envolvente da “impunidade”, *em medida pouco ou muito pronunciada*, mas sempre com o mesmo formato supostamente “criminógeno”, tornar-se *genérica e acriticamente aceita*?

Discorrendo sobre as acepções da *reflexividade do sujeito* em Slavoj Žižek, que foi hegelianamente influenciado, aduz JURANDIR COSTA que a primeira delas “está associada à ideia de que qualquer percepção do mundo é mediada pelo próprio sujeito observador. O que percebemos ou concebemos é sempre um *reflexo* do ponto de vista do sujeito.”⁵⁵⁷

Porque composta, em sua maioria, de sujeitos *anamorfoticamente lidos* (negatividade e reflexividade simultâneas), passa a sociedade a ser político-cultural-*ideologicamente* pautada por pessoas que, “independente da consciência ou conhecimento de si”⁵⁵⁸, sofrem uma *ferida narcísica* adveniente do *vazio* que *o não encontro de um punido*, ou seja, que *a falta de punição de alguém* (“impunidade”), não importa quem, *representa à sua essência, ao seu reconhecimento*, sobretudo porque “essa é a lógica narcísica de que qualquer coisa que o Outro lhe faça é uma ameaça potencial.”⁵⁵⁹

⁵⁵² BURKE, P. *Linguagens...*, p. 45.

⁵⁵³ Essa linguagem pertence a MERTON, R. K. *Sociologia...*, pp. 214 e seguintes e 252 e seguintes.

⁵⁵⁴ Ver nota anterior.

⁵⁵⁵ Já essa linguagem pertence a GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. In coleção sociologia. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 25 e seguintes.

⁵⁵⁶ Sobre as hierarquias, ver BURKE, P. *Linguagens...*, p. 45.

⁵⁵⁷ COSTA, J. F. *O ponto...*, pp. 317-318.

⁵⁵⁸ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 318.

⁵⁵⁹ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 365.

Se considerarmos que o sujeito é capaz de construir a realidade de forma *distorcida* justamente porque ela é, para ele, *incompleta*,⁵⁶⁰ e se supusermos que, propriamente em razão disso, a *impunização (a seletividade)*, é uma “realidade social cuja existência implica o não conhecimento de sua essência por parte de seus participantes”⁵⁶¹, inevitavelmente deveríamos predicá-la como *ideológica*, porque *ideológica* “é a realidade ‘cuja reprodução implica que os indivíduos ‘não sabem o que fazem’.”⁵⁶²

*Não sabem o que fazem, não conhecem outra realidade ou não conseguem defender-se da existente.*⁵⁶³

Como a *ideologia* ultrapassa a *falsa consciência* de um ser para contaminar o próprio ser que, por sua vez, é sustentado pela falsa consciência⁵⁶⁴, *circularmente* “o sujeito da ideologia sempre imputa ao Outro o julgamento errado ou distorcido da correta visão de mundo que é a sua.”⁵⁶⁵

É por isso que o discurso que tenta contraditar as “alegorias cênicas da impunidade” é considerado como uma “verdade que o adversário ingênuo, ignorante ou malévolo insiste em definir como mentira ou aparência enganadora de uma outra cena mais real.”⁵⁶⁶

Como as bases desse discurso ideológico precisam ser reforçadas a todo instante, promovem os empreendedores morais a sua “racionalização” que nada mais é que *o procedimento intelectual pelo qual o sujeito justifica aquilo que, porventura, considera injustificável em sua visão ideológica.*⁵⁶⁷

E, para o caso de um ou outro pretender resistir à função condenatória exigida pela ideologia da “impunidade”, logo cuida a pressão social de reintroduzi-lo em seu redemoinho a ponto de desfazer os limites entre o que ele é (pessoa gentil), e o que ele pode (deve) ser, quando alistado pelo poder punitivo (pessoa inclemente).⁵⁶⁸

⁵⁶⁰ Extraído de COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 329.

⁵⁶¹ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 319.

⁵⁶² COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 319.

⁵⁶³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 333.

⁵⁶⁴ Quase *verbo ad verbum*, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 319.

⁵⁶⁵ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 320.

⁵⁶⁶ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 320.

⁵⁶⁷ ŽIŽEK, S. *The plague of fantasies*. London/New York. Verso, 1997, p. 77. Ver, ainda, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 320.

⁵⁶⁸ No sentido de todo o parágrafo, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 320.

Essa pressão social ocorre porque “a eficácia da ideologia [...] solicita [...] do sujeito [...] a capacidade de legitimar sua visão geral de mundo contra visões concorrentes”⁵⁶⁹, visão geral de mundo essa que se esteia em *significantes mestres* que nada mais são que *entidades nominais pasteurizadas*, caracterizadas pelo seguinte:

a) do ponto de vista do valor, são ideais ou princípios descritos como nobres, elevados, superiores; b) do ponto de vista lógico, são ideias que fundamentam racionalmente crenças e condutas, embora ninguém conheça exatamente o que significam.⁵⁷⁰

A *punição*, com todos os seus efeitos *manifestos e latentes* e, de consequência, a “impunidade”, experimentam ambas.

Sob o ângulo de visada da “nobreza”, da “elevação” e da “superioridade” representam elas uma *inventada e imposta* “supremacia” de uma inexistente “raça”⁵⁷¹ superior” sobre “outra inferior”, igualmente inexistente.

Do lado da (i)logicidade, servem elas para fundamentar (ir)racionalmente crenças e condutas cuja *abstração* e *generalização* impedem, lacanianamente, o *conhecimento*, gabaritado no nível cognitivo (representação de se estar certo), que passa a ser *dominado* pela *crença*, escandida no nível afetivo (confiança em se estar certo).⁵⁷²

Nesses termos, é possível aos sujeitos “crer naquilo cujo sentido não dominam”⁵⁷³, e justamente porque:

A ideologia [...] tem seu solo firme numa função psíquica mais elementar: a dissociação entre crer e conhecer. O crente acredita em sua crença por supor que um outro conhece aquilo que a torna digna de crédito. Donde a distinção entre crença e saber. A crença é uma atitude minimamente reflexiva, ‘é sempre uma crença na crença do outro’. O saber, entretanto, justifica-se precisamente pelo fato de que algum outro ‘sabe’. Posso e sou levado a acreditar em algo através de um outro. Mas só posso saber diretamente, por mim mesmo. ‘Em virtude da reflexividade da crença’, diz Žižek, ‘se alguém acredita em meu lugar, eu próprio acredito através dele’.⁵⁷⁴

⁵⁶⁹ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 321.

⁵⁷⁰ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 321.

⁵⁷¹ MEZGER, E. *Criminología*. 2. ed. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1950, *prólogo*, p. 4: “*El nuevo Estado totalitario se eleva apoyándose en los principios básicos de pueblo y raza.*” Sobre os termos em que disposta a questão, ver WACQUANT, L. *Os condenados...*, p. 169, nt. 5.

⁵⁷² COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 321.

⁵⁷³ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 322.

⁵⁷⁴ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 322. Na fonte, ŽIŽEK, S. *La subjectivité à venir: essais critiques*. Paris: Flammarion, 2006, p. 22.

O perigo disso é que, como o “que o sujeito acredita se subordina e é consequente àquilo que atribui ao Outro”⁵⁷⁵, *circularmente* o que ele atribui ao Outro *volta a ser* aquilo em que ele acredita, sobretudo porque, *indolentemente*, “em vez de procurar inutilmente o fato positivo no qual todos reconheçam o sentido que procuram, os sujeitos ‘pressupõem que ele existe, [que ele] já está [esteja] presente’.”⁵⁷⁶

Com efeito, através de *significantes mestres* como o da “impunidade”, consegue a ideologia *virtualizar* a realidade que a entorna, aliciando e obtendo a aderência ideológica dos sujeitos que se comprometem *concordando* com aquela.

Mas, como isso é possível? Apesar de os sujeitos discordarem *significamente* como *denominadores*, justamente porque *não renunciam a perceber o mundo com seu olhar e da sua posição*, precisam eles encontrar no “outro” a *reflexividade* que, atribuindo *consistência* ao *significante mestre* composto pela “impunidade”, permitirá a *coligação* de todos os desconhecedores da *significação* exata da “impunidade” como *seletividade* (*denominador comum*), *condensando-os em volta da sua ideológica (ou melhor, falsa) representação*.⁵⁷⁷

Disposta a conjuntura dessa maneira, já podemos perceber que o senso comum em torno de uma “impunidade criminógena” advém, não de um conteúdo real ou interpretacional homogêneo, senão de um mesmo *vasilhame* vazio, o *significante mestre* composto pelo termo “impunidade”, que tem sido preenchido pela *ideologia* que *congrega* aqueles que, *não conhecendo exatamente a sua significação, identificam-se entre si*, não pelo que conhecem ou desconhecem dela, mas *por crerem que só serão reconhecidos pelos outros se com eles se agruparem*.⁵⁷⁸

Então, seria imprudente acreditar em uma *compulsoriedade* dessa *ideologização*, como pretende SLAVOJ ŽIŽEK, porquanto, como noticiado logo acima, embora a *percepção* sobre as coisas, nas quais se inclui a “impunidade”, esteja pautada pelo *olhar do próprio observador*, está ele *direcionado* para a visão de mundo de uma *minoridade*.

Apropriando-se do *monopólio decifrador* do *significante mestre* designado de “impunidade”, sedutora ou violentamente, conseguem os empreendedores morais converter a crença na ideologia aglutinante dos indivíduos em *satisfação* gozo dos mesmos, que *sempre*

⁵⁷⁵ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 322.

⁵⁷⁶ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 323. Na fonte, ŽIŽEK, S. *The indivisible remainder: on Schelling and related matters*. London/New York: Verso, 2007, p. 141.

⁵⁷⁷ Nesse sentido, ancorando-se em Slavoj Žižek que, por sua vez, utilizou-se de Jacques Lacan, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 323.

⁵⁷⁸ Ver nota anterior, incluindo p. 324.

*conduzem seus julgamentos pela tendência de projetar no “outro” suas próprias inclinações desviantes latentes e irresolvidas.*⁵⁷⁹

Satisfeitos em seus *gozos*, porque atendidas, graças à *transgressão inerente*, as suas *petições* como sujeitos, já podem esses indivíduos *vangloriarem-se* da posição invejável que eles acreditam possuir por conta de uma suposta informação privilegiada derivada da sua capacidade de *desviarem* da interdição oferecida pela *seletividade positiva* do sistema (punição), ou seja, ofertada pela chance que eles têm de constituir suas identidades simbólicas, confortavelmente, dentro da “impunidade” (*seletividade positiva suspensa*).⁵⁸⁰

Para que o “discurso da impunidade criminógena” reverbere *contagiosa* e *convincentemente* ao sair da boca dessas poucas pessoas, ainda que a maioria acredite que saia da dela, devem aquelas contar, ou com *a adesão da maioria que passa a concordar, por omissão, com o projeto indevido da minoria, qual sendo, o da eliminação da “impunidade”,* ou, quando menos, com *o aval tácito, inclusive das agências, às discriminações, humilhações, exterminações e neutralizações de muitos em prol da “proteção” de valores meta-abstratos como “raça”, “justiça” e “punição” de uns poucos.*⁵⁸¹

A partir do instante em que “qualquer experiência do que chamamos ‘realidade’ se baseia na distorção fantasiada que chamamos de ideologia”⁵⁸², passa essa *ideologia* a ser aquela *realidade*, mas, não porque, marxisticamente, *os indivíduos, apesar de não saberem o que fazem, fazem*⁵⁸³, senão, porque, cinicamente, *eles sabem o que fazem e, mesmo assim, fazem*⁵⁸⁴, e o fazem porque, “com ou sem falsa consciência, o cínico e o tolo se consideram ‘livres’ para agir como lhes interessa.”⁵⁸⁵

E, justamente porque, *arrogantemente*, consideram-se livres e “autônomo[s] em suas crenças e atitudes”⁵⁸⁶ é que os indivíduos, os sujeitos, *desidentificam-se da ideologia, reforçando-a.*

⁵⁷⁹ Nesse sentido, arrimando-se em Slavoj Žižek, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 324.

⁵⁸⁰ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 326.

⁵⁸¹ COSTA, J. F. *O ponto...*, pp. 326-327. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 375, 380 e 390-391. Sobre isso, ver, ainda, as películas *Tropa de Elite 1* e *2*, onde o policial torturador é enaltecido como “herói nacional”.

⁵⁸² COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 322.

⁵⁸³ COSTA, J. F. *O ponto...*, pp. 319 a 321.

⁵⁸⁴ COSTA, J. F. *O ponto...*, pp. 320-321.

⁵⁸⁵ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 321.

É por isso que a propaganda punitiva convida os espectadores a, assistindo sua programação, acreditar, *quase inocentemente (irrefletidamente)*, que a “necessidade da existência de um culpado”⁵⁸⁷ é um produto da concepção “desideologizada” dos mesmos que, *angustiados e intranquilos, estão convencidos de que a neutralização do eleito condenado é o que deixará a sua vida mais segura, mais segura e gozável.*

Mal sabem eles que

[...] uma ideologia só mantém seu império se conseguir equilibrar as duas faces da estratégia de dominação: de um lado, prescrever códigos de conduta e coibir infrações ao código e, de outro, facilitar o acesso àquilo que é proibido na letra da lei. Desfrutar de coisas como excessos sexuais interditados, violência desaprovada, atividades predatórias *etc.* deve ser algo abolido da Lei manifesta, mas conservado em estufa pela sociedade que finge condenar o que, de fato, aceita com leniência.⁵⁸⁸

Escorando-se em Georg Hegel e em Slavoj Žižek, dispõe JURANDIR COSTA que, por sorte, “a Verdade só pode ser reconhecida através do ‘reconhecimento equivocado’. Dito de outra forma, o erro é o negativo da verdade.”⁵⁸⁹

Paradoxalmente, então, é a partir desse *erro*, dessa *negação da “verdade”* que será possível alcançar-se a *veracidade* sobre o “discurso da impunidade” na medida em que ele “é um primeiro passo obrigatório em direção à verdade que só pode ser reconhecida como tal por esse viés.”⁵⁹⁰

Dando sequência, quem vai discursar sobre a “impunidade” precisa “escolher que língua [linguagem] vai empregar”⁵⁹¹ para alcançar o maior número possível de pessoas (convencimento horizontal), com a maior profundidade possível (convencimento vertical).

Embora a “impunidade”, como as seis personagens de LUIGI PIRANDELLO, sempre esteja à procura de um *autor*⁵⁹², essa sua busca nunca deixa de alcançar o sucesso⁵⁹³ porque, ao contrário de Vladimir e Estragon na dramaturgia beckettiana de *Esperando Godot*⁵⁹⁴, sua

⁵⁸⁶ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 321.

⁵⁸⁷ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 72. *Praticamente*, ver início da nota 450.

⁵⁸⁸ COSTA, J. F.. *O ponto...*, p. 325.

⁵⁸⁹ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 317.

⁵⁹⁰ COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 317.

⁵⁹¹ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 70.

⁵⁹² PIRANDELLO, L. *Seis personagens à procura de autor: comédia a ser criada*. In coleção os grandes dramaturgos, v. 4. 1. ed. São Paulo: 2004, *passim*.

⁵⁹³ Quanto à ideia, ver BURKE, P. *Linguagens...*, p. 60.

⁵⁹⁴ BECKETT, S. *Esperando Godot*. In coleção prosa do mundo, n. 19. São Paulo: Cosac Naify, 2005, *passim*, sobretudo p. 193.

espera não é infundável, recaindo sobre o primeiro que se encaixe, *espetacularmente*, no *manequim da vulnerabilidade*.

Antanho, *ad exemplum*, Desiderius Erasmo escolhera a extensão geográfica, elegendo o latim por ser o veículo mais transmissível ao maior número de países, enquanto que Martinho Lutero, visando a atingir maior profundidade social, preferira o vernáculo para, assim, poder ser ouvido pelos homens comuns.⁵⁹⁵

A grande empreitada perceptiva da mídia e dos seus empreendedores morais foi, a partir das tentativas seiscentistas de criação de línguas universais⁵⁹⁶, a de inventar um *blend* que passou a aproveitar as vantagens de ambas as técnicas (luterana e erasmiana).

Essa miscelânea *abrangente e facilitadora* possibilitou a *lealdade* dos destinatários que, convergidos na busca de mais “segurança”, acataram a acepção *universal e ruminada*, outorgada pelos veículos de comunicação sobre o tema da “impunidade”, acreditando que a sua “dissipação solucionaria o problema da violência e da inquietude”.

Porque tradicional às culturas colonizadas, como “sempre foi costume do conquistador desprezar a língua do conquistado e forçá-lo a todo custo a aprender a dele”⁵⁹⁷, impuseram os dominadores nem tanto o *signo* da “impunidade” em si, reputado “indiscutível”, senão a *interpretação* de que a sua manutenção seria a responsável, em grande medida, pelo aumento dos “criminosos” (*criminalizados*), e da “criminalidade” (*criminalização*).

Com isso, descortinaram uma falsa justificativa para a convincente “superioridade” da sua interpretação sobre a questão da “impunidade”, por mais *inefícazes* que fossem as soluções apresentadas amiúde, e convenceram quase todos quanto à “necessidade” continuada do seu domínio.

Do mesmo modo que “é possível curar um doente tão bem em alemão quanto em grego ou árabe”⁵⁹⁸ é possível continuar convencendo (falsamente) sobre o (suposto) efeito “criminógeno da impunidade” mesmo se substituirmos o vocábulo do nosso vernáculo por *impunity*, ou até mesmo por outra palavra qualquer, como *seletividade*, porque os “efeitos

⁵⁹⁵ Nesse sentido, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 71.

⁵⁹⁶ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 74.

⁵⁹⁷ Apresentando Edmund Spenser, CROWLEY, T. *The politics of language in Ireland: 1366-1922: sourcebook*. 1th ed. USA-Canadá: Routledge, 2000, p. 48: “[...] *for it hath ever been the use of the conqueror to despise the language of the conquered and to force him by all means to learn his.*” Ver, ainda, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 91.

⁵⁹⁸ Escorando-e em Johann Schupp, SCHIEWE, J. *Die Macht der Sprache: Eine Geschichte der Sprachlichkeit von der Antike bis zur Gegenwart*. Munique: C. H. Beck, 1998, pp. 56-57 e 62, *apud* BURKE, P. *Linguagens...*, p. 93.

deletérios fantasmagóricos” dela supostamente advindos, disseram-nos, *diminuiriam diretamente* na medida em que, *espraiada* a linguagem que o veiculava, proporcional e autopoieticamente fosse sendo promovida (e forçosamente o foi), uma maior *padronização* - uniformidade e regramento -, da própria *interpretação*, sob pena de “incomunicabilidade” e, de consequência, “caos”.⁵⁹⁹

Pervertendo ÉMILE DURKHEIM, para os empreendedores morais o que importa não é a distinção das palavras, mas sim conseguir *homogeneizar* as interpretações que estão, ou não, encobertas nas palavras⁶⁰⁰ (punitivismo tautológico).

Com efeito, a pura emissão oral ou escrita da ou a mera menção à palavra “impunidade” traz consigo todo um *(dis)funcionalismo ideológico artificial e perigosamente alienante*, pautado por uma carga estigmatizante original ou requentadora.

Essa *pasteurização interpretativa* sobre o “discurso da impunidade criminógena”, implementadora de um “senso comum (re)voltado para um bom senso indignado”, causaria inveja aos planos, hoje comparativamente humildes, do cardeal Richelieu⁶⁰¹, porquanto, *normatizada linguisticamente, pôde a interpretação sobre o “discurso da impunidade criminógena” ser uniformizada e fixada subliminarmente na psique da população porque vinculada a um “medo” que, por sua vez, rebocava uma “necessidade” corolária, qual sendo, a de que “a infecção do organismo social fosse extirpada a qualquer custo”*.

Como a lógica do poder punitivo *coincide* com a lógica da imprensa, “para atingir o maior número de pessoas possível, era necessário falar e escrever numa língua que o maior número de ouvintes ou leitores pudesse entender.”⁶⁰²

Por aí se percebe que a produção em massa da propaganda sobre a “impunidade criminógena”, promovida pela mídia de maneira *palatável*, foi decisiva para que se pudesse *regulamentar, padronizar e fixar no espaço e no tempo a sua interpretação sensacional*.

Forjando e disseminando, *sensacionalmente*, a interpretação de que a “impunidade é uma doença que precisa ser debelada”, conseguiram as *agências de comunicação ideológica* apresentar ao público um “‘viés’ intrínseco que[,] pode [podendo] ser encontrado em cada

⁵⁹⁹ Em parte, quanto à imagem, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 105.

⁶⁰⁰ Ver nota 115.

⁶⁰¹ Sobre eles, escorando-se em *Ecclesiastical affairs*, de J. Howell, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 102.

⁶⁰² BURKE, P. *Linguagens...*, p. 118.

meio de comunicação”⁶⁰³, alcançou uma *estandardização* mediante a simples adoção do “crime” e da “impunidade”, igualmente, como *embalagem volátil e conteúdo biodegradável*.

Como será declinado, isso não significa que os empreendedores morais “(sempre) inventam a realidade”, senão que eles, incluída a mídia

[...] pode[m] ser vista[os] como um catalisador, ajudando as mudanças em vez de iniciá-las, e dependendo de certas precondições culturais ou sociais para ter sucesso. Apesar de a imprensa ter sua lógica econômica, proveniente da necessidade de vender um produto uniforme para o mais amplo mercado possível, é sempre possível para os impressores e seus patronos resistir a essa lógica até as verbas se esgotarem.⁶⁰⁴

Se bem que, *pretensiosa e ambiciosamente*, embora nem tanto, assim se desenhou a nova vinheta do programa global dominical noturno, cujo título não deve ser apenas literalmente interpretado: “Fantástico: [...] um novo jeito de dizer o que vai ser.”⁶⁰⁵

Encarroçadamente, podemos dizer, talvez um pouco ou muito forçadamente, que “os jornais não fornecem somente ao seu leitor informações próprias para desenvolver o pensamento: pensam por ele, decidem por ele, ele é formado e conduzido por eles mecanicamente.”⁶⁰⁶

Enquanto as personagens *positivas* dessa história falam de “impunidade”, e as *negativas*, de *impunização*, *simbolicamente* segue o discurso pertinente ao tema como uma forma de “purificação” reacionária ao “perigo percebido”⁶⁰⁷, cujo desprezo “periclitaria a coesão comunitária”⁶⁰⁸.

Convertido o *capital linguístico* em *capital midiático* e esse em *capital político*⁶⁰⁹ que, por sua vez, permuta-se em *capital punitivo*⁶¹⁰, podem os empreendedores morais *anal-retentivos*, obcecados pela pureza, conduzir os destinos *punitivos* da nação adequadamente

⁶⁰³ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 110.

⁶⁰⁴ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 110.

⁶⁰⁵ In <<http://globotv.globo.com/rede-globo/fantastico/v/fantastico-um-novo-estudio-e-um-novo-jeito-de-dizer-o-que-vai-ser/3294095/>>. Acesso em: 26 maio 2014.

⁶⁰⁶ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 164.

⁶⁰⁷ Sob outro âmbito, DOUGLAS, M. *Purity and danger: an analysis of concept of pollution and taboo*. London/New York: Routledge Classics, 2002, *passim*. Ver, ainda, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 163.

⁶⁰⁸ Não literalmente, seguindo o tom anterior, DOUGLAS, M. *Purity...*, *passim*. Ver, ainda, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 172.

⁶⁰⁹ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 29.

⁶¹⁰ BOURDIEU, P. *A distinção...*, *passim*. Ver, também, BURKE, P. *Linguagens...*, p. 173.

encerrada na trindade atemporal: *une roi, une foi, une loi*⁶¹¹, traduzida atualmente para *dominantes invulneráveis, discursos condicionadamente inexoráveis e programações criminalizadoras seletivas*.

Com arrimo nessa conjuntura, conseguiu o capitalismo midiático acentuar uma já adestrada “indignação moral coletiva” em torno da suposta “terrificabilidade da violência”, simplesmente requentando-a mediante o “discurso da impunidade excitante”.

Muito mais do que divulgar a ideologia, o objetivo de todo idealista é convencer outras pessoas a acreditarem que a mensagem que ele emite contendo aquela é verdadeira.

Assim, a ideologia não passa de um fundo, de uma ideia ventilada através de uma linguagem que, para espalhar-se e atingir o maior número possível de pessoas, precisa ser *palatável* ao destinatário ou ser inserida em sua psique “sem que ele perceba” (mensagem subliminar).

Ocorre que existem inúmeras formas de linguagem, e todas são externadas por *signos lineares* ou *icônicos*, sejam alfabéticos, imagéticos, algarísmicos *etc.*

Esses, os *signos*, representam formas que podem ser interpretadas de variada maneira.

E é por isso, ou seja, é justamente porque reduzido à forma do *signo*⁶¹², é dizer, à do formato da *linguagem funcionalmente significável-interpretável* que o “discurso sobre a impunidade” se apresenta mais *perigoso*⁶¹³ porquanto “ele é usado para [...] definir o que a sociedade convencionou ser a verdade daquele momento”⁶¹⁴, no nosso caso, (as mentiras) sobre uma *arbitrária* “impunidade”.

Projetando *significativamente* suas *próprias tendências perigosistas*⁶¹⁵, esse discurso acusa o “criminoso impune” de ser o responsável pela ressurreição do “perigoso” e pelo recrudescimento do “perigo”, realçando um direito penal de *autor* e não de *ato*.⁶¹⁶

⁶¹¹ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 181: “[...] um rei, uma fê, uma lei”.

⁶¹² PINTO, J. *O ruído...*, p. 19: “[...] o signo é uma relação ontológica que está no lugar de algo para que eu... quando estiver lá, possa conhecer algo daquele primeiro algo.”

⁶¹³ PINTO, J. *O ruído...*, p. 8: “[...] os signos são entidades que englobam *ao mesmo tempo* as enunciações (chamadas de signos), os enunciados (chamados de objetos) e as interpretações desses enunciados (chamadas de interpretantes), na medida em que o sentido é sempre um *dever*. Tudo isso poderia receber o nome genérico de sistema *sígnico*, ou, mais telegraficamente, *linguagem*.”

⁶¹⁴ PINTO, J. *O ruído...*, p. 19.

⁶¹⁵ Em parte equivocado e em parte correto, SANFORD, J. A. *Mal...*, p. 77.

⁶¹⁶ Todavia, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 110 e 249. Por outro lado, na mesma obra, ver pp. 240-241, 248-249 e 279 a 281. Mais por uma via cujo alargamento representa o estreitamento da mão contrária do que por uma terceira via, DIETER, M. S. *Política...*, pp. 203 e seguintes.

Ancorando-se em um aval formal externo, qual sendo, a linguagem *consolidada* e *decantada*, e alcançando seu objetivo que é o de “se parecer com a verdade/realidade (funcionalização da verdade)”, acaba a *ideologia*, a reboque e por via reflexa, sendo “apreendida” e “consentida” por todos os atingidos, deixando a pena

[...] de perseguir fins preventivo-gerais (admite-se que não evita que outros cometam delitos, mas isso não interessa), nem especiais (também se admite que não evita que o autor cometa novos delitos, e tampouco isto importa), *tendo apenas o objetivo de garantir o consenso, isto é, de contribuir para o equilíbrio do sistema.*⁶¹⁷

Nesse modelo, todas as “justificativas” expedidas para a “impunidade”, além de deixarem de existir, *paradoxalmente* passam a (re)forçá-la, porque sustentadas na “função” *relegitimadora-mantenedora-recompositora* que ela, em tese, exerce “a favor do sistema social”.

⁶¹⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 87.

3 IMPUNIZAÇÃO LINGUÍSTICA

3.1 Nem homógrafas, tampouco homófonas. A sensação de “impunidade”, a impunização sensacional e a impunização sensacionalista são parônimas

LUDWIG WITTGENSTEIN há mais de meio século ensinava que “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem”⁶¹⁸, ou seja, não se deve procurar o sentido da palavra, mas a função que ela exerce, e justamente porque as palavras não carregam um significado, ganhando as mesmas significação através do uso que delas se faz, recomendando, ainda, que se deve “desconfiar do poder que a linguagem tem de fazer com que tudo se pareça.”⁶¹⁹

Para JEAN BAUDRILLARD, *mutatis mutandis*:

‘[...] funcional’ não qualifica de modo algum aquilo que se adapta a um fim, mas aquilo que se adapta a uma ordem ou a um sistema: a funcionalidade é a faculdade de se integrar em um conjunto. Para o objeto, é a possibilidade de ultrapassar precisamente sua ‘função’ para uma função segunda, de se tornar elemento de jogo, de combinação, de cálculo, em um sistema universal de signos.⁶²⁰

De acordo com HENRI BERGSON: “A bem da verdade, existe [...] apenas uma questão de grau: refinada ou grosseira, uma língua subentende muito mais coisas do que é capaz de exprimir.”⁶²¹

Devendo, ainda, ficar advertido aos mais apressados que: “Só conhecemos o que nomeamos, mas ao nomearmos deixamos sempre fora algo que escapou à nomeação. A linguagem sempre negativiza o que nomeia; sempre aponta para a dimensão ausente do que é designado.”⁶²²

Quem puser reparo no “discurso criminogênico da impunidade” sem muita dificuldade descobrirá que ele se direciona *mais comumente* às hipóteses em que um “mero suspeito” (inauguração ordinária) ainda não tenha sido *enredado pela malha do sistema penal*, embora já o tenha sido *cooptado pela malha midiática* (inauguração anômala), passando, por corolário, de “suspeito” a “condenado”, embora *ainda e sempre* “impune”.

⁶¹⁸ WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. In coleção os pensadores. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 43, parágrafo 43.

⁶¹⁹ WITTGENSTEIN, L. *Vermischte Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977, *apud* WACQUANT, L. *Os condenados...*, p. 130.

⁶²⁰ BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 70.

⁶²¹ BERGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. In biblioteca do pensamento moderno. 4. ed. 2. tir. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 145.

⁶²² COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 316.

Todavia, embora *etimologicamente* o termo “impunidade” se inicie com um morfema prefixal latino que denota *negação* (“*im*”), atribuindo-lhe a acepção, portanto, de “não punido”, o “discurso da impunidade” se dirige, *contraditoriamente*, também aos que *estão sendo* (“impunidade quente”), e aos que *já foram punidos* (“impunidade fria”).

Como aquela passagem da *suspeição* à *condenação* não é traumática, mas sim, *sutil*, e justamente porque não há, de uma para a outra, uma solução de continuidade discursivo-punitivo-violenta dirigida contra o estereótipo, é também *sem solavancos* que a “impunidade” que a “justifica” e a “motiva” se apresenta aos destinatários da mensagem.

É dizer, através de uma mensagem que a *decodifica* como algo insustentavelmente “leve”, algo não maior que uma mera “sensação”, *incompleta* e *fugaz*, como o “discurso perigosista” que a acompanha.

Discurso “periclitante” esse que conta facilmente com a adesão “assustadiça” da população pelo fato de que “nossas funções mentais”, esclarece HENRI BERGSON, são *utilitárias*, porque “essencialmente voltadas para a ação.”⁶²³ Ação essa que, em nosso caso, assume a versão da *reação*.

A “aparência da sua leveza” é tão *excessiva* que ela, menos pesada que o próprio ar, mantém-se em *suspensão* no “imaginário coletivo” como uma “verdade” *esfumada* com contornos indefinidos, *ad instar* de um *delírio amorfo imprecipitável*, capaz de, impedindo a população de recobrar a consciência, *privá-la* da percepção de que a sua decantação, daquele, é o que vai assentar a *seletividade* em um nível *pelo menos* mínimo.

A rigor, portanto, a “sensação de impunidade” não passa de uma *fantasia punitiva pornográfica*, um *delírio* de quem a intromete no famigerado “imaginário coletivo” visando à *produção* de um senso comum *(re)voltado* contra aqueles estereotipados que estejam “incomodando a (re)ordenação do sistema”.

A despeito de todo esse esforço argumentativo não está seriamente comprovado que existe uma “sensação de impunidade” *sentida* pelo criminalizado, embora haja realmente uma “sensação de impunidade” *enxergada*, impressa pelo sistema penal no criminalizado *antes, durante e depois* da prática do fato.

De todo modo, *para o sistema penal* “cometeu, comete ou cometerá ele o crime porque sabe ele de antemão que nenhuma sanção penal o alcançará”.

Esse raciocínio, porém, é *ilógico* porque ofende as poucas estatísticas sérias⁶²⁴ que envolvem a questão criminal em nosso país, invariavelmente aptas a demonstrar que *a*

⁶²³ BERGSON, H. *Matéria...*, p. 10.

*questão criminal está indissociada de qualquer “justificativa (motivo)” que não seja política(o).*⁶²⁵

E, nem se diga que os *criminalizados* (supostamente “influenciados e, ou, influenciáveis, *negativamente*, pelo discurso crimínogeno da impunidade”), e os *espectadores* (supostamente “influenciáveis, *positiva* - defesa de maior e mais punição -, ou *negativamente* - maior fragilidade estereotípica⁶²⁶ -, pelo discurso crimínogeno da impunidade”), não têm acesso, ainda que subliminarmente, a essa informação, porquanto, *vulgarmente*, podem eles conhecê-la simplesmente apertando o *power* da *caixa idiota*⁶²⁷, onde é registrada diariamente toda a *seletividade político-cruel* do sistema penal. Mesmo porque:

Ver sofrer, alegre; fazer sofrer, alegre mais ainda; há nisto uma frase dura, uma antiga verdade ‘humana, demasiado humana’ [...]. Sem crueldade não há gozo, eis o que nos ensina a mais antiga e remota história do homem; o castigo é também uma festa. [...] ‘Todo o mal está justificado desde que um Deus se compraz em olhar para ele’ [...]. Os deuses, como afeiçoados aos espetáculos cruéis: como ressalta ainda esta noção primitiva em meio da nossa civilização [...]! O certo é que os gregos condimentavam [e nós condimentamos] a felicidade dos seus [nossos] deuses [midiáticos], com os prazeres da [nossa] crueldade. [...] [Os destinos dos homens e os horrores trágicos] eram [são] brinquedos que alegravam [alegram] os deuses [videofinanceiros] [...]. Toda a humanidade antiga [e presente] está cheia do respeito ‘Ao espectador’, porque este mundo estava [e está] feito para os olhos e não podia [pode] conceber-se a felicidade sem espetáculos [midiáticos] e sem festas. Até o grande castigo, repito, era [é] uma festa!⁶²⁸

Portanto, dizer que um “afrodescendente”, um “traficante”, um “ladrão”, por exemplo, praticou um “crime” *confiando na sua “impunidade”* seria uma *ironia “sem (com) propósito”* na medida em que bastaria uma passada d’olhos no noticiário dos telejornais para qualquer daqueles estereótipos se sentir *hostilizadamente intimidado* até mesmo a pôr os pés para fora de casa.

Se ele praticou um “crime” foi porque o sistema penal *etiquetou* seu ato, e não o de outros, como “crime” (criminalização).⁶²⁹ E isso não tem nada a ver com uma (inexistente)

⁶²⁴ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 206-207.

⁶²⁵ YOUNG, J. *Criminologia...*, p. 80.

⁶²⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 275: “[...] o *labeling* não opera mecanicamente, uma vez que o poder punitivo lança a sua rede sobre um cardume de estereotipados, causadores ou não de dano social, pescando sujeitos com personalidades, vivências, traumas e graus de saúde mental muito diferentes.”

⁶²⁷ A imagem é de ZAFFARONI, E. R. *Delinquência urbana e vitimização das vítimas*. In ABRAMOVAY, P. V.; BATISTA, V. M. (Orgs.). *Depois...*, pp. 39 a 54. “Máquina inteligente” para PINTO, J. *O ruído...*, p. 12.

⁶²⁸ NIETZSCHE, F. *A genealogia...*, pp. 65 e 67-68.

⁶²⁹ YOUNG, J. *Criminologia...*, pp. 35 e 78-79.

“*sensação de impunidade*” que, nesse caso, não passa de outra *desculpa*, outro *subterfúgio* utilizado pelo sistema penal para *não deixar que o marcador estereotipante se apague*.

Realizado a ferro e fogo em sua pele o *registro marcário* a favor do sistema penal, consolidada está a sua *posse*, a sua *propriedade* e o seu *destino* (*estereótipo rastreado*), nas mãos do poder punitivo.

Ainda que apenas em grande medida, é correto falar-se, não de “*sensação de impunidade*”, mas, de uma *impunização sensacional* visto que a *marcação* referida acima, apesar de seletiva, atinge uma quantidade vultosa de estereótipos (quase 550.000 encarcerados), muito além do aceitável (0,29% da população), enquanto que em países de primeiro mundo, como a Noruega, esse percentual representa 0,07%⁶³⁰ da demografia⁶³¹ (*proporcionalmente aquele número é o quádruplo maior*).

Aqui se poderia alegar que os E. U. A., embora sendo um país dito “desenvolvidíssimo”, é (ir)responsável pelo aprisionamento de 2.239.751⁶³² norte-americanos, o que equivale a 0,72% da sua população de 311.587.816⁶³³ pessoas.

O que, proporcionalmente, equivale a quase *três vezes mais* que o Brasil, e a *mais de dez vezes* a Noruega!

O pior de tudo, porém, nem é tanto a contradição derivada da alegação, mas sim o fato de que ela não causa espanto, malgrado se assentar ela, perversamente, em entrelinhas tortas que pretendem dar a entender que escreve certo “o país de primeiro mundo que literalmente detém uma alta taxa de encarceramento” (cartilha de Washington).

No caso deles, o “consenso washingtoniano”, resolvendo atender à *demandas por ordem bélico-econômica*, houve por bem dirigir seus *holofotes penais* a favor da “guerra contra as drogas”, ou melhor dizendo, da “guerra contra os descartáveis sociais envolvidos com as drogas etiquetadas como ilícitas”, o que elevou *delirantemente* os níveis de encarceramento.

Em 1909, Estados Unidos da América, ou mais especificamente,

[...] aquele grupo republicano, reacionário, fundador, que achava que era descendente do *mayflower*, [e que acreditava ser] o dono da cultura americana; aquele grupo branco [...], aquele grupo [que] reafirmava a sua supremacia, a sua

⁶³⁰ É dizer, 3.649 presos em 2013. In <<http://www.prisonstudies.org/country/norway>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

⁶³¹ A população considerada foi a levantada em 2013, ou seja, em torno de 5.051.000 pessoas. In <http://www.ssb.no/a/english/minifakta/po/main_03.html>. Acesso em: 17 dez. 2013.

⁶³² Os dados são de 2011 e podem ser encontrados in <<http://www.prisonstudies.org/country/united-states-america>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

⁶³³ In <http://www.census.gov/popclock/?intcmp=home_pop>. Acesso em: 17 dez. 2013.

hegemonia, a hegemonia cultural rejeitando e punindo aqueles grupos imigrantes; primeiro os mexicanos e depois [...] os italianos, os poloneses, o grupo do sul da Europa, a Europa católica, a Europa luterana, [e] os alemães também [...],⁶³⁴

descortinou os primeiros passos para o controle proibitivo cosmopolita de algumas “drogas”, aliás, de *algumas pessoas envolvidas com alguns tipos de “drogas”*⁶³⁵, usando essas como desculpa para a sua dedetização social.

Dando continuidade ao controle *sócio-preconceituoso-racista* mediante o (ab)uso moral⁶³⁶ do sistema penal, dentro da década de vinte do século vinte (1920), sob a presidência do democrata Thomas Wilson, mediante prescrição com *status* constitucional (Emenda XVIII), foi o comércio de álcool proibido pelo Congresso, cujo impedimento durou até 1933, com o presidente, também democrata, Franklin Roosevelt (Emenda XXI), embora em alguns Estados tenha subsistido a interdição que só findou em 1966, no Mississippi.

Em 1972, intituladoamente, o presidente Richard Nixon deflagrou a “guerra contra as drogas”⁶³⁷ mediante a qual o governo norte-americano desaportou um procedimento de prisionização em massa de todos aqueles que “ofendiam a ordenação da sua urbe”, ou seja, de todos aqueles “*afrodescendentes, latinos e pobres (ou melhor, desempregados, inempregáveis ou desfavorecidos pela discrepância rentária)*”, que, reivindicando seus *direitos civis* desvelados nos eventos do final dos anos sessentas (motins estudantis na Europa e nos E. U. A., e guerra do Vietnã), precisavam ser *controlados*.

Como sua *neutralização*, via encarceramento, explicitaria *indigestamente* uma segregação *higiênico-social*, “inventou” o governo estadunidense uma *desculpa* que desvirtuaria implicitamente seus reais motivos, qual sendo, a da “necessidade” belicosa de atacar e de se defender das “drogas”, oferecidas e permitidas, inicialmente, por *omissão do governo para que, depois de viciados, pudessem aqueles contingentes ser expurgados da sociedade com o aval de uma população artificial e dirigidamente aterrorizada*.

⁶³⁴ ZAFFARONI, E. R. Guerra às drogas e letalidade do sistema penal. In *Drogas: dos perigos da proibição à necessidade da legalização*. In <<http://www.youtube.com/watch?v=YMjz6Goson0>>. Acesso em: 21 ago. 2013. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 108 e 146.

⁶³⁵ GRAY, J. P. *Why our drug laws have failed and what we can do about it: a judicial indictment of the war on drugs*. 2th ed. Philadelphia: Temple University Press, 2012, *passim*. Ver, também, CHEPESIUK, R. *The war on drugs: an internacional encyclopedia*. Santa Bárbara, Califórnia, Denver, Colorado, Oxford e England: ABC/CLIO, 1999, *passim*. Ver, ademais, HERER, J. *The emperor wears no clothes*. 11th ed. Sem local: Pub Group West, sem data, *passim*.

⁶³⁶ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 157, *in fine*.

⁶³⁷ In <<https://www.youtube.com/watch?v=jc47fMU8sf8>> e <http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/88_Desmilitariza%C3%A7%C3%A3o%20-%20ALERJ.pdf?1391624538>. Acesso em: 26 maio 2014.

Nesses termos, a *impunização é sensacional* justamente porque é ela produzida *sensacionalmente* pelos que se denominam “responsáveis pela ordenação demandada”, o que se dá na *inversa proporção* de uma *oferta de controle* muito superior ao realmente necessário, pois, além de exagerar *quantitativa* (superlotação das prisões), e *qualitativamente* (enegrecimento das prisões), a já *seletividade* do sistema recebe um *plus*, um adereço que distingue o estereótipo como um novo criminalizado, o *criminalizado impunizado*.

Outrossim, é mais próximo da adequação falar-se, não de “sensação de impunidade”, mas, de uma *impunização sensacionalista* ocorrente sempre que as agências do sistema penal se envolvem *promiscuamente* com a *mídia* que, usurpando em boa parte o papel daquelas, acaba se convertendo em uma *agência penal informal*, e com poderes *deletérios* infinitamente superiores aos das formalizadas.

Atribuindo à *impunização* (adjetivação parassintética implícita – *im[não]/punir[z]/ação*), um *colorido caricatural*, promove a *mídia penalizante* a façanha de convertê-la em “impunidade” (substantivação explícita), conseguindo, com a *repetição* dessa mentira, convencer a população de que não é ela que requebra a “impunidade” até a *nauseante exaustão*, senão é essa que *frequenta* seus noticiários *incessantemente*.

É isso que dá o tom capaz de *harmonizar* e *sintonizar* o “discurso público” (*publicado*) que passa a encará-la como um *substantivo ontológico* (a “impunidade é real e reais são os seus efeitos criminógenos”), em vez de percebê-la como um *adjetivo onticamente estigmatizante* (a “impunidade” é uma *invenção* e *inventados* são os seus efeitos “criminógenos”⁶³⁸).

3.2 Existo, logo falo?

Visando à *assunção de poder*, os suseranos⁶³⁹, invertendo o “fala para que eu possa ver-te”⁶⁴⁰, durante a Revolução Mercantil⁶⁴¹, *confiscaram o conflito* proscrevendo do mesmo a *vítima*⁶⁴² que, ainda que existente (sobrevivente), não poderia mais interferir na sua *gestão*,

⁶³⁸ *Mutatis mutandis*, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 246 a 248.

⁶³⁹ Preferindo *soberano* a *suserano*, ver FOUCAULT, M. *A verdade...*, p. 65.

⁶⁴⁰ BURKE, P. *Linguagens...*, p. 31.

⁶⁴¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 43-44. Ver, também, _____. *Em busca...*, p. 150. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 87.

passando aquele não mais a ser *decidido*, senão, no máximo, a ser *suspensoriamentegerenciado* até a sua completa *corrosão pelo tempo*.

Como o cliente, apesar de poder ser ouvido, nunca interfere na administração do negócio penal (“ter o cliente razão não equivale a deter poder de decisão”), passaram os suseranos a *monopolizar* a questão punitiva arrimando-se em um *fictício e ilegítimo contrato social*⁶⁴³ (*adesivo draconiano*), que, segundo eles, outorgava-lhes o (consequentemente *ilegítimo*) “direito de punir”(ius puniendi), do qual ter-se-ia derivado também um “dever de punir” os vassalos, quando, em verdade, detinham aqueles e atualmente detém o sistema penal apenas um desfaçado e disfarçado *poder de punir*.

Atitude essa fundada em um *receio* advindo do fato de que em alguns “crimes” sem violência a permanência *administrativa* da vítima sobre o conflito *retiraria muito poder* das agências na hipótese, sempre possível, de aquela se contentar com uma *retribuição civil substituinte da penal (reparação)*⁶⁴⁴.⁶⁴⁵

Verbi gratia, os artigos 155, *caput*; 155, §§ 4º e 5º; 168, *caput*; 171, *caput*; 180, *caput*; e 180, § 1º, do CP, representam 98.912 presos⁶⁴⁶, o que equivaleria a *menos 18,05% de poder penal*, ou seja, uma *redução de quase 1/5 (um quinto) caso a vítima pudesse aceitar a reparação civil*.

Não é difícil imaginar o que aconteceria se a verdade sobre o “tráfico de drogas” fosse revelada a todos, ou seja, a verdade de que nesse “crime” *não existe um bem jurídico a proteger*, o que equivaleria a dizer que nele *não existe uma “vítima identificável”* e, portanto, *defensável*.⁶⁴⁷ Isso, sem falarmos que o tráfico não passa de um mero *comércio, sem empreendimento de qualquer violência direta*. Desde essa perspectiva, hipoteticamente, aconteceria a *incrível* perda de mais 25,22% de poder penal que, juntamente com os anteriores 18,05%, somariam 43,27% de *renúncia punitiva*.

⁶⁴² Não contrário a isso, citando Melania Scali e Laura Volpini, GIAMBERARDINO, A. R. *Um modelo restaurativo de censura como limite ao discurso punitivo*. 2014. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da UFPR, Paraná, 2014, p. 34.

⁶⁴³ Em termos, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 87 e 126. Melhor interpretando-o, ver ZAFFARONI, E. R. *Em bucsca...*, p. 150.

⁶⁴⁴ Ver MALINOWSKI, B. *Crime...*, pp. 90-91. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 47 e 62.

⁶⁴⁵ Sobre o *ilusório, esboçado e eventual* “retorno” dominial-participativo da vítima no conflito, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 63.

⁶⁴⁶ Ver nota 296.

⁶⁴⁷ TAVARES, J. *Teoria do injusto...*, pp. 179 e seguintes. Ver, ainda, <<http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2014/04/RESOLU%C3%87%C3%83O-DROGAS.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

Ou seja, quase a metade do poder de punir do Estado!

Tanto isso é *impensável* que essa hipótese já era recepcionada com muita *má vontade* até mesmo pela pena de um criminalista liberal como CESARE BONESANA que há mais ou menos duzentos e cinquenta anos escrevia:

Alguns isentam de pena um pequeno delito quando o ofendido perdoa, ato este que é conforme à beneficência e à humanidade, mas contrário ao bem público, como se um cidadão privado pudesse com sua remissão elidir a necessidade do castigo, da mesma forma que pode perdoar o ressarcimento da ofensa. O direito de fazer punir não é de um só, mas de todos os cidadãos ou do soberano. Ele só pode renunciar à sua porção de direito, mas não anular a dos outros.⁶⁴⁸

E, nem se diga que parte dessa possibilidade ainda se encontra registrada na decisão exclusiva da vítima de engatilhar, ou não, o procedimento penal mediante o aviamento, ou não, da *notitia criminis* ou da *queixa*, ou mesmo da *representação*⁶⁴⁹ porquanto *essa pseudoautonomia não passa de um véu transparente que tenta esconder a perseguição estatal contra estereótipos caracterizados por condutas irrelevantes, higienizada, a partir daquela falsa e arrogante autonomia, pelo “discurso da impunidade” que, plantado no coração das vítimas ao estilo de uma comoção afetiva em prol da sobrevivência do “organismo social”, não as deixa condescender com atitudes mínimas que sob outro ângulo de visada seriam facilmente aceitáveis e perfeitamente resolvíveis por outras instâncias que não as penais, tampouco as deixa perceber que a “impunidade” (impunização), que tem vinculação imediata e inversa com a seletividade, é uma necessidade “salutar” do sistema (contrap[r]eso), sem a qual todos já estariam encarcerados.*

Assim, utilizando-se do “discurso da impunidade criminógena”, consegue o Estado, paradoxalmente, apropriar-se inclusive de *conflitos* a que a vítima poderia penalmente *renunciar*, simplesmente “*decretando (terceirizando) em (des)favor da perigosa omissão atuarial ocasionada por aquela a responsabilidade pelo aumento ou implemento da criminalidade, inviabilizadora do convívio social*”.

Entregando à vítima uma *ilusória, frágil, efêmera e condicionada “autonomia”* consegue o Estado convencê-la de que é ela quem “administra exclusivamente” o conflito, obtendo, assim, a *adesão “arrogante, vaidosa e simpática”* da mesma ao “discurso perigosista da impunidade”, contra a qual ela foi designada a participar “de maneira decisiva” (dublê de protagonista).

⁶⁴⁸ BONESANA, C. *Dos delitos...*, p. 105.

⁶⁴⁹ Ver <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=199853>>. Acesso em: 18 set. 2014.

Desse modo a vítima excluída do conflito confiscado não passa de um *gatilho* preparado para disparar, ao mais leve sopro da “impunidade”, a perseguição estatal contra os estereótipos.

3.3 Para que uma boca tão grande?

Então, antes mesmo da configuração do conflito que vai se amoldar à previsão bélico-litigiosa esquadrihada pelo Estado, onde são definidos os contornos subjetivos (quem serão os estereótipos), e objetivos da contenda (qual será a “demanda por ordem” a ser atendida), é o estereotipado excluído da participação decisória que vai instituir quem serão considerados *criminalizáveis* e quem serão reputados *impunizáveis*.

Todavia, o confisco do conflito propiciou não só a exclusão da vítima⁶⁵⁰, substituída pelo suserano, mas, também, a exclusão linguístico-funcional do acusado.⁶⁵¹

A rigor, o discurso punitivo inventou um *monólogo* que impediu não só o *diálogo*, mas, também, o *pluriálogo* ou o *multiálogo* interativo ao também confiscar, além da vítima e do acusado, a voz de certa *plateia* que, não estando credenciada ou não podendo pagar pelo ingresso nesse espetáculo de horrores, é nele inserida como elemento *fungível, descartável e manipulável* dos bastidores.

E, nem se conteste que o *gap* onde é inumada a versão do acusado pode ser *colmatado* ou *corrigido* posteriormente mediante a “justificativa” afirmativa de que é ele sempre ouvido na esfera policial e na esfera judicial, visto que isso não passa de uma mera *formalidade procedimental* visando a dar um *homocrômicoaval* de *legitimidade* à sua *criminalização* (objetivo primário), e à sua *impunização* (objetivo supletivo), *já definidas prévia e indelevelmente!*

Antes, quando da escolha dos caracteres e dos marcadores estereotipadores (rotulação), depois, quando da elaboração teórica da estereotipação (julgamento penal e extrapenal), mas, também, quando da sua realização, ou seja, quando do cumprimento efetivo de ambas (execução endoprocessual ou exoprocessual sumária), momento em que se exprime com toda a sua força a falsidade do discurso da “impunidade” (impunização dos punidos), surge evidente que a impunização nem sempre depende da criminalização, pois, mesmo

⁶⁵⁰ As vítimas (sobreviventes) do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), só foram ouvidas 40 anos após serem torturadas pelos representantes da ditadura militar. In <<http://www.cartacapital.com.br/politica/apos-40-anos-justica-coloca-torturadores-e-torturados-frente-a-frente-574.html>>. Acesso em: 16 dez. 2013. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 457-458.

⁶⁵¹ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 30 e seguintes.

quando os estereotipados estão cumprindo suas penas continuam eles sendo estigmatizados como “impunes” (“impunidade quente”), seja porque “as cadeias são equiparadas a hotéis de luxo”, seja porque “as penas aplicadas são brandas”, seja porque “os presidiários obtêm a concessão de certos direitos”, seja porque “os encarcerados vivem ociosamente”, seja porque “suas condições são melhores do que as do cidadão de bem que está do lado de fora” (spencerianismo pessimista do *less eligibility*), seja porque:

Na realidade social, o verdadeiro e real poder do sistema penal não é o poder repressor que tem a mediação do órgão judicial; [...] pelo contrário, seu exercício mais importante é positivo, configurador, sendo a repressão punitiva apenas um limite ao exercício do poder.⁶⁵²

Para THAYER GREENE:

[...] a *persona* tem um papel ainda mais positivo do que a criação da aparência. [...] a antiga máscara ou *persona* que os gregos e romanos usavam não pretendia identificar os atores, mas servia como objeto de melhor expressão das personalidades que eles representavam.⁶⁵³

E dizemos isso, juntamente com JOEL BIRMAN, porque: “o inimigo destacado pelo Império, delineado repetidamente como sem rosto, seria qualquer um que pudesse se contrapor à sua onipotência, na medida em que seria fatalmente considerado criminoso por antecipação.”⁶⁵⁴

Apesar de toda a contaminação que o exoterismo provocou na sua psicologia, CARL JUNG estava *penalmente* certo quando disse que “nós nos tornamos o que fazemos”⁶⁵⁵, ou seja, nós assumimos e encarnamos o papel que representamos, cujo *script* nos foi entregue pelo poder punitivo.

Todavia, existem poucos estudos sérios, e os que existem não são exibidos, demonstrando, a partir de depoimentos dos encarcerados (relatos em primeira pessoa), não o efeito “criminógeno da impunidade”, mas sim o *inegável efeito “criminógeno da prisão”*⁶⁵⁶ - onde são celebradas as “cerimônias de degradação”⁶⁵⁷ e onde ocorrem as “invasões”⁶⁵⁸ que

⁶⁵² FOUCAULT, M. *Microfísica...*, pp. 175 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 22 a 24 e 125. Ver, também, _____. *A palavra...*, pp. 317, *in fine*, 420, 422, 433 e 474.

⁶⁵³ GREENE, T. A. *Confessions of an extravert. In Quadrant: Journal of the C. G. Jung Foundation for Analytical Psychology, Jung Centennial Issue, in Celebration of the one hundredth anniversary of Jung's Birth: 1875-1961*, v. 8, winter 1975, n. 2, New York, pp. 21 a 32. Ver, ainda, SANFORD, J. A. *Mal...*, p. 88.

⁶⁵⁴ BIRMAN, J. *Cadernos...*, p. 144.

⁶⁵⁵ Carl Jung *apud* SANFORD, J. A. *Mal...*, p. 132.

⁶⁵⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 123, 192, 194-195 e seguintes.

permitem que também sejam interpretados os papéis sociais baseados na conduta “secundariamente desviada” -, *responsável por uma deletéria e indelével corrupção da mente e do corpo do encarcerado* - mas, não só desse, senão do pessoal também (policiais e agentes, v. g.)⁶⁵⁹ -, *que não experimenta dentro do presídio as mesmas condições ambientais e sociais encontráveis extramuros como familiares, amigos, colegas de trabalho, pessoas de contato eventual, como vendedores de lojas, autoridades religiosas, demais motoristas e transeuntes etc.*⁶⁶⁰ (teoria da regressão⁶⁶¹).

É dizer, acompanhando ERVING GOFFMAN, em *Manicômios, prisões e conventos*:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. [...] O máximo que a instituição total pode provocar [...] é uma *desculturação ou destreinamento*, no caso de a internação ter sido prolongada, tendo produzido mudanças culturais fora, que a pessoa não tenha podido acompanhar.⁶⁶²

Diante dessa incontestada *teoria do condicionamento regressivo*, como é possível falar-se de “(re)socialização”⁶⁶³, ou seja, de “(re)preparação, de (re)treinamento, de (re)educação

⁶⁵⁷ A imagem é de GARFINKEL, H. Conditions of successful degradation ceremonies. *In American Journal of Sociology*. Chicago, mar. 1956, v. 61, n. 5, pp. 420 a 424. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 195. Ver, ainda, da mesma obra, p. 453.

⁶⁵⁸ WHITE, R. K.; WRIGHT, B. A.; DEMBO, T. Studies in adjustment to visible injuries: evaluation of curiosity by the injured. *In The Journal of Abnormal and Social Psychology*, jan. 1948, v. 43, issue 1, pp. 13 a 28. Ver, também, GOFFMAN, E. *Estigma...*, pp. 25 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 275.

⁶⁵⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 283, 285-286, 426, 429 e 471.

⁶⁶⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 195.

⁶⁶¹ TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. *Criminologia...*, pp. 28-29. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 135-136, 143-144 e 194 e seguintes. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, p. 448.

⁶⁶² GOFFMAN, E. *Manicômios...*, pp. 17-18 e 23. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 195.

⁶⁶³ HASSEMER, W. *Introdução...*, p. 374, nt. 693: “Sobre o uso da linguagem: a expressão ‘ressocialização’ caiu em descrédito com as teorias da socialização - e com razão. Estas chamaram a atenção para o fato de que os ocupantes do estabelecimento de execução penal em sua maior parte não passaram por processos de socialização ou passaram por processos fracassados (processos de inserção na sociedade e em suas normas), e que eles, portanto, deveriam ser em primeiro lugar ‘socializados’ em vez de ‘ressocializados’. Mas não causa prejuízo algum continuar empregando o conceito tradicional [...] se não esquecermos esta limitação crítica e além disso se

para o convívio em sociedade” se, respectivamente, dentro da cadeia não existe sequer o *esboço* de uma sociedade tal qual há do lado de fora e se ele para lá foi enviado - e isso não passa de uma desculpa -, justamente por haver sido considerado “*mal ou nada socializado*”?

A diferença é que no sistema penal o resultado dessa socialização, ressocialização ou dessocialização, dessa atualização técnica ou destreinamento (impossibilidade de acompanhamento das mudanças ocorridas na sociedade externa), dessa aculturação, inculturação ou desculturação, ou desse condicionamento ou recondicionamento, é dizer, dessa logomaquia faceciosa, não tem a menor graça, mas não porque a escolha desse ou daquele vocábulo tenha alguma importância na “brincadeira do faz de conta”, senão porque a opção quase invariável pela ressocialização, como escopo a atingir, novamente sonega a culpa estatal (cocalpabilidade), transferida integralmente para o lombo do estereotipado ao mesmo tempo em que ratifica e reconstitui as condições que o estigmatizaram mediante uma fórmula que não passa de “mais do mesmo”, refixando o seu papel na sociedade como um “desviante publicamente rotulado”⁶⁶⁴.

Do mesmo modo que a “‘educação para a liberdade através da privação da liberdade’ [...] expressa o evidente paradoxo das modernas teorias da pena”⁶⁶⁵, entendemos que *não é possível preparar o presidiário para viver em sociedade privando-o da sociedade, do convívio social*.⁶⁶⁶

Caladas as suas vozes, remanesce como única versão a do sistema penal em conluio involuntário (teoria inocente) com a mídia que insiste em considerá-los “impunidos” mesmo quando a punição que receberam e, ou, a que cumprem *estigmatiza, dessocializa, destreina, despela, descarna, desossa, desalma* com uma *violência cruel, desproporcional e injustificável*.

3.4 Seis é diferente de meia dúzia. *The new deal* ortográfico punitivo no “imaginário coletivo”

De acordo com ROBERTO BRANDÃO, em *As figuras de linguagem*, há uma:

[...] crença de que existe um compromisso ‘físico’ entre as formas da linguagem e os significados expressos, procedimento que os antropólogos chamam de ‘mágico’, em

pensa que para vários delinquentes ‘deficientemente socializados’ também se trata realmente de ‘ressocialização’.”

⁶⁶⁴ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 167.

⁶⁶⁵ HASSEMER, W. *Introdução...*, p. 378.

⁶⁶⁶ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 135.

que não se concebe a linguagem como simbólica, fundada na arbitrariedade do signo, como o definiu Saussure.⁶⁶⁷

Embora nem tanto prestidigitadamente, à guisa de *semântica*, porém, seis equivaleria a meia dúzia, *ad instar* do que se dá na matemática.

Contextualmente, também, seis e meia dúzia são *sinônimos*.

Ocorre que, compondo-se de duas palavras (meia + dúzia), a expressão *conjugada* pode, considerando-se *cada* acepção em si e, depois, uma *combinada* com a outra, desapegando-se *fisicamente* do compromisso entre *representante* e *representado*, apresentar-se *mais restritiva* ou *ampliativa* que o vocábulo “seis” que, por estar *isolado*, admite uma interpretação igualmente *isolada*, ou melhor, *mais limitada enquanto isolada*.

E essa paranomásia acontece, justamente, porque:

A experiência mais elementar com o uso da língua nos mostra que a percepção das expressões e dos sentidos a ela associados não se faz isoladamente, mas produzem-se muitas interferências mútuas. Resulta assim que nem aquelas nem estes sejam rigorosamente uniformes e constantes.⁶⁶⁸

O mesmo já não acontece com o vocábulo “impunidade”.

Embora ele pareça encontrar na “nãoopunição” uma *sinonímia*, possui ele, na verdade, um sentido *polissêmico* que pode até *desvirtuar frontalmente sua acepção original, própria, histórica, na medida em que ele, apesar de se fundar realmente em um vínculo de semelhança com a incompletude do procedimento de criminalização, transita entre coisas diferentes, quais sendo, a “impunidade” como causa e a “impunidade” (impunização) como consequência da “criminalidade” (criminalização)*⁶⁶⁹ (“*forças centrífuga e centrípeta*”).

Empregada em outro sentido que não o seu original, embora inalterada a (homo)grafia através de uma divulgação midiática *massiva* e *alienante* dirigida à fabricação de um senso comum que acredita perceber a “impunidade” como a responsável pela prática de “crimes”, assume ela, “impunidade”, *metaforicamente*, um significado “*criminógeno*”, é dizer, “*incentivador e fabricante*” de novos “crimes” (polissemização), *que passa a ser aceito como “natural”* (neologismo semântico social).

Fixando-se com um caráter de “*inegabilidade e incontestabilidade*” no “*imaginário coletivo*”, está a “*impunidade criminógena*” pronta para inaugurar mais uma modalidade, agravada, de criminalização, qual sendo, a da *criminalização acentuada* ou *inaugurada pela*

⁶⁶⁷ BRANDÃO, R. *As figuras de linguagem*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 8. Ver, ainda, SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006, pp. 81 e seguintes.

⁶⁶⁸ BRANDÃO, R. *As figuras...*, pp. 8-9.

⁶⁶⁹ BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 8.

“impunidade”, é dizer, a da criminalização daquelesque, *desviando secundariamente*, e, portanto, assumindo o *status* de um hagiônimo maligno, *requeentam no tempo uma criminalização que já poderia haver arrefecido pela indiferença, ou protagonizam um aperitivo que animará os comensais a degustarem com mais voracidade o prato principal do banquete neoliberal*.

Mas, como foi possível ao sistema penal alcançar esse grau de *interferência* no e adesão do “imaginário coletivo”?

É simples, como sempre. Mesmo porque a *complexificação* dificultaria ou impediria o adestramento.

E a *simplificação* advém do uso de *alegorias* que nada mais são que: “Uma sucessão de metáforas que exprimem uma ideia diferente da que aparentemente se enuncia, da qual [se] absorve uma interpretação altamente significativa.”⁶⁷⁰

Por outro lado, toda *interferência* exige, no mínimo, mais de um ator, passando a ser eles o *interferente* e o *interferido*.

Essa *interferência*, que para ser possível se exprime sob a forma de uma *comunicação interpessoal*, pode acontecer de variadas maneiras.

Linearmente, ou seja, *expressa* (fala e escrita), ou *tacitamente* (silêncio eloquente), ou, ainda, *iconicamente*, é dizer, *gestual* (pantomima), ou *imageticamente* (realidade ou figuração).

Partindo do pressuposto de que “se trumbica quem não se comunica”, em tese alcança maior sucesso quem é mais *eloquente*, legando-nos a história inúmeros exemplos (Cícero, Demóstenes, Jesus Cristo, Hitler *etc.*).

Para se ser *eloquente* é preciso possuir não apenas um *persuasivo discurso*, mas saberutilizar-se de uma *retórica*⁶⁷¹, ou seja, de algo, às vezes, *aparentemente brilhante*, embora *internamente pobre*.

A maioria das pessoas não tem acesso a um discurso *persuasivo* porque lhe faltam signos, palavras e argumentos que, concatenados, *emocionando e maravilhando o espectador, aliciem a adesão alheia*.

Aqueles outros, os oradores eloquentes, costumeiramente são excessivamente claros quando se comunicam, em razão, sobretudo, da simplicidade do manancial linguístico que

⁶⁷⁰ PIRES-DE-MELLO, J. G. *Figuras de estilo*. 2 ed. São Paulo: Rideel; Brasília: UNICEUB, 2001, p. 85.

⁶⁷¹ Arrimando-se em Immanuel Kant, PLEBE, A.; EMANUELE, P. *Manual de retórica*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 109 e seguintes.

possuem, embora a raridade de termos obrigue-os a desenvolver o maior número de elementos *figurados* possível, enriquecendo, de consequência, sua linguagem.⁶⁷²

Rica e genialmente, diria o matuto: “Pru quê teu peito saluça e o coração se debruça nos abismos do sofrê?”⁶⁷³

Inconfundíveis, então, *clareza e pobreza*⁶⁷⁴, embora a possível “riqueza” do discurso dos empreendedores morais também não se confunda quase nunca com a “*verdade*”.

Omnibus modis:

Se a propriedade era suficiente para satisfazer às necessidades comunicativas do homem, pouco ou nada se reconhecia nela que fosse capaz de distinguir seu usuário dos demais seres humanos: ‘Na verdade é fraca a glória de falar com correção e clareza, e quem a consegue mais parece carecer de vícios, do que ter alcançado alguma grande virtude.’⁶⁷⁵

Como algumas outras pessoas têm acesso ao mesmo discurso, sustentado em um mesmo vocabulário ricamente aprendido e figurativamente apreendido, é o *ornamento que adorna* cada oração proferida que vai *distinguir* uma delas das demais, podendo enaltecê-la, bem como, quem sabe, *convidar* os assistentes a participarem do seu eventual sucesso.

Mesmo porque:

O que realmente conferia fama ao orador e ao poeta era a expressão *ornada*, forma linguística segunda que se descrevia como ‘acrécimo’ ao mínimo representado pela correção gramatical: ‘Ornato é tudo aquilo que se acrescenta à oração clara e irrepreensível’.⁶⁷⁶

Aqui, a aparente contradição entre ser *rebuscado*, *parecendo viciado linguisticamente*, e *ornamentar a expressão*, *arriscando não receber a adesão admirada do público*, resolve-se a “favor” da linguagem que apresente como predicação um *adorno* que “interesse ao público”, seja uma *imagem chocante*, uma *frase de efeito*, uma *bravata* e quejandos.

Ou seja, que, traduzindo as expectativas de terceirização da angústia do público, atraia a sua atenção, não o enfadonha e satisfaça o seu desejo, ainda que paliativamente.

Utilizando-se de *metáforas* e *alegorias*, é dizer, escorando-se em uma *formal e perigosológica do sentido figurado e fantasiado* que pressupõe e se utiliza, *pervertendo-a*, de uma maneira “‘naturais’[natural] e ‘corrente’ de falar, [...] que mostram [mostra] ‘as coisas

⁶⁷² “Com efeito, estou persuadido de que se produzem mais figuras em um só dia de mercado do que em muitas seções acadêmicas.” In Du Marsais *apud* BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 12.

⁶⁷³ DINIZ, P. *Pru quê?*

⁶⁷⁴ Mais ou menos por aí, ver BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 11.

⁶⁷⁵ Escorando-se em Quintiliano, BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 11.

⁶⁷⁶ BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 11.

como elas são”⁶⁷⁷, é possível ao empreendedor moral “conferir mais nobreza e energia ao discurso”⁶⁷⁸ e, assim, demonstrando *parecer* “saber o que está dizendo”, ser mais *convvincente* na *homogeneização* de todas as *imagens* possíveis da “impunidade” como “causadora de (quase) todo o mal que nos desconforta”.

É *paradoxalmente* amparado em uma *desgastada* “realidade” e em um *encortinado* *senso comum* contrários, *essencialmente*, a uma suposta “impunidade criminógena” que o sistema penal discursa produzindo uma “realidade” *remendada e envernizada*, um *senso comum descortinado* e uma *artificial e intencional contrariedade* à “impunidade”, fechando um circular *vício de linguagem*.

Agora estaríamos preparados para lembrar, como salientou ROBERTO BRANDÃO, que já “sabiam os antigos que o uso do léxico era determinado pela prática *social, política e literária*[...] [incorporando ao] fator semântico [...] os princípios *ordenadores* daquelas práticas.”⁶⁷⁹

Organizando o encadeamento de determinantes na ordem da *política (criminal)* que influenciará o *social* e que, por sua vez, influenciará a *literatura* - ou retomando o princípio da equação onde a mídia influenciaria a política⁶⁸⁰ -, poder-se-ia afirmar que o *dialogismo* consistente em admitir-se “a duplicidade de sentido [sentido figurado e sentido único], ou mesmo a ambiguidade, [é exatamente] o objetivo procurado”⁶⁸¹ pelos empreendedores morais para, *politicamente*, em termos de “impunidade”, “abuso [abusar] das metáforas”, pois elas podem com frequência tornar o estilo enigmático⁶⁸² e, *enigmatizando-o*, transformá-lo em um “produtor de surpresa”⁶⁸³ que vai *lograr* “a expectativa do ouvinte”⁶⁸⁴ que, aguardando *ansiosamente* um *arrefecimento da sua intranquilidade por um terceiro* (indiretamente pelo poder punitivo e diretamente pelo impunizado), não perceberá a *artificialidade* da produção

⁶⁷⁷ BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 13.

⁶⁷⁸ BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 12.

⁶⁷⁹ Itálico adrede. Ver BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 14.

⁶⁸⁰ Sobre isso, ver o prefácio de Nilo Batista a MENDONÇA, K. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

⁶⁸¹ BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 16.

⁶⁸² BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 15.

⁶⁸³ Ancorando-se em ARISTÓTELES. *Arte...*, pp. 176 a 178 e, especialmente, 181. Ver, ainda, BRANDÃO, R. *As figuras...*, pp. 15-16.

⁶⁸⁴ ARISTÓTELES. *Arte...*, p. 181. Ver, também, BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 16.

de *sentidos duplos*, embora deseje desesperadamente sentir imediatamente seus efeitos *analgésicos*⁶⁸⁵, independentemente dos efeitos *colaterais*.

Mas, essa *enigmatização* da mensagem sobre a “impunidade criminógena” não seria *incompatível* com a *acessibilidade* da linguagem, defendida alhures como pressuposto necessário para a adesão do público quanto a esse assunto?

Não, desde que referida *enigmatização* seja *figurada*, é dizer, seja apresentada e interpretada como *folclórica* e desde que ela contenha a *menor* quantidade de *caracteres* possível, visto que é justamente a *incompletude* desses e o *mistério* que envolve aquela que possibilitarão ao espectador “adivinhar”, através de *substituições* e *combinações*, o seu (fictício) sentido, *colmatando*, enfim, sua *angústia* (“carta branca punitiva”).

A pretensão do sistema penal quando ele “fabrica” o senso comum (re)voltado contra os “impunes” é “produzir efeito persuasivo sem deixar perceber que este pudesse [pode] ser produto do artifício e do engano”⁶⁸⁶, o que sempre exigiu do orador “uma linguagem que fosse confundida com a realidade que nomeava. Por ser irredutível ao sentido, a realidade acabava, num segundo momento, assumindo a função simbólica da própria verdade.”⁶⁸⁷

O problema é que esse *efeito persuasivo-convincente*, mormente porque expedido através de *metáforas linguísticas* e *alegorias imagéticas* apresentadas como *naturalizadoras de sentido*, tem conseguido, de uma maneira *deturpada*, esconder sua *instabilidade*, simplesmente “deslocar [deslocando] as garantias contra as possibilidades de manipulação para o ‘peso moral’ do orador [...] [,] elementos [elemento] avalizadores [avalizador] da verdade expressa pela retórica.”⁶⁸⁸

Peso moral do orador que, estranhamente, quase sempre coincide com a moralidade do empreendedor moral.

Tanto que, quem se debruçar sobre a “moralidade gravitacional” de um orador não sem facilidade perceberá que ela é avaliada *cegamente* segundo sua *condução vital* e conforme sua *comunicação expressional* perante terceiros, aliadas ao contexto *imagético* que entorna uma (a moralidade) e outro (o orador).

⁶⁸⁵ Mais ou menos por aí, BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 16.

⁶⁸⁶ BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 16.

⁶⁸⁷ BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 16.

⁶⁸⁸ BRANDÃO, R. *As figuras...*, pp 15-16.

Exemplo (condução e imagem de vida) e *linguagem* (comunicação) são os elementos que irão aferir a “pesagem moral” do orador, não se sobrepondo, na geografia da *expressão*, em termos de *importância* e de *influência*, uma à outra.

Embora PIERRE BOURDIEU, em *Sobre a televisão*, tenha escrito que “é preciso palavras extraordinárias [...] [porque,] de fato, paradoxalmente, o mundo da imagem é dominado pelas palavras”⁶⁸⁹, a mensagem sobre a “impunidade”, mais *acessível* e *palatável* ao espectador, resume-se, *prima facie*, à *imagem*⁶⁹⁰, cujo *aspecto concreto, monolítico, rígido, inamovível e imutável, impede ou pelo menos dificulta a elucubração cerebrina abstrata, única capaz de promover a crítica do que está posto*⁶⁹¹.

Todavia, tratando-se a “impunidade”, basicamente, de uma *omissão*, não é preciso advertir que a *imagem pictórica*, sozinha, não possui força suficiente para convencer os espectadores que, *a fortiori*, precisam de *notações léxicas*, ou seja, de *apêndices verbais*, orais ou escritos, que, imprimindo-lhe o *tom*, ratifiquem-na ou a complementem, concluindo-a.

A natureza *icônica* da figura do estereótipo, limitada “[a]os contornos, [a]os traços, a [à] forma exterior de um homem”⁶⁹², porque comprometida com o “analógico” (mais próximo do *real* que do *virtual*), *instiga e excita pornograficamente* a “experiência sensível” do espectador, ávido por um *conforto digital linguístico tranquilizador da sua “insegurança” promovida com os recursos retóricos da “impunidade”, que acaba por recorrer a uma jogatina comunicacional (as substituições e as combinações referidas acima), que consola, audível e visivelmente, a eventual deficiência dos recursos morais do orador e dos signos sob os quais ele se expressa.*

Assim, se por um lado a “moralidade do orador” seria o *contrapeso* que iria, *mimetizando-as espelhadamente*, “equilibrar” as deficiências perceptíveis no discurso da “impunidade criminógena” - *mas, sem expandir objetiva e subjetivamente a seletividade do sistema penal* -, por outro lado a sua *eventual “imoralidade ou amoralidade”* sempre acaba sendo *incorporada*, a reboque, pela própria *incompletude* e *misticismo* que permeiam o discurso da “impunidade criminógena” proferido, na medida em que ambos, *folclore e lacuna*, “*permitem*” e “*facilitam*” a *interpretação, pelo espectador, de que a sua angústia deve ser transferida para aquele estereótipo “impune” porquanto é ele quem personifica o*

⁶⁸⁹ BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 26.

⁶⁹⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 305.

⁶⁹¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 305-306.

⁶⁹² BRANDÃO, R. *As figuras...*, p. 17.

“incompleto” (“não está totalmente asseado”, “não está totalmente apto ao trabalho”, “não está totalmente provido de recursos financeiros”, “não está totalmente simétrico”, “não está totalmente correto”, “não está totalmente lícito”, “não está totalmente socializado”, “não está totalmente punido” etc.), e é ele quem representa o “misterioso” (“a besta perigosa”, “o monstro invisível”, “o animal que ataca de surpresa”, “a fera intemorata que provoca”, “aquele que age à espreita”, “aquele que toma de assalto no escuro”, “aquele que é indecifrável”, “aquele que é imprevisível”, “aquele que é estranho”, “aquele que não se sabe onde se esconde, de onde vem e para onde vai”, “aquele que, esquisitamente, escapa da punição” etc.).

Ou seja, é ele quem se “adequa perfeitamente” ao discurso de *ausência* (incompletude), em razão de que “lhe falta a punição”, e de *periculosidade* (mistério), em razão de que “sua liberdade é ameaçadora”, intrometidos, *culturalmente*, na “impunidade”, “não podendo as afirmações criminógenas que a acompanham, portanto, estarem erradas!”

SIGMUND FREUD disse que “se cede primeiro em palavras e depois, pouco a pouco, em substância também”⁶⁹³, ou, de modo mais direto, “começamos a ceder pelas palavras e terminamos por ceder nas coisas.”⁶⁹⁴

Há tempos tem havido inúmeras concessões *sinonímicas* referentes à “impunidade”.

Por exemplo, alcançado um “bom senso” (teoria da unanimidade parcial), favorável à consideração do signo da “impunidade” e equivalente, não a um pleito de “justiçamento” a favor da vítima e contra o réu, mas sim ao pedido de que quem hasteia sua bandeira *não se conformará com a absolvição* daquele (interdição da inocentação), fica fácil perceber porque “somente a condenação hiperbólica do réu e o cumprimento integral da pena em regime disciplinar diferenciado - RDD (howardismo⁶⁹⁵) -, eliminarão a impunidade”, equiparando-se o pedido de que “a única coisa que eu quero é justiça”, o pedido de que “queremos justiça”, ou o pleito de que “esperamos que a justiça seja feita”, no fundo, não a um desejo da *justiça em si*, que pode muito bem revelar-se através de uma *absolvição*, mas, *exclusivamente*, à “condenação exemplar do réu”, único resultado capaz de “eufemizar” o *transtorno obsessivo-compulsivo* provocado pela “impunidade na opinião pública”, ou melhor, *provocado pela opinião publicada, na “impunidade”*⁶⁹⁶.

⁶⁹³ FREUD, S. *Além do princípio de prazer; psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. In obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 97.

⁶⁹⁴ COSTA, J. F. *Violência...*, p. 80.

⁶⁹⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 80.

⁶⁹⁶ Sobre o assunto, ver BONAVIDES, P. *Ciência política*. 10. ed. 9. ti. São Paulo: Malheiros, 2000, pp. 445 e seguintes.

O problema do *justiçamento excepcional*, ao estilo de que “ele deve ser punido exemplarmente”, como meio de se tentar eliminar *simbolicamente* a “impunidade” consiste justamente no fato dele transformar a *exceção* em *regra*.

Para GIORGIO AGAMBEN, em *Homo sacer*:

A exceção é mais interessante do que o caso normal. Este último nada prova, a exceção prova tudo; ela não só confirma a regra: a regra mesma vive só da exceção [...] Um teólogo protestante que demonstrou de que vital intensidade seria capaz a reflexão ainda no século XIX, disse: ‘a exceção explica o geral e a si mesma [...]’.⁶⁹⁷

De sorte que seria mais correto, então, inverter-se a equação para dizer-se que “*a norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta* [...] Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo, *capturada fora (ex-capere)* e não simplesmente excluída.”⁶⁹⁸

Aqui, portanto, não seria aberrante traduzir *exceção* por *excesso*, visto que, “diante do excesso, o sistema interioriza através de uma interdição aquilo que o excede e, desse modo, ‘designa-se como exterior a si mesmo’.”^{699, 700}

A partir daí já é possível ao sistema penal *capturar fora o excesso* (os *excluídos*, que representam uma “exceção” aos que são “normais”), *interiorizando*, mediante incontáveis *interdições (inclusão prisional por exclusão social)*, aquilo que, sendo (se diz ser) exterior a ele próprio, ao mesmo *pertence sem pertencer* (os estereótipos são “pessoas” para efeito, *e. g.*, de “justificação” do investimento carcerário *per capita*, mas são “objetos” para efeito de cumprimento de pena⁷⁰¹).

CESARE BONESANA, em seu opúsculo, *Dei delitti e dei penni*, indigitado como inaugurador do liberalismo penal, já em 1764, escrevia que:

Um dos maiores freios aos delitos não é a crueldade das penas, mas sua infalibilidade e, em consequência, a vigilância dos magistrados e a severidade de um juiz inexorável, a qual, para ser uma virtude útil, deve vir acompanhada de uma legislação suave. A certeza de um castigo, mesmo moderado, causará sempre a impressão mais intensa que o temor de outro mais severo, aliado à esperança de impunidade; pois os males, mesmo os menores, se são inevitáveis, sempre espantam o espírito humano, enquanto a esperança, dom celestial que frequentemente tudo supre em nós, afasta a ideia de males piores, principalmente quando a impunidade,

⁶⁹⁷ AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 24.

⁶⁹⁸ AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 25.

⁶⁹⁹ Escudando-se em Blanchot, AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 26.

⁷⁰⁰ Embora, em outra passagem, AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 26: “Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor.”

⁷⁰¹ Ancorando-se em Thomas Mathiesen, ZAFFARONI, E. R. *Em busca*, p. 100.

concedida amiúde pela venalidade e pela fraqueza, fortalece a esperança. A própria atrocidade da pena faz com que tentemos evitá-la com uma ousadia tanto maior quanto maior é o mal em que incorremos e leva a cometer outros delitos mais para escapar à pena de um só. [...] À medida que os suplícios se tornam mais cruéis, os espíritos humanos que, como os fluidos, se nivelam sempre com os objetos que os cercam, endurecem, e a força sempre viva das paixões faz com que, após cem anos de cruéis suplícios, a roda assuste tanto quanto antes a prisão assustava. Para que uma pena produza o seu efeito, basta que o mal que ela mesma inflige exceda o bem que nasce do delito e nesse excesso de mal deve ser levada em conta a infalibilidade da pena e a perda do bem que o delito devia produzir. Tudo mais é supérfluo e, portanto, tirânico.⁷⁰²

Ao afirmar que “não é a crueldade das penas, mas sua infalibilidade” que “freia os crimes”, equivocou-se ele porque, com isso, pretendeu custear a *prevenção* desses com a *evidenciação da falibilidade da sensação da “impunidade”* e com a *certeza da punição*, o que pode ter sido um dos germens literários divulgadores e construtores do senso comum em torno do que nomeamos lá atrás de “criminalização acentuada pela impunização”.

De alguns séculos para cá, nos discursos político e jurídico, incluído o do Marquês de Beccaria, o tema da “impunidade” tem sido batido e rebatido como “criminógeno”, ou seja, a “impunidade” tem sido considerada um fator (interessante) de *implementação e majoração da “criminalidade”* ao estilo da *autofagocitose punitiva (sistema que se autoalimenta autopurificando-se)*.

O que é uma *imbecilidade*, haja vista que a “impunidade” nada mais é que uma *terceirização de uma falha do próprio sistema*, transportada *magicamente*, apesar dele ser “*organicamente*” *inteiriço* (sistema frankensteiniano), para partes (“órgãos agenciais”) desse mesmo sistema na incessante disputa pelo poder hegemônico, ou, o que é mais fácil, transferida, exclusivamente, para uma inexistente *sensação prévia imanente aos estigmatizáveis (“naturalização prognóstica dos perigosos”)*, evidentemente *disteleológica*.

Outrossim, não existe “criminalidade”, senão criminalização⁷⁰³, é dizer, um apontar de dedo (podre), por alguém (acusador), contra outrem (acusado).

Ad instar da galhofa da personagem lusitana que, procurando o médico para descobrir a origem das suas dores corporais percebe, quando este lhe solicita que encoste o dedo nas várias partes doloridas, que o problema está na fratura de uma das falanges do indicador, e não em todo o resto do seu corpo tangenciado.

A rigor:

Na medida em que o discurso é poder de *definição* e de *exclusão* da criminalidade, o mero fato de possuí-lo constitui para quem o tenha a condição decisiva da possibilidade de *incluir* no discurso da criminalidade a criminalidade de quem não

⁷⁰² BONESANA, C. *Dos delitos...*, pp. 91 a 93.

⁷⁰³ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 43 e seguintes.

tem esse poder, mas simultaneamente, também a possibilidade de excluir daquele a criminalidade própria. A formação do discurso de uma determinada forma, e não de outra distinta, é sempre consequência do *desenlace* da luta pelo discurso.⁷⁰⁴

Segundo LOUK HULSMAN:

Por que ser homossexual, se drogar ou ser bígamo são fatos puníveis em alguns países e não em outros? Por que condutas que antigamente eram puníveis, como a blasfêmia, a bruxaria, a tentativa de suicídio, etc., hoje não são mais? As ciências criminais puseram em evidência a relatividade do conceito de infração, que varia no tempo e no espaço, de tal modo que o que é ‘delituoso’ em um contexto é inaceitável em outro. Conforme você tenha nascido num lugar ao invés de outro, ou numa determinada época e não em outra, você é passível - ou não -, de ser encarcerado pelo que fez, ou pelo que é. Não há nada na natureza do fato, na sua natureza intrínseca, que permita reconhecer se se trata ou não de um crime - ou de um delito. O que há em comum entre uma conduta agressiva no interior da família, um ato violento cometido no contexto anônimo das ruas, o arrombamento de uma residência, a fabricação de moeda falsa, o favorecimento pessoal, a receptação, uma tentativa de golpe de Estado, etc.? Você não descobrirá qualquer denominador comum na definição de tais situações, nas motivações dos que nelas estão envolvidos, nas possibilidades de ações visualizáveis no que diz respeito à sua prevenção ou à tentativa de acabar com elas. A única coisa que tais situações têm em comum é uma ligação completamente artificial, ou seja, a competência formal do sistema de justiça criminal para examiná-las. O fato delas serem definidas como ‘crimes’ resulta de uma decisão humana modificável; o conceito de crime não é operacional. Um belo dia, o poder político para de caçar as bruxas e aí não existem mais bruxas. [...] De um dia para o outro, o que era delito deixa de sê-lo e aquele que era considerado delinquente se torna um homem honesto, ou, pelo menos, não tem mais que prestar contas à justiça penal. É a lei que diz onde está o crime; é a lei que cria o ‘criminoso’.⁷⁰⁵

A quem duvidar basta analisar, por exemplo, o “crime de abortamento”, que é punido no Brasil (artigos 124 a 128, do CP), mas não em Cuba e no Uruguai, bem como a tentativa do “*crime*” *impossível*, punido na Alemanha (§§ 22 e 23, 1, do Código Penal Alemão), e atípico no Brasil (artigo 17, do CP).

TOBIAS BARRETO advertia que “o crime, como fato humano, como fenômeno psico-físico, tem um caráter histórico universal [*sic*].”⁷⁰⁶ Malgrado essa afirmação deva ser encarada com algumas reservas, sendo melhor interpretada como exceção do que como regra⁷⁰⁷, dizer o que será e o que não será considerado “crime” é uma questão de *escolha* que tem a ver, em grande medida, não só com uma desculpa *cultural*, mas, sobretudo, *com odirecionamento político que se dá ao poder punitivo, embora ele, durante toda a sua*

⁷⁰⁴ MARTÍN, L. G. *Prolegômenos...*, p. 120. Ver, ainda, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 204.

⁷⁰⁵ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 63-64.

⁷⁰⁶ MENESES, T. B. de. *Fundamentos...*, p. 648.

⁷⁰⁷ MENESES, T. B. de. *Fundamentos...*, p. 648: “...mas isto é somente verdade a respeito de um certo número de fatos. [*sic*]”

existência⁷⁰⁸, tenha mantido um formato inalteravelmente “macarrônico”⁷⁰⁹ em uma ponta e “virtuosista” em outra.

Com efeito, a criminalização (teoria do etiquetamento), nada tem a ver *naturalmente* com a “impunidade”, senão com um procedimento *político* de *escolha prévia* que decide quem vai ser criminalizado e por quê (“demanda por ordem” contra estereótipos “evidenciados” ou “evidenciáveis”).

Em igual medida, não existe, *naturalmente*, uma “impunidade”, tampouco existe qualquer prova contundente pertinente aos efeitos “criminógenos” dela advindos, havendo, quando menos⁷¹⁰, um “efeito criminógeno provocado por um aprisionamento regressivo, ou seja, que não repete as condições socioambientais externas (teoria da regressão), e viabilizado por um discurso de impunização proferido contra aqueles que a seletividade do sistema penal entende “por bem” (re)selecionar (dupla marcação)”, porque isso lhe é “interessante” como oferta que, dirigida à “demanda por ordem”, equilibrará a balança comercial-punitivo-neoliberal.

A “impunidade”, portanto, é apenas uma desculpa para que o sistema penal, desinteressado em, indolente em, e incapaz de demonstrar a “culpa” do acusado possa mais facilmente condená-lo (*second chance*) por “desviar-se” do padrão, ou melhor, por “enquadrar-se” no modelo de despadronização sancionatória inaceita (*second change*).

O que, de todo modo, requente-se, viabiliza uma nova modalidade de criminalização, qual sendo, a do (*re*)criminalizado por sua “impunidade”, e justamente porque, seguindo a tópica de THEODOR VIEHWEG, que se arrima em um cardápio decisional prévio e parte da condenação para só depois buscar um amparo fático-probatório⁷¹¹, *pelo menos “alguém, não importa quem”, precisa ser punido!*⁷¹²

⁷⁰⁸ O que não equivale a dizer que ele tenha existido *sempre*. Ver, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 41.

⁷⁰⁹ Referindo-se, “não ao que conhecemos hoje como macarrão, mas a *nhoque (gnocchi)*, considerado uma comida grosseira e rústica. (Paoli, 1959; Lazzerini, 1971, 1982; Paccagnella, 1973)”. In BURKE, P. *Linguagens...*, p. 136.

⁷¹⁰ Entendendo ser melhor, *quando muito*, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 47.

⁷¹¹ VIEHWEG, T. *Tópica e jurisprudência: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos*. 5. ed. Porto Alegre: SAE, 2008, *passim*. Sobre “código ideológico” e “*second codes*”, ver GROSNER, M. Q. *A seletividade...*, pp. 22, 58-59 e 63. Ver, ainda, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 140-141: “...uma regra pode ser formulada simplesmente para servir ao interesse especial de alguém e mais tarde se encontrar uma justificativa para ela em algum valor geral.” Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 184.

⁷¹² Sobre essa *ansiedade desnecessária e perigosa*, ver <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ha-22-dias-cdj-do-senado-rejeitou-uma-pec-contra-a-impunidade-de-menores-assassinos-o-governo-federal-seus-ministros-e-11-senadores-sao-culpados-pela-impunidade/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

Segundo JUAREZ TAVARES:

Embora a tópica moderna se aproxime da teoria da linguagem ou da própria retórica construtivista, porque centralizada no propósito de estabelecer parâmetros extrapositivos ou argumentativos para a aplicação da lei, pode ela constituir um instrumento bastante autoritário para o exercício do poder punitivo. Mediante esse procedimento, o juiz problematiza, primeiro, a questão a ser julgada e, depois, profere sua decisão com base em uma fundamentação que se ajuste à decisão já tomada, o que importa uma violação das garantias de um processo penal imparcial e democrático. Esse era mesmo o processo seguido pelos tribunais nazistas. Há, nesse procedimento, uma espécie de catálogo (*topoi*) de decisões no qual se inserem todos os lugares comuns e os preconceitos. Como a teoria se resume a argumentar em torno desse catálogo, sobra pouca coisa para uma teoria pura que oriente a argumentação sobre a proteção da pessoa, que constitui o fundamento maior de um Estado de Direito. Do mesmo modo que os lugares comuns em torno dos males atribuídos aos judeus pelos nazistas compunham o catálogo prévio das decisões judiciais para condená-los até à pena de morte, na modernidade e pós-modernidade a pressão da imprensa, com seus enunciados e preconceitos, seriam típicos desse catálogo (*topoi*), de maneira a influenciar de modo quase definitivo a decisão a ser posteriormente proferida. Por essa razão, o processo tópico está hoje praticamente abandonado como método de esclarecimento do direito.⁷¹³

Acontece, porém, que, infelizmente, esse hegelianismo:

[...] não tem nada de novo, porque o método de construir um conceito de sociedade e de Estado tem mais de dois séculos, para depois derivar, por dedução, a função que o poder punitivo *deve* cumprir, traduzindo-a em consequências políticas nesse plano.⁷¹⁴

E, *se nada de novo tem*, pode ser que sua tecnologia esteja se decantando diuturna e iterativamente, assentando-se e se solidificando como uma perigosa base decisional-punitiva, criminalizadora da “impunidade”.

Estigmatizado por não haver sido *acusado*, por não haver sido *condenado*⁷¹⁵, ou por não receber uma *pena elevada, supliciante e humilhante*, é ele criminalizado a partir daí, ou seja, por restar “impune”, mesmo quando sua punição é *indevida* ou quando ela já foi *definida concretamente* ou até depois de ela já haver sido *cumprida* (*criminalização por impunização*).

⁷¹³ Este trecho foi, autorizadamente, extraído de aula ministrada pelo professor Juarez Tavares no doutorado da UERJ.

⁷¹⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 174, *in verbis*, e 175.

⁷¹⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 121: “[...] a prisão preventiva é a verdadeira pena em razão da distorção cronológica do sistema penal.” Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 315-316 e 444-445. Embora esse não seja um número pacificado, alguns entendem que em torno de 50% dos encarcerados no Brasil estão presos “preventivamente”. Sobre isso, ver vídeo integrante da nota 295. Abaixando o percentual para 40%, ver <<http://oglobo.globo.com/pais/lewandowski-apresenta-projeto-para-ajudar-reduzir-superpopulacao-nas-prisoas-11467253>>. Acesso em: 02 fev. 2014. Consignando em 35,60%, o Ministério da Justiça (ver nota 296). Atualmente, noticiando girar o índice em torno de 32%, ver <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 31 dez. 2014. Falando em 70%, e, depois, em 60%, ver, por fim, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 444 e 446.

A *impunização*, então, renova o sabor da criminalização (azeitamento temperado), ou apresenta um novo e fresco *primo piatto* no cardápio punitivo, *reproduzindo sua clientela*⁷¹⁶.

⁷¹⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 54 e 58.

4 IMPUNIZAÇÃO MATEMÁTICA, ECONÔMICA E ESTATÍSTICA

4.1 As combinações e os arranjos aritméticos sensacionais da impunização

Um número, quando isoladamente considerado, detém *absolutamente* o valor que ele representa.

Aritmeticamente, em uma equação de multiplicação, *dois* equivale realmente a *dois*, *cinco* equivale realmente a *cinco* e a expressão de um contra o outro equivale, inegavelmente, a *dez* ($2 \times 5 = 10$), embora, ao contrário do que matematicamente se apregoa, não de maneira *independente* da *geografia* que cada um ocupe no espaço equacional linear porque *a ordem dos fatores altera o produto!*

Modificada a posição do símbolo⁷¹⁷ numérico na topografia do conjunto de emblemas angulados⁷¹⁸ e, *ab ovo*, pictoricamente arbitrários e convencionais⁷¹⁹ que representa a fórmula - mormente no caso das frações, das potências, dos arranjos, das combinações, das raízes *et reliqua-*, pode o número continuar valendo, em si, o que ele pretende expressar, embora sua nova *função*⁷²⁰, dependente de qual seja sua localização atual em comparação com a anterior, possa alterar sobremaneira o resultado final do cálculo.

Assim, não basta arrimar a análise absoluta do número inserido na equação na simples consideração da apresentação gráfica do símbolo que o evidencia, senão é preciso, principalmente, avaliar a *função* que ele exerce nessa operação horizontal, pois, dependendo dela, pode aquele suposto emblema matemático passar a esconder um valor nada aparente, realmente *incógnito* e, em razão disso, facilmente preenchível pelo poder punitivo com um *conteúdo ideológico* que influencie não só o seu resultado, senão *a própria possibilidade de manejar os resultados possíveis de acordo com a sua conveniência*.

Os números que o poder punitivo diz revelar a “impunidade” possuem esse *vício funcional da maleabilidade*.⁷²¹

⁷¹⁷ Sobre símbolo e troca simbólica, ver PINTO, J. *O ruído...*, p. 7.

⁷¹⁸ Contra uma caracterização geométrica originária, ver <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/algarismos/arabes.htm>>. Acesso em: 18 set. 2013.

⁷¹⁹ IFRAH, G. *Os números: a história de uma grande invenção*. 11. ed. 8. re. São Paulo: Globo, 2010, pp. 265 e seguintes.

⁷²⁰ Uma melhor discussão, jurídica, sobre algo parecido pode ser encontrada em TAVARES, J. *Teoria do injusto...*, pp. 203 e seguintes.

⁷²¹ Ver HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 55.

A título de exemplo, no mês de março de 2013, o anterior governo do Estado do Espírito Santo e sua Secretaria de Segurança Pública, mais preocupados em não deixar arrefecer uma acreditada vitória em uma futura concorrência eleitoral - que, enfim, malogrou -, do que em promover políticas públicas inclinadas a, sincera e sobriamente, melhorar a vida da população, divulgaram um dado estatístico que, *descaradamente*, sobre a *taxa de homicídios*, afirmava: “Além de reduzir os índices nos últimos três anos, também conseguimos manter essa queda, revertendo a tendência de crescimento registrada até 2009.”⁷²²

A Governadoria e a Secretaria de então, todavia, só se esqueceram de comparar e de informar que o índice de homicídios *mais alto* (48,2%, em 2011), alcançado pelo *governo* de Renato Casagrande, era *mais alto* que o índice de homicídios *mais baixo* (46,4%, em 1997), observado em *governo precedente*.⁷²³

Tabeladamente traduzido, o *embuste* se exprimiria assim⁷²⁴:

TAXA DE HOMICÍDIOS	GOVERNOS ANTERIORES (1997-2010)	GOVERNO DE CASAGRANDE (2011-2014)	≠	◇
Maior taxa observada	58,3%	48,2%	- 10,1%	Diminuiu
Menor taxa observada	46,4%	46,1%	- 0,3%	Diminuiu

TAXA DE HOMICÍDIOS	MAIOR TAXA OBSERVADA NOS GOVERNOS ANTERIORES (1997-2010)	MENOR TAXA OBSERVADA NO GOVERNO DE CASAGRANDE (2011-2014)	≠	◇
	58,3% (2009)	46,1% (2012)	- 12,2%	Diminuiu

TAXA DE HOMICÍDIOS	MENOR TAXA OBSERVADA NOS GOVERNOS ANTERIORES (1997-2010)	MAIOR TAXA OBSERVADA NO GOVERNO DE CASAGRANDE (2011-2014)	≠	◇
	46,4% (1997)	48,2% (2011)	+ 1,8%	Aumentou

⁷²²In<http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/12/noticias/cidades/1384811-de-norte-a-sul-numero-de-homicidios-aumenta-no-interior.html>. Acesso em: 30 abr. 2013.

⁷²³ Esta foi uma conclusão do professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Roberto Garcia Simões, que aqui aproveitamos com sua autorização.

⁷²⁴ 1997: 46,4%, 1998: 48,0% (Vitor Buaiz); 1999: 51,1%, 2000: 50,9%, 2001: 50,5%, 2002: 55,4% (José Inácio Ferreira); 2003: 54,8%, 2004: 52,4%, 2005: 49,9%, 2006: 53,4% (primeiro mandato de Paulo Hartung); 2007: 56,5%, 2008: 56,5%, 2009: 58,3%, 2010: 52,5% (reeleição de Paulo Hartung); 2011: 48,2%, e 2012: 46,1% (Renato Casagrande).

Mas, o que a diminuição, ou o aumento, ou a comparação entre ambos, escamoteada em uma *disputa governamental* “morna”, teria a ver com a “impunidade”?

Antes de responder, porém, é preciso advertir, interpolando SIDNEY CHALHOUB, que, sinceramente,

[...] ao contrário de várias personagens presentes nesta minha história, eu não tenho a mania da suspeição generalizada; isto é, eu realmente não acho que todos os [...] [empreendedores morais, incluídos os políticos e os videofinanceiros, eram e são] [...] movidos apenas por considerações maquiavélicas e interesseiras.⁷²⁵

Historicamente, durante o processamento “salvacionista” brasileiro, “desculpado” pela expansão do cristianismo⁷²⁶, foram os *empreendedores coletores* seduzidos pela própria acreditação (fé) cega de que todo o *mal* que impunham aos índios e aos escravos era “necessário”, e o que é pior, à *purificação* e ao *aperfeiçoamento* desses, percebendo somente mais tarde, ao caírem em si, sua *convivência*.⁷²⁷

Mas, aí já era tarde e ao projeto evangelizador sobreveio outro prático, mais mundano e útil às vicissitudes dos homens.⁷²⁸

Mantido o colonialismo tardio, há pouco convertido em *tecnocolonialismo*, igualmente se manteve certa atitude *naïve* dos *empreendedores moralizantes*, embora muito próxima da *convivência utilitarista tecnocrática*, devemos admitir.

Assim, embora a *manutenção* do discurso jurídico-penal, incluído o tema da “impunidade criminógena”, revele-se *falsa* porque parte ela de uma *legitimação ôntico-ontológica indevida* do poder punitivo, *ao invés de ser seu mais poderoso contraponto*,

[...] atribuir sua permanência à má fé ou à formação autoritária seria um simplismo que apenas agregaria uma falsidade à outra. Estas explicações personalizadas e conjunturais esquecem que aqueles que se colocam em posições ‘progressistas’ e que se dão conta da gravidade do fenômeno também reproduzem o discurso jurídico-penal falso - uma vez que não dispõem de outra alternativa que não seja esse discurso em sua versão de ‘direito penal de garantia’ (ou ‘liberal’, se preferem) - para tentarem a defesa dos que caem nas engrenagens do sistema penal como processados, criminalizados ou vitimizados. O discurso jurídico-penal falso não é nem um produto de má fé nem de simples conveniência, nem o resultado da elaboração calculada de alguns gênios malignos, mas é sustentado, em boa parte, pela incapacidade de ser substituído por outro discurso em razão da necessidade de se defenderem os direitos de algumas pessoas. Esta contradição dá lugar à difícil situação ‘espiritual’ do penalismo latino-americano, que mantém estreita vinculação com a trágica vivência do *San Manuel* de Unamuno, uma vez que a denúncia de seu discurso jurídico como falso pode privá-lo do único instrumento - precário, mas

⁷²⁵ CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 4. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 56.

⁷²⁶ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 39.

⁷²⁷ RIBEIRO, D. *O povo...*, pp. 61 a 63.

⁷²⁸ RIBEIRO, D. *O povo...*, p. 63.

instrumento - disponível para a defesa dos direitos humanos de alguns segmentos sociais.⁷²⁹

A mesma *contradição* foi experimentada por FRIEDRICH LANGENFELD que, ao mesmo tempo em que, há quase 400 anos, denunciava a *seletividade* do sistema punitivo inquisitorial, auscultava a confissão das “bruxas” prescrevendo-lhes uma penitência substancialmente inferior à tortura e à combustão executória a porvir⁷³⁰, e vem sendo experienciada, há tempos, por alguns agentes do sistema penal, como policiais, promotores e magistrados que, mesmo *discordando* do modelo punitivista vigente, dele fazem uso *lúcido*, *contencionista* e, na medida do possível, *equilibrado* com o fim de, assim, atendendo à advertência hassemeriana, *impedir que outro pior se estabeleça*⁷³¹.

Com o advento do capitalismo *videofinanceiro*, viabilizado pela implantação de um modelo neocolonialista, qual sendo, o *tecnocolonialista* que, ancorando-se na “justificativa” de que as forças do mercado, uma vez libertadas das suas amarras, equilibrar-se-iam autônoma e automaticamente, puderam os empreendedores morais fomentar uma versão ainda mais *radical* de *neoliberalismo* na América Latina, não obstante repetindo a atitude *conivente*, *mas não conveniente*, dos nossos antepassados invasores que, *sob a desculpa de salvar nossas almas, condenaram nossos corpos*.

Segundo DAVID HARVEY, em *O neoliberalismo*:

Os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial têm sido evidentemente um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis. [...] Como e por que o neoliberalismo se mostrou vitorioso [...] é o cerne do problema [...] Retrospectivamente, a resposta pode parecer tanto inevitável como óbvia, mas na época, julgo razoável dizer, ninguém de fato sabia ou entendia com certeza que tipo de resposta funcionaria e de que maneira funcionaria. O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o ‘Consenso de Washington’. A essa altura, tanto Clinton como Blair poderiam facilmente ter invertido a afirmação anterior de Nixon e dito simplesmente: ‘Agora somos todos liberais’. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu.⁷³²

⁷²⁹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 13-14. Ver, ainda, UNAMUNO, M. de. *São Manuel Bueno, mártir*. São Paulo: All Print, 2014, *passim*.

⁷³⁰ LANGENFELD, F. S. von. *Cautio...*, *passim*.

⁷³¹ HASSEMER, W. *Introdução...*, p. 432.

⁷³² HARVEY, D. *O neoliberalismo...*, pp. 19 e 23.

Versão radical aquela atribuível, provavelmente, ao fato de o neoliberalismo videofinanceiro latino-americano, exatamente por estar se implantando em economias capitalistas tardias, subdesenvolvidas e ainda em formação, poder ir se moldando, *pari passu*, conforme as necessidades dos empreendedores morais eletrônicos e seus recipientes sem fundo, e consoante estratégias que superestimam o presente enquanto subestimam um futuro vaticinado como terrível bem ao estilo “tudo está bom, mas, se não está, nada é tão ruim que não possa piorar”.

A rigor, essa força capitalista pungente, sob cuja batuta o sistema penal tem orquestrado o poder punitivo na América Latina, possui inúmeros maestros que, apesar de regerem *pouco sintonizadamente* aquela em direção à imposição de uma *fluida violênciacruel* contra os *inconformados* e os “*desconformes*” (engrenagens engraxadas), quase nunca conhecem essa sua condição de dominantes, tampouco agem deliberadamente a favor dessa condição (engrenagens semiautomatizadas).

De fato, uma “teoria da conspiração”, por meio da qual os *empreendedores morais* (sobretudo as corporações profissionais⁷³³, a mídia e os especuladores financeiros), agiriam *maquiavelicamente* contra os *moralmente empreendidos*, não existe.⁷³⁴

O que há é, no máximo, um *conjunto sequencial de encaixes lubrificados* onde quase nunca uma engrenagem percebe a outra que a toca, ocorrendo, algumas vezes, a rotação contrária de uma em razão do movimento inverso da vizinha, de sorte que para que uma gire no sentido anti-horário é preciso que a outra rotacione no sentido do ponteiro do relógio, *o que em hipótese alguma significa ausência de atrito*.

A alusão a peças de *maquinaria*, todavia, não deve iludir a ponto de permitir a interpretação alvissareira de que uma *parafernália metálica infernal punitiva*, com sua *frialdade e insensibilidade naturais*, uma vez programada, dirigir-se-ia *incontivelmente* a um destino *seletor* daqueles que “incomodam” e daqueles que “não importam” ao sistema, autojustificando-se enfim (automatização punitiva).

Por outro lado, aquele *conjunto sequencial de encaixes dentados*, a que nos referimos logo acima, embora pareça constituir um *sistema*, na verdade não revela mais do que “coalizões mutáveis de poderes parciais”⁷³⁵, cujo eventual “defeito” é prontamente

⁷³³ ZAFFARONI, E. R. *As palavras...*, p. 61.

⁷³⁴ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 13-14 e 164. Ver, também, _____. *A palavra...*, pp. 427, 431, *in fine*, 432 e 473. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 48.

⁷³⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 164.

consertado pelo técnico que, diante de qualquer *vício do produto*, rapidamente *substitui* a peça faltante por outra engrenagem *recondicionada (hardware montado)*.

Afastada qualquer hipótese de um sistema penal *maquinário* “perfeitamente montada[o] e inteligentemente dirigida[o]”⁷³⁶, já se pode abandonar qualquer tentativa de conceber aquele como produto de uma *conspiração (software pirata)*, e

[...] em qualquer [modalidade, sobretudo naquela advinda][...] da clara concepção conspirativa que constitui a denominada ‘doutrina de segurança nacional’ [...]. Estas [Esta] teses [tese] conspirativas [conspirativa] possuem [possui] um alto componente paranoico e, por conseguinte, uma grande capacidade de distorcer a realidade.⁷³⁷

Ou seja, se existe mesmo uma *dirigibilidade refletida* em suas ações não se destina ela a pautas que consideram o tema da “impunidade”, senão a uma agenda que se interessa pelo atendimento de protocolos regidos, especificamente, por questões *eleitoreiras*, movimentadas rotineiramente inclusive fora da campanha às vagas executivas e legislativas e, por que não, na disputa pelas judiciárias, quando os candidatos aos tribunais pelo quinto constitucional (artigo 94, *caput*, da CRFB/88), “sobriamente eufóricos”, enaltecem características que podem, vez ou outra, sugerir sua *agressiva* inclinação a favor do combate à “impunidade”, de retumbante sucesso *indicativo* (artigo 94, parágrafo único, da CRFB/88).

Além das questões *eleitoreiras*, questões *marqueteiras* ou mesmo de *vaidade pessoal* são capazes de envernizar a sua simpatia para com o “discurso da impunidade criminógena” que servirá, *caricatamente*, de maquiagem para encobrir *recalques*, *preconceitos*, ou mesmo *desinteligências insensíveis* quanto à gravidade do problema.⁷³⁸

Para tanto, basta lembrar que, cabendo ao *Governador do Estado* e ao *Presidente da República* (agentes políticos), a escolha de quem ocupará, respectivamente, a vaga nos tribunais estaduais e nos tribunais federais, parece inegável que referida indicação *reverberará no candidato ao certame que se sintonize com o discurso demagógico do indicador, pautado, nesses tempos de pânico febril, pelo combate à “impunidade”*.

⁷³⁶ Ver nota anterior.

⁷³⁷ Ver nota 735.

⁷³⁸ Ver, por exemplo, entrevista do ex-Presidente do STF, ex-Ministro Joaquim Barbosa, concedida a jornalistas estrangeiros, constante na nota 292, onde ele “acusa” os magistrados brasileiros de certa “frouxidão” em favor da “impunidade dos criminosos”.

I. e., como a agenda que entorna a questão da *(in)segurança pública* está mais em voga do que nunca⁷³⁹, a escolha tende a recair (a despencar) sobre o concorrente *subserviente* que tenha o histórico de uma *mão firme e pesada*.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o anterior governo capixaba (2012), notícia que reduziu o número de homicídios, veicula a mensagem de que: “A segurança é o principal desafio do Brasil. Não temos [tendo nós] nada a comemorar. [, pois] É alto o índice de homicídios no Espírito Santo.”⁷⁴⁰

Dizendo isso, enaltece ele um discurso sedativo-eufórico eloquente que se pauta por duas “verdades” supostamente absolutas: a) a de que a punição já realizada foi, em si, um “sucesso inegável”; e b) a de que, apesar disso, ainda há muito trabalho a realizar e muita “impunidade” a eliminar, o que equivale a dizer que há uma “demanda por ordem reprimida” à espera da “irrepreensível” e “indefectível” atuação estatal, sempre animadíssima para continuar a agir “benemeritamente (sem risos) a favor” da nossa segurança e tranquilidade.

Aí já se percebe que o governo pretende enxertar no “imaginário coletivo” a *mentalidade* (água com açúcar) de que “ele conseguiu reduzir, por exemplo, a quantidade de homicídios”, não necessariamente na ordem declinada, porque: a) *manteve ele presas pessoas que cometeram outro(s) homicídio(s) antes (consumação), evitando, assim, que elas “reincidissem”*⁷⁴¹; e porque: b) *prende ele pessoas que, “animadas pela sensação de impunidade”, cogitavam tirar a vida de outra(s) (tentativa).*

Ambas, indistintamente, dirigem-se a favor de um discurso que regurgita que o (fabricado) recrudescimento da “impunidade” precisa ser reduzido.

De todo modo qualquer outro argumento fora (além) dos garimpados acima (desde que verdadeiro), não poderia demonstrar, *vinculadamente*, que foi a atuação estatal que conseguiu reduzir o número de homicídios em seu território, sustentando-se ambas as *desculpas* - ou melhor, as *invençionices apresentadas* -, sobre uma *ucronicidade* que peca pela natural *relatividade* inserta na conjunção subordinativa condicional “se”, que nos obriga aos

⁷³⁹ Sérgio Cabral, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro: “Nossa política de segurança, atração de investimentos e um calendário internacional de eventos têm dado resultado” e “Veja no *link* como a conquista da paz é capaz de transformar a vida das pessoas <http://bit.ly/U9ojtv>”, in <<https://twitter.com/SergioCabralRJ>>. Acesso em: 09 set. 2013. Ver, também, Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo: “O Estado de São Paulo não se intimida nem treme diante do crime. Continuaremos a combatê-lo diariamente, sem medo.”, in <<https://twitter.com/geraldoalckmin>>. Acesso em: 17 out. 2013. Ver, ainda, Renato Casagrande, ex-Governador do Estado do Espírito Santo: “A segurança é o principal desafio do Brasil”, in <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/12/noticias/cidades/1383012-casagrande-nao-temos-nada-a-comemorar-no-indice-de-homicidios.html>. Acesso em: 17 mar. 2013.

⁷⁴⁰ Ver nota anterior, último sítio eletrônico.

⁷⁴¹ Sobre a *bobagem* presente em afirmações desse tipo, ver BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 43.

seguintes questionamentos *irrespondíveis* e, de consequência, *inatribuíveis* ao criminalizado:

a) “se” ao invés de *encarcerado*, *estivesse ele solto*, *realmente mataria ele outra pessoa?*; b) “se” *isso é verdade*, *o que explicaria o assassinato de encarcerados*, *por outros presidiários*, *dentro das dependências das prisões?*

Embora esse seja um raciocínio *impossível* (suposição “a”), ou no mínimo *desconfortável* (suposição “b”), é ele realizado, *descaradamente*, com uma tonalidade *presuntivo-negativa* (alínea “a”), ou *presuntivo-positiva* (alínea “b”), pelo Estado, ou seja, sempre em *desfavor* dos criminalizados, cuja alegada “impunidade” tem atualmente servido como “motivo” para que eles sejam alijados do convívio social mediante um procedimento *exclusivo-inclusivo*.⁷⁴²

Aquela primeira *desculpa*, a de que ele manteve presas pessoas que cometeram outro(s) “crime(s) de sangue” *antes* para evitar que elas “reincidissem”, realiza em toda a sua essência a promessa apenatória, *cumprida*, da prevenção especial negativa, *neutralizando exogenamente* o encarcerado ao proscrevê-lo do *convívio social*.⁷⁴³

E, não estamos aqui defendendo que o aprisionado deveria ser libertado para que pudesse matar outra pessoa ou “cometer outro(s) crime(s)”.

A questão não é essa e nem deve ser analisada sob esse ângulo de visada.

A falsa lógica ocorrente aqui diz respeito ao fato de que, mesmo sem sequer ter certeza de que um homicida irá “reincidir”, presume o Estado, mediante um juiz leucócito⁷⁴⁴, que ele o fará e, em razão dessa sua “periculosidade”, prende-o pelo maior tempo possível⁷⁴⁵, embora, de lambuja, também sob a desculpa de uma “retribuição proporcional” efemeramente acalentadora.

Isso se deve ao fato de que a prisão, desde sua invenção, sempre teve uma exclusiva função: a de ser uma simples jaula, um compartimento que apenas guarda um “objeto” até que ele se deteriore (morte no circo), até que ele apodreça com o tempo⁷⁴⁶ (emboloramento e putrefação na cadeia), ou enquanto o período anterior à sua saída e posterior ao seu retorno

⁷⁴² AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 29.

⁷⁴³ WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 86. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 127 e seguintes.

⁷⁴⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 101.

⁷⁴⁵ A ilogicidade disso pode ser encontrada em HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 120-121.

⁷⁴⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 231 e 233.

(permanência que lhe possibilita qualificar-se cada vez mais, seja como desviante secundário, terciário, quaternário etc.), continue rendendo *royalties* (fluxologia prisional alfandegária).

Jaula como *custódia*, que evitasse a fuga, e *depósito*, enquanto não adviesse uma *execução definitiva direta* (forca, crucificação, combustão etc.), ou *indireta* (flagelo, escravidão, circo de gladiadores, e. g.). E, mais modernamente, jaula como “*armazenamento excludente definitivo*” *em si mesmo*, é dizer, como *pena-castigo* (penas *degradantes, insalubres, perigosas, intensivas*, ou seja, temporalmente *curtas*, mas extensamente deteriorantes, penas *longas*, e mais *estigmatizantes* ainda, e penas latentemente *perpétuas*, ainda que com intervalos).⁷⁴⁷ “Exclusão definitiva” entrevistada, todavia, pela fluxão (entrada e saída intermináveis) que “motivará” as taxas alfandegárias prisionais.

Ancorando-se, inicial e historicamente, em uma função *retributiva* da pena (artigo 59, do CP), haja vista *facilitar* ela a segregação do condenado mediante uma *contrapartida palpável, esteticamente convincente*, aos “efeitos especiais” produzidos por ele (seja o corpo da vítima, o objeto pintado de sangue, a roupa rasgada, a arma utilizada, a sonoplastia do ataque, a interjeição da vítima etc.), *por ricochete e a reboque* pôde o sistema penal, *tranquilamente*, implantar mais tarde o discurso *perigosista* e suas “*penas preventivas sub iudice*” (o que é diferente de *funções preventivas da pena*), arrimando-as, simplesmente, na *falência prenunciada das ideologias “re”* (substituição do “cárcere de *tratamento* pelo cárcere de *segurança*”⁷⁴⁸), *bem como naprévia instauração da indignação e do pânico morais*⁷⁴⁹, *energizados pela “impunidade” acumulativa dos que escapavam da retribuição*.

De *secundária e menos relevante* passou a *prevenção* a ser a função *primária e mais importante da pena* na medida em que, graças a ela, o sistema penal diz conseguir “*antecipar-se à prática do crime*, eliminando, com efeito, a ‘impunidade’, ou melhor, tornando-a prescindível ao esvaziar o objeto sobre o qual ela incidiria, em tese.”⁷⁵⁰ (tecnologia *minority report*)

Visando ao aumento da sua *audiência* divulga a mídia, *pseudoausteramente* (*espetacularização discreta*), o discurso político que externaliza que a queda da taxa de homicídio é *incomemorável*, pois, com isso, consegue ela, *repetitiva e previsivelmente*,

⁷⁴⁷ Consultar SANTOS, J. C. dos. *Privatizações...* Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 443.

⁷⁴⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 452.

⁷⁴⁹ COHEN, S. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*. London/New York: Routledge Classics. 2011, *passim*.

⁷⁵⁰ Ver, por todos, FEUERBACH, P. *Tratado de Derecho Penal común vigente en Alemania*. In colección criminalistas perennes, v. 1. Buenos Aires: Hammurabi, 1989, pp. 58 e seguintes.

abastecer a *lucrativa* estratégia *aterrorizante* que se escora na mensagem que afirma que o “criminoso”, podendo voltar a matar ou podendo incentivar outros a copiá-lo, deve ficar preso o maior tempo possível, pouco importando se mediante a imposição de *penas descabidas, desnecessárias, desproporcionais, exoprocessuais ou inconfessas*⁷⁵¹.

Ao mesmo tempo, paradoxalmente, explorando as falhas *imanentes* ao sistema (seletividade), consegue ela *usufruir* a sua (in)consequente “*lógica mágico-mercadológica*” pautada na “*inevitável*” rotulação *artificial* (farinha em pote de veneno), que informa em letras *miudíssimas* que, “reincidindo”, ou não (“sensação de impunidade”), “incentivando”, ou não, terceiros (“contaminação pela impunidade”), já se tornaram os “criminosos seres *perigosíssimos*”.

Naquele primeiro aspecto (alínea “a”), sobretudo, embora em alguma medida também no segundo (alínea “b”), acaba o sistema penal, *ficticiamente*, apenas *ratificando* e *incrementando*, igualmente, a *promessa* apenatória da prevenção geral negativa, *psicologicamente cogente, pois, mediante um discurso asséptico eufórico-intolerante, descaradamente finge e acredita ele “dissuadir” o próprio “criminoso”, e terceiros, de qualquer inclinação a favor do “crime”*.

Nessa “teoria da carapuça com elástico”, *para não ter o risco de não caber, a criminalização pela impunização, eminentemente porosa*⁷⁵², desatre-la-se totalmente de qualquer criminalização primária e, ou, secundária prévia, destas restando *independente* a ponto de naquela incorrer qualquer “desavisado” pelo simples fato de *estar no lugar errado, no momento errado (residualidade intermitente*⁷⁵³).

Ou seja, uma pessoa do sexo masculino, jovem, entre 18 e 29 anos, “afrodescendente ou parda”, sem antecedentes penais (réu primário), “pobre (desempregado, inempregável ou desfavorecido pela discrepância rentária)”⁷⁵⁴, em atitude “suspeita” e presa com pequena quantidade de “droga”^{755,756, 757}, o que equivale a, por exemplo, simplesmente estar

⁷⁵¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 27-28.

⁷⁵² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 329, 382, 398 e 479.

⁷⁵³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 480-481.

⁷⁵⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 248-249.

⁷⁵⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 130 a 132. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 55 e, no sentido do *alistamento policizante*, p. 57.

⁷⁵⁶ Ver nota 295.

⁷⁵⁷ Para os E. U. A., ancorando-se em Thierry Godefroy, ver WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 105.

transitando normalmente próximo ao sítio do “crime”, localizado em uma região economicamente desfavorecida.⁷⁵⁸

Embora a “capacidade de enquadramento” (redução da esquizofrenia), possa até aumentar na direta proporção com que o candidato vá cumprindo os requisitos da estigmatização, para que o estereótipo *seja* (e não, esteja,) *configurado não se exige o atendimento de todos os itens, bastando o cumprimento de um, dois ou alguns, ainda que existam elementos contrariantes, como o apresentar-se de maneira “polida”*.

“Segundo a copeira [Dalva Maria dos Santos], o ladrão tinha cabelo tipo ‘black power’, vestia bermuda e camiseta pretas.”⁷⁵⁹

E os exemplos pululam à vontade. Certa feita, um jornal televisivo (*tragi*)*comicamente esclerosado* - autoproclamado emissor do “jornalismo verdade” -, após noticiar sobre a prática de um “crime de furto” em um comércio, veiculou imagens dos acusados *transitando, normalmente*⁷⁶⁰, e por uma única vez, na frente do estabelecimento.

Divulgadas essas imagens, e sem se consternar, imediatamente comunicou o jornalista que aqueles eram os responsáveis pelo assalto, haja vista sua atitude “suspeitíssima” ao passar em frente à loja, caminhando pelo passeio público (sem risos).

Embora *devesse ser*, não tem sido

[...] inconcebível que um autor que hesitaria em mentir em privado minta obscenamente, de consciência tranquila, a cem ou quinhentas pessoas que o lêem. Inconcebível também que muitas pessoas conheçam este facto e continuem a considerar um autor desses como um indivíduo exemplar. [*sic*]⁷⁶¹

Mas, como ninguém pode ficar “impune”, pune a mídia o primeiro que, *encaixando-se minimamente no estereótipo*, aparece na sua câmera, mesmo que ele esteja *apenas caminhando pela calçada* (inauguração anômala com condenação indelével).

E esse tem sido um hábito que tem fermentado

[...] o raciocínio que é de facto o dos perseguidos em delírio que, uma vez constatado um sentimento de angústia de origem mórbida, efabulam inimigos que o justifiquem. ‘Nós mexemo-nos e, por isso, tinha de haver uma ameaça. *Se essa ameaça não vem dos revoltosos, vem de outro sítio qualquer*’ [...]. De outro sítio

⁷⁵⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 447 e 480.

⁷⁵⁹ In <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/02/ator-presoinjustamente-pode-ser-solto-hoje-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

⁷⁶⁰ Ver

<http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%EA&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=70058713777&num_processo=70058713777&codEmenta=5729069>. Acesso em: 20 maio 2014.

⁷⁶¹ Referindo-se a *autor* no sentido de *publicista*, ou seja, “senhor da imprensa”, TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 17, asterisco, e 49.

qualquer significa de supostos conspiradores, e daí as perseguições demasiado reais.⁷⁶²

Outro exemplo de intransigência midiática com uma suposta “impunidade” pode ser (re)colhido na edição do dia 03 de abril de 2013, do Jornal Hoje, da Rede Globo.

Após noticiar um acidente envolvendo um micro-ônibus precipitado de um viaduto no Rio de Janeiro, com 09 vítimas fatais, sem culpa comprovada do motorista - haja vista, em tese, haver sido esse agredido por um passageiro que desejava desembarcar -, quase que *imediatamente* veicula aquele mesmo jornal reportagens outras exibindo alguns motoristas de ônibus “dirigindo sem atenção, dirigindo e falando ao celular, dirigindo e lendo” *etc.*⁷⁶³

Dessa maneira, *indiretamente afirma* ele que essa é uma prática “rotineira”, nivelando todos os demais motoristas profissionais nesse mesmo “quadrante de desvio” (“direção perigosa”, artigos 306, 308 e 311, do CTB, ou “exposição a perigo”, artigo 132, do CP), ou, quando menos, *sugere, dá a entender* ele que a maioria ou mesmo todos os motoristas de ônibus podem estar supostamente dirigindo de maneira “desatenta e irresponsável”.

Em que pese o efeito impacto-contagante da segunda “acusação” ser inferior ao da primeira, em termos de “impunidade” seu efeito atributivo-periclitante deletério é, subliminarmente, muito mais intenso e expansivo que o dessa.

Infelizmente, devido ao seu sucesso, a técnica utilizada é quase sempre a mesma, *i. e.*, para manter-se em evidência (furo jornalístico ou jornalismo de primeira-mão), apegam-se os meios de massa, *ad instar* da empresa “global”, à *inadmissibilidade* de que alguma “impunidade” *remanesça* após o evento transmitido, ainda que *indiretamente* mediante a (re)ativação de um *direito penal de autor*, passando o noticiário a amarrar, *v. g.*, a impropada “culpa” deste ou daquele motorista envolvido em algum acidente “trágico-horroroso” a *atos pretéritos imperfeitos da sua vida profissional* (“A PRF informou que a carteira do motorista está cassada há mais de quinze anos”⁷⁶⁴), ainda que pouquíssimo remotos (“testemunhas contaram que havia latas de bebida vazias dentro do veículo”⁷⁶⁵, ou, “disseram que o

⁷⁶² TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 52.

⁷⁶³ Ver na mídia impressa equivalente o rol de matérias vinculadas e vinculantes ao tema e dispostas, “para conforto do leitor”, na mesma tela: <<http://oglobo.globo.com/rio/passageiros-onibus-que-caiu-de-viaduto-estava-em-alta-velocidade-8007057>>. Acesso em: 09 maio 2013; e <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/20/morre-9-vitima-de-queda-de-onibus-de-viaduto-na-zona-norte-do-rio.htm>>. Acesso em: 09 maio 2014.

⁷⁶⁴ Essa afirmação não compõe o caso real utilizado como exemplo.

⁷⁶⁵ Ver nota anterior.

motorista estava em alta velocidade vinte quilômetros atrás e que não parou em um ponto de ônibus solicitado por passageiros”).

Ou seja, por possuir audiência, serve-se a mídia de técnicas que remetem à população a mensagem de que é ela que detém o monopólio sobre a eliminação da “impunidade”, o que garante, a seu favor, quase exclusivamente, o respeito, a confiança e o acatamento das pessoas, que voltam a dar-lhe atenção.

Para não desperdiçar o projétil, o “globo amarronzado”, mesmo na dúvida, dispara também contra um suposto *passageiro* (“uma discussão entre o motorista do ônibus e um passageiro que pulou a roleta pode ter provocado o acidente”), bem como, ainda *preteritamente*, contra *os responsáveis pela exploração daquele transporte coletivo* (“Coletivo tinha 46 multas e estava com vistoria do DETRAN vencida”), mesmo que isso não apresente qualquer vinculação direta ou indireta com o evento “tétrico” (causalidade inadequada).⁷⁶⁶

Nesse processo de transferência se desloca a responsabilidade *improvada* daquele que dirigia no momento da precipitação do coletivo para os outros motoristas, ou para outras pessoas, como transeuntes, por exemplo, “porque ‘ninguém’ pode ficar impune”, ou melhor, “‘alguém’ deve ser punido”, devendo ser encontrado um “culpado” *a todo ou a qualquer custo*, sobretudo porque o “provável e mais fácil” de ser apontado como tal (o motorista do micro-ônibus), estava acamado no hospital (vitimização por inversão), *em uma situação de fragilidade mais potente que a acusação de culpabilidade antecipada*.

Como a abertura de uma clareira sobre suas indecorosas pretensões poderia prejudicar seus negócios, todo esse *perigoso arremedo de jornalismo noticioso* é promovido pela mídia sob o argumento *pálido e pastel* de estar ela “prestando um serviço público”, qual sendo, o de informar sobre os cuidados exigidos no transporte público coletivo viário.

Enfim, se, de um lado, a punição parece (mas só parece), ser mais *repressiva*, enquanto que, de outro, ela aparenta (mas só aparenta), ser mais *preventiva*, de qualquer ângulo, porém, que se aprecie essas funções da pena, demonstrarão ambas servir de “motivação” para que o discurso da suposta “impunidade” continue a “justificar” a atuação sistemática penal a todo custo, inclusive mediante procedimentos *privados exterminadores civis* (condenações midiáticas, v. g.), e *extraprocessuais penais hiperbolizados* (execuções por grupos paramilitares de extermínio, policiais justiceiros⁷⁶⁷ e agentes da comunidade

⁷⁶⁶ Ver primeiro sítio eletrônico indicado na nota 763.

vingativos, *e. g.*), porque sempre “favorável” a punição, em tese, a uma *incomensurável* e, até mesmo, *nunca medida* “proteção da maioria” da população contra as supostas “insegurança” e “inquietude” e contra esses “monstros”, essas “feras”, essas “bestas”, esses “animais”, esses “canalhas”, esses “vagabundos”⁷⁶⁸ (ao que nos consta o artigo 140, do CP, não foi revogado para a imprensa, tampouco é neutralizado quando veiculado em e através de seu meio).

Já aquela segunda desculpa, a de que a prisionização elimina a “impunidade”, não suporta o mais leve confronto com um verdadeiro *morticínio intramuros*.

Só em 2013, no complexo prisional maranhense de Pedrinhas, superlotado com 2.200 encarcerados - cuja capacidade à época era de 1.700⁷⁶⁹ -, houve 58 homicídios entre presos⁷⁷⁰. Isso representa uma limpeza, *grossamente visualizada* pelo Estado, equivalente a 2,64% dos esqualidos desviantes ali armazenados. Se considerarmos que a cidade onde aquele está instalado (São Luís) possui 1.014.837 habitantes⁷⁷¹ e registrou no ano de 2013, mais de 807 homicídios⁷⁷², comparativamente podemos concluir que o percentual desse tipo penal praticado na capital (0,08%) é, proporcionalmente, *33 vezes menor que o cometido no complexo prisional*.

O impressionante é que, mesmo diante desses números, que ajudam a compor o fato de que:

A criminalidade subiu na Região Metropolitana de São Luís, a capital do Maranhão, em 2014. O número de assassinatos chegou a 86 em janeiro, ante 64 no primeiro mês do ano passado. O aumento é de 34%. Janeiro foi o mês em que o horror das cadeias do Estado chegou às ruas em formas de ataques a ônibus e delegacias, após ordens de criminosos presos;⁷⁷³

⁷⁶⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 13, *in verbis*, 39, 228-229: “É bastante claro que, enquanto o discurso jurídico-penal racionaliza cada vez menos - por esgotamento de seu arsenal de ficções gastas -, os órgãos do sistema penal exercem seu poder para controlar um marco social cujo signo é a morte em massa. [...] Os múltiplos poderes que sustentam esta realidade letal apoiam-se, em boa medida, no exercício de poder dos órgãos de nossos sistemas penais que, na maioria dos países da região, operam com um nível tão alto de violência que causam mais mortes do que a totalidade dos homicídios dolosos entre desconhecidos praticados por particulares.”

⁷⁶⁸ Parte do porquê disso pode ser encontrada em WACQUANT, L. *As prisões...*, pp. 7 e seguintes, sobretudo p. 9.

⁷⁶⁹ In<<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/barbarie-em-pedrinhas>>. Acesso em: 06 maio 2014.

⁷⁷⁰ In<<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/12/cnj-visita-presidio-onde-58-detentos-foram-assassinados-em-2013.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁷⁷¹ In <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=211130&search=sao-luis>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

⁷⁷² In <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/01/em-sao-luis-policia-militar-divulga-balanco-de-homicidios-de-2013.html>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

as autoridades continuam tendo a “coragem” ou a “inocência” de, *transferindo o efeito crimínogeno da prisão para a “impunidade”*, afirmar que:

[...] a onda de assassinatos está associada à disputa por pontos de venda de drogas na Grande São Luís. O Bonde dos 40, facção de traficantes da capital, disputa o controle sobre o fornecimento de crack em bairros pobres e favelas contra o Primeiro Comando do Maranhão (PCM), criado por criminosos do interior.⁷⁷⁴

Essa é uma interpretação que desconhece e desrespeita uma narrativa extremamente simples e de evidência deslumbrante, qual sendo, a de que não é possível negar que o aumento do aprisionamento não reduz a quantidade de homicídios, mas sim, eleva-os, ao mesmo tempo em que é desconcertante não concordar com o fato de que a redução do encarceramento os diminui.

Não bastasse, da maneira como é apresentado (suposta briga entre facções rivais⁷⁷⁵), esse percentual de assassinatos entre encarcerados escamoteia uma tentativa de gritar para todos os indiferentes - quase sempre, inevitavelmente, de maneira “macabra”⁷⁷⁶, porque proporcional à desatenção que experimentam, bem como à surdez dos destinatários -, o seguinte convite: “agora vocês vão perceber que nós existimos, vocês vão nos dar atenção, vocês vão se interessar pelas nossas necessidades, vocês irão nos tratar como iguais, como seres humanos?”

A brincadeira numérica de *mau gosto* que a “impunidade”, com seu literal *humor negro* (*opaco*), obriga-nos a digerir infelizmente não para por aí.

Nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, somente no ano de 2011, durante atuações policiais, foram mortas 961 pessoas.

Ou seja, nesse período, os policiais desses dois Estados, juntos, mataram mais pessoas do que os 20 países que admitem a pena de morte. “Como só matar mais não é suficiente”, comparativamente, é esse número, escalafoabeticamente, *42,16% superior*.⁷⁷⁷

Em 2011, só no Rio de Janeiro foram mortas 523 pessoas usando-se a desculpa formal do “enfrentamento”, do “auto de resistência”, enquanto que em 2010, foram 855, em 2009,

⁷⁷³ In <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/homicidios-aumentam-34-na-grande-sao-luis-ma>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

⁷⁷⁴ Ver nota anterior.

⁷⁷⁵ Ver nota 770.

⁷⁷⁶ In <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/maranhao-presos-filmam-detentos-decapitados-no-presidio-de-pedrinhas>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁷⁷⁷ Ver nota 295.

1.049, em 2008, 1.137, em 2006, 1.063, em 2005, 1.098, em 2004, 983, em 2003, 1.195, em 2002, 900, em 2001, 592, e, só para pararmos a contagem nauseabunda por aqui, em 2007, foi atingido o ápice, tendo sido “executadas” 1.330 pessoas, todas pelo mesmo motivo da alegada *resistência autuada*.⁷⁷⁸

Assassinatos esses encarados, *desfaçada* e *cruelmente*, como uma “naturalização ou inevitabilidade da morte do inimigo”, e admitidos como “dano colateral aceitável” (“dos males o menor”).

Fluminenseamente, portanto, “entre 2001 e 2011, é dizer, em uma década, mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia do Estado do Rio de Janeiro, e seus casos foram burilados e registrados, no *rosto de madeira* dos governantes, como ‘autos de resistência’.”⁷⁷⁹

Embora aferível e eufemizada numericamente e contextualizada sempre belicamente, a *espantosidade* advém do fato de que muitas dessas pessoas foram mortas, ou melhor, *executadas* pelas *costas* com disparo(s) de arma(s) de fogo, sendo *inacreditável* e *inconcebível* que alguém que pretenda resistir o faça oferecendo o *dorso* à autoridade policial.⁷⁸⁰

Mas, o que isso também teria a ver com a “impunidade”?

Provocando, “sem querer, querendo (teoria do Chaves)”, na população a sensação *histórico-paranoica* de que os “criminosos” são o próprio “demônio”, sendo eles os responsáveis por toda a nossa *angústia*⁷⁸¹ *convulsiva*, acaba o sistema penal por *produzir* e por *sustentar* um *desespero social esquizofrênico (pânico moral)*, mais sentido do que real, pertinente ao assunto da “(in)segurança” (dispensação gratuita de medo⁷⁸²), ao mesmo tempo em que vaticina que a guerra contra a “impunidade”, e seu vindouro, embora nunca aportado, *sucesso* precisará dispor de um *arsenal cada vez mais forte e irrestrito* para poder dar conta, à altura, do “perigo” que o “hostil”, o “inimigo”, é dizer, o “criminoso” eleito da vez representa (“vadios horizontais”, “criminosos varejistas”, “usuários limítrofes espasmódicos”, “traficantes de calçada”, “motoristas embriagados” *etc.*), inclusive trazendo inscrito na

⁷⁷⁸ In <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/Relatorio%20final%20Autos%20de%20Resist%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013; e <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancoAnual2011.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 311 e 426.

⁷⁷⁹ Ver nota anterior.

⁷⁸⁰ GALEANO, E. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 81.

⁷⁸¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 317.

⁷⁸² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 476.

flâmula que apresentará essa investida o *slogan* de que *no amor à maioria da população, e na guerra contra os “criminosos”, vale tudo!*

É dizer, depois de *plantar o problema* e de deixá-lo se *enraizar* até o nível do *desespero freneticamente febril*, seja *diretamente*, mediante a supressão de condições mínimas de dignidade a certos estereótipos da população, inaugurando, com isso, uma *demanda retida e uma oferta pródiga por punição*, seja *indiretamente*, mediante uma leniência velada aos exageros cometidos pelas agências midiáticas e suas condenações antecipadas e indelévels, descortinando, assim, o discurso de que *punições não processualizadas são mais rápidas e, por isso, mais justas*, apresenta-se o próprio sistema penal como diretor da *cruzada contra esse “mal”* que dizem nos assolar e que hoje é alcunhado genericamente pela expressão: “criminoso impune”.

Como é a *demanda por ordem* que deflagra o *curso dos discursos punitivistas* dirigidos à perseguição, à caça ao indigitado “criminoso” supostamente “impune”, e como é essa mesma suposta “impunidade” que é usada como insumo para adubar o crescimento da *demanda ordenadora*, cria-se, com isso, um círculo vicioso onde o cão, de guarda, rotaciona atrás da calda em um giro *estonteante e nauseante*.

E o mascaramento *contábil-atuarial* da “impunidade” continua.

Retomando a questão matemática, sem mexer no *design* do símbolo numérico, vez ou outra *manipula* o Estado o seu valor intrínseco visando a *redimensionar*, ao menos *aparentemente*, sua *importância* para que ele, assim abastecido de um *suposto e superficial novo conteúdo*, consiga continuar exprimindo uma *artificial igualdade externa* quando cotejadas situações que, apesar de toda a adulteração, *internamente permanecem flagrantemente desiguais*.

Isso acontece, por exemplo, toda vez que alguém *invulnerável* perde esse *status* de *intangibilidade* em razão do afastamento estratégico dos que lhe emprestavam *incolumidade*.

De outro lado, a rigor, as estatísticas penitenciárias denotam que a maioria da população encarcerada é composta de pessoas *vulneráveis financeira* (Rio de Janeiro: entre 14,7% e 16,3%⁷⁸³; Espírito Santo: 99,7%⁷⁸⁴), *intelectual* (Rio de Janeiro: 75,06%⁷⁸⁵; São

⁷⁸³ Ver <http://www.cps.fgv.br/cps/CD_Retratos_Carcere/APRESENTACAO/Apresentacao.htm>. Acesso em: 02 jun. 2014: “a probabilidade média de o presidiário pertencer a uma família miserável, isto é, ter renda familiar *per capita* de até R\$ 79,00 é de 16,3%, praticamente o dobro do total da população com mais de 18 anos de idade, que é de 8,44%; a probabilidade média de desemprego entre os presidiários é de 14,7% contra 9,53% do resto da população.”

⁷⁸⁴ Ver, ainda, SIMÕES, R. G. Jovens..., p. 17.

Paulo: 96,65%; Espírito Santo: 96,87%)⁷⁸⁶, *etária* (Rio de Janeiro: 72,19%; São Paulo: 65,86%; Espírito Santo: 78,29%)⁷⁸⁷ e, ou, *civilmente* (São Paulo: 85,21%; Espírito Santo: 79,57%)⁷⁸⁸.

Como o sistema penal é *mal (insuficientemente) estruturado*, não podendo, por essa razão, deixar de ser *seletivo*, sua capacidade não consegue se voltar para a “*criminalidade complexa*”, senão, quase que exclusivamente, para a *criminalização da obra “tosca”*⁷⁸⁹, facilmente detectável pela autoridade policial cuja origem⁷⁹⁰ e adestramento não lhe permitem ultrapassar os limites grosseiros dessa *criminalização “bárbaro-mediocre”*, tampouco alcançar a complexidade dos megaempreendimentos “*tecnocriminosos*”.

Esta é uma atitude típica de *políticas criminais neoliberalizadas* onde o que importa não é a *produção*, o que também não seria o ideal, senão a *produtividade alcançada através do investimento em uma maior produção*, não em termos quantitativos, mas sim em termos de espetáculo (megaprodução), *com um menor custo não só financeiro, mas, principalmente, politicamente pouco desgastante*.

Com isso, ficam de fora do alcance do sistema penal quase todos os *invulneráveis*, à exceção dos já citados, porque e quando desfalcados da sua anterior carapaça.

Quando essa hipótese rara acontece aproveita o poder punitivo midiático para emitir uma *protomensagem* que consiste em convencer a população de que, *ad instar* dos *vulneráveis*, os *invulneráveis* também não podem ficar “impunes”, devendo sofrer, *igualmente*, as consequências de seus atos.

Como, *numericamente*, a quantidade de *invulneráveis ditos “impunes”* é infinitamente superior à de *vulneráveis apresentados como “impunidos”*, precisa o poder punitivo midiático *redimensionar* o peso dos *invulneráveis* que ele pretende (aceita) punir.

⁷⁸⁵ A pesquisa “Retratos do cárcere” aponta que “80,3% dos presidiários estão abaixo do ensino fundamental completo contra 47,6% da população do município” do Rio de Janeiro. Ver nota 783.

⁷⁸⁶ Essa matemática inclui aqueles que têm o ensino médio completo. Ver nota 296.

⁷⁸⁷ Essa aritmética inclui aqueles entre 18 e 34 anos. Idade essa que representa quase a metade da expectativa de vida do brasileiro - 74,6 anos em 2012 -, conforme se depreende do sítio <<http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen>>, acessado em 19 dez. 2013. Ver, ainda, sítio eletrônico indicado na nota 296.

⁷⁸⁸ Seguindo os obsoletos, embora ainda utilizados, moldes burgo-católicos foram contabilizados os que não possuem uma “estabilidade familiar viabilizada pelo casamento”. Ver sítio informado na nota 296.

⁷⁸⁹ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 46.

⁷⁹⁰ Historicamente, ver RIBEIRO, D. *O povo...*, pp. 107 a 109. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 138.

E, como eles *aparentemente* são inferiores em número, necessário se faz que referido *redimensionamento* ocorra sobre a *qualidade* da punição incidente sobre esse “bode expiatório áureo”.

Qualidade essa que pode ser medida, por exemplo, pelo “*padrão Globo*” de *espetacularização, pomposo, histriônico e detalhado* no caso do julgamento da Ação Penal 470, ao mesmo tempo em que notoriamente *tímido, eufemista, precavido, contido, reservado, incompleto, timorato, parcial, infrequente, circunstanciado e discreto* nos casos do “mensalão tucano” e do “metroduto (propinoduto) peessedebista”.⁷⁹¹

Socorrendo-se da mídia, propala o poder punitivo primeiro o discurso que *enaltece* os anteriores atributos (cargo que ocupa, expectativa e confiança nele depositadas, como no caso dos agentes políticos, *e. g.*), ou qualidades distintivas da maioria (ser “intelectual”, ter recebido algum prêmio, possuir condição financeira privilegiada, haver nascido em família “tradicional”, ser filho(a) de agente da lei, *v. g.*), do já *ex-invulnerável* para, depois, quando da veiculação *espetacularizada* da sua sentença *extraprocessual* (condenação midiática), e, ou, *endoprocessual* (condenação penal), nessa ordem, já encontrar o ambiente favorável para a consideração e a aceitação *acrítica*, pela população, de que “a justiça não se compadece com a impunidade de quem quer que seja”.

A esse título pode ser citada a condição penal do Deputado Federal Natan Donadon, em que, midiaticamente, na ordem interna do noticiário, primeiro há a entonação do seu *status* político de *parlamentar* (invulnerabilidade original), para só depois ser enfatizada a sua *condenação exemplar* (vulnerabilidade derivada), como se a *exceção* (condenação *qualitativa* de invulneráveis), “compensasse” a *regra* (condenação *quantitativa* de vulneráveis).⁷⁹²

Todavia, esse é mais um *engodo* que envolve a “impunidade”⁷⁹³, porque se esquecermos por um instante que a “impunidade” é um *efeito colateral* inevitavelmente decorrente da forma como o próprio sistema penal está *seletivamente* organizado (*impunização*), facilmente perceberemos que *a dieta que abastece a “impunidade” dos*

⁷⁹¹ Sobre a *discrepância dimensional financeira* do último em relação ao “esquema petista”, ver, indiretamente, <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/315089_O+ESQUEMA+QUE+SAIU+DOS+TRILHOS/512>. Acesso em: 21 abr. 2014. Ver, ainda, a *discrepância processual nitidamente favorável* promovida pelo órgão esseteefista em <http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/paginar/342433_DESIGUALDADE+ESCANCARADA/7>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁷⁹² Ver <m.g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/supremo-decide-pela-prisao-imediata-do-deputado-natan-donadon.html>. Acesso em: 30 jun. 2013.

⁷⁹³ Ver <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/08/camara-dos-deputados-mantem-o-mandato-de-natan-donadon-presos-ha-dois-meses-4250552.html>>. Acesso em: 10 set. 2013.

invulneráveis é bulímico-anoréxica quando comparada através do espelho dos vulneráveis (fatoréxica).

No mesmo sentido numérico-cabalístico, produtor de um artificial “bom senso” adequado a um conveniente “consenso washingtoniano”, vão as estatísticas pertinentes ao (“razoável”) *nível supostamente financeiro dos encarcerados* e ao da sua *ocupabilidade* ou *desocupabilidade* pretérita, “inocentemente” vinculada ao autógrafo, pelo empregador, na CTPS.

Em *A ideologia alemã*, KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS anteciparam que:

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.⁷⁹⁴

Acontece, porém, que, se a tentativa de laboral e financeiramente escandir uma parcela dos encarcerados requebra a furiosamente latente divisão social em classes, rememorando a vetusta dimidiação da sociedade em “ricos” e “pobres (ou melhor, desempregados, inempregáveis ou desfavorecidos pela discrepância rentária)”, “vadios” e “trabalhadores”, respectivamente, “aptos” e “inaptos” ao trabalho⁷⁹⁵ (ambientalismo chicaguense⁷⁹⁶), é porque ela, francamente atendendo aos interesses neoliberais, baliza-se por um *indexador econômico frio* e *empregatício morno* que utiliza como referencial axial básico elementos relativamente manipuláveis quando inseridos em um contexto incompleto, é dizer, um *patchwork* que não considera as forças de mercado e a opressão que elas exercem sobre os dominados pelo discurso neoliberal.⁷⁹⁷

A rigor, o defeito nem está tanto na *conclusão* escandida ao final da estatística apresentada, senão nas *premissas* que serviram de base para a própria aritmética econômico-laboral dos encarcerados.

Como será apresentada abaixo, a inclusão de uma quantidade de presidiários na classe econômica E, D ou C é *defeituosa* porque atrelada a um *vício de origem*, qual seja, o de que *os salários* utilizados como medida *estão “realmente” desatualizados!*

⁷⁹⁴ MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 2. ed. 2 ti. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 11.

⁷⁹⁵ NEDER, G. Absolutismo e punição. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, pp. 199-200. Sobre a influência da medicina nessa conjuntura, ver GENELHÚ, R. *O médico e o direito penal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 23, nt. 39. Ver, ainda, WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 47.

⁷⁹⁶ Para saber mais, verificar ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 155.

⁷⁹⁷ Principalmente sobre a questão trabalhista, ver GENELHÚ, R. A mentira tem pe(r)na curta? *RFDUERJ*. Rio de Janeiro, 2010, v. I, n. 18. In <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1370/1219>>. Acesso em: 09 maio 2013.

E, nem se diga que isso é desimportante porquanto esse vício, por atingir diretamente o *indexador* utilizado pela pesquisa, alcançaria, igualmente, todos os demais cálculos, inclusive os dirigidos às classes média, alta e sua interlocução (média-alta), comprometendo a estatística como um todo que, assim (re)homogeneizada mediante o reenquadramento proporcional de todos, poderia voltar a se servir do *index* como um “escorrito parâmetro divisor de classes”.

Nesse caso, a solução *asséptica escapista*, hipoteticamente apresentada, não se sustentaria porque a economia rentária das classes média e alta, e sua interlocução, não se pautaria indexadamente pelo *salário*, senão pela *acumulação corrente do capital*, de sorte que *a questão salarial não serviria de índice remissivo para indicar quem ocuparia que posição na sociedade, senão tão somente se prestaria para evidenciar quem “deveria” estar marcado com o signo da “pobreza (ou melhor, do desemprego, da inempregabilidade ou do desfavorecimento oriundo da discrepância rentária)”*, que facilitaria o seu encontro pelo *radar seletivo*.

Como já advertira JOCK YOUNG, em *Criminologia da classe trabalhadora*:

Estas falsas concepções geram um estereótipo do criminoso como classe mais baixa - uma construção estereotípica que ocorre por causa da relativa ausência de poder da classe mais baixa, ao invés do fato de maior envolvimento na criminalidade como tal [...].⁷⁹⁸

Em igual medida, a *assinatura*, ou não, na CTPS não é um dado *seguro* o suficiente para demonstrar a *ex-ocupação*, ou não, do encarcerado antes do seu recolhimento, principalmente porque o empregador nem sempre respeita esse direito do empregado que por isso é, estatisticamente, *falsamente* mensurado como “desocupado” e, de consequência, mercadologicamente reputado “*inapto ao trabalho por falta de experiência, por obsolescência (‘já nessa idade e nunca teve carteira assinada?’)*, ou por *indesejabilidade própria (‘se não teve carteira assinada até agora é porque não gosta de trabalhar!’)*, ou do *mercado (‘se não teve carteira assinada até agora é porque não presta para o mercado de trabalho!’)*”, o que pode se perpetuar através de uma *aptidão “informalizada”* haja vista que, rapidamente, na velocidade incontidamente acelerada das suas *necessidades*, acabará sendo ele absorvido pela *economia informal “ilícita” varejista de calçada*⁷⁹⁹.

Tudo isso *desloca* o discurso da “impunidade” para outros logradouros enquanto ele segue *esfriando*, mas não a ponto de, *estremecendo* ou *tremulando*, deixar o Estado de

⁷⁹⁸ YOUNG, J. *Criminologia...*, p. 80.

⁷⁹⁹ Sobre essa tendência, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 165.

realertar que qualquer comemoração é prematura, porquanto há ainda muitos “puníveis” *a acusar, a perseguir e a prender*.

Apesar de tudo, *absoluta e matematicamente* são números como quaisquer outros todos aqueles Algarismos dispostos atrás, e inclusive representam aqueles valores a que se predispõem.

Relativa e socialmente, porém, são *indexadores* com objetivos *escusos*, cujo valor real somente se revela no resultado final da aritmética, sempre *destoante* do valor absoluto que seu desenho gráfico representa.

De sorte que não parece haver problema algum em dizer que certa expressão gráfica que possui um ângulo - qual sendo, o numeral cardinal 1 -, equivale a “um”, ou que outra expressão gráfica que possui dois ângulos - qual sendo, o numeral cardinal 2-, equivale a “dois”⁸⁰⁰, ainda que isso tenha um potencial limitado, e que sequencialmente, e em termos *valorativos* de unidade crescente, o “dois” advenha imediatamente após o “um”, porquanto tudo isso não passa de uma *convenção que pressupõe, supõe ou pospõe inúmeras outras convenções*.

O problema surgiria se *absurdamente* se dissesse que “dois” é o resultado da subtração de “dois” por “um” ($2 - 1 = 2$), depois que ficara convencionado que $1 + 1 = 2$.

Por mais *incrível* que possa parecer, frequentemente incorre o sistema penal nesse *absurdo*, e com um quase que incompreensível “rosto de madeira”.

O *inconveniente*, portanto, *não está nos numerais*, senão na *incoerência do que o poder punitivo faz com eles*. Incoerência que acontece no exemplo acima por haver sido sonogado um número ou uma função deste ou daquele numeral, cuja presença, agora escancarada, justificaria o resultado: $2 - 1 (+ 1) = 2$.

Nessa equação revelada, os “inúteis ao mercado”, como “trabalhadores inaptos” ou “consumidores falhos”⁸⁰¹ (*vulneráveis*), equivalem aos numerais “dois”, enquanto que os *invulneráveis* equivalem à representação gráfica da quantidade vazada nos numerais “um”.

Matematicamente, o primeiro “um” revela que os *invulneráveis* são *menos* perseguidos que os *vulneráveis* - número “dois” -, e, por isso, *menos* ou *quase nada importantes* nas operações numéricas que envolvem a “impunidade”.

⁸⁰⁰ Ver notas 718 e 719.

⁸⁰¹ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 484-485.

O segundo “um”, implícito na conta original, serve para demonstrar que *a constância da “impunidade” dos invulneráveis é igualmente sonegada* na realidade dessa mesma “impunidade”.⁸⁰²

No mais, esses, os números “um”, *anulam-se automaticamente* - menos com mais é igual a nada -, *autoprotegendo-se!*

Além disso, eles sequer aparecem nas estatísticas da “impunidade” e, vez ou outra, *quando perdem a vulnerabilidade*, ressurgem na conta em *proporção sempre menor* (primeiro número “um”), enquanto que os que *permanecem invulneráveis*, naquela equação *se escondem* (segundo número “um”).

Já o número “dois” remanesce ao final da operação - é dizer, seu resultado -, como se fosse o “único valor a considerar, o único objetivo, a resposta à incógnita, a solução do perigo”, dando a entender que somente ele se aproveita da “impunidade” e, por isso, “merece ser perseguido e instrumentalizado” como motivo modulável das intenções punitivo-esclerosado-capitalistas.

A “impunidade”, aqui, possuiria um quantitativo *sensacional*, no sentido de *vultoso*, cuja dimensão, *como é exposta*, pretende e, infeliz e equivocadamente, tem conseguido demonstrar que seu “elevado” número “precisa” ser *arrefecido*.

Para tanto, o poder punitivo tem empreendido uma “cruzada contra os incapazes”⁸⁰³ - “inaptos” ao trabalho e à aquisição de mercadorias (consumidores falhos) -, eleitos “impunes” e, portanto, *expiadores da angústia, do insucesso, da frustração, da mazela, da ambição e do medo dos demais*.

Para eles e para os demais cidadãos considerados “aptos” ao trabalho e ao consumo não falho não esgarça a “impunidade” a *inabilidade* do sistema no *fornecimento equivalente* ou ao menos *semelhantes oportunidades a todos*, senão *reproduz por silepse essas desselembanças*, inclusive acentuando-as na psique dos “inaptos” ao fazê-los acreditar que “realmente estão impunes” e que, por isso, “merecem” ser *neutralizados*⁸⁰⁴, enquanto que na

⁸⁰² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 421.

⁸⁰³ FERRAJOLI, L. *Criminalidad...*, p. 78: “*Se ha producido, por el contrario, una acentuación de las tradicionales características irracionales y clasistas del derecho penal. Con el crecimiento de las desigualdades económicas se ha determinado un aumento de la criminalidad callejera y conjuntamente un endurecimiento de las características selectivas y anti-garantistas de la represión penal, que golpea, incluso más duramente que en el pasado, a los grupos más pobres y marginados, como los tóxicodependientes, los inmigrantes o los desempleados.*”

⁸⁰⁴ Auxiliando a (ou melhor, utilizando-se da) “impunidade” nessa empreitada, *incoerentemente*, alguns veículos de “(in)formação” que, depois de, ainda que indiretamente, apoiarem as manifestações de junho de 2013, pugnaram, por “adesão omissiva”, pela punição exemplar de Caio Silva de Souza e de Fábio Raposo Barbosa,

dos “aptos” interfere convencendo que “realmente existe um número maligno e desfaçado” que, na contabilidade da “segurança”, da “tranquilidade” e da “proteção” dos *interesses subjetivos contra ofensas*⁸⁰⁵, “precisa ser anulado” por outro equivalente, qual sendo, o da quantidade *sensacional de apenação*⁸⁰⁶.

Nessa maldita economia *saturada*, a demanda “sugestionada” por mais “segurança” enseja a oferta de mais estabelecimentos prisionais *privadamente* explorados⁸⁰⁷, encontrando ambas, a *demanda* e a *oferta*, o “*juste-milieu*” em uma determinada quantidade de “impunidade”, *cuja dieta de baixa caloria, considerados os corpos macérrimos dos convivas do banquete neoliberal, não é suficiente para a calefação da frialdade (troca de calor) asséptico-pasteurizada que os números da “impunização” fingem naturalmente representar.*

acusados de matarem o cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, antes de defenderem, também por “adesão omissiva”, a autotutela penal, própria e de terceiro, no caso de “justiçaria privada”, através de “enforcamento folgado” por trava de bicicleta e “nudez vexatória” de um adolescente, ocorrida no Rio de Janeiro no mês de fevereiro de 2014. Sobre isso, ver, sequencialmente, <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/rio-surpreende-e-deve-fazer-a-maior-manifestacao-do-pais/>>, <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/apesar-de-cobertura-favoravel-as-manifestacoes-globo-vira-alvo-de-protestos-e-e-chamada-de-fascista/>>, <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/delegado-pede-prisao-preventiva-de-acusados-de-matar-cinegrafista/>> e <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/tags/justiceiros/>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

⁸⁰⁵ Não concordamos com a ideia de que o direito penal protege bens jurídicos. Igualmente, ZAFFARONI, E. R.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Derecho Penal: parte general*. 2. ed. 1. re. Buenos Aires: Ediar, 2002, p. 486: “*Se trata de una premisa que consiste en un juicio falso: las normas protegen o tutelan bienes jurídicos. Este juicio, al verificarse la operatividad del poder punitivo, al menos en la mayoría de los casos, resulta con un valor de verdad falso. [...] El derecho penal recibe el bien jurídico, ya tutelado y la norma que se deduce del tipo no hace más que anunciar un castigo para ciertas formas particulares y aisladas de lesión al mismo, incluso cuando lo hace por expreso mandato constitucional o internacional. Estos mandatos ordenan la criminalización primaria de algunas acciones que los afectan, pero aunque no lo hiciesen, no por ello dejarían de ser bienes jurídicos.*” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 254-255. Ver, também, TAVARES, J. *Teoria do injusto...*, p. 181. Contra, ROXIN, C. *Problemas fundamentais de direito penal*. 3. ed. Portugal: Vega, 2004, pp. 59 e seguintes. Ainda, JAKOBS, G. *Fundamentos del derecho penal*. Buenos Aires: Ad-hoc, 1996, pp. 179 e seguintes. Outrossim, GRECO, L. F. *Um panorama da teoria da imputação objetiva*, 1. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2005, p. 92: “O direito penal tem por finalidade proteger bens jurídicos, finalidade que ele busca alcançar por meio de proibições de ações.”

⁸⁰⁶ BARATTA, A. *Criminologia...*, pp. 55-56: “É o mesmo mecanismo de alarme social suscitado pelas representações dos crimes, através dos *mass media*, que por meio da fantasia, leva os membros da sociedade a projetar as próprias tendências antissociais em figuras de delinquentes particularmente temíveis, ou em tipos de sujeitos desviantes. Fenômenos similares são estudados pela literatura anglo-saxônica, em referência às representações que os *mass media* têm dado de grupos marginais, por exemplo, dos *rockers* e de sua periculosidade social. O fenômeno da projeção da agressividade e do correspondente sentimento de culpa sobre o delinquente é analisado, na literatura psicanalítica, através da mítica figura do bode expiatório, carregado dos nossos sentimentos de culpa e enviado ao deserto. Edward Naegeli relaciona a mórbida necessidade de sensacionais descrições de delitos com esta necessidade de um bode expiatório, que é encontrado no delinquente, sobre o qual são projetadas as nossas mais ou menos inconscientes tendências criminosas.”

⁸⁰⁷ SANTOS, J. C. dos. *Privatizações...* Ver, ainda, WACQUANT, L. *Crime...*, p. 3: “[...] a corrida desvairada ao encarceramento na qual os Estados Unidos se lançaram, fez nascer *uma nova indústria, o encarceramento privado*, cujas taxas de crescimento e de lucro rivalizam com aquelas dos setores de ponta da economia nacional.”

Um número é um emblema muito *volátil* e, por isso, de muito fácil *manipulação*. Ele também é algo *frio*. E o é porque o mesmo número pode representar algo *bom* ou algo *ruim*. Dez crianças ou adolescentes matriculados e frequentando a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio), é algo *bom*. Dez crianças ou adolescentes evadidos da escola é algo *ruim*, sobretudo porque, provavelmente, serão dez futuros etiquetados como criminalizados. Um número é um número. O que importa é a tradução que se quer emprestar a ele e as circunstâncias que o rodeiam.⁸⁰⁸

Um número, então, não é algo *absoluto*, mas sim sempre algo *relativo* porque sua importância *depende da função que se lhe atribui*.⁸⁰⁹

Para JOSEPH GOEBBELS, marqueteiro nazista, era possível inventar uma “verdade” mediante a repetição amiúde de uma mentira (pseudodesvirtuação do teorema de Thomas⁸¹⁰).

Mas, será possível também contar um monte de mentiras dizendo apenas a “verdade”? Adiantando que, ao que nos consta, ninguém conhece efetivamente a “verdade”⁸¹¹, parece que *sim*, desde que se omita parte da “verdade” ou se omitam outras “verdades” tão importantes quanto aquela (“aprofundamento de pressão”⁸¹²).

GUY DEBORD, em *A sociedade do espetáculo*, legou-nos que “a verdade deixou de existir quase em toda parte, ou, no melhor caso, ficou reduzida a uma hipótese que nunca poderá ser demonstrada.”⁸¹³

Dito pelo não dito, de tanto esfregar, com *deter-gente*, na nossa face que a “impunidade” é uma das grandes responsáveis pelo “aumento dos crimes e dos criminosos”, o *poder punitivo* “cafetão” e a sua “prostituta”, a *mídia*, parecem estar conseguindo realizar uma “lavagem cerebral” que impede tanto que percebamos o *engodo matemático* que seus números operacionais revelam, quanto que representemos que sua utilização na equação

⁸⁰⁸ Nesse sentido, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 55-56.

⁸⁰⁹ Ao redor desse contexto, TAVARES, J. *Teoria do injusto...*, pp. 203 e seguintes.

⁸¹⁰ Ver nota 320: “*If men define situations as real, they are real in their consequences*”. Ver, outrossim, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 30. Ver, ademais, _____. *A palavra...*, pp. 153-154 e 155, *in verbis*: “Se os indivíduos definem as situações como reais, suas consequências são reais.”

⁸¹¹ Discordando, embora admitindo a discussão, MITTERMAIER, K. *Tratado da prova em matéria criminal ou exposição comparada dos princípios da prova em matéria criminal, etc., de suas diversas aplicações na Alemanha, França, Inglaterra etc.* 2. ti. Campinas: Bookseller, 1997, p. 59. Concordando, ver POPPER, K. R. *O mito...*, pp. 62 e 72.

⁸¹² *Mutatis mutandis*, GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 95: “[...] pressão para elaborar mentiras, uma atrás da outra, para evitar uma revelação.”

⁸¹³ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 176.

calculista do capitalismo colima, *tout court*, atender aos interesses *neoliberais de aumento incessante da produtividade/lucratividade, resultado de uma maior produção com um menor custo (teorema de Thomas)*.

Infelizmente, por isso, o diagnóstico de GUY DEBORD se revela tão atual: “O fato de já não ter contestação conferiu à mentira uma nova qualidade.”^{814,815}

A quantidade de “impunidade”, portanto, é algo *sensacional* na medida em que sua *falsa vultosidade* libera o poder punitivo e seus apaniguados *parasitas nematelmintes* a detonarem estratégias gigantescas, ditas tendentes a “eliminá-la”, quando na verdade eles querem *utilizá-la* em proveito dos seus interesses *renormalizadores, refixadores de poder, mantenedores dominiais discursivos e financeiros* mediante a exploração, precedida da privação dietética nutricional, dos corpos já *macérrimos* que abastecem as prisões.

Deixados à míngua os que desinteressam ao aparelho estatal *reciclador*, recebem os *reaproveitáveis* (corpos PET – Politereftalato de etileno), uma *solução açucarada* que, repondo-lhes as *energias*, repermite-lhes *recaramelizar* o mercado de trabalho braçal-manual, recepcionista desses egressos do sistema penal executivo-penitenciário.

Justamente, foi o *açucaramento* dos corpos, *adocicados* pelo *controle disciplinar do biopoder e da biopolítica*⁸¹⁶, o que possibilitou a *energização* necessária para o desenvolvimento e o triunfo do *capitalismo*.⁸¹⁷

4.2 Impunização estatística

É curioso notar como as pessoas analisam os fatos cotidianos *prescindindo* da estatística.

Por exemplo. *Folcloricamente*, depois que a mãe - ancorando-se em uma sensação ruim (“sexto sentido”), premonitória de um possível abalroamento automobilístico -, adverte o filho sobre a necessidade de cancelamento de determinada viagem veicular rodoviária habitual, acaso realizado o fatídico evento, imediatamente emite ela, em tom solene, a frase

⁸¹⁴ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 176

⁸¹⁵ Contra, SILVA, J. M. da. Imaginários bárbaros, da obsessão pelo controle ao controle remoto. In COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia...*, p. 14.

⁸¹⁶ Sobre isso, ver FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. 4. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 285 e seguintes.

⁸¹⁷ AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 11.

que consolida a *exclusividade inatuarial* do resultado: “Eu sabia! Coração de mãe não se engana! Bem que eu estava prevendo!”

Desesperada, tampouco adestrada a tanto, mal consegue ela perceber que milhões de outras mães diante do mesmo vaticínio, inclusive ela própria em ocasiões anteriores, já experimentaram a mesma sensação ruim que, felizmente, desaguou em uma melhor sorte, alcançando os filhos o destino programado.

Mas essa contabilidade, o que é perfeitamente compreensível, não lhe interessa, assim como na anedótica estória do paciente que, *convencido* de estar doente, *embora realmente não estando*, elogia o médico que, desenganadamente, *confirma seu autodiagnóstico mórbido prévio*, enquanto desqualifica o esculápio que nele detectou uma “saúde inoxidável”!

Com relação ao tema da “impunidade” acontece o mesmo. As pessoas analisam-na *inatuarialmente* e só prestam atenção ao que *lhes interessa*, e que quase sempre *coincide* com sua *demanda expiatória caprínea*.

Mediante uma técnica de *dedução*, toda vez que uma notícia que pode envolver a questão da “impunidade” é divulgada, e somos bombardeados diariamente por inúmeras, tem ela a capacidade de *isolar estatisticamente* esse tema, impedindo as pessoas de o avaliarem *em conjunto* com os demais que, em tese, com ele teriam a ver.

Ao tomar conhecimento da “impunidade” de determinado fato imediatamente *concentra-se* o destinatário da notícia naquela, *isolando-a* de todo o restante do sistema penal, inclusive dos demais elementos que compõem o próprio fato em si (*autonomização da “impunidade”*).

Ou seja, a só informação sobre uma suposta e possível “impunidade” *já impede ou dificulta a compreensão de que existem milhões de outros fatos igualmente “não selecionados (“impunes”)*, *ao mesmo tempo em que existe em torno de meio milhão de pessoas privadas, oficialmente, de suas liberdades (548.003 presos)*.

Alheio a tudo isso, o receptor da mensagem sobre a “impunidade” passa a considerar que ela é um “mal” - no que está ele, *relativa e felizmente errado* -, que contamina *pandemicamente* toda a sociedade - no que está ele, *absoluta e felizmente errado* -, podendo levá-la, e já a levando, ao “caos” - no que está ele, *absoluta e felizmente errado*.

Embora o “crime” veiculado não seja encarado como se ele fosse o único praticado, sua eventual “não punição” assume a capacidade de fazer as pessoas medirem a “impunidade” considerando-a *exclusivamente*, privadas que ficam de perceber que ela é apenas *um item* dentro de um *universo* de *criminalizações*, primárias e secundárias, *infindáveis* e *incontavelmente inoperacionalizadas*.

Essa (des)qualidade da “impunidade”, *ad instar* de algumas expostas anteriormente, igualmente alcinhamos de “folclórica”.

De outro lado, por meio de uma técnica de *indução*, com o “crime” acontece o inverso na medida em que uma conduta tida como “criminosa”, quando promovida, ou *dita* realizada por uma pessoa, acaba “contaminando” (*estigmatizando*) todo o *grupo* a que essa pertence, ou melhor, em que ela foi *incluída*, ou, melhor ainda, a que ela foi *gizada*.

Enquanto que na “impunidade” há uma canalização, no “crime” há uma multifurcação, malgrado ambas acabem sazonalmente coincidindo quanto ao seu efeito concentrador sobre determinado(s) grupo(s) social(is) cuja realidade é convenientemente fragmentada⁸¹⁸, ficando os demais provisoriamente de escanteio até que se tornem funcionais, mediante delação, aos que “demandam ordem”.

Em uma estatística pervertida, *um* crime não condensaria *todos* os crimes, mas *uma* “impunidade” equivaleria, *sensacionalmente*, à “impunidade *total*”.

Isso acaba *amplificando* subliminarmente os “falsos”, mas, nem por isso, não “aterrorizantes” efeitos da “impunidade” na medida em que ninguém, ao receber uma notícia sobre essa, dela *desconta* a quantidade absurda de “crimes” *punidos* (*média, literalmente, ponderada*).

Por outro lado, inexistem dados estatísticos suficientes e sérios que demonstrem que a “impunidade” é mesmo, como *paranoicamente* se divulga, uma promotora do aumento dos “crimes” e dos “criminosos”.

Mas, mesmo que existissem, ainda assim não teriam muita utilidade porquanto, *no mínimo, e apenas até aí*, pela teoria homeostática de ALFRED BLUMSTEIN e JACQUELINE COHEN, poderíamos afirmar que: “*Hence, it is not the level of actual criminal behavior which is stable, but rather the level of punished criminal acts.*”⁸¹⁹

Que, traduzido por LOÏC WACQUANT, denota que “cada sociedade apresenta não um nível ‘normal’ de criminalidade, como queria Émile Durkheim, mas um nível constante de punição, que se traduz por uma taxa estável de encarceramento.”⁸²⁰

Dissemos “no mínimo” porque referida, embora atualmente incomum, *estabilidade* pode advir, *em cotejo com o avanço demográfico*, de uma *progressão aritmética* (PA),

⁸¹⁸ Sobre isso, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 70.

⁸¹⁹ BLUMSTEIN, A.; COHEN, J. *A theory...*, p. 199: “Por isso, não é o nível do comportamento criminoso real que é estável, mas o nível das ofensas criminais punidas”. Ver, também, BLUMSTEIN, A.; COHEN, J.; NAGIN, D. *The Dynamics...*, *passim*.

⁸²⁰ WACQUANT, L. *Crime...*, p. 2.

mediante a *padronização na distância* entre os próximos índices percentuais encarceradores comparados com os anteriores (exemplificadamente: mantida uma distância adicional constante de 5, e começando por 1 encarcerado, teríamos, depois, 6 encarcerados, mais tarde 11, e 16, e 21, e 26, e 31, e 36, e 41, e assim por diante).

Mas, também, pode ocorrer uma *instabilização* crescente devida a uma *progressão geométrica* (PG), conduzida não por uma *estandardização do avanço do multiplicador*, que afasta os termos anteriores da progressão dos seus consequentes (por exemplo: mantida uma distância multiplicativa constante de 2, e começando por 1 encarcerado, teríamos, depois, 2 encarcerados, mais tarde 4, e 8, e 16, e 32 e 64 e 128 e 256 *etc*), senão, *em uma progressão geométrica “impura”, dirigida por um progresso “instável” da própria razão da progressão, haja vista deter o Brasil a população carcerária que cresce mais rapidamente e mais irregularmente no Globo*⁸²¹.

É facilmente notável que os sistemas penais confinadores de todo o mundo têm optado por “experimental”, no sentido de *moer e digerir* pessoas nas engrenagens penitenciárias, uma *progressão geométrica “sui generis”, “imperfeita”* em seus níveis de encarceramento, haja vista que entre os anos setentas e oitentas (35,35%), oitentas e noventas (141,60%), e noventas e dois mil (158,62%), *nosso índice prisional subiu assustadora e irregularmente, enquanto que na primeira década do século XXI, ele cresceu (descreceu para) 113,21% (ou seja, cresceu menos que nos outros períodos, mas cresceu)*.⁸²²

O que, comparado com o crescimento da demografia nacional, equivale a um *aumento diferencial real* de 1.598,39% (resultado do avanço da demografia carcerária, 1.703,17%, *menos o avanço da demografia populacional, 104,78%, no período*).⁸²³

Nesse sentido, não haveria um nível constante de punição vazado em uma taxa estável de encarceramento como pretende em sua pureza a teoria homeostática, mas sim uma punição ininterrupta baseada em uma progressão geométrica “atípica” representada por um “desuniforme” ora aumento, ora encurtamento da própria razão da progressão.

Ad exemplum, no entorno da implantação do neoliberalismo no Chile, de onde se espalhou pelo mundo, o país mais encarcerador do planeta, E. U. A., em 1970, literalmente detinha em torno de 200.000⁸²⁴ presos, passando para mais ou menos 314.000⁸²⁵, em 1980,

⁸²¹ Ver nota 295.

⁸²² Ver notas 375 e 376.

⁸²³ Diferença obtida mediante a comparação do encarceramento de 1970 com o de 2010, considerados os índices populacionais. Ver notas 375 e 376.

para 771.243⁸²⁶, em 1990, para 1.381.892⁸²⁷, em 2000, e para 1.612.395⁸²⁸, em 2010, o que representa um *aumento de 706,20%, em quatro décadas*.

Já o Brasil, em 1970, literalmente detinha 27.521⁸²⁹ presos, passando para 37.251⁸³⁰, em 1980, para 90.000⁸³¹, em 1990, para 232.755⁸³², em 2000, para 496.251⁸³³, em 2010, e para 548.003⁸³⁴, em 2012.

Ou seja, *um aumento de 1.891,22%, em quarenta anos, ou mais eloquentemente, um aumento de quase 2.000%!*

À toda evidência, essa *progressivamente “inconstante” geometria* não encontra qualquer explicação na suposta “impunidade” justamente pelo fato de que, se nela encontrasse, a criminalização secundária, *ecoando a improvada sensação criminógena, (“incentivadora”) daquela advinda*, já teria realizado há tempos, *integralmente*, a programação primária, restando *totalmente* encarcerada a população desses países.

Todavia, tão logo é praticado um “crime” teimam as *protomensagens clorofórmio-esclerosantes* e as *metamensagens eufórico-depressivas vomitadas pela mídia* em atribuir a culpa por ele à “impunidade” através do uso de frases *enlatadas*, tais quais: “as leis penais são muito brandas”, “apesar de condenado por um crime anterior ele não foi preso, ou ficou pouco tempo na cadeia”, “a impunidade de Beltrano incentivou Cicrano”, e outras bobagens quejandas de igual efeito *virótico*.

⁸²⁴ WILLIAMS, V. L. *Dictionary of american penology*. Connecticut/London: Greenwood Press, s/data, p. 381. Revelando um número um pouco menor, MATHIESEN, T. *Prison on trial: a critical assessment*. London/Newbury Park/New Delhi, 1990, p. 2.

⁸²⁵ Levantamento fincado em 31 de dezembro de 1979. In<<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/psfi79.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014. Ver, ainda, obra citada na nota anterior.

⁸²⁶ In<<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/p90.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014. Ver, também, obra citada na nota 824.

⁸²⁷ In <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/p00.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁸²⁸ Ver <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/p10.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁸²⁹ Ver nota 375.

⁸³⁰ Ver nota 376.

⁸³¹ Ver nota 378.

⁸³² Ver nota 296.

⁸³³ Ver nota 296.

⁸³⁴ Ver notas 294 a 297.

Ex hypothesi, consideremos que essa afirmação *irresponsável* seja “verdadeira” (por favor, só consideremos). Agora, consideremos que dados garimpados apenas entre os “crimes de sangue” noticiam que em torno de 92% dos “homicídios” (“cifra oculta” + “taxa de atrito”), ou não são descobertos, ou não são perseguidos (por investigações intraprocedimentais), ou não são resolvidos (por sentenças endoprocessuais), ou não são penalmente adimplidos (o criminalizado “não pagou”, formalmente, pelo que fez).⁸³⁵

Temperando com sal ático a afirmação de que a “impunidade” seria um “gerador de criminalidade”, matematicamente, após convertermos o percentual de “impunes” (“cifra oculta” mais “taxa de atrito” igual a “seletividade positiva suspensa”), em corpos demografados, alcançaríamos, considerado o seu supostamente efeito “*anatocístico* incentivador” (juros sobre juros), em um médio espaço de tempo, o *encarceramento total* da população brasileira que, *aliciada e convencida* de que o “crime compensa”, amargaria, ao final, muito provavelmente, o malogro da sua empreitada “criminal”.

Não bastasse, o discurso *esquizofrênico* da “sensação *interna* de impunidade (dita sentida pelo ‘criminalizável’)”, recordem-se, sustenta-se de maneira *alheia ao suposto “desapontamento”* gerado pela perseguição (polícia), pela condenação (Ministério Público e Poder Judiciário), e pelo adimplemento (Poder Executivo) da pena pelo “criminoso”, alcançando-o, por via reflexa, também no nível da “sensação *externa* de impunidade (dita sentida pelo ‘terceiro, desanimado’)”, através de mensagens *sobrelinhadas* ao estilo *por dá cá aquela palha*, vazado em expressões do tipo: “ele deveria embolorar na cadeia”, “as penas são muito pequenas”, “a cadeia é um hotel cinco estrelas”, “a justiça não funciona”.

Toda essa vaniloquência alienante tem como resultado a escamoteação de uma “verdade”. A de que é o *endurecimento legislativo penal* e a *prisão* que possuem *efeito criminógeno*⁸³⁶ (*iatrogenia punitiva*), e não a “impunidade”. Tanto isso é inegável que TOBIAS BARRETO, já na segunda metade do século XIX, nos seus *Fundamentos*, seguido de LOUK HULSMAN, em *Penas perdidas*, e de ERVING GOFFMAN, em *Estigma*, alertava que:

O conceito de pena não é um conceito jurídico, mas um conceito político. Este ponto é capital [...]. Que a pena, considerada em si mesma, nada tem que ver com a idéia do direito, prova-o de sobra o fato de que ela tem sido muitas vezes aplicada e

⁸³⁵ Parecendo conter um “erro material percentual” ao falar em 82%, LEMGRUBER, J. Controle..., p. 8. Previsões mais pessimistas noticiam que esse percentual não pode ser descoberto. Sobre isso, consultar ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 129.

⁸³⁶ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 46. Ver, também, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 47 a 49. Ver, ademais, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 67 e 94. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 441 a 443, 448 e 450.

executada em nome da religião, isto é, em nome do que ha de mais alheio á vida jurídica. [sic]⁸³⁷

É a lei que diz onde está o crime; é a lei que cria o ‘criminoso’.⁸³⁸

É em sua associação com, ou separação de, seus companheiros mais visivelmente estigmatizados, que a oscilação da identificação do indivíduo é mais fortemente marcada. [Porquanto,] [...] a natureza de uma pessoa, tal como ela mesma e nós a imputamos, é gerada pela natureza de suas filiações grupais.⁸³⁹

A rigor:

Em 1994, quando houve uma alteração na lei, incluindo os homicídios como crimes hediondos, não houve [...] a queda esperada para o ano posterior à aprovação da lei, [ao contrário,] o número de homicídios continuou aumentando e entre 1994 e 2000, cresceu 39%, de forma linear. [...] [Quanto à Lei Maria da Penha, dois anos após a sua entrada em vigor], o número de mortes violentas voltou a apresentar crescimento, sendo que, no ano de 2008, o número de mortes foi ainda maior que em 2006. De 2007 a 2011, essa taxa chegou a um crescimento de 19,6%.⁸⁴⁰

Quanto à intensificação da criminalização secundária, JULITA LEMGRUBER assenta que:

[...] Roger Tarling analisou detalhadamente a relação entre taxa de encarceramento e taxa de criminalidade na Inglaterra, concluindo que um acréscimo de 25% na primeira tem o pífio resultado de reduzir a segunda em 1%, ou seja, que a relação custo-benefício da pena de prisão é extremamente desfavorável.⁸⁴¹

De todo modo, ele, o poder punitivo, “pode” *utilizar* a “impunidade” para “demonstrar” que sua incidência exige uma atuação sua *imediate, desencabulada e inexorável* (dinamicamente roxa), sob pena de se alcançar a “guerra de todos contra todos”, ou “pode” *inutilizá-la* para, *permitindo o desapontamento* ao criminalizado (funcionamento da programação secundária), demonstrar que *sua atuação violentamente punitiva, mas confortável à lei* (dinamicamente vermelha), tem sido *útil para a extinção* (dinamicamente azul), da “impunidade” que ele próprio programou, ainda que “*inocentemente e por omissão*” (dinamicidade verde).

Ocorre que a análise do conteúdo daquelas mensagens midiáticas *epiléptico-espasmódicas* sobre a “impunidade”, mesmo que atingindo quase todas as pessoas e por quase todas elas sendo apreendidas *adesivamente*, permite *contestar* a retórica sobre a qual tenta se sustentar a “impunidade criminógena”, e por razões de natureza vária.

⁸³⁷ MENESES, T. B. de. Fundamentos..., pp. 649-650. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 203, 222, nt. 33, e 239.

⁸³⁸ Ver nota 705.

⁸³⁹ GOFFMAN, E. *Estigma...*, pp. 118 e 124.

⁸⁴⁰ Ver nota 105.

⁸⁴¹ LEMGRUBER, J. *Controle...*, p. 10.

Primeiro, a “criminalidade”, considerada seu “efeito direto”, nada tem a ver com a “impunidade”, não passando de um invólucro decalcado em um recipiente maleável que comporta a forma volátil (desvio secundário), escolhida pelos empreendedores morais, mais condizente com a “demanda por ordem” do momento.

Indiretamente, embora não menos convincentemente, a *desconexão* entre “criminalidade” e “impunidade” e a *conexão* entre *aprisionamento* e *criminalização*, podem ser explicadas pelo seguinte:

O aprisionamento reproduz criminalidade, condiciona patologias psíquicas (neuroses de caráter e neuroses reativas regressivas) e reforça os papéis desviados como decorrência da exigência de assumi-los na vida carcerária para que o indivíduo sobreviva sem provocar distúrbios agressivos. A intervenção penal por desvios primários gera outros secundários mais graves e a reclusão de adolescentes prepara-os para uma carreira de crimes. O aprisionamento desnecessário *fabrica delinquentes* [...]. O modelo neo-stalinista estadunidense tem o efeito de *criar criminosos*. As cifras não mentem: é o único país com elevado nível de renda *per capita* que não consegue diminuir o número de homicídios. Sua taxa é quase análoga à argentina (5,5 por 100.000) e superior a esta, apesar das mentiras do demagogo Giuliani, em Nova York (8,65) e San Francisco (8,10). Essas taxas são muito maiores que a do Canadá (1,77 por 100.000), embora os Estados Unidos tenham um índice de aprisionamento de quase 800 por 100.000 e o Canadá de apenas 116. O Uruguai registra uma taxa de homicídios dolosos de 4,7 por 100.000 e a Bolívia de 3,7, sem se fazer nenhum investimento astronômico. [...] As taxas de uso da prisão no mundo variam ao infinito: no topo se encontram os EUA, com quase 800 por 100.000, já mencionados, seguida pela Federação Russa com cerca de 600 por 100.000 habitantes. Cabe observar que os campeões do aprisionamento registram em Nova York a taxa de homicídios, também já mencionada, de 8,65 por 100.000, e Moscou de 18,38 por 100.000 (a taxa total do país é nada menos que de 22,10), o que revela que eles não têm muita eficácia preventiva. Inversamente, entre os países que fazem um uso muito inferior da prisão, encontram-se a Finlândia, com 71 por 100.000 (menos de um décimo da taxa estadunidense) e uma taxa de homicídios de 2,90; a Áustria, com 117 por 100.000 habitantes e taxa de homicídio de 1,87; Canadá, como vimos, com 116 por 100.000 e taxa de homicídio de 1,77; Nova Zelândia com 118 presos por 100.000 habitantes e taxa de homicídio de 2,50. A explicação convencional segundo a qual há mais aprisionamento porque há mais homicídios é falsa. Se ela fosse verdadeira, os homicídios teriam que ter caído nos anos todos em que essas taxas são registradas, e isso não tem ocorrido de forma considerável. Por sua vez, a falta de prisões em países com baixa taxa de homicídios deveria ter provocado um aumento nos homicídios, o que tampouco tem ocorrido. Isso faz pensar justamente o contrário: *um aprisionamento mais elevado provoca mais homicídios. O uso mais intensivo da prisão não tem efeito preventivo sobre os homicídios, cabendo mesmo suspeitar que tenha um efeito contrário*. Chama igualmente a atenção a enorme diferença das taxas de aprisionamento em países vizinhos: os 800 por 100.000 dos EUA e os 117 do Canadá, os 600 da Rússia e os 71 da Finlândia. Por que será que os canadenses e os finlandeses soltam todos os assassinos e os estupradores em série? Acaso os australianos e os neozelandeses premiam ou condecoram seus homicidas? Não parece razoável: em qualquer país do mundo os autores dos crimes mais graves ficam presos por muito tempo e às vezes por toda a vida. [E] [...] desde meados do século XIX são conhecidos os efeitos deterioradores da prisão [...].⁸⁴²

⁸⁴² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 441 a 443.

Demonstrada a *impropriedade* da *substantivação* (“criminalidade”), deve-se passar à sua *adjetivação* (criminalização), atribuível, convenientemente, por um terceiro e, por isso, mais consoante com o procedimento de *etiquetamento* de uns, e não de outros, como “criminosos”.

Segundo, conforme assinalado antes, se o suposto efeito “criminógeno da impunidade” se refletisse diretamente no índice da “criminalidade”, elevaria ele, *delirantemente*, as taxas dessa em uma *progressão geométrica “impura” incontível* porque somaria as várias “impunidades”, *inclusive a dos que já foram e estão sendo punidos*.

Em um país como o nosso, com 190.732.694 habitantes, e 548.003 encarcerados, o *cálculo atuarial* rotacionaria mais ou menos em torno da seguinte previsão escatológica: ainda que descontássemos daquele número os quase 550.000 encarcerados, privados das mensagens midiáticas (mas, submetidos ao discurso da “impunidade criminógena por apropriação”), e os 68.000.000 de excluídos da absorção penal “formal” (63.000.000⁸⁴³ de crianças e adolescentes de 0 a 19⁸⁴⁴ anos e 5.000.000⁸⁴⁵ de comprometidos mentais atípicos), restariam ainda, mais ou menos, *122.000.000 de pessoas submetidas ao discurso da “impunidade criminógena, anatocisticamente, por empréstimo”*.

Imaginando que esses 122.000.000 de pessoas recebam, o que é bastante provável, o *slogan* da “impunidade criminógena”, ou seja, a mensagem de que a “impunidade incentiva a prática do crime”, não seria um contrassenso cogitar a hipótese de que *todas elas estariam propensas a cometer um “crime” tão somente por haverem sido destinatárias daquele “discurso anunciador animador”*.

Além de capazes, posteriormente, de multiplicar, *usurariamente*, esse mesmo discurso.

Tomando de empréstimo (*mútuo*, literalmente, de coisas “fungíveis”⁸⁴⁶), o “discurso da impunidade criminógena”, acabariam elas fazendo parte do seu ciclo que, em médio tempo, fechar-se-ia com *o encarceramento de toda a população imputável (apenas a princípio e em princípio) do país*.⁸⁴⁷

⁸⁴³ In <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

⁸⁴⁴ Apesar de a maioria penal, e daí, em tese, a *imputabilidade*, advir aos 18 anos de idade, infelizmente não encontramos dados estatísticos que revelassem a população entre 0 e 18 anos. Ademais, não consideramos as medidas socioeducativas como sanções penais formais, malgrado equivalerem elas *materialmente* a essas.

⁸⁴⁵ In <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,transtornos-mentais-atingem-23-milhoes-de-pessoas-no-brasil,573367,0.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

⁸⁴⁶ É dizer, “substituíveis”, como os *estereotipados*. Ver artigo 586, do CC.

Esse já é um defeito grave do “discurso da impunidade criminógena” porque atribui a ela, *camufladamente*, o poder *quase que exclusivo* de “incentivar a prática de um crime por ‘qualquer’ pessoa, mormente se antes ela não estava inclinada ao mesmo”.

Isso remarca o *desvirtuamento da questão criminal* porque despreza as *categorias externo-incontroladas da criminalização*, como o seu *etiquetamento por terceiro*, deixando de considerar inúmeros outros fatores que, circundando o espaço e o tempo do “crime”, *persuadem ou dissuadem o empresário moral* a nele enquadrar este ou aquele estereótipo.

Poder-se-ia dizer que o “efeito criminógeno da impunidade” só alicia aqueles que já possuem uma tendência à prática do “crime”, *o que não deixa de ser um argumento emitido, em certa medida, de forma implícita, pelos empreendedores morais eletrônicos que, estrategicamente, devem manter “preservados (estocados)” certos estratos sociais para serem mais tarde, oportuna e convenientemente, solicitados a aderir a suas campanhas como atores.*

O inconveniente aqui seria *a perda de cientificidade do index*, que balizaria aqueles que tomariam de *empréstimo* o “discurso criminógeno da impunidade” (atores), e aqueles que “rejeitariam” esse *mútuo* (espectadores), em favor da *assunção do espaço aberto*, com o afastamento daquele caráter científico, *pela política, quase sempre arbitrária por conveniência e oportunidade (mérito administrativo, ou melhor, no nosso caso, demérito).*

Mesmo nessa hipótese, porém, a conta não fecharia porque não se saberia quem assimilaria o conteúdo do “discurso teórico da impunidade criminógena” e quem o regurgitaria, não passando o “encarceramento total (aprisionamento de toda a população)”, *exclusivamente em razão do efeito “criminógeno da impunidade”, de uma distopia.*

Se se entender, hipoteticamente, que o efeito “criminógeno da impunidade” só atrairia os *estigmatizados por encarceramento atual*, ainda assim o cálculo se acomodaria através da seguinte operação: mais ou menos 550.000 *encarcerados atuais*, improvadamente autoconsiderando-se “impunes”, apesar dos efeitos deletérios sentidos *carnalmente* por eles, quando egressos de um sistema prisional *colapsado* cometeriam novos “crimes” por acreditarem que na penitenciária “eram felizes e não sabiam”.

Acontece que isso *não acrescentaria mais 550.000* encarcerados ao sistema penitenciário, havendo apenas uma *rotatividade de entrada-saída-retorno*, com manutenção daquele volume em termos *esterilmente estáveis*, como *rigorosamente* prevê a teoria

⁸⁴⁷ Mais à frente, mas apenas “retoricamente”, demonstraremos que até os inimputáveis entrariam nessa dança circular das cadeiras reservadas para a “impunidade”.

homeostática⁸⁴⁸, e não, como realmente tem acontecido, com *aumento arbitrário do traslado carcerário*.

Já os *estigmatizados por encarceramento histórico*, excluídos remotamente da penitenciária, embora incluídos por *estigmatização indelével*⁸⁴⁹ (punitivismo nostálgico) ao sistema penal formal (“antecedentes criminais e reincidência”) e informal (“inempregabilidade”, v. g.), quando considerados *desapontadores*, porque acusados, perseguidos, presos, condenados e executados endo ou extraprocessualmente, acabariam, por adesão forçada à *arapuca* do “discurso da impunidade” (mimetismo *grosseiro* do desvio secundário), voltando para a malha penitenciária, engrossando-a. Após isso, enquadrar-se-iam eles na hipótese anterior, *estacionando*, novamente, a taxa de prisionização ou, o que é mais provável, *fazendo-a variar, randomicamente, sempre para maior*.

O discurso da “impunidade criminógena”, portanto, além de falso, teria um *limite intrínseco* do qual ele não poderia se libertar, qual sendo, o de que ele, mesmo alcançando a maioria das pessoas, *não conseguiria acrescentar nenhum “efeito criminógeno substancial” além da criminalização já etiquetada, ou a ser etiquetada pelos empreendedores morais*.

Em toda medida, porque *indemonstrado e irrealizado o encarceramento de todos (“metástase social”)*, e *incomprovado e impraticado o estacionamento da taxa de prisionização (“infecção controlada”)*, não há que se falar em “efeito criminógeno da impunidade”, porquanto o *vultoso acréscimo exponencial irregular* dos aprisionamentos ao longo do tempo se *adstringe, exclusivamente, ao aumento artificial da “demanda por ordem”*, *satisfazível apenas com uma fluida oferta crescente de presidiários (fluxo de caixa), escolhidos programaticamente, embora “impensadamente” (automação punitiva), pelos empresários morais que dirigem a economia neoliberal*.

Todavia, nada disso autoriza, ou equivale a dizer que a “impunidade criminógena” é *inofensiva* como *metadiscurso*.

De jeito algum, sendo oportuno lembrarmos aqui da *criminalização pela impunização*, revelada atrás, onde há uma alteração da estratégia punitiva que passa, de uma sequência que se inicia com a *criminalização* e vai até a “impunidade”, caso aquela malogre, para outra *inversa* que começa pela declaração de *impunização* do estereótipo que, a partir daí,

⁸⁴⁸ Obviamente, desde que a população externa também se mantivesse numericamente estável.

⁸⁴⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 445.

*topicamente*⁸⁵⁰ é enquadrado *tipicamente*, através do encaixe *forçado* dos fatos e das provas, em um “crime” (tipicização contrafática).

A rigor, essa *criminalização pela impunização* não passa de uma *acentuação*, de um reavivamento da marcação a ferro e fogo feita anteriormente no lombo do estereótipo, mediante a *estigmatização*.

Como a *ingenuidade* não é indissociável da *irreflexão* com que atua o sistema penal, eloquentemente usa ele o “discurso criminógeno potencial da impunidade” para justificar a expansão dos limites da criminalização que ele mesmo promove, visando a, com isso, secundariamente, alcançar novos estereótipos, úteis a *incitar* a “demanda por ordem” que episodicamente lhe interesse como *capital votivo-devolutivo-agradecido, principalmente depois da oferta hipnótico-solutivo(-suspensória) do conflito*.

Este é o *subterfúgio pervertido* que ele utiliza para *importar* criminalizados para o sistema penal *além* dos quase 550.000 já encarcerados, que seriam os “estigmatizados atuais”, *excluídos* os outros, estimadamente entre 30% e 15% (em tese, *não “reincidentes”*⁸⁵¹), que seriam os “estigmatizados históricos”, já *vacinados* (egressos - artigo 26, da LEP), e, em certa medida, os *emigrantes compulsórios, ou não*, do sistema prisional (respectivamente, “penas pagas e fugitivos”).

Ou seja, usa ele a *desculpa* da “impunidade” como *armadilha* para produzir novos estereótipos, quais sendo, os “estereotipados pela *impunização*”.

Graças a essa *metáfora* também lhe é possível *progredir geométrico-irregularmente* as taxas de encarceramento, embora seu objetivo verdadeiro não seja esse, ou não seja somente esse.

Seu maior objetivo, quando maneja a “teoria da impunidade crimógena”, é angariar a atenção da população mediante a implantação *hipocondríaca* do “medo” generalizado e da *fantasiosa* “sensação social de insegurança objetiva ou sentida” para, depois, *apresentar-se, rotineiramente, como “exclusivo, competente e neutro solucionador” dos conflitos (show bis, ou seria melhor show business?)*.⁸⁵²

A despeito de o sistema penal não passar de um *cabide* sob o qual estendidamente será *suspenso* o conflito até que ele, ressequido, possa ser erodido pelo tempo⁸⁵³ (devorado pelas

⁸⁵⁰ Ver nota 711.

⁸⁵¹ Ver sítio eletrônico constante na nota 296.

⁸⁵² Criticamente, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 172 e 184.

⁸⁵³ Ver nota 147.

traças), a manipulação do seu ferramental em direção àquele seu objetivo rotacionalmente o mantém no poder por mais tempo, tempo suficiente para o *reimplante* de novos “medos”: dos “afrodescendentes”, dos “pobres (ou melhor, dos desempregados, dos inempregáveis ou dos desfavorecidos pela discrepância rentária)”, do(a)s “vadio(a)s”, dos “descontrolados”, dos “sem-papel”, dos “sem-autonomia”, dos “drogados-descontraídos”, dos “traficantes de calçada”, dos “criminosos varejistas”, dos “motoristas alcoolizados”, dos “terroristas”, de “certos profissionais” *etc.*⁸⁵⁴

Em certa medida, é também com base no “discurso da impunidade criminógena” que o sistema penal insiste em tentar explicar *parte* do geometricamente *impuro* progressoda prisionização para perto dos *não estacionados 550.000 encarcerados (711.463 ou 715.592 atuais)*⁸⁵⁵, quando, na verdade, o “defeito” que enseja a multiplicação dos presidiários reside na desigualdade econômica das pessoas, na falta de estrutura familiar, religiosa e social, na falta de oportunidade educacional e trabalhista, no insucesso da “(re)socialização” *etc.*, embora não diretamente, haja vista serem todos esses “motivos” camufladamente utilizados por aquele como “desculpa” para a estereotipação, para a estigmatização, para a criminalização e para a impunização, é dizer, para a rotulação seletiva.

A propósito, para TOBIAS BARRETO, “a sociedade, como organização do direito, não compartilha com a escola e com a igreja da difícil tarefa de corrigir e melhorar o homem moral.”⁸⁵⁶

Com efeito, embora a aritmética *multiplicativa (ilógica)* que tenta atribuir à “impunidade” a responsabilidade pelo aumento da “criminalidade” seja “simplória”, a descoberta da sua *ilogicidade* e a sua *crítica* pelos adestrados pelo sistema lhes é bastante complexa em razão de que, ao contrário do Barão de Münchhausen, a sua evasão da *lama*, puxando-se a si, e quicá ao seu cavalo, pelos próprios cabelos⁸⁵⁷, parte de um pressuposto não só de desconhecimento da própria situação em que se encontram, mas, também, de instabilidade do terreno onde se situam, de incapacidade de perceber a dimensão cúbica dessa

⁸⁵⁴ O rol, quase inesgotável, pode ser ampliado consultando-se ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 67.

⁸⁵⁵ 548.003 em dezembro de 2012. Para os demais números, mais pertinentes ao primeiro semestre de 2015, ver notas 294 a 297.

⁸⁵⁶ MENESES, T. B. de. *Fundamentos...*, p. 650.

⁸⁵⁷ RASPE, R. E.; BÜRGER, G. A. *As aventuras do barão de Münchhausen*. São Paulo: Círculo do Livro, s/data, p. 33.

própria instabilidade lameira, de mensurar a (não) fragilidade das suas forças, bem como de (não) perceber a ticanhez crítica a que o desespero lhes submete.

A impressão *melancólico-desesperadora* que o sistema penal provoca no senso comum da população quando sustenta que a “impunidade” é a grande razão da “criminalidade” é tão *perturbadora* que as pessoas, tateando cegamente ao seu redor, acreditam, como na “lenda budista dos cegos aos quais se perguntava o que era um elefante e cada um deles respondia de acordo com a parte do paquiderme que tocava”⁸⁵⁸, que essa é uma “verdade absoluta”, quando bastaria abrir os olhos, ficar ereto sobre o cavalo da montaria daquele nobre alemão aventureiro de mente fértil e, do seu dorso, saltar para fora do brejo que as consomem.

Ocorre que, sabendo disso, o sistema penal e o poder punitivo se previnem *cegando* e *amputando* as pessoas, proibindo-as de *enxergar*, poluindo seu campo visual com imagens que “eles nos [as] deixam ver”, e de *saltar*, imobilizando-as, tetraplegicamente sentadas, na frente da *caixa idiota*.

Portanto, qualquer levantamento imprudente e apressado sobre as causas da criminalização, incluída a seletividade (legislativa e executiva), e a suposta “impunidade”, otimizaria e mascararia ainda mais os motivos já (não tanto mais) veladamente defendidos pelo poder punitivo para o aumento progressivo das taxas de aprisionamento⁸⁵⁹ (progressão geométrica impura), convertendo-se aqueles nestas a ponto de se confundir uma suposta causa (invenção), com um suposto efeito (desejo).

Ancorando-se em relatório da *National Advisory Commission on Criminal Justice Standards and Goals*, adverte LOÏC WACQUANT que se trata justamente do contrário, ou seja, quanto ao aumento da “criminalidade” pode-se dizer que: “a penitenciária, a casa de correção e a prisão nada têm feito além de acumular fracassos vexatórios [sendo] incontestes as provas que demonstram que essas instituições geram mais criminalidade que a previnem.”⁸⁶⁰

A rigor, portanto, grande margem de “criminalidade” (*criminalização*) adviria do “efeito criminógeno” que a própria prisão proporciona, e não da sensação de “impunidade”,

⁸⁵⁸ DRAGONETTI, C. *Udāna*: la palabra de Buda. New Jersey/Buenos Aires: 2002, pp. 266 e seguintes, Capítulo IV: *Los ciegos de nacimiento*, item 4, *Las variadas sectas (I)*. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 174.

⁸⁵⁹ BLUMSTEIN, A.; COHEN, J.; NAGIN, D. *The Dynamics...*, pp. 317 a 334. Ver, ainda, WACQUANT, Loïc. *Crime...*, *passim*.

⁸⁶⁰ WACQUANT, L. *Crime...*, p. 2.

conforme demonstra a *taxa de “reincidência de ex-cumpridores de penas privativas de liberdade”*, atualmente entre 70% e 85%.⁸⁶¹

Por [...] [esse] raciocínio, depois de um delinquente ter sido submetido a castigo injusto ou excessivo, bem como a tratamento mais degradante do que o prescrito pela lei, passa a justificar o seu ato - o que não podia fazer quando o cometeu. Decide ‘descontar’ o tratamento injusto na prisão, e a vingar-se, na primeira oportunidade, através de outros crimes. *Com essa decisão torna-se um criminoso.*⁸⁶²

Ao contrário do que *tendenciosamente* afirma a teoria do *less eligibility* (spencerianismo pessimista), ao sustentar a *inconveniência* de o “criminoso” usufruir uma condição “vivencial prisional mais confortável” que a condição vital do cidadão extramuros mais desassistido - pois, mesmo não trabalhando, obtém ele comida, guarida, assistência médico-odontológica, religiosa e segurança (melhor seria dizer uma “vigilância por antonomásia”) *gratuitas* -, a *prisionização* exerce um efeito “criminógeno” *deletério*, isso quando a *cacotania* (*real ou social*) não lhe é impediante.

Um levantamento sério sobre a “impunidade” deveria perscrutar todos os *imperseguidos* pela criminalização secundária e inquiri-los sobre se foi sua “impunidade pela prática de crime anterior”, exclusivamente, o mote da sua “reincidência”, ou se foi a “impunidade alheia” a razão da prática ilícita original, ou, o que é muito mais provável, *se foi a manutenção das condições criminalizadoras, consignadas e revigoradas com várias demãos pelo verniz do sistema penal que nunca deixará de marcá-los, primeiro, com o estigma do estereótipo biológico e social* - “feios”, “maltrapilhos”, “desconjuntados”, “desengonçados”, “aleijados”, “afrodescendentes”, “dependentes”, “sem-papel”, “vadio(a)s”, “analfabetos”, “despreparados”, “inexperientes” etc. -, e, segundo, com o estigma do estereótipo jurídico - condenação penal, cumprida ou não.

Mas, se diante da *seletividade*, da “cifra oculta” e da “taxa de atrito” essa pesquisa já se mostra *irrealizável*, considerando os interesses envolvidos no “discurso da impunidade”, ventilada como fomento para a prática de novos “crimes”, e a inauguração diária de novos protagonistas “criminosos”, mostra-se ela *indesejada*, porque referida empreitada estaria contaminada *in fieri*.

⁸⁶¹ Ver <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B47E6462C-55C9-457C-99EC-5A46AFC02DA7%7D¶ms=itemID=%7B38622B1F-FD61-4264-8AD4-02215F6598F2%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>, bem como <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/7797:cnj-apresenta-projeto-comecar-de-novo-a-juizes-das-varas-de-execucao-penal>> e <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28296-cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-a-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

⁸⁶² McCLEERY, R. *The strange journey: a demonstration project in adult education in prison*. University of North Carolina Press, *bulletin*, v. 32, n. 4, 64 pp. 1 a 63. Ver, ainda, GOFFMAN, E. *Manicômios...*, p. 56.

É que ela demonstraria, cabalmente, que a “impunidade” (*impunização*, ou melhor, *seletividade positiva corretiva*), não pode servir, e não serve de razão, por exemplo, para a aplicação da pena privativa de liberdade que há mais de duzentos anos⁸⁶³ tem demonstrado não possuir o poder de mitigar o “aumento dos crimes e dos criminosos”, e justamente porque esse não é um fenômeno natural, tampouco jurídico⁸⁶⁴, senão *político*⁸⁶⁵-*cultural*⁸⁶⁶, advindo da *incontinência diarreica* do legislador, ansioso por demonstrar sua *infeliz* “utilidade” mediante a sugestão do “desespero” e do conseqüente oferecimento da sua “solução”, em cotejo com a *quase intencional letargia* das agências secundárias, cuja *inoperabilidade* mantém o “desespero” e a “solução”, projetadas acima, em um nível *insatisfatório*, mas suficiente para que o conflito permaneça sempre como algo “irresolvido”, “impune” e, por isso mesmo, “perigoso” e “assustador”.

4.3 Impunização contrabalançada?

De acordo com CELSO LUFT a *pontuação* da nossa língua obedece a *regras sintáticas*, e não a *regras prosódicas*, sendo que uma boa *virgulação* exige uma igualmente boa *intuição estrutural*, é dizer, um bom senso das *estruturas sintáticas* o que, embora não passe de um critério *arbitrário* e *criticável*, aconselha o abandono da *sensibilidade auditiva* quando do seu uso.⁸⁶⁷

Para ele, a *vírgula* é “um sinal de pontuação que indica falta ou quebra de ligação sintática (regente + regido, determinado + determinante) no interior das frases [dos discursos]”⁸⁶⁸, devendo ela ser usada “na marcação de elementos marginais [...] deslocados [...] [e] para evitar ambigüidades.”⁸⁶⁹

⁸⁶³ Datando-a no final do século XIV, MELOSSI, D.; PAVARINI, M. *Cárcere...*, p. 21. Parecendo mais correto, por outro lado, o segundo autor quando, concedendo entrevista encontrável no endereço eletrônico constante na nota 321, afirmou que: “O cárcere parecia um invento bom no final de 1700, quando foi criado, mas hoje não demonstra mais êxito positivo.” Ver, ainda, SANTOS, J. C. dos. *Privatizações...*: “Na verdade, a penitenciária moderna começa na *workhouse* americana, instituição de trabalho agrícola forçado do século XVIII [...]” Diferentemente, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 49, 62, 76-77, 439, *in verbis*, e 443: “[...] desde o século XIX a privação da liberdade é, em todo o mundo, a coluna vertebral do sistema de penas.”

⁸⁶⁴ CARRARA, F. *Programa do curso de direito criminal: parte geral*, v. I. Campinas: LZN, 2002, pp. 59 e seguintes, sobretudo p. 66.

⁸⁶⁵ Ver BATISTA, N. *Todo...*, pp. 28 a 33, e ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 32-33, 37, 63 e 149.

⁸⁶⁶ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 63-64.

⁸⁶⁷ LUFT, C. P. *A vírgula: considerações sobre o seu ensino e o seu emprego*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1996, pp. 7 e 8-9.

Se, à primeira visão, continua ele, “a vírgula pode parecer [...] um risquinho supérfluo, inútil [...], em muitos casos, ela exerce importante função distintiva”⁸⁷⁰, embora não se deva empregar a vírgula para separar um sujeito de outro sujeito, convertendo um deles em *mero complemento*⁸⁷¹ (*objeto*).

Dependendo da *posição* que o número ocupe em uma *série fracionada*, *se antes ou depois da vírgula* (arbitrariedade sintático-política com desprezo auditivo-realista), recebe ele uma valorização *maior* (sujeitificação), ou *menor* (objetificação), cuja importância é considerada, a partir do ângulo de visada percebido pelo destinatário, como passível de atenção (regente e determinante), ou não (regido e determinado).

Embora incorreto, com ela, a *vírgula*, é possível definir quais são os “elementos marginais” *traumaticamente deslocáveis*, evitando-se *anfílogias distintivo-impunitivas* entre os *estereotipáveis* e os *invulneráveis*.

Se o espectador, jazendo em seu sofá, *desconhece a realidade* de qualquer numeral veiculado pela imprensa pertinente ao assunto “impunidade” (*desapercção*), obviamente a ele passará *despercebida a real função* que o numeral exerce sobre essa mesma “impunidade”.

Embora a *função* passe *despercebida*, seus efeitos *devastadores* na formatação da concepção que ele venha a ter sobre o “outro” *não passarão*.

O que, sejamos convinháveis, é mais que provável haja vista o esforço midiático em se fazer *ver* e *ouvir*, mesmo quase a contragosto daquele.⁸⁷²

Ao estilo “*dog whistle*” e aproveitando-se de *metáforas do poder* e de *alegorias espetaculares*, têm os empreendedores morais político-eletrônicos emitido mensagens “aparentemente neutras” sobre a “impunidade” (nudez axiológica) que, entretanto, certamente estão sendo recebidas pela maioria dos ouvintes junto com uma carga *violenta, indelével e alterestigmatizante*.⁸⁷³

⁸⁶⁸ LUFT, C. P. *A vírgula...*, p. 9.

⁸⁶⁹ LUFT, C. P. *A vírgula...*, pp. 9-10.

⁸⁷⁰ LUFT, C. P. *A vírgula...*, pp. 7 a 10.

⁸⁷¹ LUFT, C. P. *A vírgula...*, p. 12.

⁸⁷² Ver JEWKES, Y. *Media and crime: key approaches to criminology*. 2th ed. London/California/New Delhi/Singapore: SAGE, 2013, *passim*.

⁸⁷³ LÓPEZ, I. H. *Dog whistle politics: how coded racial appeals have reinvented racism and wrecked the middle class*. 1th ed. New York: Oxford University Press, 2014, *passim*. Ver, ainda,

Por outro lado, *se o espectador recebe uma informação numérica incompleta sobre a “impunidade”, tanto no sentido de lhe faltar a “verdade” quanto no sentido de inexistir parte do conteúdo, poderá ele, dependendo do seu grau de adestramento, perceber equivocadamente a mensagem expedida, a despeito de esse ser, praticamente, o verdadeiro interesse do emissor midiático.*

Aquela *posição numeral*, porque *fracionada*, sempre é separada por um sinal de pontuação, a *vírgula*, que *considera* sobremaneira os que estão à sua *esquerda*, enquanto quase *desconsidera* os que estão à sua *direita*.

Quem se debruçar sobre essa questão facilmente perceberá que à *esquerda* da sucessão numérica *mediada pela virgulação* está a malfalada *grandeza da “impunidade”*, ou seja, todos aqueles *desgraçados* pela economia capitalista neoliberal, já *estigmatizados* pelo sistema penal ou próximos de o serem.

Eles representam os números *inteiros* (de corpos *estraçalhados e esquartejados*), as unidades, as dezenas, as centenas, os milhares de *rotulados* como *inatingidos*, sobretudo, pela criminalização secundária (“impunes”), seja *originalmente* (malgrado *estigmatizados*, nunca foram acusados e, ou, perseguidos e, ou, presos e, ou, condenados e, ou, executados formalmente), seja *derivadamente* (malgrado perseguidos e, ou, condenados e, ou, executados formalmente, não o foram por tempo, modo e intensidade suficientes).

À *direita* da sequência numérica *virgularmente* dividida estão os *invulneráveis*, os inalcançáveis pela criminalização primária e, ou, pela secundária, a não ser naquelas hipóteses *raríssimas* de disputa pelo poder hegemônico⁸⁷⁴ e perda da invulnerabilidade pela retirada da proteção.⁸⁷⁵

Eles representam as *frações* (de corpos *inteiros*) de unidade, de dezena, de centena, de milhar, que diminuem sua importância para o sistema penal na inversa proporção com que aquele número se afasta da vírgula.

Se considerarmos que o sistema penal, paradoxalmente, utiliza-se do encarceramento como desculpa *atuacional*, e se compararmos a *modular* “importância” dos valores divididos pela vírgula, inegavelmente perceberemos que eles se apresentam como *equivalentes* somente

<http://www4.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/dowloads/sumiko/defesas_alunos/wander_vieira_me.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

⁸⁷⁴ A Ação Penal 470 é *paradigmática*. Exemplarmente, MENEGAT, M. *O olho...*, p. 91.

⁸⁷⁵ Os casos envolvendo Suzane von Richthofen, Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, e o Goleiro Bruno Fernandes das Dores de Souza, são *exemplares*. Ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 108. Ver, também, _____. *A palavra...*, p. 421. Ver, ademais, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 49.

em uma dimensão *inversamente proporcional*, ou seja, o peso “favorável” que 1.000 vulneráveis encarcerados representam para o *estratagema punitivo* já “pode” ser absurdamente “compensado” pelo assento, no outro prato da balança, de *retoricamente* mil ao contrário, é dizer, da prisão de 0,001⁸⁷⁶ pessoa (fração de pessoa), antes inatingível (invulnerável).

A menos que sua *posição social* reconfigure a sua colocação ao substituir os zeros - que não passam de simples *circunferências*-, à esquerda do numeral, por *circulares* “bolhas de sabão” que, além de irritarem nossos olhos ao mais leve toque, impedindo-nos de enxergar sua ausência de conteúdo, com sua lâmina espectral iridescente nos iludem a ponto de acreditarmos que o que é colorido (o “louro” ariano, v. g.), também se submete ao poder punitivo.

Então, ainda que *desintencionalmente*, para que a “impunidade” não pareça revelar um *signo numeral* dirigido e, ou, construído propositadamente por alguém ou por um grupo maquiavélico (teoria da conspiração inexistente⁸⁷⁷), de vez em quando alguns invulneráveis, muito poucos, são *aglutinados* para, *em conjunto*, formarem uma nova unidade *inteira* que *ultrapassa a vírgula da direita para a esquerda* provocando a *sensação* de que se estamos - vulneráveis e invulneráveis -, unidos no mesmo lado *literalmente sinistro* (canhoto) da *pontuação curvada*, é porque “somos iguais”, *embora iguais na diferença, pois alguns são mais iguais do que outros*.⁸⁷⁸

Além disso, a *sensação visual* que a fração à *direita* provoca na percepção que a população tem da *economia inflacionária* da “impunidade” sugere o *falso* raciocínio de que ela é plasticamente *menos preocupante e importante* para a também *falsa* promoção do aumento da “insegurança” que a provocada pela parte inteira do número disposto à *esquerda* do *divisor curvilíneo*, dando a entender que a “impunidade” dos invulneráveis é mais *cool* e muito menor, ou *menos relevante e menos assustadoramente paralisante*.

Lembrando que, mesmo a partir do “cagagésimo” numeral à *direita da vírgula*, mas, principalmente quando se atinge o “culhonésimo” dele, aquela fração passa a ser considerada

⁸⁷⁶ Obviamente, em matemática, as inversões são realizadas mediante os sinais positivos (+ 1.000) e negativos (- 1.000).

⁸⁷⁷ Ver nota 729.

⁸⁷⁸ ORWELL, G. *A revolução dos bichos*. 1. ed. 19. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 106. Ver, CARVALHO, J. M. de. Brasileiro: cidadão? *In Pontos e bordados*: escritos de história e política. 1. ed. 2. re. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 276: “Como todos sabem, após a reforma constitucional de *Animal Farm* feita pelos porcos, a constituição daquele país aparentemente imaginário reduziu-se a um artigo: ‘todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais do que os outros.’”

insignificante, pesando sobre os ombros das unidades (inteiras) - dezenas, centenas e milhares - corporais (despedaçadas) toda a carga de “culpa” *que nos obriga a uma pausa para respirar*, cobrada pela vírgula⁸⁷⁹, diante de tanta *desfaçatez*.

Quando é necessário descartar um ou outro *inimputável* (criminalizado por incompreensão atípica), que não entra, escancaradamente, na conta da “impunidade”, utiliza o poder punitivo oficial a vírgula constante *nacalculadora científica!*

Não podemos esquecer, ainda, que o *esvaziamento* de muitas das unidades dispostas no campo *esquerdo da vírgula* ocorre mediante um contrabalanceamento realizado pelo poder punitivo *subterrâneo*⁸⁸⁰ (“execuções exoprocessuais sumárias de estereotipados”), que reequaciona, *sponte sua*, parte da “pseudoimpunidade” desinteressante para aquele “ponto de equilíbrio” referido acima, atendendo assim, diretamente, a interesses próprios (“crimes de vingança e justiceiros *propria manu*”), e, indiretamente, os de terceiros (“limpezas encomendadas”), mediante uma operação aritmética de subtração *macabra*.⁸⁸¹

Para VINCENT VAN GOGH, “a luta sendo desigual, uma das cores triunfa, e a intensidade da dominante não impede a harmonia entre as duas.”⁸⁸²

Em 2012, possuía o Brasil uma demografia de 197.489.800⁸⁸³ cidadãos e uma população carcerária de 548.003 encarcerados (0,28% do seu parque territorial demografado).

De seu lado, os E. U. A., campeões do encarceramento, possuíam em 2012, uma população de 313.873.685⁸⁸⁴ pessoas e 2.228.424⁸⁸⁵ presos (0,71% da população).

⁸⁷⁹ Voltado para o vernáculo, ver LUFT, C. P. *A vírgula...*, p. 7 e nota 1: “Ensinam as gramáticas que cada vírgula corresponde a uma pausa mas que nem a toda pausa corresponde uma vírgula. Mais acertado é ensinar que ‘nem a toda pausa corresponde uma vírgula, nem a toda vírgula corresponde uma pausa [...]’.”

⁸⁸⁰ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 281: “[...] a execução sem processo já se converteu em prática cotidiana.” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 477 a 481.

⁸⁸¹ FERRAJOLI, L. *Criminalidad...*, p. 76: “[...] *la tercera forma de criminalidad del poder es la que, operando también ella organizada, se pone en acción por los poderes públicos. Aquí nos encontramos, por desgracia, frente a una fenomenología compleja y heterogénea. [...] Y existen además los delitos más específicamente públicos: en primer lugar los crímenes contra la humanidad - desde las detenciones arbitrarias hasta las torturas y las desapariciones forzadas - cometidos por fuerzas policiales, fuerzas armadas y servicios secretos desde dentro y fuera de los ordenamientos respectivos; en segundo lugar, la variada fenomenología de las subversiones desde arriba por obra de organizaciones ocultas, internas o internacionales, como las tristemente experimentadas en América Latina en los años 60 y 70, e intentadas también en Italia a través de asociaciones como Gladio, los servicios secretos, la P2 y similares.*”

⁸⁸² GOGH, V. van. *Cartas...*, p. 134.

⁸⁸³ Valor aproximado referente ao final de 2012. In<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/brasil-tem-193946886-habitantes-aponta-estimativa-do-ibge.html>> e <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/populacao-brasileira-ultrapassa-marca-de-200-milhoes-diz-ibge.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Proporcional e respectivamente detínhamos em 2012, ao redor de 277 presos por cada grupo de cem mil habitantes, enquanto que eles prendiam em torno de 710 a cada contagem de cem mil.⁸⁸⁶

Ou seja, em que pese eles encarcerarem, em termos *absolutos*, mais que o *quádruplo* (4,07) do que nós encarceramos, e em termos *proporcionais*, mais que o *dobro* (2,56), isso não deve nos orgulhar, e por vários motivos.

O Brasil possui uma população descendente “branca” que gira em torno de 97.362.471 pessoas (49,3%), uma “parda” que rotaciona perto de 85.118.104 (43,1%) e uma “afrodescendente”⁸⁸⁷ próxima de 15.009.225 (7,6%).⁸⁸⁸

Já o *quantum* carcerário “esbranquiçado”⁸⁸⁹, aqui, em 2012, era de 173.463 pessoas (31,65%), o “pardeado” era de 212.409 (38,76%), enquanto que o “afrodescendente” era, no mesmo ano, de 82.590 (15,07%).⁸⁹⁰

Malgrado indevidamente, haja vista a *absurdidade* e a *inaceitabilidade* de qualquer taxonomia baseada no conceito de “raça”, considerada a manutenção histórica do “ideal de brancura” (alveijamento puro), bem como que o “preconceito racial de marca”⁸⁹¹ acaba por continuar a *estigmatizá-los* porque portadores indissociáveis “dos traços do grupo [hiper] discriminado”⁸⁹² (qual sendo, os “afrodescendentes”), na “alegoria sensória comum”

⁸⁸⁴ Dados de julho de 2012, extraídos de <<http://quickfacts.census.gov/qfd/states/00000.html>>, e sítio eletrônico indicado na nota 633, acessado em 21 abr. 2014.

⁸⁸⁵ A demografia carcerária é de 2012. Ver sítio eletrônico indicado na nota 632 e <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/p12ac.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁸⁸⁶ Com outros resultados, porque se utilizando de outros parâmetros prisionais, ver <<http://www.prisonstudies.org/country/brazil>>. Acesso em: 21 abr. 2014, bem como o sítio eletrônico indicado na nota 632.

⁸⁸⁷ Ver nota 314.

⁸⁸⁸ Ver <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/11/estudo-aponta-distribuicao-da-populacao-por-cor-ou-raca>>. Acesso em: 06 out. 2014.

⁸⁸⁹ Ver nota 310.

⁸⁹⁰ Ver nota 296.

⁸⁹¹ NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco*: estudos de relações raciais. In Biblioteca Básica de Ciências Sociais, série 1ª, Estudos Brasileiros, v. 9. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, pp. 78-79: “Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.”

representam “o[s] mestiço[s] [...] ser[es] inferior[es] a qualquer das raças da qual provinha [provenham]”⁸⁹³, passando a integração dos “pardos”⁸⁹⁴ a se apresentar como medida estatisticamente prudente a ponto de alcançar aquele último valor o patamar de 294.999 encarcerados (53,83%), embora esse grupo (o dos “pardos”), represente apenas 85.118.104 pessoas (43,1%).

A despeito de repugnarmos classificações “racistas”, em alguns casos *os fins parecem justificar os meios* (adoção de políticas *redutoras* das desigualdades):

O negro não era considerado um grande entrave à constituição e ao progresso da nação. Primeiramente, achava-se que estavam desaparecendo, não só pela miscigenação, mas porque seriam pertencentes a uma raça inferior, condenada à extinção pelo próprio processo evolutivo e pelo contato com o branco, o mesmo podendo ser dito do indígena. Além disso, o negro estava em uma posição apropriadamente subalterna. Já os mestiços não pareciam desaparecer. Acreditava-se que ascendiam socialmente e competiam com os brancos pelos diversos recursos e bens sociais disponíveis. Eles é que constituíam a grande ‘ameaça’, principalmente se se aventava, como Nina Rodrigues, que seu grande número poderia levá-los ao poder. O preto poderia ser isolado de várias formas, mas os mestiços imprimiam e difundiam a marca da não-brancura pela sociedade: os pretos são poucos, os mestiços são muitos. [...] Por vezes, critica-se não a classificação, mas uma das formas de se empregá-la. [...] Pretos e pardos distinguem-se bastante dos brancos, mas virtualmente diferem pouco entre si em qualquer indicador de situação ou posição social que se possa imaginar. A agregação de pretos e pardos tem a vantagem de dissolver o problema do tipo limítrofe entre essas duas categorias, mas acentua o problema da fronteira entre pardos e brancos. A representação do negro, ainda que varie circunstancialmente, aponta para o extremo preto das gradações de cor. Assim, fica difícil conceber o pardo na fronteira do branco com o negro, pois os traços que o relacionam ao ‘fenótipo’ negro estão extremamente diluídos. Todavia, deve-se lembrar que o propósito da classificação racial não é estabelecer com precisão um tipo ‘biológico’, mas se aproximar de uma caracterização socialcultural local. O que interessa, onde vige o preconceito de marca, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminações. Portanto, a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados.⁸⁹⁵

⁸⁹² OSORIO, R. G. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Texto para discussão n. 996. Brasília, nov. 2003, p. 23. In <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

⁸⁹³ Ver nota anterior.

⁸⁹⁴ Ver nota 314.

⁸⁹⁵ OSORIO, R. G. *O sistema...*, pp. 22 a 24.

Nessa esteira *aglutinadora* seguem a Lei n. 12.711/12⁸⁹⁶, e a Lei n. 12.990/14⁸⁹⁷, destinando certo percentual das vagas, respectivamente, em instituições federais de ensino e em concursos públicos federais, para “negros”, é dizer, “pretos” e “pardos”.

A população norte-americana, no que nos interessa aqui, é composta de 197.740.422 “brancos” (63%), 53.044.653 “latinos” (16,9%), e 41.117.453 “afrodescendentes” (13,1%).⁸⁹⁸

Por outro lado, a quantidade de pessoas estadunidenses “brancas” encarceradas é de 500.604 (0,16%), enquanto que a de “hispânicas” é de 332.202 (0,11%), e a de “afrodescendentes” é de 551.154 (0,18%).⁸⁹⁹

Isso nos leva a algumas reflexões.

Uma delas é a de que, enquanto os norte-americanos possuíam em 2012, a maior população carcerária do mundo (2.228.424)⁹⁰⁰, preenchiam o posto de 3º mais populoso (313.873.685)⁹⁰¹, e ocupavam o 1º lugar na economia mundial (Produto Interno Bruto [PIB]entre 14 e 16 trilhões de dólares)⁹⁰², o Brasil ocupava o 4º lugar no *ranking* do aprisionamento (548.003)⁹⁰³, embora fosse apenas o 5º mais populoso (190.732.694)⁹⁰⁴, e representasse a 7º economia do mundo (PIBum pouco acima de 2 trilhões de dólares).⁹⁰⁵

Atualmente, a consideração dos que estão em *prisão domiciliar* faz com que o Brasil ocupe, em termos absolutos, o 3º lugar na *corrida prisional* (711.463⁹⁰⁶), mantendo-se no 5º da medida demográfica e no 7º da economia mundial.

⁸⁹⁶In <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 29 dez. 2014.

⁸⁹⁷In <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/L12990.htm>. Acesso em: 29 dez. 2014.

⁸⁹⁸ Os dados são de 2012. Ver sítio eletrônico indicado na nota 884.

⁸⁹⁹ Os dados são de 2012. Ver, sobretudo *appendix table 4*, p. 37, <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/p12tar9112.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁹⁰⁰ Ver notas 632 e 885.

⁹⁰¹ Ver sítio eletrônico indicado na nota 633.

⁹⁰²In <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pib-do-3-tri-distancia-ainda-mais-o-brasil-das-seis-maiores-economias>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

⁹⁰³ Segue parte do *ranking* dos países que mais encarceram: E. U. A., China, Rússia (Brasil) e Brasil (Rússia). As posições da Rússia e do Brasil podem permutar conforme os dados utilizados. Os quatro somados representam mais da metade da população encarcerada no mundo. In <<http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief>>. Acesso em: 20 dez. 2013; e sítio eletrônico presente na nota 378.

⁹⁰⁴ Segue o *ranking* dos 10 países mais populosos do mundo, em ordem decrescente: China, Índia, E. U. A., Indonésia, Brasil, Paquistão, Nigéria, Bangladesh, Rússia, Japão. Ver sítio eletrônico indicado na nota 633.

⁹⁰⁵In <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/8-previsoes-furadas-para-a-economia-em-2013>>. Acesso em: 22 dez. 2013, e sítio eletrônico presente na nota 902.

Outra é que, se incluirmos os “pardos”, a comparação se apresentaria nos seguintes termos.

No Brasil, inclusive para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão *oficial* não só coletor, senão, sobretudo, *formador de opiniões*, “os pretos e os pardos” compõem a absurdamente nominada “raça” dos “negros”.

Biológico-absurdamente porque nominada como “raça” (mais correto seria dizer que somente existe a *espécie humana*), e *político-absurdamente* porque nominada como dos “negros” (menos incorreto, mas apenas talvez, seria dizer “afrodescendentes”).

Repaginando citação anterior, podemos dizer que:

[...] a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados.⁹⁰⁷

A partir dessa premissa descortina-se que em nosso país “os pretos⁹⁰⁸ e os pardos (negros⁹⁰⁹)” correspondem a 294.999 presos, ou seja, 53,83% da ocupação carcerária, embora sejam responsáveis por 50,70% da população nacional, enquanto que os “brancos”, requentemente, representam 173.463 encarcerados, é dizer, 31,65% da prisionização, embora componham 47,7% da população nacional.^{910, 911}

Comparativamente, então, a população nacional “preta e parda (negra)” é em torno de 1,06 vez maior que a “branca”, embora esteja sendo encarcerada por volta de 1,70 vez mais que essa, em termos *absolutos*.

Relativamente, comparando *internamente* cada grupo, alcançaremos os seguintes valores: enquanto que 0,19% da população “branca” está atrás das grades, 0,30% dos “pretos e pardos (negros)” encontra-se segregado pelo sistema penal.

O que equivale a dizer que o “empretecimento⁹¹² (‘pretos’⁹¹³) e o penumbramento (‘pardos’⁹¹⁴) das prisões” revelam um “enegrecimento ou escurecimento prisional

⁹⁰⁶ In <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

⁹⁰⁷ OSORIO, R. G. *O sistema...*, p. 24.

⁹⁰⁸ “Negros” para o Ministério da Justiça. Ver nota 309.

⁹⁰⁹ Segundo o IBGE. Ver nota 892.

⁹¹⁰ Ver nota 296.

⁹¹¹ Ver nota 312.

(‘afrodescendentes’)” *superior* a 1,58 vez em relação ao seu “embranquecimento (eurodescendentes)”, o que demonstra que um “preto ou pardo (negro)” corre quase que o *dobro* do risco de ser encarcerado em comparação com um “branco”, sendo que a maior parte desse risco advém de uma criminalização que considera como um de seus elementos *renovadores* (mais do mesmo), requeente-se, o maldito “discurso da impunidade criminógena”.

Com efeito, a inclusão dos “pardos (penumbramento prisional)”, ao contrário do que possa parecer, não arrefece o “empretecimento das prisões”, senão, *acentua-o*, “enegrecendo-o” na medida em que, mesmo carregando apenas alguns traços que revelam uma “afrodescendência”, são aqueles ancorados a uma categoria (“negros”⁹¹⁵) que, mesmo tocando-os *en passant*, tem força suficiente para guindá-los, via reboque, até o *nariz de cera* de uma “impunidade *dicotômica*”, é dizer, que inadmite *meio-termo*⁹¹⁶, passando os *aparentemente* “afrodescendentes”, é dizer, os “pardos”, a “negros marcados por um emblemático carimbo de *pretidão* que os *estigmatiza* mediante idiossincrasias e fenótipos esteticamente “rejeitáveis e desagradáveis”.

Com efeito, é possível, sim, falarmos de um “enegrecimento das prisões”, bem como de um “escurecimento da impunidade”.

Aproveitando-se de circunstâncias que entornam, *indissociavelmente*, o “negro (preto ou pardo)” tornando-o um “suspeito natural”, como os fatores *sociais, econômicos, etários, ambientais, étnicos* e a sua *proximidade física* (localização possível dentro do sítio onde se assenta o corpo de delito), ou *circunstancial* (mera possibilidade probatória, ainda que remota e homogênea), ao *eventodelineador*, bem como se valendo de um fenótipo *generalizador*

⁹¹²WACQUANT, L. *As prisões...*, pp. 93 e seguintes. Ver, também, _____. Crime...: “É verdade que os negros sempre estiveram sobre-representados no seio das penitenciárias, e isso por duas razões. A primeira é que eles cometem proporcionalmente mais crimes que os brancos, em função da diferença de estatuto socioeconômico entre as duas comunidades (um afroamericano entre três vive abaixo da linha oficial de pobreza contra um euroamericano entre dez) e da segregação extrema que lhes é infringida [*sic*] nas cidades. A segunda é a discriminação que assola todos os patamares do sistema judiciário (Crutchfield *et alii*, 1994; Donziger, 1996, pp. 99-129): por ‘crime igual’ os negros são frequentemente mais detidos, mais vezes denunciados diante dos tribunais e mais pesadamente condenados que os brancos. Mas o agravamento espetacular da ‘desproporção racial’ no período recente sugere que uma nova relação se estabelece entre o encarceramento e a divisão de casta que sustenta a estrutura da sociedade americana.” Ver, ainda, na fonte, CRUTCHFIELD, R. D.; BRIDGES, G. S.; PITCHFORD, S. R. Analytical and aggregation biases in analyses of imprisonment: reconciling discrepancies in studies of racial disparity. *Journal of research in crime and delinquency*, v. 31, n. 2, 1 may. 1994, pp. 166 a 182, e DONZIGER, S. R. (ed.). *The real war on crime: the report of the National Criminal Justice Commission*. New York: Harper Perennial, 1996, pp. 99 e seguintes.

⁹¹³ Ver nota 309.

⁹¹⁴ Ver nota 309.

⁹¹⁵ Ver nota 892.

⁹¹⁶ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 56.

(“homem, jovem, negro, com cabelos crespos, lábios grossos, nariz achatado, mal vestido, ou vestido com uma indumentária específica como cordão desproporcional de ouro ou prata, camisa e bermuda largas e compridas e boné de aba reta”), prepara o sistema penal o terreno para o “escurecimento da impunidade” mediante uma simples acusação que encontra guarida “confortável” em um elemento psicológico (*im*)*plantado*, consistente em “*não haver*”⁹¹⁷, ou, *em haver ele tentado ou praticado o crime após se deixar seduzir pela (aqui, sensação da) impunidade que, círculo-viciosamente, poderá rebeneficiá-lo, bem como (re)beneficiar terceiros ao, eventualmente, deixá-lo impune*”.

“Impunidade” essa que, na verdade, acaso ocorrente, haja vista adstringir-se à degustação da seletividade, certamente beneficiará o sistema, realimentando-o.

Como se percebe, para justificar a criminalização, *pendularmente* aceita o sistema penal a consideração da “impunidade” como uma “sensação (abstração) estimulante”, embora a considere uma “realidade (concreção) perigosa” quando lhe interessa reinaugurar sua *cruzada contra o “mal”, ou aumentar as penas, ou inventar novos “crimes”*.

Entretanto, essa tendência expansiva incontrolável do poder punitivo, *infelizmente* quase sempre bem sucedida como discurso, não passa de uma *renormatização*⁹¹⁸ (pelo “reformador cruzado”⁹¹⁹), que não funcionará como não funcionou a legislação precedente, sobre cujas *ruínas e escombros*⁹²⁰ ergueu-se o novo Palácio da Justiça. E malfadar-se-á justamente porque utilizar o “discurso da impunidade” para *aumentar penas e inventar novos “crimes”* equivale a querer que algumas ferramentas funcionem (*privação da liberdade como função direta da prisão*), embora elas já venham demonstrando sua *imprestabilidade* há mais de *duzentos anos*⁹²¹.

Essas ferramentas são as sanções penais domésticas (privadas ou públicas), que há mais de *cinco séculos*⁹²², desde o *descobrimento (início do desgaste)* do Brasil, não conseguem eliminar ou diminuir a “criminalidade”, tampouco demonstrar que a “impunidade” alavanca a prática do “crime”.

⁹¹⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 307.

⁹¹⁸ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 53-54.

⁹¹⁹ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 153 e 167.

⁹²⁰ Ver, por todos, MENEGAT, M. *Estudos sobre ruínas*. In coleção pensamento criminológico, n. 18. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012, *passim*.

⁹²¹ Ver nota 863.

⁹²² ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 411 e seguintes.

E por um simples detalhe: o de que a “*criminalidade*” e a “*impunidade*” existem, embora, respectivamente, *tout court* como *criminalização e impunização baseadas na seletividade*, o que é bem diferente, haja vista que essa segue diretrizes *discricionárias e randômicas*.

A rigor, mesmo tendo conhecimento de que as penas não funcionam, insiste o poder punitivo em manipulá-las exatamente porque *lhe é interessante que elas continuem não funcionando mesmo*, pois só assim ele pode, *terceirizando* a culpa que é só sua, *utilizar-se “pervertidamente” do “discurso da impunidade criminógena” como desculpa sobressalente* para, aumentando aquelas e inventando novos “crimes”, *retirar de cena todos os que lhe incomodam ou não lhe servem*.

Consoante o discurso do poder punitivo, há “impunidade” porque a pena “não funciona” (omitida a falência das prevenções gerais positiva e negativa), e a pena “não funciona”, ainda segundo aquele, não por culpa da *ilogicidade* do próprio poder punitivo, mas, porque ela é “*demasiadamente suave!*”

Será, todavia, que essa não é uma situação exclusiva da América Latina, ou é o nosso realismo marginal que a *acentua* na direta medida em que *intensificamos as diferenças sociais* (“pessoas identificadas e seres inidentificados”), *rentárias* (“tem, mas acabou”), e *discursivas* (“impunidade interessante”), *facilitando a interpretação dos papéis distribuídos?*

Segundo EUGENIO ZAFFARONI:

Nestes cinco séculos, apesar da magnitude dos genocídios e etnocídios, estas manifestações perduram e continuam interagindo de forma *sincrética*. Dessa forma, este sentido de ‘marginalidade’ em nossa região implica, necessariamente, um ‘sincretismo’, de tal maneira que praticamente pode-se afirmar que a América Latina é, em substância, o resultado de um formidável processo de interação da marginalização planetária, marcado pelo sincretismo. A civilização mercantil, ao tornar subdesenvolvidas a América Latina e a África para produzir a revolução industrial (já que, sem os meios de pagamento e a matéria-prima latino-americana e africana, não teria conseguido fazê-la), originou por baixo dos panos um processo bastante singular de sincretismo cultural que, economicamente estrangulado, está produzindo pautas próprias de subsistência mediante a atual sincretização de todas as contribuições de suas raízes.⁹²³

Confrontando a população demográfica e a carcerária dos E. U. A. com a do Brasil facilmente observamos que, estatisticamente, o sistema penal brasileiro realiza uma *seletividade neurótico-obsessiva* tão *agressivo-psicótico-cromática* quanto a estadunidense porquanto eles estão encarcerando 1,42% dos “pretos”, dentro da população “preta”, e 0,22% dos “brancos”, dentro da população “branca”.^{924, 925}

⁹²³ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 168-169.

Isso significa que, embora a população norteamericana “preta” seja 5,74 vezes menor que a “branca”, um cidadão estadunidense “preto” tem 6,45 vezes mais chance de ser preso que um também cidadão estadunidense “branco”, o que revela um *empretecimento prisional sobrerrepresentado* em torno de +189,14% (mais cento e oitenta e nove vírgula catorze por cento) e um embranquecimento *sub-representacional encarcerador* por volta de -54,26% (menos cinquenta e quatro vírgula vinte e seis por cento).

Já o nosso “empretecimento” prisional está representado por percentuais que contabilizam, mais ou menos, 0,57% de “pretos”, dentre cidadãos “pretos”, e 0,19% de “brancos”, em meio aos cidadãos “brancos”.⁹²⁶

Ou seja, um índice 3 vezes maior que, em toda medida, demonstra que um “preto”, cidadão brasileiro, componente de uma população que é 6,28 vezes menor que a “branca”, tem, todavia, 3 vezes mais chance de ser encarcerado que um branco, também cidadão brasileiro!

De todo modo, nossa sobrerrepresentação carcerária empretecida giza em torno de +98,29% (mais noventa e oito vírgula vinte e nove por cento), enquanto nossa sub-representação alvejada prisional gravita por volta de -33,64% (menos trinta e três vírgula sessenta e quatro por cento).

Isso é fruto não só de uma “*impunidade predicativa*”, mas, em grande medida, dela e do seu *poder formativo subjetivador* que, decalcando *marcadores de singularidade* nos estereotipáveis (“seres desidentificáveis”), impede-os de se esquivar do *esquema imagéticoprojetado metaforicamente*⁹²⁷ pelo sistema penal que, desde o início, pôs-se de atalaia para emboscá-los em sua passagem *liricamente plástica* pela vida.

Porque moldáveis (reaproveitáveis e recicláveis) a toda “(de)formação” *útil, necessária, conveniente e oportuna* (corpos PET– Politereftalato de etileno), servem os (re)estereotipados, agora por uma *impunização predatória*, ao preenchimento de um previsivelmente malfadado *experimento de vazio* confabulado pelos empreendedores

⁹²⁴ In <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cpus12.pdf>> e <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/p12tar9112.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014. A estatística utilizada possui inúmeros pormenores, sobretudo os que envolvem as informações fornecidas pelas administrações que, em alguma medida, nem sempre separam os hispânicos.

⁹²⁵ In<<http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-05.pdf>> e <<http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-06.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

⁹²⁶ Ver nota 296.

⁹²⁷ Sobre *projeção metafórica* e *esquema imagético*, ver JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University of Chicago Press. 1987, pp. 65 e seguintes. Ver, também, LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999, *passim*.

(i)morais quando da *programação retórico-cientificista* das criminalizações primária e secundária, estando nós autorizados a, talvez, incluir uma *criminalização terciária (cumprida pela mídia)* que, *arquitetada sobre o “medo” e narrando ficcionalmente o insólito*, negocia com a nossa *imaginação “assustadiça”* oferecendo-nos uma *fantasia que descobre* os “pés de um santo”, os *estereotipados e estigmatizados* (desconforto vermelho), para *cobrir* a “cabeça de outro”, os cidadãos vendados (conforto azul).

Diante dessas evidências não parece correto continuar dizendo que há uma “impunidade” no Brasil.

Ao contrário, nosso país é punitivista em excesso, conforme evidencia o fato dele ocupar a posição de 4ª (3ª, em 2015,) maior população carcerária do mundo, com crescimento maior e mais veloz em todo o planeta.

4.4 Impunização em promoção

Acima ficou rascunhado que, por não haver uma capacidade de eliminá-la totalmente, em alguma medida, há certo *interesse* do sistema penal e dos seus empreendedores (i)morais em *manter ou promover a “impunidade”, usufruindo-a em seguida*.

Nesse caso, o da “promoção”, porque não possuem uma *estrutura física e humana suficientes* para levar a cabo todos os *auspícios* da programação criminalizadora primária e, naquele, o da “manutenção”, em razão da progressão geométrica *impura*.

É dizer, as agências da criminalização secundária só conseguem atuar na esfera *microvarejista* - pessoal-, haja vista não existir policiais, promotores, magistrados, agentes penitenciários suficientes para acusar, perseguir, prender, denunciar, condenar e encarcerar os alvos *macroatacadistas* veiculados na pauta midiático-política (nessa ordem), da ocasião (maioria da população que, todavia, é, vez ou outra, alcunhada de minoria).⁹²⁸

O caráter *genérico*, obrigatório à legislação penal (artigo 22, inciso I, da CRFB/88), *megalomaniaco* e *abusado* pela programação criminalizadora primária se *personifica*, quando da atuação da criminalização secundária, então, em *pequena medida*.

E seria “menos ruim”⁹²⁹ se continuasse sendo assim (teoria do “*second best*” ou do “*best before date*”), porquanto a *inabilidade* ou a *desestruturação* das agências secundárias acabaria por mitigar os excessos advindos das primárias se não fosse um problema seriíssimo,

⁹²⁸ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 43-44.

⁹²⁹ Citando Massimo Pavarini, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 59.

o de que quase toda a sua atividade tem desaguado, de maneira concentrada, nos estereótipos arquitetados homogeneamente.

Em razão do desperdício eleitoral que tal hipótese “menos pior” (e improvável) enseja (*seletividade reduzida*), e da obviedade do descontentamento das agências responsáveis pela criminalização primária programada com a inutilização de grande parte do seu serviço, reativam elas o produto do seu trabalho, a *legislação*, mediante uma reprogramação normativa penalizante (*renormatização*) que a converte em discurso de “impunidade (desrespeito ao material legiferado)”, atribuível, a partir de então, não só à *destreza* do “criminoso”, senão, também, à inabilidade de agências como a policial e, ou, a ministerial pública e, ou, a magistratural que, apesar disso, são “higienizadas” pelo ricochete em desfavor da agência legislativa exclusiva⁹³⁰ (leis inexistentes ou suaves) (técnica do cabo de guerra), ou pela “culpa exclusiva do indivíduo”, seja ele o “criminoso” e, ou, o próprio “agente” do sistema penal que passa a assumir, *intuitu personæ*, sua parcela do encargo, e sem direito a *ação progressiva* (ação regressiva ao inverso - artigo 37, § 6º, da CRFB/88).

De todo modo qualquer *vício atuacional* que enseje uma responsabilidade (exigida midiaticamente), *migrará* das agências policial, ministerial, judicante e penitenciária, como *pessoas jurídicas*, para o *indivíduo* que as representa, o que deixará o sistema penal novamente asséptico conforme notou NILO BATISTA: “a responsabilidade subjetivada do direito penal pode ser harmonicamente ajustada à sociedade do individualismo de mercado: toda culpa tem um sujeito, o sistema é sempre inocente.”⁹³¹

Para EUGENIO ZAFFARONI, NILO BATISTA, ALEJANDRO ALAGIA e ALEJANDRO SLOKAR:

Em razão da escassíssima capacidade operacional das agências executivas, *a impunidade é sempre a regra e a criminalização secundária, a exceção*, motivo por que os empresários morais sempre dispõem de *material* para seus empreendimentos.⁹³²

Material adiposo, de que falamos antes, utilizado como *energia* para a detonação de estratégias em momentos de *escassez* visando à produção de um senso comum que adira e apoie a conversão de uma *fantasia de “insegurança” escatológica* em uma *“realidade” fabricada, igualmente tecnoapocalíptica*.

⁹³⁰ Congresso Nacional, artigo 22, inciso I, da CRFB/88.

⁹³¹ BATISTA, N. Sobre..., p. 9.

⁹³² ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 45.

Com efeito, essas últimas agências, manipuladas, então, pelos empreendedores (i)morais, pretendendo *manter* seu espaço, *redistribuir* e *redirecionar* a responsabilidade pela “impunidade”, dela se esquivando (transmissão do tubérculo quente), *reequipam-se* para os novos tempos.⁹³³

Como o *pacto federativo*, embora desconfortável, deve ser preservado sob pena de *fragilização do poder soberano* - cuja filiação espúria é o poder punitivo -, esse discurso *acusatório* é entregue à *mídia* para que não haja *desgaste* entre as próprias agências e para que *reste indetectada qualquer ranhura, interna corporis, no sistema penal como um bem voltado, harmonicamente, a favor de todos*.

Embora, pela segunda lei da termodinâmica, haja uma transferência de energia no sentido do corpo de maior temperatura para o de menor temperatura, essa delegação da *gestão* do sistema penal para a *mídia*, que a transmite *via cabo*, do *cassetete*, acaba servindo para reter, por mais tempo, boa parte ou o resto da energia que mais tarde será inevitavelmente migrada, simplesmente *administrando com mais habilidade (espetacular) a sua suspensão* até que a (des)energização dos corpos (do criminalizado e dos espectadores) se iguale, ou melhor, *até que um deles (criminalizado) perca a energia (a espetacularidade) minimamente suficiente para manter esse ou aquele fato criminalizado em evidência incandescente*.

Com efeito, o embate entre as duas agências - a *primária* e a *secundária* -, desemboca na *maior persecutibilidade penal* - que é a solução panaceica para a restauração da sintonia entre elas -, falsamente demonstradora de uma “harmonização soberana”, de uma “força convergida à tranquilização” e de uma “disposição inquebrantável e indesejável na luta dura contra o crime”, arrimadas em um “medo” vinculado a uma *inverdade*, a de que a “impunidade encoraja *perigosamente* a prática de novos crimes” e “estimula *euforicamente* novos criminosos”.

Muitas das consequências *indelévels* dessa atitude *hemorragicamente irresponsável* já foram desenhadas atrás.

É evidente que ÉMILE DURKHEIM não queria chegar tão longe quando escreveu su’*As regras do método sociológico*^{934, 935}, mas há certa lógica em acreditar que uma determinada quantidade de “impunidade” - e, para não dizer, de vez em quando, também de

⁹³³ Essa imagem foi extraída de BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 33.

⁹³⁴ DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. In coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 71 a 161.

⁹³⁵ Discordando de Émile Durkheim, ver nota 371.

punição⁹³⁶ -, é desejada pelo poder punitivo, porque é ela quem *realimenta*, suscitando o “desespero *histórico*” e a “insegurança *paranoica*”, sua manutenção agenciário-funcional “salvacionista” no esquema federativo, outorgando-lhe e reoutorgando-lhe o *status* de “único capaz de arrefecer o medo” e “dissipar a intranquilidade”, fomentando a coesão social.

Em um poder punitivo em “promoção”, os cálculos da “impunidade” desprezam as cifras percentuais que deixam de fora - *off*-, a maioria dos invulneráveis que, não bastasse a improbabilidade (quase impossibilidade) de serem alcançados pela programação criminalizadora primária, (facilmente) escapam da criminalização secundária ao reassumirem sua condição de invulnerabilidade eventualmente (raramente) olvidada quando da confecção da legislação.⁹³⁷

De sorte que, proporcionalmente, levando-se em conta, por exemplo, o seu elevado *status* financeiro, educacional, social e interventivo (*lobby*), sua “impunidade”, *conveniente* (escapam da programação criminalizadora primária), e *oportuna* (escapam da criminalização secundária), passa a ser, *axiologicamente*, muito superior à dos vulneráveis (discricionariedade administrativa).

De mão do que foi esboçado acima já podemos concluir que existe uma “impunidade conveniente” ao legislador e uma “impunidade oportuna” admitida pela polícia, pela promotoria, pela magistratura e pelos verdugos, respectivamente, por *ação* (“deflação legislativa”), e por *omissão* (“indolência atuacional”).

Ou seja, naquela maldita economia punitiva não é computada a “*impunidade conveniente*”, quando o legislador *não* fabrica leis que criminalizem as condutas dos invulneráveis (esquerda punitiva decepcionada), tampouco a “*impunidade oportuna*” (esquerda punitiva suspensa), porquanto são consideradas na equação final da *seletividade* somente as obras “toscas”, os atos “violentos”, aqueles cuja *incógnita* é de *fácil encontro*⁹³⁸ e que têm maior capacidade para suscitar o “medo” dos e a “precaução” contra os *estigmatizados*, *incluídos os por impunização útil-simplória (utilitarismo economicista)*.

Em tempo, embora a *impunização conveniente* e a *impunização oportuna* não deixem de ser também *impunizações “úteis”* aos empresários morais que gerenciam o sistema penal na medida em que *excluem* da *criminalização* suas condutas (quase) *indepassáveis*,

⁹³⁶ Ver nota 365.

⁹³⁷ Mais ou menos sobre isso, ZAFFARONI, E. R. *O inimigo...*, *passim*.

⁹³⁸ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 45 a 48.

preferimos deixar essa designação de *impunização* “útil” apenas para a *impunização* dirigida contra os *vulneráveis*.

Enquanto as primeiras (“impunidade conveniente e impunidade oportuna”), *praticamente ficam de fora do discurso tímido da impunização*, não estando *off* dessa conclusão sequer o país do inglês, são as situações derivadas da *seletividade utilitário-economicista* incluídas, quase que com *exclusividade*, na comunicação da “impunização criminógena”.

O problema é que todo esse tratamento *diferenciado* fica *in off*, jogado para *debaixo do tapete* sobre o qual repousa o móvel que suporta o rádio e a televisão ou, nesses tempos de tecnologia perecível, sob o carpete que suporta aquele que recebe o computador, ou, ainda nesses tempos de tecnologia *vade mecum*, dentro da lixeira do *tablet* e do aparelho celular!

Não bastasse, e provavelmente pelo temor à *atualização* de um “pecado”, “já que Iahweh proibira esse tipo de cálculo, talvez por causa de uma antiga crença segundo a qual, caso fossem contadas, as pessoas ficariam vulneráveis aos espíritos maus”⁹³⁹, há ainda a “cifra oculta”⁹⁴⁰, o signo numérico que concentra toda uma massa de criminalizações derivada da ventilada (ou melhor, sufocada) inoperância das agências secundárias e que sequer adentra nas estatísticas, pelo menos não como algo vinculado à “impunidade”.

Voltando ao assunto que deixamos decantando, mesmo de mão de estatísticas *matematicamente bem feitas e completas*, porque arrimadas nas *criminalizações*, (muito) superiores seriam, ainda, os números da suposta “impunidade” em desfavor dos vulneráveis, aumentando *vertiginosamente* a sensação, *falsa*, de que o problema do “crime” e da “criminalidade” está na “impunidade”.

É que, pelo fato de se assentarem sobre premissas político-socioeconômicas frias e falsas, pervertidamente sedutoras da seletividade do sistema, legitimariam as estatísticas, graficamente, apenas o exagerado programa criminalizador primário e a inoperante criminalização secundária, e suas escolhas.

Ademais, apesar de a diferença (quase que pré-moldada) entre o programa criminalizador primário e a criminalização secundária ser *megalomaniaca*, ainda se tem o *descaramento* de sustentar que há muita “impunidade” em um país como o Brasil, que experimentou na *última década* um *aumento* de 113,21% da *população carcerária*⁹⁴¹,

⁹³⁹ SANFORD, J. A. *Mal...*, p. 38.

⁹⁴⁰ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 43-44.

enquanto que sua *populaçãodemográfica* cresceu no mesmo período apenas 12,33%⁹⁴², ou seja, quase dez por cento daquela.

A partir de um cenário “mais pessimista”⁹⁴³, *nesse ritmo esdrúxulo*, por volta de 2060, a população carcerária brasileira (496.251, em 2010), terá quase *dobrado* (algo próximo a 922.838), seguindo, *rotineiramente*, uma progressão geométrica *impura* macabra.⁹⁴⁴

*É como se nos anos sessentas, do século XXI, prendêssemos quase todos os atuais alunos da educação superior oferecida pelas instituições federais brasileiras (por volta de 1.080.000 estudantes).*⁹⁴⁵

Desconsiderando que a partir de 2043, *prognosticamente*, nosso país experimentará uma desaceleração do crescimento populacional, o que *anuvitaria e adiantaria a completude* do nosso cenário punitivo, partindo de um *parque industrial-prisional* que recolhia e armazenava em torno de 496.251 pessoas em dezembro de 2010, e comparando com a *projeção de progressão impura da população brasileira*, podemos prever que *na primeira quinzena de junho de dois mil e cem (entre 01 e 15.06.2100), requente-se, todos os brasileiros, todos, indistintamente, inclusive os inimputáveis, estarão atrás das grades, realizando, assim, o integral e “grande encarceramento” goffmaniano.*⁹⁴⁶

A “impunidade”, portanto, não está *in*, é dizer, *indébito(a)* com todos aqueles “descartáveis”, “desgraçados” pelo programa econômico neoliberal que os entregou ao poder punitivo mediante um *contrato irresolúvel*, “promovendo-os” a encarcerados *305 vezes mais* que os invulneráveis.⁹⁴⁷

⁹⁴¹ Para podermos comparar com os dados demográficos disponíveis utilizamos como última década o período entre 2000 e 2010. Ver nota 296.

⁹⁴² *In* <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1866>>. Acesso em: 02 maio 2013.

⁹⁴³ Utilizou-se a diferença entre a população carcerária de 2010 (496.251) e 2012 (548.003), equivalente a 10,43%.

⁹⁴⁴ Razão da progressão bienal (2010 para 2012): 10,43%; e termos da progressão: 496.251 presos em 2010 e 992.502 (o dobro de) encarcerados no segundo semestre de 2028.

⁹⁴⁵ *In* <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado>. Acesso em: 14 mar. 2013.

⁹⁴⁶ Embora fosse mais prudente que a *razão da progressão* da evolução geométrica *impura*, que escandiu a projeção do crescimento da população brasileira e da população carcerária, houvesse sido obtida da média das variações desde suas respectivas medições históricas, isso obviamente arrefeceria o caráter retórico temporal do resultado *convergente* vaticinado.

⁹⁴⁷ O resultado provém da seguinte comparação: “Dos poucos dados disponíveis, não mais que 50 dos 15.267 presos no Espírito Santo têm ensino superior. Ou seja, 0,3%.” *In* SIMÕES, R. G. Jovens..., p. 17.

5 IMPUNIZAÇÃO FILOSÓFICO-ELETRÔNICO-ESTETICISTA-TEMPORAL

5.1 A mídia, a sensação de “impunidade”, a impunização sensacional e a impunização sensacionalista

Na disputa pelo poder hegemônico digladiam-se várias agências que *permutama cúspide com a mesmarapidez com que a titularizam*⁹⁴⁸, com predomínio *varejista* das policiais (*policização*), porque escoradas em uma *desburocratização* que permite *respostas mais arbitrárias, mais rápidas, menos rastreáveis, mais “eficazes” e mais temíveis*⁹⁴⁹, enquanto que a dominação hegemônica *atacadista* fica a cargo dos aglomerados econômicos em detrimento do poder político⁹⁵⁰, por ele deglutido para depois ser regurgitado sob a forma de um poder punitivo *randômico, bárbaro e massacrante*.

Nessa contenda “estica-e-puxa” pode acontecer de uma se voltar contra as demais, ou se unir a outra(s) contra uma ou algumas.

O *desafio arrogante* ou a *união inteligente* varia de acordo com os interesses do momento, sempre pautados pela aquisição de mais terreno e mais tempo dominiais, porque esses são elementos mais facilmente conversíveis, quase sempre, em *dinheiro e poder*.⁹⁵¹

Independentemente disso, a despeito de o sistema penal ser sempre exercido por *inúmeros micropoderes* que se esbarram⁹⁵², as que estiverem no cume atuarão, *invariavelmente*, mediante *coerção direta administrativa (poder de polícia desburocratizado)*.⁹⁵³

A rigor, apesar de a mídia (agência de comunicação e fabricação ideológica), na maioria das vezes, encontrar-se *geminada* com o sistema penal (braço armado), de vez em quando ela o *desafia* indiretamente, sobretudo para lembrá-lo “quem é que manda”.⁹⁵⁴

Ad exemplum, no dia 12 de fevereiro de 2014, durante a transmissão do Jornal Hoje, noticiou a âncora que o acusado de provocar a morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade,

⁹⁴⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 146.

⁹⁴⁹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 126. Ver o porquê disso em _____. *A palavra...*, p. 71, *in fine*.

⁹⁵⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 222-223.

⁹⁵¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 126-127.

⁹⁵² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 427, *in fine*.

⁹⁵³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 408-409, 420 e 447.

⁹⁵⁴ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 257. Ver, ainda, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 364.

Caio Silva de Souza, *embora não houvesse confessado perante a autoridade policial ter acendido o fatídico rojão, confessou para a jornalista Bette Lucchese, da Rede Globo de Televisão, tê-lo feito.*⁹⁵⁵

Quando um jornal (radiofônico, televisivo ou internético) noticia que em determinado bairro carente as crianças não possuem, por exemplo, *áreas de lazer recreacionais, evasivas e educadoras* pretende ele duas coisas inicialmente distintas, embora convergentes ao final.

Uma pretensão é a de, amparando-se na suposta natureza estrutural do problema (ausência de campo de futebol, halfpipe, brinquedos fixados, quadra poliesportiva etc.), e convidando representantes de outras Secretarias (Esportes, Educação, Administração, Obras, Planejamento etc.), excluída a de “Segurança Pública”, não comprometer diretamente o sistema penal mediante a atribuição “irretornável” da sua (ir)responsabilidade, pelo menos não a ponto de inviabilizar, definitiva e indelevelmente, a retomada das negociações interessantes e lucrativas a ambos.

Ninguém nunca assistiu, e nunca assistirá a uma matéria-denúncia sobre a deficiência administrativo-financeira de investimento e manutenção em diversão pública para crianças de uma cidade onde o jornalista, após convidar um representante da Secretaria de “Segurança Pública” (inusitado), questione-o se ele tem ciência ou consciência de que *a falta daquele espaço lúdico, também esquecido por sua pasta, no futuro (antes mesmo da maioridade), poderá refletir negativamente na estereotipagem e na criminalização (inconfessa) daqueles menores (folclórico)*⁹⁵⁶.

E, justamente, porque esse não é o procedimento padrão, quando deveria sê-lo, ou seja, deveria haver a participação de várias Secretarias, inclusive da de “Segurança Pública”, na solução dos problemas *recreativos* das pessoas, sobretudo os que envolvessem menores de idade.

Acontece, porém, que, ou a mídia só se preocupa com o que *imediatamente* lhe rende audiência (*share* e *rating*⁹⁵⁷), não tendo *competência* para fazer essas conexões altamente complexas (teoria otimista) e, portanto, inacessíveis ao e indesejadas pelo público leigo

⁹⁵⁵ Sobre a confissão midiática, ver <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/preso-diz-reporter-que-acendeu-rojao-que-matou-cinegrafista.html>>, e sobre a omissão confessional perante a autoridade policial, ver <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/02/acendi-sim-nao-sabia-que-era-um-rojao-diz-caio-souza-jornalista.html>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

⁹⁵⁶ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 136.

⁹⁵⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 420 e 478.

enfadonhado que, desconfortado irá, prejudicialmente, preferir outro canal⁹⁵⁸; ou a mídia, prevendo as consequências deletérias daquela omissão estrutural, recolhe sua intervenção até o momento em que, realizado o vaticínio funesto contra aquelas crianças inocentes, possa reaparecer, toda solícita e saltitante (teoria pessimista), acusando-os de “menores físicos, maiores conscientes”, de “menores não criminosos, maiores votantes-inelegíveis” (responsabilidade por contradição), de “projetos de marginal” e até de “assumidos criminosos-monstros-impunes”.

Outra desculpa para a falta de convite da representante do sistema penal (Secretaria de “Segurança Pública”) se assenta na *pretensão que a mídia tem de, em outra oportunidade próxima, fazer-lhe perceber (utilitarismo serôdio)*, ao estilo “torta na cara” (arapuca da envergonhação), *que a ausência daquela estrutura distrativa pública pode viabilizar (já deveria estar realizando) a pseudocriminalização presente daqueles menores (estigmatização antecipada e criminalização inconfessa) e facilitar sua futura criminalização (criminalização expressa e estigmatização atual), (re)alimentando o sistema através da fenda advinda da sua própria fratura (utilitarismo autopoiético).*

Nessa *promíscua* atitude *ativo-passiva* de “desnudar” e de “não desnudar” as falhas do sistema penal de acordo com a conveniência *ameaçadora* dela, bem ao estilo “não pague para ver”, remete a mídia àquele a mensagem *colorida, brilhante e nítida* de que o seu *acesso* ao “imaginário coletivo”, visando à produção do senso comum e da “realidade” sobre a “criminogenia da impunidade”, é muito mais *massivo, direto e rápido* que o dele, perdendo certamente ele a luta pelo poder hegemônico caso esboce qualquer *contraste* na imagem “asséptico-neutro-preocupada” emitida por aquela.⁹⁵⁹

Por isso deve ele manter uma mathieseniana “posição estrita de confronto não-contaminador.”⁹⁶⁰

Embora a mídia tenha se eleito o mais *moderno* “Centro de Diagnóstico por Imagem” da “realidade”, quando na verdade ela é o mais *perigoso e pernicioso* porque *perverte* a sua *resolução*, a simples demonstração do seu poder “analítico” não explica o que tudo isso tem a ver com o “discurso da impunidade” e seus supostos “efeitos”.

⁹⁵⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 261: “[...] se o público não considera que uma conduta seja conflitiva, a polícia não a inclui nas estatísticas (por exemplo, a bigamia simples).”

⁹⁵⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 222-223, 230, 327, *in fine*, 328, 333, 425 e 433.

⁹⁶⁰ MATHIESEN, T. *The politics of abolition revisited*. U. S. A./Canadá: 2014, pp. 47 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 227, 322 e 412.

Porque a *teoria pessimista* está vinculada a agências de comunicação, construção e repetição ideológicas *malignas* e *insensíveis*, pautadas pela acumulação derivada de um capital videofinanceiro, é que fica difícil acreditar na *confirmação* daquela suposição de *ingenuidade* quando exercem sua atividade.

Parece ser mais coerente acreditar na *teoria correlacionista sempre otimista* dos “biscoitos Tostines”⁹⁶¹, deixando essas agências se levarem pela dicotomia entre “a mídia veicular porque o público quer assistir”⁹⁶² e “o público assistir porque a mídia veicula”⁹⁶³, com preferência indiferente por qualquer delas, desde que a *atualidade*, o *imediatismo*, o *frescor* e o *impacto* da notícia: a) rendam audiência suficiente para animar seus patrocinadores a *inserirem* nos intervalos de sua programação seus produtos e serviços e, em seus caixas, suas moedas; e b) fertilizem a paranoia terceirizadora dos assistentes que, amedrontados, passarão a enxergar um perigo em tudo e a permitir que os *corretores morais* continuem intermediando esta (audiência e videoência) e aquela (mídia), mediante a atualização *delirante* do “discurso da impunidade criminógena”.

Já em 1901, GABRIEL DE TARDE descrevia, em *A opinião e a multidão*, as táticas que envolviam implicitamente o público e a mídia.

O público reage então por vezes influenciando o jornalista, mas este age continuamente sobre o seu público. Após tactear um pouco no escuro, o leitor escolhe o seu jornal; o jornal, por seu turno, faz a triagem dos seus leitores: há uma seleção mútua, de onde se gera uma adaptação mútua. Um escolhe um jornal que lhe convém, que faz jus aos seus valores e aos seus gostos - o outro escolhe um leitor do seu agrado, dócil e crédulo, que pode facilmente ser dirigido através de algumas concessões às convicções do jornalista, concessões análogas às precauções retóricas dos antigos oradores. O homem que acredita num só livro é de temer, diz-se; mas o que é ele, se comparado ao que lê um só jornal? Este homem, no fundo, é afinal cada um de nós. Eis o perigo dos novos tempos. [*sic*]⁹⁶⁴

Mais tarde, em 1944, *visionariamente* advertia MARC BLOCH que: “O homem passa seu tempo a montar mecanismos dos quais permanece em seguida prisioneiro mais ou menos voluntário.”⁹⁶⁵

⁹⁶¹ A frase de Enio Mainardi é: “Tostines é fresquinho porque vende mais ou vende mais porque é fresquinho?” Ver SILVA, J. M. da. *Imaginários...*, p. 21.

⁹⁶² SILVA, J. M. da. *Imaginários...*, p. 15: “[E] [...] o destinatário está feliz na sua adesão.”

⁹⁶³ SODRÉ, M. *A comunicação do grotesco*: introdução à cultura de massa brasileira. In coleção vozes do mundo moderno 4. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 68: “[...] nascem nos Estados Unidos, duas correntes: 1) liberalistas quantitativos: defendem o que se poderia classificar como uma espécie de *behaviourismo do gosto*. Para eles, o comunicador de televisão deve dar ao público o que este deseja. 2) liberalistas qualitativos: são de opinião que se deve oferecer ao público o que este *seleciona*, após cuidadosas experiências.”

⁹⁶⁴ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 23.

⁹⁶⁵ BLOCH, M. *Apologia...*, p. 63.

Infelizmente, esse adestramento *vaivém* (mais vem do que vai) - composto de um lado não mais só por *um jornal*, senão por *vários jornais ideologicamente homogêneos*⁹⁶⁶ -, a favor da *espetacularização da “impunidade”* não é novo, tendo suas vantagens sido percebidas pela mídia há tempos.

Segundo uma pesquisa realizada pelo *Jornal do Brasil* durante sete dias - de 18 a 24 de março de 1969 -, os *apelos* mais utilizados pela tevê carioca eram a *violência*, de um lado, e os *valores tradicionais relativos à infância*, de outro. A pesquisa definia como *apelo* ‘o elemento presente na unidade de programação, capaz de atrair o telespectador médio, e explorado, de maneira mais ou menos intencional, segundo vários graus de intensidade e importância’. No tempo total de transmissão, os apelos aos valores tradicionais de infância e família ocupavam 47,73%. Seguiam-se *violência* (43,77%), *ostentação e ascensão social* (30,12%), *fantasias* (26,20%), *erotismo* (3,90%), *onda jovem* [...] (8,60%), *humor* (33,31%), *política* (14,58%), *cultura e técnica* (17,17%), *grotesco-chocante* (5,25%). A percentagem do apelo ao ‘grotesco-chocante’ resultou insignificante porque os organizadores da pesquisa restringiram certamente o conceito. Para nós [...] um tipo especial de grotesco atinge o *status* de categoria estética na televisão brasileira, contaminando os programas de humor, as novelas e mesmo programas tidos como de ‘nível razoável’.⁹⁶⁷

Em um texto que, embora incompleto tecnologicamente, pode ser confortavelmente utilizado para demonstrar as estratégias da mídia, ABRAHAM MOLES esclarece que:

A *primeira doutrina* que o exercício da radiotransmissão nos propôs teve um caráter eminentemente *demagógico*. [...] O rádio é um componente dos espaços mortos da duração; ao mecanismo das radiodifusões privadas num país capitalista cabe manter o equilíbrio permanente entre o coeficiente de atração do programa e as mensagens publicitárias fabricadas pelos engenheiros da emoção. Assim se define a política imediata de uma cadeia de radiodifusão: como alcançar e manter o maior índice de audiência durante o maior período possível? É o coeficiente *horas-audiência* que mede o valor do sucesso. Resta saber qual deve ser a política a longo prazo. Nela, o processo correntemente adotado é o da influência da opinião ou do estudo do comportamento; a soma dos fatores: (sucesso de certas produções), mais (correspondência dos ouvintes), mais (reação dos anunciantes) dá lugar a uma espécie de ‘quadro clínico’ permanente do sistema [...]. A maior satisfação do maior número, tal é o critério do que chamaremos a *doutrina demagógica*. [...] A essência da Rádio-TV é imprimir um certo número de mensagens estereotipadas no interior do cérebro dos ouvintes ou dos telespectadores, solicitando seus olhos ou seus ouvidos a partir de *features*, de elementos de distração, escolhidos para agradar o maior número. Cataclismos, revoluções, sinfonias pastorais ou energia atômica são apenas manchas de cor, mais ou menos vivas sobre o quadro audiovisual. O padrão real é a estrutura publicitária que é a única *Gestalt* em grande escala permanente ao longo do tempo e que deve, realmente, ser transmitida do emissor ao receptor. [...] Aqui o rádio empresta ao quadro sociocultural fatores de retenção segundo uma técnica não totalmente elucidada pelos detalhes, mas que comporta algumas regras simples: 1. Situar sempre o nível do que é dito em uma taxa de inteligibilidade correspondente a um cociente intelectual de, aproximadamente, 10 pontos abaixo do cociente médio do nível social que se quer atingir. 2. Não solicitar do ouvinte nenhum esforço de memória ou de tenacidade. 3. Dispor a produção de tal modo que não importa quem possa nem quando possa se conectar com ela numa fração inferior à da memória instantânea (6 a 8 segundos).⁹⁶⁸

⁹⁶⁶ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 24: “[...] será também verdade que não lemos nunca o mesmo jornal?”

⁹⁶⁷ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 68-69.

⁹⁶⁸ MOLES, A. A. Doutrinas sobre a comunicação de massa. In ADORNO, T. *Teoria...*, pp. 75 e 77-78.

A mídia (jornal impresso, rádio, televisão e internet) é uma *caixa idiota* estacionada em cima de um móvel disposto em uma ala da residência, ou do estabelecimento, estrategicamente arquitetada para *impedir asocialização*, ao menos a *socialização crítica*, pois nela as pessoas se acomodam *confortavelmente*, permanecendo *estáticas* a ponto de, *hipnotizadas*, sequer dialogarem entre si⁹⁶⁹ sobre qualquer assunto que não seja *banal*.⁹⁷⁰

Ocorre que a *dessocialização* das pessoas visa a devolver e a manter a *atomização*⁹⁷¹ que o urbanismo havia *perigosamente reunido* desde *laRévolution Française*, encontrando na supressão da rua, contraditoriamente⁹⁷², os meios mais aptos para manter-se a ordem da própria rua, o que, de um tempo para cá, foi favorecido pela intervenção dos *mass media* que se revelaram um meio de controle *remoto* eficaz no “isolamento” das pessoas.⁹⁷³ Mas, que tipo de “isolamento” seria esse?

A imprensa periódica permitiu que se formasse um agregado secundário e superior cujas unidades se associam estreitamente sem nunca se verem ou conhecerem. Daí, diferenças importantes, entre as quais: nos grupos primários, as vozes *ponderantur* (são ponderadas) antes de *numerantur* (isto é, antes de serem numeradas, somadas); por outro lado, nos grupos secundários, muito mais vastos, em que as pessoas não se vêem, as vozes só podem ser contadas, e não ponderadas. A imprensa, involuntariamente, contribuiu para criar o *poder aritmético* e para diminuir o poder do carácter, quando não o da inteligência. [sic]⁹⁷⁴

Por isso, e porque eles *residencializam* as pessoas, esses movimentos de rebeldia e revolução acionados e levados a termo pelas “redes sociais virtuais” são tão perigosos⁹⁷⁵, não servindo as manifestações descortinadas pelo povo brasileiro a partir de junho de 2013, como *desatomização*, senão como simples *desresidencialização* na medida em que elas, porque *desencabeçadas*, para além de manterem, intensificaram a *nanopulverização social*.

⁹⁶⁹ Indiretamente, a razão disso pode ser garimpada em GOFFMAN, E. *Estigma...*, pp. 61-62. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 328, 431, *in fine*, e 432.

⁹⁷⁰ Nesse sentido, BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 198 a 200.

⁹⁷¹ Sobre isso, ver WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 47. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 328.

⁹⁷² Arrimando-se em Antonio Negri e Michael Hardt, BIRMAN, J. *Cadernos...*, p. 112, expõe o contraponto confirmador: “[...] justamente porque se constituiria de um conjunto de singularidades, a multidão não poderia mais ser compreendida por meio do conceito de *massa*, já que na massa as individualidades se homogeneizam e perdem suas singularidades. Elas seriam marcadas, enfim, pela *heterogeneidade*.”

⁹⁷³ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 113.

⁹⁷⁴ TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 63-64.

⁹⁷⁵ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 189: “Não é de estranhar que, desde pequenos, os alunos comecem, com grande entusiasmo, pelo Saber Absoluto da informática: enquanto isso, ignoram cada vez mais a leitura, que exige um verdadeiro juízo a cada linha e é a única capaz de dar acesso à vasta experiência humana antiespetacular. A conversação já está quase extinta, e em breve também estarão mortos muitos dos que sabiam falar.”

Nessa reengenharia social, a *rigidez mental* que o uso *vicioso* da internete passou a condicionar tem agudizado a *hipnose* dos *dessocializados* a partir da qual o único esforço que eles conseguem empreender é o do *indicador* acionando o botão, não passando a maioria dos participantes dos eventos deflagrados na metade de 2013, de meros *fantoches* que acreditavam estar agindo *autonomamente* enquanto não conseguiam perceber os fios elétricos manipulando suas psiques.

Além disso, a *desresidencialização* processada pelos protestos iniciados em junho de 2013, é uma *exceção*, porquanto, geralmente, o máximo que a internete tem permitido é um *passeio* (vá por aqui, clique ali, feche aquilo *etc.*), “automático, mecânico, nada criativo [...] [porque baseado em uma] formatação pré-moldada.”⁹⁷⁶

Tudo o mais que é mostrado ao espectador lhe parece ser (lhe é apresentado como) *cansativo*, limitando-se a mídia, para diminuir ainda mais uma provável *fadiga*, a veicular questões *altamente simples* e *facilmente digeríveis*, mantendo o assistente em uma posição *não só física, mas mentalmente passiva e confortável*.

Depois de certo tempo essa situação se exporta para um círculo vicioso que se fecha com a *prostração crítica do assistente* que, *acrítico*, passa a aceitar *acriticamente* o que a mídia lhe apresenta *delivery*.

Assim acomodado, e acostumado, não se permite a ele qualquer elucubração cerebrina, pois ela, fácil e irritantemente, o enfadonharia (atrofiamento cerebral).

Daí, para sermos dominados (circularmente) pela programação que melhor apeteça às finanças da mídia⁹⁷⁷ é um pulo, mas não do sofá!

Não devemos nos iludir, portanto, com programas como o “*Big Brother Brasil*”⁹⁷⁸ que veiculam a mensagem de que somos nós quem observamos o que acontece do lado de lá quando, em verdade, a *metamensagem*, ao ser escancarada, demonstra que *nós é que somos vigiados o tempo todo e dominados por um discurso pronto, enlatado e mastigado* que a mídia nos oferece desde o café da manhã e até durante o nosso sono, porque podemos muito bem dormir com a televisão ligada enquanto nosso cérebro registra *subliminarmente* as mensagens emitidas⁹⁷⁹.

⁹⁷⁶ PINTO, J. *O ruído...*, p. 24.

⁹⁷⁷ LICHTER, S. R.; LICHTER, L. S. 1993 - The Year in Review: TV's leading news topics, reporters, and political jokes. In *Media Monitor*, v. VIII, n. 1. Washington: Center for Media and Public Affairs, jan-feb. 1994. Ver, ainda, WACQUANT, L. *Crime...*, p. 6: “[...] o crime tornou-se também o assunto predileto dos jornalistas. De fato, ele permite à mídia fazer espetáculo barato [...]”

⁹⁷⁸ Sobre isso, ver COULDRY, N. *Reality...*, pp. 33 e seguintes.

Metamensagens essas *espetacularizadas* justamente para enaltecer *não o seu conteúdo informativo*, mas o *discurso em si e para si*, um *imaginário* forjado pela “necessidade” e pela “conveniência” do locutor midiático que pode até desgarrá-lo da realidade sem qualquer pudor⁹⁸⁰, principalmente porque, lispectorianamente, *também queremos uma verdade inventada*⁹⁸¹.

Nesses termos é como se “o mundo inteiro [estivesse] reintegrado no universo doméstico como espetáculo.”⁹⁸²

Para INGEDORE KOCH, em *Introdução à linguística textual*, essas são as estratégias mensageiras

[...] que tomam por objeto o próprio ato de dizer. Isto é, ao colocar em ação tais estratégias, o locutor avalia, corrige, ajusta, comenta a forma do dizer; ou, então, reflete sobre sua enunciação, expressando a sua posição, o grau de adesão, de conhecimento, atenuações, juízos de valor *etc.*, tanto em relação àquilo que está a dizer, como em relação a outros ‘ditos’. Em outras palavras: os enunciados resultantes da atuação de estratégias metadiscursivas têm um estatuto discursivo diferente daquele dos enunciados veiculadores de conteúdo informacional: enquanto as estratégias de organização do conteúdo proposicional atuam imediatamente no plano do enunciado, as estratégias metadiscursivas atuam no âmbito da própria atividade discursiva. Evidencia-se, nestas, a propriedade autorreflexiva da linguagem, isto é, a potencialidade que têm os discursos de se dobrarem sobre si mesmos.⁹⁸³

Nesse tipo de programação *metadiscursiva esterilizante específica* somos obrigados a, semanalmente, *excluir* alguém, de um jeito ou de outro (técnica do paredão eletrônico de ordem⁹⁸⁴).

Alguém que é comunicado como nosso “inimigo” e, por isso, deve ser “eliminado” com sustento em seus *imperdoáveis* (sem risos) *defeitos* como o de ser “falso (a)”, “fofoqueiro(a)”, “chato(a)”, “mentiroso(a)” e, finalmente, “jogador(a)”, como se não se tratasse de um jogo!

Ou seja, pelo menos alguém, uma vez durante um intervalo hebdomadário, não pode ficar “impune”!

⁹⁷⁹ NOGUEIRA, S.; GARATTONI, B. Cérebro pode ser controlado durante o sono. *In Superinteressante*. São Paulo: Abril, dez. 2014, ano 27, n° 341, p. 12.

⁹⁸⁰ Ver SILVA, J. M. da. *Imaginários...*, pp. 19 e seguintes.

⁹⁸¹ LISPECTOR, C. *Água viva*. 1. ed. São Paulo: Rocco, 1998, p. 25: “Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada.”

⁹⁸² BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 49.

⁹⁸³ KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. *In* coleção texto e linguagem. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 120.

⁹⁸⁴ Parte da imagem foi extraída de NEDER, G. *Violência e cidadania*. Porto Alegre: SAFE, 1994, p. 38.

O grande problema é que essa estratégia continua fazendo suas *vítimas*, apesar de ela haver sido denunciada *há mais de um século* por GABRIEL DE TARDE quando ele afirmou que as populações:

Entregam-se então a um raciocínio que é de facto o dos perseguidos em delírio que, uma vez constatado um sentimento de angústia de origem mórbida, efabulam inimigos que o justifiquem. ‘Nós mexemo-nos e, por isso, tinha de haver uma ameaça. *Se essa ameaça não vem dos revoltosos, vem de outro sítio qualquer*’.
[sic]⁹⁸⁵

E, se não assistimos essa programação somos considerados “alienígenas”, “incompetentes”, “deslocados”, “esquisitos” e, também, “inimigos” na medida em que passamos a ser enxergados como o “outro”, que sempre foi considerado o “demônio assustador”, o “diferente”.

São programas como o *Big Brother Brasil*, as novelas e os seriados que ditam (embora não imponham) à maioria os “crimes” da moda a praticar, as grifes a usar, a maneira de falar, os países a visitar, as danças a ensaiar, as músicas a cantar, a orientação sexual a seguir, a profissão a invejar, a comida a degustar *etc.*

Aqui, cabem um e outro parênteses. Embora NILO BATISTA acredite inexistir “qualquer relação mecânica entre a programação da televisão e a infração da lei penal”⁹⁸⁶, e apesar de a ele aderirmos entendendo pela inexistência de qualquer *automaticidade*, em certa medida quer nos parecer que, se o sutherlandismo estava equivocado ao arrefecer os efeitos da comunicação de massa, por outro lado ele nos parece correto quando privilegia que *o importante é o excesso de contato com a questão criminal, levado ao extremo quando acionamos o botão que dá acesso à mídia (rádio, televisão, computador)*, sobretudo porque, como respondeu seu sucessor literário, “as pautas criminais podem [...] não [...] trata[r] necessariamente de relações com criminosos”⁹⁸⁷.

Ainda que o sutherlandismo não tenha incluído o poder punitivo e, de consequência, a possibilidade de aprendizado criminal mediante interação com “não criminalizados” e com “anticriminalizadores”⁹⁸⁸, para nós, *parte da “conduta criminalizada” é fertilizada (instigação ou induzimento), é ensinada pela mídia*⁹⁸⁹, bastando assistir um programa televisivo, por

⁹⁸⁵ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 52.

⁹⁸⁶ Referindo-se à “infração”, e não à “impunidade”, BATISTA, N. *Sobre...*, p. 13.

⁹⁸⁷ No sentido quase literal de parte do texto, embora alheio à conclusão, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 160, ancorando-se em Edwin Sutherland.

⁹⁸⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 161.

exemplo, independentemente do horário, para se contabilizar a quantidade de “crimes” e de *modi operandi* que nele são veiculados (pedagogia criminal).

Quantidade essa muito superior à praticada no círculo ambiental-convivencial do espectador enquanto cidadão.

A fratura que esse tipo de mensagem provoca no cérebro do espectador atrofia o seu raciocínio ao, necrosando sua capacidade crítica, impedi-lo de perceber que o “discurso da impunidade criminógena”, excludente de um “inservível ou indomesticável” por dia, também cobra usurariamente seu tributo diário.

Tudo isso foi dito para demonstrar que as *teorias otimista* (“naïve”) e *pessimista*, que se pautam pela simplificação e pelo imediatismo lucrativos, diretamente ou por omissão, acabam *ratificando* e também *(re)produzindo* o “discurso da impunidade criminógena”, além de, retroagindo ao exemplo anterior da *ausência de estrutura divertida para as crianças de um bairro*, “irrefletidamente” reavivarem e iluminarem o caminho desviante capinado pelo sistema penal, e que lhes servirá de atalho (desvio secundário), até a tentativa de chegada à maioria, pois muitas delas morrerão antes disso.⁹⁹⁰

Depositária infiel das nossas esperanças, quando a mídia afirma que se limita, exclusivamente, a relatar fatos, *mente ela descaradamente* porquanto basta uma passada d’olhos no noticiário jornalístico, e mesmo em toda a programação emitida como *neutra*, para percebermos que ela *libera opiniões tendenciosas, fabrica valores duvidosos, emite julgamentos antecipados, estigmatiza indelevelmente pessoas etc.*

Com efeito, assim agindo se esquivava ela, ou melhor, ultrapassa ela a sua *obrigação fático-relatório-imparcial*, conectando as situações noticiadas *isoladamente* a conclusões *generalizantes, apressadas, parciais e indeléveis*.

Para “avalizar” e “justificar” o desvio da sua atividade atribuindo a essa um aspecto *isento, mas, intelectualmente, seguro e incriticável*, utiliza-se ela de *fast thinkers*⁹⁹¹

⁹⁸⁹ Falando em reprodução criminosa provocada por notícias sangrentas continuamente bombardeantes, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 232. Ver, ainda, nota 401.

⁹⁹⁰ *Mutatis mutandis*, refazendo o caminho percorrido por alguns agentes do poder punitivo que, ao que consta, às vezes parecem esquecê-lo com o tempo, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 153-154: “Ser juiz ou catedrático na América Latina significa haver ultrapassado, previamente, muitos riscos: haver nascido (isto é, não ter sido abortado), haver sido alimentado adequadamente, haver superado ou escapado das doenças infantis com sequelas incapacitantes, haver conseguido alfabetizar-se e, ainda mais, haver ascendido aos níveis médio e superior do ensino, haver escapado das ameaças à vida adulta que os fenômenos naturais catastróficos representam, a violência política e não política, não haver ‘desaparecido’ etc., e outro sem-número de fatores cujo conjunto compõem o *milagre* que coloca tal indivíduo numa situação *extremamente privilegiada*.”

⁹⁹¹ BOURDIEU, P. *Sobre...*, pp. 38 e seguintes. Quase mais otimista, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 338-339.

(opiniólogos⁹⁹²) que geralmente são *jornalistas* sem nenhuma formação na área que discutem, embora se apresentem como “especialistas em tudo” e soneguem o serem “em nada ao mesmo tempo”⁹⁹³ (técnica da isenção, da autorreferência e do encantamento).⁹⁹⁴ *Irresponsáveis* que, “em sua maioria [...] omitiram-se de se informar [formar] exatamente sobre [n]aquilo de que falam.”⁹⁹⁵

Preocupantemente, “todo mundo virou pensador e todos ficaram dispensados do ônus da demonstração. [...] Não é que a crítica tenha desaparecido, mas agora ela não passa de uma imposição explícita do gosto de uns, em posição de força, contra o gosto de outros.”⁹⁹⁶

Quando muito, socorre-se ela de profissionais *superficiais* da área, ou de áreas afins (policiais ao invés de especialistas em direito penal, clínicos gerais ao invés de especialistas em psicologia e psiquiatria *etc.*), sem qualquer profundidade teórico-intelectual no assunto que “debatem”, apresentados, todavia, como detentores de um conhecimento “invejável” e “incontestável”, qualidades cognitivas essas transmitidas à mensagem que passa a ser considerada uma “verdade absoluta!”

Sendo composta de pessoas jurídicas que recebem concessão, permissão ou autorização do poder público para emitirem seu sinal (artigo 223, da CRFB/88), possui a mídia um *mínus público*, ou seja, a obrigação de veicular, ainda que em pequena medida, uma programação que atenda ao interesse coletivo e cumpra uma função social de *tutelar* e *informar* a população desassistida sobre seus direitos, mormente o de não ser ludibriada pelo poder público (ou melhor, função pública) (artigo 221, da CRFB/88).

De qualquer jeito, no fundo, não acreditamos, sinceramente, que a mídia deva se ater à exposição *fria* dos fatos, sendo sua função importante também alertar a população sobre as *mendacidades* que o sistema penal movimenta, incluída a pertinente às falsas conclusões que giram em torno do “discurso da impunidade”.

Não fazendo isso, ou seja, limitando-se, por exemplo, a expor e a criticar *desconexamente* com o sistema penal, *in fieri* e, ou, somente *ad futurum*, o problema estrutural

⁹⁹² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 473.

⁹⁹³ Redirecionando a questão, ARENDT, H. *Sobre la violencia*. Madrid: Alianza, 2005, p. 14: “*En estas circunstancias, hay, desde luego, pocas cosas más aterradoras que el prestigio siempre creciente de los especialistas científicos en los organismos consultivos del Gobierno durante las últimas décadas. Lo malo no es que tengan la suficiente sangre fría como para ‘pensar o impensable’, sino que no piensan.*”

⁹⁹⁴ Sobre ela, ver SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 45-46.

⁹⁹⁵ BLOCH, M. *Apologia...*, p. 46.

⁹⁹⁶ SILVA, J. M. da. *Imaginários...*, p. 12.

da ausência de áreas de recreação infantil e adolescente, contribui a mídia para que a estigmatização precoce e acriminalização inconfessa de menores e jovens e, depois, a criminalização manifesta e a estigmatização atual de equivalentes a ou maiores de dezoito anos, ossifiquem-se sob a forma de projetos paralelos à criminalização primária e secundária que, uma vez implementados, entregarão novos estereótipos às agências penais pelo só fato de se enquadrarem no gabarito ordenador calibrado pela demanda atual.

Como se trata de um “projeto secreto”, porque muitas vezes despercebido e, daí, “ingenuamente” não revelado pelo sistema penal, tampouco pela mídia, e “paralelo” ao seu objetivo final (os menores “faticamente imputáveis”), é difícil perceber autônoma e automaticamente as consequências penais que aquela falta de estrutura diversional ocasionará na vida dos menores.

Alcançando a maioridade, evento raríssimo, são eles incluídos no rol dos estereotipados do qual jamais conseguirão se dissociar porque não deixarão de ser “afrodescendentes”, “pobres (ou melhor, desempregados, inempregáveis ou desfavorecidos pela discrepância rentária)”, “associados ao tráfico” (“criminalidade” varejista de rua), etc., passando qualquer “atitude” sua a ser encarada como “incriminável” e “impunida”, quando na verdade se estará criminalizando e impunizando o que eles são, e não o que eles fizeram.

Rotulados como “criminosos” e como “impunes” acabarão eles, não só num “futuro majoritário”, por assumir o papel *coadjuvante* que lhes foi atribuído, *autorrealizando a profecia*⁹⁹⁷ que, mais cedo ou mais tarde, sua personagem acabaria, de um modo ou de outro, por representar, qual sendo, a do estereótipo do “*criminoso nato, inveterado e impune*”.⁹⁹⁸

Em *Outsiders*, HOWARD BECKER defende que:

[Não podemos ignorar] [...] o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em ‘fatores sociais’ que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. [...] Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele. [...] O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante.⁹⁹⁹

⁹⁹⁷ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 44.

⁹⁹⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 60, 226 e 229-230.

⁹⁹⁹ Ver nota 204.

No que foi acompanhado por EUGENIO ZAFFARONI que conclui “que o comportamento é apenas um fator, e às vezes não muito importante, para atribuir a alguém o rótulo de delinquente.”¹⁰⁰⁰

Vestida a *carapuça com elástico*, para não correr o risco de não caber, a eles poderá se dirigir o “discurso da impunidade” de algumas maneiras, todas versáteis à “necessidade” da ocasião e sempre ofensivas à sua *inimputabilidade jurídica* (artigos 26 e 27, do CP).

Independente da sua inimputabilidade jurídica, *indiferente* ao sistema penal e sobretudo à mídia, se eles, *imputáveis faticamente* e, ou, *inimputáveis juridicamente* (versatilidade do discurso), assumirem prática e externamente o estereótipo e não forem descobertos por estar registrado *incompletamente* o “delito”, ou seja, apenas a situação objetivamente criminalizada (materialidade do “crime”), ou, de qualquer modo, ainda que haja a descoberta da “(pseudo-)autoria”, irá alcançá-los o discurso da “impunidade” através de frases, ao estilo “vinagre com farinha”, como: “eles cometeram o crime porque têm certeza da impunidade (sensação interna contagiada)”, ou “o problema do Brasil é a certeza da impunidade dos menores (sensação externa contagiante)”, ou “eles agem assim porque sabem que não podem ser *presos* (apreensão eufemizadora)”, ou “eles agem assim porque sabem que só ficarão *guardados* no máximo três anos”, ou “é preciso endurecer o ECRIAD, que é um alvará de soltura para os adolescentes”, ou “é preciso reduzir a maioria penal”, ou “este vagabundo não pode ser considerado sequer um projeto de ser humano”, ou “as leis vo(l)tadas aos adolescentes são muito brandas”, ou “o procedimento do ECRIAD é muito moroso”, ou “o judiciário tem a mão muito leve”; ou mesmo mediante enquetes inconstitucionais do tipo: “o que você acha que merece um menor que praticou um crime hediondo, chamado carinhosamente de ato infracional: pena de morte ou prisão perpétua?”¹⁰⁰¹; ou apologias igualmente inconstitucionais travestidas de “tutela”, do tipo: “se você quiser salvar a sua família vote em candidatos que sejam a favor da redução da maioria penal e a favor da pena de morte ou da prisão perpétua para canalhas como estes”.

Se eles forem descobertos, independente de serem *juridicamente inimputáveis*, será seu destino ditado por mensagens que “esfriam” a “impunidade” apenas *provisoriamente*: “se você reconhece este monstro, ligue para a polícia”, ou “se você reconhecer esta fera na rua, cuidado, ela é perigosa”, ou “este projeto de marginal não merece viver em sociedade: proteja sua família ajudando a encontrá-lo”.

¹⁰⁰⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 197.

¹⁰⁰¹ Independentemente do país, isso não faz muita diferença. Ver, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 443.

Caso sejam descobertos, e “apreendidos” (objetificação/coisificação¹⁰⁰²) “provisoriamente”, o que equivale a *social-definitivamente* (estigmatização), girarão os disparates visando à eliminação de uma “impunidade metrificada”, paradoxalmente, em torno de orações como: “ele só ficará preso no máximo até os 21 anos”, ou “por haver praticado o ato infracional em dia anterior ao do aniversário da sua maioridade este rascunho de monstro responderá ao ECRIDe não às leis penais”, ou “ele deverá apodrecer preso (apreendido), porque um sujeito como esse não tem conserto”, ou “ele só ficará preso (será apreendido por) seis meses, ou um ano, ou dois anos *et reliqua*”, ou “se ele é capaz de, com total indiferença, agir assim agora, o que ele será e fará quando crescer?”.

No dia 17 de abril de 2013, no programa *Encontro com Fátima Bernardes*¹⁰⁰³, alguns “especialistas” foram reunidos para “(se) debaterem” (sobre) a questão da *redução da maioridade penal* para 16 anos (a princípio!), compatibilizando-a com o direito ao sufrágio (artigo 14, § 1º, inciso II, alínea c, da CRFB/88), e com a emancipação civil (artigo 5º, parágrafo único, inciso I, do CC), quase *imediatamente* após o homicídio de um jovem em São Paulo por um menor que beirava os 18 anos, pois faltavam três dias para que esse atingisse a maioridade quando o tiro mortal foi disparado¹⁰⁰⁴.

*Antes de continuarmos é preciso deixar registrada nossa inquietude com o fato de o programa haver contado com a presença da mãe da vítima, mas não com a presença da mãe do acusado*¹⁰⁰⁵ *que poderia, caso estivesse participando, contraditar a fala do tio daquele - vazada, porque emitida no dia do passamento, na seguinte expressão inflamada: “a vida do meu sobrinho valeu um celular, isso é um absurdo!” -, com o provável, porque correntemente escorado na realidade, argumento de que naquela fatídica e indesejada conjuntura mortal, em verdade, não houve o escambo entre um aparelho de celular e uma vida humana, mas, uma incontinência material consumerista provocada pela sociedade de consumo no acusado impelindo-o a querer pelo menos poder ser igual à vítima, a querer e poder ser reconhecido socialmente como ela*¹⁰⁰⁶, *a querer chamar a atenção de todos gritando através do disparo ensurdecador de uma arma de fogo esse retumbante questionamento: “apesar de eu já existir há quase 18 anos, agora vocês vão notar minha presença, agora vocês vão me respeitar,*

¹⁰⁰² Ver artigos 106, parágrafo único, e 107, do ECRIDe. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 242.

¹⁰⁰³ In <<http://www.youtube.com/watch?v=k4-UvPQ65BQ>>. Acesso em: 31 maio 2013.

¹⁰⁰⁴ 17 anos e 362 dias, segundo cálculos da mãe da vítima. Ver sítio eletrônico indicado na nota anterior.

¹⁰⁰⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 319.

¹⁰⁰⁶ Sobre o reconhecimento estético, ver MENEGAT, M. *O olho...*, p. 120.

agora vocês vão me tratar como eu mereço, agora vocês vão me considerar como um igual a vocês, agora vocês vão me dar importância, principalmente por eu possuir um aparelho celular?”

Excepcionalmente, nesse programa, houve a presença lúcida de Paulo Malvasi que a cada momento driblava as interrupções *pseudocontestadores* e *pseudodesautorizadoras* do assessor internético de palco (“jornalista aparentemente especialista em perguntas penais”), da apresentadora central (“jornalista aparentemente especialista em estatísticas penais”), e da mãe da vítima (“graduada em direito e aparentemente especialista em dados penais atuais e em política criminal atuarial”), na tentativa de esclarecer seriamente a questão que, inegavelmente, não se reduz a números frios.

Houve, ainda, a excepcional, no sentido de inusitada, presença igualmente lúcida e também combativa da professora de direito penal, Janaína Conceição Paschoal, que se esgoelou para demonstrar a *complexidade* e a *equivocidade* da discussão, enquanto era interrompida pela apresentadora *show (business) woman* que convocava duas reportagens que visavam a renovar a “hediondez” de atos “grotescos” praticados por menores.

Essa técnica *dramático-pastelão* foi explorada amiúde pelo programa, apesar de esse, repita-se, não haver trazido em momento algum o *acusado*, tampouco qualquer dos seus familiares, para dar sua versão dos fatos ou para apresentar “justificativas” (artigo 5º, inciso LVII, da CRFB/88).

O contrapeso prático-real advinha do *self made man*, Roberto Carlos Oliveira, aliás, Ramos (técnica da ratificação da despersonalização), cujo versátil *patronímico vegetal* fora identificado *incorretamente* pela própria âncora do programa que, com isso, rememorou a *desidentidade* (“nudez mutiladora do eu”¹⁰⁰⁷) que o acompanhou enquanto esteve na antiga FEBEM, onde ele não passava de um número, o 374¹⁰⁰⁸ (“*remake* da cerimônia de degradação garfinkeliana¹⁰⁰⁹”).

O banho de água fria *contrário à manutenção da maioria penal* foi ensaboado pelo promotor de justiça da infância e da juventude, Thales Cezar de Oliveira, que parece haver

¹⁰⁰⁷ GOFFMAN, E. *Manicômios...*, p. 27.

¹⁰⁰⁸ Ver, sobre o *Stanford Prison Experiment*, ZIMBARDO, P. *O efeito Lúcifer*: como pessoas boas se tornam más. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2013, *passim*, bem como <<http://www.youtube.com/watch?v=Qhgl5aatEIg>>, <<http://www.youtube.com/watch?v=9m4FPeS4msw>>, <http://www.youtube.com/watch?v=yXJLZ_iSsf4>, <<http://www.youtube.com/watch?v=i08jS7BQZeA>> e <<http://www.youtube.com/watch?v=9BiinEAonrI>>. Acesso em: 19 set. 2014.

¹⁰⁰⁹ GARFINKEL, H. *Conditions...*, pp. 420 a 424. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 195, *in fine*, e 209.

interpretado *mal* uma parte do *caput*, do artigo 127, da CRFB/88, quando sua obrigação institucional e funcional deveria ser a de pugnar pelos interesses (dos) “minoritários”.

O *velado* golpe de misericórdia em desfavor de uma discussão político criminal *equilibrada* do tema, *esquisitamente* (ironia), adveio de duas armas: a) uma delas foi a contraposição lateral de imagens do referido promotor de justiça e da professora de direito penal como (elegantes) combatentes áduos e, depois, do promotor de justiça ao lado da família da vítima (mãe e pai), como que a “denotar” um desfecho final “revelador de uma decisão irrevogável conjunta (“Estado e vítima, ou melhor, Estado a favor da vítima, da sua memória, ou das futuras vítimas”), em prol da redução”; b) outra foi a disposição das falas dos participantes, haja vista que, nesse caso, a acusação (a favor da redução da maioria penal) manifestou-se *após* a defesa (contra a redução da maioria penal), quando a ordem correta deveria ser *esta vir depois daquela*, principalmente porque o apontamento do promotor de justiça, indicativo de uma suposta interpretação equivocada da professora de direito penal, só pôde ser replicado por esta muito mais tarde, em momento em que a versão daquele representante do *parquet* já estava *consolidada* na mente do espectador que, a partir daí, passou a encarar com *indiferença* a versão *ratificadora* (e *retificadora* da promotorial), *friamente serôdia*, da professora (técnica midiática do “escanteio”).

O fechamento do espetáculo midiático, com final já escrito e assegurado previamente, veio, *primeiramente*, com a mãe da vítima (emotividade parcial compreensiva), alcunhando o suposto acusado de “animal” (zoomorfização), e, *segundamente*, com a oitiva de 10 pessoas do povo, escolhidas “aleatoriamente”, que revelaram “ser a favor da redução da maioria penal”, e, depois, com a manifestação de apenas 7 pessoas que revelaram “ser contra a redução da maioria”.

Tudo isso fragiliza e põe em xeque a enquete realizada pelo programa dando conta da disputa de 85% (a favor) e 15% (contra).

Todavia, *antecipadamente*, defendendo a “verdade matemática” (suposta “representante da realidade”) da manifestação popular que seria vazada *eletronicamente*, advertiu a apresentadora que, editadamente, foram ouvidas também pessoas contrárias à redução para que a “paridade de armas fosse observada” (sem risos).

Provavelmente, os editores do programa não sabem fazer uma simples conta aritmética de subtração, haja vista que ouvir 10 pessoas que são a favor *não equivale* a ouvir 7 pessoas que são contrárias à redução. Ou melhor, apresentar 10 opiniões não equivale a apresentar 7.

E, nem se diga que, nesse caso, uma estatística das 17 pessoas ouvidas na rua ensejaria um resultado mais favorável à *manutenção* da maioria penal em 18 anos na medida em

que, *digladiando*-se a importância de 58,82% (10 pessoas ouvidas e que se manifestaram contra a manutenção), e a de 41,18% (7 pessoas ouvidas e que se manifestaram a favor da manutenção), obter-se-ia um percentual *favorável à manutenção* muito superior, quase o *triplo* (41,18% - 15%: 26,18% maior), do da enquete coreografada na tela da *caixa idiota*, e justamente porque, nesse caso, os números apresentados *imageticamente* durante o programa (85% a favor *versus* 15% contra) “impressionam” e “convencem” mais que as palavras pronunciadas pelos transeuntes ouvidos.

Também não se diga que o *universo* pesquisado nesta (enquete via telefone e internet) é muito superior ao daquela (enquete pessoal com transeuntes), haja vista que ambas as pesquisas não passam de *amostragens* sendo, portanto, eminentemente *seletivas*, tal qual o objeto da discussão averiguada até aqui (“discurso da impunidade”).

Terceiramente, o fechamento se deu com o promotor de justiça admitindo, *(des)encabuladamente*, apesar do *caput*, do artigo 227, da CRFB/88, que o Estado é *omisso* e que é obrigação (“exclusiva”, então?) dos pais, ao menos a princípio, encontrar a melhor forma de resolver as questões que envolvam os filhos.

Depois que ANDRÉ GIDE disse que “todas as coisas já foram ditas, mas como ninguém as escuta, é preciso recomeçar sempre”¹⁰¹⁰, precisamos repetir que, em pesquisa realizada durante o referido programa, 85% dos participantes eletrônicos declararam ser “a favor da redução da maioria penal”. Percentual que, a propósito, apesar de mínimo diante do universo demográfico brasileiro, e porque divulgado em rede nacional, *perigosamente pode incitar* no público leigo a “sensação” de que aquela *amostra*, por menor que seja, representa o “entendimento” de toda a população, *podendo conduzir a compartilhar da mesma “opinião” os que já estavam tendenciosamente inclinados*.

Quase no mesmo instante o Deputado Federal Luiz Pitiman, rápido no gatilho, ressuscitou pelo menos o conteúdo de outros projetos de redução da maioria penal, engavetados desde 1993, mas “nunca inexumáveis”.¹⁰¹¹

Apesar dela sempre revelar *o mesmo discurso* (“a perigosidade da leniência para com o crime”), *o mesmo modus operandi* (“discursos de emergência e imediatidade da resposta

¹⁰¹⁰ GIDE, A. *O tratado de Narciso (teoria do símbolo)*. São Paulo: Flumen, 1984, p. 9.

¹⁰¹¹ *In*

<http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?formulario=formPesquisaPorAssunto&Ass1=maioridade+penal&co1=+AND+&Ass2=maioridade+penal&co2=+AND+&Ass3=maioridade+penal&Submit2=Pesquisar&sigla=&Numero=&Ano=&Autor=&Relator=&dtInicio=&dtFim=&Comissao=&Situacao=&pesqAssunto=1&OrgaoOrigem=todos>. Acesso em: 02 maio 2013.

sob pena de demonstração de insegurança e incompetência¹⁰¹², não limitação punitiva, inflação legislativa e notícias espetaculares”), *as mesmas desculpas* (“aumento da criminalidade, dos crimes e das condutas violentas”), *os mesmos objetivos* (“aumento da segurança da população”), *a mesma estratégia* (“suscitar o medo e depois oferecer a solução do problema”), *os mesmos insucessos* (“penas insolúveis”), do jeito que as coisas andam, *a permanência espetacular de Law and Order programs harsh on crime* em pouco tempo pleiteará e defenderá a redução da maioria penal para 15 anos, depois para 13, mais tarde para 9, ou, ainda, para (apenas) 267 ou 281 dias¹⁰¹³, até chegarmos ao *absurdo* de o neonato sair da barriga da mãe e ir diretamente para a cadeia em razão de “crime” cometido por essa, pelo pai, ou por ambos, ou porque, “através de exame intrauterino, nele se detectou um gene predisposto ao desrespeito à legislação penal”¹⁰¹⁴.

De seu lado, perguntando se há uma decantada *autonomia* seletiva dos consumidores, acrescentamos, pelo tema da “impunidade”, ou se essa adviria da circular influência do próprio público sobre o comunicador que, *manietado*, não teria muito a lhes oferecer, responde MUNIZ SODRÉ que:

Não há grandes motivos para se acreditar nisto, porque a atual relação do produtor de tevê com o público é apenas deformadora da mensagem. Sem falar dos coeficientes de parcialidade das respostas às sondagens, a televisão - mantendo-se na estreita dependência dos desejos do público -, converte-se num organismo difusor de distorções, estereótipos e preconceitos sociais. No Rio, transmitia-se uma novela em que havia um caso de amor entre um negro e uma branca. O romance, insólito nas telenovelas, acionou os preconceitos raciais de alguns setores do público, e começaram a chegar à estação de tevê as cartas de protesto. Foi típica a solução dos produtores: alteraram o enredo para que uma atriz negra, contratada às pressas, substituísse a branca na paixão do personagem negro. [...] Vale ressaltar [...] que a televisão, ao lado de sua ação conservadora e pseudomoralizante, pode também aguçar certas contradições sociais. Há um exemplo [...] nos Estados Unidos. Após os motins raciais de 1967 em Watts, uma comissão formada pelo então Presidente Lyndon Johnson para estudar as causas dos conflitos terminou concluindo que a televisão era culpada de ostentar a opulência em que vive a maioria branca norte-americana, tornando-se assim responsável pela exasperação das minorias negras que habitam os guetos das grandes cidades. O relatório, feito por brancos, não condenou a opulência, mas a sua ostentação. O ocorrido nos Estados Unidos demonstra que, com a tevê, nem sempre se dá o fenômeno que os sociólogos franceses dos veículos de massa chamam de *déclassement*, ou seja, o sentimento comum a todos os telespectadores de pertencerem à mesma classe - já que os programas se dirigem a todos indistintamente, o aparelho se encontra tanto na casa do rico como do pobre. Na verdade, porém, por trás da igualdade ilusória, está a realidade discriminadora. A

¹⁰¹² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 312-313.

¹⁰¹³ Sobre este que é um perigo real, ver <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/bebe-paquistanes-acusado-de-homicidio-e-levado-esconderijo.html>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

¹⁰¹⁴ Ver <<http://discovermagazine.com/1993/oct/aviolenceinthebl293#.UyhIovldUXs>>, <<http://www.natgeo.com.br/br/especiais/o-gene-da-violencia>>, e <<http://super.abril.com.br/ciencia/agressividade-homossexualismo-genes-podem-explicar-440936.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

antena de televisão no barraco de um favelado e a antena numa residência de luxo não são apenas os índices de um mesmo rito de consumo, mas também de uma contradição em processo de aguçamento. A tevê não transforma o real. Reflita-se sobre o caso dos direitos civis norte-americanos: não houve nenhuma mudança de atitude por parte da televisão com relação à comunidade negra, que continuou esquecida. Apenas [...] e eis aqui a questão, os *líderes passaram a ser focalizados com maior frequência*. Condutores de hordas furiosas e impacientes, os líderes negros tipificam, para o norte-americano branco, o mito do Apocalipse. Focalizando-os, a televisão, como num espetáculo, provoca o horror e a infalível atração.¹⁰¹⁵

Agora já se percebe que o “discurso da impunidade” emite metagensagens *contraditórias entre si* quando ele se utiliza desse tema para *justificar o injustificável*, ou seja, a confusão que ele próprio realiza entre a “*impunidade*” e o *descompasso entre a programação criminalizadora primária e a criminalização secundária (seletividade impunizadora)*, e quando ele, valendo-se daquele mesmo tema, o da “impunidade”, pretende “justificar” a *restrição de direitos, o aumento das penas, a criação de novos “crimes” e o endurecimento das prisões* para pessoas que, definitivamente condenadas, ou não, irão cumprir, ou já estão cumprindo, seu papel como estereótipos criminalizados.

Aqui seria oportuno falar-se de *estigmatização pela impunização*, ou seja, de *criminalização pela impunização*, haja vista que para o sistema penal a condenação em si não é suficiente para afastar os “sinalizadores” da “impunidade”, o que só será possível quando (desgraçadamente) se atingir um grau de estigmatização (ainda mais) *insuportável*.

O que acontecerá somente se houver a “catarse social”, ou seja, quando o criminalizado for banido, é dizer, *neutralizadoperpétua* (inunção prisional), *remota* (esquecimento imperceptível – “pena paga”) e *irreversivelmente* (inunção civil), do convívio social e dos holofotes das políticas públicas (deterioração).

Por agora, alguns já poderiam estar alegando que a mídia não constrói a realidade sendo, ao contrário, influenciada por essa, de sorte que a sua programação, limitando-se a retratá-la, *veicula apenas o que as pessoas querem ver porque é isso que elas já estão acostumadas a assistir em seu angustiante cotidiano*.

Não fosse o devido desconto advindo do direcionamento às “elites tropicais”, quase nessa esteira seguiria JURANDIR COSTA:

A mídia forma hábitos, é claro. Mas nem toda mídia é inescrupulosa e mesmo aquela sórdida, no mais das vezes, vende o que estamos dispostos a aceitar. E o que estamos dispostos a aceitar - falo das elites, obviamente -, é o mito de que somos cidadãos de um mundo globalizado pelos artefatos informáticos e pela comunicação via internet. Este mito vem fazendo da elite brasileira um fantoche de interesses comerciais de empresas, cuja única preocupação é lucro. Embarcamos quase todos na mão dos irresponsáveis. Totalmente, passamos a acreditar na ideia de que

¹⁰¹⁵ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 70 a 72.

‘comunidade cultural’, ‘cidadania nacional’, ‘coletividades ligadas por valores morais’ é conversa de comunista ressentido, intelectual vagabundo, perdedor econômico ou franciscano sem batina.¹⁰¹⁶

Poderiam afirmar alguns leitores, as favelas, por exemplo, não foram criadas¹⁰¹⁷, tampouco desenvolvidas pela mídia que até agora apenas as “contemplou” em sua dramaturgia e em seu noticiário.

Ocorre que, embora a realidade possa ser facilmente produzida, como naquela situação em que um inocente vulnerável é injustamente acusado (comportamento apropriado percebido como desviante¹⁰¹⁸), ou quando são “plantadas” provas comprometedoras¹⁰¹⁹, quando sustentamos que a mídia produz realidade, não é a essa realidade que estamos nos referindo, ou seja, a realidade física, mas, sim, à realidade social¹⁰²⁰, de interpretação muito mais maleável que a física, ou seja, a uma realidade ideologizada, cuja perversão - mediante instauração do pânico moral¹⁰²¹ - é muitíssimo mais perigosa que a deformação da realidade palpável, na medida em que:

A ideologia é a *base* do pensamento de uma sociedade de classes, no curso conflitante da história. Os fatos ideológicos nunca foram simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, como tais, fatores reais que exercem uma real ação deformante.¹⁰²²

Para MUNIZ SODRÉ, as “ilusões de objetividade fabricadas pela televisão”¹⁰²³ implicam uma arapuca para o receptor que, certo de se confrontar com a realidade, conclui ele, pode se deixar

[...] influenciar ainda mais pela mensagem, entregando-se sem rédeas aos processos de identificação e projeção. Nesse ponto, a tevê converte-se num veículo

¹⁰¹⁶ COSTA, J. F. *Razões...*, pp. 90-91.

¹⁰¹⁷ Sobre sua origem e desdobramento, CUNHA, E. da. *Os sertões*: campanha de Canudos. In obra completa, v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, capítulo IV, subitem as caatingas, pp. 27 e 39. Ver, ainda, CHALHOUB, S. *Cidade...*, pp. 15 e seguintes. Ver, também, CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. 17. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, pp. 30-31 e 39-40. Ver, outrossim, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 443.

¹⁰¹⁸ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 31-32.

¹⁰¹⁹ Sobre “*bum rap*”, ver obra citada na nota anterior e ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 426.

¹⁰²⁰ Escorando-se em Peter Berger e Thomas Luckman, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 206: “[...] a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana.”

¹⁰²¹ Sobre a diferença entre esse e o temor racional diante da violência real, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 263, 318-319, 327, 377 e 476.

¹⁰²² DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 137.

¹⁰²³ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 62.

socialmente perigoso, pois tende a conformar o indivíduo à sua pseudo-objetividade [...] que no caso do Brasil é bastante medíocre e conservadora [...].¹⁰²⁴

No conflito dominial discursivo, então, a *ideologia midiática* em torno do tema da “impunidade” tem o poder de *deformar a realidade fatorial* vislumbrada pela plateia, simplesmente *reconfigurando-a* em uma nova *realidade*, a *ideológica*, exercente de uma nova *deformação* que feche e ponha em movimento o círculo vicioso do discurso (falso) sobre a própria “impunidade”.

E a aceleração circular é tão intensa que ela pirotécnico-giroscopicamente nos anoxia, impedindo nossa capacidade de perceber a mutação da realidade fatorial perceptível em realidade ideológica produzida com um verniz “contrafático”.

Nesse passo, PAULO LEMINSKI não estaria quase certo quando afirmou que “a vida não imita a arte, imita um programa ruim de televisão”?¹⁰²⁵

Excetuado o fato de que a filmografia de WANDERSON CHAN é indefectível, não parece ser possível, não diríamos, nem tanto não dissociar o caso do homicídio que vitimou Douglas Rafael da Silva Pereira da afirmação leminskiana, mas sim pelo menos não aceitar que “a vida imita a arte”.

A morte do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, conhecido como DG, foi anunciada por ele mesmo em 2013, em mais uma prova cabal de que a vida imita a arte. DG foi o personagem principal de um curta metragem chamado ‘Made In Brazil’. [...] Douglas faz o papel dele mesmo. Sai de uma partida de futebol de praia em Copacabana e vaga pelas imediações da favela Pavão-Pavãozinho. Passa em frente a uma creche, fala com moradores, ajuda uma mulher a levar sacolas de compras morro acima, toma um passe de um pastor evangélico. Até que há um tiroteio. Ele é abordado por PMs que o agridem e, afinal, o executam com um tiro na nuca. A ideia do diretor Wanderson Chan era contar uma história sobre ‘os nossos problemas sociais em paralelo com a euforia da Copa’. A realidade acabou por dar ao filme despretenso um caráter transcendente. O corpo de DG [...] foi descoberto na escadaria daquela creche. Segundo o IML, ele teve uma ‘hemorragia interna decorrente de laceração pulmonar decorrente de ferimento transfixante do tórax. Ação perfuro-contundente’. Leia-se tiro. O secretário de segurança do Rio, Beltrame, declarou que não descarta uma ‘possível culpa de PMs’. A mãe de Douglas, Maria de Fátima, crê que houve tortura. ‘Eu fiquei com o corpo do meu filho até as 3h30 da madrugada e vi que ele tem um afundamento no crânio, um corte no supercílio e está com o nariz roxo. Eu acredito que mataram ele. Tenho certeza que ele foi torturado pelos policiais da UPP’, disse. ‘Crônica de Uma Morte Anunciada’[...]. ‘Made In Brazil’, feito um ano antes da morte de Douglas, explica muito sobre a morte e a vida de Douglas. [sic]¹⁰²⁶

¹⁰²⁴ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 62.

¹⁰²⁵ In <<http://doleminski.blogspot.com.br/2010/07/vida-nao--arte.html>>. Acesso em: 24 abr. 2014. Poderíamos ter optado por citar Woody Allen, quando esse afirmou que: “a vida não imita a arte, imita um programa de auditório de televisão”, mas, preferimos tropicalizar a afirmação.

¹⁰²⁶ In <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/cronica-de-uma-morte-anunciada-como-o-dancarino-douglas-filmou-sua-execucao-em-2013/>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

Quando uma, duas, três ou várias pessoas descrevem um jarro sobre uma mesa é bem provável que cada uma o narre de acordo com seu ângulo de visada, levando em consideração circunstâncias que lhe sejam interessantes, isso quando uma mesma pessoa não o descreve, em momentos diversos, de maneira diferente.

“Todos nós teremos experimentado como um mesmo lugar parece diferente quando estamos alegres e quando estamos tristes.”¹⁰²⁷

Embora vá haver, na análise *randômica* realizada por aquela(s), inúmeras narrativas, a quantidade de variações não tende ao infinito, porquanto, pelo menos a partir de um dado instante, as características físicas daquela obra de arte se esgotarão e começarão a se repetir.

O mesmo não acontece com a realidade social porque, *comunicacional* por excelência (intersubjetividade), submete-se às vicissitudes da *linguagem*, tão instável quanto complexa, conforme sejam *conjugados* (verbos), *variados* (adjetivos, substantivos), *combinados* (orações em ordem direta ou indireta), *modificados* (metonímia, v. g.), e *inventados* (neologismos), os vocábulos que a exprimem.

Como já foi afirmado por MANUEL LAPA, “numa simples palavra se pode resumir todo o universo”¹⁰²⁸, o que significa, acrescenta ele, que “um vocabulário pode suscitar uma infinidade de imagens e ideias que abranjam todos os domínios do pensamento e da vida.”¹⁰²⁹

Em presença das coisas, o nosso espírito reage da seguinte maneira: ou as *percebe* ou as *sente*. Quase sempre estas duas operações, a percepção e o sentimento, andam ligadas, mas, por via de regra, em proporções diferentes. Praticamente há objetos que despertam mais a nossa inteligência, outros que chocam mais a nossa sensibilidade. Assim também as palavras: umas têm uma dominante afetiva, outras uma dominante intelectual.¹⁰³⁰

É por isso que o discurso dos empreendedores morais é tão *poderoso*.

Porque, além de sustentar-se em *palavras convenientemente coincidentes*, obtém ele a aderência (forçada) de “fatos confirmadores pré-moldados”.

Ou seja, além de proferir um discurso *eloquente* que provoca, requeitando as mensagens *subliminares* anteriores, uma estimulação do senso comum dos espectadores predicado por um “bom senso moralmente indignado”, socorrem-se os empresários morais eletrônicos de *fatos isolados*, comunicando-os como se eles fossem *genéricos*, o que aumenta

¹⁰²⁷ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 564.

¹⁰²⁸ LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 5.

¹⁰²⁹ LAPA, M. R. *Estilística...*, p. 5.

¹⁰³⁰ LAPA, M. R. *Estilística...*, p. 24.

em muito a “*sensação de impunidade*”, sobretudo quando vislumbrada de fora, e facilita a sua exportação da ficção para a realidade.

Para EUGENIO ZAFFARONI, que vai além:

A capacidade reprodutora de violência dos meios de comunicação de massa é enorme: na necessidade de uma criminalidade mais cruel para melhor excitar a indignação moral, basta que a televisão dê exagerada publicidade a vários casos de violência ou crueldade gratuita para que, imediatamente, as demandas de papéis vinculados ao estereótipo assumam conteúdos de maior crueldade e, por conseguinte, os que assumem o papel correspondente ao estereótipo ajustem sua conduta a estes papéis. Entre outras coisas, os meios de comunicação de massa, em nossa região marginal, constituem o melhor instrumento para incentivar o consumo de tóxicos. Assim, a publicidade de alguns casos de intoxicação com inaláveis - frequentemente com detalhadas explicações de suas técnicas de uso sob pretexto preventivo -, não fizeram outra coisa a não ser generalizar seu uso, causando numerosas mortes de crianças e adolescentes. A associação ‘droga-prazer-sexo-proibição’, em discursos supostamente preventivos, oculta uma metagemagem de incentivo ao consumo de tóxicos. Isto é tão claro que se torna estranho que, praticamente, nenhum meio de comunicação de massa fale abertamente do perigo de impotência e da incapacidade para o prazer resultante da intoxicação crônica. O mero enunciado das principais funções dos meios de comunicação de massa, como aparato de propaganda do sistema penal e sua dedicação quase exclusiva a tal propaganda, revela o alto grau de empenho da civilização industrial e dos albos da civilização tecnocientífica para preservar a ilusão e fabricar a realidade do sistema penal e a função-chave que este sistema cumpre na manutenção do poder planetário desta civilização industrial. De qualquer modo, é evidente que nos limitamos a um mero enunciado incompleto, pois a questão vai muito além e, definitivamente, está vinculada à estrutura de comunicação da sociedade tecnocientífica, que muda a comunicação ‘entre pessoas’ pela comunicação ‘através dos meios’. Este tipo de comunicação não se limita a proporcionar uma falsa imagem da realidade, mas a produzir realidade, de acordo com regras - tais como o ‘teorema de Thomas’ e a ‘profecia que se autorrealiza’ de Merton relacionadas ao ‘bode expiatório’ aplicado a certos grupos sociais -, que são velhas conhecidas dos conceitos sociológicos. Este conjunto contribui para conservar um sistema simbólico ‘fechado’, cujas consequências mais notórias são a reprodução e o fortalecimento da verticalização corporativa da sociedade. Em nossa região marginal, este processo gera o fortalecimento dos vínculos neocolonialistas na versão ainda mais genocida com que nos ameaça hoje o tecnocolonialismo.¹⁰³¹

Exemplarmente, após divulgar a estatística de “reincidência” no Brasil, veicula a mídia a notícia de um “crime” que teria sido praticado após outro semelhante, mas que não foi punido (“latrocínio por um morador da favela após absolvição de outro”), dando a entender que a motivação foi a “impunidade” anterior e provocando na população uma “reação sensória comum” dirigida *neurótico-pirotecnicamente*, agora, contra *todos* os supostos “impunes”.

Essa “contaminação” da “opinião pública” (*publicada*¹⁰³²) pela apresentação de um *único* e *superficial* caso, ratificado e acentuado por um *fast thinker*, alcança uma dimensão e

¹⁰³¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 131-132, *in verbis*, e 133-134.

¹⁰³² De maneira incipiente, TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 15: “O público não tinha condições para começar a implantar-se senão após o grande desenvolvimento representado pela invenção da imprensa, no século XVI.”

uma notoriedade “nacionais” (*nacionalizadas* ou, quando não, *internacionalizadas*¹⁰³³), mediante frases do tipo: “este crime chocou o *Brasil*”, ou, ainda, “todo o *país* clama por justiça”.

Como a indústria do entretenimento punitivo massivo (mídia) necessita de bodes expiatórios funcionais, requeita ela, em seus noticiários, imagens descontextualizadas e fragmentadas, acompanhadas de curtas, simplórias, sugestivas, insinuantes, capciosas e tendenciosas frases sobre a “impunidade”, porque esse é o combustível que vai reacender o pânico moral que, renascendo da violência, irá (re)produzir mais violência.¹⁰³⁴

Sendo assim, “embora uma favela possa ser uma favela para a maioria das pessoas”, existem ali animações intersubjetivas comunicacionais que complexificam a sua narrativa (passagem do sentido para o linguístico).

É dizer, não se trata de algo estável, imóvel e de decifração limitada, mas sim de pessoas que se comunicam com outras multiplicando a quantidade de resultados interativos que, exportados para as *fórmulasmatematizadasdosarranjos e dascombinações linguísticas*, tendem ao infinito, nesse se incluindo a possibilidade, bem (mal) utilizada pela mídia, de serem intrometidas *narrativas falsas e “quase inocentes”, conotações, sentidos figurados, metáforas, duplos sentidos que, sob a veste (c)ordeira da “reprodução” da realidade,acabamlicomaniacamente produzindo-a de acordo com sua conveniência*.

De todo modo, de acordo com a conveniência da sua política, conduzem e manipulam os empresários morais a *tecnologia linguístico-discursivo-semiológica* fomentando na psique da coletividade a “necessidade” da eliminação definitiva da “impunidade”, *sem o que, sustentam, não viveremos em paz*.

E, para o caso, sempre possível, de haver a necessidade de contradizer a *opinio* midiática emitida anteriormente sob a *aparente e inocente esterilidade*, não se fará essa mesma mídia de rogada, tampouco se *ruborescerá* o âncora televisivo, porque:

O discurso espetacular faz calar, além do que é propriamente secreto, tudo o que não lhe convém. O que ele mostra vem sempre isolado do ambiente, do passado, das intenções, das consequências. É, portanto, totalmente ilógico. Como já ninguém pode contradizê-lo, o espetáculo tem o direito de contradizer a si mesmo, de retificar seu passado. A atitude arrogante de seus serviçais quando devem apresentar uma nova versão, talvez ainda mais enganosa, de certos fatos consiste em retificar ríspidamente a ignorância e as más interpretações atribuídas ao público; ora, os mesmos serviçais, pouco antes, faziam de tudo para difundir o erro, com o ar seguro de sempre. Dessa forma, o que o espetáculo ensina e a ignorância dos espectadores

¹⁰³³ TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 65 a 67, 88 e 128.

¹⁰³⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 322.

são impropriamente considerados fatores antagônicos: na verdade, um nasce do outro.¹⁰³⁵

É por isto que já dissemos, e não cansamos de repetir, que entendemos que a mídia “produz (interpreta a) realidade”, uma “realidade que queremos ver *interpretada* ao nosso modo”, em um *processo semiótico de autofagocitação* (pseudodefesas recíprocas), misturado com uma *divisão assexuada* (reproduções recíprocas intocadas concebendo exclusões dessocializadoras).

Por isso, “coitados de nós, inseridos na *Umwelt* tentacular do grande *continuum* de informação que usamos e que nos usa.”¹⁰³⁶

Há tempos *A comunicação do grotesco* denunciou esse conluio do qual participa e usufrui a política (criminal): “O sociólogo Lucian W. Pye observa que ‘a dicotomia entre a política e as comunicações não existe com relação à construção de uma estrutura política; o processo mesmo de comunicações é coincidente com o processo político.’”¹⁰³⁷

Sendo que essa *coincidência* é possível graças à utilização de uma engenharia de produção que copia as estratégias *psicológicas* dirigidas ao *mercado de consumo* que determina:

‘Compre isto porque todo o mundo o faz!’ E tal fato não é de forma alguma contraditório. Compreende-se que cada um se sinta original ainda que todos se assemelhem: para isso é suficiente um esquema de proteção coletiva e mitológica - de um modelo.¹⁰³⁸

Mas, por que é assim? Por que o *modelo* de *fortuidade* da “impunidade” convence? Porque “o que tem cabido à classe detentora dos meios de produção [...] [é justamente] o uso social do código”¹⁰³⁹, é dizer, do *paradigma* burilado em baixo relevo na cera que plasticamente se amolda às “necessidades” ordenadoras da ocasião, de sorte que a comunicação política quando o tema é a “impunidade” é *codificada*¹⁰⁴⁰ de tal modo que os empreendedores morais só permitem que o destinatário perceba o que eles querem e como eles (uns e outros) querem (decodificação controlada).

¹⁰³⁵ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 188.

¹⁰³⁶ PINTO, J. *O ruído...*, p. 22.

¹⁰³⁷ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 8-9.

¹⁰³⁸ BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 193.

¹⁰³⁹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 16.

¹⁰⁴⁰ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 11: “Comunicação é a troca de informações (estímulos, imagens, símbolos, mensagens) possibilitada por um conjunto de regras explícitas ou implícitas, a que chamaremos de *código*.”

Essa codificação, todavia, não equivale à *complexidade*, tampouco à *ininteligibilidade*, mesmo porque as *diversidades intelectual* e *educacional* dos receptores da mensagem destinada a *construir e a divulgar a “impunidade”* exigem que ela seja *padronizada por um denominador comum minimamente simples, sob pena de não ser entendida e aceita por todos*.¹⁰⁴¹

Essa *decodificação “self service delivery”* produz um *empobrecimento circular da mensagem* que, disputado pela causa e pelo efeito (dilema original preferencial da poedeira ou do produto da sua postura), decorre de os empreendedores morais, dominadores e exploradores econômicos dos *mass media*, voltarem seus esforços para a sua industrialização fordista midiática, única capaz de se sintonizar com uma *demand massificada* por uma cultura *massivamente venal*, a cultura de mercado.¹⁰⁴²

Nesse giroscópio vertiginoso-delirante o oferecimento de uma mensagem pobre desautonomiza o espectador impedindo ou dificultando a construção de um “senso comum crítico” do discurso da “impunidade criminógena”, realimentando-se o sistema (autopoiese inebriante).

Mas, como a mídia consegue empobrecer a mensagem e, além disso, como lhe é possível manipular a seu bel-prazer a sua interpretação?

Semiologicamente, o esquema icônico concentra mais mensagens interpretáveis que os lineares.

Por isso consegue a mídia *confinar* o espectador dentro da imagem da realidade que ela diz limitar-se a “reproduzir”, conduzindo-o por um atalho que o leva a uma vereda *interpretativa “encomendada”* pela sua própria angústia.

É uma *imagem* o disposto *adrede* no final do arco punitivo iridescentemente espetacular, e não *puras palavras*, porque o *esquema imagético figurativo* é muito mais *rico* e *maleável* e *útil* que o *esquema sígnico vocabular*, naturalmente *frio* e *limitado* pelas próprias formas que o encerram (alfabeto, algarismos e outros signos).

A imagem de um corpo ensanguentado paralelo ao chão é muito mais *transmitente* e *convvincente* que trinta segundos retóricos percorridos pelo jornalista narrador do acontecido.

A *imagem sequencial* de um “marginal” sendo preso diversas vezes tem o poder de *produzir* muito mais discursividade (prejudicial) sobre a “impunidade criminógena” que todas as páginas contrárias do presente texto.

¹⁰⁴¹ Mais ou menos por aí, ver SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 16. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 306.

¹⁰⁴² Nesse sentido, SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 16-17.

Mas, não significa isso, em hipótese alguma, que o mundo das imagens exclua o das palavras, porquanto ambos não passam de formas diferentes de uma só *semiologia*.

Partindo do pressuposto, *produzido e equivocado*, de que o espectador se “tranquiliza” com as formas imagéticas “harmônicas” e “simétricas”, com as “limpas”, com as “lisas”, com as que possuem “curvas leves, pouco anguladas”, com as que denotam “versos que rimam”, porque isso não o desloca *bruscamente* do seu “conforto” previamente rascunhado (atrato estático), é possível dizermos que as “imagens violentas” promovidas por “pessoas feias” se “desviam”, escapam do *contêiner* que acomoda a “perspectiva aceitável” já definida pela mídia, fazendo aquele acreditar que essa *desacomodação imagética (desvio do trajeto)*, precisa ser *redesenhada (sem alteração da perspectiva)*, restaurando-se seu conforto, o que só será alcançado mediante o *afastamento (segregação estigmatizante)*, daquele que ainda não foi excluído da paisagem, o “inimigo impune” que usa a máscara da “*persona non grata*”, ou melhor, da “*non persona*”¹⁰⁴³.

Cultural (produção), e não *filogenético-estruturalmente* (reprodução), o “harmônico” e o “simétrico” são, estandardizadamente, considerados “belos” e “calmantes”.

Cultural (produção), e não *filogenético-estruturalmente* (reprodução), o “desarmônico” e o “assimétrico” são, pasteurizadamente, considerados “feios”, “assustadores”, “violentos”, “incômodos”, “preocupantes”.

Como se trata de uma *culturalização* que vem sendo (*re*)*produzida* há algum tempo, haja vista que o “coletivo, inconscientemente”, melhor seria dizer “senso comum acrítico”, arrimado em *arquétipos amorfos* tem sido *adestrado* a revisitar, através de *excitações dirigentes*, as sensações e as imaginações humanas que, *provocadas*, são convertidas, semioticamente, em onirismos, mitologias *etc.*, não está ela *alheia* a, tampouco *isenta* de sofrer os influxos de uma *política social conducente* que, aproveitando-se dos nossos “medos ordinários (ordinarizados)” (espinhos, animais ferozes, chifres e dentes afiados, armas letais, abismos, escuridão *etc.*), reestiliza-os com novos tipos *substituintes, apresentados como “assustadores”,* porque “feios”, “disformes”, “desarmônicos”, “desconjuntados”, “desengonçados”, “aleijados”, “assimétricos”, *embora não sob uma plataforma de alerta ordinário (ordinarizado) e real (sério e plausível), senão sob uma partitura artificial, construída no espectador para parecer-lhe “amedrontadora e perigosa”.*

Nesses termos, dizer que o “afrodescendente”, por exemplo, porque não obedece ao padrão de simetria do capitalismo neoliberal de consumo atual, *excita* nosso “inconsciente

¹⁰⁴³ ZAFFARONI, E. R. *O inimigo...*, p. 18.

coletivo assustadiço”, acionando nossos alarmes e disparando nossas defesas que, postas de prontidão, passam a nele perceber um “perigo”, significa o mesmo que dizer que o hominídeo do paleolítico se assustava na penumbra com o verso esbranquiçado da folha de uma planta qualquer acreditando tratar-se de uma “alma penada”.

Para que o neandertal se assustasse com essa fantasia fantasmagórica *moderna* era preciso, antes, que ela fosse edificada na sua psique, porquanto somente os perigos naturalmente reais, *e reais de seu tempo*, advirta-se, *experimentados* ou a ele *apresentados*, poderiam incomodar-lhe.

Então, não é que os “afrodescendentes” repetem visualmente os perigos que, “sempre desconfortando as pessoas”, formataram nosso “inconsciente coletivo”, é que, de um tempo para cá, nosso “senso comum atrofiado” está sendo *induzido* a hospedar situações que, apesar de não serem perigosas, conduzem-nos (veladamente) a registrá-las, por *analogia artificial*, como sendo.

Entender que os “afrodescendentes”, os “feios”, os “sujos”, os “pobres (ou melhor, os desempregados, os inempregáveis ou os desfavorecidos pela discrepância rentária)”, os “esquisitos”, os “rebeldes”, os “disformes” são a *repetição natural* de nossos “medos ancestrais”, revisitados através dos seus estereótipos, é *absurdo* porque essa interpretação *cortejapreconceituosamente* um *lamarckismo*¹⁰⁴⁴ próprio da *psicologia filogenética*, com total desprezo pela influência não só preponderante, mas exclusiva que a *cultura* exerce ao menos *subliminarmente* nas pessoas.

O “medo” de referidos estereótipos não tem nada de “natural”, tampouco de “instintivo”, sendo produto *exclusivo* de uma *cultura dominante preconceituosa* que, passada de uma geração a outra, mutaciona ciclicamente seus alvos de acordo com a necessidade da ocasião.

Trocando em vísceras, quando uma pessoa sente “medo” ao cruzar com um “afrodescendente”, ou com um “maltrapilho”, ou com um sujeito “mal encarado”, ou com alguém que aparente acondicionar no bolso de sua calça um objeto perfurante, cortante ou contundente, mais do que se lembrar de um assalto ou de uma agressão sofrida anteriormente, se é que isso já lhe tenha acontecido, em que o “meliante” tenha restado “impune” (teoria do raio que não cai duas vezes no mesmo lugar), *rememora* ela, *multiplicadamente*, as

¹⁰⁴⁴ Segundo nos noticiou eletronicamente Jurandir Costa, “a ideia de transmissão genética dos caracteres adquiridos, de Lamarck, e a ideia de que a ontogênese recapitula a filogênese, de Haeckel, foram duas das ideologias ‘darwinistas’ mais difundidas no século XIX. Até Freud escorregou, às vezes, aceitando alguma coisa das duas, embora tenha criado sua própria ideia de ‘universal’ psíquico, ao inventar o conceito de ‘fantasias originárias’.”

mensagens *subliminares pânico-febris* que lhe foram fornecidas pelos *sujeitos que lhe são próximos* (parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho), pela *mídia* e pelos *empreendedores morais*, todas carregadas de *preconceitos* contra aqueles estigmatizados.

Como não existe dentro das pessoas um baú que acondicione “medos primitivo-instintivos”, elas só conseguem temer o que já experimentaram ou o que já lhes disseram que “deve ser temido”, sendo esse o grande problema da saturação midiática do discurso da “impunidade criminógena”, porque *excita* ele, *sádico-pornograficamente*, nas pessoas “medos” que elas nunca experienciaram (induzimento), ou *requenta multiplicadamente* “medos” que já estavam arrefecidos dentro delas (instigação).

E, nem se diga que tais “medos empíricos” se *justificam* em razão de que, sendo a maioria dos “crimes” praticada por “afrodescendentes”, por “pobres (ou melhor, por desempregados, por inempregáveis ou por desfavorecidos pela discrepância rentária)”, por “inaptos”, por “rebeldes ou desconformes ao sistema”, “naturalmente” serão esses mesmos estereótipos, sobretudo quando “impunes”, os futuros responsáveis pelos “crimes” que advirão¹⁰⁴⁵, porque essa é uma *coincidência compelida pelo “desvio secundário” na medida em que eles, não estando preparados inculpavelmente (desculpavelmente) para assumir outro papel, acabam forçosamente tendo que interpretar a única personagem socialmente coajudvante e criminalmente protagonizante que lhes cabe, a do “criminoso nato, inveterado e perpetuamente impune”*.¹⁰⁴⁶

Para GEORGE MEAD, “de alguma maneira somos como os outros nos veem, de acordo com as demandas de papéis que os outros nos formulam. [...] o homem é essencialmente um animal que se adapta a papéis.”¹⁰⁴⁷

Quase contemporaneamente a ele, GABRIEL DE TARDE acentuava que:

Começamos, ainda crianças e adolescentes, por sentir intensamente *a acção do olhar dos outros*, que se exprime inconscientemente na nossa atitude, nos nossos gestos, no curso alterado das nossas ideias, na perturbação ou na excitação das nossas palavras, nos nossos juízos, nos nossos actos. E só depois de termos, durante anos, sofrido e feito sofrer esta acção impressionante do olhar é que nos tornamos

¹⁰⁴⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 181.

¹⁰⁴⁶ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 130.

¹⁰⁴⁷ MEAD, G. H. *On social psychology*. In The Heritage of Sociology: a series edited by Morris Janowitz. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2014, *passim*. _____. *Essays in social psychology*. New Brunswick/London: Transaction Publishers. 2011, *passim*. _____. *Selected writings: George Herbert Mead*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2014, *passim*. _____. *Espíritu, persona y sociead: desde el punto de vista del conductismo social*. 1. ed. 4 re. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 2010, *passim*. Ver, também, GOFFMAN, E. *Estigma...*, pp. 16 em diante, 116 e seguintes e 126 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 191-192.

capazes de nos deixarmos impressionar até pela *lembrança do olhar dos outros*, pela ideia de que somos objecto da atenção de pessoas ausentes.¹⁰⁴⁸

Já CARL JUNG, em *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, defende perigosamente que:

O inconsciente, em Freud, apesar de já aparecer - pelo menos metaforicamente - como sujeito atuante, nada mais é do que o espaço de concentração desses conteúdos esquecidos e recalçados, adquirindo um significado prático graças a eles. Assim sendo, segundo Freud, o inconsciente é de natureza exclusivamente pessoal, muito embora ele tenha chegado a discernir as formas de pensamento arcaico-mitológicas do inconsciente. Uma camada mais ou menos superficial do inconsciente é indubitavelmente pessoal. Nós a denominamos *inconsciente pessoal*. Este porém repousa sobre uma camada mais profunda, que já não tem sua origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo inata. Esta camada mais profunda é o que chamamos *inconsciente coletivo*. Eu optei pelo termo ‘coletivo’ pelo fato de o inconsciente não ser de natureza individual, mas universal; isto é, contrariamente à psique pessoal ele possui conteúdos e modos de comportamento, os quais são ‘cum grano salis’ os mesmos em toda parte e em todos os indivíduos. Em outras palavras, são idênticos em todos os seres humanos, constituindo portanto um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo.¹⁰⁴⁹

De acordo com HELMUT LEDER, em um artigo intitulado *Questão de gosto*, penalmente *perigosíssimo* em razão do seu imanente caráter *etiológico*, algumas preferências estéticas não são individuais, senão o resultado de padrões, ou seja, *standarts* que advêm de nossos ancestrais.

Convidando-nos para um seletor banquete de bobagens, diz ele:

Imagine que você é o vencedor de uma promoção de uma loja de decoração. O prêmio é escolher, sem se preocupar com o preço, um novo sofá para sua sala. Há vários modelos e muitos deles agradam a você. O vendedor seleciona dois tipos e pergunta de qual você gosta mais - uma *chaise-longue* com apoios de braço curvos ou um moderno sofá de couro sintético, de linhas retas? Se sua preferência for semelhante à da maioria das pessoas, você optará pelo móvel de formas arredondadas. ‘Inconscientemente, contornos curvilíneos remetem à proteção. Aprendemos, ao longo da evolução, a evitar superfícies pontiagudas, como espinhos e dentes, pois podem ferir ou causar a morte’, explica o neurocientista Moshe Bar, diretor do Laboratório de Ciências Cognitivas da Escola de Medicina de Harvard, em Massachusetts, autor de um estudo sobre as possíveis origens de nossas preferências estéticas. Em 2006, Bar apresentou a homens e mulheres fotografias de sofás e relógios de pulso, de contornos retos ou arredondados. Eles deveriam escolher quais lhes agradavam mais. Resultado: de cada três voluntários, dois optaram por um produto de linhas curvas. No ano seguinte, o neurocientista repetiu a pesquisa, dessa vez monitorando a atividade cerebral dos participantes. Em uma tela, mostrou-lhes 140 objetos, desde formas de bolo até luminárias. Foram exibidos dois modelos diferentes de cada um: com *design* reto ou com linhas curvilíneas. Em seguida, exibiu 80 itens ‘mistos’, isto é, que mesclavam formas arredondadas e retangulares. ‘Houve maior ativação dos neurônios da amígdala quando os participantes olharam para os materiais de cantos pontiagudos’, diz a neurocientista Mail Neta, coautora da pesquisa. A região das amígdalas faz parte do sistema límbico, responsável pelas emoções, como o medo. Essa parte do cérebro associa

¹⁰⁴⁸ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 14.

¹⁰⁴⁹ Ver nota 151.

estímulos ameaçadores a emoções negativas para nos manter longe do perigo. ‘Os contornos afiados deixariam essa parte do cérebro de ‘sobreaviso’. Sensações desagradáveis surgem vinculadas ao que pode nos trazer dor ou desprazer. Nossos antepassados aprenderam, a duras penas, a reconhecer e a rejeitar situações que podem trazer riscos. Assim, o desconforto causado por alguns objetos se expressa como preferência estética’, supõe Bar. As preferências moldadas pela evolução biológica não se restringem a objetos. Os mecanismos cerebrais envolvidos na percepção de rostos oferecem várias pistas de como, ao longo do tempo, aprendemos a reconhecer parceiros saudáveis, com maior chance de propagar a espécie. Não por acaso, rostos harmônicos, fabricados por meio da técnica de *morphing* - sobreposição de imagens em programas de computador para transformar uma face em outra ou mesmo criar novas feições -, costumam ser considerados belos. Nesses protótipos, as distâncias entre nariz, boca e olhos correspondem à média estatística de todos os rostos incorporados na imagem. A beleza estaria nessa simetria.

ESTRANHAMENTE FAMILIAR

Além de bonitos, esses modelos são considerados atraentes. ‘Traços irregulares, grosseiros, podem ser avaliados, de maneira instintiva, como indício de ‘maus genes’’, explica o psicólogo Piotr Winkelman, da Universidade da Califórnia. Segundo ele, a admiração por um rosto é proporcional à facilidade de reconhecê-lo.¹⁰⁵⁰

Não bastasse, o final do seu artigo acaba descambando para uma “natural preferência pela estética vitruviana (razão de Phidias)”, com reassunção de um caráter *etiológico* recidivamente *perigoso*, pois:

Um aspecto em especial parece agradar de forma unânime: os padrões simétricos, ou seja, o equilíbrio visual [...] [de modo que] optar por traços mais conservadores ou modernos pode ser uma questão de gosto, mas a predileção pela proporcionalidade parece ser inata.¹⁰⁵¹

Isso porque “assiste-se hoje a um esforço [...], a uma tentativa de ‘promoção do gosto ao nível das massas’”.¹⁰⁵²

Embora essa etiologia seja *temporalmente modulável*, na medida em que ele admite que “essa reação pode mudar se tivermos um tempo para nos acostumar com o objeto”¹⁰⁵³, seu *eufemismo* não afasta o diagnóstico de que essa *interpretação esteticista* inspira ainda muitos cuidados, mesmo porque, em política criminal, a passagem do “feio” para o “perigoso” é *rápida, fácil* e quase sempre *irreversível*.

De acordo com notícia dada por EUGENIO ZAFFARONI, não só historicamente:

A *feiura* é uma falta de valor estético e a *maldade* uma falta de valor ético, mas costumam coincidir: o *feio* é *mau*. Muyart de Vouglans (1713-1791), um prático do século XVIII, aconselhava que se havia vários suspeitos e devia aplicar-se a tortura, o juiz devia começar pelo mais deformado. Raramente o mau é belo, e quando o é,

¹⁰⁵⁰ LEDER, H. Questão de gosto. In *Mente e cérebro*. São Paulo: Ediouro Duetto, dez. 2011, ano XIX, n. 227, pp. 48 a 55.

¹⁰⁵¹ Ver nota anterior.

¹⁰⁵² BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 157.

¹⁰⁵³ Ver nota 1050.

encobre uma beleza diabólica ou falsa, como no caso do *Dorian Gray*, de Oscar Wilde.¹⁰⁵⁴

Em nosso caso, considerando a distinção entre “*status principal*” e “*status subordinado*” de EVERETT HUGHES¹⁰⁵⁵, podemos dizer que: “O negro (preto ou pardo) é mau e, portanto, perigoso e impune.”¹⁰⁵⁶

O tema da “impunidade”, porque vazado em um “mito”, é *pervertidamente estimulado* no senso comum como algo “esteticamente ameaçador” na medida em que ele está vinculado ao que é *reproduzido midiática e penalmente* como “feio”, como “estranho”, como “assustador”, como “desagradável”, como “indevidamente beneficiado”, o que equivale a dizer, como alguém “perigoso” (porque mal acostumado), que está “*à solta (que não está sendo punido com a pena neutralizadora de prisão), prestes a nos atacar*”.

Essa interpretação da “impunidade”, todavia, incorre em um equívoco grosseiro, porquanto, *culturalmente*, afirmar que *filogeneticamente* tememos o “feio”, o “sujo”, o “disforme”, o “afrodescendente”, equivale a *projetar retrospectivamente, como se pertencessem “natural” e “indissociavelmente” ao genoma humano, nossas “classificações atuais”, já impregnadas de preconceitos de natureza vária.*

No nosso caso, o do sistema penal *declaratório* de uma *existente e insistente* “impunidade”, atraente de um “sobreaviso aterrorizado” contra os “esteticamente desproporcionais”, a suposição de MOSHE BAR de que “o desconforto causado por alguns objetos se expressa como preferência estética”¹⁰⁵⁷ deveria ser *invertida* passando a representar o que tipicamente ocorre: *a suposta “preferência estética”, que na verdade é uma imposição da sociedade capitalista de consumo, cuja aderência individual e coletiva revela uma atitude smart e cool, é que produz o “desconforto”, o “medo” e o “perigo” alegadamente advindos desta ou daquela pessoa impunizada, porque visualmente contraditória daquela.*

Em nosso quadrante penal sistematizado, e aqui interpolamos e subvertemos parte da conclusão da pesquisa, não por acaso rostos “desarmônicos”, fabricados por meio da técnica moralmente empreendedora de *morphing*, que no nosso caso é a da sobreposição de imagens em programas criminalizadores de computador e de televisão para requentar e facilitar o

¹⁰⁵⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 98.

¹⁰⁵⁵ HUGHES, E. C. Dilemmas and contradictions of status. *The American Journal of Sociology*: University of Chicago Press, v. 50, n. 5, mar. 1945, pp. 353-359.

¹⁰⁵⁶ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 43-44: “O pertencimento à raça negra, tal como socialmente definida, irá sobrepujar a maior parte das outras considerações na maioria das outras situações.”

¹⁰⁵⁷ Ver nota 1050.

reconhecimento dos “perigosos” ou transformar uma face em outra ou mesmo criar novas feições (cirurgia penal plástica), são considerados “feios”, “defeito ontológico quase insanável” esse que predica como “incessantemente ameaçadores e perigosos” todos os manequins que os exibem, indefazendo-se perpetuamente, então, sua reputação de “impunes”.

Acompanhando ERNST GOMBRICH, “não posso [podemos] deixar de suspeitar, algumas vezes, de que essa era [é] uma arte [a da demagogia] cuja intenção consistia [consiste] em atrair um público que também se deleitava [deleita] no horrível espetáculo das lutas [...]”.¹⁰⁵⁸

Justamente porque, como veremos abaixo, a mídia não é a única responsável pelo discurso da “impunidade criminógena”, arremata ele que:

Talvez seja errôneo recriminar o artista por isso. [...] [mesmo que] suas obras nunca se parecem [pareçam] com espelhos onde se refletem todos os recantos, ainda os mais insólitos, da natureza. [pois,] Elas ostentam sempre o cunho do intelecto que as criou.¹⁰⁵⁹

A rigor, a *subliminaredificação* de uma suposta “preferência” pelo “harmonioso”, pelo “simétrico”, pelo “sintonizado”, pelo “sinuoso”, pelo “redondo”, pelo “belo”, pelo “conforme”, pelo “limpo”, pelo “branco”, e não pelo “desarmonioso”, pelo “assimétrico”, pelo “dessintonizado”, pelo “angulado”, pelo “quadrado”, pelo “feio”, pelo “disforme”, pelo “sujo”, pelo “negro”, baseada em nosso *improvado* “inconsciente coletivo” (“memória genética protetiva e providente”), *alia-se* à escancarada “*tendência interpretativaculturalmente contrária à aceitação igualitária da forma midiaticamente eleita como grotesca*”, no sentido de *desproporcional* (lábios carnudos, narizes dilatados, contraste entre a cor da pele, a da esclerótica e a dos dentes *etc.*), *para, justapostas, poderem promover a nomeação e a manutenção dos “afrodescendentes”, dos “pobres (ou melhor, dos desempregados, dos inempregáveis ou dos desfavorecidos pela discrepância rentária)”, dos “esquisitos”, dos “desconjuntados”, dos “encardidos” como “impunes” por um “crime” que consiste simplesmente em “existir como existem”, em “ser o que são”*.

Qualquer tentativa de atualização dos “medos primitivos”, ditos registrados no “inconsciente coletivo”, levando-se em consideração a “formatação culturalizada” dos “medos atuais”, *historiza o presente como se ele estivesse repetindo o passado, quando na verdade não passam os “medos de hoje” de uma invenção social ditada por quem tem o*

¹⁰⁵⁸ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 111.

¹⁰⁵⁹ GOMBRICH, E. H. *A história...*, pp. 111 e 115.

poder de decidir o que deve e o que não deve nos assustar, o que deve e o que não deve ser temido, o que deve e o que não deve restar “impune”.

Por vislumbrar os “hóspedes” das prisões e ali só encontrar esses estereótipos (“afrodescendentes”, “pobres [ou melhor, desempregados, inempregáveis ou desfavorecidos pela discrepância rentária]”, “feios”, “desconjuntados”, “sujos”), *evidenciados* diariamente pela mídia (fabricante artística¹⁰⁶⁰), é que as pessoas (plateia consumidora) acreditam que esses são realmente os “únicos perigosos”, os “únicos criminosos”, passando eles, a partir daí, a assumir esse papel (efeito reprodutor da criminalização ou desvio secundário).

Por vislumbrar os manequins postados (acusados e condenados) pela mídia em seu noticiário, sempre contíguos a condutas toscas ainda “não justificadas”, e neles só encontrar os “espectros” dos *estigmatizados* (“afrodescendentes”, “miseráveis”, “ridiculamente esquisitos”, “deformados”, “imundos”, “drogados”, “traficantes varejistas de calçada”, “moradores de favelas”), é que a população acredita que eles, estando *à solta*, são realmente os “únicos perigosos” e, a partir daí, os “únicos impunes”, passando os mesmos, desde então, a assumir esse papel.¹⁰⁶¹

Através do discurso da “impunidade” o sistema penal e a mídia “*produzem (uma reinterpretação das) identidades*”¹⁰⁶² que revitalizam o *vetusto mito* do “mau gosto estético” e da “estética do perigo”, *reformando permanentemente* no senso comum um “medo” que, *ad instar* dos seus *forjadores*, já foi inumado com(o) nossos ancestrais, sobretudo porque cada um de nós, durante a vida, tem tempo suficiente, mesmo com as forças contrárias, para se acostumar (o que não equivale a uma posição de *indiferença* para com as desigualdades daí advindas), com o que destoa da maioria, seja na forma, seja na cor, seja na condição social ou financeira.

Por isso, é que

[...] hoje sabemos que a seleção criminalizadora se efetua de acordo com os estereótipos e que também, graças a Lombroso, os estereótipos de sua época se nutriam das características físicas dos colonizados: todo *mau era ‘feio’*, como um americano ou um africano, na conjuntura em que a Europa havia superado a visão bucólica de seus colonizados e passado a considerá-los selvagens.¹⁰⁶³

¹⁰⁶⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 481-482.

¹⁰⁶¹ Ver nota anterior.

¹⁰⁶² Ver CHALHOUB, S. *Machado...*, *passim*. _____. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, p. 170.

¹⁰⁶³ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 574.

Consoante PIOTR WINKELMAN ““em um momento no qual dominam as impressões negativas, aproximar-se de algo conhecido pode aumentar o bem-estar.””¹⁰⁶⁴

Em sua teatrologia, BERTOLT BRECHT expôs a questão: “quem desconfia do que é familiar?”¹⁰⁶⁵

E, o que seria mais conhecido, mais familiar, porque mais assistido (mais contatado), do que a programação midiática?

Mídia, diga uma palavra e seremos tranquilizados e salvos!

Por tudo isso é que, em determinada medida, a questão artístico-estética, malgrado relativa em si¹⁰⁶⁶, há tempos, e de algumas décadas para cá mais do que nunca, vem ditando o ritmo social e moral da humanidade.

Independentemente,

[...] se se admitir que o fim da arte não consiste apenas em evocar paixões mas também em purificá-las, ou, melhor, se se admitir que a evocação não é o fim último da arte, não é um fim em si, dir-se-á portanto que é a *moralização*, significado preciso da palavra *purificação*, o fim da arte.¹⁰⁶⁷

Influenciando com um *humanismo* e com um *antropocentrismo*, ainda que *concessivo e submisso*¹⁰⁶⁸, outrora as artes, durante a Renascença *e. g.*, o esteticismo-corporal ricocheteou no gosto pictórico duvidoso e academicamente rejeitado de um certo Adolf Hitler que, sonhando ser arquiteto e dedicando-se a reprografar aquarelamente instantes paisagísticos, incomodou-se com uma crítica negativa dos seus quadros, desforrando e escoando seu malogro plástico com a implementação do nazismo que paradoxalmente repetia sua frustração *invertendo-a* através de uma “estética racial e social limpamente aceita”.¹⁰⁶⁹

“Como eu gostaria de trabalhar com arte”, declarou Hitler ao se retirar após o início da guerra.”¹⁰⁷⁰

¹⁰⁶⁴ *Apud* LEDER, H. Questão..., pp. 48 a 55.

¹⁰⁶⁵ BRECHT, B. Pequeno órgão para o teatro. In *Estudos sobre teatro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 146.

¹⁰⁶⁶ HEGEL, G. *Curso...*, pp. 12 e 16.

¹⁰⁶⁷ HEGEL, G. *Curso...*, p. 37.

¹⁰⁶⁸ HEGEL, G. *Curso...*, pp. 419 a 421.

¹⁰⁶⁹ ARQUITETURA da destruição. Direção: Peter COHEN. Suécia: Peter Cohen *et alii*, Swedish Film Institute, 1989. 1 filme (119 min.), son., col. e P&B. 35mm. Título original: *Architektur des Untergangs*. Leg. Português, *passim*.

¹⁰⁷⁰ Ver nota anterior.

As pinturas hitleristas, ao estilo de cartões postais, eram uma mensagem pictórica remota de que um ambiente pintável com tintas vermelhas fortes estava sendo esboçado (holocausto selante).¹⁰⁷¹

Quando ainda estavam em Linz, sua cidade natal, Adolf Hitler e seu amigo de infância August Kubizek

[...] assistiram à ópera ‘Rienzi’, de Wagner. [...] Hitler comoveu-se profundamente com ‘Rienzi’. Ele traça planos para seu futuro e para o futuro de seu povo. [...] Essa experiência sedimenta três fixações em Hitler que nunca o abandonarão. Sua fixação em Linz, sua cidade natal, na Antiguidade e em Wagner. Hitler disse: ‘só entende o Nazismo quem conhece Wagner.’ [...] Wagner era seu ídolo. [...] Hitler absorveu as propostas de Wagner: antissemitismo, culto ao legado nórdico e o mito do sangue puro deram contorno à visão de Hitler sobre o mundo. Também de Wagner vieram as noções de arte para uma nova civilização. E o artista-príncipe, nascido do povo, unirá a vida e a arte, anunciando o Estado Novo. Hitler usou os dons artísticos na política. [...] Ele deu forma ao Nazismo com seus desenhos e instruções. [...] Os comícios de pseudoarte tinham proporções astronômicas. Hitler era o cenógrafo, diretor e ator principal. Os comícios encerravam um grande ideal nazista: o mito do ‘Corpo do Povo’ da Alemanha. Nesse mito, a massa, vista como um corpo com seu sistema circulatório, iria se tornar o elemento básico do Nazismo para a purificação racial. [...] 30 de janeiro de 1933. Os nazistas comemoram a ascensão de Hitler ao poder. [...] É feito um pronunciamento em março: ‘o que os artistas alemães esperam do novo governo’. [...] Seu programa exige que ‘a arte e a cultura bolchevique sejam destruídas’. Eles também se oferecem ‘para ser vigilantes como soldados na retaguarda da batalha’. E exigem que os trabalhos expurgados sejam mostrados publicamente e queimados como exemplo. Em 1933, são realizadas na Alemanha uma série de exposições da chamada ‘arte degenerada’. No início dos anos 20 a arte era de fundamental importância para os nazistas. A degeneração cultural era considerada uma ameaça. ‘Decadência’ era a palavra da moda entre os burgueses. As calamidades que assolavam a Alemanha, em particular o ‘bolchevismo cultural’ eram vistas como tendo sido instigadas pelos judeus. Aquisições nacionais antes de 1933: ‘arte degenerada’ (dizia um cartaz informativo). Com as perspectivas limitadas, a arte de vanguarda para os nazistas era um presságio do destino. Para eles, o caos que percebiam nisso era de evidente depravação espiritual e intelectual. Em 1928, sob o comando de Rosenberg é fundada a primeira organização cultural nazista. A Sociedade Nacional Socialista de Cultura Alemã. Um dos fundadores foi Himmler, comandante da SS. A organização trocou o nome para: ‘Defesa da Cultura Alemã’. A ofensiva contra a arte moderna tinha caráter higiênico. Segundo eles, as obras dos artistas modernos mostravam sinais de doença mental de seus criadores. [...] exibindo fotos e casos de deformação tirados de revistas médicas e comparando-as com a arte moderna ele [Paul Schultze-Naumburg] ligava degeneração com perversão artística. As fotos e diagnósticos eram fornecidos pelo professor Weygandt de Psiquiatria da Universidade de Hamburgo. Para Schultze-Naumburg, arte é espelho de saúde racial. Ele se refere à Antiguidade e ao Renascimento. E têm o dever, assim como as esculturas gregas tiveram, de expressar o desejo de todo o povo em representar sua raça. ‘Vendo os quadros não se pode associá-los a nada além da desgraça observada nos manicômios onde se reúne a degeneração de nossa espécie’, conclui Schultze-Naumburg. [...] Em 14 de julho de 1933, uma nova lei é sancionada. ‘Esta lei vai ajudar a eliminar a doença. É vital o auxílio aos fortes e sadios’. Obriga a esterilização do doente devido à hereditariedade. Mas essa lei foi apenas o primeiro passo do processo. Em março de 1935, é aberta uma exposição em Berlim: ‘O milagre da vida’. Aqui o médico emerge como líder da política racial. Na busca do sangue puro, os inimigos são os judeus, os miscigenados e a degeneração. Em uma seção são mostradas as comparações de Schultze. Em outra,

¹⁰⁷¹ O que não significa, em hipótese alguma, que a arte influenciou a ciência, senão o contrário. Sobre isso, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 99.

doentes mentais e indigentes. Isto pode ser chamado de vida? Uma imagem grotesca mostra retardados gradualmente excedendo o número de pessoas normais. Teoria da raça, higiene racial, hereditariedade, eugenia. Outra seção mostra a preservação da raça e da cultura. ‘O maior princípio de beleza é a saúde!’, declara Hitler. Dizia que os métodos da ciência poderiam assegurar isso. O médico passa a ser um perito em estética. Problemas estéticos tornam-se problemas médicos. Essa afirmação já indicava a ideia das mortes em massa. O médico deixa de estar a serviço do indivíduo. Agora ele cura o corpo da raça. É um guerreiro biológico na luta contra as doenças que ameaçam o ‘corpo do povo’ alemão. [...] ‘Nossos seguidores não devem se abater pelos sacrifícios, pois os resultados serão compensadores’. [...] Na Reunião Nacional do Partido, em 1935, Hitler conta para Wagner [médico-chefe do Terceiro Reich] sua intenção de eliminar os ‘doentes incuráveis’. [...] ‘Tudo que é inviável na natureza, perece’. Nós, humanos, pecamos contra a lei da seleção natural nas últimas décadas. Não só aprovamos formas de vida inferiores, mas encorajamos sua propagação. [...] Hoje, as pessoas saudáveis vivem em guetos e casebres. Porém, foram construídos palacetes para os loucos. E eles nem sequer se dão conta de toda a beleza que os cerca. [...] O embelezamento do mundo é um dos princípios do Nazismo. Muito tempo atrás o mundo era lindo. Mas, a miscigenação e a degeneração poluíram o mundo. [...] Nos anos 30, Hitler iniciou uma coleção de arte. Essa galeria particular demonstra sua visão do mundo e dos ideais que pretendia estabelecer. [...] A coleção revelava a limitada intelectualidade de Hitler. [...] A ambição nazista do embelezamento englobava todas as áreas da sociedade. Essa ambição encontrou sua expressão administrativa no ‘Bureau de Beleza do Trabalho’. Já nos acostumamos às fábricas e escritórios com aspectos feio e sujo no nosso cotidiano. Agora haverá uma mudança! Nosso local de trabalho será bonito e funcional. [...] Limpeza é o lema da ‘Beleza no Trabalho’. ‘Trabalhadores limpos em lojas limpas’, era o *slogan*. ‘Beleza no Trabalho’: libertação dos trabalhadores pela limpeza. [...] O despertar estético iria libertá-los de sua classe, e libertar a sociedade do conflito da luta de classes. Esta sociedade seria a incorporação de um idílio, desprovida de toda feiura intocada pelo caos e pela sujeira. Seu povo bonito e saudável lutaria por um objetivo comum. [...] Em seu discurso, Hitler fala de algo importante para ele: a aquisição da clássica estátua grega ‘O Discóbolo’. ‘Notem como o homem já teve beleza física. Só poderemos falar em progresso se readquirirmos tal beleza e a superarmos.’ [...] É essa correlação entre homem e arte que eleva a escultura ao ‘Estado de Arte’, no Reich. [...] Em 1938, Hitler participa ativamente de um caso. Uma criança havia nascido cega, sem uma perna e sem parte de um braço. Hitler ordena que seu médico pessoal, Karl Bradt, intervenha. A criança chamada Knauer é considerada ‘retardada’. A pedido de Hitler, Bradt recomenda a eutanásia. Em outras palavras, a criança deve ser morta. Bradt informa aos médicos que qualquer medida judicial contra a ordem de Hitler seria anulada. Mais tarde, Bradt foi obrigado a utilizar a eutanásia em casos semelhantes. ‘Eutanásia’ significa ajudar alguém que sofre a morrer. No contexto da política racial nazista o termo passou a ter outro significado. [...] Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha ataca a Polônia. Tinha começado a II Guerra. [...] Semanas depois, Hitler inicia o ‘Programa de Eutanásia’. A Alemanha ficaria livre de pessoas com deficiência. [...] O assassinato dos ‘inferiores’ parecia ser uma medida de mobilização. A psiquiatria alemã quer preservar o ‘corpo do povo’. O assassinato logo seria a melhor forma de terapia.¹⁰⁷²

A seguir, a (vergonhoso) título de ilustração, algumas das *comparações* nazistas entre a *estética*, a *arte* e a “degeneração” que somente deixaria de estar “impunida”, talvez, quando da morte daqueles que a carregavam:

¹⁰⁷² Ver nota 1069.



Repetindo a pergunta incalável: como teria sido possível ao nazismo alienar toda uma nação¹⁰⁷³ fazendo-a acreditar que a “impunidade ôntico-ontológica”, principalmente dos judeus, dos ciganos, dos sindicalistas, dos comunistas, dos socialdemocratas, dos presos políticos, dos sacerdotes, dos homossexuais, dos prisioneiros de guerra, dos atípicos motores e mentais *etc.*, só cessaria com o *expurgo* (eufemismo da morte) desses?

Antes, é preciso, atualizando sua *permanência*, dizer que:

Na cultura de massa, a parte cognitiva (a informação do tipo jornalístico, por exemplo) e a estética (os espetáculos, as diversões destinadas a provocar a evasão onírica do consumidor) costumam situar-se em níveis muito superficiais [...]. No entanto, a relação estética entre o consumidor e a obra é geralmente mais viva do que na cultura elevada atual. O que tem acontecido na cultura de massa é que esta relação é, ao mesmo tempo, intensa e anódina. Por quê? Porque o fenômeno é provisório, e a sua influência é micromutacionista: milhares de fragmentos culturais bombardeiam o indivíduo na sociedade moderna.¹⁰⁷⁴

Será que nossa sociedade, *mutatis mutandis*, não estaria fazendo ou, pelo menos, aceitando que se fizesse o mesmo com os “pobres (ou melhor, os desempregados, os

¹⁰⁷³ Em muito menor medida, ver BURGESS, A. *Laranja mecânica*. 1. ed. 16. re. São Paulo: ALEPH, 2014, *passim*, e a película A ONDA. Direção: Dennis Gansel. Alemanha: Todd Strasser; Dennis Gansel; Peter Thorwart, Rat Pack Filmproduktion, 2008. 1 filme (101 min.), son., col. Título original: Die Welle. Dub. Português, *passim*.

¹⁰⁷⁴ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 17-18.

inempregáveis ou os desfavorecidos pela discrepância rentária)”, os “feios”, os “sujos”, os “desajeitados”, os “afrodescendentes”?

Será que nossa sociedade não estaria, não matando diretamente, senão aceitando uma *neutralização* muitas vezes equivalente a uma morte física¹⁰⁷⁵ *indireta e veladamente* lenta e dolorosa (cacotanásia) “por qualquer delito e mesmo por nenhum delito”¹⁰⁷⁶ e a uma “morte civil” (“morto social” e “morto-vivo”) desses “inservíveis”, desses “insubordinados”, desses “descartáveis”, desses “imoldáveis”?

O procedimento de *dedetização social dos espaços públicos* visando a exterminar a praga da “impunidade” nem sempre segue um protocolo *aparente* e nem sempre se concentra nos ambientes mais transitáveis, atuando muitas vezes, cirurgicamente, entre as frestas, nos cantos escuros, nos entulhos, mediante o uso de produtos que, apesar de tóxicos, informam em seu rótulo serem “inofensivos ao ambiente e ao aplicador”.

A contratação quase que integral de pessoas “bonitas”, possuidoras de faces “simétricas”, para atuarem midiaticamente como “padrão de sucesso” e “modelo a invejar e a repetir”, a exposição midiática quase sempre de “pessoas dependentes” como motoristas, seguranças, empregadas domésticas (secretárias do lar), além da apresentação da “escória social” como única “hóspede” das prisões, juntamente com campanhas dúbias, quase ofensivas, como a veiculada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), O Tribunal da democracia (sem risos) que, emitindo uma mensagem ambígua, permite a interpretação de que pessoas que não “cumpriram o dever de votar não seriam limpas”¹⁰⁷⁷, atualizam e mantêm permanentemente, embora muito suavemente, o discurso nazista da “pureza da raça” baseada na estética do belo e do limpo que pressupõe que “alguém deve suportar a própria neutralização para que não exista mais contraste visível ou próximo”.

Respondendo à pergunta de como teria sido possível ao nazismo, e agora aos empreendedores morais, alienar a população nessa nova “história do presente”, podemos dizer que foi graças ao manejo da *estética*, mas não só da estética em si, senão da *espetacularização da estética acessível e apreensível* pelo leigo.

¹⁰⁷⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 440-441, 443, *in verbis*, e 447: “Em todo o mundo civilizado, salvo os EUA, a prisão prolongada substituiu a pena de morte.”

¹⁰⁷⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 444.

¹⁰⁷⁷ Campanha veiculada massivamente, *ad nauseam*, pelo TSE, na mídia televisiva, no primeiro quadrimestre de 2013.

Como toda informação (monetariamente lastreada) pretende atingir a maior quantidade possível de pessoas, quanto mais técnica e menos espetacular ela for, menos pessoas ela alcançará (e menos rendimentos ela ensejará).

Justamente foi a *maior acessibilidade* e a *melhor digestibilidade* do discurso midiático imagético punitivista “humilde”, no qual se inclui a “impunidade”, que descortinaram a favor dessa todo um potencial humano *adestrável* em comparação com o *discurso tecnicista* “arrogante” das agências de reprodução e de adestramento ideológicos que criticam o sistema penal.

Acessibilidade e *digestibilidade* facilitadas, em grande medida, pelo uso das *imagens* (fotografadas, filmadas, desenhadas ou copiadas), que são *signos* muito mais facilmente *decifrados* e *aceitos* pelos espectadores porque eles as entendem (interpretam) como uma *prova de imparcialidade* ao representarem *literalmente (visualmente) o fato* (uma imagem vale dez mil palavras, “verdadeiras”) como uma *precedência* “indissociável e lógica” (petição inicial midiática) do tema explorado e como um *ponto de chegada* do estigmatizado (*decisum* midiático) a um destino *certo e irrecorrível*.¹⁰⁷⁸

Desse modo, o esquema do *contêiner* (o que, como, quando e contra quem decidir sobre a “impunidade”), e do *trajeto* (sequencialidade “lógica” dos acontecimentos que envolvem a “impunidade”), previamente alinhavados pela mídia, não passa de uma limitação ao poder de decidir do espectador, embora esse já esteja predisposto a sentenciar contra aquele que, *terceirizado*, esvaziará a sua angústia.

Quando as *palavras* são aditadas às imagens a *digestibilidade* e a *acessibilidade* passam a ficar facilitadas, também, pelo formato de *digesto* dos textos a que estão reduzidos os vocábulos, ou seja, por um modelo de texto *condensado* onde “o que se dizia [diz] em mil palavras poderia [pode] ser dito em dez.”¹⁰⁷⁹

Além do fato de que “nenhuma convicção enraizada suporta ser contestada”¹⁰⁸⁰, “a rapidez, a facilidade e a brevidade”¹⁰⁸¹, e, acrescentaríamos, a *atualidade*¹⁰⁸² *monotônica* do texto midiático sobre o tema da “impunidade”, em comparação com a *morosidade*, a

¹⁰⁷⁸ Mais ou menos por aí, SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 52.

¹⁰⁷⁹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 53.

¹⁰⁸⁰ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 37.

¹⁰⁸¹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 53.

¹⁰⁸² TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 13, *verbo ad verbum*, e 71: “O que é classificado como ‘atual’ será apenas o que acaba de acontecer? Não; é tudo o que actualmente inspira um interesse geral, mesmo que se trate de um assunto antigo. [*sic*]”

dificuldade, a perenidade e a desatualidade relativa do texto que a critica, prejudicam a atenção a favor a absorção deste em relação àquele.

Para WINFRIED HASSEMER, que aqui segue interpolado, até chegar aos destinatários, a questão do “discurso da impunidade criminógena” (falsa falibilidade das teorias preventivas gerais) é deturpada iterativamente pelas interseções tendenciosas da mídia. Literalmente, segundo ele:

Os meios de comunicação fazem o necessário para transmitir a existência das normas do direito penal em sua própria perspectiva, ao calar completamente a literatura criminal: a mediação vital da ameaça de pena e da execução da pena pela teoria preventivo geral aos afetados não se produz diretamente, senão através de várias *instâncias de intermediação*, as quais necessariamente modificam e empregam os fatores preventivos-gerais de acordo com suas próprias leis.¹⁰⁸³

Desde essa perspectiva, o “pocotó, pocotó, pocotó”, do *funkEguinha pocotó*, de MC Serginho¹⁰⁸⁴, é mais *mnemônico* que o “tropel de cavalos”¹⁰⁸⁵ ouvido pela personagem homônima do romance *Helena*, de MACHADO DE ASSIS, depois que essa abriu um livro de geometria.¹⁰⁸⁶ Além disso, aquele é mais veiculado midiaticamente que o trecho do romance machadiano.

Valorizando o *movimento* e o *drama*, bem como a *proximidade* do fato narrado possibilitada pela redução *eletroeletrônica* da distância entre o *cameraman* e o *espectador*, apresentando-se como virtualmente passível de, com seu *glamour doentio*, afetar *histérico-panicamente* o vídeo-ouvinte¹⁰⁸⁷ que, sentindo-se “ameaçado”, a ela entrega maior atenção, dispõe a mídia de um painel pleno de comandos que *manipulam* não o “discurso da impunidade”, mas o que *osimboliza*, porque, mais do que o tema em si, *tem um efeito permanente de convicção, adestramento e adesão tudo que comumente induz à associação de*

¹⁰⁸³ HASSEMER, W. *Introdução...*, p. 407.

¹⁰⁸⁴ De maneira alguma representa isso uma crítica ao *funk* que é um estilo musical que precisa ser mais reconhecido e mais valorizado, e justamente por representar o “grito” de toda uma massa de excluídos. Ver, por todos, FACINA, A.; BATISTA, C. B (Org.) *et alii. Tamborão: olhares sobre a criminalização do funk*. In coleção criminologia de cordel 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, *passim*.

¹⁰⁸⁵ ASSIS, J. M. M. de. *Helena*. 17. ed. In série bom livro. São Paulo: Ática, 1992, p. 33.

¹⁰⁸⁶ Comparativamente, TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 71.

¹⁰⁸⁷ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 53.

*uma ideia*¹⁰⁸⁸, de sorte que mais importante do que noticiar sobre a “impunidade” é convencer o espectador de que ela pode “alcançá-lo”, causando-lhe “mal”.¹⁰⁸⁹

Por isso, em vez de expor a menininha, vítima de um estupro, desconectada familiarmente como filha de qualquer outro casal que não os seus pais, exhibe a mídia, “em primeiro plano, jogada no chão, uma boneca semidespedaçada”¹⁰⁹⁰, porque toda menina tem uma boneca, o que *espraia e aproxima* a possibilidade do “crime de estupro” alcançar as demais meninas, conformando-se, com isso, a *associação pretendida!*

“Que absurdo, que frieza, que tristeza, *a gente se coloca na posição da mããe da Bárbara*”, diria enfaticamente a ingênua e parcial âncora televisiva, e recentemente também mãe, após a veiculação de reportagem onde o ex-namorado da vítima nomeada fora acusado de seu homicídio.¹⁰⁹¹

Pelas razões já expostas acima, a absorção da mensagem midiática em torno da “impunidade” foi facilitada pela associação entre a ideia e a imagem, aditada pelo discurso oral e, ou, escrito que, renovando permanentemente “medos ditos históricos e ditos instintivos” mediante o uso exagerado e, ou, deturpado de esquemas figurativos “não lineares”, “muito tortuosos”, “drasticamente angularizados”, “assimétricos”, “desarmônicos”, “desconhecidos”, “irreconhecidos”, reimplantou-os perversamente no senso comum como “alegorias amedrontadoras e aterrorizantes”.

Mesmo sob a desculpa de que, não podendo decodificar a mensagem que turvamente lhe chegava através de uma imagem deturpada, de uma voz gutural intraduzível, de um símbolo inédito aparentemente desconfortável, “mnemônico-geneticamente” receava o homem (re)experimentar algum dano dali advindo, até hoje não foi possível afirmar categoricamente que ele sempre teve um “medo instintivo” do que lhe era “ininteligível”, é dizer, daquilo que “desviava” a sua “tranquilidade” e a sua “segurança” advindas das

¹⁰⁸⁸ Segundo Roland Barthes, os elementos da fotografia são: “indutores comuns de associação de ideias (biblioteca = intelectual) ou, de um modo mais obscuro, símbolos verdadeiros (a porta da câmara de gás de Caryl Chessman recorda a porta fúnebre das mitologias antigas)”. In SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 55.

¹⁰⁸⁹ Nesse sentido, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 318.

¹⁰⁹⁰ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 54.

¹⁰⁹¹ Entonação original e grifo adrede. In <<http://g1.globo.com/videos/espírito-santo/t/estv-1a-edicao/v/jovem-desenha-trajeto-que-fez-para-abandonar-corpo-da-ex-namorada/3224036/?filtro=vitoria>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

“simetrias” *facial* (o rosto conhecido), *sonora* (a voz audível), e *emblemática* (o sinal tranquilizador).¹⁰⁹²

Não há qualquer prova de que tudo que fosse “assimétrico”, “desordenado”, *naturalmente o incomodava*, não estando nós autorizados a acreditar que ele interpretava como “feia” (diferente) a face contendo o olho esquerdo maior que o direito, “ruidosa” (desconfortável) a frequência invadida por ondas moduladas em quarenta e cinco graus, “assustador e perigoso” (incógnito) o garrancho simbólico disforme e *nonsense*.

Modernamente, parte da antropologia, da sociologia e da psicologia, aglutinadas sob a *criminologia*, tem se esforçado para *destacar e dividir*, no senso comum, os *fabricantes* das mensagens “perigosas e assustadoras” e as próprias *mensagens pânico-frenéticas produzidas*, dos *seres humanos* e dos *objetos* que são *culturalmente* vinculados a elas, como peças pontiagudas, vultos, ambientes inóspitos e desconhecidos e, sobretudo, pessoas “perigosas e impunes”.

Prosaicamente, o suposto “medo” de objetos cortantes é uma construção exclusivamente *cultural* na medida em que pouquíssimas pessoas, muito raramente, deixam de continuar utilizando uma faca de cozinha mesmo depois de haverem com ela se ferido inúmeras vezes fatiando alimentos.

O mesmo já não acontece com as *navalhas*, e justamente porque há uma crença popular, produto do folclore, é dizer, de uma *cultura*, que a revela como um objeto competente para uma *incisão* mais profunda e dolorosa, passando as pessoas a, por isso, “temer” seu manuseio por considerá-la “muito perigosa” em mão alheia e mal intencionada.

Se a mesma propaganda negativa fosse aplicada às facas, em pouco tempo teríamos que substituí-las, exclusivamente, por um novo artefato redutor de alimentos (liquidificador, *mixer*).

Infelizmente, em contrapartida, a *incompreensibilidade da burocracia do discurso criminológico técnico*, crítico da “impunidade criminógena”, tem *desnecessária* e *contraproducentemente* contribuído para “afear”, “barulhar”, “desconfortar” e ampliar ainda mais o “medo” já instalado pelo discurso *mediocre* dos *mass media*.

Aproveitando-se dos espaços devolutos sempre que tem oportunidade, tenta a mídia acentuar e perturbar a distinção entre as ameaças e os perigos, no máximo, objetivos (objetos pontiagudos, animais ferozes *etc.*), e as subjetividades e as identidades construídas,

¹⁰⁹² Já, SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 37: “Essas escatologias influem poderosamente na imaginação coletiva. O portador de deformação física, por exemplo, é percebido historicamente como um desvio da organicidade *natural*, como monstro (*Teratos*).”

exclusivamente, com o fim de forçar seu relacionamento com referidos “medos históricos” improvados a fim de convencer a população destinatária de que eles são “naturais”, quando na verdade eles não passam de “medos que seriam ignorados pelos indivíduos não fosse a propaganda midiática massivo-terrorizante que os entorna”.

Não é à toa que a mídia quando acusa, sentencia e executa exoprocessualmente um estereótipo “impune” etiqueta-o como “animal”, “besta”, “fera” (zoomorfização), pois essas são *denominações* que *subliminarmente* conseguem (re)ativar, confundindo-os com *inexistentes* “medos primários” implantados prévia e intencionalmente por terceiros, a “ignorância dos nossos medos modernos” que, reaquecida a partir de fontes atuais, e não, vetustas, passa a (re)temê-los e a deles querer se defender, *neutralizando-os*.

Tudo que desconhecemos, tudo que é inédito, tudo que é insólito, tudo que é inaférível imediatamente só é estranho e só é assustador se alguém nos persuade em direção a essa interpretação.

Até então, não passa de um “nada”, de um *neutro*.

E se o desconhecido, o inédito, o insólito, o inaférível nos “assustar” não é porque essa é uma sua característica “natural”, mas sim é porque ele nos faz lembrar, por *associação*, de outro objeto, ou espécie que já fora sinalizada pelos empreendedores morais como “estranha”, e daí “perigosa” porque “impunida, apesar de ser apenas diferente”.

A rigor, o “medo” pode ser “natural e histórico”, o que é bastante *improvável*, ou *artificial e atual*, o que é bastante mais *provável*.

Do anverso para o verso, não é que a *pasteurização industrializada* da informação midiática aliene, *standardizadamente*, a interpretação pelos seus destinatários, senão é a *homogeneização* de certos “grupos sociais enquanto grupos (indiferenciados) com uma intenção comunitária generalizadora”¹⁰⁹³ que expande o alcance midiático e restringe o alcance do discurso tecnificado.

De acordo com MUNIZ SODRÉ:

A finalidade aparente da informação é ordenar (ou reordenar) a experiência social do cidadão, promovendo o seu convívio com setores contingentes. A informação tem, assim, uma função política - no sentido de constituição ou formação da *Polis*. Por esta razão, um produto da cultura de massa não pode ser analisado em termos puramente estéticos ou poéticos, mas também em função das intenções do sistema comunicador - definidas pela publicidade, pelas ideologias predominantes, pelos interesses das empresas de comunicação *etc.* Essa intencionalidade condiciona, mais no que da cultura elevada, as relações entre o produtor da obra e o consumidor, gerando uma mensagem bastante específica.¹⁰⁹⁴

¹⁰⁹³ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 19.

¹⁰⁹⁴ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 19.

Para alcançar o maior número de pessoas e para aliciar o maior número de adeptos *enfeitiçados e fascinados* pelo poder punitivo e *moralmente indignados* com a “impunidade” funciona a “lógica-comunicacional” do sistema penal, de qualquer modo, sempre da seguinte maneira:

Primeiro, e sorrateiramente, emite o sistema penal, principalmente o eletrônico-informal (midiático), ora direta, ora subliminarmente, mensagens visando *a angariar e a pasteurizar a revolta* do senso comum contra a “impunidade”, senso comum que, *indesviavelmente convencido* da “inadequação” e do “perigo” da sua manutenção, responde devolvendo os *estímulos* recebidos na forma de *juízos precipitados, genéricos, tacanhos, probatoriamente desancorados e agressivos*.¹⁰⁹⁵

[Em tempo,] [...] uma das funções essenciais da comunicação escrita [...]: [é] *provocar uma reação ou resposta* [...] a uma determinada ideia ou necessidade; [...] o segundo segredo da comunicação [...] é tornar o nosso pensamento *conhecido* dos outros, ou, melhor ainda, [...] é *tornar comum* aos outros o nosso pensamento. Essa necessidade de tornar comum responde a outra função básica da comunicação, e, para que se tenha uma ideia de como é essencial essa função, basta lembrar que os termos *comunicar* e *comunicação* provêm justamente da palavra *comum*. [...] ‘Mas [...] e se, depois de tudo, o outro não quiser produzir a resposta que eu estou esperando?’ Nós diríamos que essa objeção é muito oportuna: não basta comunicar ou tornar comum as nossas ideias; é preciso que o destinatário da nossa comunicação seja estimulado ou persuadido a produzir a resposta. [...] Essa deve ser uma preocupação permanente: é sempre oportuno nos indagarmos se o [...] [destinatário] de nossas mensagens está convencido ou persuadido da necessidade de produzir a resposta que lhe solicitamos. Por isso é que a comunicação [...] deve conter sempre alguns elementos persuasivos ou ‘lubrificantes’ que [...] provoquem a simpatia dos [...] [destinatários].¹⁰⁹⁶

Segundo, *simpaticamente lubrificados e adestrados* mediante o uso midiático de *alegorias imagéticas fortes e caricaturais* que mostram, por exemplo, famílias vitimizadas arrasadas, corpos horizontalizados borrados de vermelho, a vida pregressa feliz da vítima ao lado do seu algoz, a conversa debochada ou medonha entre os coautores, já conseguem os espectadores-destinatários *comungar* das mesmas *ideias e ideologias* que o poder punitivo quando esse, dissertando sobre a “impunidade”, *associa-a, artificialmente, a “efeitos criminosos”*.

[...] Na prática, entretanto, haverá sempre *interferências* [...] [, podendo esses *ruídos* serem de ordem]: a) [...] física [...]; b) cultural: [...] diferenças de nível social [...]; c) psicológica [...]. [Mas, como é possível ao destinatário] [...] ‘agarrar’ a ideia [...] [que envolve a “impunidade criminosa”]? [...] [Isso só será possível se essa se tornar] [...] ‘captável’, é óbvio. E a ideia, que é abstrata, será apanhada quando se encontrar associada a algum estímulo físico (sons, letras, imagens *etc.* [que são os

¹⁰⁹⁵ Ver McQUAIL, D. *Teorias da comunicação de massa*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013, pp. 441 e seguintes.

¹⁰⁹⁶ BLIKSTEIN, I. *Técnicas de comunicação escrita*. In série princípios. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006, pp. 18 e 23 a 25.

chamados signos]), captável por nossos sentidos. Ao captar o estímulo, recolhemos também a ideia que lhe foi associada. Ligada a um estímulo físico [*significante*], a ideia [*significado*] passa da mente do remetente para a do destinatário, ou, em outras palavras, torna-se comum a remetente e destinatário. Pois bem, a mensagem resulta justamente da associação de uma ou mais ideias a um ou mais estímulos físicos.¹⁰⁹⁷

Terceiro, depois de *codificado, enrijecido e imutabilizado ideologicamente*, passa o afirmado “efeito criminógeno a estar indissociavelmente vinculado à impunidade” na mente dos espectadores destinatários do discurso punitivo, educados e controlados por uma cartilha que *impermite* a abertura, a quebra do código (decodificação) que aos mesmos é apresentado *pronto e apto* a apenas *uma interpretação* (descodificação), obviamente sempre *coincidente* com a do sistema penal emissor.

O que fazer para que um significante [...] esteja rigidamente associado ao significado [...]? [...] Basta fixarmos uma convenção, uma norma, um consenso, segundo o qual o significante [...] terá sempre [...] [um determinado resultado ou sentido ou conteúdo] como significado. Pois essa norma ou convenção é justamente o *código* [*ideológico, no caso da “impunidade”*]. O código pode ser definido como um programa ou uma instrução que cria, e depois controla, a relação entre significante e significado; [...] o código é uma peça essencial na estrutura da comunicação, pois é a partir dele que um estímulo físico qualquer [imagem “criminal” espetacular e exagerada] pode virar signo [precipitadamente, “impunidade equivaleria a ausência de justiça”, ou seja, a seletividade seria (*re*)codificada, e não só *descodificada*, como “impunidade”]. [...] Se o destinatário não conhece o código utilizado pelo remetente, não poderá descodificar os signos da mensagem que lhe foi enviada. [...] Se o código sempre estabelecesse uma relação estável, imutável e unívoca entre o significante e o significado, não haveria problemas de descodificação: o significado da *chegada* seria o mesmo que o da *saída*. Esta é, aliás, a função que [...] [o sistema penal realmente] espera [...] [do] código [pertinente à “impunidade”]: fazer que, para um mesmo significante, haja um, e apenas um, determinado significado [*a demonização do negativamente selecionado*]. [...] Nesse caso, [...] estamos em presença de um código *fechado*, isto é, um código que fixa uma relação unívoca e imutável entre significante e significado, possibilitando apenas uma só descodificação e, portanto, uma só resposta. Concluímos, então, que, quando o remetente quiser obter uma, e apenas uma, determinada resposta, deverá utilizar um código fechado. [...] Então, código fechado leva sempre à mesma e única descodificação e, conseqüentemente, à mesma e única resposta.¹⁰⁹⁸

Quarto, isso, porém, não inocenta o espectador da sua contribuição condenatória, porque sustentada sempre em um repertório sintonizado com *preconceitos de natureza vária e com estereotipações que o fazem “gozar”*.

Se pretendemos que a nossa mensagem escrita seja corretamente descodificada, temos de pensar, antes de tudo, na experiência e no grau de conhecimento do destinatário, para sabermos se as informações que lhe estamos enviando são óbvias ou desconhecidas; [...] Pois essa experiência e grau de conhecimento fazem parte de uma *bagagem cultural* que cada um de nós carrega e que foi batizada com o nome de *repertório*. [E] [...] o repertório tem uma influência direta na descodificação dos signos e da mensagem. [...] Na formação do repertório, ao longo de nossas experiências, há uma tendência constante para acumular ideias e conhecimentos que, com o tempo, vão se cristalizando, endurecendo, e viram uma espécie de ‘carimbo’;

¹⁰⁹⁷ BLIKSTEIN, I. *Técnicas...*, pp. 27 a 34.

¹⁰⁹⁸ BLIKSTEIN, I. *Técnicas...*, pp. 38 a 44.

usamos esse ‘carimbo’ para conhecer ou reconhecer pessoas, objetos ou fatos a nossa volta. [...] Pois bem, essa ideia padronizada é o chamado *estereótipo* [...]. O estereótipo é [...] uma ideia padronizada que se solidificou em nossa mente e que utilizamos em nossa percepção para reconhecer ou identificar os indivíduos, os acontecimentos e os objetos; [...] Evidentemente, o estereótipo é indispensável a nosso processo de conhecimento: sem ele, seria praticamente impossível reconhecer e identificar a realidade humana e profissional em que vivemos e atuamos. ‘Porém [...] e sempre tem um porém [...]’ [...] o estereótipo pode causar sérios danos à comunicação: se for aplicado rigidamente à percepção do comportamento humano, vai conduzir-nos a um conhecimento deformado dos indivíduos.¹⁰⁹⁹

Quinto, de qualquer maneira, se a linguagem não escoar pela vereda adequada, ou, se escoando, não for *palatável*, perderá o emitente aderentes que, inadaptando-se a ele, preferirão abastecer-se de informações em outro lugar, perdendo aquele anunciantes e verba.

Para não queimar a boca do espectador, deverá a mídia, através de uma *técnica apimentada*, oferecer-lhe afirmações *frias* sobre a “impunidade”, mediante um formato *descomplicado* e *icônico*, embora metaforicamente *quentes*, porque apresentadas *ruidosa*, *emocional* e *espetacularmente*, conquistando, assim, sua *simpatia* e sua *fanaticidade* (cativação¹¹⁰⁰).

É bom lembrar [...] que não é todo veículo que serve para qualquer mensagem, e *vice-versa*: nem toda mensagem serve para qualquer veículo. [...] Uma dissertação filosófica sobre preconceito racial [...] só poderá ser veiculada por uma revista em quadrinhos se for adaptada aos códigos verbais e visuais próprios à linguagem dos quadrinhos; do mesmo modo, o texto de um livro não passará intacto para a televisão ou o cinema, mas deverá ser transformado num roteiro próprio para esses veículos. [...] Mensagens e veículo devem adaptar-se um ao outro. [...] Devemos também elaborar uma mensagem atraente e capaz de prender a atenção do leitor. Se a mensagem não contiver alguns atrativos, o leitor não será ‘pescado’ e a jogará na gaveta ou [...] no lixo! [...] Um bom modo de atrair o leitor é não sobrecarregar a mensagem com muitas e complicadas informações. Quando a mensagem é complicada e contém muitas informações, há um ‘esquentamento’ que provoca cansaço no leitor; de outra maneira, se for simples e menos carregada de informações, a mensagem ‘esfria’ e torna mais confortável a decodificação do destinatário. [De todo modo] [...] a mensagem [...] não deve ser [...] sobrecarregada [com técnicas]. Um modo de evitar a sobrecarga e de facilitar a decodificação consiste em traduzir as informações verbais ou linguísticas em imagens, gráficos, desenhos ou esquemas visuais. [Por outro lado] [...] se não [se] podem [pode] mostrar o produto ao [...] [espectador], não [se deve] falem [falar] muito a respeito dele, pois as palavras podem até atrapalhar. [...] Pelo visto, podemos dizer que a mensagem se caracteriza pela *linearidade* ou pela *iconicidade*. No caso da *linearidade*, a mensagem é constituída por signos *convencionais* (em que não há relação natural e motivada entre significante e significado) e dispostos em sequência *linear*. Já a *iconicidade* caracterizaria uma mensagem composta de signos icônicos, analógicos e dispostos numa configuração global e contínua; o próprio formato ou disposição visual do significante já nos levaria ao significado. A mensagem icônica, por sua economia e rapidez de decodificação, teria a vantagem de comunicar um máximo de informações ou significados com um mínimo de signos. [...] Se a iconicidade permite comunicar o máximo de informações com um mínimo de signos, uma boa ‘técnica’ para visualizar a mensagem escrita e tirar-lhe um pouco de sua linearidade é evitar a prolixidade e a redundância. Devemos, de um lado, fugir

¹⁰⁹⁹ BLIKSTEIN, I. *Técnicas...*, pp. 50 a 55.

¹¹⁰⁰ Ver nota 872.

de frases longas, das informações desnecessárias (por serem óbvias!), das repetições inúteis e das explicações supérfluas; de outro, é preciso que a mensagem passe por um verdadeiro ‘enxugamento’ e se apresente concisa e econômica. O leitor ‘bate os olhos’ no texto e já sabe o que o autor quer comunicar. [...] É muito comum que a mensagem, embora redigida corretamente, se apresente meio sem graça, e até feia, aos olhos do [espectador] [...]. É bom temperá-la com alguns elementos emotivos e poéticos, a fim de atrair a simpatia do leitor. [Existem] [...] ruídos [...] [que] constituem ganchos que chamam a atenção do leitor, surpreendendo-o ou assustando-o. O ruído pode ser muito útil nas mensagens em que desejamos provocar impacto no leitor.^{1101, 1102}

Para *inocular* na veia da plateia os “significantes do mito da impunidade” utilizam-se os empreendedores morais videofinanceiros de um formato *simplíssimo*, embora abastecido com um conteúdo ideológico *complexíssimo*.

Para alcançar esse grau de simplicidade palatável, os mass media divulgam suas “regras de adestramento” como se fossem “crônicas da impunidade”, imparciais, neutras e pastéis, através de temas os mais prosaicos possíveis, como no caso de uma simples partida de futebol onde o narrador, auxiliado por um “juiz de fato” - sempre um árbitro que, já aposentado, não precisa se submeter ao crivo da aferição prática da teoria que sustenta e que seja tão punitivista quanto o “bom juiz Rabelais, que para ser imparcial tirava aos dados as suas decisões”¹¹⁰³, ou quanto o juiz Oliver Holmes Jr., da Suprema Corte dos E. U. A., que em 1927, declarou que a esterilização de milhares de excluídos era constitucional¹¹⁰⁴ -, emite, após erros inofensivos, mensagens subliminares sobre a “impunidade” de jogadores, técnicos, árbitros, assistentes, gandulas, torcedores, como se ela fosse uma doença “pandêmico-genética”, exclusiva do povo brasileiro, que precisa ser debelada.

Através dessas “despretensiosas mensagens inocentes” *cotidianiza* a mídia o “discurso da impunidade” aproximando-o do público que o recebe e o acata “naturalmente” por entender não passar ele da *repetição* do que acontece nas suas vidas (“crônica revelada”), momento a partir do qual ficam as pessoas privadas de perceber que ele não vai além de uma *pervertida reinvenção interpretacional da realidade*.

Físico-naturalmente as elucubrações cerebrinas se acostumam facilmente com o *atrito mental estático* porque a força exigida para colocar a massa encefálica e os estímulos

¹¹⁰¹ BLIKSTEIN, I. *Técnicas...*, pp. 58 a 91.

¹¹⁰² SAUSSURE, F. de. *Curso...*, pp. 79 e seguintes. Ver, ainda, nota 227. Ver, também, KOCH, I. G. V. *Introdução...*, *passim*. _____. *O texto e a construção dos sentidos*. In coleção caminhos da linguística. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, *passim*. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002, *passim*.

¹¹⁰³ CALAMANDREI, P. *Eles...*, 1960, p. 26.

¹¹⁰⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 109.

cerebrais “em movimento” é maior do que a que seria necessária se eles já “estivessem sendo movimentados” (apatia crítica sobre a “impunidade”).

Ademais, de acordo com a dinâmica do *atrito mental cinético* o dispêndio de energia para reverter o sentido do movimento neural do encéfalo (passagem de uma percepção *negativa* da “impunidade” para uma *positiva*), é ainda maior do que se ele estivesse em repouso, de sorte que movimentá-lo *criticamente*, quando existem forças contrárias atuando, demanda um maior custo energético, sobretudo porque pensar contra a corrente cansa.

Todavia, é *político-culturalmente*, e não *naturalmente*, que nossa *imobilização mental* é conduzida a preferir a “tranquilidade” advinda do que é “simétrico”, do que “não tem ângulos drásticos”, do que é “harmônico”, porque a esses aspectos fomos acostumados na medida em que eles nos foram apresentados como já “inertes em repouso”, “calmos”, “seguros”, “inexigindo qualquer exercício cautelar nosso imediato, exaustivo e perigoso”.

Quem se debruçar sobre a “simetria-linear-harmônica” dos corpos e das atitudes dos *invulneráveis* perceberá que ela é “produzida” (apresentada) como algo “suave”, é dizer, “apto” a embalar nossa modorrência ou, quando menos, a não perturbar “drasticamente” nossa letargia.

Porque nos habituamos até mesmo com a *desgraça*, passando a dela sentir falta quando da nossa vida ela se retira, cerebrinamente ficamos *atrofiados* (teoria da boca entortada pelo cachimbo) por conta de certa *posição* (desconfortável) em que a propaganda massivamente alienante da “impunidade criminógena” nos estaciona, a ponto de resistirmos e refugarmos qualquer discurso crítico contrário a ela, pois esse, sendo-nos apresentado como “anormal”¹¹⁰⁵, “diferente”, “desarmônico com o todo” exige da nossa pretendida adesão o *abandono* do nosso *atrito mental estático* que, por demandar um dispêndio de esforço que pode ser utilizado “economicamente” em outras situações menos exigentes, desanima-nos.

Mais fácil do que ler um livro crítico¹¹⁰⁶ sobre as mentiras contadas pelo sistema penal e pela mídia é, jazendo quase inamovível em um estofado furta-cor, apertar os botões do

¹¹⁰⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 387.

¹¹⁰⁶ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 147: “Não há dúvida de que, nas presentes condições de produção supernumerosa e de divulgação superconcentrada de livros, a maioria dos títulos só tem sucesso, e muitas vezes insucesso, durante algumas semanas após seu lançamento. Os pseudo-responsáveis pelas editoras de hoje baseiam nisso sua política do arbitrário precipitado e do fato consumado, a qual é muito conveniente para os livros de que se falará, seja como for, apenas uma vez. [...] Um jornalista francês que, recentemente, tinha redigido um alentado livro, anunciando como apto a renovar todo o debate de ideias, alguns meses depois explicava seu fracasso pelo fato de lhe faltarem leitores, e não por lhe faltarem ideias. Declarava que vivemos numa sociedade na qual ninguém lê; e que, se Marx publicasse agora *O capital*, iria certa noite explicar suas intenções num programa literário da televisão e, no dia seguinte, não sealaria mais nisso. Esse equívoco engraçado expressa bem sua origem. É evidente que, se alguém publica em nossos dias um autêntico livro de

“controle remoto total” e aguardar *passivamente* que, *sorradeira* e *subliminarmente*, a imagem e o som penetrem, respectivamente, em nossas caixas receptoras visual e auditiva.

Outrossim, mais fácil do que sair às ruas (desresidencialização atomizada) para exigir que o sistema penal se despoje da sua *seletividade* e da sua *expansão é compartilhar “revoluções frias” em redes sociais* (atomização residencializada).

O Renascimento redefiniu o livro em termos individualistas, mais próprios à ideologia do progresso: o receptor da mensagem (leitor), isolado em sua casa ou em seu quarto com o texto independente do autor, entrega-se a um exercício de imaginação e de abstração, que resultava altamente criador. [...] Na televisão, ao contrário, o receptor tem a imagem - concretamente, o locutor -, diante de si. O aparelho de tevê é o *outro*, que impõe um *monólogo controlável* (já que se pode, a qualquer instante, mudar de canal ou desligar o aparelho). A imagem já se impõe construída ao receptor, deixando pouco à imaginação.¹¹⁰⁷

Mais fácil, dizíamos, e aparentemente “mais rápido” e “mais útil” do que o manuseio de um livro porque o movimento de *ação* e de *reação imediata* dos botões (controle, painel e rato) sugere que é só clicarmos no problema da “impunidade” para que “a solução apareça e aconteça”.¹¹⁰⁸

“*Eu faço um gesto e coisas acontecem*”¹¹⁰⁹ *para me tranquilizar!*

De posse do mecanismo de controle (varinha de condão eletrônica), acredita o espectador que a palavra advinda da *caixa idiota* tem um poder real sobre o mundo real fazendo com que coisas extraordinárias aconteçam, como a inversão de leis da natureza mediante a simples emissão verbal da expressão mágica.¹¹¹⁰

Por outro lado, por se vazar em *dados estatísticos, afirmações abstratas e teorias inalcançáveis*, o discurso *crítico* da “impunidade criminógena” se afasta do público em geral que se *enfadonha* rapidamente com sua oratória porque, não estando adestrado para o mesmo, não o compreende e, não o compreendendo, enxerga-o como algo *inalcançável, cansativo, desestimulante e inútil*.

Já a mídia converte o tema da “impunidade” em dados concretos (publicados) da vida, em exemplos (sensacionalizados) do cotidiano, próximos ao prosaísmo que a crônica das pessoas está (e foi) acostumada a perceber e a experimentar, o que *aproxima* o público na

crítica social, com toda a certeza não irá à televisão ou a encontros desse tipo; de modo que, dez ou vinte anos depois, ainda se falará do livro.”

¹¹⁰⁷ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 57-58.

¹¹⁰⁸ Com outro contexto, PINTO, J. *O ruído...*, p. 13.

¹¹⁰⁹ PINTO, J. *O ruído...*, p. 13.

¹¹¹⁰ Nesse sentido, PINTO, J. *O ruído...*, p. 13.

medida em que lhe demonstra que aquilo que está sendo noticiado é do seu *métier* (circulação viciosa).

Além disso, ela *homogeneíza* o que veicula a fim de alcançar a *maximização* da aceitação da plateia (“teoria da unanimidade parcial”), visto que é a audiência o termômetro do seu sucesso.¹¹¹¹ Sucesso esse sem o qual a publicidade não lhe concede a certeza do lucro.

Para *standardizar* a mensagem é preciso, porém, que a mídia multiplique cada vez mais sua taxa de comunicação, o que só é possível na direta medida com que ela apresente ao indivíduo uma mensagem que ele consiga *decodificar com facilidade*¹¹¹² (“imbecilização do espectador”), o que pressupõe que “a capacidade decodificadora da audiência”¹¹¹³ esteja sendo, “pseudointencionalmente” pela mídia, paulatinamente *atrofiada*.

Utilizando uma significação familiar ao público, porque constante de seu repertório mnemônico, potencializado fica o poder comunicacional midiático que, assim, consegue permear a película-membrana retentiva-receptiva ocular e auricular do espectador alcançando seu emocional pela via de seus orifícios captadores, embora a informação digerida seja expelida pelos seus orifícios ejetores como rejeito inaproveitável.¹¹¹⁴

Como a mensagem sobre a “impunidade criminógena” é uma mensagem que visa a atingir todos, indistintamente, à *exceção dos técnicos inadestrados*¹¹¹⁵, precisa ela ser reduzida a um denominador ainda mais comum, ventilado sob a forma de um *slogan* pobremente sintetizante¹¹¹⁶, qual sendo, aquele que diz que “o problema da questão penal deste país é a certeza da impunidade”.

Como o que importa não é descobrir o *porquê* do *curso dos discursos* sobre a “impunidade” ser assim (objetivo *impossível* em razão da *variedade de causas*), mas *interpretar* como eles conseguem continuar sendo assim, é que podemos dizer que o *discurso crítico da “impunidade”* trabalha com um *método de dedução*, enquanto que o midiático trabalha com um *método indutivo*.

¹¹¹¹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 62.

¹¹¹² Nesse sentido, SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 63.

¹¹¹³ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 61.

¹¹¹⁴ POPPER, K. R. *O mito...*, p. 27: “E devemos reconhecer, em particular, que os nossos próprios órgãos dos sentidos incorporam algo equivalente a preconceitos.” Mais ou menos por aí, SODRÉ, Muniz. *A comunicação...*, p. 63.

¹¹¹⁵ Preferimos usar “inadestrados” a “inadestráveis” em razão da infeliz possibilidade de conversão de alguns técnicos penais em favor do “discurso da impunidade criminógena”.

¹¹¹⁶ Meio que nesses termos, SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 64.

Analisando *atuariamente* a política criminal¹¹¹⁷, expõe o discurso *crítico* problemas *genéricos* e propõe soluções *amplamente inacessíveis* à esfera do leigo, como quando afirma que a “acreditação da seletividade como inerente ao sistema é o que deixará a vida mais sadia, mais sadia e mais aceitável”, querendo, a partir daí, estabelecer um padrão solutivo “salvacionista” que, apesar de *único*, deve ser aplicado a *cada* caso (dedução), porque cada *subjetividade* é incopiável.

Já o discurso dos meios de massa se ancora em um *único* exemplo que, publicizado pelos veículos midiáticos, permite-lhes, a partir daí, *generalizar* a “impunidade” como *iguaria exótica* e de *gosto desagradável*, *degustável* não só pelos convivas e comensais do banquete neoliberal, mas por *todos* (do específico para o geral), que certamente se satisfarão com suas sobras (*lavagem* [cerebral]).

Depois de assistir ao programa midiático, *amigavelmente* passaria o espectador a imitá-lo *roboticamente* (mimese), entendendo por bem em também condenar (domesticação) a famigerada “impunidade”, *que ganhou fama sem deitar na cama*, porque no “aprendizado mecânico, quase maquínico, dos *procedimentos* que se devem seguir para a correta *aplicação* de um programa [...] [deve-se respeitar] a lógica da programação.”¹¹¹⁸

É explorando aquele *atrato estático tendente-habitual* de que falávamos atrás que a mídia “oferece” (em termos), ao consumo¹¹¹⁹, o conteúdo, objeto do seu material de divulgação, voltado em “favor” da necessidade de eliminação da “impunidade”, propagandeada como um *mal banalmente tão barato* (digestão energeticamente econômica), comparado aos seus “benefícios” (maquiados), que todos *devem* se sentir seduzidos a adquiri-lo (venda casada: “crime” e “impunidade”), indiscriminadamente (temor escatológico), embora a própria agência marqueteira, *pari passu*, utilize-se dessa mesma banalidade (do mal) como “garota (prostituída) propaganda”.

De sorte que, sozinha, a tecnologia é (quase) *ingênua*¹¹²⁰, *inofensiva* e *estéril* porque só tem ela o poder de “(in)formar” (unilateralidade), enquanto que, relacionando-se com o espectador, sua informação passa a ser encarada como *comunicação* (bilateralidade), veiculada em um sistema *input-output* onde *a reação interativa a uma ação possibilita outra (re)ação reflexa*.

¹¹¹⁷ DIETER, M. S. *Política...*, *passim*.

¹¹¹⁸ PINTO, J. *O ruído...*, p. 14.

¹¹¹⁹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 22.

¹¹²⁰ PINTO, J. *O ruído...*, pp. 14-15.

Esse relacionamento da mídia com o espectador precisa, então, ser reduzido a uma *linguagem que é o conjunto de signos que dão significação aos objetos* (“coisas”, antes da nomeação)¹¹²¹, no nosso caso, à “impunidade”, porque só assim poderá ser estabelecida uma comunicação “prazerosa” e “proveitosa” a ambos.

Desde essa perspectiva, para EUGENIO ZAFFARONI, como a “impunidade” não se apresenta como “‘material do mundo’ [...] que existe fora e independente de nós”¹¹²², sendo apenas uma “realidade inventada”, *uma ficção ou, no mínimo, uma metáfora*¹¹²³, *o ato de conhecê-la e, conhecendo-a, o ato de manipulá-la* não ficam limitados à simples *dação de sentido*, ultrapassando-a a ponto de, *(re)criando-a pervertida e perversamente*, remoldá-la *ideologicamente* mediante desprezo da *seletividade*.¹¹²⁴

Para nós, não custa repetir, a *impunização* pode advir de uma “realidade construída”, como quando a mídia “inventa ou reforça a invenção”¹¹²⁵ de um culpado” ou quando a polícia “planta uma prova (*bum raps*)”, ou de uma realidade *malinterpretada em função do apego à “incorreção” ou “inadequação” do fim de uma punição que, muitas vezes, sequer deveria haver sido pretendida ou existido*.

A inadmissão do fim da punição, é dizer, a *perpetuidade “genética” (vitaliciedade e hereditariedade)* da *impunização* pode ser descrita em dois casos aberrantes.

Em um deles, não bastasse haver sido *alvejada*, “precisava” a vítima ser *esfolada*, mesmo depois de morta.

Claudia foi baleada no domingo durante uma operação policial. Testemunhas contaram que ela foi colocada no porta-malas do carro da polícia para ser levada ao

¹¹²¹ Preferimos usar *antes da “nomeação” a antes do “conhecimento”* porque: “A coisa é um existente, conhecido ou não [...]” In PINTO, J. *O ruído...*, p. 28. No mesmo sentido, BERGSON, H. *Matéria...*, pp. 13-14: “É o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro. Suprima a imagem que leva o nome de mundo material, você aniquilará de uma só vez o cérebro e o estímulo cerebral que fazem parte dele. Suponha, ao contrário, que essas duas imagens, o cérebro e o estímulo cerebral, desapareçam: por hipótese, somente elas irão se apagar, ou seja, muito pouca coisa, um detalhe insignificante num imenso quadro. O quadro em seu conjunto, isto é, o universo, subsiste integralmente. Fazer do cérebro a condição da imagem total é verdadeiramente contradizer a si mesmo, já que o cérebro, por hipótese, é uma parte dessa imagem.” Também, KANT, I. *Crítica da razão pura*. In coleção os pensadores. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1999, *passim*. Ainda, Georg Hegel e Slavoj Žižek, citados por COSTA, J. F. *O ponto...*, pp. 318, 327 e 329.

¹¹²² ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 161.

¹¹²³ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 163-164.

¹¹²⁴ *Mutatis mutandis*, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 161, 163 e 187-188.

¹¹²⁵ Ver <<http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/ator-da-novela-lado-a-lado-e-presos-por-assalto>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

hospital. No entanto, durante o trajeto, o porta-malas abriu e a auxiliar de serviços caiu, sendo arrastada pela rua.¹¹²⁶

No outro, a impunização se pereniza mesmo diante de provas cabais em contrário, cuja força contraditória não é suficiente para desbancar a emergência punitivista.

Ator preso injustamente é solto no RJ.
Vinícius foi confundido com o ladrão que roubou a bolsa de uma mulher.
A vítima reconheceu o erro e a justiça determinou a soltura. [...] Dalva apontou Vinícius como assaltante para um policial civil. Ele foi preso em flagrante, mas não estava com os objetos roubados. Ontem, a copeira prestou novo depoimento. Disse que ficou em dúvida, logo após o reconhecimento e que chegou a pensar em ir à delegacia no dia seguinte para retirar a queixa, mas não tinha o dinheiro da passagem. No pedido de *habeas corpus*, o delegado diz que a vítima admitiu que hesitou ao identificar Vinícius e que o reconhecimento pessoal - justificativa para a prisão em flagrante - pode ter sido provocado por um erro. [...] [Todavia, haja vista a *impossibilidade de isenção* dos afrodescendentes] Por enquanto, Vinícius vai ficar em liberdade provisória e terá que se apresentar todo mês à justiça.¹¹²⁷

À guisa de contraponto, ao exibir notícia sobre constantes atos infracionais desapropriadores levados a termo por menores de idade, o autorreferente “Jornalismo Verdade da Record” ouviu um morador que, alheio à *paranoia midiática*, lucidamente assim se expressou:

O problema é o sistema que é falho. O governo não tem um acompanhamento adequado dessas famílias menores carentes que ficam aqui ao nosso redor. Num dá a eles uma oportunidade que eles precisam, e infelizmente você vê jovens que têm, que têm recurso, que consegue melhorar. (que) Você vê que garotos, são garotos que que vão aprender, que que podem se tornar pai de família e que tão entrando na criminalidade porque o governo não ajuda. [sic]¹¹²⁸

Todavia, como esse discurso elucidativo *destoa gritantemente* do esperado e do desejado, houve por bem o âncora do programa exibidor (Balanço Geral ES), *perverter* a fala daquele *interpretando-a* (ou melhor, *alterando* a sua *realidade* para deixá-la) de acordo com a sua costumeira conveniência *espetacularizadora* mediante afirmações do tipo: Como revelado, o problema é da nossa legislação que é branda, é da ressocialização que é falha.¹¹²⁹

Embora, ao final, *despercebidamente*, tenha reconhecido o mesmo, autointerrogando-se: Que realidade é essa?¹¹³⁰ Autointerrogação que equivale mais a um inconformismo.

¹¹²⁶ In<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/filho-de-mulher-arrastada-no-rio-diz-que-mae-tinha-medo-de-bala-perdida.html>> e<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/estava-com-perna-em-carne-viva-diz-amigo-de-mulher-arrastada-no-rio.html>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

¹¹²⁷ Ver sítio eletrônico indicado na nota 759.

¹¹²⁸ In <<http://www.folhavoria.com.br/videos/2014/03/padaria-e-assaltada-17-vezes-em-vila-velha.html>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

¹¹²⁹ Essa fala não ecoa o que expôs qualquer dos ouvidos na reportagem indicada no *link* constante na nota anterior.

Geralmente, portanto, não passa ela de uma realidade que é reinventada ao ser interpretada perversamente pelos empreendedores morais.

Os efeitos penais de uma comunicação assim estabelecida, ou seja, mediante uma *nomeação taxonômica* das coisas (“aptos” e “inaptos”, “consumidores falhos” e “consumidores ativos”, “normais” e “anormais”, “punidos”, “impunidos” e “impuníveis”), têm sido desastrosos.

O dar um nome marca a diferença essencial entre formas binárias e formas não-binárias de ver o mundo. Nomear é classificar, ordenar, diferenciar. Nomear é validar a fronteira diferenciadora que se dá ao espaço. O conhecimento provém da atividade de nomear e da posse dos nomes.¹¹³¹

Isso porque, a rigor, *toda classificação é hierarquizante*¹¹³², e o é na medida em que “só conhecemos o que nomeamos, mas ao nomearmos deixamos sempre fora algo que escapou à nomeação.”¹¹³³

Sendo assim, todos os *marcadores modais* vinculados ao tema da “impunidade” não passam de *rótulos recicláveis, reaproveitáveis e biodegradáveis* contendo todas as *informações nominativas decalcadas pela mídia* (informação não-binária, unilateral), e *observadas atentamente pelo empresário moral* (comunicação binária, bilateral), que as *seleciona* e as *organiza* em sua adega mediante uma *classificação*, uma *ordenação* e uma *diferenciação* de acordo com cada *safra* (diferenciação temporal), com cada *região* (diferenciação espacial), e com cada *preço* (diferenciação econômica), ratificando a todos os apreciadores que o *conhecimento* (a dominação) só foi possível graças ao midiático *poder de nomear* e à midiática *posse dos nomes utilizáveis* (taxionomia vinhoga), requisitos sem os quais ele *perderia o controle do estoque de vinhos, de mão de obra, de trabalho morto, de fluxionáveis, de criminalizáveis, de “impunidos” etc.*

Com essa capacidade pode a mídia (fabricante), em conjunto com o sistema penal (vendedor), e com o empresário moral (atravessador), oferecer ao consumidor um *vinagre* (o exagero ácido sobre a “impunidade”), em uma garrafa rotulada para parecer um *Penfolds Block 42, cabernet sauvignon, safra 2004*.¹¹³⁴

¹¹³⁰ Ver nota 1128.

¹¹³¹ PINTO, J. *O ruído...*, p. 28.

¹¹³² Em termos, ŽIŽEK, S. *O mais...*, pp. 52 e seguintes.

¹¹³³ Ancorando-se em Ian Parker, Friedrich Hegel, Slavoj Žižek e Jacques Lacan, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 316.

¹¹³⁴ Vinho australiano cuja garrafa custa mais de R\$ 350.000,00.

Formada *alcoolemicamente* a *alucinação* do mito da “impunidade criminógena” (“ter mau vinho”), já podem os *mass media* assumir um outro papel, o de *enólogos* metajuízes *super inter partes* que deslocarão *isentamente* (sem risos) os “motivos da impunidade” - representados pela “morosidade da justiça” (“vinho de garrafeira”), pelo “abrandamento das leis penais” (“vinho adamado”), pela “excessiva concessão de benefícios” (“vinho abafado”), e aditivados pela “prévia disponibilidade tendenciosa do povo brasileiro ao crime”, que apenas admitiria a “gerência conflitiva” -, para um novo centro *tranquilizador*, aquele “solucionador de conflitos, tempestivo e inequívoco”.

Interpretando, muitas vezes, sozinha, várias personagens, *acusa, sentencia, condena e executa extraprocessualmente* a mídia, *sumária* e “*indefectivamente*”, todos aqueles que sejam “(des)interessantes” aos seus objetivos, o que equivale à assunção de um papel social *coadjuvante*, economicamente *descartável* na novela da vida.

Com essa “rapidez” e com essa “incorrigibilidade” acusatório-decisório-executória, consegue a mídia vencer a disputa pelo poder hegemônico arrecadando mais “credibilidade” como “promotora de justiça” do que o legislativo, a polícia, o ministério público, o judiciário e o executivo, *juntos*.

Como as disputas pelo poder hegemônico entre as agências podem danificar as engrenagens de ambas, admitindo no máximo um ou outro desgaste, uma ou outra concessão de espaço no palanque, *preferem* as outras agências de adestramento não midiaticizado *acompanhar as conclusões* vazadas nas decisões unilaterais proferidas *indelevelmente* pela mídia (sentenças heteroprocessuais sumarizadas).

Em contrapartida, concedendo certa “autoridade” ao judiciário (autonomia vigiada), *transmite* a mídia, por exemplo, seus julgamentos *secundum conscientiam* mitigados (júris de “crimes de sangue”)¹¹³⁵, *embora o dispositivo sentencial condenatório, que “coincidentemente” quase sempre repete a condenação midiático-pública, já tenha sido redigido pelas mãos do repórter responsável pela matéria avant-première.*

Coincidentemente uma vírgula, pois “eles [...] sabem o que dizem.”¹¹³⁶

Essa *prostituída semelhança*, ou melhor, *igualdade descarada entre as condenações midiático-populares e as decisões proferidas pelos juízes penais*, leigos ou togados, ofende a

¹¹³⁵ Por exemplo, transmissão ao vivo e em cores do julgamento de Mizael Bispo de Souza, condenado por matar Mércia Nakashima. In<<http://g1.globo.com/sao-paulo/julgamento-do-caso-mercia-nakashima/cobertura/>> e in<<http://noticias.r7.com/ao-vivo/ao-vivo-assista-ao-julgamento-de-mizael-bispo.html>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

¹¹³⁶ Aqui, pervertemos o título da obra de ŽIŽEK, S. *Eles não sabem o que fazem*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

soberania material dos vereditos proclamados pelo júri e arrepia o princípio do juiz natural que deveria ser aquele *competente* o suficiente não só para exercer sua jurisdição (atribuibilidade orgânica), senão, também, para exercê-la com *isenção* (atribuibilidade funcional).

Ocorre que essa é apenas uma “solução vendida a crédito” (consumo paliativo) que tem a função de, na economia da punição, produzir no consumidor a *sensação* de que ele se apropriou “definitivamente” da sua “tranquilidade” e da sua “segurança”.

Mas, basta chegar a *fatura* para que ele perceba que esse *efêmero* e *duvidoso* “conforto” tem um preço, qual sendo, aquele a ser pago para que a vigilância (panotismo, vigilantismo ou síndrome de Disneylândia¹¹³⁷) contra a suposta “impunidade” seja mantida através de câmeras residenciais, cercas elétricas, vigilantes privados, animais ferozes, placas dissuasivas, aparelhos localizadores *etc.*, “*restando-lhe a dúvida de se o impunido deveria mesmo estar e está sendo punido, ou se nós é que punidos estamos com a perda da liberdade por conta de uma mera suposição, improvada e fabricada!*”

Apesar de tudo isso a domesticação dos clientes do sistema punitivo continua acontecendo porque eles só sabem o que assistem, de sorte que a “*opinião pública*” *pensa do mesmo modo que é informada*, o que a converte de pública em opinião publicada.¹¹³⁸

Atônito e atônico, percebe-se o espectador “incompetente” para dissipar, sozinho, seu *desespero frenético*, ocasionado pela sugestão autossuficiente da “profecia que se autorrealiza” mediante uma “sensação de impunidade” que *reinventa* uma nova “impunidade” que, por sua vez, *renova* aquela “sensação” *et reliqua*.

Mas, bem sabe ela, a mídia, que é a própria divulgação hiperbólica e desnecessária da suposta “impunidade” que potencializa no “imaginário coletivo” a “acreditação no seu caráter fertilizante”.

De que serve ao espectador que reside em uma cidade do sudeste brasileiro saber, em rede nacional, que um vereador de outra cidade da região sul desviou uma verba da Câmara Municipal porque, alegam as autoridades, sentiu-se “incentivado” ao descobrir que seus

¹¹³⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 81, 214, 313-314, 317 e 422-423. Conteudisticamente, ver a obra citada, pp. 314 e 459. Ver, ainda, COHEN, S. *Visions of social control: crime, punishment and classification*. s/ed. Cambridge/Malden: Polity, 2007, *passim*. Ver, outrossim, BAUMAN, Z. *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, *passim*. Ver, também, <http://espectadores.files.wordpress.com/2011/09/cuestioncriminal_f16.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

¹¹³⁸ MORETZSOHN, S. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, *passim*.

contemporâneos de mandato, assim agindo anteriormente, nenhuma sanção penal sofreram? (perda da referência geográfica do fato¹¹³⁹)

Não fossem essas mensagens *exageradas* e *inúteis* à solução dos problemas reais dos brasileiros *desesperadamente* desassistidos, muito provavelmente não ocuparia o “discurso da impunidade criminógena” o patamar que atualmente *tem lhe sido concedido e imprimido*.

Se houvesse mesmo um caráter “adubador” vinculado à “impunidade”, grande parte dele seria atribuível à *irresponsabilidade* midiática que divulga “crimes sem culpados”, “crimes sem acusados”, “crimes sem condenados”, “crimes sem executados”, “índices de reincidência criminal”, “cifras ocultas”, “taxas de atrito”, *de maneira pletora e sem qualquer utilidade para uma maioria de destinatários*.

Mas, por que a mídia age assim e por que isso não nos causa espécie?

Primeiro, porque ela não tem sobre o que falar, ou não sabe como falar de modo interessante sobre assuntos interessantes, ou, quando tem e sabe como, desloca sua *passagem*, incompreensivelmente, para horários inassistíveis.

Segundo, porque essa divulgação da “impunidade” vem atrelada a um *ufanismo punitivo* que, *pervertendo* a realidade sobre a própria “impunidade”, permite antecipar um *futuro* hipoteticamente “maravilhoso” e “tranquilo”, simplesmente convertendo-o em um *presente* “real” no “imaginário coletivo”, *atualizando com “sucesso”* uma “paz” e uma “segurança” que antes eram “impossíveis”, “improváveis” ou “distantes”.¹¹⁴⁰

Paradoxalmente, essa atitude midiática, ao mesmo tempo em que permite a *adesão subjetiva à barbárie* pseudo-outorgando uma *falsa autonomia* ao espectador, nega frontalmente qualquer direito ou autonomia desse no momento em que o obriga a, *acrítica e irracionalmente*¹¹⁴¹, ter que *ser como eles*¹¹⁴² (adesividade *cool*), os outros que já aderiram ao sistema punitivista classista-elitizado, sem o que será ele considerado um “estranho”, um “hostil”, um “inimigo” do regime (*crime friend*).

Contextualizando GUY DEBORD quando ele dubiamente advertiu que “ser conhecido fora das relações espetaculares equivale a ser conhecido como inimigo da sociedade”¹¹⁴³,

¹¹³⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 318.

¹¹⁴⁰ Para outro contexto, SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 32.

¹¹⁴¹ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 190: “Ninguém tem dúvida quanto à irracionalidade do contestador, ao passo que a dos outros nem é lembrada.”

¹¹⁴² GALEANO, E. *Ser como eles*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000, pp. 9 e seguintes.

¹¹⁴³ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 180.

podemos afirmar que, para nossa realidade marginal latino-americana, *ser conhecido “dentro” das relações espetacularizadas que a mídia oferece ao perverter o “discurso da impunidade” é que equivale a ser (re)conhecido como “inimigo” social.*

Enquanto o espectador estiver sendo saciado com essas *guloseimas calóricas, que mais saciam a ansiedade do que nutrem*, todo o seu sangue será dirigido para a sua *função metabólica* (digestão de porcarias), no mesmo instante em que o resto do seu corpo é entregue à *letargia anêmica que o privará de qualquer energia minimamente necessária ao esboço de qualquer tentativa de crítica.*¹¹⁴⁴

Iconosféricamente, ou seja, no “(universo das imagens), a sensação tende a predominar sobre a consciência, fazendo apelo a todos os sentidos, mas enfraquecendo-os”¹¹⁴⁵ na luta contra as sazonais e circulares “demandas por ordem”.

Mas, o que significaria essa “demanda por ordem” e como isso funcionaria midiaticamente?

Fora as reportagens sazonais vinculadas a cada estação, como a do “florescimento das cerejeiras no Japão”, a da “pororoca no Rio Amazonas”, a das “tempestades nos E. U. A.”, a das “coivaras pré-plantio no interior brasileiro”, a do “consumo comercial nas épocas festivas como o natal, o dia das mães, o dia das crianças”, a sobre o que “comer no verão”, a sobre “lugares onde passar a lua de mel no inverno”, a da “exposição enaltecida do atleta *self made man* em época próxima às grandes competições”, a dos “cuidados que se deve tomar no dia nacional, ou internacional, desta ou daquela doença”, *a mídia, tendo acesso a uma situação fática geralmente “escandalizável”, incorpora-a em seu noticiário agregando-lhe uma “entonação”, uma “frequência”, uma “latitude” e uma “longitude” que ultrapassam, espacial e temporalmente, o prejuízo que aquele fato normalmente ensejaria na vida dos espectadores.*

Para tanto, *nacionaliza, absolutiza e totaliza* ela o impacto da notícia de alcance originalmente *bairrista* ou, no máximo, geralmente *citadino* ou *estadual*, emprestando aos espectadores brasileiros uma “comoção”, uma “revolta”, um “inconformismo”, um “choque” *que os aproxima sentimentalmente de um fato que, todavia, está espacialmente há dezenas, centenas ou milhares de quilômetros de distância (binoculização).*¹¹⁴⁶

¹¹⁴⁴ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 60: “Diante da tevê, que se impõe como um simulacro de realidade, o receptor se abandona, descuidado.”

¹¹⁴⁵ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 60.

¹¹⁴⁶ Sobre isso, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 309.

Frases exageradas, *nacionalizadoras* e *totalizantes* do tipo “o Brasil ficou chocado”, “o país parou diante deste crime”, “todas as pessoas nunca mais serão as mesmas”, “todos os brasileiros estão perplexos”, “este crime abalou a nação”, não são incomuns e pretendem: a) primeiro, esconder do espectador que a ocorrência do fato narrado é *remota*, ou seja, que ele aconteceu em cidades longínquas, não lhe dizendo respeito; b) segundo, por apresentá-lo como próximo, impedir que o mesmo a ele fique indiferente; e, c) terceiro, que ele acompanhe a interpretação “totalizada” do senso comum (teoria da unanimidade parcial).

Impedido de, ou *dificultado a* perceber que seus problemas são outros e mais próximos, passa o espectador a acreditar que aquele fato distante lhe diz respeito “diretamente”, mesmo porque sem essa *sensação de aproximação* a programação midiática ficaria afastada demais da sua realidade, distraíndo-o.

Por agora já é notável que antes da notícia somente algumas poucas pessoas teriam conhecimento da conjuntura fática.

A precipitação intencional de uma criança do sexto andar pelo pai e pela madrasta ganha foro nacional sob a alegação de haver “comovido todo o país” quando, na verdade, é a própria veiculação da notícia, até então desconhecida de quase todos, que promove essa *suposta e sensacional “comoção intestinal”*.¹¹⁴⁷

Quase no mesmo instante em que essa notícia entorpece *delirantemente* os espectadores, outras crianças são arremessadas de alturas insobrevivíveis¹¹⁴⁸, ou mortas de outro modo, sem que haja qualquer alarde acompanhante.

Eventual não prisionização dos acusados, possível soltura antes do julgamento condenatório, quase impossível absolvição e incompleto cumprimento de pena endoprocessual, recebem da mídia o epíteto de “impunidade”, apesar de ela já os haver investigado, acusado, condenado e executado exoprocessualmente.

Não fosse a ativação de seus holofotes, dirigidos espetacularmente ao fato e às suas possíveis consequências penais (penalizadoras), sempre consideradas “insuficientes”, inexistiria a possibilidade de a maioria da população sequer acessar o que aconteceu, não havendo terreno para a sustentação de qualquer “discurso (em si já improvado) de impunidade”.

¹¹⁴⁷ Isabella Nardoni foi morta em março de 2008. Sobre isso, ver <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,confira-o-historico-do-caso-de-isabella-nardoni,527680,0.htm>>. Acesso em: 24 out. 2013.

¹¹⁴⁸ A criança foi morta em 30 de junho de 2008. Ver <<http://gritodanacao.wordpress.com/2008/07/01/mulher-joga-filha-de-8-meses-do-6%C2%B0-andar-do-predio-a-crianca-morreu-e-a-mulher-esta-presa/>>. Acesso em: 24 out. 2013.

Mas, não é que a mídia escolha a dedo a notícia porque percebe, de antemão, o sucesso jornalístico que ela ensejará. De maneira alguma. Não é assim que o sistema midiático funciona.¹¹⁴⁹ Simplesmente, a mídia, fora daquelas informações sazonais que exemplificamos acima, não consegue (quer) reproduzir notícias realmente *interessantes, leves e úteis*, apegando-se ao primeiro fato capaz de, provavelmente, *inflacionado espetacularmente*, preencher *purulentamente* a falta de criatividade da programação durante um bom tempo e de maneira quase gratuita.

O que de modo algum significa que ela não prefira o “grotesco” ao *educativo*, porque é isso que vai deixar o espectador “menos angustiado, menos angustiado e mais tranquilo”. Para não evidenciar essa sua preferência e para *eufemizar* sua ordinária programação violenta, salpica a mídia, de vez em quando, um petisco *light*.

Lançada a informação *histórico-paranoicizante*, torce a mídia para que a notícia “pegue”, *mas não sem se dedicar com afinco a que isso aconteça mediante sua passagem diuturna a ponto de*, em conjunto com outras emissoras que copiam sua estratégia por também não terem e não saberem sobre o que dizer, *extenuar o espectador, que passa a acreditar que essa sua estafa cataléptica advém da excessiva quantidade de “crimes” praticados por pessoas que agem sob a “certeza da impunidade”, e não da reiteração obsessivo-compulsiva da notícia “criminal (criminosa)” dita “impune”*.

Apesar de acompanhada de todos os insumos técnicos exigidos por um *marketing* funcional, não é qualquer notícia que entorna a “impunidade” que consegue garimpar a adesão da população. A rigor

[...] é preciso que o discurso *seja aceitável no marco cultural*, pois não é qualquer discurso esotérico que alcança hegemonia, mas apenas aqueles que são suscetíveis de ser transmitidos à *opinião* dos que decidem ou pesam no poder e aceitados por estes, de uma forma que produza certo consenso entre eles.¹¹⁵⁰

Além disso, dependendo do grau de sensibilidade do espectador naquele momento e da aptidão da notícia em incomodá-lo, adquire ela *status viral* capaz de entregar a população a um *pânico frenético*, ou mesmo de “reproduzir a violência”¹¹⁵¹, reoxigenando e recircularizando o esquema.

¹¹⁴⁹ Ver MLODINOW, L. *O andar...*, *passim*.

¹¹⁵⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 71.

¹¹⁵¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 176.

Como a quantidade de notícias novas *não interessantes* é infindável aquela logo deixa de importar passando o noticiário a ser alimentado com outra iguaria igualmente efêmera que *impressiona muito mais pela apresentação do que pelo sabor persistente na boca*.

Aliás, a quantidade de relações intersubjetivas multiplica as notícias deixando a anterior rapidamente “velha”, mas, como nem toda notícia “criminal” ganha expressão nacional imediatamente (espetacularização), precisa ela ser requentada até que alcance essa dimensão ou até que surja outra interessante.¹¹⁵²

“Descobrir ou inventar um novo e importante objecto de ódio para uso do público é ainda um dos meios mais seguros para alguém se tornar um rei do jornalismo. Em nenhum país, e em nenhuma época, a apologética teve tanto sucesso como a difamação.” [sic]¹¹⁵³

A rigor, o adorno que ela necessita para realimentar *maravilhosa e emocionalmente* seu discurso é o “desespero aterrorizante”, o “medo paralisante” (atrito estático).

Mas, “medo” de que e “desespero” quanto ao quê?

Do e quanto ao previamente definido como “grotesco”, do e quanto ao antecipadamente consignado como “esteticamente assustador”, seja um rosto “deformado”, um “vulto” no escuro, uma situação “desconforme”, ou um “crime impune”.

O *grotesco* parece ser, até o momento, a categoria estética mais apropriada para a apreensão desse *ethos* escatológico da cultura de massa nacional. Realmente, o fabuloso, o aberrante, o macabro, o demente - enfim, tudo que à primeira vista se localiza numa ordem inacessível à ‘normalidade’ humana -, encaixam-se na estrutura do grotesco. [...] Em outros termos, o grotesco é uma aberração de estrutura ou de contexto. [...] O conceito pode ser estendido à esfera da cultura de massa: o miserável, o estropeado, são grotescos em face da sofisticação da sociedade de consumo, especialmente quando são apresentados como espetáculo. A ‘estranheza’ que caracteriza o grotesco coloca-o perto do cômico ou do caricatural, mas também do *Kitsch*. Em resumo, o grotesco é o mundo distanciado, daí a sua afinação com o estranho e o exótico. Afirma Kayser que ele aparece sempre onde falta vida, sendo portanto a manifestação de uma angústia. Seria este o caso da cultura de massa brasileira? Não é o que nos parece. Aqui, o grotesco é posto a serviço de um sistema que pretende ser exatamente a compensação para a angústia do indivíduo dos grandes agrupamentos urbanos. Cada organização das relações de produção engendra uma atmosfera psicossocial própria que se destina em geral a perpetuar o seu tipo específico de relações humanas. A cultura de massa - frisamos: essencialmente política -, é hoje o grande *medium* da atmosfera capitalista. No caso brasileiro, ela é também o espelho que reflete o *id* e os demônios das nossas estruturas. É o espelho em que a sociedade se olha e se oferece como espetáculo.¹¹⁵⁴

¹¹⁵² DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 182: “Aquilo de que o espetáculo deixa de falar durante três dias é como se não existisse. Ele fala então de outra coisa, e é isso que, a partir daí, afinal, existe. As consequências práticas, como se percebe, são imensas.”

¹¹⁵³ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 55.

¹¹⁵⁴ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 38-39.

Tudo que *foge* do estabelecido como “normal”, como “ordinário”, tudo que se desvia da produção “escorrita” e se apresenta como “desordem” *assusta* (*biologismo criminológico medíocre*¹¹⁵⁵), *porque com isso não nos deixaram acostumar, porque as consequências tipicamente daí advindas nos foram sonegadas, sendo-nos imprevisíveis a ponto de nos angustiar, como quando nos fazem acreditar que os “afrodescendentes”, quando “criminosos impunes, são perigosos porque não sabemos, não podemos prever qual será o próximo dano que causarão, tampouco a quem”, ad instar do escuro que traz com a sua chegada a “imprevisibilidade, a incerteza, a incontrolabilidade e, a partir daí, a reminiscência de um perigo e de um medo que foram implantados, subliminar ou diretamente, em nossa psique pelas estórias proporcionadas pelos nossos familiares ou amigos nas noites de lua cheia, pelo cinema, pela televisão etc.”*

Para RUBEM ALVES, em *O médico*:

Comecei o meu pensamento fazendo uma lista das pessoas que, do meu ponto de vista, tiveram uma vida mental rica e excitante, pessoas cujos livros e obras são alimento para a minha alma. Nietzsche, Fernando Pessoa, Van Gogh, Wittgenstein, Cecília Meireles, Maiakovski. E logo me assustei. Nietzsche ficou louco. Fernando Pessoa era dado à bebida. Van Gogh matou-se. Wittgenstein alegrou-se ao saber que iria morrer em breve: não suportava mais viver com tanta angústia. Cecília Meireles sofria uma suave depressão crônica. Maiakovski suicidou-se. Essas eram pessoas lúcidas e profundas que continuarão a ser pão para os vivos muito depois de nós termos sido completamente esquecidos. Mas será que tinham saúde mental? Saúde mental, essa condição em que as ideias comportam-se bem, sempre iguais, previsíveis, sem surpresas, obedientes ao comando do dever, todas as coisas nos seus lugares, como soldados em ordem-unida, jamais permitindo que o corpo falte ao trabalho, ou que faça algo inesperado; [...] Não, saúde mental elas não tinham. Eram lúcidas demais para isso. Elas sabiam que o mundo é controlado pelos loucos e idosos de gravata. Sendo donos do poder, os loucos passam a ser os protótipos da saúde mental. Claro que nenhum dos nomes que citei sobreviveria aos testes psicológicos a que teria de se submeter se fosse pedir emprego numa empresa.¹¹⁵⁶

Discordando também da distinção entre “normais” e “anormais” e, de corolário, entre “belos” e “feios”, “brancos” e “negros”, “não criminosos” e “criminosos”, “punidos” e “impunidos”, resultante *não de causas naturais*, senão de uma imbricação *utilitarista* entre o discurso médico e o punitivo, em *O médico e o direito penal* escrevemos que:

A Medicina, após inventar o patológico, o anormal, apresentou-se como técnica¹¹⁵⁷ inacessível - pois, revela Vera Malaguti Batista, ‘são as influências científicas nos processos biológicos e orgânicos que tornarão a medicina uma ‘técnica política de

¹¹⁵⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 112.

¹¹⁵⁶ ALVES, R. *O médico*. 7. ed. Campinas: Papyrus 2008, pp. 59 a 61. Ver, ainda, CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, *passim*. Ver, também, SZASZ, T. S. *O mito...*, *passim*.

¹¹⁵⁷ Mas, segundo FOUCAULT, M. *Em defesa...*, p. 296: “[...] mediante um poder que não é simplesmente proeza científica, mas efetivamente exercício desse biopoder político que foi introduzido no século XIX [...]”

intervenção, com efeitos de poder próprios”¹¹⁵⁸ -, e única capaz de normalizá-lo, entregando felicidade ao indivíduo. O Direito, por sua vez, com o exercício do poder punitivo, imprescindiu do uso das normas para veicular seu discurso pseudoprotetivo. É dizer, imantados pela presença do Estado, que viu em ambos a vereda confortável que levaria à manutenção e à ampliação da sua posição como dominador, Direito e Medicina convergiram em suas intenções usando, para tanto, o denominador comum da norma que, em última medida, ainda que inconscientemente, repousa na falsa sensação de que não há mais motivo para ter-se medo.¹¹⁵⁹ Aquela relação muita vez espúria, portanto, entre Medicina e Direito explora e se constrói sobre a luta pelo assenhoreamento do saber e do poder sobre o medo.¹¹⁶⁰ Norma para um, como normalização, norma para outro, como normatização, mas, sempre, norma. Essa foi a *ceteris paribus* que possibilitou o conúbio celebrado pelo Estado entre Direito e Medicina, cuja prole mais infeliz foi - e ainda não estaria sendo? -, o positivismo.¹¹⁶¹

E quando GIAMBATTISTA DELLA PORTA, no último quartel do século XVI, ou seja, mais de cinquenta anos depois de Barthélemy Coclèse quase trezentos anos antes do famigerado Cesare Lombroso, descreve: “[Estar] convencido da necessária relação entre o aspecto físico, sobretudo o do rosto, e as qualidades morais dos humanos”¹¹⁶², está ele, ainda que indiretamente, pretendendo, *ilusoriamente*, apresentar as *causas históricas* e, daí, na sua versão, *supostamente “irrefutáveis”*, por onde a “estética biológico-salutar do belo” teria se intrometido na questão criminal, com consequências no “discurso da impunidade”, *ad instar* de Adolf Hitler que se apegou à arte e à “impunidade dos seus críticos” para amplificar o nazismo.

Por outro lado, em *A história da arte*, ERNST GOMBRICH demonstra que: “O problema é que gostos e padrões de beleza variam muitíssimo.”¹¹⁶³

No que foi esposado por GEORG HEGEL que escreveu que “é impossível descobrir uma regra que distinga o que é belo do que não o seja, quer dizer, é impossível formular um critério do belo.”¹¹⁶⁴

Todavia, não sabemos como reagir diante do rotulado como “grotesco” porque para isso não fomos adestrados e, por isso, preferimos afastar o que nos parece “estranho” e

¹¹⁵⁸ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 156.

¹¹⁵⁹ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 153. Ver, também, FOUCAULT, M. *História da loucura...*, pp. 351 e seguintes.

¹¹⁶⁰ Escudando-se em ZAFFARONI, E. R. *Curso de Criminologia*. Rio de Janeiro: UCAM, mimeo, 2000, BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 146.

¹¹⁶¹ GENELHÚ, R. *O médico...*, p. 32.

¹¹⁶² PORTA, G. Della. *De humana physiognomonia*, interpolado por e apud ANITUA, G. I. *Histórias...*, p. 88.

¹¹⁶³ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 20.

¹¹⁶⁴ Ver nota 1066, excluindo a página 16.

“inaceitável” de perto de nós mediante um *mecanismo de transferência em que, percebendo no outro os problemas que são inerentes a nós, e não podendo, não conseguindo, ou não querendo mudá-los em nós mesmos, exigimos que o outro mude ou que se afaste para que ele não continue servindo como espelho evidente dos nossos próprios defeitos e da nossa incapacidade autocorretiva.*

De sorte que nossa *angústia*, produzida pela *frustração* de não conseguirmos mudar nossos próprios defeitos, *terceiriza* nossa responsabilidade em desfavor daqueles que irão *assumir*, com sua idêntica impossibilidade modificativa, *nossa culpa*.

Erre o que eu digo, mas não erre o que eu erro!

Isso é possível porque “na criação de estados psíquicos, a tevê seria *dionisíaca*, por entregar o espectador (telespectador?) a si próprio, pondo-o em contato com o mundo concreto das imagens”¹¹⁶⁵, de forma que a mídia, para manter sua “imparcialidade”, não acusa nossos defeitos, tampouco nos demonstra que estamos procurando nos outros defeitos que são também nossos, e muito menos que os defeituosos são os outros.

Ela, procurando demonstrar sua (falsa) “imparcialidade”, *apenas entrega essa tarefa a nossa arrogância!*

Tudo isso aliado à (sustentada) “incompetência” de o espectador resolver sozinho seu *desespero frenético* que, ao estilo do “parafuso de Arquimedes”, vai acabar renovando, *infindavelmente*, a *rotação estacionada* da própria “sensação de impunidade”.

Como o *bouquet* que exala da bebida que acompanha esse prato midiático é composto de notas que, malgrado pesadas, não possuem um bom fixador, a vinícola fabricante é inspirada a se dedicar a almiscarar uma nova fragrância que será embalada e identificada por outro invólucro.

Levando em consideração que a mídia não tem certeza se o réu será punido *logo* pelas agências endoprocessuais competentes, fica ela divulgando fatos sobre a preparação para o julgamento, o histórico de vitórias (sempre dos promotores), ou derrotas (sempre dos advogados), dos técnicos, o padrão decisório do magistrado (“mão leve ou pesada”), o próprio julgamento, enquanto enfatiza a versão da vítima e, ou, a de sua família e a de supostas testemunhas *relata refero*, bem como a *opinio* de *fast thinkers* que vão desde atrizes e atores que passaram por situação semelhante, ou que conhecem alguém que tenha passado, a policiais aposentados automeados especialistas em segurança pública, em direito penal e

¹¹⁶⁵ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 57.

processual penal, em execução penal e em criminologia, isso quando não se arrogam especialistas em psicologia, psiquiatria, antropologia, sociologia e outras expertises.

Se aquele é julgado *culpado* divulga a mídia *exaustivamente* esse *malogro* do réu e a *infalibilidade* do seu *vaticínio condenatório*, mas, se é *absolvido* enfatiza não a absolvição, mas um comentário que indiretamente a *desqualifique*, embora não a ponto de *inviabilizar definitivamente o reenlace dos seus “negócios” com as outras agências (troca de favores polidactílica)*.

Por isso, frases midiaticamente não temperadas com sal ático do tipo “é por esta razão que neste país os canalhas cometem crimes tão bárbaros”, ou, “é preciso endurecer urgentemente as leis penais”, ou, “de que adianta a polícia prender se o judiciário solta”, posteriores à absolvição, *não são incomuns*.

Divulgando notícias, a princípio, corriqueiras e com capacidade de perturbar apenas as partes interessadas ou afins (“incômodo *inter partes*”), acompanhadas de frases expansivas chocantes ao estilo “um crime que chocou o Brasil”, “ficamos todos chocados”, “um crime que abalou todo mundo”, “um crime que parou a nação” (“transpersonalização sem procuração com incômodo *erga omnes*”), acaba a mídia produzindo o elenco daqueles que vão interpretar os papéis¹¹⁶⁶ de “inimigos” do sistema.

Com esse *casting*, alegoricamente consegue ela converter o trivialmente inosso em espetacular e o insolitamente específico em genérico.

Explorando sensacionalmente o improvado como sensacional, permite a mídia que o espectador transfira sua angústia, derivada dos seus próprios defeitos, frustrações e erros, artificialmente vinculados às situações malogradas¹¹⁶⁷, para as personagens que estilizarão os papéis de “inimigos”, fato¹¹⁶⁸ expiatório da nossa insatisfação conosco e da nossa incompetência para a autoalteração, para a alteralteração ou para a modificação da conjuntura danosa.

Interrompida a elaboração da sua dor, própria ou solidária, estaciona ele no papel de vítima-herói, propriamente ou por usurpação, desaguando torrencialmente sua angústia infindável quase sempre na culpabilização, incompetente¹¹⁶⁹ e desautorizada, do próximo, espacial e temporalmente acusado como “responsável”.¹¹⁷⁰

¹¹⁶⁶ Sobre isso, e criticando Robert Merton, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 175-176. Na fonte, ver MERTON, R. K. *Sociologia...*, pp. 52, 54, 56, 186-187, 264 a 266, 388, 407 a 410 e 459-460.

¹¹⁶⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 321.

¹¹⁶⁸ Ver nota 518.

Quase todos os demais, impedidos de confrontarem sua dor, a não ser sob pena de *indolência, insolência, inclemência e insensibilidade*, são “convidados” a acompanharem-na.¹¹⁷¹

Assim, formata-se o “bom senso” em torno do senso comum que envolve a “impunidade”.

No período que compreende o final do século XIX e o começo do XX, aparece o *pós-impressionismo*, corrente artística que, desviando-se, em certa medida, do *impressionismo*, que visava “à criação de uma réplica ainda mais perfeita da impressão visual”¹¹⁷², “brilhante, mas confusa”¹¹⁷³, pugnava, inicialmente com Paul Cézanne¹¹⁷⁴, e depois com Vincent Van Gogh e com Paul Gauguin, pela busca da “sólida simplicidade e do perfeito equilíbrio”¹¹⁷⁵, não lhes importando que a natureza, para isso, tivesse que ser distorcida nalguns detalhes menos importantes, embora esse não fosse um propósito deliberado.¹¹⁷⁶

Antecipando, em parte, a mídia, “Cézanne não se propunha criar qualquer ilusão. O que ele queria era transmitir a sensação de solidez e profundidade, e descobriu que podia fazê-lo sem recorrer ao desenho convencional.”¹¹⁷⁷

Junto dele, e de maneira ainda mais pronunciada, Vincent Van Gogh

[...] não estava principalmente interessado na representação correta. [...] Usou [usava] cores e formas para transmitir o que sentia em relação às coisas que pintava e o que desejava que outros sentissem. Não se importava muito com o que chamava de ‘realidade estereoscópica’, ou seja, a reprodução fotograficamente exata da natureza. Exagerava e até mudava a aparência das coisas, se isso se adequasse ao seu propósito.¹¹⁷⁸

¹¹⁶⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 336.

¹¹⁷⁰ *Mutatis mutandis*, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 83. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 321-322.

¹¹⁷¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 321.

¹¹⁷² GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 536.

¹¹⁷³ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 539.

¹¹⁷⁴ GOMBRICH, E. H. *A história...*, pp. 538-539.

¹¹⁷⁵ GOMBRICH, E. H. *A história...*, pp. 538-539.

¹¹⁷⁶ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 544.

¹¹⁷⁷ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 544.

¹¹⁷⁸ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 548.

Ainda que por motivos diferentes, Paul Cézanne e Vincent Van Gogh “deram o passo importante de [para] abandonar deliberadamente a finalidade da pintura como ‘imitação da natureza’.”^{1179,1180}

Ao contrário deles, que abandonaram “a esperança de que alguém prestasse atenção às suas obras [...] [trabalhando] porque tinham de fazê-lo”¹¹⁸¹, conta a mídia, ao *(re)inventar* ou *(re)interpretar* a realidade da “impunidade criminógena”, exatamente com o aumento da audiência, da videoência e, de consequência, dos seus lucros.

Essa *nova técnica*, a midiática, tem incessantemente confirmado Paul Gauguin e sua acreditação “de que a arte corria o perigo de se tornar leviana e superficial, [e] de que todo o engenho e conhecimento acumulados na Europa tinham privado os homens do maior dos dons: o vigor e a intensidade dos sentimentos, e um modo direto de expressá-los.”¹¹⁸²

Aliciando-nos a falar ventriloquamente, é dizer, *através da sua boca*, consegue a mídia realizar, em toda medida, o *expressionismo*, corrente artística que, indo de alguns poucos anos antes da I Guerra Mundial até, de maneira não estanque, o início da II, surge e se destaca na Alemanha mediante a inauguração de uma arte que refletia *a angústia, a aflição, a ansiedade e a agonia*.

Numa de suas cartas, Van Gogh explicou como se dispôs a pintar o retrato de um amigo de quem gostava muito. A semelhança convencional foi apenas a primeira etapa. Tendo pintado um retrato ‘correto’, passou depois a alterar as cores e o cenário: *Exagerei a cor clara do cabelo, usando laranja, cromoe amarelo-limão, e por trás da cabeça não pinte a parede do quarto mas o Infinito. Fiz um fundo simples com o azul mais rico e intenso que a paleta era capaz de produzir. A luminosa cabeça loira destaca-se misteriosamente desse fundo azul-forte como uma estrela no firmamento. Lamentavelmente, meu caríssimo amigo, o público apenas verá nesse exagero uma caricatura - mas o que nos importa isso?*¹¹⁸³

Para ERNST GOMBRICH:

Van Gogh estava certo em dizer que o método por ele escolhido podia ser comparado ao do caricaturista. A caricatura sempre foi ‘expressionista’, pois o caricaturista joga com as parecenças de sua vítima e as distorce para expressar justamente o que sente a respeito dela. Enquanto essas distorções da natureza navegaram sob a bandeira do humor, ninguém as considerou difíceis de entender. A arte do humor era um campo em que tudo se permitia, porque as pessoas não a encaravam com os mesmos preconceitos reservados à Arte com A maiúsculo. Mas a ideia de uma caricatura séria, de uma arte que deliberadamente muda a aparência das

¹¹⁷⁹ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 548.

¹¹⁸⁰ GOGH, V. van. *Cartas...*, p. 119: “[...] se disséssemos a Paul Véronèse: pinte-me uma bela mulher loira cuja pele tenha este tom [cinza e sujo do chão], ele a pintaria, e a mulher *seria uma loira em seu quadro*.”

¹¹⁸¹ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 548.

¹¹⁸² GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 550.

¹¹⁸³ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 564. Na fonte, GOGH, V. van. *Cartas...*, pp. 243-244.

coisas, não para expressar um sentido de superioridade mas talvez um sentimento de [...] medo, revelou-se de fato um estorvo, como Van Gogh previra. Contudo, nada existe de incoerente nisso. É a pura verdade que os nossos sentimentos diante das coisas emprestam cor ao modo como as vemos e, ainda mais, às formas que recordamos. Todos nós teremos experimentado como um mesmo lugar parece diferente quando estamos alegres e quando estamos tristes.¹¹⁸⁴

Cambiando em vísceras, consegue a mídia, aguçando nossos *medos culturalizados*, plantados precocemente em nossa psique mediante mensagens subliminares, explorar *perversa* e *caricatamente* a aparência da “impunidade criminógena” simplesmente refletindo-a na aparência do “criminoso” e na aparência do “crime”, transformando, com isso, uma “sensação subjetivada” em uma “realidade objetivada”.

Nesse tom, subverte a mídia o *expressionismo* que pretendia, em última medida, “enfrentar os fatos nus e crus da existência, e expressar sua compaixão pelos deserdados da sorte e pelos feios”¹¹⁸⁵.

A tentativa *expressionista* de “evitar qualquer detalhe que sequer sugerisse boniteza e polimento, e chocar o ‘burguês’ em sua complacência real ou imaginada”¹¹⁸⁶ é, então, desviada para um efeito colateral contrário, qual seja, aquele em que a *feiura* e a *impolidez* passam a ser a tônica que desafiará, abalroando de frente, os “direitos” dos dominantes (neoburgueses) contra os direitos dos dominados, *nunca considerados suficientemente punidos*.

Invejando a litografia *O grito*, que Edvard Munch burilou em 1895, pretendendo “expressar como uma súbita excitação transforma todas as nossas impressões sensoriais”¹¹⁸⁷, provoca a mídia, *pornograficamente*, nossa psique que passa a desejar, *sadicamente*, a *neutralização* (função de prevenção especial negativa da pena) de todos os que “incomodam”, meramente rascunhando-os como “impunes”.

A mídia, *inacreditável* e *inaceitavelmente*, consegue “compatibilizar” o que deveria ser *inconciliável*, é dizer, a *dolorosa* dicotomia entre o *afeamento* e a *ideologização*.

Que o caricaturista mostre a fealdade do homem é ponto pacífico; feitas as contas, é esse o objetivo do seu trabalho. Mas que homens que pretenderam ser artistas sérios esqueçam que, se tiverem de alterar a aparência das coisas, devem idealizá-las e não as enfeiar, foi algo profundamente doloroso.¹¹⁸⁸

¹¹⁸⁴ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 564.

¹¹⁸⁵ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 566.

¹¹⁸⁶ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 566.

¹¹⁸⁷ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 564.

¹¹⁸⁸ GOMBRICH, E. H. *A história...*, p. 564.

Pautada por três padrões editoriais ordenados pela: a) *sensação*, que “faz com que apenas os ângulos espetaculares dos assuntos considerados dignos de interesse sejam abordados”¹¹⁸⁹; pelo b) *sucesso*, pois, entendido “como personagem, o *povo* (em seu conceito político: a população menos as elites) está ausente das páginas das revistas de luxo, a não ser: [...] quando representa ameaça à ordem (crime, greve, inquietações sociais)”¹¹⁹⁰; e pelo c) *relaxamento*, que visa ao “entretenimento do espectador”, procurando “sempre [...] liberar-lhe os sentidos, evitando ‘tormentos’ intelectuais”¹¹⁹¹, é que a mídia consegue “atingir o leitor em seus tempos mortos com relação ao trabalho, proporcionando-lhe horas de entretenimento evasivo”¹¹⁹².

De tudo isso, surgiria “uma tendência à passividade, que certos psicanalistas veem como condutora do adulto a um estágio ‘oral’ semelhante ao do bebê alimentado por sua mãe.”¹¹⁹³

É por coisas assim, ou seja, porque é “do jeito que a passividade faz a cama, [que ela] nela se deita”¹¹⁹⁴, e porque no *script* existem interpretáveis anotações nas entrelinhas (teoria dos cacos¹¹⁹⁵), que acreditamos que *a mídia produz, em pequena medida, ora uma (re)invenção, e, em grande medida, ora uma (re)interpretação da realidade ansiada pelos espectadores!*

Para JEAN BAUDRILLARD:

[...] a televisão o fez, porque nós o quisemos. Inútil acusar as potências midiáticas, as potências do dinheiro, até mesmo a estupidez do público para dar lugar à esperança de que haveria uma alternativa racional a essa socialização integral, técnica e experimental, com a qual nos comprometemos e que resulta no encadeamento automático dos indivíduos em processos consensuais sem recurso.¹¹⁹⁶

A quem duvidar basta perguntar a um artista de telenovela que interprete um vilão “impunido” quantas vezes ele, confundido com sua personagem, já foi ofendido na rua.

¹¹⁸⁹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp 46-47.

¹¹⁹⁰ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 47.

¹¹⁹¹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 48.

¹¹⁹² SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 46.

¹¹⁹³ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 60.

¹¹⁹⁴ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 162.

¹¹⁹⁵ Improvisação, geralmente textual, pelo(a) ator(atriz).

¹¹⁹⁶ BAUDRILLARD, J. *Telemorfose*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pp. 42-43.

Quando dizemos que a mídia, geralmente, não inventa a realidade, embora ela, reiteradamente, a *reinterprete* a seu modo, queremos dizer que ela a *mimetiza* apenas *externamente* - haja vista que não é a mídia que (sempre) inventa o “crime”, não é a mídia que (diretamente) cria as péssimas condições dos presídios, não é a mídia que concede (permite) os benefícios aos encarcerados (indulto, graça, anistia, livramento condicional), não é a mídia que (sempre) estabelece a “cifra oculta”, tampouco é ela que frustra (diretamente) a megalomaniaca programação criminalizadora primária-, porque *internamente* ela a *perverte* adequando-a a seus interesses como se aquele animal que copia o outro o fizesse não pensando em adquirir a “boniteza” estética dele, o que lhe é inútil, mas em atrair a sua presa, surpreendendo-a.

Nesse contexto, e muito provavelmente não somente nele, o provérbio capiau literalizado por JOÃO ROSA estaria correto porque, dentro da lógica midiático-mercadológica, o: “Sapo não pula por boniteza, mas porém por percisão.”¹¹⁹⁷

Embora não seja a mídia a responsável pela distância entre a programação criminalizadora primária e a criminalização secundária, tampouco seja ela a responsável pela “cifra oculta” ou pela “taxa de atrito”, infelizmente é a ela que tem *competido* (usurpação de competência) *interpretar* esse afastamento prático como “impunidade”.

Também, embora não seja a mídia a responsável pela concessão de benefícios aos presos, a ela tem *cabido interpretá-la* como incentivo à “impunidade”.

Ainda, embora não seja a mídia a responsável pela criminalização (invenção do “crime”), a ela tem *competido* a *interpretação* do “crime” como uma “invenção” do “criminoso”, que teria “cedido à sugestão incentivadora da impunidade”.

De sorte que, embora a mídia *imite* (*finja imitar*) *externamente a realidade* quando noticia que Beltrano, Cicrano ou Fulano, apesar de condenado a 25 anos de prisão por crime hediondo, “sairá”, se primário, depois de cumprir “apenas 10 anos” (²/5 - artigo 2º, § 2º, da Lei n. 8.072/90), porque é justamente isso o que acontecerá se não houver intercorrências, ela também, por outro lado, *interpreta-a* tendenciosamente em favor da demonstração de que esse cumprimento da pena “a menor” é uma característica da “impunidade” e um dos principais motivos dela existir.

Ou seja, é ela quem dá a entender e sugere ao espectador (criminalizável ou não), e por que não, *ao próprio condenado*, que o *cumprimento* de “apenas 10 anos” de condenação é o

¹¹⁹⁷ ROSA, J. G. A hora e a vez de Augusto Matraga. In _____. *Sagarana*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 339.

grande motivo dele “reincidir”, porquanto esse “curto período” de tempo imprime em sua psique a “certeza da impunidade”.

Ocorre que essa *interpretação*, embutida em uma *embalagem real e palpável*, parte de um pressuposto *equivocado*, qual sendo, o de que 10 anos de privação de liberdade, nas cadeias brasileiras, *não é pouco!*

E a interpretação contrária é absurda porque 10 anos convivendo com *insuportáveis* e *indignas* condições significa *tempo demais* de destituição do convívio social (teoria da regressão), *tempo demais* de supressão de oportunidades como acesso à educação e ao emprego, e *tempo demais* de exposição à deterioração indelével, ou seja, tempo demais de *acesso negado* aos “meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas [...] [obrigando os desviados,] em razão dessa negação, [...] a necessariamente desenvolver rotinas ilegítimas”.¹¹⁹⁸

A rigor, não é que o cumprimento de “apenas” *dois quintos*, como no exemplo, ou de “ao menos” *um sexto*- (leis penais não hediondas - artigo 112, da LEP) -, da pena seja o fator motivador da “certeza da impunidade”. É que a mídia, precisando se apegar a alguma desculpa para se manter, *arrefecidamente*, na pauta áudio-visual do espectador utiliza, após a condenação (“congelamento da impunidade”), a *impunização* como *ignição (efeito Leidenfrost)* para a *queima (nitrogeniamente líquida)* do seu *combustível biológico* (o estereótipo do “impune”).

Indiferentemente, portanto, *realização* da interpretação e, ou, *interpretação* da realidade.

Todavia, há pesquisadores que contestam esse entendimento:

Himmelweit substituiu a perspectiva dos efeitos pela das funções e procurou descobrir não o que a televisão fazia à criança, mas o que esta fazia com a televisão, como selecionava os canais *etc.* Não há provas concludentes sobre uma passividade do telespectador em grau maior que a de um leitor de livro, por exemplo. O que acontece com os veículos audiovisuais (e aí estão juntos o rádio e a televisão [e a internet] é que favorecem, mais do que os veículos escritos, os processos de *projeção* (o receptor desloca as suas pulsões para os personagens do vídeo), *identificação* (o receptor torna-se inconscientemente idêntico a um personagem no qual vê qualidades que gostaria ou julga que lhe pertençam) e *empatia* (conhecimento que o receptor tem do comunicador, colocando-se mentalmente em seu lugar). Jean Cazeneuve admite, com Cohen-Séat, que ‘todo espetáculo pode suscitar fenômenos de projeção e identificação. O equilíbrio do espectador, cujo ego é momentaneamente apagado pelo fenômeno, é restaurado pelo contato com a realidade’. Ora, a tevê, numa reportagem, por exemplo, corria o receptor frente a uma mensagem que seria, em última análise, um objeto, realidade. Mas, pergunta-se Cazeneuve, ‘seria preciso saber se as técnicas de difusão não agem tanto sobre o objeto quanto sobre o sujeito’.¹¹⁹⁹

¹¹⁹⁸ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 45.

Ocorre que o grande problema dessa contestação está em que o equilíbrio do espectador, cujo ego é momentaneamente apagado pelo fenômeno espetacular, “não é” restaurado pelo contato com a realidade, porquanto essa, seduzida pela mensagem hipnótico-midiática sobre a “impunidade”, acaba por repetir, interpretadamente, o seu “discurso criminógeno amedrontador” no cotidiano das pessoas (vida real), mantendo aquele desequilíbrio.

Desse modo, divulgando a mídia a “impunidade criminógena” como uma “verdade inconteste”, passam os atores da vida real a interpretá-la conforme o *script* fornecido, cujas atuações, mais tarde, através do *desvio secundário*, servirão de modelo para a entrada em cartaz de novas peças que antecipadamente dirão estar apenas “representando a realidade (baseadas em fatos reais)”.

Uma vez acusado pela mídia de haver sido “beneficiado com a impunidade” passam os policiais, os promotores, os magistrados, as pessoas em geral a encará-lo (e a seus clones), como alguém realmente “impune”, servindo ele de exemplo, mais tarde, como “modelo-manequim” de uma “impunidade” que deve ser indesejada por todos que, acreditando enxergar no ato de outrem a imitação do seu, estender-lhe-ão a acusação de haver atuado em razão da “certeza da impunidade”, fazendo-o aparecer em breve no noticiário do próximo jornal, reiniciando o ciclo.

É assim, no que diz respeito ao tema da “impunidade”, que o contato com a realidade não nos permite recobrar o equilíbrio perturbado pela mídia.

E esta literal “lavagem cerebral”, no sentido de alimentar o cérebro com imundícies, com porcarias, ocorre desde a infância do espectador.

O Ministério da Justiça, por exemplo, veiculando propaganda advertindo os pais sobre o tipo de programação que os respectivos filhos veem, apresenta uma animação onde um boneco, imitando fisicamente uma criança, ao assistir um suposto programa inadequado na televisão, adere a seu rosto uma máscara e empunha uma serra elétrica que remete, porque utilizada como instrumento de dilaceração de brinquedos dispostos sobre a mesa à sua frente, a um assassino com “personalidade dissocial ou antissocial” personagem de uma determinada franquia cinematográfica nomeada cabalisticamente com um dia da semana combinado com outro dia do mês (sexta-feira 13).¹²⁰⁰

¹¹⁹⁹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 60-61.

¹²⁰⁰ Ver <<http://www.youtube.com/watch?v=BIhm0KNsRCE>>. Acesso em: 23 set. 2013.

A despeito de se tratar de uma propaganda envolvendo “censura” programática a certas idades, ela, em vez de ser veiculada em horário compatível com (a inaudiência dessas) essas, é exibida em qualquer momento, viabilizando, portanto, sua assistência por qualquer criança, de qualquer faixa etária, incluída a mais baixa.

Além disso, o seu conteúdo demonstra *claramente* que o próprio Ministério da Justiça acredita no *poder incentivador* dos programas midiáticos, pois a mensagem transmitida dá a entender que a referida criança embonecada, *ad instar* do que fará a verdadeira, imita na sua “vida real” o que ela está assistindo.

Embora isso não signifique que a interpretação propagandeada do Ministério da Justiça tenha o poder de converter o que ele afirma em “verdade incontestável”, ou seja, não é só porque ele acredita nessa capacidade incentivadora da mídia que ela exista, isso claramente explicita para o espectador, sobretudo o de tenra idade¹²⁰¹, que “é nisso que ele, espectador, deve acreditar!”

Seguindo JEAN BAUDRILLARD, *metaforicamente* podemos dizer que:

Os que negam o poder de condicionamento da publicidade (dos *mass media* em geral) não apreenderam a lógica particular de sua eficácia. Não mais se trata de uma lógica do enunciado e da prova, mas sim de uma lógica da fábula e da adesão. Não acreditamos e todavia a mantemos. No fundo, a ‘demonstração’ do produto não persuade ninguém: serve para racionalizar a compra que de qualquer maneira precede ou ultrapassa os motivos racionais. Todavia, sem ‘crer’ neste produto, *creio na publicidade que quer me fazer crer nele*. É a velha história do Papai Noel: as crianças não mais se interrogam sobre a sua existência e jamais a relacionam com os brinquedos que recebem como causa e efeito - a crença no Papai Noel é uma fabulação racionalizante que permite preservar na segunda infância a miraculosa relação de gratificação pelos pais (mais precisamente pela mãe) que caracterizara as relações da primeira infância. Esta relação miraculosa, completada pelos fatos, interioriza-se em uma crença que é o seu prolongamento ideal. Esse romanesco não é artificial pois se funda no interesse *recíproco* que as duas partes têm em preservar essa relação. O Papai Noel em tudo isso não tem importância e a criança só acredita nele porque no fundo não tem importância. O que ela consome através desta imagem, desta ficção, deste *alibi* - e em que acreditará mesmo quando deixar de crer - é o jogo da miraculosa solicitude dos pais e as cautelas que tomam para serem cúmplices da fábula. Os presentes somente sancionam tal compromisso. A operação publicitária é da mesma ordem. Nem o discurso retórico, nem mesmo o discurso informativo sobre as virtudes do produto têm efeito decisivo sobre o comprador. O indivíduo é sensível à temática latente de proteção e de gratificação, ao cuidado que ‘se’ tem de solicitá-lo e persuadi-lo, ao signo, ilegível à consciência, de em alguma parte existir alguma instância (no caso, social, mas que remete diretamente à imagem da mãe) que aceita informá-lo sobre seus próprios desejos, preveni-los e racionalizá-los a seus próprios olhos. Portanto ele não ‘acredita’ na publicidade mais do que a criança no Papai Noel. O que não o impede de aderir da mesma forma a uma situação infantil interiorizada e de se comportar de acordo com ela. Daí a eficácia bem real da publicidade, segundo uma lógica que, apesar de não ser a do condicionamento-reflexo, não é menos rigorosa: lógica da crença e da regressão.¹²⁰²

¹²⁰¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 128.

¹²⁰² BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, pp. 175 a 177.

De sorte que mesmo quando não são reais as consequências, passam elas a serem “reais” quando as interpretamos ou quando somos incentivados a interpretá-las como “reais” (teorema de Thomas).

Agora já é hora de discorrermos sobre a *impunização sensacional* e sobre a *impunização sensacionalista*.

A *impunização sensacional* diz respeito à *quantificação* que *maquia* os números reais envolvidos no discurso do senso comum corrente à boca miúda.

Dependendo da maneira com que o ruído¹²⁰³ interfere no discurso verdadeiro sobre a “impunidade”, ele o incomoda a ponto de apresentá-lo com uma dimensão muito superior à que ele possui e em uma dimensão muito acima da que ele ocupa.

Para tanto, procura a mídia repetir as técnicas da publicidade “reduzindo ao máximo a taxa de interpretabilidade dos signos”¹²⁰⁴, conseguindo vender gato, quando é a lebre que está sendo anunciada, ou conseguindo fazer com que a função “criminógena da impunidade”, *delivery* via cabo ou sinal, malgrado tratar-se de uma *venda a contento*, não seja devolvida nos sete dias permitidos ao consumidor ativo¹²⁰⁵, que se dá por satisfeito!

Vinculados indiretamente a números absurdos como os relativos à “cifra oculta”, à “taxa de atrito” e à “reincidência”, que revelam não a “certeza da impunidade”, senão, respectivamente, *a seletividade descontrolada do sistema* e *a falência do programa “(re)socializador”*, a “manutenção” e o “crescimento” da “impunidade”, a reboque, fingem parecer prenunciar a escatologia se não forem equacionados.

A rigor, a seletividade pode ser atacadista e subsidiária ou varejista e fragmentária.

A seletividade atacadista e subsidiária acontece quando o legislador escolhe quais condutas e quais pessoas serão criminalizadas.

Nesse caso, a seletividade atacadista e subsidiária se dá de maneira vertical.

Especialmente, a seletividade atacadista e subsidiária vertical acontece quando o legislador opta por camufladamente criminalizar “somente” as condutas das pessoas que seguem um padrão diferente da classe dominante, seja moralmente, seja financeiramente, seja intelectualmente, seja socialmente, seja profissionalmente, seja fisicamente, seja “racialmente”, seja indumentariamente, ou que contra ela se sublevam, ao invés de, também,

¹²⁰³ BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 114-115.

¹²⁰⁴ PINTO, J. *O ruído...*, p. 25.

¹²⁰⁵ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 484 e seguintes.

criminalizar as condutas das pessoas que ocupam as classes dirigentes, independentemente do que elas façam ou deixem de fazer, do que elas sejam, ou deixem de ser.

Já a seletividade varejista e fragmentária acontece no instante em que as demais agências do sistema penal, que não a legislativa, “elegem”, dentre os criminalizados, quem elas irão acusar, perseguir, prender, acionar em juízo, condenar e, ou, executar.

Nesse caso, a seletividade varejista e fragmentária se dá de maneira horizontal.

O descompasso entre a *seletividade atacadista e subsidiária*, cuja programação é *megalomaníaca*, e a *seletividade varejista e fragmentária*, cuja estrutura é *reduzidíssima*, influencia *mais* ou *menos* o “discurso da impunidade” conforme se analise a questão sob o ângulo da *verticalidade* ou sob o da *horizontalidade*.

A diferença absurda na ou a exclusividade da escolha das condutas dos *dominados* em relação aos dominantes (verticalização), acaba por *vincular* e por *limitar* o espaço decisório da *seletividade* subsequente (horizontalização) que, contando com uma capacidade estrutural *ridícula*, precisará (poderá) “eleger” apenas alguns poucos milhares dentre milhões de “escolhidos” que, ao final da conta, serão (*re*)etiquetados como “impunes”.

Por outro lado, uma maior aproximação entre *dominados* e *dominantes* quando da *seletividade atacadista e subsidiária vertical*, seja *diminuindo* o número daqueles, seja *aumentando* a participação destes, não resolveria a questão da vinculação limitativa da *seletividade horizontal varejista e fragmentária* que continuaria espremida dentro de sua apertada estrutura, com reflexos provavelmente inofensivos (manutenção dos índices de impunização), *embora também indesejados* (eventual aumento da taxa de encarceramento), à redução do “discurso da impunidade”. E, justamente porque o sistema procuraria uma forma de *recrudescer*.

Em igual medida, um aumento da *arquitetura* e da *engenharia* da *seletividade varejista horizontal fragmentária*, independente da manutenção, do aumento, ou da *modificação qualitativa* da criminalização primária, somente aproximaria o megalomaníaco programa selecionador *vertical atacadista subsidiário* dos seus *mórbidos* objetivos, *expandindo perigosamente* o poder punitivo, ainda que com redução da *impunização*.

Não se pode nessa conta esquecer da “seletividade informal” exercida pelas agências desburocratizadas como a mídia, as instituições de ensino, as empresas privadas, as corporações militares etc. porque, *além de criticarem a “impunidade” alheia, inclusive nos casos em que “houve punição”, restabelecendo-a, “resolvem” elas a “criminalidade” dos seus membros igualmente “suspendendo” o conflito até que ele evapore com o tempo (para depois se recondensar), o que permite, enquanto isso não acontece, a deambulação*

fantasmagórica de uma certa quantidade de “impunidade inconfessa” contida a sete chaves dentro do seu circuito.

Como *seletividade* (que, indiretamente, sob a versão da *impunização*, é uma “culpa corretora bem-vinda do sistema”) não equivale, *pleonasticamente*, a “impunidade” (etiquetamento que revela a passagem da consideração dela como *consequência* do desajuste entre as agências para o entendimento de que é ela uma *causa criminógena* promovida [repetida] pelo “criminoso” seduzido), nem mesmo a redução drástica daquela é capaz de mitigar, *realisticamente*, esta, conduzindo-a a termos não só *insatisfatórios*, mas, sequer *possíveis e aceitáveis*.

Já a *impunização sensacionalista*, sobretudo a advinda dos *mass media*, é aquela que se assenta sobre a “impunidade” considerando-a um tema “grotesco-pirotécnico”.

Mas, o que seria a “impunidade pirotécnica grotescamente” veiculada?

5.2 A influência da estética do belo artístico na impunização sensacionalista

Cada momento e cada povo valorizam uma determinada *estética*, seja trágica, dramática, melodramática¹²⁰⁶ etc.

No documentário *a Arquitetura da destruição*, o sueco PETER COHEN, relacionando o “mau gosto” com a frustração artística de Adolf Hitler com a sua excentricidade ambiciosa em superar a obra de Wilhelm Wagner, demonstra como foi possível ao nazismo convencer o povo alemão simplesmente (mal) usando a pintura, a escultura e a arquitetura como desculpas para uma hecatombe.¹²⁰⁷

É dizer, serviu a “arte” como desculpa *caricatural* para a *avant-première* do “bode expiatório”, esse *catalisador involuntário* que seria eleito como “inimigo” da nação e do povo alemão.¹²⁰⁸

Avizinando-se do “cômico, do caricatural e mesmo do monstruoso”¹²⁰⁹, para JEAN ONIMUS o “grotesco” é “um estado ‘segundo’ de consciência, essencialmente crítico [...] [ou

¹²⁰⁶ Nesse sentido, SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 72.

¹²⁰⁷ Embora com consequências nitidamente diversas, GOGH, V. van. *Cartas...*, p. 266: “[...] já então eu percebia muito bem as relações que existem entre nossas cores e a música de Wagner.”

¹²⁰⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 373 e 376.

¹²⁰⁹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 72.

seja, é] uma reflexão sobre a vida, nascida de uma comparação entre as coisas ‘tais como são em profundidade e tais como nos aparecem em superfície.’”¹²¹⁰

Em outros vocábulos, seria o “grotesco”

[...] um olhar acusador que penetra as estruturas até um ponto em que descobre a sua fealdade, a sua aspereza. A essa altura, o real antes tido como belo pode começar a fazer caretas, o pesadelo pode tomar o lugar do sonho. Uma máscara negra, um monstro gótico, obras de profunda inspiração artística, podem situar-se na categoria do grotesco.¹²¹¹

Adjetivo pejorativo (“grotesco”) que em nossa realidade marginal latino-americana obedece à teoria *apocalíptica*, assumindo a sobrepredicação do “grotesco escatológico” denunciado por MUNIZ SODRÉ.

Para ele,

[...] aqui, o ethos é de puro mau-gosto. Por quê? Porque o valor estético de crítica e distanciamento é anulado por uma máscara construída com falsa organicidade contextual. O grotesco (em todos os seus significantes: o feio, o portador da aberração, o deformado, o marginal) é apresentado como signo do excepcional, como um fenômeno desligado da estrutura de nossa sociedade - é visto como o signo do *outro*. A intenção do comunicador é sempre colocar-se diante de algo que está entre nós, mas que ao mesmo tempo é exótico, logo sensacional. [*sic*]¹²¹²

Amparando-se na estética artística do “belo”, do “harmônico”, do “sinuoso”, do “simétrico”, *mutatis mutandis* comete o sistema penal brasileiro erros *desonestos* semelhantes aos cometidos pelo nacional-socialismo.

Depois de estabelecer *plasticamente* quem é “bonito”, quem é “saudável”, quem é “limpo”, quem é “educado”, quem é “apto ao trabalho”, seja através das telenovelas, seja através dos modelos fotográficos, seja através dos manequins estáticos, seja através dos garotos e garotas-progadandas, quase todos privilegiando o *padrão “branco”, com íris colorida, cabelo louro, corpo atlético e asseado*, já “pode” o sistema penal *perseguir, neutralizar e manipular* quem não se enquadra nesse *standart* ideal, seja *indiretamente*, mantendo-os em seus estereótipos *históricos* mediante *permanências* divisórias sociais *classistas* ou “*racistas*”, como quando se atribuem aos “afrodescendentes” somente papéis (cooleyanismo da ecologia chicaguiana¹²¹³) de motorista, “empregada doméstica”, jardineiro, segurança, vigilante, domiciliado em favela, “criminoso”, “malandro”, “vadio”, “residente de rua”, seja *diretamente* quando, partindo de estereótipos *originais* (seletividade primária), e

¹²¹⁰ Jean Onimus *apud* SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 72.

¹²¹¹ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 72-73.

¹²¹² SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 73.

¹²¹³ Sobre o que isso significa, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 150 e seguintes.

não, naturais, considera “impunes” (seletividade secundária) os escolhidos que conseguiram ou têm conseguido “*frustrar*” os interesses do sistema penal, *perpetuando discriminações “raciais” e sociais crônicas sob outros formatos*.

Para obter a adesão punitivista da população descortina o sistema penal suas táticas de “caça” vazadas, por exemplo, sob a *retórica* de frases do tipo “a caçada ao suspeito é incessante” e “o criminoso foi caçado até ser morto pela polícia que apenas se defendeu dos seus tiros”, *estrategicamente* veiculadas quase sempre após a divulgação de um “crime violento de sangue” ou logo depois da descoberta de um “crime praticado por um figurão”, pois nessa *época* é possível confiar mais *seguramente* na imprescindível *mobilização* da população que, “aterrorizada” e *emulsionando* o caldo punitivo, irá concordar mais *facilmente* com o “endurecimento das leis”, com “a retração dos direitos dos presos”, com “as execuções parapoliciais sumarizadas”, com as “execuções policiais sumárias”, com “o armazenamento olvidado dos encarcerados”, com “a prática da tortura probatória”, com “o enaltecimento do policial macho” e com o “discurso da impunidade criminógena”.

Porque toda categorização enseja hierarquização é que o sistema penal, considerando os disformes e os desconformes aos interesses asséptico¹²¹⁴-punitivistas meros animais e não seres humanos, consegue privilegiar o “belo” em detrimento do “feio”, o “certo” em detrimento do “errado”, o “cidadão” em detrimento do “inimigo impune”, pois é isso que permitirá, segundo ele, a “sadia manutenção do organismo social”.

Considerados “animais”, “podem” eles ser *enjaulados* para pura diversão até dos que não adquiriram entradas para esse *zoológico dos horrores* (e não, “de” horrores!), montado para ser um “espetáculo para sádicos” que *impassivelmente* o assistem, ou “podem” mesmo ser *mortos*, quando o excesso de sua população, “perigoso ao equilíbrio do ambiente”, abrir a “temporada de caça” (dardanismo social).

5.3 A permanência da impunização e a impunização dos punidos

As *permanências* pertinentes ao “discurso da impunidade”, que insistem em *atualizá-lo* através de um “discurso salvacionista” *imposto*¹²¹⁵, podem ser encontradas, por exemplo, em uma campanha divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretendendo aumentar a “empregabilidade” dos egressos do sistema carcerário.

¹²¹⁴ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 161.

¹²¹⁵ Sobre o “salvacionismo”, ver RIBEIRO, D. *O povo...*, pp. 64-65.

Com o *slogan* “quem já pagou pelo que fez merece a chance de começar de novo”¹²¹⁶, aquele Conselho pleiteia a todos os *empregadores, órgãos públicos esociedade civil* que forneçam *postos de trabalho e cursos de capacitação profissional* para presos e egressos do sistema carcerário, ou seja, roga que lhes deem uma chance, que aceitem empregá-los, ou que os capacitem para o trabalho.

Quanto a isso parece oportuno dizer duas coisas.

Uma é que o poder público, ao pleitear ao setor privado o conserto dos defeitos e dos erros crônicos que ele (Estado) vem cometendo, exporta-lhe uma responsabilidade que era e deveria continuar sendo sua (artigo 6º, *caput*, da CRFB/88).

Mas, em que consistem esses erros e esses defeitos crônicos?

Em uma economia predatório-canibalista como a nossa - onde pouquíssimos ganham e muitíssimos perdem, onde o índice de desemprego, embora comparativamente esteja historicamente mais baixo, ainda é absurdamente alto (5,7%)¹²¹⁷, onde muitos que tentam ingressar no mercado de trabalho não conseguem qualquer qualificação prévia, onde o sistema penal colérico não cumpre a sua promessa de “(re)socializar” os que ele encarcera, embora tenha usado essa finalidade como desculpa para a privação da liberdade -, consistem eles em ter o Estado uma altíssima participação omissivo-negativa funcional na medida em que admite a neoliberalização da sua economia, inclinando a cabeça diante dos países centrais e para o sistema financeiro internacional, na medida em que não providencia a erradicação da pobreza e a igualização das oportunidades, eliminando a diferença rentária, na medida em que não promove uma educação decente para as crianças e jovens, sobretudo valorizando adequadamente os professores, na medida em que não aumenta a quantidade de postos de trabalho através de políticas governamentais sérias e na medida em que a “(re)socialização” é apenas uma desculpa falaciosa (coculpabilidade).

Nesse tom, a “reincidência” deve ser atribuída a uma *culpa do programa (re)socializador do Estado*, e não a uma do encarcerado que simplesmente é *coagido* a fixar cada vez mais o *papel* assumido antes mesmo da entrada na “sociedade carcerária”, *condicionante inafastável do desvio como único projeto de vida identitária “interessante” e “possível” a partir de então.*¹²¹⁸

¹²¹⁶In <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/15537-campanha-pela-reinsercao-social-de-ex-detentos-vai-ao-ar-nos-proximos-dias>>. Acesso em: 03 maio 2013.

¹²¹⁷In <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-desemprego-no-brasil-tem-leve-alta-a-57-em-marco-ibge,1025407,0.htm>>. Acesso em: 03 maio 2013.

¹²¹⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 450, 451, *in fine*, e 452-453.

A propósito: “A reincidência não é prova alguma de uma personalidade inclinada ao delito, mas sim de uma personalidade instável, que responde positivamente ao condicionamento reprodutor do próprio sistema.”¹²¹⁹

Ocorre que, mesmo diante dessa sua *culpa omissiva*, que empurra todos os que ele desassistiu para o *mercado detrabalho informal* ou, quando muito, para a “incriminação”, ele, lavando as mãos como se fosse uma vítima da bacia de Pilatos e, depois, utilizando-se de um antisséptico, pretende *higienizar, medicar e perfumar* sua ferida narcísica¹²²⁰ tentando mascarar sua *infecção* profunda *terceirizando* sua responsabilidade ao solicitar que a rede privada os empregue (“técnica do curativo”).

O problema é que quando ele faz esse pedido se esquece ele de que a mensagem através da qual ele o veicula fixa a *estigmatização*, estendendo-a para além do cumprimento da pena¹²²¹, com flagrante permanência da (“má”) reputação do condenado como alguém “não punido o suficiente”, é dizer, como alguém “impune” e, especificamente nesse caso, como um “suspeito profissional”¹²²² a ponto de propagar seu *status* de “impunido”.

Isso acontece quando ele se utiliza de “palavras que lembram”, “que fazem referência” ao fato do “empregável” ser um *ex-presidiário*.

Na oração “quem pagou pelo que fez [...]”¹²²³ (contratualismo em conluio com utilitarismo economicista), há intrínseca uma “*civilização*”¹²²⁴ do encarceramento” que, para além da pertinência temática da substanciação contraprestacional (quitação cível) e da forma verbal (pagou) com o Direito Civil, guarda uma consonância reflexiva que *conota*, também, que a “quitação” a que ela se refere diz respeito a uma “dívida penal”¹²²⁵ remanescente” (presente), apesar de o *tempo verbal* utilizado estar no *pretérito perfeito do indicativo*, é dizer, em um pretérito sempre *próximo, tanto que perfeitamente indicado (recordação vívida)*; aliás, *em um pretérito nunca distante o suficiente*.

¹²¹⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 452.

¹²²⁰ Sobre isso, ver CARVALHO, S. de. *Antimanual de criminologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 91 e seguintes.

¹²²¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 445.

¹²²² ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 134-135.

¹²²³ BATISTA, N. Fragmentos de um discurso sedicioso. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, p. 73.

¹²²⁴ No sentido de Direito Civil, e não de civilidade.

¹²²⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 267: “A expressão ‘culpa’ tem sentido de ‘dívida’, ainda que em castelhano esteja em desuso (conserva-o no ‘Pai-Nosso’). Em alemão tem esse duplo sentido (*Schuld*) na linguagem corrente e jurídica.”

Por coerência, o fato dele ser um *ex-presidiário*, porque cumprida integralmente sua pena, deveria ser *apagado definitivamente* de sua vida, haja vista que sua alegada “dívida (impagável)”¹²²⁶ contra a sociedade já foi “devidamente quitada”.

Embora isso devesse parecer uma afirmação aberrantemente lógica, o absurdo da consignação típica dos “antecedentes” (artigo 59, do CP), e da “reincidência” (artigo 63, do CP), não nos permite encará-la ainda assim, inspirando ela cuidado contínuo.¹²²⁷

Eventual alegação consistente na indicação de haver algum problema com o pagamento da referida dívida deve ser contestada com o argumento contrafático de que se há um problema a resolver não se encontra ele no elemento indicado, senão na eleição do *formato constitutivo da própria dívida*.

Ou seja, o problema está no fato dessa *imposta* dívida se basear em um *apócrifo* contratualismo social rousseauiano continente de uma suposta cláusula descumprida, ou melhor, em se sustentar, *unilateralmente*, que “há” uma cláusula penal a custear.

De qualquer modo, o que o CNJ pretende com a veiculação dessa campanha supostamente *despretensiosa* é, partindo de um pressuposto que “demanda ordem”, ou seja, partindo de uma (alegada) “permanentedesordem (desequilíbrio emergencial perene)” espacial e pessoal empregatício-trabalhista, *ordenar os espaços* e *ordenar as pessoas* para que o Estado possa, *arrolando-as, fiscalizando-as e controlando-as, dominar* os “hostis” ao sistema e *excluir* os “inservíveis”¹²²⁸ através das lentes multifocais da *economia privada*.

Mas, para que a pretensão da *redução do “desvio” mercadológico-empregatício-trabalhista* pudesse ser realizada foi preciso, antes, estabelecer um termo comum, e esse denominador comum foi a *norma*¹²²⁹ (batismo legislativo).

Essa *normatização*, essa *normalização*, em última medida repousa na *falsa* sensação de que, com ela, não haverá mais motivo para se ter “medo”.¹²³⁰

Então, diante da *prévia* implantação (pseudointencional) de um “medo” da “criminalidade”, de um “medo” dos “criminosos”, de um “medo” dos “impunes”, porque

¹²²⁶ Antes que se duvide da imbricação entre economia e sistema penal, descortinada por Georg Rusche e Otto Kirchheimer em *Punição...*, rever um dos *slogans* econômico-comerciais do CNJ: “quem já *pagou* pelo que fez merece a chance de começar de novo” (itálico adrede). In<<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-comecar-de-novo>>. Acesso em: 01 abr. 2013 (e isso não é mentira!).

¹²²⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 134-135.

¹²²⁸ GENELHÚ, R. *O médico...*, *passim*.

¹²²⁹ Em termos mais amplos, ver SANFORD, J. A. *Mal...*, p. 178.

¹²³⁰ Ver nota 1159.

“sempre desviantes e desobedientes”, disseram à população ser “preciso restabelecer a ordem”.¹²³¹

Partindo de um pressuposto (construído) de que a “ordem estava ameaçada”, fabricou-se um senso comum dirigido *contra* todos aqueles que poderiam *divergir* da ou *desservir* à autoridade do soberano da ocasião, dito “único capaz da reordenação”.

O “medo” da abolição da escravatura, culminado pelo nosso tropicalizado “grande medo” surgido com as sedições regionais (cabanagem, setembrada, farroupilha, sabinada, Balaiada, praieira, malês¹²³²), descortinou uma *paranoia febril* contra os “afrodescendentes”, talvez em parte em razão da cor da sua pele que naturalmente possibilitava sua, nem sempre intencional, *camuflagem* à noite dificultando sua descoberta, seu inventário, sua fiscalização, seu controle e sua repressão.

Historicamente, realça SIDNEY CHALHOUB:

Por um lado, o meio urbano escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres e diluindo paulatinamente uma política de domínio onde as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, podiam identificar prontamente as pessoas e seus movimentos. Por outro lado, a cidade que escondia ensinava aos poucos a construção da cidade que *desconfiava*, e que para desconfiar transformava todos os negros em *suspeitos*. Porém, antes de adotarem decididamente a estratégia da suspeição generalizada, os administradores da cidade tentaram evitar de todas as formas que ela se transformasse num esconderijo. Temos então os códigos da cidade idealizada. O código de posturas de 1830 proibia que os donos de casas de negócio consentissem na presença ‘em sua portas (de) pessoas cativas sentadas, ou a jogarem, ou paradas por mais tempo do que necessário para fazerem as compras’. O código de posturas de 1838, mais rigoroso e detalhado em relação aos movimentos permitidos aos escravos e ‘pessoas de suspeita’ - e encontramos aqui, novamente, o temor provocado pelo levante dos africanos na Bahia em 1835 -, recomenda aos donos das tavernas que não permitam o ‘ajuntamento de mais de quatro escravos’, e estabelece que ‘todo o escravo que for encontrado das sete horas da tarde em diante, sem escrito de seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declare o fim a que vai, sofrerá oito dias de prisão, dando-se parte ao senhor’.¹²³³

Para JEAN BAUDRILLARD, em *O sistema dos objetos*,

[...] a luz, intervindo livremente, tornou-se função universal da existência das coisas. [...] No nível mais pobre a simbólica das cores se perde no psicológico. [...] Da cor sobretudo: espetacular demais, ela constitui uma ameaça à interioridade. O mundo das cores opõe-se ao dos valores e o elegante é ainda o esmaecimento das aparências em benefício do ser: negro, branco, cinzento, grau zero da cor - é também o paradigma da dignidade, recalque e do *standing* moral. [...] Pelo contrário, ao nível da série, a cor viva é sempre vivida como sinal de emancipação: de fato ela compensa frequentemente a ausência de qualidades mais fundamentais (em particular a falta de espaço). [...] Da mesma maneira que os móveis modulados

¹²³¹ GENELHÚ, R. *O médico..., passim*.

¹²³² ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito..., v. I*, p. 423.

¹²³³ CHALHOUB, S. *Medo...*, pp. 175-176. Ver, atualmente, artigo 288, do CP: “Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes.”

perdem sua função específica pelo fato de valerem apenas por sua posição móvel, assim também as cores perdem seu valor singular e tornam-se obrigatoriamente dependentes umas das outras e do conjunto o que se depreende ao dizer que são ‘funcionais’.¹²³⁴

Equivocadamente, para os psicólogos PIOTR WINKELMAN e JOHN CACIOPPO,

[...] quanto mais rapidamente uma imagem pudesse [pode] ser reconhecida, mais ela agradava [...] [agrada, haja vista que] ‘reconhecer algo com rapidez significa economia de energia [...]’, [de sorte que com isso] ‘[...] nos esforçamos menos para avaliar se alguém ou uma situação oferece ameaça’.¹²³⁵

O problema, todavia, não está no “reconhecimento lento” ou no “irreconhecimento” da imagem, mas sim no fato de que a população dominada foi adestrada a reconhecer rapidamente imagens específicas (“afrodescendentes”, “rebeldes”, “pobres [ou melhor, desempregados, inempregáveis ou desfavorecidos pela discrepância rentária]”, “maltrapilhos”, “mendigos”, “traficantes de calçada”, “motoristas alcoolizados”, “trombadinhas”, “ladrões varejistas”, “camelôs”, “sem-papel”, “feios”, “desconjuntados”, “desengonçados”, “aleijados”, “dependentes”, “analfabetos”, “despreparados”, “inexperientes”, “inaptos”), como “assombrosas” e “ameaçadoras”, apesar delas não o serem, sob a desculpa de que o Estado, visando a poupá-la desse esforço, a ela já entregou de bandeja aqueles que, sendo “perigosos”, não podem restar “impunes” (função estatal salomênica).

Para que esse discurso escravagista conseguisse *permanecer* até hoje como “restabelecedor da ordem”, malgrado sua *artificialidade improdutiva (infertilidade)*, foi-lhe necessário convocar uma agência mais *rápida, arbitrária e próxima do corpo*, alvo inescapavelmente punível, cuja função e atuação *imediatas e desburocratizadas* impediriam a expansão da “rebeldia corporal” contra a vontade estatal¹²³⁶, *submetendo as pessoas ou seu tempo de trabalho vivo (invulneráveis) ou seu tempo de trabalho morto (vulneráveis)*.

Dessa agência foi extraída a *função policial* que, mediante uma técnica de *inclusão por exclusão*, tem traduzido a *exceção* na aplicação do poder punitivo por *excesso*, visto que “diante do excesso, o sistema interioriza através de uma interdição aquilo que o excede e, desse modo, ‘designa-se como exterior a si mesmo’.”^{1237, 1238}

¹²³⁴ BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, pp. 27, 38-39 e 42.

¹²³⁵ *Apud* LEDER, H. *Questão...*, p. 51, com citação direta do primeiro.

¹²³⁶ GENELHÚ, R. *O médico...*, *passim*.

¹²³⁷ Escorando-se em Blanchot, AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 26.

Posto que se deve chamar de “relação de exceção a esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão”¹²³⁹, pôde o Estado, *excluindo* os “desinteressantes” ao neoliberalismo, ou os “hostis” à sua vontade, *incluí-los* nas *instituições totais* usando, para tanto, as *agências policiais* ou as *funções policiais*.¹²⁴⁰

Em *Estigma*, ERVING GOFFMAN descreve que: “a identidade pessoal é provada em tribunais de justiça não pela referência a nomes e nem sequer por testemunhos diretos, mas ‘presumivelmente’ por provas de semelhanças e diferenças nas características pessoais.”¹²⁴¹

Cariocamente:

Ator preso injustamente é solto no RJ.
Vinícius foi confundido com o ladrão que roubou a bolsa de uma mulher.
[...] Segundo a copeira [Dalva Maria dos Santos], o ladrão tinha cabelo tipo ‘black power’, vestia bermuda e camiseta pretas.¹²⁴²

Porque já vocacionadas, agência e função policiais, à *frialdade dos números* e, de corolário, à *desidentificação*, haja vista a normalidade “educada” com que os agentes da polícia se dirigem às pessoas chamando-as de “indivíduo” (v. g., “os indivíduos foram perseguidos, mas escaparam”; “indivíduo, o que o senhor está fazendo parado nesta rua escura?”; “o veículo utilizado no assalto está registrado em nome do indivíduo, chefe do bando” *etc.*), ou de “elemento” (v. g., “o elemento se evadiu do sítio do abalroamento deixando uma lata de cerveja vazia dentro do veículo”), ou de “senhor” (e. g., “o senhor pode me informar onde estão as armas?”, “o senhor tem o direito de permanecer em silêncio”, “o senhor se arrepende do que fez?”), mesmo quando civilmente identificadas (artigo 5º, inciso LVIII, da CRFB/88), pôde o Estado valer-se da *estatística* criada, a princípio, justamente para atender a seus interesses logo após a metade do século XVII, que, ganhando foros de ciência, vai *contabilizar*, mediante *probabilidades*, as taxonomias também *corporais funcionais* cuja redundância no afastamento do leigo quanto ao que acontece e acontecerá com o tempo do

¹²³⁸ Embora, em outra passagem, AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 26: “Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor.”

¹²³⁹ AGAMBEN, G. *Homo...*, pp. 26 e, literalmente, 29: “[...] a exceção é [...] uma *exclusão inclusiva* (que serve, isto é, para incluir o que é expulso).”

¹²⁴⁰ GENELHÚ, R. *O médico...*, *passim*. Ver, ainda, ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, *passim*.

¹²⁴¹ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 69.

¹²⁴² Ver nota 759.

seu corpo (“disponibilidade” para o trabalho morto) facilitará a aceitação passiva do arbítrio estatal¹²⁴³, mormente quando vazado na “mais pura boa intenção”.

Por outro lado, as ideias evolucionistas de Herbert Spencer, que eclodiram perto da metade do século XIX, também iriam influenciar a aceitação, como algo “natural”, de uma *teoria da seleção*, considerada, a partir de então, a arma que faltava para “justificar” e “remarcar” as “diferenças” entre mulheres e homens¹²⁴⁴, “afrodescendentes” e “brancos”, “anormais” e “normais”, “doentes” e “sadios”, “primários”, “presidiários” e “ex-presidiários”, “punidos” e “impunes” e, assim, abocanhar um pouco mais de reconhecimento, expressão e terreno.

Estatística e seleção natural (spencerianismo), portanto, matematicamente providenciaram e prepararam o campo para a definição, a catalogação, a classificação, a limitação, a fiscalização, o controle, a repressão e a disciplina corporal das pessoas durante suas vidas e mesmo após elas.

Mesmo porque, *preventivo-terrorizante-escatologicamente*, sempre se afirmou que “as representações das áreas fronteiriças do corpo [...] alertam para o perigo dessas fronteiras que, desprotegidas, impõem a entrada do caos. ‘Estabelecer categorias e policiá-las é, portanto, assunto sério’.”¹²⁴⁵

Requentando, estatística e seleção natural viabilizaram a economia do corpo vazada em uma burocracia que atravancava a liberdade de viver como se desejasse, sendo possível apenas viver de acordo com um paradigma estatal previamente determinado, cujas consequências matemáticas e métricas podem ser acompanhadas seguindo o que escreveu VERA MALAGUTI. *I. e.:*

Esta tentativa de mapear, esquadrihar, classificar através da observação, mensuração e comparações, viria a se cristalizar na *frenologia* (arte de medir o caráter pelas medidas do crânio) e na *fisiognomia* (medir o caráter pela aparência facial), que abriria caminho para a criminologia lombrosiana décadas mais tarde. O que aí se gestava na ciência seguia as pegadas da observação dos hereges, das feiticeiras, da construção de um discurso científico que abriria caminho para dispositivos jurídicos de demarcação e eliminação do mal.¹²⁴⁶

Então, “este processo [...] [o do controle pela biopolítica] produz as preocupações [...] com a centralização das informações, sua normalização e coordenação [...]”.¹²⁴⁷

¹²⁴³ GENELHÚ, R. *O médico...*, *passim*.

¹²⁴⁴ Para saber mais, ver BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 147.

¹²⁴⁵ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 147.

¹²⁴⁶ BATISTA, V. M. *O medo...*, pp. 152-153.

De sorte que, necessitando controlar seus súditos, pôde o Estado encontrar na estatística a chance de não só *arrolar* a situação atual dos corpos “domesticáveis”, senão a oportunidade de *escandir e preparar* previamente seus planos *censitários*, e de *controlá-los*, pondo-os em prática no momento oportuno.¹²⁴⁸

A população, depois de transformada em um “problema político, precisou ser inventariada, fiscalizada, controlada, ordenada, organizada, reprimida” mediante mecanismos como previsões, medições, estatísticas, registros, encaixamentos que visavam a maximizar as forças ali dispostas, extraindo-lhes as energias individuais, mas, sobretudo, reconfigurando os estados globais de equilíbrio não só individual, senão coletivo através da regularização/regulamentação da disciplina espacial da multidão urbana.¹²⁴⁹

No realismo marginal brasileiro desde a colônia, passando pelo império, até hoje, a *apropriação do corpo* tem sido feita *fisicamente* mediante a imposição de uma marca *vade mecum* plasticamente *indelével*, cuja visibilidade *revela e classifica* uns em cotejo com outros.¹²⁵⁰

E os *marcadores* têm sido decalcados, *indescolavelmente*, naquelas pessoas que, não só atual, mas historicamente, “provocam o medo” (*produzido, irreal e exagerado*). Por isso,

[...] a cidade malsã, com seus vapores pífidos, suas ruas de escravos e de medo, seus dejetos à deriva, sua sujeira, começa a constituir-se em preocupação permanente. O medo das multidões, instaurado a partir do Grande Medo de 1790, da Revolução Francesa, se espraia no Império Brasileiro de forma mais difusa, mais vaga e mais insidiosa. No censo de 1849, o Rio de Janeiro tem a maior população escrava negra das Américas. O medo dos miasmas se soma ao medo da africanização.¹²⁵¹

Infelizmente, essa marcação *indelével*, a ferro e fogo, dos “insurgentes” e dos “imprestáveis” ao sistema continua acontecendo (se estendendo) sob a forma de “estigmatização pela impunidade”.

Depois desse nariz de cera,foi *contra* os que se *adoçaram* (“ressocialização eficiente”), ou, quando menos, contra os que foram espargidos com *açúcar de confeitiro* (“verniz ressocializador”),que o CNJ dirigiu a campanha revelada acima.

¹²⁴⁷ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 155.

¹²⁴⁸ GENELHÚ, R. *O médico...*, *passim*.

¹²⁴⁹ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 156.

¹²⁵⁰ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 134.

¹²⁵¹ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 163.

Quando o CNJ veicula uma campanha como a apontada, supostamente “despretensiosa” e perante a qual os empregadores e fornecedores de cursos poderão manter, registrados minuciosamente, os dados de todos os pretendentes, bem como de todos os ocupantes dos cargos e cursos oferecidos, mal sabe ele que ela possibilitará ao Estado continuar inventariando, fiscalizando, controlando, perseguindo e reprimindo os egressos do sistema penal que, mesmo depois de cumprida sua pena (teoria do pagamento), continuarão sob a vigilância insone desse.

É dizer, quando o CNJ assim se comporta, pode estar ele, indiretamente, obrigando os excluídos e os invisíveis sociais a se encobrirem utilizando-se de atalhos, de subterfúgios (ocupações informais “lícitas ou ilícitas”) que ratificarão a sua “reputação desviada”, o que relegitima, indevidamente, a sua punição excludente (profecia autorrealizadora).¹²⁵²

“Quando o estigma de um indivíduo se instaura nele durante a sua estada numa instituição, e quando a instituição conserva sobre ele uma influência desacreditadora durante algum tempo após a sua saída, pode-se esperar o surgimento de um ciclo específico de encobrimento.”¹²⁵³

Das 9.296 vagas de “emprego” e das 5.991 vagas para “cursos de capacitação” oferecidas, aqueles 5.215 que conseguiram “emprego”, ou melhor, *trabalho*, aqueles 5.686 que conseguiram se matricular em algum curso oferecido e aqueles 3.818¹²⁵⁴ que irão se candidatar à vaga de trabalho e, ou, ao curso de capacitação, respectivamente, *no instante em que aderiram ou aderirem à campanha ficaram ou ficarão catalogados como “egressos” do sistema penal em um “novo índice”*.

Aqueles terceiros que não teriam acesso à ou facilidade em acessar a situação pregressa dos egressos, com essas informações, *registradas sob a “despretensiosa” função de lhes “promover a cidadania e consequentemente reduzir a ‘reincidência de crimes’”*¹²⁵⁵, passaram a conhecê-la, e o que é pior, a também os conhecer como *ex-detentos*, o que *aumenta e mantém a sua estigmatização (impunização) para além do cumprimento da pena*.

Essa é mais uma *permanência* da “impunidade” (“impunidade morna”), como se eles já não houvessem sido punidos o suficiente, como se eles nunca deixassem de ser “impunes”.

Para evitar a percepção dessa “vigilância à espreita”, que não pode ser escancarada, utiliza-se o Estado, mediante a intervenção “legitimadora de neutralidade e imparcialidade”

¹²⁵² BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 44.

¹²⁵³ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 105.

¹²⁵⁴ Dados colhidos in <<http://www.cnj.jus.br/projetocomecardenovo/index.wsp>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

¹²⁵⁵ In <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/bnmp/250-rodape/acoes-e-programas/programas-de-a-a-z/comecar-de-novo/14356-detentos-e-ex-detentos>>. Acesso em: 03 maio 2013.

do CNJ, de certos órgãos públicos e da sociedade civil que, “sensibilizados”, efetuarão, *não só irrefletidamente, o registro, a catalogação, o acompanhamento, o controle, a fiscalização e a localização posterior dos egressos*, mas também *gratuitamente* para o sistema penal uma “estigmatização por impunidade” que jamais deixará de sobre eles deitar os olhos, e o que é pior, *veladamente*.

Essa nova espécie de *panótico* permite não só uma *visão espacial global* (panorâmica), mas, também, uma *visão temporal integral* que se estende por toda a vida do egresso (perpetuidade).

E, para o caso de a *sociedade civil* e de os *órgãos públicos* “não se sensibilizarem” com a campanha, fica absolvida a culpa do Estado, transferida, exclusivamente, para a “insensibilidade” daqueles que não os contrataram ou não admitiram sua matrícula (terceirização da responsabilidade).

Por outro lado, embora a campanha admita o *alistamento* dos *órgãos públicos* e da *sociedade civil*, parece inegável que o seu maior foco é o *sistema privado*.

Primeiro, porque aquele, de acordo com o artigo 37, inciso II, da CRFB/88, exige a concorrência a certame público para a ocupação de seus cargos (à exceção das nomeações e exonerações *ad nutum* dos cargos em comissão - parte final do artigo 37, inciso II, da CRFB/88), embora contra isso se pudesse sustentar que *bastaria instituir nos concursos públicos cotas para egressos do sistema penal, pois só assim seria restabelecido o equilíbrio das condições de igualdade entre os concorrentes*.¹²⁵⁶

Segundo, porque o “aproveitamento” desses egressos pelo setor privado exerce a façanha de promover a “limpeza” de todas as possíveis “impurezas” adquiridas durante sua “hospedagem” na carceragem, dando a entender que se o empreendimento privado, que se pauta pela *produtividade*, pela *concorrência* e pela *lucratividade*, o aceitou é porque ele está “limpo”, ou seja, é porque ele não possui nenhum “vício”, nenhum “problema”, nenhum “defeito” que comprometa os *objetivos* daquele, coisa que dificilmente aconteceria caso ele fosse *absorvido* pelo próprio poder público, pois isso poderia dar a entender que ele o foi não porque está “higienizado”, mas porque, *tendenciosamente*, é preciso realocá-lo de alguma maneira para que ele deixe de ser um peso para o Estado, para que seu “trabalho morto” recompense o que com ele foi gasto e para que assim se “legitime o sucesso da (re)socialização”.

¹²⁵⁶ Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2014/12/1567556-condenados-por-homicidio-e-traffic-ex-presidarios-trabalham-no-stf.shtml>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

Por fim, dando uma passada d'olhos nos cargos e postos de trabalho oferecidos (jardineiro, pedreiro, auxiliar de pedreiro, costureira em geral, auxiliar de serviços gerais, servente *etc.*¹²⁵⁷), facilmente percebemos que a punição dos egressos não acaba com o cumprimento da pena, sendo eles, *como se fossem perpetuamente “impunes”*, obrigados a aceitar e a se submeter a trabalhos que, embora condizentes com sua (permitida) qualificação e experiência profissionais, *reavivam os marcadores estigmatizantes adesivados por um Estado omissivo e que trata diferentemente as pessoas, dando ou permitindo oportunidades desiguais para pessoas iguais.*

Isso, é óbvio, se a sua estada não foi tão longa a ponto de *destreiná-lo, de desculturá-lo, de desapropriá-lo*, ainda que temporariamente, das capacidades exigidas para o enfrentamento de um ou outro aspecto da vida diária.¹²⁵⁸

Essa é a evidência de mais uma permanência da “impunidade” como discurso de manutenção do controle ordeiro de uma determinada categoria.

Ou seja, não bastasse a falta de oportunidade anterior à sua criminalização, tampouco o cumprimento de uma pena violenta, agressiva e estigmatizante, é o egresso obrigado, pela necessidade de sobreviver com um salário indigno proveniente da dedicação a um trabalho pouco valorizado, embora muito disputado em razão da incapacitação da maioria da população brasileira (fungibilidade), a “ter que escolher” entre as vagas oferecidas ou o retorno à prisão, o que não passa de alternativa ilusória porquanto ambas as opções estão baseadas na infundável consideração de que ele está “impune”, é dizer, de que “ele não foi e nunca será punido o suficiente”.

Isso sem chamarmos a atenção para a própria *terminologia* da comunicação que apenas no “portal de oportunidades” utiliza o vocábulo “emprego”, muito mais *estável, significativo e valorizado*, ainda que apenas *folcloricamente*, limitando-se a falar durante toda a campanha de postos de “trabalho” e de vagas de “trabalho”¹²⁵⁹, *conotativas de um dispêndio de esforço sem uma adequada contrapartida, bem ao estilo da mais-valia, agressivamente acentuada no neoliberalismo predatório.*

De todo modo, calha ressaltar que em momento algum a campanha informa haver uma parceria com o Ministério do Emprego e do Trabalho, ou com o Ministério da Educação, o que é *lastimável* porque tão importante quanto fornecer vagas aos egressos é *conceder-lhes*

¹²⁵⁷ Ver sítio eletrônico indicado na nota 1254 e <http://www.cnj.jus.br/projetocomecardenovo/vaga/listar_vaga.wsp>. Acesso em: 01 abr. 2013.

¹²⁵⁸ GOFFMAN, E. *Manicômios...*, p. 23.

¹²⁵⁹ Ver sítio eletrônico indicado na nota 1226.

oportunidades de educação, de emprego e de capacitação profissional mais valorizáveis pelo mercado.

Por fim, o que a campanha faz é dizer: “este elemento que está aí, diante de você, implorando por uma oportunidade de trabalho é, sem dúvida, um *ex-presidiário*, mas, apesar disso, dê uma chance a ele porque ele já *pagou* pelo que fez” (estilo arrogante), quando a mensagem deveria ser: “considerando que este cidadão que está aí, diante de você, precisando de uma oportunidade de emprego, sempre foi *esquecido* pelas *políticas públicas*, ajude o poder público a desfazer os erros que cometeu contra ele durante toda a sua vida” (estilo humilde).

5.3.1 “Pau que “nasce torto...”

Por causa de uma polêmica derivada da suposta retratação de membros da *high society* brasileira na novela *O Cafona*, de 1971, a Rede Globo decidiu, pela primeira vez, depois da apresentação dos créditos, postar o aviso nada *démodé* de que “qualquer semelhança com pessoas vivas ou mortas ou fatos acontecidos terá sido mera coincidência”, apesar de o autor, Bráulio Pedroso, haver afirmado ter se baseado em acontecimentos e pessoas reais.¹²⁶⁰

Mal sabia a Rede Globo que, depois disso, além de as semelhanças e as igualdades com fatos acontecidos e com pessoas vivas ou mortas não cessarem, frustrando o objetivo da frase que era o de uma desvinculação desresponsabilizante diante de qualquer “eventualidade (coincidência fingida)”, ao longo do tempo conseguiria ela promover o inverso, é dizer, sua programação novelista, mas não só ela, faria não apenas com que *a realidade fosse ali retratada sob sua ótica, mas, também, com que ela fosse construída de acordo com a engenharia dos esquetes midiáticos.*

Diante desse tom, quase sem nenhum desconto, a “vida passou a imitar a arte”¹²⁶¹, fabricando a mídia um senso comum reprodutor do que ela ditaria que seria “certo, errado, bom ou mau”.

Primeiro, em uma dessas relutâncias (permanência temporal) que parecem jamais ter fim (infatigabilidade), entregou a mídia, nas telenovelas e nos seriados, papéis de “empregados domésticos”, motoristas, seguranças, “capoeiras”, “favelados”, vendedores

¹²⁶⁰ In<http://redeglobo.globo.com/Tv_globo/Noticias/0,,MUL1274886-16162,00-VOCE+SABIA+CANTORA+MAYSA+FEZ+PARTICIPACAO+NA+NOVELA+O+CAFONA.html>. Acesso em: 30 mar. 2013.

¹²⁶¹ BIRMAN, J. *Cadernos...*, p. 232: “Como nos disse Gabler num título sugestivo ao analisar a sociedade norte-americana: *a vida é um filme*.”

ambulantes, “maltrapilhos”, “pedintes”, a “afrodescendentes”¹²⁶² como se o *escravismo* “devesse” *permanecer vivo* no “imaginário coletivo” não só como uma lembrança, mas principalmente como uma *atualização político-jurídico-social* daquela “submissão biológica”¹²⁶³ anterior à abolição.

E isso tem sido assim porque, enquanto eles viverem, enquanto houver um “afrodescendente” vivo em nosso território, ele, mesmo que não tenha cometido qualquer “crime”, “não poderá ficar impune diante do que ele é”, em uma incessante realização da constatação foucaultiana de que “a justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível”¹²⁶⁴, pagando sua infundável “dívida ôntico-ontológica”, no mínimo, através da encenação de personagens que *representem atividades exercidas historicamente pelos escravos*.

Mesmo que pareça um detalhe de somenos importância, o que é uma inverdade, a leitura que essa *supostamente “inocente”* atuação *enegrecida subalterna* enseja é a de que os “afrodescendentes”, mesmo “alcançando legalmente a sua alforria” (Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888 - Lei Áurea), *ainda não foram punidos o suficiente pelo seu senhorio, substituído agora pelo escritor da novela, pelo seu diretor e pelos empreendedores morais gestores e presidentes dos grandes dispositivos midiáticos explorados (aproveitados) pela sociedade (anônima), cujos acionistas majoritários são os administradores dos “títulos ao portador” que identificam o valor que cada um carrega consigo (estigmatização vade mecum)*.

Embora a pena com que a Princesa Isabel autografou a Lei Áurea tenha sido forjada em ouro, sua tinta era “negra”.

Outra relutância (permanência espacial) pode ser vislumbrada nos papéis atribuídos a personagens “desprovidos de uma situação financeira digna”, porquanto, dificilmente, ao longo da trama, conseguem eles se desvencilhar territorialmente da sua “inferior condição geoeconômica” (“desfavelização impraticável”), construindo no “imaginário coletivo” uma

¹²⁶² Sobre isso, SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 34: “Na televisão, as novelas e os programas de variedades refletem bem essa situação: o personagem negro é sempre empregado doméstico ou exerce profissão equivalente na escala social. Mas o seu filho, mulato, pode ‘embranquecer’. A telenovela *Verão Vermelho* tipificava exatamente este exemplo: a filha da empregada negra era amulatada, de traços ‘finos’ e pôde casar-se com um advogado louro. Mas o casamento fracassa [...]”

¹²⁶³ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 442-443.

¹²⁶⁴ FOUCAULT, M. *Vigiar...*, p. 32.

“dessubjetivação” consistente em negar aplicação ou em admitir apenas uma raríssima aplicação à teoria do *self made man*.¹²⁶⁵

De sorte que forjada fica a ideia de que nascendo “pobre”, “pobre” morrerá, e justamente porque isso deriva de um “natural defeito pessoal”, *plasticamente “imodificável”*, portanto.

5.3.2 “...nunca se endireita?”

Essa interpretação meramente *coadjuvante* em um papel “empobrecido” e, ou, “enegrecido” adentra o espectador permitindo-lhe apenas acreditar que na teoria do “bode expiatório antropomorfizável” o único capaz de lhe assumir *teatralmente* o papel da personagem (forma) “humana(?)” é o “afrodescendente” e, ou, o “pobre (ou melhor, o desempregado, o inempregável ou o desfavorecido pela discrepância rentária)”, porque “é justamente isso que acontece na vida real” (“imitação da vida pela arte”), o que imprime a essa interpretação um caráter de mera “reprodução”, quando na verdade isso não passa de uma *metamensagem* por meio da qual *mal sabe aquele que é a vida que tem imitado a arte que, por sua vez, nada tem feito para melhorar os costumes*¹²⁶⁶.

Interpretando a “impossibilidade” de progressão social e financeira do ator coadjuvante na novela como uma *punição implícita*, talvez pela sua “preguiça”, ou pela sua “incapacidade”, ou pela sua “falta de educação”, ou pela sua “falta de disposição para a evolução como pessoa”, ou até mesmo pelo que “ele simplesmente é”, acostuma-se o espectador a encará-lo sempre como “culpado” (inversão da ordem), passando a não criticar o sistema penal quando esse, *repetindo a arte*, condena-o e, ou, encarcera-o pressupondo e utilizando como fundamentos diretos ou indiretos aqueles mesmos “motivos”, ou melhor, *aquelas mesmas desculpas* (“vadiagem”, “inaptidão laboral”, “analfabetismo”, “inércia” e “culpabilidade de autor”).

Através de um mecanismo de transferência por meio do qual o espectador terceiriza suas frustrações para a pessoa do ator “malogrado”, aguarda ele o final do folhetim para que esse seja condenado por tudo que ele, o espectador, não conseguiu alcançar em sua vida.

¹²⁶⁵ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 54. Ver, ainda, BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 46-47. Ver, também, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 50.

¹²⁶⁶ MENEGAT, M. *O olho...*, p. 131: “‘A arte e a ciência têm contribuído para melhorar os costumes?’ A resposta de Kant também é, como fora a de Rousseau, negativa.”

Se após o capítulo final isso não acontece, ou seja, se a personagem coadjuvante, “recheada de deméritos, não expia a sua culpa, não sofre e não se dá mal”, *passa o espectador a insuportar a sua própria angústia e a buscar, a todo custo, um “culpado” que, aliviando sua neurose febril, será o “outro” sobre quem, reincidindo as características negativas daquela personagem que representou aquele papel, incidirá a sanção penal.*

De sorte que o “pobre (ou melhor, o desempregado, o inempregável ou o desfavorecido pela discrepância rentária)”, o “dissidente”, o “afrodescendente”, ou o que não obteve sucesso na luta contra o poder hegemônico, de uma maneira ou de outra *não poderá sair “impune” da programação virtual ou real.*

Por terem “nascido tortos”(“afrodescendentes”, “pobres [ou melhor, desempregados, inempregáveis ou desfavorecidos pela discrepância rentária]”, “rebeldes”) deverão carregar a pecha da “impunidade” de geração a geração, de capítulo a capítulo, da vida fictícia para a real, e *viceversa*, através de uma “dívida impagável!”

Talvez por isso fosse mais correto rearranjar os créditos finais da programação dispondo-os de maneira a alertar que “qualquer semelhança [da vida com a arte não é] [...]mera coincidência”¹²⁶⁷, senão um espetáculo pseudointencional contendo cenas fortes e, portanto, não recomendado para pessoas portadoras de problemas coronarianos.

Propagandeada massivamente a face do “novo inimigo impune”, fica fácil detectá-la transitando pelas ruas com o *design*, o manequim e o figurino idênticos ao da novela hipócrita, ao do seriado indolente, ao do filme *smart*, ao do documentário irresponsável, ao do viral internético.

Depois disso, o esquadrinhamento *excêntrico* e a perseguição *maníaca* a certos estereótipos (criminalização varejista de rua) passam a ser tão *homogêneos* e tão *corriqueiros* (seletividade mnemônico-automática) que eles, sob a desculpa da “otimização e da segurança do trabalho empreendido (técnica do Equipamento de Proteção Individual [EPI])”, podem utilizar um aparelho metidamente alcunhado de *head-up display*¹²⁶⁸ - pois a autoridade nunca pode se curvar -, que transmite informações ao agente do sistema penal através dos *apanágios dispostos imageticamente na tela facial do alvo escolhido, prescindindo a consulta ao painel de instrumentos informativos.*

¹²⁶⁷ Peça dramaturgical dirigida por Jô Bilac, com elenco composto por Xuxa Lopes, Maria Maya e Cássio Pandolfi. Mais detalhes in<<http://globoteatro.com.br/emcartaz-1363-popcorn.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

¹²⁶⁸ Equipamento utilizado em aeronaves e que projeta informações luminosas na própria tela visualizada pelo piloto, evitando o e prescindindo do desvio do seu olhar.

Isso permite uma rápida e “(in)útil” detecção dos “inidentificados (irreconhecidos)” socialmente. Seja por um “defeito latente” (ou melhor, dificuldade) na *autopercepção*, ainda que inaugurada por *interventores*, como em *Escute, Zé-Ninguém!*, de WILHELM REICH:

Eles o chamam de Zé-Ninguém ou Homem Comum. [...] Não é *você* quem diz isso, zé-ninguém. São *eles*, os vice-presidentes de grandes nações, os líderes operários e os filhos arrependidos da burguesia, os estadistas e os filósofos. Eles lhe dão o futuro, mas não fazem perguntas sobre o seu passado. Você herdou um passado terrível. [...] O futuro da espécie humana dependerá dos seus pensamentos e atos. No entanto, seus mestres e senhores não lhe dizem como você realmente pensa e o que você realmente é; ninguém ousa confrontá-lo com a única verdade que poderia fazer de você o senhor inabalável do seu destino. Você é ‘livre’ apenas sob um aspecto: livre da autocritica que poderia ajudá-lo a governar sua própria vida.¹²⁶⁹

Seja por um “vício oculto” (ou melhor, dificuldade) na *heteropercepção*, ainda que deflagrada *pessoalmente*, como vislumbrado por AXEL HONETH, em *Luta por reconhecimento*:

[...] um sujeito só pode adquirir uma consciência de si mesmo na medida em que ele aprende a perceber sua própria ação da perspectiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa. [...] Com a adoção das normas sociais que regulam as relações de cooperação da coletividade, o indivíduo em crescimento não aprende só quais obrigações ele tem de cumprir em relação aos membros da sociedade; ele adquire, além disso, um saber sobre os direitos que lhe pertencem, de modo que ele pode contar legitimamente com o respeito de algumas de suas exigências: direitos são de certa maneira as pretensões individuais das quais posso estar seguro que o outro generalizado as satisfará. Nesse sentido, pela concessão social desses direitos, é possível medir se um sujeito pode conceber-se como membro completamente aceito de sua coletividade; é por isso que lhes cabe, no processo de formação do Eu prático, um papel particularmente signficante: ‘Se alguém quer manter sua propriedade na comunidade, é da maior importância que ele seja um membro dessa comunidade, uma vez que a adoção da atitude dos outros garante que os próprios direitos sejam reconhecidos. [...] Com isso recebe-se uma posição, consegue-se a dignidade de ser membro da comunidade’.¹²⁷⁰

E, para não haver o risco de qualquer *identificação* pela posteridade, *inclinada*, a partir daí, a *martirizar*¹²⁷¹ o antes “impune”, garante o sistema também sua *desidentificação penal*, *mas não criminal*, como quando o soldado Mathias, no desfecho do filme Tropa de Elite 1, *esfacelando* “convenientemente” o rosto do traficante “inconveniente”, pune-o com uma morte humilhante, totalizante e irreconhecidora.

O importante é tentar deixar *intacta* pelo menos uma parte do *crânio* para que nele possa ser transpassada a faca que *aniquilará pungentemente eventual resquício de “impunidade”* (“impunidade morna”).¹²⁷²

¹²⁶⁹ REICH, W. *Escute, Zé-ninguém!* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 9-10.

¹²⁷⁰ Ancorando-se, vez ou outra, em George Mead, HONETH, A. *Luta...*, pp. 131 e 136-137.

¹²⁷¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 400.

Geralmente, todavia, na vida real o processo de *desidentificação* passa pela “justificação (foi feita justiça!)” *artificial* da perseguição ao “impunido”, da condenação do acusado e da execução extra ou endoprocessual do condenado, apontado como *extremamente perigoso à nossa sobrevivência individual ou coletiva*.

Dessa feita não se trata de *nunca se endireitar ou não*, mas sim de sabermos o que é inegável, ou seja, que o *gabaritoajeitador* é que se encontra *apertado* demais em uma bitola (dominados), e *folgado* demais na outra (dominantes), o que esvazia toda a força, inclusive retórica, da afirmação de GUY DEBORD de que “o que nunca é punido torna-se permitido”¹²⁷³, porquanto esquece ele que a questão pressuposta está vazada em saber, se é que já não tenha ficado suficientemente claro até agora, se a punição, sobretudo a iterativa, é realmente devida e se sem ela as consequências não só justificariam, mas ratificariam as causas, ainda que inexistia qualquer vinculação, a não ser *politicamentearbitrária*, ligando uma à outra.

5.3.3 Desgraça pouca é bobagem

Não bastasse a campanha *intencional* e *massificantementealienante* desenvolvida pelos *mass media*, um órgão que deveria se pautar pelo respeito à igualdade das pessoas e pela sua dignidade, o CNJ, vigia (modorrento), por ricochete, também da CRFB/88, exercendo função midiática promoveu em 2010, mediante um de seus anteriores presidentes, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, uma campanha nacional “pedagógica” visando à *modernização da justiça “criminal”* (sem risos), atravessada pelo ensinamento *ingênuo* de que o ideal *correicionalista tecnológico*¹²⁷⁴: “Não é punir menos, é punir melhor.”¹²⁷⁵

Embora estejamos descontextualizando WINFRIED HASSEMER, estaremos sendo não apenas convincentes ao acreditar que estava ele certo quando escreveu que *não é possível “exorcizar o diabo com o belzebu”*¹²⁷⁶.

Consoante o mesmo:

¹²⁷² Nesse sentido, o símbolo composto por uma “faca na caveira”, do BOPE, é inconfessadamente revelador. Em sentido contrário, obviamente, segue a interpretação do próprio Batalhão in <<http://www.bopeoficial.com/valores/simbolo/>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

¹²⁷³ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 184.

¹²⁷⁴ FERRAJOLI, L. *Direito...*, pp. 213 e seguintes.

¹²⁷⁵ In <<http://www.cnj.jus.br/campanhas-do-judiciario/justica-criminal>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

¹²⁷⁶ HASSEMER, W. *Introdução...*, p. 432.

Em geral se está de acordo com o fato de que é preciso procurar por alternativas às penas privativas de liberdade. [...] Como a pena privativa de liberdade é uma intervenção grave nos direitos do condenado, deve-se prometer alternativas a ela, e não uma capacidade mais elevada de solução do problema. Isto resulta do princípio da proporcionalidade.¹²⁷⁷

Antes dele, e quer parecer que o CNJ não o leu, GUSTAV RADBRUCH já havia avisado

[...] que a evolução do direito penal em outros períodos transcenda [transcende] o direito penal e que seu aperfeiçoamento (*Verbesserung*) não desembocue [desemboca] em direito penal *melhor* (*besseres*), mas em um direito de melhora ou de correção (*Besserungsrecht*) e prevenção, que seria *melhor que* (*besser als*) o direito penal, quer dizer, muito mais inteligente e muito mais humano.¹²⁷⁸

A despeito de a capacidade hoteleira do inferno já estar esgotada para as “boas intenções”, além da *atecnianominal histórico-legislativa* da própria campanha que *mantém* uma designação da justiça (“criminal”)¹²⁷⁹ que, *ad instar* do ramo do direito (direito penal e não direito criminal), não deveria mais estar em voga desde o final do século XIX(1890)¹²⁸⁰, malgrado o seu caráter inclusivo das *medidasdesegurança*¹²⁸¹, igualmente punitivas (embora inconfessadamente¹²⁸²), na sua esteira, engrossando toda essa *hipocondríacairresponsabilidade*, o mesmo órgão (CNJ) que deveria “fiscalizar” a atuação das agências judiciárias responsáveis pela *contenção* da criminalização secundária prefere *aderirsubjetivamenteaoadestramento* da população mediante a *triste e decepcionante* veiculação de uma nova campanha propagandeada pela *avalização* e pela *ratificação* do “discurso da impunidade criminógena”, cujos termos estão declinados:

‘Morosidade é impunidade’
 ‘Morosidade é impunidade’, sintetiza o Corregedor Geral de Justiça do Distrito Federal, Desembargador João de Assis Mariosi. Ele participou de painel com o tema ‘Processo Penal e Impunidade’ na tarde desta quarta-feira (02/04), no Encontro

¹²⁷⁷ HASSEMER, W. *Introdução...*, pp. 378 e 388.

¹²⁷⁸ RADBRUCH, G. *Filosofia do direito*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 246.

¹²⁷⁹ Apesar de intensificar a permanência da insinuação do “crime” como um evento natural, e não político, infelizmente as Câmaras dos Tribunais de Justiça ainda guardam essa denominação: “Câmara Criminal”.

¹²⁸⁰ Mais exatamente, somente até antes do vencimento dos seis meses (*vacatio legis* do artigo 411) após a promulgação do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, trazido à tona pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890.

¹²⁸¹ Apesar de a nomenclatura *direito criminal* não ser mais adequada, seja por motivos históricos, legislativos (Decreto n. 847/1890), e por excluir as contravenções penais, a denominação *direito penal* tem o inconveniente de excluir as medidas de segurança. Sobre isso, ver FRAGOSO, H. C. *Lições de direito penal*: parte geral. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 4, e BATISTA, N. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, pp. 43 e seguintes.

¹²⁸² ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 137 e seguintes.

Nacional de Corregedores de Justiça, promovido pela Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além de Mariosi, participaram também da mesa o Deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), o Corregedor Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Jorge Luís Dall'Agnol, e o Conselheiro do CNJ Eduardo Lorenzoni.

Os debatedores foram unânimes em dizer que, na maior parte dos casos, os pontos de obstrução nos procedimentos penais que provocam a morosidade da justiça também levam à impunidade. O Deputado Federal Flávio Dino apresentou relatório que detalha 40 projetos de lei sobre legislação penal e processual penal que são analisados pela subcomissão especial da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

O Deputado estima que um a dois projetos de lei possam ser apresentados para votação, por semana, na Câmara dos Deputados. Entre os projetos de lei em tramitação, está o que permite o uso da videoconferência como alternativa para não deslocar o preso para depoimento. O Corregedor Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Jorge Luis Dall'Agnol, expressou apoio ao projeto, que evita o deslocamento de prisioneiros.

O Conselheiro Eduardo Lorenzoni propôs o afastamento cautelar dos magistrados envolvidos em processos penais. No caso do CNJ, atualmente esse afastamento só pode ser feito depois de aberto o procedimento disciplinar e, no caso dos Tribunais, depois de aberto o processo administrativo disciplinar.

Foram debatidos outros pontos do processo penal que colaboram para a impunidade, como a dificuldade de localização do réu durante o processo penal, inclusive na fase de julgamento pelo júri, a reincidência dos criminosos em regime semiaberto, a falta de comunicação interna no próprio judiciário e a necessidade de um sistema que compartilhe informações entre Justiça e órgãos de Segurança Pública.¹²⁸³

No próprio STF, desde a aposentadoria do Ministro Sepúlveda Pertence, não há sequer um Ministro com formação e dedicação penalistas. Já no CNJ acontece o mesmo, inexistindo qualquer membro que entenda (queira entender) *corretamente* o que acontece por trás do biombo do sistema penal.

Com efeito, aquelas afirmações *eseteefistas* e *ceenejotistas* - que seriam *levianas* e *indolentes* se já não fossem *político-criminalmente incompetentes*, porque edificadas por agentes que desconhecem o sistema penal ou o interpretaram mal -, desprezam que é possível haver *seletividade* e, daí, *punição* mesmo antes, durante e para muito além dos termos *dispositivados* na sentença penal condenatória.

E, onde há *seletividade* e *punição* sempre há lugar para o “discurso da impunidade criminógena”, por mais *contraditório* que isso possa parecer e *arbitrário* que seja.

A esse discurso de “impunidade” a que vamos nos debruçar a partir de agora chamamos, *ironicamente*, de “impunidade descontraída”.

Não se poderia falar, mas se fala, de “impunidade” quando um suspeito ou acusado de um “crime”, ou seja, antes da condenação, tem seu rosto e nome completo estampados no noticiário jornalístico de alcance nacional, sobretudo quando seu prenome e seu patronímico

¹²⁸³ In<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/3863:morosidade-mpunidade>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

são acompanhados de *alcunhas zoomorfizadoras*¹²⁸⁴ como “fera”, “besta”, “monstro”, “animal”, “besta-fera”¹²⁸⁵, ou substituídos por *epítetos* como “demônio”, “canalha”, “vagabundo” (“metáforas racionalizadoras”), que, objetivando distingui-lo *momentaneamente* de seus *homônimos*, nada mais fazem que, *paradoxalmente*, incorporá-lo, *definitiva* e *indelevelmente*, ao rol dos *estigmatizados* por uma “impunidade perpétua”.

Para tanto, utilizam-se os meios midiáticos de várias estratégias inconstitucionais, ilegais, imorais, aéticas, ofensivas e “criminosas”: a) a exemplo da antecipação de provas que sequer se sabe se existem, se são confiáveis e acreditáveis ou se serão produzidas (testemunhas anônimas auditadas com o rosto invisível e a voz distorcida); b) a exemplo da modificação qualitativa e quantitativa de provas já obtidas (edição de gravações e de imagens); c) a exemplo do acesso exclusivo a provas que não foram ainda alcançadas pelas agências punitivas imediatas, como a polícia, apresentadas como “furo jornalístico” mediante o uso da expressão “o jornal (tal) teve acesso exclusivo à prova (tal)” (testemunhas nominadas, decifradas e auditadas escancaradamente; provas documentais devassadas e apresentadas sem qualquer pudor); d) a exemplo da antecipação de condenações mediante acusações que equivalem a sentenças definitivas e indelévels (“ele fez”; “ele é o culpado”; “este sujeito merece prisão perpétua”; “um sujeito como este merece pena de morte”; “cadeia é pouco para ele”; “para um monstro como este a cadeia é um hotel” etc.); e) a exemplo da desacreditação de e da crítica a sentenças proferidas por magistrados (“esta sentença precisa ser revista”; “esta decisão é absurda”; “esta decisão não observou a personalidade perversa do condenado”; “esta sentença favorece a impunidade”; “sentenças assim intranquilizam as pessoas” etc.); f) a exemplo da provocação acintosa aos magistrados para que, antes mesmo da sentença, comecem a formatar em seu código ideológico (repertório) a necessidade de que a condenação seja firme, pesada e exemplar (jurisprudência gravitacional); g) a exemplo do enaltecimento público de promotores e suas façanhas condenatórias “idolatráveis” (este promotor tem mais de 90% de vitórias em seu currículo);¹²⁸⁶ e da humilhação concorrencial de advogados e suas derrotas “desprestigiadoras” (este advogado venceu apenas essa pequena porcentagem dos júris que fez)¹²⁸⁷, em um teatro (júri) onde o espectador já adentra sabendo

¹²⁸⁴ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 15: “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano.”

¹²⁸⁵ Sobre o anterior a essa tática, falando em *substancialização*, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 99-100 e 384.

¹²⁸⁶ Comparação realizada midiaticamente no caso Isabella Nardoni.

¹²⁸⁷ Ver nota anterior.

qual será o final (peça estragada pelo final contado ou filme sem graça [spoiler desgraçado]).¹²⁸⁸

Ademais, a *sub-rogação* da identificação civil (nome e sobrenome) do réu por epítetos *pejorativos* (“canalha”, “monstro”, “fera”, “besta”, “demônio”, “vagabundo”, “safado”), pode enquadrar (“deveria enquadrar”) os (ir)responsáveis no “crime de injúria”, por exemplo.

Somado a tudo isso, ainda consegue a mídia, envolvendo o “imaginário coletivo” e seus “medos”, convencer sua audiência a pugnar pela punição a partir de um pressuposto falso que converte “uma pessoa [...] [que] não haja manifestado nenhum comportamento que implique uma infração [...] [em uma pessoa que passa] a ser tratada ‘como se fosse’”¹²⁸⁹.

Essa passagem thomasiana do campo “como se fosse” para o “sendo”¹²⁹⁰ (efeito reprodutor da criminalização), dentre outras coisas, também pode ser garimpada quando:

[percebemos] [...] como a televisão utiliza a imagem para construir efeitos de realidade, [...] [sendo-nos possível] vislumbrar também os sentidos se constituindo como realidade. [...] Cabe, aqui, lançar mão da teoria de Fecé que, ao analisar o documentário cinematográfico e a reportagem televisiva, afasta-se da noção de ‘realismo’ ou ‘realidade’. Em seu lugar, propõe a noção de ‘efeitos de realidade’. Para ele, ‘o espectador não tem acesso ao mundo através da experiência ou do conhecimento, mas por meio das representações que aparecem como verdadeiras’. Nessa perspectiva, o telejornalismo funciona no regime da visibilidade, o qual supõe um hipotético acesso ao mundo graças à ilusão da transparência da imagem. É por isso que podemos dizer que, nos meios de comunicação, o espectador acaba assistindo como testemunha aos principais acontecimentos e se converte em protagonista da história. [...] Assim, o papel da imagem será maior do que o da ilustração ou de cenário - será preciso convencer o espectador do que aconteceu, reconstruir o crime como se estivesse acontecendo pela primeira vez diante dos olhos de todos os espectadores. A imagem promoverá, então, o acordo de olhares necessário para que a culpa dos acusados torne-se, literalmente, evidente.¹²⁹¹

A permanência desses julgamentos excêntrico-monomaníacos é promovida pela mídia: a) quando ela, pretendendo um “efeito de demonstração”¹²⁹², transmite filmes que exibem corpos de suspeitos; corpos de acusados, ainda que por crime culposos, sendo algemados¹²⁹³ e

¹²⁸⁸ Em parte, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 134.

¹²⁸⁹ Sobre a sequência original, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 134.

¹²⁹⁰ Ver nota 320. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 134. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 45.

¹²⁹¹ MENDONÇA, K. *A punição...*, pp. 43 e 45.

¹²⁹² Esse efeito ocorre quando, segundo SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 22: “[...] há estimulação de necessidades através de modelos socioculturais importados e adaptados [...]”.

¹²⁹³ Entrevista que, *algemado*, com direito a *focalização* da câmera nesse artefato restritivo-punitivo-expositivo, Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda Gurizada Fandangueira, “concedeu” ao Fantástico. In <<http://www.youtube.com/watch?v=wHEVJ9sdFYs>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

linchados¹²⁹⁴; corpos de condenados sendo algemados, executados e mutilados; policiais torturando moradores de favelas com sacolas plásticas (“síndrome do Rambo dissocial”)¹²⁹⁵, incitando e convencendo os espectadores a aplaudir, de pé, o policial-soldado¹²⁹⁶, implacável justiceiro heroizado que nos salvará da hecatombe (“síndrome do herói nacional”)¹²⁹⁷; policiais executando “traficantes varejistas de rua” (“criminalidade de calçada”), enquanto “criminosos” muito mais perigosos e astutos inclinam seus corpos em cadeiras giroflex (“criminalidade de escritório”); b) quando ela transmite novelas e seriados que martirizam a vítima e reduzem a sua família a uma “pobre coitada”, mostrando os pedaços daquela sob um fino pano que delinea sutilmente as partes separadas de seu corpo, enquanto não esconde o sangue que conseguiu fugir das suas veias; c) quando ela vexatoriamente expõe os encarcerados antes da sentença penal condenatória (com os cabelos raspados; usando uniformes com cores “aberrantes”, exclusivas de presídios; seminus, trajando roupa íntima; aludindo, jocosamente, a objetos intrometidos em sua genitália ou nas demais áreas corporais abertas ao exterior¹²⁹⁸; com os punhos algemados para trás; sendo arremessados no cofre do camburão; deitados fetalmente no chão desses; obrigados fisicamente, pelos braços anabolizados dos policiais¹²⁹⁹, a elevarem a cabeça para que o câmara filme sua face, isso quando o repórter cinematográfico não realiza uma acrobacia que vai permitir sua focagem de baixo para cima; entrevistados ainda embriagados, mesmo após o estacionamento indefectível do veículo; mensurados de perfil à frente de réguas unidimensionais e atrás de placas numéricas indicativas *etc.*); d) quando ela, sem peso na consciência, manipula a vítima-herói em seu benefício¹³⁰⁰; e) quando ela covardemente explora à exaustão a dor alheia¹³⁰¹ como se ela fosse do espectador, entrevistando parentes e amigos das vítimas, exibidos estrategicamente com camisas contendo reprografias dos seus rostos e mensagens pedindo

¹²⁹⁴ Ver <<http://www.youtube.com/watch?v=QvwHjwAc0Aw>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

¹²⁹⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 138-139. Mais otimista, _____. *A palavra...*, p. 319.

¹²⁹⁶ Sobre isso, ver FOUCAULT, M. *Vigiar...*, pp. 117 e seguintes.

¹²⁹⁷ Ver nota anterior. Ao contrário, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 429 a 431.

¹²⁹⁸ Curiosamente, ver CHARRIÈRE, H. *Papillon: o homem que fugiu do inferno*. 18. ed. São Paulo: Difel, 1986, *passim*.

¹²⁹⁹ Ver HUGGINS, M. K.; HARITOS-FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. G. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, pp. 175 e seguintes.

¹³⁰⁰ Vinculando ao poder punitivo, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 458.

¹³⁰¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 320-321.

“justiça”, ou próximos a crucifixos, a paisagens azuis (“santificação celestial da vítima”), ou a lugares que recordem onde aquele morou, passeou, trabalhou, ou mostrando instantâneos, vídeos, objetos e, ou, declarações que deem a entender o que ele seria quando crescesse (“interrupção incalculada de sonhos e projetos”); f) quando ela apresenta desfocadamente o(s) filho(s) da(s) vítima(s), quase sempre menor(es) entregue(s) ao desamparo; g) quando ela convoca representantes de associações de vítimas para requentarem suas situações pretéritas análogas, engrossando o caldo; h) quando ela reaparece com a vítima como se ela fosse uma sobrevivente fictícia, “cujo retorno sempre poderá ser evocado ou calculado e ‘provado’ por um mero ‘dizem’ dos especialistas”^{1302, 1303}; i) quando ela, amiúde, passa documentários sobre prisões até que a população assistente, e porque não o próprio encarcerado (desvio secundário), introjete profundamente a mensagem subliminar de que as cadeias são “hospedadas”, em sua maioria, por “afrodescendentes” e “pobres (ou melhor, desempregados, inempregáveis ou desfavorecidos pela discrepância rentária)”, porque eles são os mais e os maiores “criminosos”; ou, j) quando ela expede frases chocantes expansivas ao estilo “um crime que chocou o Brasil”, “ficamos todos chocados com este crime”, “um crime que abalou todo mundo”, ou “um crime que parou a nação” (“transpersonalização invasiva sem procuração”).

É dizer, em todas essas hipóteses, ou seja, quando ela nos *extasia* e nos *embriaga* com seu *espetáculo de horror*, não estaria ela, *proporcionalmente*, agindo como o suserano agia no entorno temporal dos suplícios e das execuções medievais?

[...] pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força. Por isso sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível.¹³⁰⁴

A única diferença é que o *âmbito de alcance* dessas era infinitamente menor que o da mídia que, não obstante isso, *atua com tanta brutalidade e violência* quanto se *executava* antigamente e se *executa* atualmente, e *sem precisar derramar uma gota de sangue*.¹³⁰⁵

¹³⁰² DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 210.

¹³⁰³ Sobre tudo isso, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 175-176.

¹³⁰⁴ FOUCAULT, M. *Vigiar...*, p. 32.

¹³⁰⁵ BATISTA, N. Política criminal com derramamento de sangue. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º e 2º semestres 1998, ano 3, ns. 5 e 6, pp. 77 a 94. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 146-147.

De “impunidade” também não se pode falar na hipótese infelizmente comuníssima em que, atendendo aos artigos da Lei n. 7.960/89 (prisão temporária), e 311 e seguintes do CPP (prisão preventiva¹³⁰⁶), mantém-se o acusado encarcerado para a quase sempre *improvada e injustificada “imprescindibilidade das investigações policiais”* e, ou, “*garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria*”, sobretudo porque:

Sob a perspectiva do julgador, a presunção de inocência deve(ria) ser um princípio da maior relevância, principalmente no tratamento processual que o juiz deve dar ao acusado. Isso obriga o juiz não só a manter uma posição ‘negativa’ (não o considerando culpado), mas sim a ter uma postura positiva (tratando-o efetivamente como inocente). [...] A presunção de inocência afeta, diretamente, a *carga da prova* (inteiramente do acusador, diante da imposição do *in dubio pro reo*); a *limitação à publicidade abusiva* (para redução dos danos decorrentes da estigmatização prematura do sujeito passivo); e, principalmente, a *vedação ao uso abusivo das prisões cautelares*. Em suma: a presunção de inocência impõe um verdadeiro *dever de tratamento* (na medida em que exige que o réu seja tratado como inocente), que atua em duas dimensões: interna ao processo e exterior a ele. Na *dimensão interna*, é um dever de tratamento imposto, primeiramente, ao juiz, determinando que a carga da prova seja inteiramente do acusador (pois, se o réu é inocente, não precisa provar nada) e que a dúvida conduza inexoravelmente à absolvição; ainda na dimensão interna, implica severas restrições ao (ab)uso das prisões cautelares (como prender alguém que não foi definitivamente condenado?). *Externamente* ao processo a presunção de inocência exige uma proteção contra a publicidade abusiva e a estigmatização (precoce) do réu. Significa dizer que a presunção de inocência (e também as garantias constitucionais da imagem, dignidade e privacidade) deve ser utilizada como verdadeiro limite democrático à abusiva exploração midiática em torno do fato criminoso e do próprio processo judicial. O bizarro espetáculo montado pelo julgamento midiático deve ser coibido pela eficácia da presunção de inocência.¹³⁰⁷

No Brasil, em torno de 176.000 pessoas estão presas sem terem sido condenadas definitivamente.¹³⁰⁸ Isso representa 32% do total de encarcerados. Para completar a ironia, desses 32% de presidiários “condenados” preventivamente, 37% (65.120 encarcerados) serão absolvidos ou soltos, estando eles presos por nada.¹³⁰⁹

¹³⁰⁶ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 239-240. _____. *A palavra...*, pp. 315-316, 412 e 444 a 447.

¹³⁰⁷ LOPES JUNIOR, A. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*, v. I. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 193 a 196. _____. *Direito...*, v. II, pp. 53 e seguintes. Em um sentido menos restritivo, TOURINHO FILHO, F. da C. *Código de processo penal comentado*, v. I. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, pp. 712 e seguintes.

¹³⁰⁸ Ver nota 294. Com outros números, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 136. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, p. 444. Malgrado o IIDH compute 34%, o próprio admite que “*las personas con condena de primera instancia con apelación pendiente se computaron como condenadas*”, o que falseia o percentual real. In <http://www.iidh.ed.cr/comunidades/seguridad/docs/seg_docpolicia/curso%20noel%20doct.htm>. Acesso em: 17 fev. 2014. Para o Ministério da Justiça, o número correto seria 195.036 encarcerados, ou seja, 35,59% (ver nota 296). Para CASARA, R. *Convenções...*, esse índice seria de 50%, ou seja, 274.001 presos.

Ou seja, depois de “um tapinha nas costas (empurrão eufemizado), e um improvável pedido de desculpas, ou até mesmo uma indenização que nunca chega”, 65.120 (37%) *presos serão soltos porque considerados, finalmente, e parodiando o liberto quæ sera tamen, inocentes!*

Fora isso, o que em si já é suficiente, a CRFB/88, em seu artigo 5º, inciso LVII, impõe que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.” Ninguém!

Diante das constantes tentativas de fragilização erosiva desse texto, talvez fosse mais prudente também inserir na carta política que “*ninguém será punido até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.*” Ninguém!

Aliás, o *tempo* é um fator *contraditório* quando vinculado ao “discurso da impunidade criminógena” na medida em que ele é explorado pelos empresários morais punitivistas como “desculpa” para a acusação *enfadonha* e *desgastante* de alguém ainda restar “impune”, ao estilo “já *faz (tantos) anos* que o crime foi cometido e o criminoso continua solto ou já está livre”.

Mas também como *ponto de contraposição* a essa acusação quando, debruçando-se sobre a conjuntura presidiária brasileira, facilmente se percebe que o cumprimento da pena privativa de liberdade, definitiva ou provisória, em nossas cadeias equivale a uma *quase sentença de morte lenta e dolorosa* ou, “quando menos”, a uma *morte civil e social*.

“Em todo o mundo civilizado, salvo os E. U. A., a prisão prolongada substituiu a pena de morte.”¹³¹⁰

Portanto, a “hospedagem” carcerária *estressante*, calculada principalmente em *anos*¹³¹¹, não pode se coadunar com a afirmação de “impunidade” do “hóspede”.

O vencimento da pena (“cadeia paga”) também deveria afastar, *incontinenter*, a consideração de “impunidade”, apesar de o aspecto temporal, exclusivamente, não ser capaz de autorizar a conclusão a favor do ou contra o *caráter de punido e de impunido* que, em tese, deve(ria) se assentar, também, no fato de a *condenação* haver sido *cumprida*, ou *não*, em instituição total *degradante e destreinadora*.

E, justamente, porque:

¹³⁰⁹ Ver nota 1605. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 444 a 446. Considerando os dados do Ministério da Justiça, esse *quantum* cairia para 48.772, o que não diminuiria o absurdo da situação.

¹³¹⁰ Ver nota 1075.

¹³¹¹ Ver nota 296.

Por mais duras que sejam as condições de vida nas instituições totais, apenas as suas dificuldades não podem explicar esse sentimento de tempo perdido; precisamos considerar as perdas de contatos sociais provocadas pela admissão numa instituição total e (usualmente) pela impossibilidade de aí adquirir coisas que possam ser transferidas para a vida externa - por exemplo, dinheiro, formação de ligações conjugais, certidão de estudos realizados.¹³¹²

E isso é tão sério e se introjeta tão profundamente na psique do condenado que:

Embora os internados possam ter planos para a saída e tenham um cálculo até de horas para a data de sua liberação, os que se aproximam desta tendem frequentemente a sentir-se angustiados e, como já foi sugerido, alguns criam um problema [...]. A angústia do internado quanto à liberação parece apresentar-se, muitas vezes, sob a forma de uma pergunta que apresenta a si mesmo e aos outros: ‘Será que posso me sair bem lá fora?’ Esta pergunta abrange toda a vida civil como algo a respeito da qual tem concepções e preocupações. [...] Talvez essa perspectiva seja desmoralizante, e seja uma das razões para que os ex-internados frequentemente pensem na possibilidade de ‘voltar’, bem como uma razão para que um número apreciável faça exatamente isso.¹³¹³

Apesar de esse direito indubitável à liberdade, antes da *transição condenatória em julgado*, estar “constitucionalmente assegurado a todos” (sem risos), analisando comparativamente as decisões de *habeas corpi* impetrados por pacientes de estratos sociais, profissões, níveis intelectuais e financeiros do mais variado matiz, junto ao STJ, encontrou MARINA GROSNER, *estatisticamente*, uma *concessãodasegurança* a favor de empresários, advogados, médicos, políticos *etc.*, superior à outorgada a “flanelinhas”, motoristas, “bicheiros”, sindicalistas *etc.*¹³¹⁴

E, com um detalhe antecipador *desestruturante*, qual sendo, o de que, para aqueles que alegarem que a diferença deve ser atribuída à possibilidade de contratação de advogados “mais caros” e, em tese, “mais habilidosos” (argumento que não vale para os mais “respeitados e influentes”, obviamente), a resposta desmistificadora já foi deixada pronta por ela no instante em que *odevido desconto foi eufemizado* quando da comparação entre os *conteúdosdos argumentos* consignados pelos advogados “honorariamente mais custosos” e os levantados pelos causídicos “honorariamente mais acessíveis”.¹³¹⁵

I. e., mesmo quando os argumentos esposados pelos advogados foi *idêntico*, o destino do *habeascorpus* do réu abastado e, ou, influente e, ou, intelectualizado foi geralmente

¹³¹² GOFFMAN, E. *Manicômios...*, p. 65.

¹³¹³ GOFFMAN, E. *Manicômios...*, pp. 66-67.

¹³¹⁴ GROSNER, M. Q. *A seletividade...*, pp. 115 e seguintes, 165 e seguintes e 187 e seguintes.

¹³¹⁵ GROSNER, M. Q. *A seletividade...*, pp. 120 e seguintes e 165 e seguintes.

favorável (concessão), enquanto que o do réu desabastecido e, ou, ininfluente e, ou, desintelectualizado foi geralmente *desfavorável* à concessão da ordem (denegação).¹³¹⁶

Com efeito, não é possível falar-se de “impunidade”, ao menos não dos estereotipados pela *vulnerabilidade* em comparação com os *invulneráveis*, quando ambos, vazando *argumentos iguais* em seus respectivos *habeas corpi*, recebem destinos processuais penais diversos, *aqueles sendo denegados e estes sendo concedidos*.

Ainda durante o processamento pelo sistema penal, é o acusado *moído* em suas engrenagens, e por tanto tempo que sua *carne*, quando chega ao final da linha de (des)montagem de corpos adocicáveis, já se encontra em *estado de decomposição putrefata*.

É de inegável conhecimento de quase todas as pessoas o caráter *decompositor* das prisões brasileiras, “*hotéis*” de *sexta categoria*¹³¹⁷ e verdadeiros moinhos que *desgastam* seus “hóspedes” até o *tutano*, utilizado como *ração* (“insumo (ir)racional”) para alimentar a propaganda veiculada pelo sistema penal que noticia que a “impunidade” deles, mesmo quando encarcerados (“impunidade quente”), não poderá servir de “incentivo” para outras pessoas, ou para sua “reincidência”.

A rigor, o sistema penal entende que para ter em suas mãos um dispositivo marqueteiro *violentamenteconvvincente* e *assustadoramenteintimidante* precisa destruir (neutralizar) ele as ações e os corpos dos seus “hóspedes” (dedetização e assepsia).

Porém, não significa isso que um sistema penal, para “poder ser aceito”, porque “decentemente aparelhado” (“teoria do menos pior”), deva adquirir utensílios “interessantes e úteis” (para e a quem?) às suas atividades domésticas diárias, mormente porque *sempre incorporou ele e continuará incorporando*, “implicitamente”, no seu modelo *démodé*, como protagonistas, *dispositivos* outros que, apesar de *desinteressantes* e *inúteis*, só não acumulam poeira porque utilizados *diuturnamente*, embora mais *noturnamente*!

De sorte que de um jeito ou de outro, nada de útil se pode esperar de uma prisão. Nada!

Igualmente, “impunidade” não seria a palavra adequada quando a realização de certos procedimentos dirigidos, afirma-se, à “introjeção de disciplina” pelo interno se socorre de *dispositivos torturadores*, porquanto ultrapassa isso, em muito, o comando sentencial que, por sua vez, deve estar adstrito ao artigo 5º, inciso XLVII, do CRFB/88.

¹³¹⁶ Ver nota anterior.

¹³¹⁷ Um ou outro jornalista insiste em comparar as prisões brasileiras a “hotéis de luxo”. Talvez fosse interessante algum deles se acomodar em alguma daquelas e, depois de passar uma noite de terror, revisitar as bobagens que diz.

A má alimentação, as péssimas condições de higiene, a superlotação, a infestação e a propagação de doenças, a privação de contatos íntimos com os respectivos parceiros externos (“amantes em geral”), o excessivo contato íntimo interno, a insuficiência de exercícios¹³¹⁸ e a privação de luz solar – talvez porque “o sol é [seja] um dos principais tónicos da multidão [sic]”¹³¹⁹ –, responsável pela sintetização da vitamina D quando em contato com a e pela pele, indispensável ao desenvolvimento sadio da ossatura do corpo (“maleabilidade perseguida”), dos outros órgãos e sistemas humanos¹³²⁰, também proíbem considerar os “hóspedes” das nossas prisões como pessoas “impunes”.¹³²¹

Ao contrário. Uma vez encarcerado é o estereotipado submetido a um procedimento de *intensificação* punitiva das condições *indignas* experimentadas por ele do lado de fora.

A publicação da *sentença penal absolutória*, proferida por um *juiz natural* e, de consequência, *competente*, também inadmite (deveria inadmitir) a acusação de “impunidade”, porque, uma vez transitada em julgado, deveria *inumar* todas as acusações penalizantes voltadas outrora contra o sentenciado.

Infelizmente, apenas “deveria”, porquanto eventual e improvável *sentença penal absolutória* não conseguirá transformar o quadrado em redondo e o preto em branco, ou seja, não terá força suficiente para desbancar e desfazer a *sentença condenatória midiático-popular transitada em julgado no mesmo dia da acusação*, que tem *gargalhado*, com um ar triunfalista, da expressão *res iudicata facit de albo nigrum et de quadrato rotundum* por considerá-la uma paródia de justiça!

Mas, por quê? Porque a *revisio pro reo*, desnecessária no caso de sentenças absolutórias, é substituída (“teoria do vazio”) pela *revisio pro societate contra “impune”*.

¹³¹⁸ Pesquisar pelo verbete: “exercícios físicos” in

<http://www.paho.org/BIREME/index.php?cx=014283770845240200164%3A7xvhtq0zao0&q=exercícios+físicos&searchword=&sa=Pesquisar...&cof=FORID%3A0&searchphrase=all&ie=iso-8859-1&scope=1&option=com_search&Itemid=1&siteurl=www.paho.org%2FBIREME%2Findex.php%3Fcx%3D014283770845240200164%253A7xvhtq0zao0%26q%3Dexerc%25C3%25ADcios%2Bf%25C3%25ADsicos%26searchword%3Dexerc%25C3%25ADcios%2Bf%25C3%25ADsicos%26sa%3DPesquisar...%26cof%3DFORID%253A0%26searchphrase%3Dall%26ie%3Diso-8859-1&ref=www.paho.org%2FBIREME%2Findex.php%3Foption%3Dcom_content%26view%3Dfrontpage%26lang%3Dpt%26limitstart%3D145&ss=#gsc.tab=0&gsc.q=exerc%25C3%25ADcios%20f%C3%25ADsicos&gsc.page=1>. Acesso em: 25 out. 2013.

¹³¹⁹ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 34.

¹³²⁰ Apesar de estudos indicarem que 15 minutos diários já são suficientes para a produção da vitamina D, principalmente no período das 10 às 15 horas, não havendo o fornecimento de protetor solar aos encarcerados, acaba esse interregno expositivo coincidindo com o do aumento da probabilidade de dano à pele mediante a chance de maior incidência de câncer. Ver <<http://www.hc.ufpr.br/?q=content/ficar-exposta-ao-sol-garante-vitamina-ncial>>. Acesso em: 17 set. 2013.

¹³²¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 135.

Para PIERO CALAMANDREI, em *Eles, os juízes, vistos por um advogado*:

Enquanto permanece nos limites da causa, sua opinião [a do Magistrado], que tem por lei o solene acento da justiça, *facit de albo nigrum*; mas, quando se põe a discutir política, o branco continua branco, ainda que na sentença ele se obstine em proclamar que é preto.¹³²²

Também porque o condenado, assim que é capturado pela “rede de neblina” do sistema penal, passa a ser considerado *res iudicata*, ou seja, um “objeto”, uma “coisa (res)”¹³²³ julgada de maneira *praticamente* “imutável e indiscutivelmente” (*iudicata*) desfavorável, penal e socialmente, a ele, apesar da previsão, “sem sal”, da *revisio pro reo*.

Essa é mais uma *marcação* que o acompanhará por toda a sua vida, mesmo porque a coisa julgada, sendo um efeito também da sentença midiática, é *P. R. I. - publicada, registrada e intimidante* (intime-se) -, para dar conhecimento ao condenado e a terceiros que *não poderão alegar desconhecê-la, tampouco desobedecê-la*.

De igual modo, *processualmente* falando, quando a *sentença penal condenatória* está estribada em termos “imutáveis” e “indiscutíveis” (“autoridade de coisa julgada”), “embargada fica qualquer discussão qualitativa e quantitativa acerca da punibilidade do condenado, admitida apenas a revisão a seu favor”, referida acima.

O que indevidamente acaba emprestando um verniz de “inconteste legitimidade política” à *seletividade* do sistema penal na medida em que se entende que a oportunização do “contraditório e da ampla defesa”, dentro e durante o *processamento* do conflito, expurgou qualquer dúvida quanto à “culpa do réu” e, de consequência, quanto à “autoridade do *decisum* condenatório”.

A despeito da autoridade de coisa julgada, que pode até proteger o réu contra uma pretendida *reformatio in peius formal*, consegue o *sistema penal informal*, “sob os panos”, embaraçar a sua vida para além daquele comando decisório quando *mediaticamente* divulga, por exemplo, que “a pena concreta é pequena demais”, que “a pena aplicada é muito branda para a hediondez do crime que ele cometeu”, que “a pena a que foi condenado excita a impunidade sua e a de outras pessoas”, que “a justiça brasileira é muito condescendente”, que “as leis penais estão ultrapassadas”, que “as leis penais favorecem os canalhas”, que “as leis penais não são cumpridas como deveriam”, que “as leis penais possuem muitas brechas” *etc.*

Acima foi rascunhado que o CNJ, em campanha deflagrada em 2010, visando à *modernização* da justiça “criminal”, embora partindo *paradoxalmente* de uma nomenclatura

¹³²² CALAMANDREI, P. *Eles...*, 1995, pp. 28 e 244, *in verbis*.

¹³²³ Apesar do exposto acima tratar ambos como sinônimos, *coisa* e *objeto* são diferentes, conforme esclarece PINTO, J. *O ruído...*, p. 18.

démodé e perigosamente tendenciosa e sugestiva - o que é incompreensível e denota certa falta de conhecimento na condução do assunto, não só em termos penalísticos, mas, sobretudo, em termos de (i)logicidade político-criminal-, pretendia ensinar aos magistrados, acreditamos que os de competência *penal*, que eles deveriam: *não, punir menos, mas punir melhor*.

Ocorre que uma avaliação linguística do *slogan* da campanha revela o seguinte:

Primeiro, que ele esconde uma função *mercadológico-consumerista* cuja *sinonímia* seria “punir melhor para punir cada vez mais”, “punir melhor para punir sempre” e “punir melhor sem renunciar à quantidade de punição já garimpada” (“estoque regulador”), ou seja, em resumo, *ganhando cada vez mais e mantendo os estoques* (“teoria da produção”), que sempre foi o *moto* típico das economias penais capitalistas que se fossem sérias seriam estampadas, no mínimo e para começar (“teoria do menos ruim”), com frases, apesar de também impróprias, do tipo “punir melhor para punir menos” (“teoria da produtividade”).

Nessa interpretação entraria a hipótese nórdica de que uma nova pessoa somente pode ser presa se antes, ou *pari passu*, for libertado um encarcerado (*numerus clausus*).¹³²⁴

O CNJ, realizando um *movimento bimanual prestidigitador*, “tira com uma mão e dá com a outra” sem que a população perceba a *destreza* promotora da *ilusão de ótica*.

Quando ele *escancara* que o escopo da campanha “não é punir menos, é punir melhor”, emite ele uma frase de interpretação dupla, bem ao sabor *malicioso* do freguês que, influenciado pelo atendente, inclina-se famelicamente em favor da *compatibilidade* da *melhora* da punição (“otimização *qualitativa*”) com a *manutenção quantitativa* da mesma (“punição *agridoce*”).

Se o freguês for o sistema penal, *bulímico* por natureza, ele a interpretará assim: “se o objetivo não é punir menos, é punir melhor, significa isso que, não sendo ambas as orações *incompatíveis*, eu não preciso punir menos, podendo eu continuar *punindo mais*”.

Se o freguês for outro, alguém *anorético*, por exemplo, a interpretação sairá bem assim do refrigerador: “uma punição melhor tem o objetivo de diminuir as punições, ou seja, punir melhor significa punir menos”.

O que também não é o adequado na medida em que uma “punição melhor” pressupõe uma *punição*, que em si já é *injustificável*, seja *retributiva*, porque, além de não restituir o *status quo ante*, contrapõe bens jurídicos diferentes (a *vida* perdida da vítima, *e. g.*, e a perda

¹³²⁴ Ver entrevista constante no sítio eletrônico indicado na nota 321: “Entre os nórdicos, quando um juiz condena um preso, ele precisa saber a quantidade de vagas na prisão. Se não há vaga, outro preso precisa sair. O juiz indica quem sai. Porque é preciso responsabilizar o Poder Judiciário e a polícia pelos presídios.”

da *liberdade* pelo condenado), seja *preventivamente*, porque *instrumentaliza* o condenado transformando-o em “ferramenta”, em “objeto”, ou seja, *em algo disposto em um nível inferior ao do ser humano*, e simplesmente para (re)equilibrar o sistema (o poder).¹³²⁵

Como, *histórico-politicamente*, o sistema penal é *insaciável*, quer-nos parecer que a campanha acima é uma campanha *bulímica* (*ingestão e regurgitação*) na medida em que seus aparelhos de moer gente ingerem o maior número de pessoas possível, embora, para manter sua aparência *macérrima e esteticamente harmoniosa e simétrica*, utilize-se ele de um *vomitório* que redespeja os encarcerados mal digeridos no mercado de trabalho, que deles fará um uso *fungível e consumível*, de um *demaquilante* (mídia) potente o suficiente para desintegrar os supostamente “impunes” (“corpos cosmeticamente infectantes”), de um *desengordurante* capaz de queimar a “gordura social sobressalente” e de um *alvejante* “purificante”, deixando mais “limpa e agradável” a face, o corpo e a epiderme da sociedade.

Em *A divina comédia*, DANTE ALIGHIERI entrega à boca de Virgílio a seguinte resposta às súplicas do homônimo que lhe interpela:

A fera que te faz gelar o sangue de horror não permite que ninguém passe por aqui impunemente, e quem insiste em opor-lhe resistência encontra a morte. É uma criatura tão má, e tão contundente, que jamais consegue saciar o enorme apetite [...] sente até mais fome, depois que come.¹³²⁶

Segundo, uma avaliação linguística do *slogan* da campanha revela que “debate[r] sobre segurança, com foco em penas e medidas alternativas¹³²⁷, como forma de ‘punir melhor’, beneficiando a sociedade”¹³²⁸, significa *desconhecer*, embora isso esteja evidenciado na própria *expressão* *apenativa*, a diferença entre “*sistemas penais alternativos e alternativas ao sistema penal*”¹³²⁹, ou seja, que *pena(s) e medida(s) alternativa(s) não deixa(m) deserpna(s)*¹³³⁰, à *semelhança de quaisquer outras*, conforme se deduz do artigo 32, inciso

¹³²⁵ Nesse sentido, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 263. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, p. 79.

¹³²⁶ ALIGHIERI, D. *A divina comédia*. In coleção obras-primas. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 11.

¹³²⁷ Em 2009, data dos últimos dados divulgados, estavam sob pena(s) e medida(s) alternativa(s) 671.078 pessoas, enquanto que o número de encarcerados era de 473.626. Ver nota 296.

¹³²⁸ Ver sítio eletrônico indicado na nota 1275.

¹³²⁹ Ver nota 1277. Ver, também, o prefácio de Juarez dos Santos a BARATTA, A. *Criminologia...*

¹³³⁰ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 185 e 204, *verbo ad verbum*, e 205: “O âmbito do ‘penal’ é delimitado pela *pena* e o conceito de ‘pena’ é definido por um ato [de] batismo legislativo. [...] A maneira pela qual a agência legislativa denomina uma pena é irrelevante, pois o importante serão sempre os dados de realidade: infligência de dor e inadequação aos modelos de solução de conflitos dos demais ramos jurídicos.” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. *Manual...*, p. 140: “Na realidade, a única diferença que existe entre o direito penal e o contravencional é *quantitativa*: a ordem contravencional é um ‘direito penal de menor quantia’.”

II, e do artigo 43, *caput* e incisos, inseridos no Título V, “Das Penas”, no Capítulo I, “Das Espécies de Pena”, do CP, possuindo os mesmos *malefícios* que as demais, sobretudo no que pertine ao tema da “impunidade”, *porquanto a aceitação do acordo proposto para composição dos danos ou da aplicação imediata de pena não privativa de liberdade (artigos 72 e 76, da LJECCrim.), dispara na população leiga a “sensação” de que o acusado, mesmo quando aceita este e cumpre aquela(s), restou “impune” em razão de que, graças ao bom grado dela(s), “ele não apodreceu na cadeia”.*

Para LOUK HULSMAN:

Não basta mudar de linguagem, se se conservam as antigas categorias nas novas palavras. Se, por exemplo, colocarmos no termo ‘acontecimento indesejado’ o mesmo conteúdo da noção legal do ‘crime’ - um ato isoladamente focalizado, uma responsabilidade que se joga sobre um único ator visível, etc. [...] -, permaneceremos, sem perceber, na lógica fundamental do controle social que já conhecemos.¹³³¹

No que segue esposado por LUIGI FERRAJOLI que, embora tenha escrito seu *Direito e razão* arrimando-se no ordenamento positivo italiano, nelas entrevê uma *substância apenativa*:

[...] hoje, [e este parece ser o caso do Brasil, embora criticável a opção em favor de uma política que reduz os danos (consequencialista) em vez de eliminá-los (contenção do poder punitivo,] dentro de um novo projeto de humanização e racionalização penal, algumas das atuais medidas alternativas e de prevenção – intoleráveis enquanto tais – parecem destinadas a ser as futuras penas principais.¹³³²

Por outro lado, o Brasil já conta com 671.078 pessoas cumprindo pena(s) alternativa(s)¹³³³, e não há qualquer dado que comprove que isso tenha “beneficiado a sociedade”, como projetado pela “auspiciosa e ambiciosa” campanha.

No mais, KLAUS TIEDEMAN já demonstrou, *incontestavelmente*, que certas medidas consideradas, a princípio, “penas menores” e “menos agressivas”, em certos casos podem ser muito mais *invasivas* e *prejudiciais* a determinadas pessoas que a pena de privação de liberdade (aprisionamento).¹³³⁴

Em sentido contrário, MOMMSEN, T. *Derecho...*, pp. 36-37: “*Los conceptos de culpa y de pena son tan antiguos como la humanidad, y no han nacido como un efecto de la ley penal.*”

¹³³¹ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 96-97.

¹³³² FERRAJOLI, L. *Direito...*, p. 336.

¹³³³ Os dados, que são de 2009, foram garimpados no sítio presente na nota 296.

¹³³⁴ *Apud* GRECO, L. F. Breves reflexões sobre os princípios da proteção de bens jurídicos e da subsidiariedade no direito penal. In BRITO, A. A. C. de; VANZOLINI, M. P. (Coords.). *Direito Penal: aspectos jurídicos controversos*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, pp. 171-172.

Por fim, a imposição de qualquer pena sempre é a imposição de um *sofrimento* visando à demonstração de um *poder*, o *poder estatal de punir*, para uma *plateia de sádicos*.

Isso não tem nada de bom para a sociedade e simplesmente *realça* o seu alto grau de *distinção* entre as classes e as pessoas e o alto grau de *desajuste* cultural, educacional e financeiro oportunizados e oportunamente utilizados como *desculpa*.

Enquanto *imodificado* o sistema penal atual, continuará a “impunidade” sendo um *discursocompatível* inclusive com *aparelhos* e *dispositivos* de “melhor punição”, apesar desses, sozinhos, não conseguirem excluí-la *eficazmente*, porquanto, partindo de uma *teoria do “bode expiatório”* que *canaliza* todas as angústias, inclusive (sobretudo) *vindicativas*¹³³⁵, das pessoas, bem como de uma *teoria social emancipadora*¹³³⁶ que *sobrecarrega* o condenado com a *responsabilidade* pela sua “transformação”, ou pela sua “melhora” ([re]socialização), qualquer mínima *desconfiança* do poder punitivo para com algum *estereótipo-estigmatizado* já será considerada uma “desculpa suficiente” para que ele, *(re)selecionado*, sofra ou volte a sofrer todas as deletérias mazelas previsíveis e imprevisíveis, mesmo que (não seria melhor, *principalmente quando?*) sua punição se limite ao cumprimento de pena(s) alternativa(s), haja vista que *a aplicação dessa(s), sensacionalmente, atrai muito mais a atenção para uma suposta “impunidade” do que a condenação em pena privativa de liberdade dosada bem acima do previsto como cumprível no artigo 75, do CP*.

Tudo isso significa que o sistema penal insiste em considerar “impunes” pessoas que *sequer serão acusadas* (“meros suspeitos”), pessoas que, uma vez acusadas, *não serão condenadas* (“meros acusados”), pessoas que, mesmo condenadas, *não o foram em qualidade e em quantidade sancionatórias suficientemente tranquilizantes* (“meros condenados”), e pessoas que, mesmo tendo sido condenadas e estando cumprindo, ou tendo cumprido *integralmente* suas penas, ou, ainda que beneficiadas por algum direito libertário antecipador (livramento condicional, graça ou anistia), ou intercorrente (indulto) (“meros executados ou meros egressos”), serão *ressignificadas* como “impunes” quando saírem da cadeia, porque o “discurso da impunidade”, mediante *marcações desfiguradoras mais ou menos visíveis*¹³³⁷, precisa se *realimentar*.

¹³³⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 401, 404, 408, 461-462, 467 e 477. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 55. Exemplificadamente, ver <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/tres-de-6-mortos-em-acao-da-pm-no-rio-nao-tinham-antecedente-criminal.html>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

¹³³⁶ HASSEMER, W. *Introdução...*, p. 385.

¹³³⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 226-227.

Nem mesmo a morte do suspeito, do acusado, do condenado ou do encarcerado (extinção da punibilidade – artigo 107, inciso I, do CP), é suficiente para arrefecer o “discurso da impunidade”, retomado pelo sistema penal para preencher a experiência de vazio que a passagem daquele deixou, mediante o uso de frases do tipo “ele escapou da justiça terrena, mas ninguém fica impune diante da ira divina”¹³³⁸.

5.3.4 Ré-incidência. O futuro do passado e do presente, de grego, embrulhado nos artigos 63 e 64, do Código Penal

Certa pessoa tomou de empréstimo do único mutuante disponível a quantia de R\$ 100,00, “aceitando”, contratualmente, pagar o principal da dívida (R\$ 100,00), mais multa de 1% ao mês para a eventualidade da quitação não ser realizada no dia acordado.

Adimplindo a dívida após o vencimento, entrega o mutuário, ao credor, o valor do principal (R\$ 100,00), mais o valor da multa (R\$ 1,00), ou seja, R\$ 101,00, *quitando*, portanto, *integralmente*, seu débito.

Ocorre que ele, *desesperadamente*, precisando de mais dinheiro, volta a “aborrecer” o único mutuante disponível no mercado pleiteando-lhe a renovação do empréstimo que, então, é entabulado repetindo os termos do contrato precedente, à exceção da inclusão de uma cláusula que impõe ao devedor o pagamento de uma *tarifa* equivalente a R\$ 0,50, por mês, incidente na eventualidade de um *novo inadimplemento* que, ocorrente, demonstrará que ele, mutuário, “é um picareta”, “que não aprendeu” e que “não se emendou” com o pagamento da multa anterior.

Inadimplida a nova dívida no prazo consignado para o pagamento sem a multa e sem os juros, cobra-lhe o credor o valor principal (R\$ 100,00), a multa (R\$ 1,00), *mais a tarifa* (R\$ 0,50).

Acontece, porém, que, não obstante poder parte da “culpa” pelo inadimplemento ser atribuída ao devedor, sua outra parcela é devida a uma corresponsabilidade do mercado, que não oferece opções de mutuantes, e do próprio credor que se esquivou de receber, na data de vencimento, o pagamento.

É justo que o devedor, só *parcialmente* “culpado”, custeie referida *tarifa*, inclusive por esse motivo, enquanto o credor fica indiferente perante outros que lhe devem?

¹³³⁸ Ver Tobias 13:2, além de Salmo 90:7 a 9, Eclesiastes 12:14, Romanos 1:18 e Colossenses 3:6, in BÍBLIA..., pp. 743, 1051, 1181, 2120 e 2215.

Obviamente que não, e justamente porque a motivação da sua incidência, escorada na “irremendabilidade” do mutuário, inexistia no caso.

Pois é esse tipo de *contamágica*, sempre a maior, que o poder punitivo faz, ainda que usando outros truques, quando o tema é a “recidividade”.

E com dois detalhes que *prejudicam* ainda mais a situação.

Um deles é o de que *não é possível à maioria dos devedores não renovar o empréstimo* (“inevitabilidade recidiva do aborrecimento”), porque o Estado, com sua economia neoliberalizada, além de ser o *único* capaz de concedê-lo, *impede* os candidatos ao referido *mútuo* de, com suas próprias forças, produzirem sua própria moeda (art. 289, e seguintes, do CP).

O outro é o de que, no caso do sistema penal, não só *metaforicamente*, não há qualquer *contrato* onde os contratantes (população) tenham outorgado ao contratado (Estado) qualquer *direito de punir*¹³³⁹ ou *dever de punir* (“exigibilidade indiscreta da *tarifa*”), cedendo, *capituladamente*, consoante entendia JOHN LOCKE, parte da sua liberdade para que os demais pudessem (e possam) ser assegurados¹³⁴⁰.

O que há é um *contrato adesivo*, ilegalin *fieri* (artigo 54, do CDC), que contém cláusulas *draconianas* (artigo 51, do CDC), impostas aos supostos “contratantes”, a população, como exercício *violentamente neurótico histérico conversivo e arbitrariamente seletivo* de um *poder político de punir*, e não de um “direito de punir”.¹³⁴¹

E, como todo “contrato[,] é um artifício humano, modificável e rescindível”.¹³⁴²

Ademais, não é de todo absurdo sustentar a própria *inexistência* do instrumento principal, o famigerado “contrato social”, *entabulado, do outro lado, pelo Estado*¹³⁴³ (e não

¹³³⁹ BONESANA, C. *Dos delitos...*, pp. 42 e seguintes.

¹³⁴⁰ LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, pp. 85, *verbo ad verbum*, e seguintes: “Os homens são, como já foi dito aqui, todos livres, iguais e independentes por natureza; nenhum homem pode ser demovido dessa condição, e sujeito ao poder político de outro, sem o seu consentimento.”

¹³⁴¹ Por todos, ver MENESES, T. B. de. *Fundamentos...*, *passim*. Discordando tratar-se de um “direito subjetivo”, embora parecendo “admitir e concordar” com “dever” ser ele um “poder jurídico” que “resolve conflitos”, ver BRUNO, A. *Direito penal: parte geral*, v. I, t. 1. Rio de Janeiro: Forense, s/data, pp. 14-15: “O que se manifesta no exercício da Justiça penal é esse poder soberano do Estado, um poder jurídico que se faz efetivo pela lei penal, para que o Estado cumpra a sua função originária, que é assegurar as condições de existência e continuidade da organização social. Reduzi-lo a um direito subjetivo falsifica a natureza real dessa função e diminui a sua força e eficácia, porque resolve o episódio do crime apenas em um conflito entre direito do indivíduo e direitos do Estado.” Promiscuamente, ora usando “direito de punir”, ora “poder de punir”, FERRAJOLI, L. *Direito...*, *passim*.

¹³⁴² Não queremos, com isso, parecer *anarquistas*. Talvez, prefiramos considerar-nos *conflitivistas bastante radicais*, mas não a ponto de alcançar, pelo menos por enquanto, o *abolicionismo*. Consultar, *verbo ad verbum*, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 82, 180 e seguintes e 270-271.

somente entre os cidadãos para a criação desse), inexistência que, nesses moldes, acabaria *ricocheteando* na da “recidiva” que, por assessorá-lo, seguir-lhe-ia o *malogrado* destino (*accessorium sequitur principale*).

De sorte que, ou se declara a *inexistência* ou a *nulidade* do contrato hobbesiano, ou, lockeanamente, resistindo a ele, declara-se tenha ele sido *violado* pelo Estado que *barbaramente* vem sendo o grande responsável, ainda que por *omissão*, pelo *massacre* de muitos *estigmatizados*.

Mas, o que a “reincidência” tem a ver com a “impunidade”?

O seguinte. A “impunidade” é uma *permanência teimosamente infundável* (“impunidade imprescritível”) porque é quase “óbvio” que o sistema penal nunca vai deixar que a condenação estigmatizante do criminalizado se encerre com o fim do cumprimento da pena porque isso *esvaziaria* seu *poder* na *direta proporção* com que os jurisdicionados passassem a dele *prescindir* no instante em que os “*crimes cessassem*” graças ao “sucesso” da função preventiva, geral e especial, das penas.

Para manter-se no palanque justamente se socorre o sistema penal também do índice de “recidivas criminosas”, que ultimamente tem sido estimado entre 70% e 85%, e que “demonstra”, segundo sua *tendenciosa* interpretação, que a condenação anterior, “não tendo sido suficiente”, continua a “exigir” sua atuação “imediata”, “vigilante”, “austera”, “firme” e “intransigente” na luta contra o crime (*being tough on crime*).

Para que se configure a “reincidência”, pouco importando se *genérica* ou *específica*, é preciso que se pressuponha a prática de um “crime” anterior cujo responsável foi condenado por decisão transitada em julgado.¹³⁴⁴

Ao praticar outro(s) “crime(s)” posterior(es), o já condenado por sentença transitada em julgado recebe um acréscimo em sua(s) nova(s) condenação(ões) como se houvesse um *resquício*, uma *rebarba* sancionatória pendente sobre a condenação antecedente (anatocismo penal).

Acontece, porém, que essa *majoração*, calculada com arrimo no simples fato de ele haver cometido outro “crime” posterior à transição em julgado da condenação, ofende (admite) uma “(i)logicidade sistemática” consistente no fato de que *se há um resto de pena a “pagar” é porque a pena anterior “não foi sentencialmente consignada adequadamente*

¹³⁴³ HOBBS, T. *Leviatã*..., pp. 112 e seguintes. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra*..., pp. 83-84.

¹³⁴⁴ Não vamos nos referir ao quinquênio consignado no artigo 64, do CP, porque ele não nos interessa *hic et nunc*.

(incerteza e indeterminação da pena), ou não foi paga integralmente (incoerência parcelada)”.¹³⁴⁵

Ocorre, porém, que, até mesmo por uma questão, embora retórica e eloquente, de “eficácia” do comando sentencial, o “crime” anterior “precisa” haver sido integralmente “retribuído” e “prevenido” através de uma decisão condenatória qualitativa e quantitativamente “certa” e “determinada”, pois, do contrário, não estaríamos falando de “reincidência”, senão, de sentença reformável ou revisável, ou de um *non liquet*.

De todo modo, a *majoração da reprovação* não se dá por transferência de um *resto de pena* da condenação anterior, mas porque, repita-se, houve a prática de um novo “crime”, o que, em tese, *acaba por se socorrer da sua “maior demonstração de culpabilidade ([ir]responsabilidade)” assentada no fato de que “o agente, melhor que qualquer outro que nunca foi selecionado pelo sistema punitivo, experienciando não só a ameaça penal, mas também sentindo na alma e na carne o peso da sua força, passa a deter um conhecimento mais acentuado da proibição”*.¹³⁴⁵

Mesmo porque, se houvesse algum remanescente apenatório do “crime” anterior seria esse um problema “cognitivo” ou “executivo” da sentença ou da programação punitiva sancionatória e das escolhas realizadas que culminaram nas penas “em abstrato” e nas penas “em concreto”, não podendo o condenado ser culpabilizado (responsabilizado) por isso.

Sobre a questão, a Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina entendeu que:

*“Toda medida penal que se traduzca en una privación de derechos debe guardar proporcionalidad con la magnitud del contenido ilícito del hecho, o sea, con la gravedad de la lesión al bien jurídico concretamente afectado por el hecho, porque las previsiones legales expresan tales magnitudes a través de las escalas penales.”*¹³⁴⁶

I. e., se um determinado artigo prevê a pena abstrata, por exemplo, entre 06 e 12 anos, e a sentença condena o acusado a 10 anos, integralmente cumpridos mediante privação de liberdade, ou não, haja vista a incidência de algum direito liberalizador (livramento condicional, *v. g.*), é porque o sistema penal entendeu que a elasticidade entre *meia* e *umadúzia* de anos e a limitação ao *decênio* apenatório eram, respectivamente, uma *previsão* e uma *dosimetria* “suficiente”, “possível” (artigos 67 e 68, do CP) e, sobretudo, “adequada” para a “retribuição” e a “prevenção do crime”.

¹³⁴⁵ In <<http://www.csjn.gov.ar/confal/ConsultaCompletaFallos.do?method=verDocumentos&id=698374>>. Acesso em: 05 maio 2013.

¹³⁴⁶ Ver nota anterior.

Depois de sentenciado com o decênio privativo de liberdade deveria a situação que envolve o condenado ser inumada junto com o seu *inconstitucional* efeito “recidivo”.

O fato de restar *insepulta* para efeito de “reincidência” e para efeito de *antecedentes registrais penais* significa, paradoxalmente, porém, que, sem cortejo fúnebre, *a sanção prevista e, ou, aplicada não foi “adequada” e, ou, não foi “suficiente”*.

Mas, se é mesmo assim, *sob a (i)lógica do sistema penal*, é claro - o que evidentemente já é um absurdo, pois é inegável o caráter exagerado das penas previstas no Código Penal -, restaria flagrante que as *penas previstas* e as *penas aplicadas* não passariam, respectivamente, de uma *mera antecipação abstrata ou cominável*, ou de uma *simples provisoriedade*, de *retribuição* e de *prevenção*, imposta, naquele caso, por uma *legislação* e por uma *sentença incertas e modificáveis* e, nesse caso, por uma *sentença condicionada*.

A despeito desse defeito (incerteza, modificabilidade e condicionalidade), diante da atual insaciedade do poder punitivo, ser inconveniente e indesejável, assumem a legislação incerta e imodificável e a sentença incerta, imodificável e condicionada uma feição de autotutela *sui generis* na medida em que elas se deixam contornar por uma precaução quanto à evitação do seu autoapodrecimento a ponto delas imporem uma pena qualquer, desde que seja a mais estigmatizante possível, para que o réu, “curando-se” em salmora, possa decantar todas as impurezas que as impregnem (salinização penal com adoçamento prisional).

A propósito, a majorante da “reincidência” tem o exclusivo efeito de punir uma *(des)qualidade de reiterante* supostamente “natural” do agente (“periculosidade renitente”), e se impõe para, *reprovando-o até o ponto de açucaramento ou de neutralização, ou mesmo de refuncionalização dentro do fluxo carcerário*, “evitar”, segundo dizem, os “prováveis efeitos da sua perigosidade”¹³⁴⁷, proibindo a mera *cogitatio*, independente de benigna ou maligna, e antecipando, *temporal e fisicamente*, atos *inexteriorizados* de uma maneira que arrepiaria (complementaria perversamente¹³⁴⁸) a incredulidade ingênua de um contratualista como THOMAS HOBBS¹³⁴⁹.

Todavia,

¹³⁴⁷ Corte Interamericana de Derechos Humanos, Serie C, n. 126, caso Fermín Ramírez versus Guatemala, sentencia de 20 jun. 2005. In<http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/Fermin_09_05_08.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013. Ver, ainda, sítio eletrônico indicado na nota 1345. A rigor, o artigo 132, do Código Penal da Guatemala, objeto parcial da decisão levada à CIDH, prescreve que: “Al reo de asesinato se le impondrá prisión de 25 a 50 años, sin embargo se le aplicará la pena de muerte en lugar del máximo de prisión, si por las circunstancias del hecho y de la ocasión, la manera de realizarlo y los móviles determinantes, se revelare una mayor particular peligrosidad del agente.”

¹³⁴⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 84, *in fine*, e 85, *ab ovo*.

¹³⁴⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 83.

[...] cabe destacar que la Corte Interamericana de Derechos Humanos, consideró que la invocación a la peligrosidad ‘constituye claramente una expresión del ejercicio del ius puniendi estatal sobre la base de las características personales del agente y no del hecho cometido, es decir, sustituye el Derecho Penal de acto o de hecho, propio del sistema penal de una sociedad democrática, por el Derecho Penal de autor, que abre la puerta al autoritarismo precisamente en una materia en la que se hallan en juego los bienes jurídicos de mayor jerarquía[...] En consecuencia, la introducción en el texto legal de peligrosidad del agente como criterio para la calificación típica de los hechos y la aplicación de ciertas sanciones, es incompatible con el principio de legalidad criminal y, por ende, contrario a la Convención’.¹³⁵⁰

Colacionando o aresto citado podemos afirmar que essa rebarba sancionatória fomentada pela suposta “periculosidade” ofende o princípio de que a lei penal deve (deveria¹³⁵¹) ser *certa, determinada e clara*¹³⁵², predicativos esses que devem (deveriam) *ecoar* na sentença sob pena de se instabilizarem as relações jurídicas intersubjetivas na medida em que as pessoas forem (fossem) deixando de saber, “não só” se o que elas fazem ou deixam de fazer hoje será, ou não, considerado, retroativamente, um “crime”, *mas também se a pena aplicada a seus atos presentes retroagirá para buscar subsídios qualitativos ou quantitativos “piores” na situação típica anterior, então “incompletamente administrada” pelo seu contemporâneo preceito sancionatório (previsto e, ou, aplicado).*

Demonstra isso, ainda, a *falência* da retribuição¹³⁵³ e da prevenção¹³⁵⁴ como “justificativas” para a incidência da sanção penal.

No caso da *retribuição*, ao estilo da partida dobrada contábil, porque escandida uma *sanção* dita “equivalente” ao *bem perecido*, o *acréscimo* na *nova pena* de algo pertencente a e em razão de *condenação anterior* demonstra que o cálculo da pena passada não estava, então, “correto!?”¹³⁵⁵

¹³⁵⁰ Ver nota anterior.

¹³⁵¹ As razões de não o ser podem ser encontradas em ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 454-455.

¹³⁵² FEUERBACH, P. *Tratado...*, pp. 94 e seguintes. Ver, também, FRAGOSO, H. C. *Lições...*, pp. 114 a 116. Ver, ainda, HASSEMER, W. *Introdução...*, pp. 335 e seguintes. Ver, ademais, BITENCOURT, C. R. *Tratado de direito penal: parte geral*, v. I. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 10.

¹³⁵³ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 155. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 313, 320, 396 e 452.

¹³⁵⁴ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 139 e 155. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 313-314, 404, 442, 454, 474 e 481.

¹³⁵⁵ A pretensão aqui não é aumentar, tampouco manter as penas, senão demonstrar a *ilogicidade* dos argumentos em que se ancora o próprio sistema. Ademais, o sinal exclamativo seguido do interrogativo deve ser interpretado como um “espanto”, um “absurdo”.

A despeito de “a legislação penal não é [ser] um padrão confiável para distinguir entre o que é bom e mau, seguro ou nocivo”¹³⁵⁶, o exposto *ofende o princípio da legalidade (juridicidade)* que institui como *garantia*, dentre outras coisas, a necessidade de que a lei seja *certa, determinada e clara*, inclusive em seu dispositivo sancionador, *arbitrariza* ainda mais o poder punitivo e *restitui* o Estado *autoritário*, quase indissociável dos totalitarismos (que deveriam ser) *rococós*.

*‘Que resulta por demás claro que la Constitución Nacional, principalmente en razón del principio de reserva y de la garantía de autonomía moral de la persona consagrados en el art. 19, no permite que se imponga una pena a ningún habitante en razón de lo que la persona es, sino únicamente como consecuencia de aquello que dicha persona haya cometido. De modo tal que el fundamento de la pena en ningún caso será su personalidad sino la conducta lesiva llevada a cabo’[...] ‘Toda medida penal que se traduzca en una privación de derechos debe guardar proporcionalidad con la magnitud del contenido ilícito del hecho, o sea, con la gravedad de la lesión al bien jurídico concretamente afectado por el hecho, porque las previsiones legales expresan tales magnitudes a través de las escalas penales’.*¹³⁵⁷

Nesses termos, a manutenção da “reincidência” como agravante específica *expande* o poder punitivo para além das suas forças formais, possibilitando-lhe ultrapassar os limites da *coisa julgada* que deveria encerrar, *definitivamente*, qualquer discussão pertinente à “*medida*” da condenação transitada em julgado.

No caso da *prevenção*, a sua *falibilidade*¹³⁵⁸ é evidenciada pelo fato de que certa quantidade de pena foi *gerenciada* contra um “crime anterior” *com o fim de prevenir que o “criminoso” praticasse novos “crimes”* (prevenção especial positiva - ressocialização¹³⁵⁹), bem como visando a coagir outros a não o imitarem (prevenção geral negativa - coação psicológica¹³⁶⁰).

Embora a função prevencional especial positiva, ainda que, *prima facie*, inadequadamente, tenha sido esparramada por FRIEDRICH NIETZSCHE, n’A *genealogia da moral*, quando ele disse que:

¹³⁵⁶ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 150.

¹³⁵⁷ In<<http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalJurisprudencia/anexo/13F.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2014.

¹³⁵⁸ A favor do caráter *preventivo* da pena, ROXIN, C. *Derecho Penal: parte general, fundamentos, la estructura de la teoria del delito*, t. I. 2. re. Madrid: Civitas, 2003, pp. 95 e seguintes. _____. *Problemas...*, pp. 55-56. Ver, por outro lado, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 79.

¹³⁵⁹ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 125 a 127. Ver, ainda, HASSEMER, W. *Introdução...*, pp. 373 e seguintes.

¹³⁶⁰ FEUERBACH, P. *Tratado...*, pp. 58 e seguintes. Ver, também, ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 117 e seguintes. Ver, outrossim, HASSEMER, W. *Introdução...*, pp. 403 e seguintes.

O verdadeiro remorso é excessivamente raro, em particular entre os malfeitores e criminosos. Os cárceres não são os lugares mais próprios para o desenvolvimento deste verme roedor. Nisto são unânimes todos os observadores conscienciosos. Em tese geral, o castigo endurece; concentra e aguça os sentimentos de aversão: aumenta a força de resistência...¹³⁶¹,

a esse mesmo aspecto preventivo especial positivo. Portanto, não podemos esquecer que essa também é uma *promessa* que, fornecida pelo sistema penal, por ser *autoritária*, deve ser descartada (godwinismo¹³⁶²).

Paradoxalmente, a não admissão de qualquer descumprimento estatal quanto às promessas previstas no artigo 59, do CP, é justamente o que demonstra a total disfuncionalidade irracional das teorias preventivas. Tanto, que o índice de reincidência balança entre 70% e 85%.

Se a segunda espécie de *instrumentalização* do condenado não nos interessa por enquanto - visto que a discussão gira diretamente em torno da “reincidência” e só indiretamente em torno da “impunidade” -, a primeira demonstra que, *apesar dele ter sido usado como um instrumento de exemplo (autoexemplo), o que por si só já revela um reducionismo objetificante inadmissível, essa técnica não funcionou, visto que ele reincidiu!*

Deixando um pouco de lado a *terapia social emancipadora*¹³⁶³, não tanto por conta do que ela tem de *desinteressante*, senão por conta da dominação que no sistema penal outros fatores contrários exercem sobre ela, como a *teoria da regressão* e uma “perigosa” *normificação*¹³⁶⁴, não pode a “recidiva” do egresso ser atribuída *exclusivamente* à “culpa (responsabilidade)” do mesmo, mas sim *concorrentemente com a própria pena que foi imposta pelo poder punitivo com o fim de, “(re)socializando-o”, dissuadi-lo a praticar novos “crimes”*.

Se essa finalidade preventiva malogrou, mais especificamente, se a “(re)socialização” do condenado foi infrutífera é do Estado, exclusivamente, a responsabilidade porque ele, quando insistiu em afirmar que conosco contratou o “direito de nos punir” quando ofendêssemos o equilíbrio sistêmico do “organismo”, elegeu a sanção penal como “solução exclusiva” para o conflito, obrigando-nos a nos curvar a ela passivamente, entregando nossa liberdade (permuta leonina).

¹³⁶¹ NIETZSCHE, F. *A genealogia...*, p. 79.

¹³⁶² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 80-81.

¹³⁶³ HASSEMER, W. *Introdução...*, pp. 385 e seguintes.

¹³⁶⁴ GOFFMAN, E. *Estigma...*, pp. 121 e 127.

Independente do instante, qualquer tentativa de atribuição *parcial* da responsabilidade ao condenado, colimando imputar-lhe ao menos *parte* da “culpa (responsabilidade)” pela *reincidência* e, de consequência, um quê de sanção, ainda que mínima, *esbarrará na prescrição proibitiva do artigo 12, § 3º, inciso III, do CDC, que, inadmitindo aconcorrência de culpas nas relações contratuais de consumo que, ipso facto, devem recair exclusivamente sobre o contratado, por analogia, e para defesa dos cidadãos, acaba por inadmitir também a responsabilidade concorrente dos contratantes que sequer autografaram o “instrumento social” (artigos 51 e 54, do CDC), mormente quando vulneráveis, hipossuficientes e falhos (artigo 4º, inciso I, do CDC).*

De modo algum se pode, então, afirmar que:

‘La mayor culpabilidad que funda el mayor reproche radica en que el sujeto conoce la amenaza penal mejor que otro que nunca ha sido condenado por un delito de las características señaladas, por lo que puede afirmarse un conocimiento más acentuado de la prohibición’¹³⁶⁵,

mesmo porque se há realmente uma “*indiferencia ante la anterior sanción impuesta por otros hechos cometidos [...], cuya naturaliza incisiva ya conoce, justifica [a justificar], sin duda alguna, un mayor reproche*”¹³⁶⁶, deve-se isso à culpa (responsabilidade) do Estado que não soube sensibilizá-lo (ação estatal interferente na [re]socialização), ou que o deixou insensibilizar-se (omissão estatal impediende da [re]socialização).

Por outro lado, considerá-lo *indiferente* (patologização longitudinal) tem o inconveniente de atrair certas atipias psíquicas (personalidade dissocial, esquizofrenia, síndrome de Asperger, autismo *etc.*) que, como é sabido, “confortam-se” com as *medidas de segurança* (penas inconfessas), e não com as penas privativas de liberdade.

Sob a promessa *incumprida* de manter a harmonia social (vício na prestação do serviço - artigo 20, do CDC) *elegeu-se* o Estado nosso “protetor-contratado”, embora esteja ele, na medida em que não tem cumprido com a sua obrigação, *quebrando antecipadamente*¹³⁶⁷ essa *invisível e apócrifa* cláusula inserta na *suposta* negociata “aceita” (imposta) *tacitamente (sorrrateiramente)* pelos (aos) contratantes.

¹³⁶⁵ Ver nota 1357.

¹³⁶⁶ Ver nota 1357.

¹³⁶⁷ ASSIS, A. de. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 5. ed. São Paulo: RT, 2013, *passim*.

Apesar de todos esses *defeitos*¹³⁶⁸ e esses *insucessos* da retribuição e da prevenção, são elas mantidas como “justificativas” para a *pena* e para a “*reincidência*” porque ambas têm caráter *político (arbitrário)*, e não *técnico-jurídico (lógico)*.

E, tendo igual caráter *político* está também ela, a “*recidiva*”, sujeita à *conveniência* e à *oportunidade luxuriosa do demagogo da ocasião* (administração discricionária do conflito).

Outra questão que vincula “*reincidência*” e “*impunidade*” diz respeito à distinção entre *direito penal de autor* e *direito penal de ato*.

Sem entrarmos na distinção entre um e outro, em si já discutida à saciedade algures, é interessante tentar demonstrar que a manutenção da “*reincidência*” como agravante específica no Código Penal (artigo 61, inciso I), é *reflexo direto da adoção promíscua de um direito penal de autor pervertedor de um direito penal de ato*.

Um “jovem afrodescendente, favelado, de andar despojado, bermuda e camisa folgadas, boné de aba larga e cordão de prata”, “rouba” uma pessoa uma primeira vez, pelo que foi acusado e condenado com base em provas incontestes, tendo cumprido sua pena. Logo depois disso, comete ele outro “roubo”, desapossando outra vítima. Quanto a essa acusação, foi ele também condenado e executado endoprocessualmente. Depois de cumprida a pena, pratica ele outro “roubo”, despossuindo outra pessoa de um bem seu. Com base em provas cabais, é ele acusado, preso e solto após cumprir sua pena em concreto. Uma vez egresso do sistema carcerário e por estar próximo ao sítio de um “roubo” levado a efeito *noturnamente* contra certa vítima, dele suspeitam, sendo ele acusado formalmente.

Ocorre que nesse procedimento inaugurado, *a despeito de inexistirem provas sérias e indubitáveis a ponto de arrimar sua condenação*, é ele condenado e executado penitenciarmente em razão, *exclusivamente*, de que as testemunhas afirmaram - *mesmo depois que a defesa colheu delas a informação de que o “roubo” aconteceu em um horário de extrema escuridão e de que elas se encontravam a uma distância consideravelmente longa* -, que “suas feições equivaliam às do criminoso” (identificação pessoal imutável homogênea: “preto, de nariz chato, lábios carnudos, expressão malévola” *etc.*), e que “usava ele roupas idênticas às daquele” (identificação impessoal mutável homogênea: “camisa de malha, bermuda comprida, tênis, boné” *etc.*).

Ancorando-se nas circunstâncias levadas em consideração quando da fixação da pena (artigo 59, do CP), como os *antecedentes* (“ausência de carta de recomendação”), a *conduta social* (“padrão de desvio violento e agressivo”), e a *personalidade do agente* (“voltada para o

¹³⁶⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 79.

mal”), houve “por bem” o magistrado em interpretar *negativamente*, a seu desfavor, portanto, os testemunhos colacionados aos autos, *condenando-o* (seletividade positiva integral). Anos depois descobriu-se que ele era inocente!

Esse é um exemplo de *direito penal de autor* cuja (i)logicidade é utilizada pelo sistema penal para “justificar” a manutenção da “reincidência” como agravante específica onde, circularmente, “a pena aplicada não guarda relação com a culpabilidade pelo fato, senão [...] [com] sua qualidade de reiterante, premissa que denota a aplicação de pautas vinculadas ao direito penal de autor e de perigosidade.”¹³⁶⁹

Ao *aderir* à nova condenação uma *aresta*, uma *sobra* pertinente à punição anterior, nada mais faz o magistrado que analisar *negativamente* os “antecedentes”, a “conduta social” e a “personalidade do agente”, como se essas *circunstâncias superestimadas*, em conluio com sua avaliação anterior, formassem um “padrão de comportamento voltado para a prática de crimes e indutor do convencimento de que ele é não só culpado, mas mais culpado que criminosos primários”, quando, na verdade, elas apenas dirigem o réu para um *desvio secundário* onde ele *somatiza (mais) rapidamente* toda a carga estereotípica que lhe fora impressa antes.

No que incorre aquele em equívoco, haja vista que,

[...] la aplicación de una pena superior a la del delito en razón de los antecedentes del imputado contraviene el principio de culpabilidad y va más allá del reproche por la conducta desplegada, en una clara manifestación de derecho penal de autor, inaceptable en un estado de derecho.¹³⁷⁰

A rigor, todas aquelas circunstâncias já foram avaliadas, à exceção dos “antecedentes negativos”, quando da fixação da pena pelo “crime anterior”, *não podendo ser avaliadas novamente (reavaliadas)*, sobretudo porque não guardam qualquer pertinência temática com o “crime” que está sendo julgado, *tampoucosomadas, para se criar um “padrão de comportamento”, à avaliação sentencial pretérita, dando azo a uma pena maior que a prevista no tipo que, por sua vez, leva em consideração a teoria do delito (o injusto e a culpabilidade).*

Quanto a isso, decidiu a Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina que:

[...] cualquier agravamiento de pena o de sus modalidades de ejecución en función de la declaración de reincidencia del art. 50¹³⁷¹ [...] deben ser consideradas

¹³⁶⁹ Ver nota 1366.

¹³⁷⁰ Ver nota 1366.

¹³⁷¹ Código Penal de la Nación Argentina: “Artículo 50. Habrá reincidencia siempre que quien hubiera cumplido, total o parcialmente, pena privativa de libertad impuesta por un tribunal del país cometiere un nuevo delito punible también con esa clase de pena.”

inconstitucionales, pues demuestran un trato diferencial de personas, que no se vincula ni con el injusto que se pena, ni con el grado de culpabilidad por el mismo, y en consecuencia toman en consideración características propias de la persona que exceden el hecho y se enmarcan dentro del derecho penal de autor.¹³⁷²

Do contrário, como acontece na “reincidência”, estar-se-á utilizando aquelas circunstâncias *mais de uma vez*, em flagrante arrepio ao princípio do *ne bis in idem*.

Debruçando-se sobre o tema, em que pese, por maioria votante, haver a *Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina* decidido pela “constitucionalidade da reincidência”, o Ministro EUGENIO ZAFFARONI, em seu voto *dissidente*, ensinou:

*Que del mismo modo que el artículo 50 del Código Penal resulta inconstitucional cuando sirve para agravar la pena de manera general, el artículo 189 bis, inciso 2º, párrafo 8º¹³⁷³, es sin duda alguna inconstitucional, en tanto agrava la pena impuesta en orden a situaciones específicas que no se vinculan a la conducta que se le está reprochando al agente y resulta violatorio del principio de culpabilidad; y de la garantía del ‘ne bis in idem’ en tanto incrementa el reproche por situaciones personales del imputado.*¹³⁷⁴

Nessa esteira a consideração da “reincidência”, com esse seu maldito fim de *agravar*¹³⁷⁵ a pena atual com suporte em *arestas* da pena anterior (“reconsideração de antecedentes, da condução social e da personalidade”), *ofende o princípio da culpabilidade visto que esse, pautando-se pela vulnerabilidade, deveria ser minorado quando essa fosse maior e majorado quando ela fosse menor (técnica da ampulheta)*¹³⁷⁶.

Também a favor da *inconstitucionalidade* da “reincidência”, escreveram a quatro mãos EUGENIO ZAFFARONI, NILO BATISTA, ALEJANDRO ALAGIA e ALEJANDRO SLOKAR que: “Sua manifesta irracionalidade, por exceder a medida do injusto e da culpabilidade do ato e pela manifesta infração ao *ne bis in idem*, correspondendo claramente a um tipo de autor, torna-se inconstitucional.”¹³⁷⁷

Ou seja, quanto maior a vulnerabilidade do criminalizado menor deveria ser a sua culpabilidade, haja vista a coculpabilidade da sociedade para com seu pseudoprojeto malfadado (incontrolado) de vida, e quanto menor a vulnerabilidade do criminalizado maior

¹³⁷² Ver nota 1366.

¹³⁷³ “El que registrare antecedentes penales por delito doloso contra las personas o con el uso de armas, o se encontrare gozando de una excarcelación o exención de prisión anterior y portare un arma de fuego de cualquier calibre, será reprimido con prisión de cuatro (4) a diez (10) años.”

¹³⁷⁴ Ver nota 1366.

¹³⁷⁵ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, pp. 138-139.

¹³⁷⁶ Apesar dessa inteligência já haver sido registrada em 1563, parece ela, convenientemente, ter se perdido no tempo. Sobre isso, ver ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 54-55.

¹³⁷⁷ ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito...*, v. I, p. 139.

deveria ser a sua culpabilidade, haja vista sua maior facilidade de já pertencer ou sua maior possibilidade de vir a pertencer ao sistema de dominação.

A maior *dificuldade* daquele, ou mesmo *impossibilidade* de, sozinho, esquivar-se ou livrar-se definitivamente do seu estigma (maldição de Münchhausen), e, sobretudo, a *corresponsabilidade* do Estado que se ofereceu como “contratado” para cuidar *mal* da maioria e *bem* da minoria, não podem ser desconsideradas.

Por outro lado, reque-se, quanto maior a invulnerabilidade do criminalizado maior deveria ser sua culpabilidade, haja vista sua facilidade de se desviar ou de evitar, definitivamente, a sua exportação para o rol dos vulneráveis.¹³⁷⁸

Antecipadamente, para aqueles mais afoitos que insuportarem a solução acima alegando a ausência de regras e limites definidores de uma ou outra situação, podemos, ancorando-nos em EUGENIO ZAFFARONI, utilizar-nos da técnica da *ampulheta*, condicionada pela “posição ou estado de maior vulnerabilidade”¹³⁷⁹ e pelo consequente “baixo nível de culpabilidade pela vulnerabilidade”¹³⁸⁰, corretor, racionalizador e redutor da culpabilidade pelo injusto¹³⁸¹, *como parâmetro divisor máximo* (função limitadora), haja vistaque:

O *nível de vulnerabilidade* é fornecido pela *proporção do risco de seleção*, que corresponde à *situação de vulnerabilidade* em que se colocou o sujeito. [...] A *vulnerabilidade* (ou o risco de seleção), como todo perigo, reconhece graus, segundo a probabilidade de seleção, podendo estabelecer-se *níveis*, conforme a *situação* em que se tenha colocado a pessoa. Esta *situação de vulnerabilidade* é produzida pelos *fatores de vulnerabilidade* que podem ser classificados em dois grandes grupos: *posição ou estado de vulnerabilidade* e o *esforço pessoal para a vulnerabilidade*. A *posição ou estado de vulnerabilidade* é predominantemente social (condicionada socialmente) e consiste no grau de risco ou perigo que a pessoa corre só por pertencer a uma classe, grupo, estrato social, minoria *etc.*, sempre mais ou menos amplo, como também por se encaixar em um estereótipo, devido às características que a pessoa recebeu. O *esforço pessoal para a vulnerabilidade* é predominantemente individual, consistindo no grau de perigo ou risco em que a pessoa se coloca em razão de um comportamento particular. A realização do ‘injusto’ é parte do esforço para a vulnerabilidade, na medida em que o tenha decidido com autonomia. [...] Destas duas ordens de fatores de vulnerabilidade, o estado ou punição [*rectius*: posição] de vulnerabilidade é ‘incobrável’. Colocada a agência judicial diante da necessidade de responder, não pode fazê-lo em função desta ordem de fatores, mas dos que constituem o *esforço pessoal para a vulnerabilidade*, que, por outro lado, *são os que constituem a essência da*

¹³⁷⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 421.

¹³⁷⁹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 270 a 273.

¹³⁸⁰ Ver nota anterior.

¹³⁸¹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 275 a 277, *verbo ad verbum*: “A quantificação penal não se esgota na culpabilidade para a vulnerabilidade, que somente demarca seu limite máximo - sempre que não seja inferior ao da culpabilidade pelo injusto -, como corretivo racional, abrangente e redutor da culpabilidade pelo injusto.” Ver, ainda, _____. *A palavra...*, p. 86.

*contribuição dada pela pessoa para sustentar o exercício de poder que a seleciona e criminaliza. [...] O esforço pessoal para a vulnerabilidade não constitui um fator, e sim uma ordem de fatores, da qual o grau de autonomia decisória do ‘injusto’ é somente um deles [...]. O que indubitavelmente resulta claro é que quem parte de uma baixa condição ou posição de vulnerabilidade deve realizar um esforço de proporção considerável para alcançar uma posição que o situe em nível de alta vulnerabilidade e vice-versa. Da mesma forma, já que a vulnerabilidade é também graduável, alguém que já se encontre em uma posição de alta vulnerabilidade pode realizar um grande esforço para colocar-se em uma situação de nível incrivelmente elevado de vulnerabilidade. Os mais notórios esforços para alcançar situações de alta vulnerabilidade, partindo de posições de nível muito baixo de vulnerabilidade, foram empreendidos por alguns delinquentes do poder (genocidas, delinquentes econômicos etc.), logo derrotados em contendas hegemônicas com outro poder maior. A ajuda que estes prestam ao sistema penal é enorme, por reforçarem a falsa ilusão de igualdade perante a lei e de utilidade do sistema penal. [...] A situação de vulnerabilidade se situa em um nível de risco, mas este, como todo perigo, requer maior probabilidade de seleção. [...] O enorme vazio que a culpabilidade tradicional deixa - que nunca pôde ser bem formulada -, só pode ser preenchido conforme a responsabilidade da agência judicial, traduzida, segundo um controle seletivo de máxima instância, em uma culpabilidade pela vulnerabilidade que superaria e abarcaria a consagrada culpabilidade pelo injusto. [...] Partindo de diferentes ângulos de análise pode-se reconhecer uma capacidade ou condição criativa que a sociedade não pode eliminar, sob pena de paralisar seu dinamismo, que tampouco pode ser explicado sem essa constatação. Desse modo, numa perspectiva existencial, constata-se a existência de um domínio de inautenticidade, no qual se aceita o *das Man* (o *on* francês ou *se* castelhano) como pressuposto para uma escolha ‘autêntica’, que seria a criativa. Na colocação interacionista distinguiu-se a atribuição de papéis como o ‘mim’ (o conjunto de papéis determinados pelas outras pessoas, que ‘chegam’ a nós) e a parte criativa da personalidade como o ‘eu’. Quanto mais limitada estiver uma pessoa por sua posição vulnerável, em particular pela atribuição de papéis que correspondam ao estereótipo em que se enclausura, menos autonomia terá para a realização do ‘injusto’ que corresponda a tais papéis e maior será o esforço que deverá fazer seu ‘eu’ para superar o ‘mim’. Em regra, a posição ou estado de maior vulnerabilidade dará origem a um baixo nível de culpabilidade pela vulnerabilidade, porque o esforço pessoal para a vulnerabilidade por parte da pessoa não é muito elevado.*¹³⁸²

Argumentos como os expostos acima demonstram que a manutenção da agravação pela “recidiva” *estende a estigmatização do condenado que cumpriu sua pena para além do fim dessa*, transformando um “punido” em algo mais do que um mero “impunido”, senão em um *perpétuo*, ou mesmo *eterno punível* (“impunidade infundável morna”).

Justamente porque, e daí a explicação para a “criminalização pela impunização”:

Considerando que o contato com o sistema penal, geralmente, costuma fixar os papéis, os contatos anteriores com o sistema penal tornam cada vez menor o esforço necessário para alcançar a situação vulnerável, pelo que, menor resposta criminalizante corresponderá por parte da agência judicial (ao contrário do que normalmente se defende).^{1383, 1384}

¹³⁸² Ver nota 1379.

¹³⁸³ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 273-274.

¹³⁸⁴ Escorando-se em Wind, GINZBURG, C. *Mitos...*, p. 146: “A alguns dos críticos de Morelli parecia estranho o ditame de que ‘a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso.’”

Desde essa perspectiva, “a agência judicial deve [...] agir de forma a reduzir ao mínimo a reprodução da violência que tem por resultado esta fabricação de ‘desviados’”¹³⁸⁵, no nosso caso, de novos “estereótipos desviados”, ou da “remarcação dos estereótipos desviados anteriores”, quais sendo, os sujeitos “impunes”.

Considerando que o seu “eu” é anulado na direta medida com que a pena, *inventada* por um *ato de poder*, aproxima-o do papel que lhe fora dirigido, intensificando arbitrariamente a sua vulnerabilidade, a “impunidade”, por *(in)decorrer* daquela sanção, acaba, *indireta e inversamente*, por neutralizar a sua autodeterminação na medida em que for ele mais exposto às intervenções do sistema penal¹³⁸⁶, diminuindo sua culpabilidade.

E, como o material atuacional do sistema penal pressupõe uma fomentada “necessidade” (“teoria da intranquilidade provocada”), sem a qual ele se torna *prescindível*, nunca perderá ele o interesse em *requentar* o “discurso da impunidade” todas as vezes que um comensal se sentar à mesa do banquete neoliberal, mesmo que o conviva principal, no caso o criminalizado, já esteja saboreando amargamente seu *secondo piatto* (“reincidência”), ou não compareça por estar *preso*, o que não o dispensará da elegância de “*pagar (a conta)*” *pelafatia do bolo que ele não degustou*.

Nesses moldes, *mutatis mutandis*, tem o discurso da “impunidade criminógena”, sobre a função de prevenção geral negativa (coação psicológica), um efeito (pseudo-)frustrante (objetivo, esse, desejado e alcançado), é dizer, um efeito altamente excitante, indiretamente ou por omissão, da rotulação que realimenta o sistema, na medida em que o próprio PAUL FEUERBACH já exigia que:

*Para fundar la convicción general acerca de la vinculación necesaria entre[...] males y[...] injurias, será menester: I) Que una ley la establezca como necesaria consecuencia del hecho (conminación legal). Para que la imaginación de todos asiente en la realidad, esta conexión ideal de la conminación legal deberá, también, II) Mostrarse esa relación en la realidad, a cuyo efecto, apenas la contravención haya tenido lugar, deberá ser infligido el mal que a ella se conecta (ejecución). La coacción psicológica se configura, pues, mediante la efectividad armónica de los poderes legislativo y ejecutivo en el común objetivo intimidatorio.*¹³⁸⁷

5.3.5 Uma espetacularização da punição, sem *delay*

Quando se trata do tema da “impunidade” inexistente o atraso comunicacional entre o emissor e o receptor (*delay*), tampouco o atraso cognitivo entre o fato e seu emitente, e

¹³⁸⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 274.

¹³⁸⁶ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 281.

¹³⁸⁷ FEUERBACH, P. *Tratado...*, p. 60.

justamente porque o governo do espetáculo “reina sozinho por toda parte e *executa seus juízos sumários*”¹³⁸⁸, pelo que acrescentamos, *sumariamente!*

Em *Jornalismo em “tempo real”*, SYLVIA MORETZSOHN esclarece, sobre o fetiche da velocidade, que: “De fato, a velocidade é uma característica do capitalismo, resumida na expressão ‘tempo é dinheiro’, instituindo e obedecendo a uma lógica que Marx sintetizou ao definir: ‘economia de tempo: a isto se reduz finalmente toda economia’.”¹³⁸⁹

Com *imediatidade*, a partir de uma “*demanda por ordem*” que a própria mídia pode inaugurar quando noticia algum fato ordinário, corriqueiro - como quando ela denuncia estupros ocorridos dentro de transportes coletivos que acabam por descortinar toda uma série de atitudes pastéis do poder público colimando a punição (não “impunidade”), *ad instar* da intensificação da fiscalização, da apreensão de veículos, da prisão de pessoas, quando, na verdade, a partir da desacreditação de advertências consulares sobre o perigo de vir para o Brasil, o que pretendia ela era demonstrar a “ordenação da *urbe*” apresentando-a convidativa aos estrangeiros que tencionavam nos visitar em certos eventos (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, v. g.) -, ela, a mídia, *pervertendo a realidade e sustentando-se em um “discurso legitimador prévio”, consegue “domesticar” sua clientela que passa a “idolatrar” o poder punitivo seguindo à risca seus ensinamentos.*

Apesar de ser isso o que a agrada, passa a “*opinião pública*” a pensar sobre a “*impunidade*” do modo como é informada, o que permite circularmente aos empreendedores morais eletrônicos a exploração econômica infindável da fonte, mormente porque:

Quem vende a novidade tem todo o interesse em fazer desaparecer o meio de aferi-la. Quando o importante se torna socialmente reconhecido como o que é instantâneo, e vai sê-lo um instante depois - diferente e igual -, e que sempre substituirá uma outra importância instantânea, pode-se também dizer que o meio utilizado garante uma espécie de eternidade dessa não-importância, que fala tão alto.¹³⁹⁰

Mas, de que modo a “*opinião pública*” (*publicada*) é informada para que retenha com tanta *avidez* a mensagem *aparentemente estéril e quase indiferente e neutra* de que “a impunidade é criminógena?”

¹³⁸⁸ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 174.

¹³⁸⁹ MORETZSOHN, S. *Jornalismo em “tempo real”*: o fetiche da velocidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, pp. 19-20.

¹³⁹⁰ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 178.

Parece inegável a todos que o mundo em que vivemos é complexíssimo. Nele habitam 7 bilhões de pessoas¹³⁹¹ que, salvo esta ou aquela *misanthropia*, intersubjetivamente emitem a todo instante quase que metade do mesmo número em comunicações (diálogos).

Algumas, dentre essa infinidade de mensagens, podem conter um ou outro “ruído” (dificuldade)¹³⁹² que prejudique a sua transmissão.

Visando a *ressintonizá-las* com o fim de, “limpando-as”, deixá-las mais “visíveis”, “audíveis” e, de consequência, mais “compreensíveis”, *degrava-as* a mídia tornando-as mais *palatáveis* ao gosto do cliente, embora a sua escolha esteja vinculada a um *cardápio limitado!*

Durante a *decodificação* que converte a “realidade mundana” em “realidade midiática (verdade adquirida)” intervém quase sempre *negativamente* a perspectiva *oblíqua* (*convencer e vender*) com que ela observa a situação a ser noticiada e como essa poderá diminuir seus custos operacionais, aumentar seus lucros e, aliciando mais audiência, manter e ampliar sua difusão nas casas de mais espectadores.

Ora, a maior quantidade de *televisões*, e não de *geladeiras*, nas residências brasileiras¹³⁹³ remonta a uma força invasiva pouco recente dotada de um *gigantesco poder de configuração do “imaginário coletivo”* formatado, a princípio, com um argumento poderosíssimo: o do “medo do outro”.

Mas, por quê?

Porque o *outro* lhe é imposto como *grotesco*. O estranho é Teratos, o monstro, do qual se deve obrigatoriamente rir e tripudiar. Aqui, o mito se disfarça para agir: em seu mecanismo dualista de julgamento, o grotesco e o novo (a vanguarda, por exemplo) identificam-se na mesma categoria do teratológico, do condenável. É na Ordem que o mito se aloja, mas no grotesco que se evidencia. E o animador do programa, às vezes, resume tudo numa expressão de desconfiança: ‘Estranho...!’¹³⁹⁴

Além disso,

[...] o médico socialista José Ingenieros, escrevera em 1905, que os negros, ‘abjeta escória’, mereciam a escravidão por motivos ‘de realidade puramente biológica’. Os direitos do homem não podiam vigor para ‘estes seres simiescos, que parecem mais próximos dos macacos antropóides do que dos brancos civilizados’. Segundo Ingenieros, mestre da juventude, ‘estas amostras de carne humana’ tampouco deviam ambicionar a cidadania, ‘porque não podiam se considerar pessoas no

¹³⁹¹ O cálculo se refere a 2009. Ver <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/>>. Acesso em: 07 maio 2013.

¹³⁹² PINTO, J. *O ruído...*, p. 24.

¹³⁹³ BATISTA, N. Fragmentos..., p. 75. Inconclusos, porque não definem se os bens foram considerados em conjunto ou isoladamente, os seguintes dados do IPEA: “Bens duráveis, como TV em cores e geladeiras, presentes nas casas dos brasileiros mais pobres passaram de 2/3 em 2003, para 90% em 2009.” In <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17708&catid=10&Itemid=9>. Acesso em: 06 maio 2013.

¹³⁹⁴ SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 78.

conceito jurídico'. Em termos menos insolentes, anos antes, expressara-se outro médico, Raymundo Nina Rodrigues: este pioneiro da antropologia brasileira comprovava que 'o estudo das raças inferiores tem fornecido à ciência exemplos bem observados dessa incapacidade orgânica, cerebral'. [...] A maioria dos intelectuais das Américas tinha a certeza de que *as raças inferiores* bloqueavam o caminho do progresso. [...] Assim se prova que os negros são inferiores (segundo os pensadores dos séculos dezoito e dezenove): *Voltaire, escritor anticlerical, advogado da tolerância e da razão*: os negros são inferiores aos europeus, mas superiores aos macacos. *Karl von Linneo, classificador de plantas e animais*: o negro é vagabundo, preguiçoso, negligente, indolente e de costumes dissolutos. *David Hume, entendido em entendimento humano*: o negro pode desenvolver certas habilidades próprias das pessoas, assim como o papagaio consegue articular certas palavras. *Etienne Serres, sábio em anatomia*: os negros estão condenados ao primitivismo porque têm pouca distância entre o umbigo e o pênis. *Francis Galton, pai da eugenia, método científico para impedir a propagação dos ineptos*: assim como um crocodilo jamais poderá chegar a ser uma gazela, um negro jamais poderá chegar a ser um membro da classe média. *Louis Agassiz, eminente zoólogo*: o cérebro de um negro adulto equivale ao de um feto branco de sete meses: o desenvolvimento do cérebro é bloqueado porque o crânio do negro se fecha muito antes do que o crânio do branco. [...] É certo que na América Latina não houve leis de eugenia, talvez porque, na época, a fome e a polícia se encarregaram do assunto.¹³⁹⁵

Há pouco tempo e não menos absurdamente:

Em meados de 1982, ocorreu no Rio de Janeiro um fato rotineiro: a polícia matou um suspeito de furto. A bala entrou pelas costas, como costuma acontecer quando os agentes da lei matam em legítima defesa, e o assunto foi arquivado. Em seu relatório, o chefe explicou que o suspeito era 'um verdadeiro *micróbio social*', do qual o planeta estava livre. Os jornais, as rádios e a televisão do Brasil frequentemente definem os delinquentes com um vocabulário provindo da medicina e da zoologia: *vírus, câncer, infecção social, animais, bestas, insetos, feras selvagens* e também *pequenas feras* quando os delinquentes são meninos. Os aludidos sempre são pobres. [...] Sem contar as numerosas vítimas dos grupos paramilitares, em 1992, a polícia do Estado de São Paulo matou *oficialmente* quatro pessoas por dia, o que no ano todo deu um total quatro vezes maior do que todos os mortos da ditadura militar que reinou no Brasil durante quinze anos. No fim de 1995, ganharam aumento de salário, por atos de bravura, os policiais do Rio de Janeiro. Esse aumento se traduziu de imediato noutro aumento: multiplicou-se o número de *supostos delinquentes* mortos a tiros. 'Não são cidadãos, são bandidos', explica o general Nilton Cerqueira, estrela da repressão durante a ditadura militar e atual responsável pela segurança pública no Rio. Ele sempre acreditou que um bom soldado e um bom policial atiram primeiro e perguntam depois. [...] As forças armadas latino-americanas mudaram de orientação depois do terremoto da revolução cubana em 1959. Da defesa das fronteiras de cada país, que era a missão tradicional, passaram a se ocupar do *inimigo interno*, a subversão guerrilheira e suas múltiplas incubadoras, porque assim o exigia a defesa do mundo livre e da ordem democrática. [...] O inimigo continua sendo *interno*, mas já não é o mesmo. As forças armadas estão começando a participar da luta contra os chamados *delinquentes comuns*. A doutrina da segurança nacional está sendo substituída pela histeria da segurança pública. Em regra, os militares não gostam nem um pouco desse rebaixamento à categoria de meros policiais, mas a realidade o exige. Até trinta anos passados, a ordem teve inimigos de todas as cores, desde o rosa pálido até o vermelho vivo. A atividade dos ladrões de galinha e dos navalheiros de arrabalde só atraía os leitores das páginas policiais, os devoradores de violências e os peritos em criminologia. Agora, no entanto, a chamada *delinquência comum* é uma obsessão universal. [...] O inimigo público [...]: em abril de 1997, os telespectadores brasileiros foram convidados a votar: que fim merecia o jovem autor

¹³⁹⁵ GALEANO, E. *De pernas...*, pp. 62 a 65.

de um assalto violento? A maioria esmagadora dos votos foi pelo extermínio: a pena de morte dobrou os votos da pena de prisão. Segundo a investigadora Vera Malaguti, o inimigo público número um está sendo esculpido tendo por modelo o rapaz bisneto de escravos, que vive nas favelas, não sabe ler, adora música *funk*, consome drogas ou vive delas, é arrogante e agressivo, e não mostra o menor sinal de resignação. [...] Silvio Cunha, presidente de uma associação de comerciantes do Rio de Janeiro, declarava em 1991: *quem mata um jovem favelado presta um serviço à sociedade*. A dona de uma loja no bairro de Botafogo sofreu quatro assaltos em dois meses. Um policial lhe explicou o que ocorria: de nada adiantava prender os meninos, pois o juiz os soltava e voltavam ao roubo nosso de cada dia. *Depende de você*, disse o policial. E ofereceu horas extras, a preço razoável, para fazer o serviço: *acabar com eles*, disse. *Acabar? Acabar mesmo*. Contratados pelos comerciantes, os grupos de extermínio, que no Brasil preferem chamar-se de *autodefesa*, encarregam-se da limpeza das cidades, enquanto outros colegas pistoleiros se encarregam da limpeza dos campos, a serviço dos latifundiários, matando trabalhadores sem-terra e outros indivíduos incômodos.¹³⁹⁶

Atualmente e ainda mais absurdamente:

Me perdoem se for preconceito, mas essas medicas cubanas tem uma Cara de empregada domestica. Será que São medicas Mesmo??? Afe que terrível. Medico, geralmente, tem postura, tem cara de medico, se impõe a partir da aparência... Coitada da nossa população. Será que eles entendem de dengue? E febre amarela? Deus proteja O nosso Povo! [*sic*]¹³⁹⁷

Por fim, mas não da absurdidade: “Beltrame explicou a escolha: ‘[...] A escolha pela ocupação da Providência ocorreu por causa da importância da zona portuária do Rio. Essa revitalização não poderia prosseguir sem essa ocupação’.”¹³⁹⁸

“Medicina mensurável pela aparência” *inconfundível* com “medicina aparente” e “revitalização” de territórios pressupondo neles “não existir vida”, senão somente “seres humanos *objetificados* (*res* = coisa = réus)”.

Plugado na advertência de que do lado de fora havia um mundo “insuportavelmente assustador e perigoso” e escorando-se em um “medo” *mais fictício do que real* é que foi possível à mídia *arrefecer* o convívio social *pessoal* transferindo-o para o interior das casas (sociedade de sala), e limitando-o, no máximo, aos membros da família e a alguns pouquíssimos amigos íntimos.¹³⁹⁹

¹³⁹⁶ GALEANO, E. *De pernas...*, pp. 81 a 91.

¹³⁹⁷ In<<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>>. Acesso em: 17 out. 2013.

¹³⁹⁸ In<<http://www.sidneyrezende.com/noticia/78776+revitalizacao+do+porto+nao+pode+ocorrer+sem+ocupacao+afirma+jose+beltrame>>. Acesso em: 17 out. 2013.

¹³⁹⁹ Mais ou menos por aí, COSTA, J. F. *Ordem...*, pp. 109 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 470, *in fine*.

Daí em diante passou a ser impresso na população o vício do *egoísmoretrucado* e da *consciência cega* porque “numa sociedade em que ninguém consegue ser *reconhecido* pelos outros, cada indivíduo torna-se incapaz de reconhecer sua própria realidade”¹⁴⁰⁰.

Como “o homem é, por natureza, um animal político”¹⁴⁰¹, é dizer, social¹⁴⁰², reclusas as famílias em suas moradias preciso era que a mídia substituísse a *angústia* ocasionada pela *dessocialização* desse *internato* (residencialização) por um *espetáculo* no mínimo *interessante*.

Ao mesmo tempo em que a mídia impedia o acesso físico e pessoal ao mundo lá fora, ela o trazia para *dentro de casa*, embora convidando o espectador a vislumbrá-lo *com os seus olhos, dela*. Mesmo porque

[...] a consciência espectadora, prisioneira de um universo achatado, limitado pela *tela* do espetáculo, para trás da qual sua própria vida foi deportada, só conhece os *interlocutores fictícios* que a entretêm unilateralmente com sua mercadoria e com a política de sua mercadoria. O espetáculo, em toda a extensão, é sua ‘imagem do espelho’.¹⁴⁰³

Não é à toa que a programação midiática, ao estilo *second life*, ou seja, aquele do “vivendo a vida do outro”, ancora-se, por exemplo, em novelas e seriados que tentam repetir, como se fossem suas próprias, as vidas que as pessoas internadas em suas casas *renunciaram*.

Arrima-se, também, em seriados e filmes que *elogiam* o “policia torturador”¹⁴⁰⁴ e *desumanizam*¹⁴⁰⁵ o criminalizado, para que o espectador não duvide de quem é o “mocinho” e de quem é o “bandido”, de quem é o “ser humano” e de quem é o “animal”, de quem é o “caçador belo” e de quem é a “fera”, a “besta”.

Sustenta-se, ainda, em reportagens que mostram lugares estética e confortavelmente maravilhosos, mas que, implicitamente (quando veicula a transcorrência de guerras civis ou militares no destino desejado, ou noticia a taxa de homicídios e roubos e as formas com que alguns “criminosos locais” estão cometendo “crimes”, v. g.), não podem ser acessados em razão do “perigo” que o “outro”, lá fora, representa.

¹⁴⁰⁰ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 140.

¹⁴⁰¹ ARISTÓTELES. *Política*. In coleção os pensadores. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2004, p. 146.

¹⁴⁰² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 288. Recentemente, sobre a vontade dos “depositados” em um hospício, ver ARBEX, D. *Holocausto brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Geração, 2013, p. 213: “Insistem em voltar à sociedade, à família, ao afeto, à liberdade.” Historicamente, ver De Sanctis *apud* FERRI, E. *Princípios...*, p. 203.

¹⁴⁰³ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 140.

¹⁴⁰⁴ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 128 e 138 e seguintes.

¹⁴⁰⁵ *Ad instar* e por consequência do neoliberalismo. Ver MENEGAT, M. *O olho...*, p. 211.

Ampara-se, outrossim, em entrevistas concedidas por *fast thinkers*, especialistas em tudo e em nada ao mesmo tempo que, sem alguma ou com uma diminuta e irreconhecida autoridade no assunto, emitem opiniões *descalçadas* de qualquer comprovação teórico-prática porque ajustadas a dados superficiais e, ou, a argumentos irrefletidos e, ou, tendenciosos.

É também por isso que cada vez mais vêm ganhando força movimentos de revolta, inconformismo e reivindicação veiculados pela internet.

O que em grande medida não deveria ser considerada uma vantagem porque, não obstante produzirem eles certo efeito *repaginador* da conjuntura desconfortável, *dessocializam* eles, excessivamente, as pessoas, impedindo-as de *conviverem*, de acessarem-se *pessoalmente*, fixando-as, de consequência, na frente do “olho que tudo vê”.

Aparelhados os olhos do nosso “grande irmão”, passou o mundo exterior a nos ser entregue sob o ângulo *míope* de um anteparo, o do vidro espesso externamente convexo disposto ao final do tubo catódico¹⁴⁰⁶ que, sob a desculpa de “consertar nossa visão”, como faria um “óculos fundo de garrafa”, tem *ampliado e distorcido exageradamente os contornos da imagem (caricaturização punitiva)*.

Intermediando a realidade e a sua interpretação midiática a tela vitralmente grosseira, fazendo as vezes de uma lupa, converte o insólito em “grotesco” mediante letras garrafais, apresentando-o sob o signo da banalidade do mal, cujo nome usual atual é “impunidade”.

Isso *intranquiliza e inquieta* os espectadores porque, remontando e recorrendo à sua memória pessoal, *intencionalmente montada sobre mensagens subliminares pretéritas vinculantes*, dá a entender a todos que o que aconteceu com a vítima Fulano, Cicrano ou Beltrano “com certeza vai acontecer com cada um deles, ou com alguém que lhes seja caro” (aproximação por afinidade ou semelhança).

Às vezes, essas mensagens subliminares são tão incipientes que chegam a remontar à infância do espectador, a elas exposto através de signos os mais inocentes possíveis, à semelhança daqueles presentes em uma literatura *seletivamente despretensiosa* como a lobatiana.¹⁴⁰⁷

Porque não interpretada contextualmente, olvidando o dilema responsoriamente sugestivo de MARC BLOCH quando ele pergunta, em sua *Apologia da História*, se o historiador

¹⁴⁰⁶ A expressão é de SODRÉ, M. *A comunicação...*, p. 56, e, aqui, por uma questão de retórica, preferimos mantê-la malgrado representar ela uma técnica de passamento ultrapassada.

¹⁴⁰⁷ LOBATO, M. Caçadas de Pedrinho. In _____. *Obras completas*, v. 2. s/ed. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 26: “[...] Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros.”

deve “julgar ou compreender?”¹⁴⁰⁸, *Caçadas de Pedrinho* pode mostrar ao espectador, ou ao leitor, desde cedo, um mundo onde uma mera “boneca de pano pode exteriorizar um preconceito racial”, alcunhando, até o osso, a *carne* da “empregada afrodescendente de preta”¹⁴⁰⁹, dando a entender que, enquanto essa não pode remanesecer “impune”, *carregando perpetuamente em seu lombo todo o peso da sua cor*, um ser animado apenas fabulamente “pode ofendê-la impunemente”, e não só em razão da pouca idade (inimputabilidade), ou da despersonificação.

Mediante uma história do presente, ou melhor, de um presente histórico, são elas atualizadas permanentemente no “imaginário coletivo” que com elas se resigna através da “conversão mantenedora” da seletividade doméstico-feudal em seletividade cromático-econômico-classista (seis por meia dúzia).

Explorando *insensivelmente* o *sofrimento* da *vítima*, mesmo depois da sua morte (reprise sádica), o da sua *família* e o dos seus *amigos*, “demoniza” a mídia acusando que passa a ser perseguido pelo que ela *diz* (“impunidade originária descontraída por inauguração anômala”), ou ajuda a *dizer* que “ele fez” (“impunidade mista descontraída por inauguração anômala”), pelo que ele está sendo *acusado* de “ter feito” (“impunidade mista retraída por inauguração escoreita derivada”), e por ser “responsável” (terceirização da competência do juiz natural) por não haver recebido uma apenação que ela entende que seria a adequada (“impunidade retida”).

Partindo de uma *forjada equivalência entre a vítima e os espectadores*, comunica a mídia o “grotesco” através de um procedimento de *desconstrução* (despersonificação mediante a utilização de apelidos como “verme”, “doente”, “infecção”, “monstro”, “fera”, “besta”, “besta-fera”), e de *difamação* (condenações prematuras infundadas, sobretudo com utilização de alcunhas pejorativas como “canalha”, “vagabundo”, “safado”), contra os supostos “criminososimpunes”, inaugurando uma nova categoria de estereótipo, o *estereótipo do “criminoso impunido”*, que agrava a condição de um sujeito que já experimenta os prejuízos de uma *estigmatização implementada* por uma *marcaçãoestereotipadora anterior* (*impunização secundária*).

Percebendo as vantagens advindas dessa acentuada intervenção na *subjetividade* do espectador e visando a obter também o mesmo elevado *retorno*, aderem todas as mídias a esse *modus operandi*, passando cada uma a explorar *colateralmente* (independência e harmonia) a

¹⁴⁰⁸ BLOCH, M. *Apologia...*, pp. 125 e seguintes.

¹⁴⁰⁹ LOBATO, M. *Caçadas...*, p. 19: “Não vai escapar ninguém - nem Tia Nastácia, que tem carne preta.”

“maravilhosa possibilidade” de *(re)configurar o “imaginário coletivo”* mediante a *(re)construção homogeneizada* de um senso comum *convergente* ao “discurso da impunidade criminógena”.

Pasteurizados os espectadores, porque *desmobilizados e destituídos* de qualquer *senso crítico*, já pode a mídia “reconstituir a realidade”, *reinterpretando-a* a partir do seu painel de controle.

Hipnotizados diante da *caixa idiota* ao empreendimento midiático se descortina a chance de “informar a realidade” *forjando e formando a interpretação dessa mesma realidade* mediante a atribuição de responsabilidade ao “criminoso impune” por quase todas as nossas *angústias, insatisfações, frustrações, medos, revoltas, sofrimentos e infelicitades* (*transfiguração*).

Nesse instante, fechando o círculo, realiza a programação nossos desejos mais profundos ao converter nossas *frustrações angustiantes*, reveladoras da nossa “incapacidade” em satisfazer nossos *fetiches, tendências e necessidades*, em “fúria”, em “ódio”¹⁴¹⁰ contra o “outro”, para quem torcemos mais é que “se dê mal, que se ferre, que vá preso e apodreça na cadeia”.

Isso *apazigua e eufemiza* nossa “ira” insatisfatória contra nós mesmos, *recanalizando-a* em detrimento do nosso novo “inimigo”, o “criminoso impune”.

Feito isso, à mídia já é possível entregar ao senso comum *edificado* um caráter de “bom senso”, qual sendo, o de que é um *contrassenso* continuarmos “a ser regidos por leis penais brandas”, continuarmos “a admitir a impunidade destes monstros, destes canalhas, destes vagabundos” e continuarmos “a aceitar condenações com penas diminutas, concessões de direitos aos presos e exercícios de direitos pelos presidiários”, bem como o de que é *insensato* tanto permitirmos “que a maioria penal continue limitada aos 18 anos”, quanto impedirmos “a reintrodução da pena de morte, das penas perpétuas e de trabalhos forçados.”

Por outro lado, aquela *standardização do modus operandi* das mídias deu ensejo à criação de uma *teoria midiática* que opera da seguinte maneira:

Primeiro, todas as mídias exploratórias existentes no mercado (rádio, jornal impresso, televisão, internet) veiculam uma “realidade” *(in)formada*, ou seja, uma “verdade” que é “*narrativamente interpretada*” dentro de um contexto conveniente ao *capital videofinanceiro* (“narração dissertativa”).

Para ROBERT MERTON e PAUL LAZARSFELD:

¹⁴¹⁰ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 55: “Descobrir ou inventar um novo e importante objecto de ódio para uso do público é ainda um dos meios mais seguros para alguém se tornar um rei do jornalismo. [sic]”

A ubiquidade dos *mass media* nos leva prontamente à crença, quase mágica, em seu enorme poder. Mas existe outra base, talvez mais realista, para esta ampla preocupação com o papel social dos *mass media*. Referimo-nos aos diversos tipos de controle social que poderosos grupos de interesse exercem na sociedade. Cada vez mais, os principais grupos de poder, entre os quais o mundo do negócio organizado (*organized business*) ocupa a posição de maior destaque, vêm adotando técnicas para manipular o público de massa (*mass public*) pela propaganda, ao invés de empregar meios mais diretos de controle.¹⁴¹¹

Segundo, as notícias giram em uma *velocidade aceleradíssima* e com uma *frequência nauseante* sendo repetidas incontáveis vezes¹⁴¹² dentro da mesma emissora e por várias emissoras que, quando muito, limitam-se a modificar um ou outro detalhe das mesmas, como o ângulo da câmera, a edição da imagem ou do texto, os horários de emissão, a entonação das vozes dos repórteres *etc.*¹⁴¹³, o que potencializa o seu poder de convencimento ao dar a entender que as *versões diferentes de um mesmo fato emitidas por pessoas diferentes equivalem a uma sintonia quanto à “verdade” do que elas dizem, como se uma mentira contada várias vezes, de diferentes formas, por várias pessoas, merecesse uma homologação ainda mais incontestável de “verdade” (teoria goebbelsiana aperfeiçoada).*¹⁴¹⁴

Infelizmente, a história acontece “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.¹⁴¹⁵

Por essa “lógica”, isso “precisa (mesmo) ser assim(?)” porque, ao contrário do que se pensa:

[...] o fato de o espectador se deparar, no caso da televisão, com a imagem construída, não significa que a sua atenção esteja automaticamente estruturada pela imagem. Muito pelo contrário, a televisão tende a *dispersar* a atenção do espectador ao invés de estruturá-la. Tanto assim que nos bons programas noticiosos de televisão a grande preocupação do comunicador é evitar a *fugacidade* (a tendência à não-retenção) das informações. A continuidade das imagens de televisão, análogas de certo modo ao fluxo da consciência humana, arrebatava visualmente o espectador, o

¹⁴¹¹ MERTON, R. K.; LAZARSFELD, P. F. Comunicação..., p. 110.

¹⁴¹² DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 210: “Boatos da mídia e da polícia adquirem de imediato, ou, na pior hipótese, depois de terem sido repetidos três ou quatro vezes, o peso indiscutível de provas históricas seculares.” BIRMAN, J. *Cadernos...*, p. 233: “De qualquer maneira, no *ethos* da performance o espetáculo tem sempre que ser recomeçado. Como tem duração efêmera é preciso reinventar a performance permanentemente, para que o espetáculo sempre continue, com novos atores e outros roteiros.” PINTO, J. *O ruído...*, p. 24: “É também a mesma coisa que acontece com a televisão, que repete, repete, repete, e nunca ousa grandes voos de linguagem no medo de que o telespectador se perca (ou no medo de perder o telespectador, que é a mesma coisa).”

¹⁴¹³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 312.

¹⁴¹⁴ Nesse sentido, WACQUANT. L. *Os condenados...*, p. 116.

¹⁴¹⁵ MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. In coleção Marx-Engels. 1. ed. 1. re. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 25. Ver, ainda, ŽIŽEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. 1. ed. 3. re. São Paulo: Boitempo, 2013, *passim*.

que leva a pensar que, na verdade, as pessoas *veem tevê*, antes de verem o que *está na tevê*.¹⁴¹⁶

Terceiro, como quem pauta e edita o que os espectadores podem e devem ver é a mídia, a *repetição noticiária* intenciona *conformar os hábitos* dos mesmos ao *monótono cardápio midiático*, obrigando-os a ingerir goela abaixo a *lavagem* (cerebral) refugada no banquete neoliberal até que eles se estacionem *pastéis* diante da televisão como se fossem gansos fornecedores de *foie gras et jaune*, mas com apenas uma diferença, a de que a alimentação dos gansos é de melhor qualidade.

Habitados, à exaustão, a assistir todos os dias e durante boa parte da programação notícias “violentas” e a enxergar os “criminosos” como pessoas sempre “impunes”, passam os espectadores primeiro a acreditar, não que se trata de uma *monotonia* de notícias desse tipo, senão que a sua repetição revela que essas notícias *são as únicas a divulgar*; segundo, reitere-se, passam a acreditar que elas, em razão da sua repetição por todos, são “verdadeiras” (*teoria da unanimidade parcial*), sendo “verdadeira” também sua interpretação denunciadora da “impunidade” como algo “*criminógeno*”; e, terceiro, *passam aqueles a subliminarmente inclinar-se a sentir falta desse modelo rococó prêt-à-porter de imprensa*, pendendo a pleitear indiretamente, quando *desprezam programações “menos agressivas”* (óperas, filmes *cult*, documentários sóbrios, entrevistas críticas *etc.*), sua *reincidência jornalística*, fechando o ciclo que não se tem certeza de como começa, embora tenha restado claro como termina (mal).

Viciados nesse *tipo* de reportagem, acabam os espectadores acreditando que todas as pessoas lá fora são “más” e “perigosas” e que o seu *assento* (cama, sofá ou cadeira), estacionado perante a *caixa idiota* emissora do sinal audiovisual (televisão ou computador, *v. g.*), é o único lugar “seguro” e “sincero” com o qual ele poderá *flertar* com seu novo *fetichismo abstrato*, o do *prazer* em procurar e em encontrar, a cada dia, *um novo “impunido” que deverá expiar a sua “culpa” pela sua incapacidade de reprimir suas tendências ou de corrigir seus erros e de não fracassar*.

Essa atitude midiática *convencida*, porém, conta com um pressuposto, o de que os espectadores são “ignorantes”¹⁴¹⁷, embora tenham latente *um “promíscuo” e projetivo apetite sexual pela prostituída programação da “violência”*.

Pressuposto extraível do fato de que:

¹⁴¹⁶ SODRÉ, M. *A comunicação...*, pp. 58-59.

¹⁴¹⁷ Ver <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/08/nove-mestres-da-usp-e-william-bonner.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

Nunca foi possível mentir com tão perfeita ausência de consequências. O espectador é suposto ignorante de tudo, não merecedor de nada. Quem fica sempre olhando para saber o que vem depois, nunca age: assim deve ser o bom espectador. [...] A ignorância, que nunca deixou de servir ao poder estabelecido, sempre foi explorada sobretudo por hábeis empresas que se mantêm à margem da lei. Que momento mais favorável do que este, em que o analfabetismo tanto aumentou?¹⁴¹⁸

Além desse pressuposto, outros se mostram *imprescindíveis*.

Um deles é o de que o discurso midiático espetacular seja um *monólogo*, e não um *diálogo*, e o de que ele seja envernizado por uma *indiscutibilidade* arrimada em um “argumento de autoridade” que o “higienize” de toda *ilogicidade*, jogada para debaixo do tapete, ou melhor, no nosso caso, *para debaixo das marquises ou dos viadutos*.

No plano dos recursos de pensamento das populações contemporâneas, a primeira causa da decadência decorre claramente do fato de que o discurso apresentando o espetáculo não deixa espaço para resposta; ora, a lógica só se forma socialmente pelo diálogo. Além disso, quando se difunde a reverência por quem fala no espetáculo, que é supostamente importante, rico, de prestígio, que é *a própria autoridade*, também se difunde entre os espectadores a tendência de serem tão ilógicos quanto o espetáculo, para ostentar um reflexo individual dessa autoridade. Afinal, a lógica não é fácil, e ninguém quer ensiná-la aos espectadores. Nenhum drogado estuda lógica: porque já não precisa dela, já não tem essa possibilidade. A preguiça do espectador é a mesma de qualquer intelectual, do especialista formado às pressas, que vai sempre tentar esconder os limites restritos de seus conhecimentos através da repetição dogmática de algum ilógico argumento de autoridade.¹⁴¹⁹

Quando não está a mídia veiculando esse tipo de notícia está ela, *enfadonhamente*, apresentando e divulgando suas personagens, pertencentes a um programa (artistas, repórteres, apresentadores), como entrevistados *peripateticamente enaltecidos* ou como *personalidades a copiar*, sempre *tributadas imperturbavelmente* em outro(s) programa(s), bem ao estilo de “a televisão para a televisão, pela televisão e com a televisão”, como se não existisse ninguém mais a invejar, tampouco mais nada de importante no mundo (técnica do “*Video Show*”, da “*Dança dos Famosos*”, do “*Troféu Imprensa*”, do “*Troféu Domingão: Melhores do Ano*” *etc.*).

Convidam-se atores para participarem de *reportagens*, de *disputas* e de *discussões* da mais diversa natureza e para as quais eles não têm a menor qualificação, para *entrevistas* e para, “avalizando” com sua sempre “insuspeita seriedade e confiabilidade”, participarem de *movimentos sociais* ou para exibirem sua participação em *organizações não governamentais*.

Convidam-se e contratam-se *repórteres* para serem “comentadores” de circunstâncias e de assuntos extremamente *complexos* como economia, direito, medicina, política, segurança pública, “guerra às drogas”, maioria penal, “impunidade” *etc.*.

¹⁴¹⁸ DEBORD, G. *A sociedade...*, pp. 183 e 199.

¹⁴¹⁹ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 189.

Criam-se prêmios *possíveis*, exclusivamente, ou quase exclusivamente, a empregados deste ou daquele canal (“Troféu Domingão: Melhores do Ano”, “Troféu Imprensa” e “Troféu Mário Lago”), como se eles representassem a “nata” midiático-social, cuja eventual premiação os fará ver suas qualidades mais comuns, ocorrentes em qualquer pessoa do povo, serem enaltecidas com orgulho e honra como se fossem um atributo “raríssimo” decorrente de um esforço “invejável”.

Quarto, como a mídia é composta também por diversos empreendedores morais, inevitavelmente *concorrem* eles pela dominação do poder hegemônico, *vencendo*, ainda que *provisória e pontualmente*, incluída a medição do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), aquele empresário videofinanceiro que *aceite reenquadrar parte da sua programação a favor do (ou a favor da proteção do) fornecedor da informação perfuratriz (furo de reportagem)*, ou que *aceite fornecer-lhe uma contrapartida compensadora (presente embrulhado)*, ou que *tenha certo poder de embargo (hierarquia vertical ou preferência horizontal)*, ou de *exigência sobre ele (cobrança de favor)*.

Vencedor na disputa, obtém ele o “direito” (poder) de emitir a notícia “bombástica” em primeiro lugar (primeira mão), ou de somente ele emití-la (exclusividade).

Detendo a *exclusividade* da notícia sobre uma hipotética “impunidade”, ou oferecendo-a em *primeira mão*, respectivamente, “*modela-a (interpretação derivada)*” ou a “*inventa (interpretação original)*” o empreendedor moral com a plasticidade que seja mais convinável a ele, ao encomendante, ou a ambos, ficando as demais agências de comunicação e repetição ideológicas (mídias) vinculadas, *por baixo*, às conclusões da sua precedente, vencedora da contenda.

Como o “discurso da impunidade”, por mais mal veiculado que ele tenha sido, ou por mais tendencioso que seja ele, nunca deixa de ser minimamente interessante como *base* da qual se pode partir para sempre *piorar* a situação do suposto “impunido”, as demais empresas midiáticas *sequer desejarocontraditá-lo* ou *sequer desejaro minimizar* as conclusões extraídas pela empresa antecedente, sobretudo porque isso, *purtroppo*, não encerra nenhum *demérito* ou provoca qualquer *prejuízo*, haja vista que qualquer assunto que envolva referido discurso sempre poderá ser *espremido* até o seu desgaste pelos aparelhos discursivos punitivistas.

Quinto, contando ao menos com a omissão (construída lentamente) da maioria dos espectadores que sequer cogitam a hipótese de ela poder estar pretendendo, *subliminar e subrepticamente, dominar suas vidas, seus modos de pensar, suas decisões, seus valores, seus gostos e seus julgamentos*, ao longo do tempo conquistou a mídia a *capacidade perigosíssima*

de manipular a (interpretação da) “verdade” a ponto de, inclusive, ter o “rosto de madeira” de negar (“manipulação descarada”), ou pôr em dúvida (“manipulação tímida”), “verdades” apresentadas por *autoridades competentes*, como quando certa feita um jornal, veiculando certa notícia, mesmo após reproduzir a fala do delegado informando que “não consta[va] na polícia ou no DETRAN registro de furto do veículo”, houve por bem (de quem?) completar-se (ratificar retificando), depois de um certo tempo e justamente para esfriar a declaração delegatícia, afirmando que “não se sabe, com certeza, se o veículo é ou não objeto de furto”.

Como sempre acontece, quando não há um “impunido” ou não há a quem punir ou o que punir *é preciso conceber um “bode expiatório”*.

“Abandonai toda a esperança, ó vós que entraís!”¹⁴²⁰

Portanto, é difícilimo para esse *infeliz* que recebeu a *marcação indelével da “impunidade”* excluir-se ou desligar-se da *estigmatização* que ela acarreta porquanto dele se exige, ou melhor, a mídia a ele impõe a produção de uma *prova impossível* (não seria mais adequado dizer, inútil?), qual sendo, a *prova negativa*, ou seja, a *prova de que ele não fez*, de que “ele não furtou o veículo”, não merecendo, por isso, punição, o que *deveria* equivaler a dizer que ele não resta “impunido” de modo algum.

Em que pese parecer inconveniente, inclusive com a nomenclatura, dispõe FRANCISCO CASTRO, em sua *Teoria das provas e suas aplicações aos atos civis*, sobre a impossibilidade da prova negativa, que:

Debaixo da denominação de fatos de impossível prova, consideraram muitos juristas os negativos, seguindo que aqueles que os alegassem não haviam mister de os demonstrar, e impondo ao adversário o ônus de provar a proposição com a qual estavam em antinomia. [...] A demasiada facilidade com que um fato ou uma proposição se converte em afirmativa, tem levado muitos a negar que haja fatos negativos propriamente ditos. Não obstante, alguns há cuja transfiguração é impossível, bem como a sua prova, e por isso julgamos dever incumbir à outra parte a prova da proposição contrária, se isso for possível; aliás, não devem ser admitidos em juízo, por se compreenderem nos princípios que estabelecemos relativamente aos fatos, cuja prova é impossível. E são estes fatos aos quais, impropriamente, chamam negativos. Dizemos impropriamente porque um objeto tal não é um fato, mas sim a negação de um ou muitos fatos.¹⁴²¹

Nesses casos, portanto, é necessário inverter-se o ônus da prova (artigo 6º, inciso VIII, do CDC), ou melhor, é necessário que a regra que exige que o Estado prove suas acusações seja respeitada (artigo 156, do CPP), que o devido processo legal, o contraditório e a ampla

¹⁴²⁰ ALIGHIERI, D. *A divina...*, p. 17.

¹⁴²¹ CASTRO, F. A. das N. e. *Teoria das provas e suas aplicações aos atos civis*. Campinas: Servanda, 2000, pp. 76-77.

defesa sejam respeitados (artigo 5º, inciso LV, da CRFB/88), e que a presunção de inocência, albergada constitucionalmente, seja respeitada (artigo 5º, inciso LVII, da CRFB/88).

Outra estratégia que ela usa para *manipular a (interpretação da) “verdade”* consiste em apresentar apenas *uma versão dos fatos* que ela considera “impunes” (“manipulação singular”).

Para isso, impede ou boicota ela a manifestação da vítima que pode, em alguns casos, atrapalhar ou evitar a punição do acusado (criminalização dependente), impede ou boicota ela a manifestação do próprio suspeito, acusado ou condenado, tolhido em seu direito de se defender, ou neutraliza ela a versão do sistema penal (policiais, delegados, promotores, juízes, assistentes de acusação *etc.*), assumindo a posição de “imparcial reveladora da verdade incontestável sobre ser sim, aquele indigitado, o responsável, impune, pela façanha criminosa denunciada, percebida ou suspensa”.

Para a hipótese remota de ser concedido ao considerado “impune” o *aparente* direito de falar, vincula a mídia as respostas dele a perguntas *direcionadas, tendenciosamente, à sua autoacusação* que, partindo do pressuposto de “ser ele o culpado”, formulam-se em orações *sugestivo-capciosas* como “por que você fez isto?”, ou “você está arrependido do que fez?”, ou “por que você estava correndo?”, ou “você não quer responder porque você está com vergonha do que fez?”, ou “você está de cabeça baixa porque está arrependido?”, ou “por que você bebeu e dirigiu?”, ou “por que vocês estavam traficando nessa praça?”, ou “você é sempre frio assim?”, ou “o que você sentiu quando você o matou?”.

Essa *oblíqua* concessão dada ao acusado para que ele “fale” tem *unicamente* a pretensão, não de registrar a sua versão dos fatos, senão de *confirmar através de subterfúgios jornalísticos, como perguntas que já contêm as respostas*, uma “culpa” sua que inadmitirá que ele saia “impune” da tela ou da página.

Porque também é quando finge atender a um direito que pode ofendê-lo (teoria da abusão) que assim agindo desrespeita a *imprensa* o artigo 5º, inciso LXIII, da CRFB/88, que permite ao acusado *calar-se, defensivamente, sem prejuízo*, haja vista não estar ninguém obrigado a produzir prova contra si mesmo, na medida em que o mesmo é interpretado por aquela como “assunção de culpa”, talvez por derivação de brocardos tão folclóricos quanto contaminados e exageradamente genéricos e improváveis como “quem cala consente” e “quem não deve não teme”.

Em *As palavras e as coisas*, MICHEL FOUCAULT ensinou que “livre, enfim, dessa [da] relação que a acorrentava, a representação pode se dar como pura apresentação.”¹⁴²²

De fato, não existe uma *integralmente verdadeira relação* entre os *mass media* e os *espectadores* porque a comunicação entre ambos não se promove *rigorosamente* em um nível de *coordenação paritária* (participação igualitária), senão de *subordinação controlada* (participação hierarquizada), porquanto, ainda que o espectador tenha o “poder” de alterar *sponte sua* o canal assistível¹⁴²³ e de estarmos convencidos de que se trata de uma via de mão dupla onde “a mídia passa a programação que o espectador quer assistir e este escolhe assistir a programação que a mídia passa”, *acreditamos, sinceramente, que o alcance e o poder da mídia conseguem influenciar “mais” no gosto do cliente do que este na programação daquela*.

Para JULIO PINTO “a linguagem é relacional por natureza [...] [sendo que] aquilo que ela tem de circulante, a sua ontologia [...] [, depende, em última medida,] de uma transcendentalidade (algo que transcende um ente, mas que precisa dele para ser pensado).”¹⁴²⁴

Circulando entre mídia e espectador, ultrapassa a linguagem ambos, embora de ambos dependa para ter (construir) sentido.

Já para nós, além disso, equivaleria a situação a uma balança em quase equilíbrio (desequilíbrio mínimo), pesando o prato da mídia *um pouco mais* que o do espectador.

Apesar de “não há [haver] representação neutra da realidade”¹⁴²⁵, o perigo que noticiamos acima parece ser maior e está não só na *ausência de relação*, que cede o espaço da *representatividade* à *apresentatividade*, senão, sobretudo, *circularmente*, também na *interpretação da “impunidade”* porque “interpretar [...] é estabelecer uma relação”¹⁴²⁶, renovando-se o poder do “discurso da impunidade criminógena”, agora, novamente, sob esse tom *representativo relacional*.

E acreditamos nisso justamente porque, mesmo não existindo uma verdadeira relação acorrentadora entre a mídia e os espectadores, a representação da “impunidade” por aquela,

¹⁴²² FOUCAULT, M. *As palavras...*, p. 21.

¹⁴²³ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 25.

¹⁴²⁴ PINTO, J. *O ruído...*, p. 8.

¹⁴²⁵ FOWLER, R. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. U. S. A./Canada: Routledge, 2007, pp. 66 e seguintes.

¹⁴²⁶ PINTO, J. *O ruído...*, p. 9.

porque interpretativa, apesar de tentar não aparentar ser mais do que uma “mera apresentação dos fatos”, na verdade “mantém sua relacionalidade pervertida na medida em que vincula a seletividade, dependente de um poder de escolha estatal, com a impunidade, atribuída indevidamente, por derivação, a uma culpa do criminalizado”.

Para GUY DEBORD, “sempre que haja *representação* independente, o espetáculo se reconstitui”¹⁴²⁷, e se reconstitui, completamos, com o *formato aparente* de uma mera *apresentação imparcial* do “discurso da impunidade”, *embora seu conteúdo não seja apenas apresentado, senão, representado parcialmente mediante uma interpretação espetacular!*¹⁴²⁸

E a *desapresentação* do “discurso da impunidade” e sua *representação* midiática decorrem do fato de ser inegável reconstituir ele, *relacionalmente*, ao menos em parte, uma *vontade prévia* da sociedade, uma *tendência* sua a, enxergando no “outro” suas próprias *angústias* (homoassunção), transferir “furiosamente” para ele a “demonização” (heterotransferência) da sua *incapacidade de desangustiar-se com suas próprias frustrações e de desapegar-se das suas tendências desviantes*.

A favor de uma *subordinação controlada eufemizada* ensina GUY DEBORD que “essa ‘comunicação’ é essencialmente *unilateral*[...][embora] a sociedade do espetáculo é [seja] a forma que escolhe seu próprio conteúdo técnico.”¹⁴²⁹

A rigor, as pessoas querem encontrar alguém que *expie* suas *angústias* pelo seu *insucesso* ou pela sua *incontinência*, enquanto que a mídia lhes apresenta o *caprino*, ou melhor, o “*fato*”¹⁴³⁰ que absorverá todas aquelas *sob a forma projetada de ira, de revolta, de incompreensão, de condenação plasmada na inadmissão de qualquer “impunidade”*.

Sensíveis que são as pessoas a todo *estímulo externo*, rol no qual se inclui a *linguagem* que faz com que a nossa realidade seja virtual¹⁴³¹, é dizer, *interpretacional*, apresenta-lhes a mídia, *reticentemente*, as *imagens* que, embora *suprassensíveis* e, ou, *insensíveis*, tendem a, ativando aquela sensibilidade, *(re)sensibilizá-las insensibilizando-as*.¹⁴³²

¹⁴²⁷ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 18.

¹⁴²⁸ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 171: “O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos.”

¹⁴²⁹ DEBORD, G. *A sociedade...*, pp. 21-20, nessa ordem.

¹⁴³⁰ Ver nota 518.

¹⁴³¹ O porquê disso pode ser extraído em PINTO, J. *O ruído...*, p. 9.

¹⁴³² Meio que por aí, DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 28.

É como se se tratasse de uma perversão da sensibilidade através de uma reconfiguração insensivelmente formatada para parecer sensível.

E essa perversão da sensibilidade é ativada mediante a espetacularização insistente de eventos comuns, corriqueiros da vida, redimensionados exageradamente (potencialização do sangue) a fim de demonstrar que aquele corpo espatifado, estraçalhado, ensanguentado, desconjuntado, esquartejado poderia ser o do espectador (identificação com a vítima-herói¹⁴³³), mas não é, e não é justamente porque o dele está acomodado confortavelmente em um “lugar seguro”, qual sendo, a poltrona ou a cadeira à frente da caixa idiota (televisão, internet e rádio).

É justamente essa estratégia midiática *nauseante* (repetitiva) que, ancorada em um “*pânico moral*”¹⁴³⁴, facilita a digestão das notícias *espetaculares* sobre a “impunidade” mediante uma *economia de esforços* por parte dos espectadores que podem, sem mais dificuldade, *sedimentar* esse assunto no formato sempre *coincidente* com o que é mais *funcional* aos emissores.¹⁴³⁵

Isso permite, ainda, o *estacionamento* (descanso) da quase totalidade dos espectadores que sempre estão pendulando entre o “lícito” e o “ilícito”, esvaziando-lhes a *angústia* que os impulsionaria a favor *deste*, ao em vez *daquele*, em uma introvertida tentativa dominial da situação (autoconvencimento tranquilizante).¹⁴³⁶

Ou, *interpolando* SIGMUND FREUD, como o *superego* não consegue *eliminar* as pulsões agressivas, senão apenas *represá-las*, podendo elas, com efeito, romper a qualquer instante o dique, porque à procura de uma punição *compensadora* adveniente da *necessidade* da prática de uma “falta”, permitiria a *cultura midiática* a abertura das comportas sempre “em favor” da inundação das carceragens com os corpos dos “outros”, é dizer, “daqueles” que, encaixando-se na “conduta ilícita” (desvio previsto e tornado público), *arrefeceriam*, por *sub-rogação*, as pulsões agressivas do *espectador*.¹⁴³⁷

Considerando que essa tese *legítima*, e até “justifica” a manutenção da *cultura midiática espetacularizada* em conluio com o *poder punitivo*¹⁴³⁸, haja vista que ambos

¹⁴³³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 268, 320-321.

¹⁴³⁴ COHEN, S. *Folk...*, *passim*. Ver, por fim, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 232 e 263.

¹⁴³⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 205-206.

¹⁴³⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 273 e seguintes.

¹⁴³⁷ Ver nota 73. Ver, também, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 42.

¹⁴³⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 290.

confinariam as pulsões agressivas da maioria em detrimento da minoria etiquetada (selecionada), pode-se dizer que a *canalização do masoquismo* (“*primordial*”) poderia advir, como válvula de escape, da justaposição de “modelos de solução efetiva de conflitos [...] como os reparadores, restitutivos, terapêuticos e conciliadores, entre outros”¹⁴³⁹ (prevenção secundária)¹⁴⁴⁰ que, adequados às especificidades de cada caso¹⁴⁴¹ e confrontando o “criminoso” com o “dano por ele provocado”¹⁴⁴², *permitissem que ele e a vítima elaborassem, processassem, digerissem, o menos desconfortavelmente possível, o evento experimentado*¹⁴⁴³ (“*usurpação de conflitos*”¹⁴⁴⁴).

Frequentemente, a vítima desejaria ter um encontro cara-a-cara com seu agressor, que poderia significar uma libertação. Mesmo vítimas de violências, muitas vezes, gostariam de ter oportunidades de falar com seus agressores, compreender seus motivos, saber porque foram atacadas. Mas, o agressor está na prisão e o encontro cara-a-cara é impossível.¹⁴⁴⁵

Elizabeth Gomes da Silva, mulher do pedreiro Amarildo, mais um “desaparecido policial”, resumiu *a imprescindibilidade da elaboração do que teria acontecido*¹⁴⁴⁶ de uma maneira angustiante:

A pior coisa é matarem alguém da sua família e você não ter como enterrar o corpo. Eu gritei desde o começo e estou gritando até agora, porque quero os restos mortais do Amarildo. Porque os policiais estão presos, mas até agora não deram o corpo do meu marido, pelo menos os ossos, para a gente dar um enterro digno.¹⁴⁴⁷

Angustiante a ponto de demonstrar, inclusive, que FRIEDRICH NIETZSCHE estava equivocado quando escreveu que: “Não é a dúvida, é a *certeza* que enlouquece [...]”¹⁴⁴⁸

Aqui, cabem parênteses. LOUK HULSMAN narra que:

Num dado momento, jovens [...] [de uma] rua dita ‘antissocial’ - que, ao contrário, é a mais social, pois seus moradores costumam ajudar uns aos outros - [...] cometeram

¹⁴³⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 411.

¹⁴⁴⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 410-411.

¹⁴⁴¹ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 103.

¹⁴⁴² Mais ou menos nesse sentido, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 87-88.

¹⁴⁴³ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 132 a 134. Tangenciando, em parte, o exposto, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 321 e 458.

¹⁴⁴⁴ Ancorando-se em Nils Christie, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 173.

¹⁴⁴⁵ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 83.

¹⁴⁴⁶ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 83.

¹⁴⁴⁷ In<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-11-02/protesto-na-rocinha-pede-que-policiais-entreguem-corpo-de-amarildo>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

¹⁴⁴⁸ NIETZSCHE, F. W. *Ecce...*, 2013, p. 51, item “porque eu sou tão inteligente”, número 4.

atos de vandalismo nas casas e jardins dos intelectuais de padrão elevado e um destes chamou a polícia [...]. Quando o Comitê de bairro se reuniu depois destes acontecimentos, os pais dos adolescentes autores das depredações diziam: ‘Como pessoas que vivem juntas em um bairro podem chamar a polícia umas contra as outras?’ Decidiu-se, então, marcar uma reunião especial, para a qual seriam convidados a pessoa que apresentou ‘queixa’ e os garotos que tinham danificado sua casa. O interessado não pertencia ao Comitê, nem se dava conta dos problemas destes jovens. Ele jamais havia dirigido a palavra a qualquer deles. No dia do encontro, ele compreendeu muitas coisas. Disse que não procuraria mais resolver nenhum problema sem antes ter tentado compreender o que se passava com as pessoas. E convidou os jovens para um churrasco [...].¹⁴⁴⁹

Sobre outra ocasião, expõe ele uma *dialética* que se apresenta muito mais *adequada e útil* à contenção do poder punitivo.

Num bairro pobre do centro da cidade de Dordrecht, em determinada época, aconteceu que, todas as manhãs, os vidros das janelas das escolas apareciam quebrados. O Serviço da Prefeitura a que os interessados se dirigiram para que fossem recolocados os vidros, em determinado momento, requereu a ‘intervenção’ do Comissário que ordenou aos agentes daquele bairro que permanecessem ‘ativos’, isto é, alertas, de modo a capturar os desordeiros. Um dos agentes sabia que eram os jovens que quebravam os vidros. Mas, ao invés de prendê-los, foi conversar com os responsáveis pelo serviço comunitário interessado. Pediu que lhe fornecessem a lista das escolas que tiveram os vidros das janelas quebrados, nos diferentes bairros de Dordrecht. Com a lista nas mãos, disse àqueles responsáveis: ‘Vejam, há uma relação direta entre o número de janelas danificadas nas diferentes escolas e a existência de locais de recreação para jovens nos bairros onde elas estão situadas. O meu bairro é o que tem o maior número de janelas danificadas e é também no meu bairro onde mais faltam aqueles locais de recreação. De nada servirá prender os garotos. Se se quer diminuir o número de vidros quebrados, o que se deve considerar são medidas de urbanismo’. Este exemplo me parece refletir um estado de espírito que conviria deixar se manifestar e desenvolver por toda parte.¹⁴⁵⁰

Isso soa como *excessivamente romântico* porque o parâmetro a partir do qual analisamos atitudes como essa é o do *punitivismo precoce* - porque arrimado no perigosismo arbitrário -, *seletivo e cruel* - porque deslegitimado, desproporcional e desarrazoado.

Para tanto, a mídia, ao mesmo tempo em que *espetaculariza* a questão da “impunidade”, *assume o controle* dos fatos que a envolvem (limitação de opções), entregando-os *prontos* ao espectador que, assim, com o *superego reforçado* pela *denúncia monomaniaca daquela, pela caçada hiperbólica aos rotulados ou pela monopolização da sua prisão, da sua condenação e da sua execução*, pode *desangustiar-se sem muito esforço*, pois, não tendo mais que decidir entre o “lícito” e o “ilícito”, não precisa, *desesperado*, praticar um

¹⁴⁴⁹ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, p. 130.

¹⁴⁵⁰ Ver nota 956.

ato tresloucado somente para demonstrar (acreditar) que domina a situação¹⁴⁵¹, evitando ou arrefecendo o seu *terror diante da morte*¹⁴⁵².

Como a *pulsão “agressivo-angustiante”* não pode simplesmente desaparecer, é ela *transferida* para o “outro” que é quem será escolhido a dedo pela mídia para “inclinarse” (paralaxe) a favor da agenda do “ilícito”, “retranquilizando” os demais, que nele *concentrarão* suas escolhas, mas somente até o momento em que uma nova notícia espetacular removimente o *pêndulo “agressivo-angustiante”*.¹⁴⁵³

No mais, esse redimensionamento exagerado dos acontecimentos serve para otimizar e acelerar a transfiguração da sua angústia, agregando-lhe um *plus* ao dar-lhe a entender que seu medo, receio, insucesso, frustração e inconformidade para com seus próprios erros e imoderações estão sendo custeados, rapidamente, com multa e juros, pelo “outro”, o que, em toda medida, aumenta seu prazer em ver a desgraça alheia sub-rogando, “higienizadamente”, sua própria (sadismo), e realimenta o círculo vicioso “relacional”.

Depois desse *engodoliberalizador*, onde o espectador “liberta” suas pressões angustiantes *terceirizando-as* ao “outro” através de um formato *apresentacional* aparente, *é do libertador que ele não consegue se libertar (relação indelével)*, apesar de “cada nova mentira da publicidade é [ser] também *aconfissão* da mentira anterior”¹⁴⁵⁴ (representação petrificada).

Ou seja, para *espetacularizar* a notícia apegase a mídia não à *exaltação* dos homens e das suas armas, mas, à exaltação de suas *mercadorias* e, no nosso caso, de suas *paixões*¹⁴⁵⁵, capazes não só de aceitar as *produzidas*, mas, de *produzir identidades* mediante a *impunização*.

Exaltação que, realizada dentro de um cemitério de boas intenções, adquire o aval, acrítico, de uma *farisaica* e *provisória* proteção “salvacionista” das nossas *angústias e intemperanças*.

¹⁴⁵¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra..., passim*.

¹⁴⁵² Ancorando-se em Peter Berger, Thomas Luckman e Norman Brown, ZAFFARONI, E. R. *A palavra..., pp. 207 e 295*.

¹⁴⁵³ Com outro tom, alheio à mídia, e escorando-se em David Matza, ZAFFARONI, E. R. *A palavra..., p. 204*. Na fonte, MATZA, D. *Becoming deviant*. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2010, pp. 101 e seguintes.

¹⁴⁵⁴ DEBORD, G. *A sociedade..., p. 47*.

¹⁴⁵⁵ DEBORD, G. *A sociedade..., p. 44*.

Depois de inserto nesse redemoinho não consegue mais o espectador dele sair visto que aquele, com sua rotação *vertiginosa*, não o deixa alcançar uma percepção *consciente* da sua própria condição de *adestrado*.

Com o *slogan* “já não é hora de ideias, é hora de fatos e atos”¹⁴⁵⁶, consegue a mídia *espetacularizar* as notícias sobre a “impunidade” com muito mais *facilidade* e *rapidez* do que consegue *criticá-las* o discurso proferido pelos intelectuais, e justamente porque aquela apresenta ao espectador uma (suposta) *imediatidade* e *atualidade* na resposta, desfazendo (efemeramente) sua angústia ao transferi-la *in continenti* ao “outro”, enquanto que o ideário crítico científico coloca em desanimador *stand by* essa transfiguração ao *pressupor*, primeiro, sua *explicação* e sua *compreensão* e, só depois, sua *atuação* (solução retida).

Conclamadas à luta contra a “impunidade”, dirigem-se a ela as pessoas com tamanha *velocidade* e *sofreguidão* que elas acabam esquecendo que, em vez de atos, deveria ser “hora de ideias”, estando certo, embora *especialmente* bastante desatualizado¹⁴⁵⁷, GUSTAVE LE BON quando, em 1895, ao publicar *Psicologia das multidões*, sintetizou que “pouco aptas ao raciocínio, as multidões mostram-se, ao contrário, muito aptas à ação”¹⁴⁵⁸, a exemplo dos linchamentos¹⁴⁵⁹ de pessoas “*acusadas injustamente de crimes ou acusadas de crimes meramente culposos*”.

Embora a falange atual não atue “tão irracionalmente”, irracionalmente aceita ela ser incluída em (ou melhor, acaba incorporando a personagem montada por) um “senso comum medíocre” após ser excitada coletivamente por uma “indignação moral representativa de um bom senso parcial”.¹⁴⁶⁰

¹⁴⁵⁶ DEBORD, G. *A sociedade...*, pp. 62-63.

¹⁴⁵⁷ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 19: “A multidão é [...], sob todas as formas, de pé ou sentado, parado ou em marcha, incapaz de se estender além de um raio limitado: quando os líderes deixam de a segurar *in manu*, quando ela própria deixa de ouvir as vozes daqueles, liberta-se. [Há tempos] [...] a formidável potência da imprensa, prodigioso meio de falar à distância [...] tão desmesuradamente alargou o antigo auditório dos tribunos e dos pregadores. Não posso, pois, concordar com o talentoso escritor Le Bon quando diz que a nossa era é a ‘era das multidões’. Ela é a era do público ou dos públicos, o que é completamente diferente. [*sic*]” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 111-112.

¹⁴⁵⁸ BON, G. Le. *Psicologia das multidões*. In coleção tópicos. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008, p. 21.

¹⁴⁵⁹ TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 35, 37, 47, *in verbis*, e 148: “[...] entre homens reunidos, mesmo que longinquamente, tudo é rapidamente levado aos maiores excessos, inclusive o pensamento e o desejo. [...] As pessoas, efectivamente, podem ser liberais e tolerantes, quando sozinhas consigo próprias, mas, uma vez congregadas, tornam-se autoritárias e tirânicas. [...] Há, efectivamente, públicos criminosos, ferozes, sanguinários [...]. [*sic*]”

Para que isso aconteça de forma *crítica*, ou seja, de maneira *contrária* ao discurso sensório comum da “impunidade criminógena”, daí nossa afirmação de estar referido autor *desatualizado*, é preciso *reagrupar* os indivíduos *atomizados*, os *dessocializados* de que falamos antes, reintegrando-os ao sistema que não poderá continuar recuperando-os como indivíduos isolados, ainda que isolados em conjunto.¹⁴⁶¹

Montado e encenado o espetáculo e esterilizada e perfumada a plateia já pode a mídia transmitir aos seus simpatizantes *aquilo que eles querem ver*, o que equivale a *aquilo que ela quer veicular para, atendendo ao anseio desangustiante daqueles, lucrar*.

Ou seja, a mídia passa o que os espectadores querem ver e esses querem ver o espetáculo de “impunidade” que ela tem a lhes oferecer, embora a influência daquela sobre eles seja “levemente maior” na medida em que, existindo uma *cartelização* da comunicação (informação) espetacular da “impunidade”, ficam aqueles limitados a um *cardápio combinado* (*harmonização entre secos e molhados*).

Agora, só falta achar um “hostil”, um “inimigo impunido” para outorgar-lhe o *satisfecit*, ou seja, para atestar que “ele satisfaz” todos os requisitos exigidos pelo *papel* que “lhe cabe” no espetáculo “todos contra a impunidade”, e, satisfazendo-os, já “pode” ser excruciado.

¹⁴⁶⁰ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 18, nt. 14: “Geralmente, quando o discurso jurídico-penal é utilizado para encobrir graves problemas sociais, gera indignação, e temos aí o fenômeno em um caso típico, que tenta achar uma solução com base em casos particulares arbitrariamente selecionados pelo sistema penal.”

¹⁴⁶¹ Em parte por aí, DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 114.

6 IMPUNIZAÇÃO QUÍMICA

6.1 Impunização deter-gente

Quase toda “gordura animal-social” é um “excesso energético” depositado em algum local do “corpo-organismo” para ser estrategicamente *utilizado* quando for oportunamente “necessário”(dieta da mão de obra), ou “descartado” através da cânula diametralmente larga do poder punitivo (lipoaspiração social).

Além dela, há outro tipo de tecido lipídico, a “gordura punitiva sintética”, que também representa um “excesso”, só que de *violência e crueldade seletivas*.

A primeira espécie de “adiposidade” (LDL colesterol¹⁴⁶²) ocorre quando há um acúmulo da oferta de mão de obra em relação a um recuo da demanda do mercado empregatício¹⁴⁶³, embora atualmente ocorra com mais frequência quando há uma possibilidade de *fluxão* das vagas das carceragens em relação à quantidade de estereótipos *selecionados*, também, por “impunidade”.

A segunda espécie de “adiposidade” acontece quando há uma *acentuação* da dieta restritivo-ampliativa (restrição vertical e ampliação horizontal) da criminalização secundária em relação ao “olho grande” da criminalização primária (HDL colesterol).¹⁴⁶⁴

Quando o “olho é maior que a boca” (incapacidade estomacal da criminalização secundária em queimar a ingestão alimentar programada pela criminalização primária), acumula-se aquela “gordura animal” (colesterol total) na sociedade (excesso de mão de obra ou excesso de estereótipos *versus* intensificação da *seletividade positiva suspensa*).

Quando o sistema penal se sente “inchado” *somatiza* ele um distúrbio *bulímico-anoréxico* que “regurgita” de volta à sociedade aqueles outrora “inservíveis” ao mercado, embora seja mais provável que ele *pleiteie* o influxo de mais investimentos prediais prisionais (*fatorexia*), ao dar a entender que a *massa* expandida do seu corpo pode equivaler, em *peso*, à sua influência (*lobby*), seja a favor dos simpatizantes ou contra os antipatizantes.

¹⁴⁶² O LDL é considerado um colesterol “ruim”. A esse predicativo, portanto, apegamo-nos para adjetivarmos a primeira espécie de “adiposidade”, o que, evidentemente, em hipótese alguma significa que o “excesso de pessoas”, em comparação com as “necessidades” do neoliberalismo, transforme-se em algo pernicioso, senão em algo que, tem se afirmado por aí, “precisa ser eliminado”.

¹⁴⁶³ RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição...*, *passim*. Ver, ainda, MELOSSI, D.; PAVARINI, M. *Cárcere...*, *passim*.

¹⁴⁶⁴ Aqui, apesar de o HDL ser considerado um colesterol “bom”, essa sua “qualidade” é tomada no sentido formal, *equivocado* obviamente, de uma proteção, uma defesa contra o colesterol dito “ruim”, porque indesejado pelo sistema penal.

Nessa espécie de *dardanismo*¹⁴⁶⁵ o sistema penal-capitalista *neutraliza* (desmercadologiza), *laboral-civilmente*, os “(in)servíveis” reduzindo o excesso de oferta de mão de obra. Todavia, quando lhe é interessante, investe ele na sua *adubação* visando à sua multiplicação.

Poder-se-ia argumentar que no primeiro caso a retração da oferta de mão de obra (prisionização) em relação à demanda empregatícia elevaria mercadologicamente o valor dos salários pagos aos não selecionados, provocando prejuízos ao capitalista ou redução dos lucros do empresário.

Entretanto, a rigor, se essa conclusão, em alguma medida, está correta, sob outro ângulo de visada dela deve ser descontado que *a majoração valorativa dos salários pagos vai contribuir para um maior poder aquisitivo das mercadorias fabricadas e vendidas por esse mesmo capitalista, aumentando sua lucratividade*.

Por outro lado, a redução acentuada dos salários, advinda do excesso crônico de mão de obra, também deverá mercadologicamente respeitar um limite, qual sendo, o do mínimo necessário para que o empregado-explorado tenha condições de adquirir tais produtos.¹⁴⁶⁶

Utilizando, *mutatis mutandis*, a Curva de Laffer - que em termos penais significa que quanto maior for a exigência, a cobrança, a restrição (salarial) e a proibição maior será o desvio, a fuga, a inaptidão (consumerista) e a evasão -, conseguem os empresários morais determinar qual o “ponto de equilíbrio ideal” - mas nunca estável, como pretende a teoria homeostática -, entre o excesso, a falta de mão de obra, os salários altos e os baixos, para que seus lucros atinjam sempre o mais elevado patamar possível.

Não teria sido essa a grande “falha” da estratégia mercadológica da abolição da escravidão que teria levado alguns “afrodescendentes” a famelicamente rapinar (estado de necessidade), porque desprovidos, repentinamente, de verbas suficientes para a aquisição das mercadorias?¹⁴⁶⁷

Afirma o sistema penal, porque implicitamente entende ele que os romanos estariam errados quando provavelmente diziam que *abundans non nocet*, que a gordura adquirida ou

¹⁴⁶⁵ Ver SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 222: “Palavra derivada de Dardanus, feiticeiro fenício que destruía as colheitas. Significa a destruição consciente de uma colheita ou produção agrícola, para que os preços não caiam por excesso de oferta e a lucratividade se mantenha satisfatória.”

¹⁴⁶⁶ Nesse sentido, BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, pp. 169-170. Um pouco mais restritivo, MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 64-65, 222-223 e 239.

¹⁴⁶⁷ Ver DRESCHER, S. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2011, *passim*. Sob o viés tecnológico e econômico, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 92 e 428.

regurgitada “precisa ser eliminada ou limpa para não enfeiar, para não sujar, para, vertical ou horizontalmente, não poluir esteticamente o ambiente”.

Analisando propagandas “higienizadoras”, e indiscriminando os efeitos penais dos produtos dispostos ao consumo (e metaforicamente punitivos), escreveu ROLAND BARTHES, em um texto denominado *Saponáceos e detergentes*, o seguinte:

O primeiro Congresso Mundial da Detergência (Paris, setembro de 1954) possibilitou que o mundo se abandonasse à euforia do Omo: não apenas os produtos detergentes não são nocivos para a pele, como podem até salvar os mineiros da silicose. Ora, estes produtos são, faz alguns anos, objeto de uma publicidade de tal modo maciça, que já fazem parte, hoje, dessa zona da vida cotidiana [...], na qual as psicanálises, se se atualizassem, deveriam tentar penetrar. Poder-se-ia então opor utilmente à psicanálise dos líquidos purificadores (Javel) e dos saponáceos em pó (Lux, Persil) ou a dos detergentes (Rai, Paic, Crio, Orno). As relações entre o remédio e o mal, o produto e a sujeira, são essencialmente diferentes em um caso e no outro. Por exemplo, as soluções de cloro de sódio (Cândida) foram sempre consideradas uma espécie de fogo líquido cuja ação deve ser cuidadosamente controlada, sem o que o próprio objeto pode ser atingido, ‘queimado’; a lenda implícita desse tipo de produto repousa sobre a ideia de uma modificação violenta, abrasiva, da matéria: os produtos são de ordem química ou mutilante: ‘matam’ a sujeira. Ao contrário, os pós são elementos separadores: o seu papel ideal consiste em libertar o objeto da sua imperfeição circunstancial: ‘expulsa-se’ a sujeira, mas esta não morre; na propaganda visual de Orno, a sujeira é representada por um pequeno inimigo débil e negro que foge apavorado da roupa limpa e pura, sob a simples ameaça do julgamento de Orno. Os cloros e os amoníacos são, sem dúvida nenhuma, os delegados de uma espécie de fogo total, salvador, mas cego; os pós são, pelo contrário, seletivos, empurram, conduzem a sujeira através da trama do objeto, desempenham uma função de polícia, não de guerra. Esta distinção tem o seu correspondente na etnografia: o líquido químico prolonga o gesto da lavadeira batendo a roupa, e os pós substituem o da dona de casa comprimindo e torcendo a roupa ao longo do lavadouro.¹⁴⁶⁸

Agora, já parece ser desnecessário demonstrar que o estrago estigmatizador que essas *alegorias e metáforas assepticadoras* produziram na psique dos consumidores-cidadãos é quase indelével.

Para eliminar uma “gordura” não existe nada mais simples e eficiente que um *detergente*, que é outra espécie de “gordura”.¹⁴⁶⁹

O excesso do sistema penal, que é uma “gordura punitiva sintética” transbordada também através da “seletividade pela impunidade”, não passa de um *detergente*.

Quimicamente, o *detergente punitivo sintético*, “que é uma gordura artificial, vai eliminar e limpar¹⁴⁷⁰ socialmente outra gordura”, aquela representada pelos “estereótipos por

¹⁴⁶⁸ BARTHES, R. *Mitologias...*, pp. 39-40.

¹⁴⁶⁹ Embora historicamente seja assim, modernamente os “eliminadores de gordura” não contêm mais moléculas saponáceas (ácidos graxos). No entanto, mantivemos a palavra pela sua utilidade retórica hifenizada (*detergente* = prender pessoas), que seria perdida se a substituíssemos por *sabão*, que mantém em sua composição química referidos *ácidos gordos*. Por outro lado, quimicamente considerados, não são os *detergentes* reputados *gorduras*, senão *surfactantes*.

impunidade”, *cuja existência no, interferência no, ou resistência ao sistema* “deve ser neutralizada” (“prevenção especial negativa por detergente neutro”).

Esquemáticamente, o *deter-gente* funciona como uma membrana que envolve, ou melhor, em termos sistemático-penais, como uma *membrana* que *captura* “a molécula de gordura indesejada” mantendo-a separada da *água*, ou seja, da *composição química* “*pura, insípida, inodora e incolor*” (sociedade dominante), embora seja essa mesma *água* a responsável pela sua *eliminação por condução*, “*debaixo de vara*” (inclusão por exclusão).

Membrana essa com o nome sugestivo de *micela* que - se etimologicamente representasse um vocábulo *espanhol*¹⁴⁷¹, em português (literalmente mal) traduzido daria “minha cela” -, *envolve o local onde aquele é neutralizado, separando-o do que é “imaculado”*.

A *potência* (capacidade neutralizadora) de um *deter-gente* varia não só conforme a emulsão da sua fórmula química, *mais concentrada* ou *menos concentrada*, senão principalmente de acordo com a *propaganda* que o veicula (espetacularizada), com *quem* o veicula (mídia amarronzada) e com *quando* ele é veiculado (“demanda por ordem oportunista”).

Nessa era da velocidade da informação (ou melhor, da comunicação)¹⁴⁷², ela se tornou muito *perecível*.

Daí, é um pulo para o círculo vicioso onde, *ad instar* do dilema sequencial galináceo, não se tem muita certeza do precedente, ou seja, se a atenção *fascinado-mazoquista* da plateia é derivada da veiculação ou reveiculação sensacionalmente invariável da notícia midiaticizada ou se é o gosto previamente *sádico* da assistência que estimula a mídia à iteratividade espetacularmente noticiosa do mesmo fato.¹⁴⁷³

O que importa é que se trata de um *círculo*, desimportando o que o deflagrou, se a espetacularização midiática *frenético-neurótica* ou se a ansiedade *espasmódico-sexual* do espectador pelo “grotesco”.

¹⁴⁷⁰ Detergente vem do latim *detergere* que significa: *limpar (em geral), fazer desaparecer, varrer*. In DETERGERE. Dicionário de latim-português. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 2001, p. 220.

¹⁴⁷¹ A etimologia é latina.

¹⁴⁷² PINTO, J. *O ruído...*, pp. 11 e seguintes. Ver, ainda, SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, p. 34: “Por outro lado, as pessoas se acham ante a dificuldade de obter uma autêntica *informação* fidedigna em uma sociedade - a da economia do conhecimento - caracterizada pela avalanche de *informações*.”

¹⁴⁷³ Parecendo a favor da sobreposição influente da mídia em relação ao público em geral, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 322: “O poder punitivo não seleciona sem sentido. Fã-lo de acordo com os apelos do *clamor popular* que, na realidade, é o clamor da criminologia midiática.”

De toda sorte, sempre que o exagerado discurso sobre a “impunidade” e os seus exagerados efeitos *esquentam* trata logo a mídia de *arrefecê-los* buscando novos dividendos publicitários.

Para isso, conta ela com a alquimia do “discurso da impunidade” que gera um matiz “gradiente” que vai do *branco* - estado presencial de todo o espectro visível, equivalente à “presença de todas as qualidades” (“impunidade dos invulneráveis”) -, ao *negro* - ausência de espectro visível, o que equivale à “presença de todos os defeitos” (“impunidade dos vulneráveis”) -, passando pelo *amarelo* (“impunidade dos inimputáveis e dos semi-imputáveis”).

A cor é uma propriedade que está relacionada com a frequência, de sorte que não é a interveniência da luz que define se esta ou aquela pessoa será, ou não, selecionada pelo poder punitivo, senão a visualização do espectro que ela permite (“luminosidade e brilhantismo social, financeiro, intelectual *etc.*”).

Na imagem que sai da *caixa idiota*, o *branco*, ancorado em uma *historicidade cromática valoracional e relacional*, (diz) representa(r) a “calma”, a “segurança”, a “paz”. O *negro*, quando veiculado midiaticamente, e também porque carrega toda uma carga “desvaloracionada” (o que não equivale a desvalorativa), *conota* o “amedrontador”, o “intranquilizador”. Por sua vez, o *amarelo*, o “pastel”, representa o inimputável e o semi-imputável.

E isso é assim porque, aproveitando-nos da teoria eletromagnética, se a pessoa é “branca” (“eurodescendente”), vai ela conseguir demonstrar todos os seus “apanágios” justamente porque ela será inevitavelmente iluminada sempre por uma “luz” branca (o bom olhar dos outros), enquanto que os demais corpos (pessoas “negras” e “pardas”) não terão a mesma capacidade de apresentar suas qualidades, porque vislumbrados na escuridão ou na penumbra (o mau olhar dos outros).

Segundo JEAN BAUDRILLARD, em *O sistema dos objetos*:

[...] os dois compromissos: a fuga para o preto e branco, e a fuga para o pastel, se exprimem no fundo a mesma negação da cor pura como expressão direta do impulso, não o fazem segundo o mesmo sistema. O primeiro sistematiza-se em um paradigma preto/branco de ordem nitidamente moral e antinatural, o outro em um registro maior, fundado *não mais sobre a antinatureza, mas sobre a naturalidade*. Os dois sistemas não têm mais a mesma função. [Mais tarde, arremata que] [...] naturalmente a coerência não é mais a de uma unidade de gosto e sim a de um sistema cultural de signos.¹⁴⁷⁴

¹⁴⁷⁴ BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 40.

De todo modo, o *negro* é o “impune” porque não *encontrado* no meio da “escuridão” advinda dos *tempossombrios* que dizem nos cercar e que dizem impedir nossa visão. O *branco* é o “impunível”, porque já “limpo”. O *amarelo*, a cor que “enjoa”, que “atrapalha” o esquema *dicroico*.¹⁴⁷⁵

Quando da emissão *ininterrupta* do sinal, ao *visitar* e *revisitar* a “impunidade” em seus noticiários, utiliza a mídia luvas e pipetas para tentar não se deixar contaminar *viroticamente* pela inoperância das agências primárias e secundárias, buscando com isso demonstrar que sua posição é “imparcial” e que seu objetivo é apenas “divulgar fatos, informar”, quando na verdade é ela a grande responsável pela “formação interpretacional da realidade”¹⁴⁷⁶, ou seja, a grande culpada pela cruzada descortinada contra os supostos “impunes”, chegando até mesmo, para imprimir “veracidade” às suas *inverdades*, a “refazer o verdadeiro, quando possível, para fazer com que ele se pareça com a falsificação.”¹⁴⁷⁷

Como a mídia é explorada por várias empresas concorrentes, a reiteração da notícia sobre a “impunidade”, passada a “verdade” em razão da sua repetição simbólica (“adiposidade midiática”), adquire uma dimensão que ultrapassa¹⁴⁷⁸ em muitas vezes a “sensação” que o espectador deveria ter da informação se ela fosse veiculada apenas uma vez, ampliando o “sentimento objetivo e o subjetivo de insegurança”.¹⁴⁷⁹

Mesmo que os fatos noticiados sejam *essencialmente* idênticos, sua formatação específica com relação à maneira da apresentação, um detalhe ou outro, a entonação da fala do repórter, a convocação deste ou daquele *fast thinker* por cada uma das agências de

¹⁴⁷⁵ BIRMAN, J. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 241: “[...] os alienados também eram obstáculos, pois inativos e mantidos em casa, necessitavam de observação permanente e de cuidados, o que equivaleria a subtrair braços ao processo de trabalho.”

¹⁴⁷⁶ Sobre isso, ver BATISTA, N. Sobre..., p. 11: “A mídia não é cronista e menos ainda historiadora da questão criminal: a mídia é um personagem da questão criminal, um personagem que assumiu o protagonismo nas relações entre agências policiais e judiciárias e o público.” Ver, também, BORGES, W. C. *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, *passim*. Ver, ainda, BOURDIEU, P. Sobre..., *passim*. Ver, ademais, LECLERC, H.; THÉOLLEYRE, J. *As mídias e a justiça: liberdade de imprensa e respeito ao Direito*. São Paulo: EDUSC, 2007, *passim*. Ver, outrossim, MORETZSOHN, S. *Jornalismo...*, *passim*. Bem como, _____. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, *passim*. Ver, no mais, COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia...*, *passim*. Ver, inclusive, ADORNO, T. *Teoria...*, *passim*. Ver, igualmente, SODRÉ, M. *A comunicação...*, *passim*. Ver, também, SODRÉ, M.; PAIVA, R. *O império do grotesco*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, *passim*. Ver, outrossim, MENDONÇA, K. *A punição...*, *passim*. Ver, no mais, PINTO, J.; SERELLE, M. (Orgs.). *Interações midiáticas*. In coleção comunicação e cultura, n. 7. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, *passim*. Ver, afinal, BAUDRILLARD, J. *Telemorfose...*, *passim*.

¹⁴⁷⁷ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 206.

¹⁴⁷⁸ Embora quanto à “infração”, e não quanto à “impunidade”, ver nota 986.

¹⁴⁷⁹ Com essa cartilha, SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, pp. 30 e seguintes.

comunicação *reacende* o pavio do “desespero” e da “inquietação”, ainda que o *assistente* saiba que se trata da *mesma notícia* (novelização intermitente do noticiário ou “vale a pena ver de novo”).

Ganha a notícia, então, a característica de um *folhetim* que, apresentando ao final de cada capítulo uma *provocação aperiente do porvir espetacular* (técnica do *enjambement*), excita o espectador a acompanhar e a aguardar, *ansiosamente*, pela chegada do *final infeliz*.¹⁴⁸⁰

Outrora já advertira LOÏC WACQUANT que:

[...] o crime tornou-se também o assunto predileto dos jornalistas. De fato, ele permite à mídia fazer espetáculo barato e portanto conservar ou conquistar partes do mercado, satisfazendo a fascinação mórbida do público pela violência. É assim que a criminalidade invade as primeiras páginas dos jornais e as telas de televisão até o ponto de saturação, mesmo quando sua incidência baixa no país (LICHTER & LICHTER, 1994). Não nos surpreenderemos em perceber que a obsessão comum da mídia e dos políticos pelo crime casa-se com o fervor dos responsáveis pelas instituições penais do país. Ministério da Justiça, administrações penitenciárias dos Estados, departamentos de polícia, sindicatos de agentes penitenciários e *lobbies* industriais ligados ao complexo carcerário: todos concordam em ver no *crime control* uma prioridade nacional que não poderia absolutamente ser freada. É sobretudo uma prioridade bem feita para justificar o crescimento sem fim de seus efetivos, de seus orçamentos e de suas prerrogativas.¹⁴⁸¹

Para tanto, tem contado a mídia ao menos¹⁴⁸² com a *omissão técnica* (mas, não com a política, no mau sentido) das *agências de reprodução ideológica*¹⁴⁸³ naquilo que pressupõe a “impunidade”, é dizer, no que respeita à sua irmã postíça, a *violência*.

Constatando e apontando essa questão, noticia EUGENIO ZAFFARONI que:

A reprodução ideológica dos discursos dos sistemas penais verifica-se nas universidades que, sem dúvida, representam outra peça chave do sistema penal, embora, em nossa região marginal, sem a mesma importância que nos países centrais. [...] O descuido salarial do setor docente e da pesquisa é uma prova da tendência assinalada; as dificuldades econômicas aumentam esta tendência com a redução dos orçamentos universitários. Como vimos, acentua-se na região um deslocamento de recursos orçamentários para o setor ‘segurança’ em detrimento do setor saúde e do setor educação, o que gera efeitos no âmbito da própria segurança.¹⁴⁸⁴

¹⁴⁸⁰ Para a solução disso, ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 175.

¹⁴⁸¹ Ver nota 977.

¹⁴⁸² Porque elas quase sempre *agem* se comprometendo, conforme indica ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 109.

¹⁴⁸³ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 56. Ver, também, BATISTA, N. *Mídia...*, p. 275. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 153, 175 e 237.

¹⁴⁸⁴ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 133.

Complementarmente, em *Violência e psicanálise*, diagnostica JURANDIR COSTA que:

[...] além de constataremos o pouco espaço dado à violência na literatura psicanalítica, notamos que este espaço vem sendo ocupado por esgrimas verbais e grandiloquências ocas. Este procedimento não condiz com a gravidade e a seriedade do problema. Alguns teóricos resolveram transformar a violência em palco para a exibição dos piores excessos retóricos. Inventaram, assim, uma ‘violência acadêmica’ tão distante da ‘violência da vida’ que, em certos momentos, não sabemos mais se aquilo a que se referem tem algo a ver com aquilo que conhecemos ou experimentamos.¹⁴⁸⁵

A despeito da excessiva *simbolização da violência*, a rigor, considerando a dedicação excessiva das agências midiáticas à informação que elas percebem atrair espectadores, cada uma com seu tom, o que lhes “outorga” o “poder” de comunicar a “escatologia”, cujo messianismo “só poderia” ser praticado pelo “poder punitivo” que com elas está acasalado, e considerando que é a mídia quem faz “do espetáculo cotidiano da violência criminal seu prato principal, a maior parte [...] [das pessoas] não tem nenhum motivo para viver no terror da agressão.”¹⁴⁸⁶

Nessa “gordura midiática” *evitável*, mas *indissolúvel*, a “impunidade” é *sensacional* na medida em que a mídia, ao “manipular” a *ansiedade* da massa popular, *sensacionaliza o prosaico e trivializa o invulgar*.

Ali, um fato *ordinário* ganha uma dimensão *inusitadamente vultosa* e “*deliciosamente*” *sádica* se atrair audiência, *extraordinarizando-o* e *sensacionalizando-o* a mídia até o ponto em que o assistente, nele estando viciado, aguarde um novo noticiário que, ou fingirá “solucionar” o problema, “tranquilizando-o”, ou o manterá em processo de “angústia” (masoquismo suspensório-paralisante).

E, se o problema não é “solucionado (suspensão)”, ou se sua “solução (suspensão)” não é veiculada, propositadamente sempre pela mídia, passa a *agência de comunicação do adestramento* a dele se aproveitar como instrumento de *abastecimento* do discurso apontador da (oportunista) “impunidade criminógena”, *útil a ela porque a recoloca como meio divulgador de um “novo” problema, dito “consequente” daquele fato original criminalizado, agora predicado como “irresolvido” ou “inexecutado” e, daí, “perigosamente intensificado”*.

Mas, como o *conflito*, como o “problema” pode (fingidamente consegue) ser “solucionado” pela mídia?

¹⁴⁸⁵ COSTA, J. F. *Violência...*, p. 80.

¹⁴⁸⁶ WACQUANT, L. *Crime...*, p. 4.

Antes de responder a essa pergunta é preciso advertir, como faz ELIAS CANETTI, em *Massa e poder*, que a mídia conta com a parcialidade *paranoica* contagiosa da massa, agora *alienada*. É dizer, “dentre os traços mais notáveis na vida da massa encontra-se algo que se poderia denominar um sentimento de perseguição, uma particular e irada suscetibilidade e irritabilidade em relação àqueles que ela caracteriza definitivamente como inimigos.”¹⁴⁸⁷

No entender um tanto quanto preconceituoso de NELSON HUNGRIA:

Na sua incoerente ou variável condição, a turba é fermento de egoísmo ou eclusão de altruísmo, engendra delinquentes ou plasma heróis ou mártires. Elaboram-se no seu regaço anjos e demônios, pelicanos e hienas, Cristos e Marats. Inconstante e arbitrária, exalta o Nazareno, para depois crucificá-lo; aplaude Bruto e, em seguida, Marco Antônio. É capaz de todas as generosidades e renúncias, como de todas as torpezas e crueldades. Detém-se diante das lágrimas de Mademoiselle de Sombreuil e profana o cadáver de Madame de Lambale, ou bebe o sangue do general Laleu. Carrega em triunfo a um celerado que lhe sabe explorar a vaidade e despedaça, como esfaimada alcateia de lobos, o inocente que lhe cai no desagrado.¹⁴⁸⁸

Em um livro, *Psicologia das multidões*, que deve ser atualizado com bastantes reservas, GUSTAVE LE BON enaltece que:

A experiência ainda não lhes ensinou o suficiente que os homens nunca se comportam seguindo as prescrições da razão pura. [...] Do ponto de vista psicológico, a expressão multidão adquire um significado totalmente diverso. Em certas circunstâncias específicas, e somente nessas circunstâncias, uma aglomeração de homens possui características novas muito diferentes daquelas de cada indivíduo que a compõe. A personalidade consciente desaparece, os sentimentos e as ideias de todas as unidades orientam-se numa mesma direção. Forma-se uma alma coletiva, sem dúvida transitória, mas que apresenta características muito nítidas. A coletividade torna-se então o que, na falta de uma expressão melhor, eu chamaria uma multidão psicológica. Ela forma um único ser e encontra-se submetida à *lei da unidade mental das multidões*. [...] O fato mais surpreendente apresentado por uma multidão psicológica é o seguinte: quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, por mais semelhantes ou dessemelhantes que possam ser seu tipo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o mero fato de se haverem transformado em multidão dota-os de uma espécie de alma coletiva. Essa alma os faz sentir, pensar e agir de um modo completamente diferente daquele como sentiria, pensaria e agiria cada um deles isoladamente. Algumas ideias, alguns sentimentos só surgem ou se transformam em atos nos indivíduos em multidão. A multidão psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos por um instante amalgamados, exatamente como as células de um corpo vivo formam por meio de sua reunião um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas que cada uma das células possui. Contrariamente à opinião que nos espantamos de encontrar na pena de um filósofo tão penetrante quanto Herbert Spencer¹⁴⁸⁹, no agregado constituinte de uma multidão não há de modo algum soma e média dos elementos, mas combinação e criação de novas características. Como na química. Alguns elementos postos juntos, as bases e os ácidos por exemplo,

¹⁴⁸⁷ CANETTI, E. *Massa e poder*. 2. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 21.

¹⁴⁸⁸ HUNGRIA, N. *Comentários...*, pp. 565-566.

¹⁴⁸⁹ Aqui, embora inesperadamente, gostaríamos de poder ingenuamente acreditar que ele estava sendo irônico, sobretudo porque Herbert Spencer não era “filósofo”, mas engenheiro de ferrovias, muito menos “penetrante”.

combinam-se para formar um novo corpo dotado de propriedades diferentes daquelas dos corpos que serviram para constituí-lo.¹⁴⁹⁰

Para “solucionar” (suspender até a erosão) a questão da “impunidade”, comunica a mídia se utilizando de uma linguagem visual, auditiva, gestual e imagética *muito menos complexa* (emagrecimento midiático) e, de consequência, *muito mais prazerosa e acessível* ao leigo que a linguagem do técnico (palatabilidade e digestibilidade midiáticas).

Daí, seu maior poder de convencimento que se *arrefece* na medida, infelizmente bastante *inusitada*, em que sua tecnologia passa a ser também usada pelas *agências de desadestramento* e por seus *profissionais*, comprometidos com a *denúncia* do discurso manipulador.¹⁴⁹¹

Penetrando nas entranhas da linguagem midiaticizada conseguiu NILO BATISTA descobrir a tática cancerígena produtora das células ditas cancerosas que prenunciariam a metástase do corpo social, veiculada através do incentivo eletrônico advindo da “impunidade”:

Montamos uma equipe para pesquisar em tempo integral toda a programação da mais importante rede de televisão brasileira transmitida para o Rio de Janeiro, na semana de 5 a 11 de janeiro de 1992. Dias agitados: 188 homicídios tentados, 56 consumados (renasce frequentemente nos desenhos animados), 400 agressões, 190 ameaças, 50 quadrilhas, 5 crimes sexuais violentos, 26 crimes sexuais de abuso da inexperiência, 12 tráficos ou usos de drogas ilícitas e assim por diante. Para simplificar: havia menos homicídios por dia no Estado do Rio de Janeiro do que na programação - inclusive a infantil - da emissora que nos responsabilizava por eles. Brizola publicou admiráveis artigos divulgando essas informações. Intitulamos provocadoramente o relatório da pesquisa: *O Exterminador Eletrônico*. Nossos adversários sentiram o golpe: tínhamos entrado na linguagem deles.^{1492, 1493}

E, como pela segunda lei da termodinâmica há uma transferência de energia no sentido do corpo de maior temperatura (menos frio) para o de menor temperatura (mais frio), e não *viceversa*, logo se *esfria* a mídia ao se aproximar de um outro campo *gélido*, o campo de uma nova linguagem, a da *desmoralização que substitui o argumento ausente*.

Por enquanto, inegável e explicitamente, tem servido a mídia como “tribunal artificial” para questões civis onde os apresentadores funcionam como “magistrados” (árbitros) em discussões sobre paternidade, por exemplo.

¹⁴⁹⁰ BON, G. Le. *Psicologia...*, pp. 25, 29 e 32. Ver, ainda, TARDE, G. de. *A opinião...*, pp. 19 e 21.

¹⁴⁹¹ Firme no compromisso midiático “técnico-descontraído-acessível” ver, por exemplo, ZAFFARONI, E. R. *A questão criminal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, *passim*.

¹⁴⁹² BATISTA, N. Sobre..., p. 13. Talvez só um pouco exageradamente, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 319.

¹⁴⁹³ BECKER, H. S. *Outsiders...*, pp. 24-25.

Entretanto, como *tribunal nada excepcional* (artigo 5º, inciso XXXVII, da CRFB/88), embora de forma velada, tem a mídia atuado, *sobretudo*, na “condenação(*criminalização terciária*)”, e, *quase nunca*, na “absolvição(*descriminalização terciária*)” daqueles que ela considera “impunidos” pelo sistema penal oficial, dando a entender que é ela que “realiza a verdadeira justiça”¹⁴⁹⁴.

De seu lado, NILO BATISTA acenou que é

[...] curioso observar que quando essas investigações espetacularizadas perduram por algum tempo, seu noticiário se deixa impregnar pelo ritmo dramático das novelas: os capítulos rememoram as melhores cenas anteriores, anunciam-se peripécias subsequentes, e, como nas novelas, espera-se pelo resultado dos exames de DNA.¹⁴⁹⁵

É ela que decide, principalmente, se o criminalizado primariamente o será ou não secundariamente.

Para tanto, pressiona ela levemente a população viabilizando a *inalação amiúde da falsa “sensação”* de que o escolhido da vez pelo editorial “deve” ser o caprino que (paliativamente) expiará o sofrimento da humanidade “como se sua punição fosse resolver o suposto problema da impunidade, da insegurança e da intranquilidade” (sacrifício milagroso-tranquilizante conversor do demônio em salvador¹⁴⁹⁶).

Hoje, como antanho, não é a vítima sacrificial (o “criminoso”) escolhida por sua culpabilidade ou inocência, senão pela sua *capacidade de racionalizar*¹⁴⁹⁷ a *canalização da vingança*¹⁴⁹⁸ latente na população¹⁴⁹⁹, ou seja, por sua *idoneidade para funcionar*, para *servir* como *hipnotizadora* dos espectadores, tranquilizando-os a ponto de acreditarem que se as coisas se *acalmaram* é porque aquela era, ao final, “realmente culpada”, quando, em verdade, essa sua “culpa” é que é uma consequência *provisória confortável* da própria *agnosia* desses.

Invariavelmente, deságua isso sempre na sua *condenação* pelas agências de criminalização secundária porque *pressionadas pela opinião publicada*, havendo uma

¹⁴⁹⁴ Demonstrando o “papel que o poder desempenha em teorias interacionistas do desvio”, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 189.

¹⁴⁹⁵ BATISTA, N. Sobre..., pp. 11-12.

¹⁴⁹⁶ Contrariamente, GIRARD, R. *A violência e o sagrado*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 91 e seguintes. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 300.

¹⁴⁹⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 301.

¹⁴⁹⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 401 e 404.

¹⁴⁹⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 300-301.

“coincidência” quase proposital entre os resultados de ambos os julgamentos, o extraoficial e o oficial, nessa ordem (*condenação terciária* semelhante à *condenação secundária*).

Arrefecidos os ânimos, cuida logo a mídia de eleger outro “impune” para, explorando sua imagem, imolá-lo.

E, no caso de uma condenação oficial *anterior* à sua, *esvaziadora do seu poder monopolizador decisional*, cuida a mídia de, mal a entendendo ou mesmo prostituindo sua função latente, corrompê-la com a afirmação mendaz de que o referido infeliz resta “impune”, e. g., porque “ele foi condenado a quase 100 anos de prisão, mas sócumprirá 30 e, mesmo assim, se ele não for beneficiado por algum direito”¹⁵⁰⁰, ou porque “ele não merecia uma pena de prisão, mas sim a pena de morte”¹⁵⁰¹.

Para o caso da condenação oficial ser *simultânea* à sua, *amornando seu poder monopolizador decisional*, cuida a mídia de, mal a entendendo ou mesmo maculando sua função latente, corrompê-la com a afirmação mendaz de que o referido infeliz resta “impune”, v. g., ou porque, mesmo proscrito do meio social (neutralização), “a justiça não falhou, mas tardou”, ou porque “a justiça falhou em parte, não tendo falhado mais em razão de que o clamor público (publicado) a pressionou”, ou porque “a justiça falhou parcialmente, não falhando mais em razão de que parte da decisão, felizmente, coube a juízes leigos (os sete jurados, em “crimes de sangue ou quase sangue”), *subliminarmente alertados* pela mídia.”

Acontece, porém, que, no outro dia, logo pela manhã, inauguram os noticiários um novo caso que *reabastece* o sensacionalismo que dá azo à ressurreição do “apavoramento” e da “insegurança” nas pessoas, reformando e regirando anaerobicamente e sem perda de gordura aquele *círculo vicioso calórico* onde não se sabe quem veio primeiro, o objeto da peripécia acrobática equilibradora de Cristóvão Colombo ou a sua poedeira, *o sensacionalismo midiático excitante ou a ansiedade da plateia pelo espetáculo auditivo e imagético*.¹⁵⁰²

A “impunidade”, então, é uma ferramenta para toda obra porque pode ela sempre contar com um fato *conceptivo*. O fato de que ela é *gestada* a partir de um *discurso* que, infelizmente, *convenceu!*

É dizer, *mutatis mutandis*:

¹⁵⁰⁰ In <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/03/26/ult5772u3388.jhtm>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

¹⁵⁰¹ In <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,vazamento-merece-pena-de-morte-diz-promotor-indicado-por-demostenes,863138,0.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

¹⁵⁰² Sobre a suposta “teoria da imagem maléfica dos meios de comunicação de massa”, ver YOUNG, J. Criminologia..., p. 93.

O sucesso desse pânico moral em torno da criminalidade provém da cumplicidade estrutural, que se estabelece ao longo dos anos, sobre esse terreno entre o campo político, o campo jornalístico e o campo das instituições penais. Na origem, combater o crime é o grito de convergência de políticos preocupados em tranquilizar as classes médias brancas das zonas suburbanas assustadas pela insegurança das cidades (das quais fugiram aos milhões), quanto opostas aos políticos do *welfare* (assistência social) e da *affirmative action* (promoção preferencial das minorias), que elas consideram como favores indevidos concedidos aos negros responsáveis pelas revoltas urbanas. Mas, sob a pressão da mídia, a necessidade de ser *tough on crime* vai rapidamente se impor tanto ao conjunto dos políticos como aos promotores e juízes, cujos postos são eletivos e para quem a suspeita de laxismo equivale a uma sentença de morte profissional.¹⁵⁰³

Por isso mesmo, *i. e.*, porque “a pressão dos *mass media* conduz ao irracional [...] [é] que seria urgente moderar o uso desses meios”¹⁵⁰⁴ que têm *engordado* nossas prisões através da prescrição de uma dieta *calórica e acalorada*, dirigida *teleguiadamente* pela *fome* dos e aos “impunes”.

¹⁵⁰³ ANDERSON, D. C. *Crime and the Politics of Hysteria: How the Willie Horton story changed american justice*. New York: Times Books, 1995. Ver, ainda, WACQUANT, L. *Crime...*, p. 5.

¹⁵⁰⁴ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 192.

7 IMPUNIZAÇÃO ANTROPOLÓGICA, ANTROPOFÁGICA OU ANTROPOLISFÁGICA?

7.1 Um arsenal obsoleto, mas perigoso

Por que a “impunidade” desperta tanto interesse?

Sempre existiu no mundo e em todas as culturas *peessoas que mandavam*, porque – interferida ou completada a supremacia biológica dos mais adaptados –, eram mais poderosas, mais fortes, mais inteligentes, mais espertas, mais ricas ou porque tiveram sorte e aproveitaram a oportunidade, e *peessoas que obedeciam*.

Antes da nacionalização dos Estados não havia a ideia de *acumulação primitiva de capital*, guardando e ambicionando o homem apenas o necessário para sua sobrevivência a curto e a médio prazos.

Durante a Idade Média, onde foram *forjados os Estados nacionais*¹⁵⁰⁵ e *centralizada a Igreja*¹⁵⁰⁶, começou a interessar a *acumulação do capital* primeiro ao e pelo suserano através do ajuntamento de bens imóveis *espoliados* e *confiscados* que serviriam de suporte financeiro para a aquisição de arsenal bélico¹⁵⁰⁷ suficiente para a dominação de(o) outro território, soberano ou povo.

Com a percepção, mais tarde, de que o Estado podia, também, ser *rapinado*, passaram os empreendedores morais que o administravam a dilapidá-lo, acumulando, privativa e originariamente, também através dessa modalidade, mais capital.

Para que essa acumulação pudesse ser possível era necessário, obviamente, que alguém fosse *desabastecido*.

Depois da *Revolução Mercantil*, do acúmulo primitivo do capital mediante os espólios comerciais pirateados e das vantagens advindas de uma troca desigual entre as partes, adveio a *Revolução Industrial* que, explorando a *mais-valia*, permitiu ao empresário a *acumulação derivada de capital* mediante *desabastecimento* dos trabalhadores.

A *afetação* de parte do trabalho dedicado, conversível em lucro ao empregador em proporção cada vez mais prejudicial ao trabalhador, permitiu a implementação e a agravação da *desigualdade de renda* entre uns e outros.

¹⁵⁰⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 152. _____. *A palavra...*, pp. 42 a 55.

¹⁵⁰⁶ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 44-45 e 55.

¹⁵⁰⁷ FOUCAULT, M. *A verdade...*, pp. 63 e seguintes.

Com a acentuação da *desigualdade rentária* entre as pessoas e a propaganda massiva sobre “pessoas a admirar e a imitar (síndrome narcísica invertida)”, *começaram os despossuídos a procurar, a todo custo, ser iguais ao “outro”*, apresentado como “invejavelmente feliz”, mormente porque não ser o “outro”, o que se agravou na nossa sociedade de consumo, significa “não ser ninguém”.¹⁵⁰⁸

O desespero convulsivo a que são submetidos os “invisíveis sociais” na busca por uma “identidade”, na procura pelo reconhecimento do “outro” que, passando a enxergá-los, converteria-os em “um ser como os outros”¹⁵⁰⁹, *desimpede adrede* a tomada de decisões (nunca interessantes) e a prática de ações (sequer projetadas) voltadas para a igualização patrimonial dos “despossuídos” com relação aos “possuídos” mediante a realização de “crimes” que estão diretamente vinculados à propriedade, símbolo de *status* (identidade social¹⁵¹⁰) e reconhecimento, ou indiretamente a essa, como em um homicídio praticado por um “traficante de calçada” que, não o visando diretamente, utiliza-o para, mantendo sua posição de “poderoso”, poder ganhar dinheiro e, com ele comprando as mercadorias reequilibrantes (objetos ostensivos como casas, carros, roupas, cordões e armas), poder continuar sendo considerado “alguém”, não importa para quem.

Exemplo *ofensivo* de “desidentificação dos inaptos ao consumo, ou de alguns consumos, arrimada em uma infundável insuficiência da punição (impunidade social infundável)”, inclusive quanto a bens que, embora comuns, adornando pessoalmente seus portadores os guindam a um patamar próximo ao *status* de qualquer outro (*e. g.*, a portabilidade de um aparelho celular de preço elevado que nivela o “pobre” e o “rico” quando esse está distante de outros signos de riqueza, como o seu veículo, a sua conta bancária *etc.*), pode ser encontrado na propaganda veiculada pela empresa de telefonia VIVO quando essa, *indigna e imperativamente*, mediante um “comando de consumo”, afirma: “Pô! Esse cara não viu as ondas na internet? Prego! Tá vendo? Tem que ter internet todo dia. [sic]”¹⁵¹¹

Déclassement essa que se repete no comercial da empresa de telefonia OI quando ela, *descaradamente*, acentua quanto à(s) concorrente(s) que:

[...] o contrato que o senhor assinou conosco diz que: no caso do Mané, Zé Goiaba ou Zé Roela não usar todos os minutos contratados a posição da Companhia será:

¹⁵⁰⁸ BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. In coleção arte e comunicação, n. 54. 2. ed. Portugal: Edições 70, s/data, *passim*.

¹⁵⁰⁹ GALEANO, E. *Ser...*, pp. 9 e seguintes.

¹⁵¹⁰ GOFFMAN, E. *Estigma...*, p. 12.

¹⁵¹¹ In<<http://www.youtube.com/watch?v=EFFsuVpt7Zc>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

achado não é roubado, quem perdeu foi relaxado, nananananan, tá aqui, oh. E o senhor assinou. [sic]¹⁵¹²

O problema é que referida atitude imiscui confortavelmente os estereótipos na arapuca, é dizer, nos contornos pré-definidos pelo sistema penal como de “criminalidade” e, de consequência, como de posterior “impunidade” ao estilo da “profecia que se autorrealiza”, “naturalizando artificialmente”, como uma “escolha criminoso”, a atividade produzida por aqueles que foram selecionados de trás para frente e de frente para trás.

A partir de uma indiferença governamental quase intencional, sua condição de vulnerabilidade econômica ou social, derivada dos seus inexistentes ou insuficientes rendimentos ou oportunidades, tem “permitido” e “facilitado” seu enquadramento estereotípico como criminalizável, condicionando na população a equivocada percepção de que somente eles cometem “crimes”, de que somente eles são “criminosos” e de que somente eles estão “impunes”.

Passados à condição de criminalizados, assumem eles todas as características que dizem que eles possuem e que “autojustificam” seu próprio enquadramento, fechando um círculo vicioso ao estilo do *self-fulfilling prophecy*.

Ao assumirem aquela condição *somatizam* eles todos os *altersentimentos* (“racistas, higienistas, angustiantes, transferentes” *etc.*) que envolvem o “discurso da impunidade”, incorporando definitivamente o papel que lhes fora atribuído no *espetáculo sádico-penal*.

E, mesmo que eles não tenham sido criminalizados por seus atos (direito penal de fato), só a sua “condição” já é suficiente para que eles sejam *estigmatizados* e, uma vez *estigmatizados*, “podem” eles já ser “criminalizados autoralmente”(direito penal de autor).¹⁵¹³

Não importa, então, o que eles fizeram, mas sim o que eles são! O que eles fizeram é apenas uma *desculpa*, um “facilitador” para a criminalização da sua *onticidade-ontologicidade*!¹⁵¹⁴

Qualquer um que realizar um inventário antropológico classificatório no “almoxarifado” prisional perceberá isso com inegável facilidade!

Então, seja porque eles foram criminalizados - o que é muito menos uma decisão jurídica que uma decisão política e, sendo política, obedece a critérios de conveniência e oportunidade que mudam de tom, mas nunca cessam -, seja por conta da sua “condição

¹⁵¹² In <<http://www.youtube.com/watch?v=VXuRzuujltI>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

¹⁵¹³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 439-440.

¹⁵¹⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 479-480.

ontológico-ôntica” (“afrodescendente”, “pobre [ou melhor, desempregado, inempregável ou desfavorecido pela discrepância rentária]”, “inapto ao trabalho” etc.), passam eles, a partir de então, a ser considerados sempre “impunes” independentemente do que eles façam ou deixem de fazer, principalmente porque qualquer daquelas condições dificilmente vai deixar de acompanhá-los.

É como se eles, só por existirem, a todo instante renovassem algum tipo de “culpa (culpa imprescritível)”, ficando sempre “em débito” com o sistema penal (“impunidade impagável”).

Aqui, a *permanência do discurso positivista* apresenta-se sob outra *indumentária*, embora seus modos, aliás, sua *deselegância* insista em *envergonhar* um direito penal que deveria se pautar por *fatos* e não por *comportamentos condutores, ou não, de um modo de vida “perigoso ao são sentimento do povo” (etiqueta penal)*¹⁵¹⁵ que, em toda medida, acabam por convertê-los em “inimigos”.¹⁵¹⁶

7.2 O fogo amigo

Em *A sociedade do espetáculo*, sustenta GUY DEBORD que:

Assim como não se aprecia o valor de um homem segundo a ideia que ele tem de si próprio, não se pode apreciar - e admirar -, uma sociedade qualquer tomando como indiscutivelmente verídica a linguagem que ela usa consigo mesma. ‘Não é possível apreciar determinadas épocas de transformação de acordo com a consciência que a época tem delas; ao contrário, deve-se explicar a consciência com a ajuda das contradições da vida material [...]’. A estrutura é filha do poder. O estruturalismo é o *pensamento garantido pelo Estado*, que pensa as atuais condições da ‘comunicação’ espetacular como um absoluto. Seu modo de estudar o código das mensagens em si mesmo é apenas o produto e o reconhecimento de uma sociedade na qual a comunicação existe sob a forma de cascata de sinais hierárquicos. Assim não é o estruturalismo que serve para provar a validade trans-histórica da sociedade do espetáculo; ao contrário, é a realidade maciça da sociedade do espetáculo que serve para provar o sonho frio do estruturalismo.¹⁵¹⁷

A estrutura do “discurso sobre a impunidade” *aparentaria* ser *lógica*, ainda que *esquisitamente lógica*, se não fosse possível, interpretando-a, desvendar sua *incoerência* vazada nas múltiplas facetas que ela assume.

¹⁵¹⁵ FRAGOSO, H. C. *Observações sobre o princípio da reserva legal*. In <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/11336-11336-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013: “Na Alemanha nazista o § 2º, do Código Penal alemão foi alterado em 1935, para permitir o emprego da analogia, sempre que o fato não expressamente previsto merecesse punição, ‘segundo os princípios fundamentais do direito penal’ e ‘o são sentimento do povo’.” Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *O inimigo...*, p. 239.

¹⁵¹⁶ ZAFFARONI, E. R. *O inimigo...*, *passim*.

¹⁵¹⁷ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 131.

Entretanto, apesar de possível o desvelamento da sua “(i)logicidade”, é justamente a *perfeita artificialidade* dessa sua apresentada “logicidade” o que dificulta ou impede a percepção, pela população, da *ilógica prejudicialidade* que o “discurso da impunidade criminógena” naturalmente acarreta (“técnica da maquiagem”).

Para sonegar sua *ilogicidade*, dependendo da “necessidade” que o empreendedor moral tenha na ocasião, dispara ele *chamarizes luminíferos* que *desviarão* e *atrairão* a atenção do público e *angariarão* a sua adesão a favor do “discurso da impunidade criminógena”.

Um deles diz respeito ao discurso “pirotécnico-pandêmico-escatológico” sobre a “impunidade”.

Tal discurso se mostra eloquente porque, acoplado a certas afirmações, ainda que *superficiais, incompletas e parcialmente veiculadas*, é apresentado como uma “verdade incontestável” que supre a “necessidade”, *construída*, da população em arrefecer o “medo do incontrolado, do imprevisto, do desconhecido”, personificado no “outro”, forjado como “demônio” ao longo do tempo.

Por aí já se estaria rascunhando a ilogicidade apontada acima. Para continuar desnudando-a basta analisar o “discurso da impunidade” considerando as várias frentes sob as quais ele é trabalhado.

Os empreendedores morais podem utilizá-lo quando, surgindo um fato supostamente “criminoso” de *qualquer importância*, adquire ele (artificialmente) uma posição sobranceira *desproporcional ao injusto* dele derivado, ou, ainda que *proporcional*, é ele *superestimado*, como quando, engrossando o caldo, *é aditado aos demais fatos ainda não “justificados”* (o que equivale aos “sem autoria certa”, aos “sem investigação”, aos “sem indiciamento”, aos “sem denúncia”, aos “sem condenação” e aos “sem cumprimento”).

Nesse caso, “serve a impunidade de arrimo para que os empreendedores morais publiquem uma versão que entrega a ela a capacidade de, se não contida a tempo, *seduzir* outros a praticarem crimes, pondo em risco a paz social e a tranquilidade das pessoas” (inverno punitivo).

Com base nesse “temor pandêmico”, descortinam os empreendedores morais campanhas de *lei e ordem* visando a restaurar o equilíbrio da equação social, ora prevenindo-se contra os deletérios efeitos que a *alegada* “sensação de impunidade” ensejaria (em tese) nos pretensos “criminosos” (outono punitivo), ora repreendendo *desproporcional, antecipada e covardemente* qualquer um que (absolvido) possa ser utilizado como exemplo, a seguir, de *aderência subjetiva à “impunidade”* (verão punitivo).

E quando eles não conseguem demonstrar o *alegado* “incentivo” que a “impunidade” desenhou na *psique* do “criminoso”, rapidamente, mas sem recolher seus aparelhos punitivos, alteram eles a direção do “discurso da impunidade” exportando-o para um *palanque* em que essa, apesar de não haver “incentivado” a prática criminosa, *se não for exemplarmente sancionada*, “*poderá*”, *ai sim*, vir a “fomentar” a prática de “crimes” por outras pessoas.

Se, hipoteticamente, (o “discurso perigosista aterrorizante” sobre) a “impunidade” desservir (não conseguir servir) como “(desculpa) incentivo individual *ad hoc*”, restará sempre a chance de esquadrihá-la(o) como um “neoincentivo *erga omnes*”, apegado à possibilidade sempre corriqueira de a criminalização secundária *auspiciosamente descumprir* a cobertura “utopicamente” pretendida pela programação primária, o que não deixa de ser uma renovação do seu *suposto* “poder incentivador criminógeno”, *atribuível ambiciosamente a quem não tem a menor culpa nesse descompasso!*

Já para a hipótese, bastante improvável, em que não seja possível realçar o “discurso da impunidade” em razão da escassez de “crimes” espetacularizantes ao estilo *panem et circenses*, aproveitam-se os empreendedores morais desse vácuo para preenchê-lo com uma retórica que pretende convencer que essa suposta *anemia aplástica* não passa de um resultado possibilitado pelo “sucesso” da atuação “competente” dos mesmos na *caçada* “antialérgica à virótica impunidade” (primavera punitiva).

No mais, tudo que é *comunicado* sobre a “impunidade” não passa de *ordens* (“encontre um inimigo”; “aceite o hostil que elegemos”; “elimine ambos”; “deseje sua punição perpétua ou eterna” *etc.*), *comandadas por aqueles que, harmônica e coincidentemente, avalizando-as, serão “os mesmos que vão dizer o que pensam delas.”*¹⁵¹⁸

Ordens essas ratificadas pelos pseudocríticos cujos pareceres sempre coincidem com os editoriais dos jornais.

Mas, por que será (ironia desnecessária)? Porque, simplesmente:

Todos os especialistas são midiático-estatais, e só dessa forma são reconhecidos como especialistas. Todo especialista serve a seu senhor, pois as antigas possibilidades de independência foram praticamente reduzidas a zero pelas condições de organização da sociedade atual. O especialista que mais bem serve é, evidentemente, aquele que mente. Quem tem necessidade do especialista, por motivos diversos, são o falsificador e o ignorante. Quando o indivíduo já não consegue reconhecer nada sozinho, ele vai ser formalmente tranquilizado pelo especialista. Antigamente era normal que houvesse especialista em arte etrusca; e eram competentes, porque a arte etrusca não está no mercado. Mas, por exemplo, uma época que considera rentável falsificar com a ajuda da química muitos vinhos célebres só conseguirá vendê-los se tiver formado especialistas em vinho, destinados a fazer com que as *caves* gostem de seus novos sabores, mais fáceis de reconhecer. Cervantes observa que ‘sob um mau casaco, quase sempre se encontra um bom

¹⁵¹⁸ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 171.

beberrão'. Quem é conhecedor de vinho costuma ignorar as regras da indústria nuclear; mas a dominação espetacular estima que, se um especialista gracejou sobre a indústria nuclear, um outro especialista também poderá gracejar a respeito de vinhos. É bem conhecido o fato, por exemplo, do especialista da mídia em meteorologia, que anuncia as temperaturas ou as chuvas previstas para as próximas 48 horas, ver-se obrigado a manter reserva a fim de não afetar o equilíbrio econômico, turístico e regional, quando tantas pessoas trafegam com tanta frequência por tantas estradas, entre lugares igualmente desolados; assim, ele acaba por se tornar um animador de programas.¹⁵¹⁹

Em *Eles, os juízes, vistos por um advogado*, PIERO CALAMANDREI adverte que “não há meio de se chegar a compreender por que bulas é que, nesses pareceres, a Verdade, com V grande, coincide sempre com o interesse da parte que os solicitou.”¹⁵²⁰

Nesse tom, apesar de a quadra não parecer alvissareira, é possível a *conversão* do “discurso da impunidade criminógena” em *discurso intelectual crítico da “impunidade”* mediante a adoção de *estratégias de aproximação* que, *utilizando-se de tecnologias mais simples e acessíveis, agradem o paladar dos destinatários*¹⁵²¹, representando duas promissoras tentativas, por exemplo, as publicações da *Criminologia de cordel* e d’*A questão criminal*, no Brasil, bem como as postagens das palestras da LEAPBrasil no *youtube*, com o tema “drogas: dos perigos da proibição à necessidade de legalização”.

A fino modo, o que “se procura imitar é a[o] que se compreende.”¹⁵²²

Sendo que essas estratégias, ao contrário do que possa parecer, não deverão se dirigir somente ao público leigo, senão, sobretudo, ao “saber dos juristas”, neles incluídos os agentes responsáveis pela criminalização secundária.

E, justamente por quê:

Quando o discurso oficial (político, jurídico, científico, *etc.*) faz referência ao sistema penal, implicitamente o considera um sistema racional, concebido, criado e controlado pelo homem. Nada mais mentiroso. Você retoma esta mesma imagem, quando pensa: ‘Existem a polícia, os juízes, a administração penitenciária [...]. Existem o Parlamento que faz as leis e os tribunais que as aplicam. Cada elemento intervém a seu tempo e funciona em harmonia com os outros. É um sistema sério, graças ao qual a justiça é prestada e a sociedade libertada de elementos antissociais que perturbam sua evolução normal [...]’. Eis uma visão totalmente abstrata.¹⁵²³

Além do mais:

De um velho magistrado aposentado, que em cinquenta anos percorreu com honra todos os graus da magistratura, dos mais humildes até o supremo, ouvi estas

¹⁵¹⁹ DEBORD, G. *A sociedade...*, pp. 179-180.

¹⁵²⁰ CALAMANDREI, P. *Eles...*, 1960, p. 41.

¹⁵²¹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 413, 467 e 469 a 471.

¹⁵²² TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, p. 267.

¹⁵²³ HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 58-59.

palavras de sabedoria: ‘Não é a corrupção que pode constituir um perigo para os magistrados. Os casos de corrupção por dinheiro que vi em cinquenta anos de experiência podem ser contados nos dedos de uma só mão; e sempre os vi serem descobertos e punidos exemplarmente. Também não se deve considerar ameaças muito graves à independência dos magistrados as interferências políticas: elas são frequentes, mas não irresistíveis. O magistrado reto não as leva a sério, e é raríssimo que esta sua inflexibilidade lhe provoque algum dano. O verdadeiro perigo não vem de fora: é um lento esgotamento interno das consciências, que as torna aquiescentes e resignadas; uma crescente preguiça moral, que à solução justa prefere cada vez mais a acomodadora, porque não perturba o sossego e porque a intransigência requer demasiada energia. Na minha longa carreira, nunca me encontrei face a face com juízes corruptos, mas conheci muitos juízes indolentes, desatentos, carentes de vontade, prontos a se deter na superfície, para fugir do duro trabalho de escavação, que quem deseja descobrir a verdade tem de enfrentar. Com frequência, essa superficialidade pareceu-me um resultado inevitável, e desculpável, da excessiva quantidade de trabalho que recai sobre certos magistrados. Mas conheci alguns (os melhores) que, apesar de sobrecarregados, conseguiam, perdendo horas de sono, estudar com escrupulosa diligência todas as causas a eles confiadas e expô-las em câmara de conselho sem esquecer a vírgula de um documento. A preguiça leva o homem a instalar-se no hábito, que significa entorpecimento da curiosidade crítica e esclerose da sensibilidade humana. A pungente piedade que obriga o espírito à vigília permanente acaba, com o correr dos anos, sendo substituída pela cômoda indiferença do burocrata, que lhe permite viver tranquilamente na modorra. As recomendações, que não atingem os magistrados alertas, também podem parecer, a esses burocratas sonolentos, uma forma não desagradável de colaboração, que lhes permite adotar uma opinião alheia já pronta (a do amigo que recomenda), sem precisar se cansar fazendo uma opção própria: ouvir o que se diz por aí, recolher a frase de um amigo no café, requer menos esforço do que ler com atenção as cinquenta peças de uma instrução.’ O velho magistrado ficou alguns instantes em silêncio, depois concluiu: ‘Creia-me, a pior desgraça que poderia ocorrer a um magistrado seria pegar aquela terrível doença dos burocratas que se chama conformismo. É uma doença mental semelhante à agorafobia: é o pavor da independência própria, uma espécie de obsessão, que não espera as recomendações externas, mas precede-as, que não se dobra às pressões dos superiores, mas as imagina e satisfaz antecipadamente.’¹⁵²⁴

Outros “projéteis amigos”, embora *artificiais*, têm atingido, com o “discurso da impunidade criminógena”, pessoas que deles deveriam ser protegidas ou excluídas.

Referimo-nos, por exemplo, à mensagem veiculada nacional e cansativamente pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), vazada no seguinte *slogan*: “Conte até dez. A raiva passa, a vida fica. Paz. Essa é a atitude.”¹⁵²⁵

Em seu material de campanha o argumento degravado é: “Minha vida vale muito mais do que qualquer briga ou discussão. No Brasil, centenas de pessoas são mortas por motivos fúteis. Conte até dez. A raiva passa e a vida fica. Paz. Essa é a atitude.”¹⁵²⁶

¹⁵²⁴ CALAMANDREI, P. *Elas...*, 1995, pp. 277 a 279.

¹⁵²⁵ In <<http://www.cnmp.mp.br/conteate10/>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

¹⁵²⁶ In <http://www.cnmp.mp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1650:campanha-conteate-10&catid=99:sala-de-imprensa&Itemid=5>. Acesso em: 22 dez. 2014.

Para além da pretensão da manutenção ou da assunção de mais poder mediante uma diretamente proporcional aparição midiática (quanto maior e mais frequente a propaganda, maior a demonstração e, ou, a aquisição de força), referida mensagem subliminarmente demonstra que, *antecipadamente, nenhum homicídio pode ser considerado simples (artigo 121, caput, do CP), devendo todos, ao menos a princípio, ser qualificados pela futilidade (artigo 121, § 2º, inciso II, do CP).*

Percorrendo os dados consolidados na estatística penal (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias [INFOPEN]), facilmente percebemos que existem 27.410 pessoas presas por *homicídio simples*. Isso significa 43,46% do número de encarcerados por esse “crime”, ou seja, *quase a metade*. Percentual esse que, infelizmente, no futuro, poderá migrar para o rol dos homicídios qualificados, caso referida campanha não obtenha “sucesso”.

Se também levarmos em conta que a “qualificação pela futilidade” *dobra* a pena (comparação entre as penas abstratas mínimas que, respectivamente, são de 06 e de 12 anos), e converte o referido homicídio em “crime hediondo” (artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90, incluído pela Lei nº 8.930/94), e que *nem sempre a situação precedente, exemplificada na propaganda, é futilizável*, poderemos afirmar que *o Ministério Público, arrogantemente, está mais preocupado em aparecer e em obter mais poder (vaidade institucional), do que em defender o que lhe foi confiado* (artigo 127, caput, da CRFB/88), como, por exemplo, a sustentação, *em nada absurda*: a) de que o “crime de tráfico de entorpecentes” não possui um bem jurídico protegível, o que esvaziaria 25,22% das prisões e grande parte do seu poder denunciador (artigo 102, caput, e § 1º, do CP, e artigo 129, inciso I, da CRFB/88); b) de que nossas cadeias estão superlotadas, e desproporcionalmente, pressupondo aquilo que equivocadamente se alcunhou de “raça”; e c) de que *a “impunidade” é um etiquetamento seletivo, enquanto que a impunização é um defeito inerente ao próprio sistema, inatribuível causalmente aos desvios das pessoas*.

Tudo isso nos permite acreditar que o “discurso da impunidade criminógena” não é antropológico, tampouco universal, sendo politicamente antropofágico – em que “o homem político devora o pária” -, ou, melhor ainda, *antropolisfágico* na medida em que a *polis* (no nosso caso, o Estado) digere politicamente sua gente usando, para tanto, as engrenagens de um sistema penal inoxidável, sujeito a uma assepsia constante que impede a proliferação dos “germes”.

8 IMPUNIZAÇÃO ARQUITETÔNICA

8.1 A teoria das vidraças quebradas pelo vidraceiro preguiçoso e incompetente. Quem tem telhado de vidro não arremessa contra o dos outros ou para um bom entendedor, um pingo é letra

“Deve-se sempre começar por prender as vítimas.”¹⁵²⁷

E a vitimização promovida pelo poder punitivo não encontra limites mensuráveis e previsíveis!

Condutas desviadas que, ainda que se sustentando em “meras desordens (incivilidades)” - nem sempre coincidentes com a prática de um desvio etiquetado como “criminoso” -, não sendo punidas atraem, afirma-se, “perigosamente”, desvios “recrudescentes”, “servindo como gatilho animador que catapultará as pessoas em direção a desvios cada vez maiores (‘efeito expansivo geométrico da imitação’¹⁵²⁸)”.

Partindo do pressuposto de que o senso comum se sustenta no entendimento de que as condutas desviadas e não impunidas “estimulam”, tanto o desviante a reincidir, como outros desviantes pretendentes, defende-se que a manutenção da “impunidade”, inclusive das *incivilidades*, é a principal responsável pelo aumento da “criminalidade”.

Com base nisso, e partindo do fato de que:

Não foi tanto a criminalidade que mudou no momento atual, mas sim *o olhar que a sociedade dirige para certas perturbações da via pública*, isto é, em última instância, *para as populações despossuídas e desonradas* (pelo seu estatuto ou por sua origem)¹⁵²⁹,

na década de oitenta surgiu aquela que é, talvez, a mais *agressiva e oportunista* teoria “pertinente ao discurso da impunidade”, a *Broken Windows Theory*.¹⁵³⁰

Sua implementação acentuou sobremaneira todos os *preventivismos*, que continuaram a funcionar ainda mais fortemente em favor da pena privativa de liberdade, utilizada exclusivamente como *desinfetante* que exclui por inclusão (neutralização) aqueles que *político-naturalmente* passaram a servir de *instrumento* revelador de que “uma eventual omissão punitiva (impunidade) não permitiria o restabelecimento da tranquilidade social”.

¹⁵²⁷ HUGO, V. *Os miseráveis*. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014, terceira parte, livro VIII, capítulo XXI, p. 854.

¹⁵²⁸ TARDE, G. de. *As leis da imitação...*, pp. 40 e 142.

¹⁵²⁹ WACQUANT, L. *Punir...*, p. 29.

¹⁵³⁰ Ver sítio eletrônico disposto na nota 448.

Precedida por uma política *discrecional* de *Law and Order*, implementada na década de setenta nos Estados Unidos da América¹⁵³¹, seguiu a Teoria das Janelas Quebradas¹⁵³², e sua consorte, a Tolerância Zero¹⁵³³, *dicotomizando* a sociedade entre “tranquilos” e “violentos”, “conhecidos” e “estranhos”, “amigos” e “inimigos”, “brancos” e “negros”¹⁵³⁴ mediante a *exclusão* dos “violentos”, dos “estranhos”, dos “inimigos” e dos “negros”, independente de se o que fizeram está penalmente tipificado, e a *manutenção* dos “tranquilos”, dos “conhecidos”, dos “amigos” e dos “brancos” no quadro social que, assim desidratado, já poderia entregar “tranquilidade aos que estão do lado certo”.

Essa *expansão* dos “inimigos convenientes”, rascunhados ainda timidamente por LOÏC WACQUANT, em *Párias urbanos*¹⁵³⁵, a ponto de alcançar desvios que, ou *não configuram “crime”*, sequer mesmo atos *preparatórios*, ou configuram meros atos *temporalmente precedentes sem qualquer vinculação automática ou obrigatória com “crimes” futuros*, toma de empréstimo uma *matemática atuarial* que raciocina considerando o *risco administrativo (perigo estatístico)* que, desprezado, ensejaria a possibilidade, por si só já reputada “aterrorizante”, da *repetição de danos* e, de consequência, do seu *descontrole* e posterior *acumulação* (administrativização do direito penal)¹⁵³⁶ que, ocorrente, “inviabilizaria a retomada das rédeas e o desfazimento do caos sócio-perigoso-penal-escatológico”.

Como para um bom entendedor, um pingo é letra, alheio ao fato de que é a *prisão* que *reproduz e qualifica a clientela “criminal”*¹⁵³⁷ e ancorando-se na falsa premissa de que “quem faz o menos, uma vez impunido, está disposto e preparado para fazer o mais, ou incentiva outros a fazerem o mesmo”¹⁵³⁸, arremessa o sistema penal em seus depósitos, ou melhor, em

¹⁵³¹ WACQUANT, L. A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. In *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, fev. 2012, Curitiba, in <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782012000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 set. 2014. Antecipando-a, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 267.

¹⁵³² Criticamente, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 342-343.

¹⁵³³ Desatualizando sua invenção, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 102 e 231.

¹⁵³⁴ Ver nota anterior e WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 37.

¹⁵³⁵ WACQUANT, L. *Párias urbanos: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. 1. ed. 2. re. Buenos Aires: Manantial, 2007, pp. 189 e seguintes.

¹⁵³⁶ SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, pp. 112 e seguintes.

¹⁵³⁷ FOUCAULT, M. *Vigiar...*, p. 213.

¹⁵³⁸ GENELHÚ, R. *Política...*, p. 286.

seus *terminais penais*¹⁵³⁹ aqueles que *simplesmente incomodam*, em flagrante ofensa ao artigo 98, inciso I, da CRFB/88¹⁵⁴⁰.

Ou seja, amparado pela *premissa equivocada e indemonstrada* de que a “impunidade” de “faltas” como “lavar para-brisas, flanelar, mendigar, prostituir-se, adormecer na praça, urinar ou beber publicamente, andar seminu, pichar ou catar papéis (incivilidades)” seria “auto e heterocriminógena”, prefere o sistema penal, mediante um *plano global preventivo*, não só acreditar no “efeito sedutor-fertilizante da impunidade”, mas, também, desconsiderar o efeito *iatrogênico* do encarceramento.

Nesta sociedade panóptica, cuja defesa onipresente é o encarceramento, o delinquente não está fora da lei; mas desde o início, dentro dela, na própria essência da lei ou pelo menos bem no meio desses mecanismos que fazem passar insensivelmente da disciplina à lei, do desvio à infração. Se é verdade que a prisão sanciona a delinquência, esta no essencial é fabricada num encarceramento e por um encarceramento que a prisão no fim de contas continua por sua vez. A prisão é apenas a continuação natural, nada mais que um grau superior dessa hierarquia percorrida passo a passo. O delinquente é um produto da instituição. Não admira, pois, que, numa proporção considerável, a biografia dos condenados passe por todos esses mecanismos e estabelecimentos dos quais fingimos crer que se destinavam a evitar a prisão. Que se encontre aí, se quisermos, o indício de um ‘temperamento’ delinquente irredutível: o recluso de Mende foi cuidadosamente produzido a partir da criança de casa de correção, segundo as linhas de força do sistema carcerário generalizado. E inversamente o lirismo da marginalidade pode se encantar o quanto quiser com a imagem do ‘fora-da-lei’, grande nômade social que ronda nos confins da ordem, dócil e amedrontado. A criminalidade não nasce nas margens e por efeito de exílios sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas, debaixo de vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares. Em resumo, o arquipélago carcerário realiza, nas profundezas do corpo social, a formação da delinquência a partir das ilegalidades sutis, o ressarcimento destas por aquela e a implantação de uma criminalidade especificada. [*sic*]¹⁵⁴¹

Para além de revelar um resultado meramente *visual* ao “limpar os espaços públicos da sua sujeira”, pretende essa atitude, inegavelmente, “dar a entender”, iludindo, que “o que os olhos não veem, o coração não sente [teme]”, ficando arrefecido o “medo objetivo e subjetivo” instalado, previamente, na psique das pessoas.

Todavia, é justamente o contrário o que ocorre:

Além do fato de que ‘a cadeia é a instituição primária na existência da gentilha’, a recente campanha de perseguição penal dos pobres nos espaços públicos contribui para agravar o sentimento de insegurança e de impunidade, na medida que

¹⁵³⁹ Falando em entreposto, WACQUANT, L. *Punir...*, pp. 218-219.

¹⁵⁴⁰ COUTINHO, J.; CARVALHO, E. Teoria das janelas quebradas: e se a pedra vem de dentro? In *Revista de Estudos Criminais*, ano 3, 2003, n. 11, Edição Oficial do !TEC, Rio Grande do Sul: Notadez/PUCRS/!TEC, p. 28.

¹⁵⁴¹ FOUCAULT, M. *Vigiar...*, p. 249.

‘obscurece a distinção entre o crime verdadeiro e o que é apenas incômodo e ofensivo’.¹⁵⁴²

De outro lado, tal atitude não diminui a “criminalidade de rua”¹⁵⁴³, tampouco a “criminalidade de escritório”, na medida em que *inexiste* essa conexão interferente entre “nãoopunição (impunidade)” ou “punição” e “aumento” ou “diminuição” dos desvios praticados, adstritos, em toda medida, quase indiferentemente, *ao maior ou ao menor grau de seletividade empreendido pelo sistema penal!*

Não é nem um pouco estranho, então, apesar dessa política de tolerância zero da teoria das janelas quebradas, que “a criminalidade cai[a] continuamente desde 1992, [enquanto que] o número de pessoas detidas e julgadas não para de aumentar.”¹⁵⁴⁴

Apesar de não parar de aumentar em todo o mundo, e, principalmente, no Brasil - onde a política criminal videofinanceira arma arapucas que impedem que o desviante, uma vez escolhido, e essa escolha às vezes coincide com o seu nascimento, escape do redemoinho em que foi lançado -, estão essas armadilhas, tal qual a teia aracnídea, predispostas a apreender (coisa = *res* = réu) apenas a pequena “criminalidade”, deixando passar a grande¹⁵⁴⁵.

Percebe-se, já, que o “zero” da *intolerância* significa um poder punitivo dirigido a algo muito próximo a um *nada*, a algo *quase insignificante* em termos penais (atitudes, tormentos, incômodos, faltas ou desvios sem potencial ofensivo), não significando, ao contrário do que se pode parecer, uma *intolerância total, que atingiria a todos, indistintamente, desde o “grande criminoso” até o “pequeno”*.

Ademais, essa mensagem da “impunidade criminógena periclitante”, vazada na *pleonástica* “infração (infra+ação: abaixo da ação) medíocre”, é apresentada de maneira criptografada e esteganografada, respectivamente, mediante a camuflagem do significado da mensagem (limpeza social¹⁵⁴⁶), *pari passu* à sonegação da sua própria existência, escondida em outra protomensagem (“perigo reprodutor da impunidade”).

¹⁵⁴² Ancorando-se, parcialmente, em John Irwin, WACQUANT, L. *Punir...*, p. 133. Na fonte, IRWIN, J. *The jail: managing the underclass in American society*. Berkeley: University of California Press, 1985, pp. 30-40, 111 e 118.

¹⁵⁴³ COUTINHO, J.; CARVALHO, E. *Teoria...*, p. 25.

¹⁵⁴⁴ WACQUANT, L. *As prisões...*, p. 37.

¹⁵⁴⁵ BALZAC, H. de. A casa Nucingen. In *a comédia humana*, v. 8. 3. ed. São Paulo: Globo, 2013, p. 859: “as leis são teias de aranha através das quais as moscas grandes passam, enquanto as pequenas são retidas.” FOUCAULT, M. *Vigiar...*, p. 229.

¹⁵⁴⁶ WACQUANT, L. *Punir...*, p. 21.

Pela vereda técnica das “*políticas apito canino*”¹⁵⁴⁷, recebem os destinatários, os “pequenos faltosos”, esse metadiscurso através de mensagens subliminares revestidas de uma aparente “neutralidade”, mas que são por eles absorvidos através da *menestrelização* “por meio da qual a pessoa estigmatizada deseja conquistar as graças dos normais exibindo o repertório completo de qualidades negativas imputadas a seus iguais, consolidando, assim, uma situação vital dentro de um papel ridículo.”¹⁵⁴⁸

Como se fosse possível agir diferentemente: “educação e saúde para todos: como exigir do mendigo que ‘seja educado, não atrapalhe e não feda’, se não se dá a ele sequer ensino e saneamento básico?”¹⁵⁴⁹

De acordo com HOWARD BECKER:

[...] *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders*. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. [...] Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele. [...] O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante.¹⁵⁵⁰

Estipulando regras impossíveis de não serem quebradas (não furtar alimentos imprescindíveis, não dormir nas calçadas, não se prostituir para sobreviver, não catar papéis, não mendigar *etc.*), considerando as condições em que se encontram os desviantes (analfabetismo, despreparo laboral, ausência de oportunidade empregatícia, fome, desvio secundário *etc.*), vaticina o poder punitivo uma profecia que se autorrealizará, *ad instar* do caçador que dispõe a armadilha no único caminho acessível à água, para o animal sedento.

Depois disso, é só instalar o “pânico moral-social” e disparar o alarme apertando o botão midiático da “periculosidade”, coincidente, sorrateiramente, com aquele.

A propósito:

Foi nos Estados Unidos que, dando as costas para toda e qualquer ‘complacência sociológica’, a criminologia teria demonstrado que a causa do crime é a irresponsabilidade e a imoralidade pessoais do criminoso, e que a sanção implacável das ‘incivilidades’ e de toda uma gama de desordens de pequena monta é o meio mais seguro para deter as infrações violentas.¹⁵⁵¹

¹⁵⁴⁷ LÓPEZ, I. H. *Dog...*, *passim*.

¹⁵⁴⁸ Ver nota 512.

¹⁵⁴⁹ COUTINHO, J.; CARVALHO, E. *Teoria...*, p. 28.

¹⁵⁵⁰ Ver nota 204.

E essa política criminal só tem sido possível graças à *gaslighnização*¹⁵⁵² do discurso dirigido aos “inimigos sensitivos (que incomodam os sentidos visual, olfativo, gustativo e tátil)”, “*induzidos ou instigados*”¹⁵⁵³ (*eufemismo para “obrigados”*), *por informações falsas e repetitivas, a duvidarem da percepção que possuem de si mesmos a ponto de acreditarem que, realmente, sua presença, sua aparição e sua existência são “inoportunas” a ponto de aceitarem que em sua face sejam projetadas, em alta definição, todas as nossas angústicas reticentes e todas as nossas tendências reprimidas.*

Uma única vítima pode substituir todas as vítimas potenciais, todos os irmãos inimigos que cada um tenta expulsar, ou seja, todos os homens sem exceção, no seio da comunidade. Para que a suspeita de todos contra todos torne-se a convicção de todos contra um único, nada ou quase nada é necessário. O índice mais derrisório, a presunção mais ínfima vai se transmitir a uma velocidade vertiginosa, transformando-se quase instantaneamente em prova irrefutável. A convicção aumenta como uma bola de neve, cada qual deduzindo a sua própria a partir da dos outros, sob o efeito de uma mimese quase instantânea. A firme crença de todos não exige outra verificação além da unanimidade irresistível de seu próprio desatino. [...] Para que a ordem possa renascer, é preciso inicialmente que a desordem chegue ao extremo; para que os mitos possam se recompor, é preciso inicialmente que eles sejam inteiramente decompostos. Ali onde, alguns instantes antes, havia mil conflitos particulares, mil pares de irmãos inimigos isolados uns dos outros, novamente existe uma comunidade completamente una no ódio que lhe é inspirado por um só de seus membros. Todos os rancores disseminados em mil indivíduos diferentes e todos os ódios divergentes vão convergir, de agora em diante, para um indivíduo único, a *vítima expiatória*. A direção geral da presente hipótese parece clara. Qualquer comunidade às voltas com a violência, ou oprimida por uma desgraça qualquer, irá se lançar, de bom grado, em uma caça cega ao ‘bode expiatório’. Os homens querem se convencer de que todos os seus males provêm de um único responsável, do qual será fácil livrar-se.¹⁵⁵⁴

A rigor, porém, embora o Estado tenha cobertura vítrea, o despedaçamento da vidraça que deveria tornar translúcida a parte interna do imobiliário dos seus inquilinos advém de dentro para fora na medida em que, errando iterativamente com seus cidadãos, transforma o vitral desses em mosaico, remendado a ponto de turvar e desvirtuar a perspectiva dos demais que tentam vislumbrar se é o desvio que os “incivilizados” estão cometendo que é “naturalmente, e *a quo*, perigoso”, ou se é a irregularidade da vidraçaria a responsável pela turbidez do objeto vislumbrado que, entorpecendo a nossa visão, compromete o nosso julgamento.

¹⁵⁵¹ WACQUANT, L. *Punir...*, pp. 13 e 25.

¹⁵⁵² À meia luz. Direção: George Cukor. Alemanha: George Cukor, MGM, 1940-1944. 1 filme (114 min.), son., e P&B. Fullscreen. Título original: *Das Haus der Lady Alquist in Deutscher*. Dub. Português, *passim*.

¹⁵⁵³ Ver nota 519.

¹⁵⁵⁴ GIRARD, R. *A violência...*, pp. 104-105.

Principalmente porque, competindo ao Estado o conserto da vidraria, mediante a *prometida função de prevenção* (artigo 59, do CP), a ele deve ser atribuída a responsabilidade pelo *desvio secundário agravado* (repetição piorada do *desvio original*, como quando um mero faltoso, após o aprisionamento, converte-se de mendigo em latrocida), ou, quando menos, a *coculpabilidade*¹⁵⁵⁵ pelo mesmo.

Não obstante, como a fixação da primeira impressão é quase indelével, essa *corresponsabilidade* fica relegada ao plano da *indemonstrabilidade* ou ao do *esquecimento*, restando considerado como “relaxado (culpado)” apenas o inquilino (cidadão).

*De todo modo, considerada a alteridade, e ainda que desconsiderado o fato de que “o indivíduo autônomo e seu livre arbítrio não são, como Durkheim já demonstrou há muito tempo, dados antropológicos universais, mas sim criações da sociedade moderna e do Estado”*¹⁵⁵⁶, não é a “impunidade” da falta ingênua e inofensivamente penal que incentiva o próprio desviante ou terceiros a re praticá-la ou a praticar outra “mais grave”, é a sua instrumentalização como modelo exemplar a não ser seguido que promove e repercute, quando da sua saída prisional e quando da assunção do seu novo papel, o medo no coração das pessoas (miragem punitiva).

Não é, portanto, a repetição das faltas de menor potencial ofensivo, ou das faltas sem cunho penal que, ainda quando consideradas em conjunto (administrativização), as amplificará, mediante automutação, convertendo-as em “desvios penais graves”.

É a autorrealização da profecia que vaticina sua desconsideração, advinda da seletividade do sistema penal, que alterará sua condição pervertendo uma simples falta em algo “genérica e atuarialmente perigoso”.

De corolário, o resultado da pesquisa de PHILIP ZIMBARDO¹⁵⁵⁷ - realizada mediante a exposição e, ou, o abandono de veículos em estado de conservação irretocável, ou não, em determinados bairros estadunidenses -, estaria contaminado por um defeito na sua premissa basilar, apontado, indefectivelmente, por LOUK HULSMAN:

Num bairro pobre do centro da cidade de Dordrecht, em determinada época, aconteceu que, todas as manhãs, os vidros das janelas das escolas apareciam quebrados. O Serviço da Prefeitura a que os interessados se dirigiram para que

¹⁵⁵⁵ Escorando-se em Malcolm Feeley e Jonathan Simon, WACQUANT, L. *Punir...*, p. 124. Na fonte, FEELEY, M. M.; SIMON, J. The new penology: notes on the emerging strategy of corrections and its implications. *In Criminology*, v. 30, n. 4, nov. 1992, pp. 449 a 474, especialmente p. 466, in <<http://scholarship.law.berkeley.edu/facpubs/718>>. Acesso em: 23 de março de 2014.

¹⁵⁵⁶ WACQUANT, L. *Punir...*, pp. 25, nt. I, e 180. Na fonte, DURKHEIM, É. *Lições de sociologia*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, pp. 93 e seguintes.

¹⁵⁵⁷ Ver nota 448.

fossem recolocados os vidros, em determinado momento, requereu a ‘intervenção’ do Comissário que ordenou aos agentes daquele bairro que permanecessem ‘ativos’, isto é, alertas, de modo a capturar os desordeiros. Um dos agentes sabia que eram os jovens que quebravam os vidros. Mas, ao invés de prendê-los, foi conversar com os responsáveis pelo serviço comunitário interessado. Pediu que lhe fornecessem a lista das escolas que tiveram os vidros das janelas quebrados, nos diferentes bairros de Dordrecht. Com a lista nas mãos, disse àqueles responsáveis: ‘Vejam, há uma relação direta entre o número de janelas danificadas nas diferentes escolas e a existência de locais de recreação para jovens nos bairros onde elas estão situadas. O meu bairro é o que tem o maior número de janelas danificadas e é também no meu bairro onde mais faltam aqueles locais de recreação. De nada servirá prender os garotos. Se se quer diminuir o número de vidros quebrados, o que se deve considerar são medidas de urbanismo’. Este exemplo me parece refletir um estado de espírito que conviria deixar se manifestar e desenvolver por toda parte.¹⁵⁵⁸

Equivocada quanto às suas premissas e *frágil e contestável* quanto aos seus resultados, parece mais seguro, diante do inegável efeito *iatrogênico* da prisão, conduzir a questão por outros caminhos que evitem a sua *retroalimentação*.

O aprisionamento reproduz criminalidade, gera reincidência, condiciona patologias psíquicas (neuroses de caráter e neuroses reativas regressivas) e reforça os papéis desviados como decorrência da exigência de assumi-los na vida carcerária para que o indivíduo sobreviva sem provocar distúrbios agressivos. A intervenção penal por desvios primários gera outros secundários mais graves [...]. O aprisionamento desnecessário *fabrica delinquentes*, do mesmo modo que a estigmatização de minorias em uma clara *profecia que se autorrealiza* [...].¹⁵⁵⁹

Requentando o assinalado acima, as políticas de Lei e Ordem, Tolerância Zero¹⁵⁶⁰ e *Three Strikes and You’re Out*¹⁵⁶¹, e a teoria das Janelas Quebradas não demonstraram qualquer eficiência, *havendo uma redução da “criminalidade” mais acentuada nos Estados norte-americanos que não as adotaram*¹⁵⁶².

Quando muito, pode-se falar de uma *correlação* que, ao mesmo tempo em que afirma que aquelas interferiram “positivamente” na queda da “criminalidade”, *administra os reflexos destinados a fabricar ou, quando menos, a remarcar e a reacender os motivos que conduziram a população a se convencer*¹⁵⁶³ *de que se, indistintamente, quase todos aqueles que foram presos por faltas pequenas reincidiram em crimes graves “é porque essa conversão é, inevitavelmente, natural, não sendo mais inteligente dela duvidar, ao mesmo*

¹⁵⁵⁸ Ver nota 956.

¹⁵⁵⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 441.

¹⁵⁶⁰ Por todos, ver WACQUANT, L. *Punir...*, p. 112.

¹⁵⁶¹ WILLIAMS, V. L. *Dictionary...*, pp. 220-221.

¹⁵⁶² Ver nota 1543.

¹⁵⁶³ LEMGRUBER, J. *Controle...*, p. 18: “Funcionários de prisões privadas revelaram sofrer pressão para punir os presos com rigor, mesmo pelas faltas mais leves, de tal forma que possam ser adiadas as concessões de livramento condicional.”

*tempo em que não é mais prudente mantê-los, e a seus iguais, à solta e à espreita” (naturalização da conversão do mal menor, incontido, em mal maior)*¹⁵⁶⁴.

Depois de um tempo, e graças ao escaneamento estatístico dessas “populações efemeramente descartáveis”, já consegue o sistema atuar *autopoieticamente* (“circularidade racionalizante”)!

Como a “impunidade” tem não só um caráter *quantitativo* - “representado pela (afirmada e mentirosa) *tentativa e vontade de punição de todos os desviantes*” -, mas, também, um caráter *temporal*, a eventual punição “tardia dos faltosos, por permitir um suposto período de atuação da influência criminógena daquela, deve ser evitada”, *havendo “necessidade de que a sanção seja imposta” imediatamente, o que atrai, perigosamente, as prisões sem condenação e as condenações antecipadas e sem culpa*¹⁵⁶⁵.

Inaugurado o neoliberalismo e desmantelado o Estado do bem estar social, passaram as “incivilidades” e os “incivilizados”, sem *hipérbole*, aos “impunes” por *antonomásia* e *sinédoque*, transitando, *catacrescicamente*, pelo senso comum (opinião publicada) mediante uma *silepse* que concorda com a ideia de que a *elipse* ocorrente em suas vidas se deve à *anáfora* da sua própria negligência, do seu próprio relapso e desleixo consigo e não, como é o correto, de um *hipérbato* da ordem natural das coisas, onde o Estado, prometendo assistir aos desamparados e (re)socializar os internados nas instituições totais, *ironicamente* lhes atribui toda e qualquer responsabilidade pelo incômodo causado aos “cidadãos de bem”.

A partir do instante em que a opinião publicada passou a ser encarada como *prosopopeia*, na medida em que ela assumiu a função de “falar por nós e através de nós”, apesar de não ser “nós”, não só *as situações reais que passaram a ser apresentadas às pessoas menos frágeis converteram-se em consequências reais*, senão “*as consequências apresentadas como perigosas (impunidade das incivilidades e dos pequenos delitos) transformaram-se em situações indiscutivelmente prejudiciais (conversão das incivilidades e dos pequenos delitos em megaempreendimentos criminais), embora sua mutação-ampliadora danosa seja evitável, desde que se aja preventivamente*”.

Pelo fato de que, também, *para quem não sabe ler, um pinga é letra*, no fim das contas, “às vezes naufragamos onde acreditamos desembarcar.”¹⁵⁶⁶

¹⁵⁶⁴ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 309-310.

¹⁵⁶⁵ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 447.

¹⁵⁶⁶ HUGO, V. *Os miseráveis...*, quarta parte, livro III, capítulo VII, p. 1346.

9 IMPUNIZAÇÃO GASTRONÔMICA

9.1 Pizza à moda do *chef*

Logo atrás dissemos que na maldita economia punitiva (quase) não é considerada a “*impunidade atacadista subsidiária*”, ocorrente quando o legislador deixa de confeccionar leis que criminalizem as condutas dos invulneráveis, tampouco a “*impunidade varejista fragmentária*”, que acontece quando somente são consideradas na equação final da “impunidade as obras toscas, os atos violentos, aqueles cuja incógnita é de fácil encontro e que têm maior capacidade para suscitar o medo”.

Em *A ordem do discurso*, MICHEL FOUCAULT percebeu que:

[...] o discurso - como a psicanálise nos mostrou -, não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar -, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. [...] Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação[,] a sua referência. [...] Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.¹⁵⁶⁷

No que foi seguido, interpoladamente, por LUIS MARTIN que, em um texto discorrendo sobre os *Prolegômenos para a luta pela modernização e expansão do direito penal e para a crítica do discurso de resistência*, deixou assentado que:

Como nos ensinou Foucault - e, segundo ele mesmo, como ‘a história não cansa de nos ensinar’ - o *discurso* é ‘aquele que traduz as lutas ou os sistemas de dominação’, mas, sobretudo, é ‘aquele pelo qual, e por meio do qual se luta, aquele poder do qual alguém quer apoderar-se’.^{1568, 1569}

Mas, apropriar-se para quê? Só pode ser para o *exercício* de um poder! Como se daria, então, o funcionamento lógico dessa ginástica? Ainda consoante LUIS MARTIN:

[...] é de fundamental transcendência não ignorar [...] que o funcionamento real de todo discurso tem uma *dupla positividade material*, e daí a grande importância que tem ter o poder de disposição do discurso. Por um lado, o discurso *define* os *objetos* de discurso e as condições dos *enunciados* sobre eles. Mas, por outro lado, o discurso, ao mesmo tempo em que define - e isso é tão importante ou *mais* que o anterior -, também *exclui* de seu campo discursivo outros objetos e, por isso mesmo, os enunciados sobre os objetos excluídos. Por exemplo, o discurso da criminalidade define e, com isso, constitui um campo discursivo de objetos de criminalidade, mas

¹⁵⁶⁷ FOUCAULT, M. *A ordem...*, pp. 10, 15 e 53.

¹⁵⁶⁸ MARTÍN, L. G. *Prolegômenos...*, p. 117.

¹⁵⁶⁹ No original, ver FOUCAULT, M. *A ordem...*, p. 10.

ao mesmo tempo *exclui* desta todos os demais objetos não definidos em seu campo discursivo. Por isso, é perfeitamente compreensível a transcendência que tem ter o poder de disposição do discurso. Na medida em que o discurso é poder de *definição* e de *exclusão* da criminalidade, o mero fato de possuí-lo constitui para quem o tenha a condição decisiva da possibilidade de *incluir* no discurso da criminalidade a criminalidade de quem não tem esse poder, mas, simultaneamente, também a possibilidade de *excluir* daquele a criminalidade própria [...]. A constituição do direito penal como disciplina é um caso paradigmático de formação do discurso - aqui, de criminalidade -, como resultado de uma luta por ele na qual são impostos alguns objetos e enunciados determinados e são excluídos outros que também lutavam por se assenhorear do discurso.¹⁵⁷⁰

Literariamente, em *O alienista*, MACHADO DE ASSIS expõe cruamente essa questão ao escrever que:

[...] a câmara, que respondera ao ofício de Simão Bacamarte com a ressalva de que oportunamente estatuiria em relação ao final do § 4º, tratou enfim de legislar sobre ele. Foi adotada sem debate uma postura, autorizando o alienista a agasalhar na Casa Verde as pessoas que se achassem no gozo do perfeito equilíbrio das faculdades mentais. [...] O vereador Freitas propôs também a declaração de que, em nenhum caso, fossem os vereadores recolhidos ao asilo dos alienados: cláusula que foi aceita, votada e incluída na postura.¹⁵⁷¹

Todavia, será que essa “expansão punitiva”, sugerida por aquele escritor espanhol, não daria vazão à “esquerda punitiva”, defendida quase veladamente por ALESSANDRO BARATTA¹⁵⁷² e tão contestada por MARIA KARAM, *ampliando a violência e o poder punitivos* ainda que mediante “diminuição (ou seria aumento?) da seletividade”, na direta proporção da aproximação do “equilíbrio na punição”?

Em *A expansão do direito penal*, JESÚS-MARÍA SÁNCHEZ esclarece que

[...] [não] se pode perder de vista a mudança de posição de pelo menos boa parte da criminologia de esquerda. Com efeito, a partir de um determinado momento se percebe que o enfoque dessa linha de pensamento é o de que os sujeitos pertencentes aos níveis inferiores da sociedade também são, acima de outras considerações, titulares ‘reais’ de bens jurídicos (individuais ou ‘difusos’); que também os mesmos começam a ver a si mesmos mais como vítimas potenciais do que como autores potenciais. Com isso, aquela aliança um dia pretendida por um certo marxismo, entre delinquência e proletariado, mostra-se absurda. Pelo contrário, desde a perspectiva da esquerda se insiste na necessidade de não desprezar as demandas de maior proteção (e, em todo caso, de não deslegitimação da proteção existente) que surgem de tais setores. Sem embargo, as coisas não se detêm aí, tendo já ido além desse ponto. É nesse contexto que adquire todo seu sentido a referência à existência de ‘atypische Moralunternehmer’, expressão com a qual se designam alguns novos gestores da moral coletiva (e do recurso ao direito penal, naquilo que aqui especialmente interessa). Se os tais ‘gestores’ vinham sendo tradicionalmente determinados estamentos burgueses-conservadores, hoje adquirem tanta ou mais relevância em tal papel as associações ecologistas, feministas, de consumidores, de vizinhos (contra os pequenos traficantes de drogas), pacifistas (contra propagação de ideologias violentas), antidiscriminatórias (contra ideologias racistas ou sexistas, por

¹⁵⁷⁰ MARTÍN, L. G. *Prolegômenos...*, pp. 119 a 121.

¹⁵⁷¹ ASSIS, J. M. M. de. *O alienista*. 4. re. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 64.

¹⁵⁷² BARATTA, A. *Criminologia...*, pp. 197 e seguintes.

exemplo) ou, em geral, as organizações não governamentais (ONGs) que protestam contra a violação de direitos humanos em outras partes do mundo. Todas elas encabeçam a tendência de uma progressiva ampliação do direito penal no sentido de uma crescente proteção de seus respectivos interesses. Quanto a esse último aspecto, aparentemente não vem sendo dada muita atenção ao fato de que tais demandas de criminalização, certamente em boa parte atendidas, mostrem-se inadequadas, vulneradoras de princípios gerais do direito penal (como as que se referem à criminalização da pura expressão de ideias), ou inclusive contraproducentes. [...] A reviravolta tem sido tamanha que aqueles que outrora repudiavam o direito penal como braço armado das classes poderosas contras as ‘subalternas’ agora clamam precisamente por mais direito penal contras as classes poderosas. Produz-se, segundo se tem afirmado, um fenômeno de fascinação de diversas organizações sociais pelo direito penal, fascinação essa da qual carecem todos seus equivalentes funcionais. Assim, ‘já não está em primeiro plano a negativa às estruturas de poder, senão a intervenção nelas mesmas. O rechaço dos meios de poder cede diante da vontade de servir-se deles em seu próprio interesse’. Ou, como aponta *Lüdersen* de modo mais preciso, ‘aproximadamente os mesmos grupos políticos, por um lado - diretamente ou estribando-se na correspondente tradição -, não se cansam de afirmar a inutilidade e nocividade da coação estatal através da pena (ou do direito penal), mas, por outro lado, pretendem utilizar o direito penal para o logro de seus fins emancipativos’.¹⁵⁷³

Talvez por causa dessas e de outras é que quem domina o discurso pode repetir o *slogan* da máfia siciliana que diz que “quando se tem dinheiro e amigos, pode-se rir da Justiça”¹⁵⁷⁴, bem como não se incomodar com a acusação pejorativa de ser um *fanático gastronômico por certa iguaria italiana*, vazada em frases do tipo “no Brasil tudo acaba em *pizza*”, dirigida, obviamente, somente aos invulneráveis.

O pretendido espraçamento da punição, e, no caso dela não acontecer, do “discurso da impunidade criminógena” contra os invulneráveis, até poderia transmitir uma (falsa) mensagem de redução ou eliminação da seletividade heterogênea do sistema (a “impunidade dos vulneráveis” em comparação com a “impunidade dos invulneráveis”), e mesmo comunicar convincentemente uma (ilusória) diminuição ou extinção da seletividade homogênea do sistema (aumento da perseguição, acusação, condenação e execução dos invulneráveis em comparação com a situação confortável anterior dos mesmos).

*Ocorre, porém, que referido espraçamento da punição ou do “discurso da impunidade criminógena” não se mostra conveniente na medida em que o problema não está em abaixar ou acabar com a seletividade, senão em ser impossível legitimar-se o sistema penal mediante a atuação do próprio sistema penal.*¹⁵⁷⁵

Sem embargo, a questão não está em eliminar a *exceção (a seletividade)* mediante o alcance *otimizado da regra (punição de todos)*, porque isso desembocaria no cumprimento

¹⁵⁷³ SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, pp. 62 a 64, *in verbis*, e seguintes.

¹⁵⁷⁴ DEBORD, G. *A sociedade...*, p. 222.

¹⁵⁷⁵ Nesse sentido, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 123-124.

integral-nivelador do programa criminalizador primário e da criminalização secundária (e, também, da terciária), com o consequente *encarceramento total* da população que, *indistintamente*, em algum momento da sua vida *imputável*, já praticou ou irá praticar um e, ou, outro(s) “crime(s)” (trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais *etc.*, adquirir CD ou DVD pirateado, ofender a honra de terceiro em rede social *etc.*).

Antes, já ficou desenhado que é *doprogramanormatizador e normalizador primário* (legislação), por si só já seletivo (exceção atacadista), que parte a *criminalização secundária*, igualmente seletiva (exceção varejista).

Entretanto, apesar de a *seleção* e a *exceção* parecerem pressupor a *regra*, pois sem essa quem aparentemente assumiria seu papel seria a excepcionalidade convertida em regramento, *é o regramento que não existe sem a exceção seletiva, o que em hipótese alguma justifica ambos*.

A rigor, e por mais paradoxal que isso pareça, haja vista que *a exceção contraria o normal e a regra*, é a própria *exceção* que *viabiliza* (e não, “justifica”) a atuação estatal dita “normal”, decidindo quem será selecionado (*seletividade positiva*), quem não será (*seletividade negativa*), e quem será reputado “impune” (*seletividade positiva suspensa*), dentro de um *regulamentoprévio*.

Para GIORGIO AGAMBEN:

O caso de exceção torna evidente do modo mais claro a essência da autoridade estatal. Aqui a decisão se distingue da norma jurídica e (para formular um paradoxo) a autoridade demonstra que não necessita do direito para criar o direito [...]. A exceção é mais interessante do que o caso normal. Este último nada prova, a exceção prova tudo; ela não só confirma a regra: a regra mesma vive só da exceção [...]. Um teólogo protestante que demonstrou de que vital intensidade seria capaz a reflexão ainda no século XIX, disse: ‘a exceção explica o geral e a si mesma [...]’.¹⁵⁷⁶

De sorte que seria mais correto afirmar que: “A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta [...]. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo, *capturada fora (ex-capere)* e não simplesmente excluída”.¹⁵⁷⁷

Aqui, também não seria aberrante traduzir *exceção* por *excesso* visto que: “Diante do excesso, o sistema interioriza através de uma interdição aquilo que o excede e, deste modo, ‘designa-se como exterior a si mesmo’ [...]”.^{1578, 1579}

¹⁵⁷⁶ AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 24.

¹⁵⁷⁷ AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 25.

¹⁵⁷⁸ AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 26.

A conversão da autoexplicação da exceção em autojustificação, sob a qual atuam (escudam-se) a programação criminalizadora primária, a criminalização secundária, a seletividade e a impunização, é o que indevidamente vai ratificar a punição dos estereotipados que, considerados *excessivos* (“inaproveitáveis por insubordinação *volitiva* ou *involuntária* às regras estabelecidas ao seu bom funcionamento”), são *interditados pelo sistema* através de uma *interiorização* que os *inclui* mediante sua *exclusão*.

A rigor, a *expansão da punição* visando a alcançar os *invulneráveis* não resolverá *seriamente* a questão da “impunidade” na medida em que esta, conforme já acentuado, não passa de um *adesivo decalcado* naqueles sobre os quais recai a “demanda por ordem” (expansão punitivo-seletiva *pro solvendo*).

Como os invulneráveis são os responsáveis por controlar a demanda, a oferta (auto-oferecimento ou hetero-oferecimento) sequer os tangenciará (autofagia improvável).

Os métodos da democracia espetacular são muito flexíveis, ao contrário da simples brutalidade do *diktat* totalitário. É possível conservar o nome quando a coisa foi mudada em segredo (seja cerveja, bife ou um filósofo). Também se pode mudar o nome quando a coisa vai ser continuada em segredo: por exemplo, depois de um desastroso incêndio em 1957, a usina de reciclagem de lixo nuclear em Windscale, na Inglaterra, foi levada a denominar sua localidade Sellafield a fim de afastar a desconfiança, mas esse tratamento toponímico não impediu que aumentasse nas redondezas a mortalidade por câncer e leucemia. Trinta anos depois, democraticamente, fica-se sabendo que o governo inglês tinha decidido manter secreto um relatório sobre a catástrofe, que ele julgava, com acerto, capaz de abalar a confiança do público no nuclear.¹⁵⁸⁰

Em *Le sujet qui fâche*, SLAVOJ ŽIŽEK esclarece que, às vezes, “a estratégia [...] [consiste] em ‘mudar as coisas de modo que, no nível mais fundamental, elas pudessem [possam] permanecer as mesmas’”¹⁵⁸¹, de sorte que, acrescente-se JEAN BAUDRILLARD, “tudo se move, tudo muda a olhos vistos, tudo se transforma, e contudo nada muda.”¹⁵⁸²

Em 08 de abril de 2013, o Carandiru foi implodido e em seu lugar foi construído um jardim/parque.

Mas, como o “discurso da impunidade” é incansável e indelével, também é possível conservar a coisa, ou a sua função, quando o nome foi mudado escancaradamente.

¹⁵⁷⁹ Embora, em outra passagem, AGAMBEN, G. *Homo...*, p. 26: “Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor.”

¹⁵⁸⁰ DEBORD, G. *A sociedade...*, pp. 193-194.

¹⁵⁸¹ ŽIŽEK, S. *Le sujet qui fâche*: le centre absent de l’ontologie politique. In collection l’atelier des idées. 1. ed. France: Flammarion, 2007, p. 185: “La stratégie des nazis consistait à ‘changer les choses, de sorte qu’à leur niveau le plus fondamental elles puissent rester les mêmes’.” Ver, ainda, COSTA, J. F. *O ponto...*, p. 362.

¹⁵⁸² BAUDRILLARD, J. *O sistema...*, p. 163.

O edifício [O Colônia] foi construído sobre o terreno da antiga Fazenda da Caveira, que pertenceu a Joaquim Silvério dos Reis, traidor dos inconfidentes. Ele ganhou as terras pela delação do movimento, e antes de ser Colônia, a Caveira foi um sanatório para tuberculosos.¹⁵⁸³

Falecida com amnésia provavelmente *seletiva*, no dia da sua inumação, a madrastra do neoliberalismo, Margaret Thatcher, ironicamente formada em *ciências químicas* (“possível técnica pervertida de assepsia social”), foi tributada com um funeral revestido de honras militares, (en)cerrando em “impunidade” todos os “crimes” que ela indiretamente cometeu contra a humanidade sob a desculpa de uma otimização da economia e da vida das pessoas, no mesmo mês em que se iniciou o julgamento de 26 soldados pela chacina no Carandiru¹⁵⁸⁴, onde morreram (foram executados) 111 presos. O coronel Ubiratan, então responsável pelo comando da operação, já havia sido absolvido (*seletividade* e não “impunidade”), embora tenha sido assassinado pela sua namorada, que também foi absolvida (*seletividade* e não “impunidade”).

Tratando-se de um *etiquetamento* é esse que informa (define) qual é o *conteúdo* inserido e qual é a mensagem que deve constar na embalagem *moldável e reciclável, ou reutilizável, ou reaproveitável* (*corpos PET - Politereftalato de etileno*).

Ou seja, qual a sua “destinação” (“apto ou inapto ao trabalho”), a sua “data de validade” (“neutralização, ou melhor, biodegradabilidade instantânea ou morosa”), a sua “composição” (“vulnerável ou invulnerável”), a sua “identidade” (“caro (rico)” ou “barato (pobre)”), a sua “origem” (“afrodescendente ou branco”), o “grau de acidez máxima permitida” (“conformado ou irresignado com o sistema”), se sua prensagem se deu a “frio” ou a “quente” (“reincidente ou não”), seu “nível de açucaramento” (“socializado pelo sistema ou não”), seu “nível de saturação calórica” (“suporta ou não ser instrumentalizado como exemplo”) *etc.*

Porque autoconsiderados de “safra rara”, embora todos possam avinagrar-se dependendo do ambiente inóspito onde forem acomodados, acreditam os invulneráveis merecer uma “valorização superior”.

Eventual e raramente estendida a “demanda por ordem” até os invulneráveis, perderão eles a invulnerabilidade de acordo com o interesse dos (outros) empreendedores morais que, estereotipando-os, irão estigmatizá-los com a *marcada “impunidade”* sempre que eles

¹⁵⁸³ ARBEX, D. *Holocausto...*, p. 240.

¹⁵⁸⁴ Excluído o coronel Ubiratan, esses e todos os demais envolvidos no massacre já foram condenados. Ver <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/mais-um-ex-policia-militar-e-condenado-pelo-massacre-do-carandiru>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

desatenderem ao chamado do poder punitivo, ou sempre que esse atendimento for insuficiente para satisfazer os *mass media*.

De todo modo, se não é possível fazer uma omelete sem se quebrar os ovos, é melhor mudar o cardápio, porquanto *o espraiamento da seletividade positiva aos invulneráveis acabará expandindo o poder punitivo, o que é indesejável*.

Evidenciado fica, então, que não é a expansão do poder punitivo até os invulneráveis que vai *equacionar* a questão da *seletividade* do sistema porque essa, *representando sua mais cabal ilegitimidade*, precisa ser eliminada não mediante um *equilíbrio entre a punição dos vulneráveis e a dos não vulneráveis*, senão através do estabelecimento de um *direito penal mínimo* e, mais tarde, da *abolição do próprio sistema penal* que já deu provas mais do que suficientes de ser *inútil* para resolver a questão das ofensas e dos perigos promovidos contra os bens jurídicos, além de ser *seletivo, cruel, violento, sádico e espetacular* quando “tenta resolvê-los”.

9.2 Saindo uma pizza crua e quente diretamente do forno, no capricho

A “impunidade” é um discurso precipitado (apressado) porque, quente e cruamente, inadmite que pelo menos alguém, não importa quem, não seja punido, e simplesmente para que a culpa estatal possa ser lavada com sangue¹⁵⁸⁵, e o mais rapidamente possível.

Exemplo desta “impunidade BBBinadmissível”, onde alguém “*precisa ser sumária e precocemente eliminado*”, advém de casos como os de abalroamentos veiculares onde o motorista do outro transporte, apesar de estar em sua mão de direção e de não ser observável qualquer rastro anterior de frenagem brusca e comprida dos seus pneus, é “quase coagido” pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) a se submeter à *medição alcoolêmica* (teste do bafômetro), mesmo que a análise visual do sítio de impacto e as testemunhas presenciais comprovem *in continenti*, com “convincente certeza”, que *o exclusivo culpado foi o outro motorista*.

E a situação se agrava quando esse falece em razão e no momento da colisão, pois, “tendo sempre que haver um responsável, não podendo *todos* ficarem impunes”, é quase *típico* que a incidência da “culpa” despenque sobre o *condutor sobrevivente*.

Requentadamente, fora dessa acepção *qualitativo-horizontal*, o discurso que tenta legitimar a “impunidade” também alicia uma concepção *quantitativo-vertical* quando, por

¹⁵⁸⁵ BATISTA, N. Política..., *passim*.

exemplo, ventilam o CNMP e a ENASP campanha capitaneada pelo seguinte piloto: “Conte até 10”¹⁵⁸⁶.

Apesar de supostamente visar a “reverter a situação trágica de violência no Brasil [...] [onde] grande parte dos assassinatos [*rectius*: homicídios] são cometidos por pessoas que nunca mataram antes”¹⁵⁸⁷, o que referida campanha pretende é: a) *requentar a visibilidade do Ministério Público em nível nacional, reavivando e enaltecendo para quem quiser ver e ouvir que ele existe, ou continua existindo, e que ele é um órgão “imprescindível” à manutenção da vida das pessoas, devendo ser, constantemente, valorizado e respeitado*; b) quando prematuramente qualifica referidos homicídios com o adjetivo pejorativo da “futilidade”¹⁵⁸⁸, vinculando, contaminantemente, o código ideológico do juiz natural, bem como a percepção da população que não se contentará com a subsunção daquele fato simplesmente no *caput*, do artigo 121, do CP, *inadmitir que o eventual “desviante” responda apenas por “homicídio simples”, cuja pena é a metade menor, o que antecipa a majoração (no mínimo, ao dobro) da sua condenação, e sensacionaliza duplicadamente uma “impunidade” vindoura, caso ele não seja selecionado (seletividade positiva suspensa)*.

Como em tema de “impunidade” o desgraçamento do desviante é infundável, haja vista estar a sua funcionalidade sempre ao alcance, *covarde* ou *alienadamente* opta o Ministério Público por preocupar-se (seletividade funcional) com “centenas” de mortos por motivo *fútil*¹⁵⁸⁹ (homicídio ocasional de primeira mão), em vez de se preocupar com os 138.198 presos (25,22% da população carcerária nacional), *sequestrados por iniciativa desse mesmo órgão em razão de um “crime” que sequer possui um bem jurídico protegível (“tráfico de entorpecentes”)*.

¹⁵⁸⁶ Ver nota 1526.

¹⁵⁸⁷ Ver sítio eletrônico constante na nota 1526.

¹⁵⁸⁸ In<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/ConteAte10/Pecas/JINGLE-MINISTERIO_PUBLICO_RAP_DA_PAZ_28s.mp3>. Acesso em: 10 set. 2014.

¹⁵⁸⁹ Ver sítio eletrônico indicado na nota anterior.

10 IMPUNIZAÇÃO GEOGRÁFICA

10.1 A acidentada, mas não acidental, geografia sensacional da impunização

Segundo MILTON SANTOS, em *A natureza do espaço*:

Temática central é [...] aquela representada pela expressão anglo-saxã *place counts*, isto é, o lugar tem importância. [sobretudo porque,] [...] Sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada.¹⁵⁹⁰

Para MARIA DE SOUZA, em *Uso do território e sistema de justiça do Brasil*:

Hoje, percebemos, por conta dos processos de modernização e globalização, o uso de novas tecnologias e a difusão geográfica de determinados modos de fazer e produzir que têm alterado a dinâmica dos lugares. Essa transformação tem modificado, por consequência, a estrutura social e a função de determinadas instituições, como aquelas constituintes do sistema de justiça, produto das sociedades em transformação, como é o caso da sociedade brasileira e, certamente, todas aquelas dos denominados países do Sul, com raríssimas exceções. [...] Teórica e geograficamente algumas questões e práticas relacionadas ao enfrentamento da questão da segurança pública e da violência nos intrigavam, pois os encaminhamentos de todas elas sempre permaneceram no domínio da técnica, jamais indo ao âmago da questão, ou seja, trazer a discussão para o campo da política e da busca por soluções para as desigualdades socioespaciais. [...] Combate-se a chamada violência também com técnica e tecnologias: mais viaturas, armamentos, altas tecnologias relacionadas a sistemas de vigilância... Isto também significa, geograficamente, aumentar a fluidez do território melhorando as redes e sistemas de comunicação de toda ordem, do mais alto interesse do sistema econômico atual e do controle sobre as pessoas em função das tecnologias da informação implantadas tecnicamente, e sem nenhuma discussão ou projeto político para suas aplicações. [...] Daí o perpétuo processo de construção de objetos técnicos - a arquitetura penitenciária, as indústrias de 'quentinhas' e os braceletes eletrônicos de monitoramento de presos, dentre outros - e dos sistemas de ações a eles indissociavelmente ligados, na gestação de um sistema geográfico inserido nitidamente no modo de produção capitalista ampliado, onde a técnica desempenha um papel central.¹⁵⁹¹

Vislumbrando através de *umbárbaro olhar*, MARILDO MENEGAT dilata que:

A segregação dos territórios sempre foi uma heterotopia perseguida pelas sociedades de classe. [...] Faz parte, portanto, de uma economia básica de distribuição dos espaços, que implica a construção de dois territórios dentro de uma mesma sociedade. Como o que dá unidade às relações é o conceito de sociedade, pode-se dizer que se trata de uma estratégia de espacialização da dinâmica de classes, que ganha contornos drásticos [...]. Elas são o resultado necessário da lógica em que são postas essas sociedades. Nesse sentido, é bastante ilustrativa da extensão dessas ilusões a reação dos moradores de um nobilíssimo bairro residencial do Rio de Janeiro, noticiada no jornal *O Globo* de 24 de setembro de 2003. A reportagem apresentava o seguinte título: 'Gritos de guerra do BOPE assustam Parque Guinle'.¹⁵⁹²

¹⁵⁹⁰ SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 7. re. São Paulo: EDUSP, 2012, pp. 19 e 46.

¹⁵⁹¹ SOUZA, M. A. A. de. *Uso do território e sistema de justiça do Brasil*. In BATISTA, V. M. (Org.). *Loïc...*, pp. 129 a 131.

Executiva e judiciariamente analisando, se considerarmos que em torno de 32%¹⁵⁹³ dos encarcerados o estão *preventivamente* e que perto de 37%¹⁵⁹⁴ deles serão *absolvidos*; se considerarmos, ademais, que nossa população carcerária ultrapassa em muito os 550.000¹⁵⁹⁵ presos, o que equivale a uma *absolvição* próxima a 65.120 pessoas; e, por fim, se considerarmos que existe em torno de 1.670 pessoas presas por sequestro no Brasil¹⁵⁹⁶, é inegável podermos afirmar, sem receio, que *o Estado é o autor da maioria esmagadora dos sequestros com risco à vida das pessoas*¹⁵⁹⁷ (*teoria do telhado de vidro*).

I. e., no atlas do nosso sistema penal tropical, enquanto as *pessoas* são *acusadas e condenadas* por “sequestrarem”, “ilicitamente”, outras, *sequestra* o Estado penal, no mínimo com uma *cumplicidade através de ações neutras*¹⁵⁹⁸ de várias agências e sob a égide do “acautelamento prisional”, flagrantemente *inconstitucional* (artigo 5º, inciso LVII, da CRFB/88), 65.120 *corpos*.

Isso equivale a dizer que a *captura processualizada* dos invisíveis sociais, administrada pelas “autoridades”, é quase 40 vezes maior que a levada a termo pelos “marginais comuns”, considerando-se que, geralmente, inexistente sequestro coletivo, senão sequestro de uma só vítima.

Agora, *legislativamente* analisando, possui o Congresso Nacional do Brasil 513 Deputados Federais e 81 Senadores. Dos que estão na gestão atual (2015), 77 (ou seja, 15,01%) Deputados Federais e 21 (ou seja, 25,93%) Senadores estão sendo acionados em juízo (“processados”) por condutas consideradas “criminosas”.¹⁵⁹⁹

¹⁵⁹² MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 105-106.

¹⁵⁹³ Ver nota 298.

¹⁵⁹⁴ Ver <<http://www.conjur.com.br/2014-nov-27/37-submetidos-prisao-provisoria-nao-sao-condenados-prisao>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

¹⁵⁹⁵ 567.655, para o CNJ. Ver notas 294 a 298.

¹⁵⁹⁶ Ver nota 296.

¹⁵⁹⁷ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 446.

¹⁵⁹⁸ Os limites dogmáticos dessa podem ser garimpados em GRECO, L. F. *Cumplicidade através de ações neutras: a imputação objetiva na participação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, *passim*.

¹⁵⁹⁹ In <<http://www.politicosbrasileiros.com.br/portal2/component/content/article/126>>, <<http://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes-2010/veja-lista-de-42-politicos-na-mira-do-ficha-limpa/>> e <<http://oglobo.globo.com/politica/congresso-em-foco-divulga-lista-com-42-politicos-que-estao-na-mira-da-lei-da-ficha-limpa-2988351>>. Acesso em: 18 dez. 2012. Por outro lado, contabilizando, em média, 33%, ver <www.transparencia.org.br/docs/excelencias.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2014.

Todavia, informações advindas do Procurador-Geral da República, Rodrigo de Barros, revelam que “um pouco menos de 300” congressistas estão sendo criminalmente investigados, ou estão respondendo a uma, a duas ou a várias ações penais perante o STF (em torno de 50%).¹⁶⁰⁰

Metade, portanto, dos políticos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal!

Embora *equivocadamente*, essa dimensão, pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo de Barros, foi interpretada da seguinte maneira:

A quantidade de políticos processados, porém, pode levar à impunidade. [...] [Ele] faz o seguinte raciocínio: se 200 parlamentares tivessem pendências judiciais, o STF demoraria pelo menos 400 sessões plenárias para analisar o recebimento da denúncia e julgar a acusação. Em outras palavras, mais de meia década para a conclusão de todos os casos. ‘Sem contar toda a tramitação do processo, produção de provas etc. etc.’, afirma o procurador. ‘O Supremo faz sessão quinta-feira para tratar de processos penais. É só fazer a conta e ver quanto tempo vai demorar isso’, avalia [...] [ele]. Ou seja, desconsiderando-se os políticos com mais de um processo, os recessos do STF e a possibilidade de mais de um caso ser analisado numa mesma sessão, seriam necessários mais de sete anos para os ministros julgarem tudo. ‘A falta de resultado do processo penal gera frustração, que deixa na população o sentimento de impunidade.’¹⁶⁰¹

O Brasil, por sua vez, possui 190.732.694 habitantes e, consoante o processômetro, 43.968¹⁶⁰² ações penais em tramitação (0,02% da população)¹⁶⁰³, além de, em 2012, 548.003 presos (0,29% da população).

Utilizando uma operação aritmética simples e, parcialmente, ainda que minimamente, contaminada¹⁶⁰⁴, podemos dizer que, enquanto a Câmara dos Deputados possui, proporcionalmente, no mínimo, 750 vezes mais pessoas sendo acionadas penalmente em juízo, o Senado Federal possui, por baixo, 1.296 vezes mais pessoas em igual situação, em comparação com a população brasileira.

Sob o prisma da Procuradoria-Geral da República, entretanto, a diferença se acentua sobremaneira na medida em que o Congresso Nacional possui em torno de 2.500 vezes mais

¹⁶⁰⁰ In <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/janot-metade-do-congresso-tem-pendencias-criminais/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

¹⁶⁰¹ Ver nota anterior.

¹⁶⁰² In <<http://www.cnj.jus.br/metas-enasp/relatorio/chart>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

¹⁶⁰³ Número esse que pode não coincidir com a quantidade de pessoas que está sendo penalmente acionada em juízo haja vista que uma ou mais pessoa(s) pode(m) estar sendo acionada(s) por mais de um “crime”.

¹⁶⁰⁴ Haja vista que as ações penais em face de políticos podem, ou não, estar incorporadas nas ações penais totais em tramitação. Dado esse que não foi possível garimpar haja vista a ausência de resposta adequada, pelo CNJ, a questionamento nosso, eletronicamente realizado, pertinente ao assunto.

pessoas (“políticos”) respondendo a processo(s) criminal(is) em comparação com a população brasileira.

De antemão, podemos dizer que nosso Parlamento possui, então, em comparação com a população nacional, um percentual gigantescamente maior de cidadãos (congressistas) “condenáveis” (artigo 5º, inciso LVII, da CRFB/88), *passíveis*, por hora, de serem considerados “impunes” - *haja vista que uma das alegorias que desfilam permanentemente no senso comum é a de que as ações penais, sejam absolutórias ou condenatórias, podem, costumeiramente, desembocar em “impunidade”* -, mormente se considerarmos que a prisão acautelatória, efetivamente mais pertinente ao “cidadão comum” que ao *agente político*, representa um estado de *punição formal* inefavelmente indelével.

A rigor, os dados apresentados revelam que a “impunidade” nada tem a ver com a prática, ou não, de “crime”, tampouco com o estágio da condenação, “premature” (prisão preventiva), “definitivo” (condenação transitada em julgado), ou “perpétuo” (punição insuficiente, ou seja, “impunidade” dos que estão sendo e dos que já foram punidos [*seletividade positiva incompleta* ou *sempre insuficiente*]), tendo, ao contrário, tudo a ver com a seletividade, que não tem sido excluída da sua contabilidade.

É dizer, uma vez *apontado*, ou, uma vez existindo indícios de autoria, não havendo uma condenação processual contraprestacional, sobretudo rápida, passa o acusado ou indiciado por “crime comum” a ser considerado “impune”. Desconsiderada, é claro, a *impunização agridoce* (“impunidade” de quem está cumprindo pena). A mesma “lógica”, porém, não pode ser aplicada aos “criminosos incomuns”, como os políticos.

Nesses termos, a *seletividade* é interpretada a ponto de ser um procedimento escuso que vai fraudar as contas da “impunidade”, maquiando-as.

E, nem se diga que a comparação entre pessoas *sub iudice*, é dizer, meramente “condenáveis”, não é possível e adequada em razão de ela, cotejando situações diferentes (“condenados *versus* condenáveis”), ofender o artigo 5º, inciso LVII, da CRFB/88, porquanto o próprio ex-Ministro do STF, e relator da Ação Penal 470, Joaquim Barbosa, quando do seu voto, “considerou a existência de processos penais em andamento como maus antecedentes para o cálculo da pena”^{1605, 1606}.

¹⁶⁰⁵ In <<http://www.conjur.com.br/2012-set-25/barbosa-usa-processos-majorar-penas-expoe-conflito-jurisprudencial>>. Acesso em: 06 maio 2013. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 135.

¹⁶⁰⁶ Felizmente, em 17 de dezembro de 2014, o plenário do STF, julgando o RE 591054, entendeu, *contrariamente*, que: “A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não podem ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.” In

Isso quer dizer que se ele ofende diretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não vemos mal algum em desrespeitar, *apenas para efeito retórico-igualizador*, advirta-se, o artigo 5º, inciso, LVII, para, a partir de então, depois de *aferida e equilibrada* a balança da “justiça”, afirmarmos que um “cidadão comum” *deveria ter*, em tese, proporcionalmente, a mesma chance de ser *absolvido* que um *congressista* brasileiro.

Ou seja, por *isonomia (não solucionadora!)*, considerando que dos nossos 550.000 presos “comuns” 68% estão enjaulados *definitivamente* e 32% estão encarcerados *cautelamente*, embora, dentre esses, 37% tenham a chance de ser, ao final de uma “pena inconfessa”, “burocraticamente absolvidos”, 68% dos congressistas, *uma vez selecionados mediante o descortino desfavorável de uma ação penal (seletividade positiva incompleta ou sempre insuficiente)*, também deveriam estar *definitivamente encarcerados (condenação transitada em julgado)*, enquanto que 32% deles deveriam estar *preventivamente presos*.

Todavia, requeitando a realidade, se compararmos os cidadãos desfavorecidos por ação penal ou inquérito policial em andamento com os “políticos condenáveis” têm esses, *em proporção inversa*, considerando-se sua histórica *invulnerabilidade* e a quase *inexistência de prisões acautelatórias e condenações definitivas*, à exceção, *verbi gratia*, das minguadas 13 condenações “políticas” da Ação Penal 470¹⁶⁰⁷, quase 100% de chance de restarem “impunes”.

Em pouco mais de meio ano, a própria Procuradoria-Geral da República solicitou o arquivamento - o que equivale a uma “inocentação” -, de 60 processos em face de 50 políticos, dentre eles, Deputados Federais, Senadores e Ministros de Estado.¹⁶⁰⁸

Ou seja, por tudo isso, ainda que exista certa petição de princípio na contabilidade apresentada no parágrafo anterior, haja vista a coincidência do universo analisado com a amostragem perscrutada, matematicamente, a “impunidade” do Congresso Nacional aproxima-se dos 100%, existindo quanto aos Senadores e aos Deputados Federais uma quase integral seletividade positiva suspensa ou uma quase completa seletividade negativa (esquecimento dirigido).

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=282183>> e in <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=562019>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

¹⁶⁰⁷ In <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/03/dos-40-denunciados-no-esquema-do-mensalao-24-foram-condenados.html>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

¹⁶⁰⁸ In <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/pgr-inocenta-50-politicos-em-sete-meses/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

Todavia, conforme demonstrado anteriormente, como a população tende (é levada) a apreciar a “impunidade” de maneira *isolada*, é dizer, *não estatisticamente*, como uma *amostra espacial* (aquele exclusivo “crime” não punido) e *temporal* (aquele exclusivo “crime” naquele exclusivo momento), e não como um *universo*, acredita ela que *os pratos da balança da “justiça” estão nivelados quando apenas um político (ex-invulnerável) é condenado*, pelo menos até que outro “bode expiatório” seja *imolado espetacularmente* (condenação informal), embora *não judicialmente* (não condenação formal).

Como diria BERTOLT BRECHT, no poema *Sobre a violência*, “a corrente impetuosa é chamada de violenta, mas o leito do rio que a contém ninguém chama de violento.”¹⁶⁰⁹

Em uma pergunta que é antecedida pela evidência da própria resposta, geográfico-fluvialmente onde estaria, então, a “impunidade”?

Não só nesse ponto HOWARD BECKER tem razão quando afirma que “é um fato interessante que a maior parte da pesquisa e da especulação científica sobre o desvio diga respeito às pessoas que infringem regras, não àquelas que as criam e impõem.”¹⁶¹⁰

E, nem se diga que a instauração de inquérito e, ou, a abertura de ação penal não pode(m) entrar na conta da “impunidade” porquanto a mídia, principal mastro do pavilhão da sua divulgação, além de dela(s) fazer uso frequente, ultrapassa-a(s) para incluir no rótulo de “impunido” o *status pessoal* anterior, o coetâneo, o imediatamente posterior ou mesmo o remotamente subsequente ao fato criminalizado (“ontologicidade perene: afrodescendência; ou onticidade mutável: pobreza”).¹⁶¹¹

Antes mesmo do descortino do inquérito ou da ação penal já é o *vulnerável criminalizadodebitado* nas contas inoficiais midiáticas como “impune”, *apesar da veiculação imagética do seu rosto em “cadeia nacional”*, e, *pari passu*, por isso mesmo, como *indelével condenado*, haja vista que ele passa a ser, de pronto, um prisioneiro virtual em um desmurado território de 8.514.876,60 km².

Depois de tudo isso é preciso arrematar dizendo que:

¹⁶⁰⁹ BRECHT, B. *Sobre a violência*.

¹⁶¹⁰ BECKER, H. *Outsiders...*, p. 167. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 199.

¹⁶¹¹ Ao compor o julgamento do RE 591054, relatou o Ministro Marco Aurélio que “para efeito de aumento da pena somente podem ser valoradas como maus antecedentes decisões condenatórias irrecorríveis, sendo impossível considerar para tanto investigações preliminares ou processos criminais em andamento, mesmo que estejam em fase recursal”, no que foi acompanhado pelo Ministro Celso de Mello que, ao votar, ampliou o relatório entendendo que “não devem ser considerados como maus antecedentes: processos em andamento, sentenças condenatórias ainda não confirmadas (ou seja, recoráveis), indiciamentos de inquérito policial, fatos posteriores não relacionados com o crime praticado em momento anterior, fatos anteriores à maioridade penal ou sentenças absolutórias”. Ver sítios indicados na nota 1606.

Os penalistas tentam explicar a impunidade dos agentes estatais apelando para vários recursos, como, por exemplo, afirmar que quando a vítima não está individualizada o resultado não lhe pode ser imputado. Pergunto-me se será disparo de arma de fogo, e não homicídio, se alguém disparar contra uma multidão para matar qualquer um. Outros afirmam que somente se pode imputar a conduta que aumenta o risco, de modo que não se poderia fazê-lo nas condutas que apenas *deixam continuar morrendo*. Outros dizem que, na medida em que cada um se limitar ao papel que lhe é designado, não se poderá imputar-lhe o resultado lesivo. Observo que desta maneira a responsabilidade se dissolve e acaba que ninguém matou o morto, *cada qual cuida do seu jogo*[...].¹⁶¹² [O que queremos dizer é que] [...] nem sempre são rotulados de homicidas aqueles que matam. Sem me deter nas execuções sem processo, nos *esquadrões da morte*, nos assassinatos genocidas de massa e em outros crimes impunes, o certo é que tampouco se rotula como homicídio a guerra, as mortes por poluição ambiental, as penas de morte, o fechamento de hospitais, o descaso com a manutenção das estradas, nem os fabricantes e vendedores de armas são rotulados como cúmplices de homicídios, ainda que sejam seus colaboradores necessários, nem mesmo quando as vendem a dois grupos em guerra.¹⁶¹³

Retornando. Quanto ao *mapa da pobreza*, é considerado abaixo da sua linha aquele *miserável desértico* que, percebendo até R\$ 1.085,00 mensais, enquadra-se na classe E.¹⁶¹⁴

Semiaridamente pobre, mas *remediado*, é considerado quem recebe de R\$ 1.085,00 a R\$ 1.734,00 mensais e, em razão disso, pertence à classe D¹⁶¹⁵ que, junto com a classe E, totaliza 76,29 milhões de pessoas, respondendo ambas por 40% da população nacional e por 13,3% da renda do país¹⁶¹⁶.

Equatorialmente mediano, embora considerado membro da *classe média*, é reputado quem ganha de R\$ 1.734,00 a R\$ 7.475,00 mensais e, por isso, pertence à classe C¹⁶¹⁷ que é composta por 95,4 milhões de pessoas que, representando 50% da população, retêm 44,8% da renda nacional¹⁶¹⁸.

Atmosfericamente “ricos” os da classe B, ou seja, quem ganha entre R\$ 7.475,00 e R\$ 9.745,00 por mês.¹⁶¹⁹

¹⁶¹² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 239.

¹⁶¹³ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 202 e 311.

¹⁶¹⁴ In <<http://cps.fgv.br/en/node/3999>>. Acesso em: 06 maio 2013.

¹⁶¹⁵ Ver nota anterior.

¹⁶¹⁶ In <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-10-mais-ricos-concentram-42-da-renda-do-pais-aponta-ibge-9647.html>>. Acesso em: 29 set. 2014.

¹⁶¹⁷ Ver nota 1614.

¹⁶¹⁸ Ver nota 1616.

¹⁶¹⁹ Ver nota 1614.

Sideralmente “ricos” os da classe A, é dizer, aqueles que estão acima da latitude de R\$ 9.745,00 por mês¹⁶²⁰ que, juntos com os da classe B, ou seja, compondo a *elite*, estão representados pelos 19,1 milhões de brasileiros que significam 10% da população que concentra 41,9% da renda nacional¹⁶²¹.

De todo modo, embora a diferença venha reduzindo desde então, haja vista que em 2000, o Banco Mundial indicara que as famílias 10% mais ricas detinham mais do que 46% da renda nacional¹⁶²², o que equivalia a dizer que “a renda das famílias 10% mais ricas é [era] cerca de 19 vezes maior do que a renda das famílias 20% mais pobres”¹⁶²³, “em 2006, a renda média *per capita* mensal dos 10% mais ricos da população equivaleu a 11 vezes a renda dos 70% mais pobres”.^{1624, 1625}

No Brasil, 5 mil famílias extensas, apenas, detêm quase a *metade* (45%) da renda e da riqueza do país!¹⁶²⁶

Dentro de uma equação não menos assustadora: “Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%.”¹⁶²⁷

Ora, a maioria da população carcerária “era” pobre, ganhando menos de quatro salários mínimos nominais¹⁶²⁸, ou “estava” desempregada, antes de para ali ser deslocada.

Há vinte anos, e a situação não mudou muito, a não ser no sentido da sua acentuação, o “Censo Penitenciário Nacional, realizado pelo Ministério da Justiça, em 1994, apontou um

¹⁶²⁰ Ver nota 1614.

¹⁶²¹ Ver sítio eletrônico indicado na nota 1616.

¹⁶²² CACCIAMALI, M. C. *Distribuição de renda no Brasil*: persistência do elevado grau de desigualdade. In<http://www.fea.usp.br/feaecon/media/livros/file_529.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2014.

¹⁶²³ Ver nota anterior.

¹⁶²⁴ REIS, C. F. de B.; GUIMARÃES, R. de O. *Estrutura ocupacional e distribuição de renda no Brasil entre 2004 e 2006*. In<<http://criticaeconomica.wordpress.com/2009/03/31/estrutura-ocupacional-e-distribuicao-de-renda-no-brasil-entre-2004-e-2006/>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

¹⁶²⁵ Ver MÜLLER, A.; LACERDA, R.; PANDOLFI, R. Os verdadeiros donos do mundo. In *Superinteressante*. São Paulo: Abril, dez. 2014, ano 27, n° 341, pp. 32 a 41.

¹⁶²⁶ Ver POCHMANN, M. O país dos desiguais. *Le Monde Diplomatique Brasil*, editorial 84, Economia, 06 out. 2007, in <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30>>, e BOFF, L. *Equívocos conceituais no governo do PT*. In<<http://leonardoboff.wordpress.com/2013/07/13/equivocos-conceptuais-no-governo-do-pt/>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

¹⁶²⁷ Ver primeiro sítio eletrônico indicado na nota anterior.

¹⁶²⁸ Ver <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

fenômeno estarrecedor: 95% dos presos são [eram] pobres [...].”¹⁶²⁹ Em igual modo, “segundo o Censo Penitenciário de 1996, 44% dos presos no sistema prisional paulista não tinham profissão definida e 42% estavam desempregados.”¹⁶³⁰

Embora se voltando para a França, LOÏC WACQUANT descerra valores que se intimidam diante dos nossos:

Uma metade [dos encarcerados] é de filhos de operários e de empregados, e a outra é de operários [...]. Ora, a prisão só contribui para intensificar a pobreza e o isolamento: 60% dos que deixam a prisão são desempregados, comparados com 50% dos que entram; 30% não são ajudados nem atendidos por ninguém; mais de 25% não dispõem de dinheiro (menos de 15 euros) para arcar com as despesas ao serem soltos, e um em oito não tem moradia ao sair da prisão [...].¹⁶³¹

E, nem se diga que a *empregabilidade formal* transporta-os para a fatia *média* ou *rica* da pirâmide econômica porquanto o autógrafo na CTPS apenas *mascara* e *legitima* uma *escravidão velada* que permanece *não só historicamente*, na medida em que, pontua NILO BATISTA, em *Sobre el filo de la navaja*: “As práticas escravistas produziram no Brasil um ‘estilo’ punitivo que sobreviveria à abolição do escravismo, como se o próprio escravismo se prorrogasse numa exploração capitalista igualmente controladora e dura.”¹⁶³²

Por outro lado, como visto acima, em torno de 10% da população *recebe 3/4 (três quartos) da renda do país (75%)*, ou seja, o *triplo* dos outros 90% da demografia brasileira.¹⁶³³

Considerando a previsão do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de que o *salário mínimo necessário* para novembro de 2013, deveria ser de aproximadamente R\$ 2.761,58 (o *salário mínimo nominal* era de R\$ 678,00)¹⁶³⁴, parece inegável ter que admitir que aqueles enclausurados, percebedores de até R\$ 2.712,00 (que era o valor quase máximo auferido pelo encarcerado antes da prisão, nos poucos casos em que ele trabalhava formalmente, e era também o teto para ele que fora

¹⁶²⁹ MIR, L. Guerra civil: estado e trauma. 1. ed. São Paulo: Geração, 2004, p. 212.

¹⁶³⁰ In <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/1618/educacao/1618cadeia.htm>> Acesso em: 23 dez. 2014.

¹⁶³¹ WACQUANT, L. A aberração carcerária à moda francesa. In *Dados (online)*, v. 47, n. 2, Rio de Janeiro, 2004, p. 4, localizável em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000200001>. Acesso em: 11 jul. 2014.

¹⁶³² BATISTA, N. Sobre..., p. 5.

¹⁶³³ Ver primeiro sítio eletrônico indicado na nota 1626 e o sítio constante no endereço <<http://exame.abril.com.br/topicos/distribuicao-de-renda>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

¹⁶³⁴ Ver sítio eletrônico indicado na nota 1628.

enquadrado como “pobre” quando da detenção¹⁶³⁵ - 4 x R\$ 678,00), quando do encarceramento eram e continuam sendo, em sua maioria, *miseráveis* ou *pobres* (respectivamente, renda abaixo de R\$ 1.085,00 e renda entre R\$ 1.085,00 e R\$ 1.734,00), e, em sua minoria, *possuidores de algumas pouquíssimas graças da classe média* (aqueles que percebem mensalmente de R\$ 1.734,00 [até R\$ 2.761,58] a R\$ 7.475,00).

E, mesmo que a disparidade entre o mínimo salarial *nominal* e o *necessário* esteja diminuindo, passando de 811,14% em julho de 1994, para 307,31% em novembro de 2013¹⁶³⁶, se considerarmos que a projeção do *salário mínimo necessário* para novembro de 2013 é de R\$ 2.761,58, ninguém poderá negar que nossas cadeias estão, *proporcionalmente*, abarrotadas de “afrodescendentes, de pobres (ou melhor, de desempregados, de inempregáveis ou de desfavorecidos pela discrepância rentária), e de miseráveis”, porquanto *quem ganha até quatro salários mínimos nominais (R\$ 2.712,00) -considerando, o salário mínimo de dezembro de 2013, ou seja, R\$ 678,00 -,se refeitos os cálculos com arrimo no salário mínimo necessário (R\$ 2.761,58), deverá, em realidade, ser considerado “miserável ou pobre”, e justamente porque estará recebendo menos que um salário mínimo necessário para outorgar-lhe, e à sua família, dignidade.*

Espremido, e quase intimidado, entre os artigos 6º e 8º, dispõe o artigo 7º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que:

[...] são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais [...]: [...] salário mínimo, [...] capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo [...].

Isso demonstra, também, que *a inclusão de certa fatia da população na classe média é uma falácia* porquanto o início da renda considerada incluída nessa (R\$ 1.735,00), está R\$ 1.026,58, abaixo do salário mínimo ideal (R\$ 2.761,58).

Com efeito, o equívoco não está no enquadramento das classes miserável e pobre em um quadrante limitado por R\$ 1.734,00, *senão em esquecer que essa importância não representa o salário mínimo ideal, cujo montante supera esse valor 1,59 vez.*

Nesse novo patamar, reesquadrinhadas e reenquadradas as pessoas, todas as que hoje ilusoriamente pertencem à classe média seriam consideradas neopobres!

Ou seja, partindo do pressuposto de que a mensuração atual afirma que a classe média é composta por aqueles que recebem mensalmente de R\$ 1.734,00 [*rectius*: R\$ 1.735,00] a R\$

¹⁶³⁵ Ver notas 1629 e 1630.

¹⁶³⁶ Ver nota 1628.

7.475,00, bem como do fato de que os valores mínimo (R\$ 1.735,00) e máximo (R\$ 7.475,00) de enquadramento equivalem, respectivamente, a 2,56 e a 11,02 salários mínimos nominais (R\$ 678,00), teríamos que, para encontrar os valores mínimo e máximo de enquadramento de acordo com o salário ideal (R\$ 2.761,58), *reenquadrar* o cálculo tomando como referência o *quantum* desse multiplicado, respectivamente, por 2,56 e por 11,02, obtendo ao final R\$ 7.069,64 e R\$ 30.432,61, limites, esses sim, *seriamente* representativos da “faixa ideal” de gabarito.

De sorte que a faixa máxima de enquadramento da classe média se tornaria quase que a faixa mínima, o que significa que todos os componentes dessa classe se tornariam, repita-se, neopobres e, portanto, submetidos, como realmente estão, também ao risco de caírem na “rede de neblina” do sistema penal (“motoristas playboys alcoolizados”, “drogaditos filhinhos de papai”, “universitários ladrões”, “pequenos e médios empresários estelionatários e sonegadores”, “maridos metidos a ricos e espancadores de mulheres” etc.)

Apesar de tudo que foi escrito, *socioeconomicamente*, a verdade é que:

Como não existe um termo médio para a riqueza, visto que é definida não pela aparência do consumo, mas pelo controle sobre os meios de produção, não há contorcionismo possível que acomode, dada a atual ordem, a coexistência pacífica entre ricos muito ricos e pobres muito pobres. Dessa forma, os conflitos que se observam não consistem numa questão de falência da escola pública ou de falha da função paterna ou de gastos excessivos com a universidade pública elitista, como se anda alardeando pelas veredas deste país. Trata-se apenas da lógica nua da organização monopolizada da riqueza social num regime de concorrência.¹⁶³⁷

Por outro lado, analisando geograficamente a situação *educacional* dos presidiários podemos constatar que “dos poucos dados disponíveis, não mais que 50 dos 15.267 presos no Espírito Santo têm ensino superior [...] [é dizer], 0,3% [0,33%]”¹⁶³⁸, enquanto que no Rio de Janeiro, dos 30.906 enclausurados somente 0,46% (ou seja, 142), te(ê)m diploma superior ou título acima desse, ao passo que 75,06% (ou seja, 23.198), não o têm¹⁶³⁹, e, em São Paulo, dos 190.828 encarcerados só 0,40% (ou seja, 763), te(ê)m curso superior ou algo mais, encontrando-se 87,11% dos presos (ou seja, 166.230), desassistidos de qualquer documento

¹⁶³⁷ MENEGAT, M. *O olho...*, pp. 92, *in verbis*, e 98.

¹⁶³⁸ SIMÕES, R. G. Jovens..., p. 17. Ver, ainda, WACQUANT, L. *As prisões...*, pp. 23-24.

¹⁶³⁹ *In*<<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BD5DDC2F4-E1D6-4D96-B63E-FDE0AA43CC61%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

que comprove a conclusão de um curso além da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio)¹⁶⁴⁰.

Em 2009, o índice nacional de “escolaridade superior e, ou, acima” - a nossa “*intelligentsia*” -, dos presidiários era de 0,37%, enquanto que o percentual de presos com “ensino médio completo, inclusive, para baixo” - o restante “ignorante” -, era de 83,75%.¹⁶⁴¹

Ou seja, 226 vezes mais!

Para NILS CHRISTIE, em *Elementos de geografia penal*, quanto ao sistema penal: “É necessária uma abordagem mais aprofundada e complexa, que leve em conta a dimensão geográfica e cultural, bem como os efeitos da limitação e da difusão de um país a outro.”¹⁶⁴²,
1643

Acontece, porém, que os limites da “impunidade” traçados sobre os marcos da cartografia econômico-educacional-ambiental brasileira não respeitam uma divisão geográfica pura, senão uma divisão territorial gabaritada política e administrativamente de maneira mimética, tendo como espelho o consenso washingtoniano.

Politicamentesim, porquanto é a política criminal mal conduzida - pois, “as prisões [...] transbordam de condenados que não seriam jogados atrás das grades há vinte anos e que de modo verossímil aí não apodreceriam se o país estivesse mais bem informado da realidade de sua política penal”¹⁶⁴⁴ -, que redelineia as zonas citadinas ou rurais que encamparão uma maior ou menor distribuição das agências de criminalização secundária cuja *atuação* ou *inação* ricocheteará diretamente *na falsa mensura da mal interpretada “impunidade”*.

E *administrativamente* também, porque aquela política, na prática, é gerenciada por um sistema penal *discrecionário* que controla, *oportuna e convenientemente*, a dose “certa e sempre exagerada de impunidade”, útil aos seus interesses.

Naquele que consideramos nosso (*démodé*) modelo punitivista atual, *cuja “demanda por ordem” se resume ao combate aos comerciantes das áreas paupérrimas e de drogaria*

¹⁶⁴⁰ In <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7B73D32EC4-06E3-4E17-BE46-E0CECD03122A%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

¹⁶⁴¹ In <<file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/DadosConsolidados2008.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

¹⁶⁴² CHRISTIE, N. Elementos de geografia penal. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 2002, ano 7, n. 11, p. 102.

¹⁶⁴³ Ver, no mais, TARDE, G. de. *La criminalité comparée*. 8. ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1924, pp. 149 e seguintes.

¹⁶⁴⁴ WACQUANT, L. Crime..., p. 5.

varejista, “longe de perseguir o flagelo em todo lugar onde ocorre, a começar pelos bairros brancos prósperos e os *campi* universitários, a campanha estatal [por exemplo] contra as drogas concentra-se no gueto [favela]”.¹⁶⁴⁵

Mas, não só o Congresso Nacional, *máquina etiquetadora incessante nesses tempos de hiperinflação punitiva*, beneficia-se, *veladamente*, desse apontado “defeito” funcional do sistema penal, alcinado de “impunidade”, *cujas colmatação autorreferente é sequer ventilada*.

Infelizmente, a imprensa é beneficiária de uma enorme impunidade legal ou ilegal e pode publicar o assassinato, o incêndio, a espoliação, a guerra civil, organizar uma grande chantagem, aumentar a difamação e a pornografia ao nível das instituições intocáveis. A imprensa é o poder soberano dos novos tempos.¹⁶⁴⁶

Sob a égide da “liberdade” e da *ars gratia artis*, transita ela *impunizadamente* pelo terreno do “ilícito”, rascunhando e incentivando sua prática que, muitas vezes, é pela própria apresentada como *desprovida de consequências* (“o crime compensa”).

Daí ser a mídia um *gatilho* tão *perigoso e pernicioso*, e não só pelo que ela *fala*, mas, também, pelo que ela *cala*.¹⁶⁴⁷

Ou seja, interferindo, ou melhor, embargando controles sociais viáveis, promissores e úteis à evitação do perigo¹⁶⁴⁸ (no sentido de decifrar, previamente, “os bons candidatos a bode expiatório”¹⁶⁴⁹), à solução do conflito, à elaboração do dolo e do dano, à “recuperação da saúde e do equilíbrio psíquico”¹⁶⁵⁰, bem como o assessoramento dirigido a uma “intervenção judicial pertinente”¹⁶⁵¹, ativa a mídia, ideologicamente, os aparelhos responsáveis pelo etiquetamento dos escolhidos taxando-os de “criminosos” e de “impunes”.

Influência *deturpadora* que é, inclusive, exercida nos *próprios pesquisadores*, como demonstra o texto abaixo, *etiologicamente excludente da rotulação*:

Estudos de psicologia social apontam que, quando os receptores assistem a programas nos quais o praticante do ato violento é punido, não adotam um comportamento violento. Isso já não acontece quando são expostos a cenas nas quais os praticantes de atos violentos ficam impunes. [...] A violência muitas vezes é

¹⁶⁴⁵ WACQUANT, L. Crime..., p. 6.

¹⁶⁴⁶ Ver nota 222.

¹⁶⁴⁷ Mais expansivo, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 312.

¹⁶⁴⁸ Sugerindo meios para uma política criminal redutora de danos, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 410.

¹⁶⁴⁹ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 480.

¹⁶⁵⁰ SZASZ, T. S. *O mito...*, *passim*. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 322 e 458.

¹⁶⁵¹ Ver nota anterior.

interpretada pelo adolescente como uma forma de comunicação no âmbito da escola, da família, do convívio com os pares e na inter-relação com a televisão. Essas interações dinamizam os sentidos sobre o fenômeno da violência que são incorporados segundo o contexto de cada cultura local, comunidade, família, escola, faixa etária e relações de gênero. A conclusão é do estudo *Violência na escola: identificando pistas para a prevenção*¹⁶⁵², das pesquisadoras Kathie Njaine e Maria Cecília Minayo, que avaliou um programa piloto de educação para valores em escolas públicas e particulares de três municípios brasileiros - Iguatu (CE), Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP) em 2000 e 2002. Em 2000, foram entrevistados 297 estudantes da 7ª série do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio e 60 professores. No seguimento, em 2002, foram entrevistados 204 alunos da 8ª série do ensino fundamental e do 2º ano do ensino médio e 65 educadores. As situações de violência constatadas nas escolas envolveram agressões verbais por parte de professores, funcionários, entre os próprios alunos e desses contra os educadores. Constata-se a existência de vários tipos de violência intrafamiliar e outras situações de risco graves, como o tráfico de drogas, porte de armas de fogo e armas brancas. Nessa dinâmica, há uma interação constante com a mídia sobre os instrumentos e as formas de violência no cotidiano. Um dos mecanismos de interação constatados ocorre quando existe uma onda de notícias sobre violência nas escolas norte-americanas, mostrando jovens atirando contra colegas e professores e exibindo armas potentes como sinônimos de poder. Muitos adolescentes ouvidos na pesquisa em 2000 afirmaram que os casos de violência com armas de fogo nas escolas eram copiados dos casos ocorridos nos Estados Unidos. De fato, em 1999, ano que antecedeu a primeira parte do estudo, a mídia divulgou um número significativo de ocorrências envolvendo jovens nas escolas norte-americanas. Entretanto, em 2002, foram poucos os depoimentos sobre o porte e o uso de armas de fogo por influência das notícias. Duas hipóteses podem ser aventadas: ou foi menor o noticiário sobre esses eventos ocorridos nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se iniciou o debate sobre o desarmamento no Brasil, ou, como resultado dessa política, ampliou-se o debate nas escolas sobre a questão da violência. Muitos educadores entrevistados nessa pesquisa acreditam que a mídia é a principal responsável pela violência na escola, isentando inclusive o papel da educação.¹⁶⁵³

Então, não é que a mídia (geralmente) *invente* a questão penal “impune”. Ela simplesmente prepara várias arapucas para que o espectador *incauto*, sobretudo o *expiatório*, em pelo menos uma *não consiga não cair*. Ainda que o seja visando a sua posterior liberdade porque, em termos de *realimentação* do “discurso da impunidade criminógena”, é melhor dois pássaros voando, a um na mão!

Na pesquisa *Fala, galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*, realizada em 1999 pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) grande parcela dos 1.220 jovens de diversas classes sociais e raças entrevistados atribuem a brutalidade da polícia contra jovens da periferia e/ou negros à propagação de imagens estereotipadas que os meios de comunicação criam. Seja na mídia escrita ou falada, acabam sempre focalizados em primeiro plano os jovens negros e aqueles que, pela simples aparência, modo de se vestir e de se expressar, são imediatamente enquadrados como suspeitos ou marginais. Outra consequência dessa representação reflete-se na reação desconfiada e amedrontada da sociedade contra os grupos populares. Apesar da opinião negativa sobre a mídia, ela aparece como a terceira instituição em que esses jovens mais confiam, ganhando até da escola. Os entrevistados criticaram

¹⁶⁵²In <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jan. 2014.

¹⁶⁵³In <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_04.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2014.

sobretudo o modo equivocado como alguns fatos violentos são apresentados, contribuindo para ligar os moradores das periferias e favelas ao mundo do crime.¹⁶⁵⁴

É dizer, a “criminalidade” e a “impunidade” situam-se *territorialmente* onde seja *político-administrativamente* mais interessante ao poder punitivo, embora muitas vezes “coincidam” essas áreas, no mapa da criminalização, menos com limites cartográficos do que com *marcações ontológico-corporais dos perseguidos* (“cor da pele”, v. g.), podendo “identificar-se”, vez ou outra, ainda, *onticamente*, com o seu “status social” (“pauperismo”, e. g.), ou com a sua “condução de vida” (“prostituição, traficância” etc.).¹⁶⁵⁵

Pela via dessa “impunidade *vade mecum*”, primeiro esquadrinhando, mediante a medição dos contornos faciais, aqueles que têm o aspecto de “inimigos”, e depois os enquadrando em suas áreas “dessocializadas” (“favelas”¹⁶⁵⁶, “áreas de prostituição”¹⁶⁵⁷, passeios públicos etc.), *refaz* o poder punitivo *o mapa nacional* deslocando para os abismos, cavernas, labirintos, vielas e áreas hostis à sobrevivência aqueles “indesejados”, enquanto que a beira-mar e seus condomínios de luxo são destinados aos considerados “amigos”.

Aos “afrodescendentes” e aos “pobres (ou melhor, aos desempregados, aos inempregáveis ou aos desfavorecidos pela discrepância rentária)”, as favelas “servem de esconderijo”, embora no sentido de ali “ser” - e não, no sentido de ali “estar” -, escondida a considerada “escória social”, enquanto que às “prostitutas” - “perigosas em razão da potencial transmissibilidade da morbidade e da improvada instabilidade direta da economia doméstica e indireta da empresarial” -, e aos seus “exploradores” e, por que não dizer, novamente aos “pobres” ficam reservados os locais fétidos, imundos e pestilentos.

E, para a quase inevitável realização da hipótese de ali não se confortarem, obrigatoriamente terão eles que se compadecer com a arquitetura do neoliberal projeto imobiliário¹⁶⁵⁸ que é a prisão¹⁶⁵⁹, que foi, para os ainda “inconsuntidos” (“infungibilidade

¹⁶⁵⁴ Ver nota anterior.

¹⁶⁵⁵ Como a prostituição não é criminalizada no Brasil, referimo-nos, no texto, indiretamente, aos crimes dos artigos 130, 131, 132, 227, 228, 229 e 230, do CP.

¹⁶⁵⁶ Mais sobre isso em CHALHOUB, S. *Cidade..., passim*. _____. *Medo..., passim*.

¹⁶⁵⁷ Mais sobre isso em ENGEL, M. G. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, *passim*.

¹⁶⁵⁸ WACQUANT, L. *Punir...*, p. 275.

¹⁶⁵⁹ WACQUANT, L. *Crime...*, p. 6: “[...] o sistema penal em parte substituiu e em parte juntou-se ao gueto como mecanismo de controle racial, depois que este último revelou-se inapto para conter o proletariado negro urbano no lugar que lhe cabe no novo espaço social norte-americano.”

rebus sic stantibus”), adequadamente renomeado e replanejado pelo governo como “minha casa, minha vida (dívida penal insolúvel)”.

Se aquela determinada área ocupada (“invadida”) despertar o interesse do poder público, receberá ela uma reincorporação imobiliária “desculpada pela necessária revitalização”, *como se quem morasse na favela não possuísse vida*, que redeslocará aqueles sujeitos para áreas ainda mais distantes do campo de visão dos “bonitos”, dos “ricos” e dos “limpos”, *remapeando a “criminalidade” e a “impunidade” mediante uma régua, um compasso, um esquadro e um transferidor que remensurarão e reterritorializarão os mesmos selecionados de sempre!*

11 IMPUNIZAÇÃO AGROCLIMÁTICA

11.1 A preparação do terreno e a impunização sensacional

Além das “impunidades” destacadas acima, é dizer, a *sensacionalmente numérica* e a *sensacionalista midiática*, derivadamente contaminadas, existe, ainda, a “impunidade sensacional”, qual sendo, aquela “impunidade”, ensaiada também acima, decorrente de uma também *falsa sensação* que, por sua vez, é adveniente de outra *sensação farisaica*, a de que vivemos em um mundo *amedrontador e inseguro*.

A multiplicação demográfica, a quantidade e a velocidade das informações (comunicações), o enfraquecimento ou a inexistência das relações pessoais *tête-à-tête*¹⁶⁶⁰ em razão do maior acesso à tecnologia distanciadora, o advento de técnicas incontroláveis e inaferríveis pelo leigo, a perplexidade do relativismo e a pluralidade de opções, aliadas à *angústia* hiperbolizada pelos noticiários diários, têm gerado uma *irreal sensação*, uma “*sensação social*”¹⁶⁶¹ e uma “*sensação objetiva de insegurança*”¹⁶⁶² que, já *institucionalizadas*¹⁶⁶³, encastelam os invulneráveis em muralhas (“paredões eletrônicos de ordem”¹⁶⁶⁴) que separam eles, os “não criminalizáveis”, dos “impunes”.

Em *O medo na cidade do Rio de Janeiro*, VERA MALAGUTI já advertia que “o medo fora maior que a ameaça”.¹⁶⁶⁵

Introduzindo *A história do medo no ocidente*, JEAN DELUMEAU aponta que: “não só os indivíduos tomados isoladamente mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidos num diálogo permanente com o medo.”¹⁶⁶⁶

¹⁶⁶⁰ Em sentido contrário, defendendo o aumento da interação intersubjetiva, ver SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, p. 31.

¹⁶⁶¹ Sobre isso, ver SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, pp. 32 a 41.

¹⁶⁶² Escorando-se em Joel Dyer, LEMGRUBER, J. *Controle...*, p. 17: “A influência da mídia nessa amplificação do medo não pode ser negligenciada: estudos mostram, por exemplo, que, entre 1991 e 1993, triplicou o tempo dedicado à violência na televisão e que, no mesmo período, o medo do crime aumentou 6 vezes.”

¹⁶⁶³ SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, p. 30: “Desde logo, deve ficar claro que o emprego de meios técnicos, a comercialização de produtos ou a utilização de substâncias cujos possíveis efeitos nocivos são ainda desconhecidos e, última análise, manifestar-se-ão anos depois da realização da conduta, introduzem um importante fator de incerteza na vida social.”

¹⁶⁶⁴ Excluído o predicado *eletrônico*, ver NEDER, G. *Violência...*, p. 38.

¹⁶⁶⁵ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 45.

É dizer, há séculos o (ou melhor, a *metáfora* e a *alegoria* do) “medo” é (são) apresentado(as) e comercializado(as) como um fator de “desagregação social”, de “instabilização societária”.

Com “medo”, e por “medo”, as pessoas *arrefecem* seus contatos pessoais e começam a enxergar o “outro”¹⁶⁶⁷ como um “cisco” (“insignificante, mas incomodante”), como “o maior e o único responsável” pelos seus receios e desconfortos (angústia travestida).¹⁶⁶⁸

Em *O juiz e a democracia*, ANTOINE GARAPON enxerga claramente isso, abrindo também nossos olhos para o fato de que “os mecanismos da solução penal - identificação com a vítima, diabolização do outro -, reforçam-se mutuamente para deslocar o espaço das relações políticas entre cidadãos para além da relação de afetividade entre as pessoas.”¹⁶⁶⁹

Predispostas à “demonização do outro”, não encontra a mídia dificuldade para instigar as pessoas a sustentar seus “medos”, inclusive ampliando-os quantitativa e qualitativamente com arrimo em uma mal interpretada “impunidade” que, *catapultando a angústia para fora dos espectadores, vai converter “aquele medo angustiante em fúria contra terceiros que deverão pagar por nós”*.

De acordo com VERA MALAGUTI:

Com a *mass media*, a irrupção de fatores subjetivos estaria no primeiro plano da atualidade histórica. As transformações tecnológicas e o controle da indústria da mídia resultariam numa tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade. É por isso que afirmamos que a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. A qualquer diminuição de seu poder os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os ‘novos tempos’. Os meios de comunicação em massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da fabricação de realidade para produção de indignação moral, seja pela fabricação do estereótipo de criminoso.¹⁶⁷⁰

E, ousamos completar, seja mediante a *fabricação* (ao remodelar, pervertidamente, a interpretação da *impunização*), e a *exploração* da “impunidade”!

Ao dizer que o “outro”, porque “impune”, é “perigoso” realiza a mídia o escopo da manutenção do cidadão “assustado” em sua residência, local onde se encontra a *caixaidiota* - isso é, a *televisão*, o *computador* e, ou, o *rádio* -, que é a grande *espiã* que de lá para cá nos

¹⁶⁶⁶ DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. 4. re. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 12.

¹⁶⁶⁷ Sob o ângulo psicológico, ver BIRMAN, J. *Cadernos...*, pp. 50-51.

¹⁶⁶⁸ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 307-308.

¹⁶⁶⁹ GARAPON, A. *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 98.

¹⁶⁷⁰ Escorando-se, inicialmente, em Felix Guattari, BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 33.

bisbilhota e, percebendo nossos “anseios, medos, angústias e tendências”, controla nossas vidas impedindo-nos de resolver pessoalmente nossos problemas¹⁶⁷¹ e de perceber, se chegássemos do lado de fora, que as pessoas, mesmo as ditas “impunes”, não têm a face de “inimigas”.¹⁶⁷²

Cartelizando o poder de informar *quando* devemos sentir “medo” e *porque* devemos senti-lo, mantém a mídia esse *oligopólio combinado* induzindo o, para depois aproveitar-se do, nosso *enclausuramento* em um local *impressionante* onde é impossível perceber a outra versão diária da vida, um lugar voltado para a reclusão e a solidão, para o egoísmo e a inaceitação do “outro” como alguém igual a nós, alguém que, a partir de então, é encarado como “algo pior” do que nós, como um “ser desantropomorfizado (zoomorfizado)” que, como nós, “erra”, mas que, ao contrário de nós e justamente por isso, “precisa pagar por seus pecados e por seus crimes (e, de lambuja, pelos nossos)”.¹⁶⁷³

A mídia, então, como não é boba¹⁶⁷⁴, nem nada, copia os infelizes, embora não uníssonos, equívocos da religião quando essa, ao mesmo tempo em que exigia o enclausuramento dos clérigos em seus mosteiros e o celibato impediendo o contato mais real possível, o contato físico carnal, acreditava que a inquisição, lá fora, perseguia milhares de mulheres reputadas, e acreditadas como, bruxas, cuja “impunidade” não poderia continuar assustando a humanidade.¹⁶⁷⁵

Mutatis mutandis, variando a antiga *escravidão legal* para a atual *escravidão cerebral*, igualmente com razão VERA MALAGUTI quando afirma que: “O medo da desordem dispara entre os conservadores a retórica da restrição de direito e da *impunidade*. Manter a escravidão bem comportada implica na adesão ao velho dogma inquisitorial que tem na *pena* a solução para conflitos sociais.”¹⁶⁷⁶

¹⁶⁷¹ COSTA, J. F. *Ordem...*, p. 12: “Não há como negar esta evidência; os indivíduos pertencentes à pequena, média e, em menor escala, grande burguesia urbanas parecem ter renunciado ao direito de resolver, por conta própria, suas dificuldades familiares.”

¹⁶⁷² ZAFFARONI, E. R. *O inimigo...*, *passim*.

¹⁶⁷³ Com outro aspecto, embora parecido, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 381 e 383-384.

¹⁶⁷⁴ TARDE, G. de. *A opinião...*, p. 22: “O que Sainte-Beuve afirma acerca do génio - ‘o génio é um rei que cria o seu povo’ - é especialmente verdadeiro quando aplicado a um grande jornalista. [*sic*]”

¹⁶⁷⁵ LANGENFELD, F. S. von. *Cautio...*, *passim*. Sobre grande parte do contexto histórico do “medo”, ver BATISTA, V. M. *O medo...*, pp. 44-45, e DELUMEAU, J. *A história...*, *passim*.

¹⁶⁷⁶ BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 186.

Implantada a sensação de “medo” e de “insegurança” e manipulado seu destinatário em um lugar *extraordinário*, qual sendo, a casa, o lar, reduto último do seu bem maior que é a sua família, já é possível construir em sua psique o “discurso da sensação de impunidade criminógena” mediante o *atiçamento*¹⁶⁷⁷, sobretudo midiático, da sua *indignação moral* contra um “outro” que “sensacionalmente se recusa” a custear suas *decepções, frustrações e tendências angustiantes*.

Como a questão não ultrapassa o campo “sensacional” (contrafaticidade artificial), ou melhor, inicia-se no campo “sensacional” porque “uma infração não pode ser ignorada depois que é tornada pública”¹⁶⁷⁸ (delação premiável), fica mais fácil tanto o *controle*, quanto a *manutenção* da própria “sensação” (“impunidade autopoietica”), servindo qualquer fato concreto *externo*, eventualmente ocorrente na vida daquele destinatário midiaticado, apenas para demonstrar que ele deve continuar estático em frente ao inquestionável aparelho condutor do seu destino “que o avisou que o mundo lá fora era amedrontador, perigoso, violento, cruel e pior”.

Tudo orbita em torno da “ilusão” e da “sensação” de que a mídia pode nos “acalmar” e nos “proteger”¹⁶⁷⁹, entregando à *justiça endo* ou *exoprocessual* os “restos sociais” do “outro” que “quitará”, *em nome próprio*, uma “insatisfação furiosa” que *angustiantemente é nossa*.

Ora, se a realidade não nos acalenta, pelo menos conforta-nos a ilusão, companheira fiel da esperança¹⁶⁸⁰. E, quem melhor para nos *iludir* que um artefato que, por prestidigitação, mostra um ser que parece humano, mas que na verdade é apenas uma *holografia*?¹⁶⁸¹

Sem embargo, a *frialdade* midiática incentiva-nos a perceber aquela imagem humana que advém daquele tubo catódico como um “não-homem”, um “desumano que pecou”, que cometeu um “crime” e que, por isso, “precisa” ser imolado em uma segunda tentativa de redenção.

¹⁶⁷⁷ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 129: “O mais típico é que as regras sejam impostas somente quando algo provoca sua imposição.”

¹⁶⁷⁸ BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 129.

¹⁶⁷⁹ *Mutatis mutandis*, foi mais ou menos o que fez a medicina quando se acasalou com o Estado. Ver GENELHÚ, R. *O médico...*, *passim*. Ver, ainda, COSTA, J. F. *Ordem...*, p. 71: “A necessidade de apresentar o banal sob o signo do insólito era uma condição necessária à implantação da hegemonia médica. A medicina social criava o fato médico inédito e apresentava-o à família que, atônita, descobria no saber higiênico a prova da sua incompetência.”

¹⁶⁸⁰ Citando Portalis, RÁO, V. *O direito e a vida dos direitos*. 5. ed. São Paulo: RT, 1999, p. 363.

¹⁶⁸¹ O texto já está atualizado com a tecnologia 3D visto que a holografia, sendo uma imagem tridimensional, não era, e ainda não é possível com a técnica passada, onde faltava, e ainda falta a profundidade.

Interessante notar que essa mesma técnica já foi usada também pela religião que se valeu de um avatar para representar Deus.

Em *Sobre el filo de la navaja*, NILO BATISTA nos convida a crer que “é espantoso como se conseguiu produzir uma imagem positiva da máxima negatividade jurídica: a pena. Talvez isso fosse impensável sem o cristianismo.”¹⁶⁸²

A “impunidade”, com efeito, não passa de uma “sensação”, *falsa* então, seja dos seus números divulgados, seja dos seus efeitos, porquanto *falsa é, sem qualquer ordem ou hierarquia, a premissa sobre a qual ela se baseia*, qual sendo, nossos falsos “medos” ou a *falsa dimensão dos nossos “medos”* e, também, porque *falsa é a “impunidade” em si*, pois ela *sonega* a “impunidade atacadista subsidiária e a prática varejista fragmentária”, é dizer, *a não criminalização primária de quem domina o discurso legislativo e a constante omissão oficial seletiva dos atos “criminosos” levados a termo pelos invulneráveis*, bem como não deixa transparecer que o aumento da criminalização e dos criminalizados nada tem a ver com ela, “impunidade”, senão *com os objetivos escusos dos empreendedores neoliberais que utilizam apenas, cujo pressuposto também é a “impunidade”, como meio de controle social, imposição de crueldade, violência, poder e aumento de lucros.*

11.1.1 O plantio sensitivo e a forquilha de goiabeira radiestésica

Muito antes da laicização do Estado parece ter havido uma inadmissão da “impunidade”, ainda que sua resolução fosse transportada para um plano extraterreno.

Em Êxodo, capítulo 34, versículo 7, ficou sentenciado “que guarda o seu amor a milhares, tolera a falta, a transgressão e o pecado, mas a ninguém deixa impune.”¹⁶⁸³

Mais tarde, mas quando aquele ainda não estava secularizado¹⁶⁸⁴, os inquisidores HEINRICH KRAMER e JAMES SPRENGER ensinavam no *Malleus Maleficarum* as técnicas para a obtenção da confissão que, em última medida, afastava *ilusoriamente* a “impunidade”, queimada em *fogo ardente*.¹⁶⁸⁵

¹⁶⁸² BATISTA, N. Sobre..., p. 19.

¹⁶⁸³ BÍBLIA..., p. 157.

¹⁶⁸⁴ LOCKE, J. *Cartas sobre tolerância*. In coleção fundamentos de direito. São Paulo: Ícone, 2004, *passim*. Ver, também, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 55.

¹⁶⁸⁵ KRAMER, H.; SPRENGER, J. *Malleus...*, *passim*.

Em *Uma história do diabo*, ROBERT MUCHEMBLED¹⁶⁸⁶ parece ter encontrado a origem de outro “medo” que, igualmente *irracionalizável*, “justificava quaisquer comparações entre o perigo que aquele (anjo rebelado) ensejava aos crentes e o perigo que o desviante propiciava aos retílineos”, e acabava por desembocar em uma *tentativa de punição com efeito panorâmico*.

“Medo” esse que, requeente-se, segundo VERA MALAGUTI, pela exploração da sua manutenção através do acasalamento do poder punitivo com a mídia, chegou até nós permutado na “demonização imagética e auditiva do outro”.¹⁶⁸⁷

E, os primeiros a personificarem o “diabo” foram os “loucos”¹⁶⁸⁸, assim decodificados pelos olhos e mãos dos médicos que, tateando no escuro, enxergavam na histeria um “mal cicatrizado” *punctum diabolicum*.

NILO BATISTA, em um artigo intitulado *A lei como pai*, com uma ironia acidamente elegante destila:

Os cirurgiões que, no século XVII, procuravam no corpo dos suspeitos o ponto diabólico - aquele sinal insensível à prospecção com agulhas, com o qual o coisa-ruim marcava na pele seu vassalo ou por onde nele penetrara - prestavam um importante serviço aos juízes, porém não decidiam. Para que a decisão médica se nivelasse à decisão judicial, praticamente vinculando-a, para que a indicação clínica da alta do paciente se equiparasse à expedição jurisdicional do alvará de soltura, seria preciso esperar pela invenção das medidas de segurança, cujos insumos teóricos seriam febrilmente elaborados ou incorporados pelo positivismo criminológico, a partir do último quartel do século XIX. [...] Doravante, o magistrado disporia de duas varas: a velha vara da pena, para os culpados, e a nova, da medida de segurança, para os perigosos. Contudo, para brandir esta segunda vara, o magistrado necessitava, imprescindivelmente quando o caso envolvesse a saúde mental do sujeito, de um saber *psi*, de uma sonda que, a exemplo da agulha em busca do ponto diabólico, pudesse tatear os estratos internos inacessíveis à tosca redução fenomenológica da reconstrução processual-probatória do delito (quando não se tratasse de uma perigosidade extradelitual). Os saberes jurídico-penal e médico passavam a dispor de um aparelho de Estado - intencionalmente, recorremos à categoria difundida por Althusser - onde sua interlocução culminava por decidir concretamente sobre controle e repressão mediante terapias punitivas (ou penas terapêuticas): o manicômio judiciário.¹⁶⁸⁹

¹⁶⁸⁶ MUCHEMBLED, R. *Uma história do diabo: séculos XII a XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001, *passim*.

¹⁶⁸⁷ Citando Jean Delumeau, BATISTA, V. M. *O medo...*, p. 44: “Delumeau chama a atenção para o papel dos meios de difusão dos medos seja através da imprensa, do teatro religioso, das gravuras ou da pregação nas Igrejas.” Na fonte, DELUMEAU, J. *História...*, *passim*. Ver, ainda, BATISTA, N. *Sobre...*, p. 12.

¹⁶⁸⁸ Sobre parte disso, ver SZASZ, T. S. *O mito...*, *passim*. Ver, ademais, FOUCAULT, M. *História da loucura...*, *passim*.

¹⁶⁸⁹ BATISTA, N. *A lei como pai*. In *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, jan. 2010, v. 2, n. 3, p. 26.

Nessa época de erro “profissional”¹⁶⁹⁰ *encoberto* inexistiam técnicas suficientes para o alcance de uma suposta “doença mental” como adveniente de problemas de origem *cultural*, ou, segundo entendem alguns, de origem *psi*, e não, *fantasmagórica*.¹⁶⁹¹

Percebendo essa passagem, afirma VERA MALAGUTI que: “O que aí se gestava na ciência, seguia as pegadas da observação dos hereges, das feiticeiras, da construção de um discurso científico que abriria caminho para dispositivos jurídicos de demarcação e eliminação do mal.”¹⁶⁹²

Esse “medo original”, advindo do “pecado original”, foi muito bem explorado pela mídia na medida em que essa lhe outorgou uma *permanência de alcance geral*.

As midiáticas (re)implantação e (re)exploração do “medo” detonaram uma sucessão de acontecimentos *remarcadores* que, se *prima facie* seriam e deveriam ser considerados *ordinários*, converteram-se no motivo propulsor da busca pelo “lugar seguro” e pela “sensação de tranquilidade”.

Esse lugar, requeente-se, passou a ser a casa, recôndito privilegiado da televisão, do computador e, ou, do rádio, que outorgou ao espectador a matéria *digerida*, exigindo dele o mínimo esforço visual e auditivo vazado no leve apertar de um botão, o botão do controle ou o do “rato”.

De todo modo, a *remoticidade* de ambos *não é de balde*, auxiliando ela na sensação que o espectador tem de *distanciamento* da notícia “amedrontadora”, mas não a ponto dele “poder ficar tranquilo” (distanciamento informacional e proximidade potencial).

Informa-o (mal), mas, ao mesmo tempo, tranquiliza-o por estar, e enquanto permanecer, dentro de casa.

Além disso o botão dos controles remotos substituiu aquele ponto diabólico que passou a prescindir, agora, de uma investigação pessoal e tátil, podendo-se afastar o “diabo encarnado na bruxa” sem uma necessária aproximação da fogueira, permutada pelo desligamento, esse sim, útil do aparelho.

Implantado e mantido o “medo” de que o “outro” não arque *em nome próprio* com a “tranquilização” e a “solução” das nossas frustrações e tendências, surge a exploração da sua vertente mais “aterrorizante” e “furiosa”, porque *infundável*, que é a da “impunidade” que, “parecida com o real” - ao contrário da ficção que veicula situações fantasmagóricas não

¹⁶⁹⁰ CROCE, D.; CROCE JÚNIOR, D. *Erro médico e o direito*. 1. ed. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997, p. 24.

¹⁶⁹¹ SZASZ, T. S. *O mito...*, pp. 24 e seguintes.

¹⁶⁹² BATISTA, V. M. *O medo...*, pp. 152-153.

“experimentadas” pela maioria da população -, impressiona-nos sobremaneira na medida em que o que está acontecendo com o outro (a vítima), remanesce “impune” o acusado, “poderá acontecer conosco se nos ausentarmos da frente da *caixa idiota* que (des)abastece nossa coragem e nosso bom senso”.

Para a eventualidade de desafiarmos seu oligopólio controlador e sua posse sobre nossos pensamentos e vontades, a ela resta a chance de, *uma vez vítimas infelizes daquilo que ela mesma nos advertiu, utilizar-nos como exemplo para reforçar que ela estava certa quando, chamando-nos a atenção para os (falsos) “perigos” advindos da (exagerada e improvada) “impunidade”, tentou, malogradamente, manter-nos dentro de casa.*

Pelo diagnóstico prolatado por JESÚS-MARÍA SÁNCHEZ, em *A expansão do direito penal*, podemos perceber que:

Em todo caso, à vista do que vem acontecendo nos últimos anos, é incontestável a correlação estabelecida entre a sensação social de insegurança diante do delito e a atuação dos *meios de comunicação*. Estes, por um lado, da posição privilegiada que ostentam no seio da ‘sociedade da informação’ e no seio de uma concepção do mundo como *aldeia global*, transmitem uma imagem da realidade na qual o que está distante e o que está próximo têm uma presença quase idêntica na forma como o receptor recebe a mensagem. Isso dá lugar, algumas vezes, diretamente a percepções inexatas; e, em outras, pelo menos a uma sensação de impotência. [...] Assim, já se afirmou com razão que ‘os meios de comunicação, que são o instrumento da indignação e da cólera públicas, podem acelerar a invasão da democracia pela emoção, propagar uma sensação de medo e de vitimização e introduzir de novo no coração do individualismo moderno o mecanismo do bode expiatório que se acreditava reservado aos tempos revoltos.’¹⁶⁹³

11.1.2 A fauna “daninha”

Os reais responsáveis pela “impunidade” e por sua manutenção ocupam posições que nada têm que ver com as do “comumente impune”, *senão com as do ordinariamente impunizado.*

Acima ficou demonstrado que existe uma “impunidade atadista subsidiária” e uma “impunidade varejista fragmentária”.

A “impunidade atacadista subsidiária” advém da orientação normativa produzida por um legislador voltado a excluir da criminalização formal os seus atos e a incluir nela a criminalização dos atos dos seus “opositores”, geralmente os “revoltados” com o sistema, ou a dos atos dos “subalternos falhos”, geralmente os “inaptos” ao trabalho e ao consumo.

¹⁶⁹³ SÁNCHEZ, J. S. *A expansão...*, pp. 37 e 39.

A “impunidade varejista fragmentária” advém do fato de que o programa criminalizador primário é tão amplo que sua execução *integral* pelo (in)digitador da criminalização secundária é *impossível*, para não dizer *indesejada*.

A rigor há uma *descoincidência* entre o programa criminalizador primário realizável e sua (tentativa, frustrada, de) realização pelos agentes incumbidos da criminalização secundária.

Além dessa parcela irrealizável ser responsável por grande parte da “impunidade” (*impunização*), inatribuível ao não acusado, ao não perseguido, ao não condenado e ao não encarcerado, há ainda aquela parcela de seletividade atribuível aos invulneráveis que, apesar de excluída da criminalização, é percebida “autonomamente” pela população ou divulgada “automaticamente” pela mídia toda vez que há uma disputa pelos poderes hegemônicos ou uma iminente perda de território midiático (censura)¹⁶⁹⁴.

Todas essas hipóteses de *seletividade* entram *indevidamente* na conta da “impunidade”.

Na conta, mais especificamente, na *soma em progressão aritmética*, ou melhor, na *multiplicação (ou divisão) em progressão (ou em regressão) geométrica oscilante* da “impunidade” não ficam de fora os valores *repetitivos* trazidos à tona pela mídia que *reiteradamente* veicula, ao descobrir a capacidade que uma notícia de “impunidade” literalmente *detém*, a informação na *direta* medida do interesse com que ela é assistida e na *inversa* proporção da assunção que uma nova notícia, passível de ser sensacionalizada, assume.

A exploração midiática da “impunidade” e das suas “consequências” possui ainda o inconveniente de falsear a aritmética da pena visto que, ao *insistir* naquele noticiário, *interfere* ela na sua economia *alterando-lhe o somatório final que acaba por intensificar a “sensação” que a população tem dos índices de “impunidade” utilizados, doravante, como “motivo” para o aumento de poder, a (re)invenção de novos crimes e de novas penas e a majoração das já existentes.*

É dizer, uma notícia falsa sobre a “impunidade”, se repetida dez vezes, é, fora o anatocismo, sentida e percebida no mínimo ao décuplo.

Nessa falsidade matemática entra, ainda, o *paradoxal* desprezo da mídia pela “cifra oculta” e pela “taxa de atrito” que, quando são aventadas o são *en passant*, e, respectivamente, com relação à “impunidade atacadista subsidiária” ou com respeito à “impunidade varejista

¹⁶⁹⁴ Quanto a ser isso oportuno, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 175-176. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, p. 312.

fragmentária”, limitando-se a meras *hipóteses* resumidas em frases projetadas genericamente ao estilo “a lei possui muitas brechas”, “inexistem dados estatísticos confiáveis”, “a polícia não possui uma estrutura adequada”, “muitos crimes e muitos criminosos não são descobertos” *et reliqua*.

Por outro lado, naquela cifragem midiática nunca entram e dificilmente entrarão os números e os cálculos da “impunidade fático-real”, porquanto sua pesquisa é *complexa* demais para ser elaborada midiaticamente e como mensagem é *incompreensível* demais para o espectador leigo *internalizar*, além de *tangenciar* os empreendedores morais e seus apaniguados, dominadores das agências de comunicação (“cutucação da onça com vara curta”).

11.1.3 Os “defensivos” ofensivos

A primeira investida tendente a descortinar o “discurso da impunidade criminógena” deveria ser contra os próprios pressupostos da “impunidade”, sendo o principal deles o “discurso da *violência*”¹⁶⁹⁵ que deve ser reelaborado para que suas filhas bastardas “*xifópagas ninistas*”¹⁶⁹⁶, a *seletividade* e a “impunidade”, concebidas do seu casamento com o Estado, cujo infeliz padrasto é o poder punitivo, reencontrem o lugar que merecem, *fora do destaque apoteótico*.

A segunda e tão inadiável investida seria a favor de *uma responsabilização mais eficiente das agências midiáticas*, porquanto nos parece serem elas as grandes responsáveis pela falsidade imanente ao discurso que *propala* haver uma “impunidade gigantesca”, de consequências “indelével-contagiantes” para a população.

Como a *propalação midiática* repetitiva da “impunidade” intensifica horizontal e verticalmente a seletividade que a antecede, as consequências da sua divulgação acabam sendo muito mais desastrosas que a própria “impunidade”.

¹⁶⁹⁵ COSTA, J. F. *Violência...*, p. 18: “Passando direto ao que nos importa, a violência, neste como em outros trabalhos do gênero, ou é tratada como um tabu, cercado e protegido do pensamento, por uma aura romântico-pessimista, indicativa, talvez, de ‘nobreza intelectual’; ou é considerada o zero e o infinito da existência do sujeito, tornando-se uma espécie de categoria *a priori* irredutível a qualquer análise. Indo de um polo a outro, a psicanálise entra no compasso das ideologias modernas. Fala da violência diluindo seu impacto e atenuando seu horror. Pois, no momento em que a define como sinônimo da morte, do que há de impensável e intocável na experiência humana, *sacraliza-a*. E, no momento em que a define como a ‘condição de possibilidade natural’ do existir humano (dado seu caráter de impulsão primeira e permanente do psiquismo), *banaliza-a*. A violência torna-se o trivial variado de toda atividade ou experiência psíquica, dando seu toque ao inconsciente, ao sonho, à sexualidade, à relação inevitável com o outro *etc.*”

¹⁶⁹⁶ BARTHES, R. *Mitologias...*, p. 245: “Chamei de ninismo a figura mitológica que consiste em colocar dois contrários e equilibrar um com o outro, de modo a poder rejeitar os dois (Não quero *nem* isto *nem* aquilo).”

Do mesmo modo que a população pensa como é informada, as pessoas ditas “criminosas” e “impunes” também agem como são informadas (“autorização outorgada pelo *script* prévio”).

Se realmente há uma “impunidade”, advém ela da *seletividade* e da *propaganda que a mídia veicula sobre ela*. Propaganda essa que tem duas graves consequências: a primeira é a de que, maquiada a verdade, acaba a população acreditando que muitos “criminosos” estão à solta, instabilizando, enfraquecendo ou mesmo impedindo o contato social (desresidencialização); a segunda é a de que, muito provavelmente, se não fosse essa propaganda massiva não tomariam os “criminosos” conhecimento de que, como se tem afirmado, “o crime compensa” porque “a impunidade está aí para quem dela quiser tirar proveito”.

É como se o vigia sustentasse em seu pescoço uma placa de aviso informando: “estou dormindo”; para, depois disso, detonar o gatilho da arapuca.

Ou seja, a *mentira* em torno do “discurso da impunidade”, mesmo se for escancarada, continuará ganhando os contornos de uma “verdade igualmente perigosa e assustadora”, convencendo autores, vítimas e espectadores, *porque a sua revelação como “seletividade” também se apresentará como uma deficiência entre uma apenação prometida e uma apenação não cumprida, é dizer, uma “não punição”*.

Infelizmente, os leigos não conseguem perceber que a *seletividade* equivale à apenação de apenas algumas pessoas (*escolha positiva*), apesar delas terem incorrido em comportamentos desviantes equivalentes aos de outras que restarão penalmente ilesas (*seletividade* idêntica a uma *escolha negativa*).

Eles só enxergam que alguém que se comportou desviadamente ainda não recebeu o que “penalmente merecia”, não servindo o que já está sendo ou foi apenado como “abatimento”, senão como demonstração de que, contra esse, *provisoriamente*, “a justiça foi (em tese) feita”. Justiça essa que, todavia, só estará “perfeitamente realizada e completa” quando alcançar o outro.

Para eles é indiferente a *antonomásia*, ou seja, a troca de seis Franciscos por meia dúzia de Chicos, importando apenas que, independente de sob a pecha da “impunidade” ou da *seleção negativa*, doze pessoas sejam presas.

E justamente porque o seu mecanismo de funcionamento é *indesviável* na medida em que serve ele ao poder punitivo *de um jeito ou de outro*.

De todo modo, apesar da “impunidade” ser uma evidência da *seletividade* do sistema penal, o que deveria revelar sua *injustiça*, é ela travestida pelo próprio sistema penal quando ele a reveste *artificialmente* com a “culpa do selecionado”.

Com isso, *magicamente*, através da “impunidade criminógena” e de seus *malabarismos comunicativos*, esconde o sistema penal o *descaramento* de uma *perseguição*, precedida por *chamarizes*, que visa a *controlar* alguns elementos “indigestos” da sociedade, ora “utilizando-os”, ora “reutilizando-os”, ora “reciclando-os”, ora “reaproveitando-os”, ora “descartando-os”.

Essa é uma questão importantíssima porque é por isso que um menor de idade, quando é *apreendido* (objetificação), é dizer, quando ele *cai na arapuca*, emite (espera-se que ele emita) frases do tipo “nada vai acontecer comigo”, ou “eu sairei com no máximo 3 anos”, ou “seu polícia, as leis penais não se aplicam a mim”, ou “tio, amanhã eu estarei aqui de novo”.

Os menores de idade, por exemplo, não tiraram o *entendimento* de que “nada lhes acontece” de lugar nenhum. Existe uma fonte, e ela não brota *prodigiosa, automática e autonomamente na mente deles*.¹⁶⁹⁷ Tanto que, se essa afirmada “capacidade de prever as consequências dos acontecimentos” lhes houvesse sido realmente concedida, seja lá por quem ou pelo que for, *já teriam eles a utilizado para obter sucesso em concursos milionários de prognóstico*.

Aqui a suposta e prematura acusação de que, aparente e vaniloquentemente, colocamos o veículo à frente dos bovinos tentando justificar as respostas daqueles com uma *petição de princípio* cede lugar ao fato de que *é justamente nisso e é justamente para isso que os menores, mas não só eles, estão sendo adestrados, “ainda que involuntariamente”, pela mídia* que, se realmente se preocupasse com os mesmos, ensinar-lhes-ia, por exemplo, o vernáculo através de uma expandida programação cultural que lhes possibilitasse, uma vez “pegos com a boca na botija”, emitir a seguinte admoestação ao entrevistador: “o correto não é: você é um dos que mais fez isto”, mas sim, “você é um dos que mais *fizeram* isto”, ou, “o correto não é: ele foi pego com duas gramas de cocaína”, senão, “ele foi pego com dois gramas de cocaína”, ou, ainda, “o correto não é: *di menor*, mas sim, menor de idade”.¹⁶⁹⁸

A rigor, aprendeu ele todas aquelas frases através de um *ensinamento*, e esse ensinamento advém também da mídia com sua emissão diariamente massiva de “atos infracionais *insujeitados* a medidas socioeducativas” envolvendo menores, mantidos em pauta

¹⁶⁹⁷ Ver ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 131-132 e 146-147.

¹⁶⁹⁸ Fora o último, esses são equívocos recorrentemente cometidos pelos repórteres, apesar de eles lidarem, essencialmente, com o vernáculo.

toda vez que esse assunto fornece um espetáculo barato, como se esse fosse o único ou o mais importante fato a noticiar.

E a percepção disso não é difícil. Basta, depois da divulgação espetacular de um “crime” ou de um “ato infracional”, prestar atenção nas notícias que diariamente o sucederão. Caso não existam fatos semelhantes, cuidará a mídia de garimpar, no mínimo, fatos *próximos*, inclusive buscando-os fora do país.

Sem embargo, essa atribuição de *volume*, ou seja, a *inflamação* da informação *infindável* de que a “impunidade” já é um “mal pandemicamente incontrolável” é abastecida pela mídia que *purulentamente* faz com que ela chegue aos ouvidos de pessoas “mais suscetíveis”.

Ao *buscar as penas perdidas*, EUGENIO ZAFFARONI sustentou que:

Os meios de comunicação social de massa - especialmente a televisão -, são hoje elementos indispensáveis para o exercício de poder de todo o sistema penal. Sem os meios de comunicação de massa, a experiência direta da realidade social permitiria que a população se desse conta da falácia dos discursos justificadores; não seria, assim, possível induzir os medos no sentido desejado, nem reproduzir os fatos conflitivos interessantes de serem reproduzidos em cada conjuntura, ou seja, no momento em que são favoráveis ao poder das agências do sistema penal. Os meios de comunicação de massa são os grandes criadores da ilusão dos sistemas penais, em qualquer de seus níveis e, fundamentalmente, em dois níveis que devem ser cuidadosamente diferenciados: a) o transnacionalizado; e b) o que responde às conjunturas nacionais. *a) Em nível transnacional*, os meios de comunicação de massa ocupam-se da precoce introjeção do modelo penal como um pretensão modelo de solução dos conflitos através da ‘comunicação de diversão’, isto é, justamente através da introjeção que parece mais inofensiva. É importante lembrar que as crianças costumam passar mais horas diante da televisão do que diante da professora. As séries policiais são as mesmas em todo o continente; mais de 60% do material de televisão em nossa região marginal é importado; e boa parte do resto apenas imita grosseiramente o que vem de fora. O material transnacionalizado (as séries policiais) criam demandas de papel dirigidas aos membros das agências penais nacionais que nada têm a ver com os requerimentos nacionais (os funcionários devem comportar-se como os personagens das séries). Os seriados glorificam o violento, o esperto e o que aniquila o ‘mau’. A ‘solução’ do conflito através da supressão do ‘mau’ é o modelo que se introjeta nos planos psíquicos mais profundos, pois são recebidos em etapas muito precoces da vida psíquica das pessoas. O sentimento de falta de segurança da população em razão da simples dúvida quanto à ineficácia tutelar de todo este aparelho é enorme, já que atinge um plano psicológico muito profundo. Como a grande falácia da civilização industrial (‘dos céus descera um herói para te proteger e resolver teus problemas, eliminando a tua parte má’) é criada e mantida em forma de mitologia negativa pelos meios de comunicação social de massa, a tecnologia da manipulação que estes adquirem apresenta-se cada dia maior. O desprezo que os ‘seriados’ dos últimos anos demonstram pela vida humana, pela dignidade das pessoas e pelas garantias individuais não é simples produto do acaso, mas uma programada propaganda em favor do reforço do poder e do controle social verticalizado-militarizado de toda a sociedade. *b) Em nível das conjunturas nacionais*, os meios de comunicação de massa têm a função de gerar a ilusão de eficácia do sistema, fazendo com que apenas a ameaça de morte violenta por ladrões ou de violação por quadrilhas integradas por jovens expulsos da produção industrial pela recessão sejam percebidos como perigo. Mais concretamente, são os meios de massa que desencadeiam as campanhas de ‘lei e ordem’ quando o poder das agências encontra-se ameaçado. Estas campanhas realizam-se através da ‘*invenção da realidade*’

(distorção pelo aumento de espaço publicitário dedicado a fatos de sangue, invenção direta de fatos que não aconteceram), ‘*profecias que se autorrealizam*’ (instigação pública para a prática de delitos mediante metagensagens de ‘*slogans*’ tais como ‘a impunidade é absoluta’, ‘os menores podem fazer qualquer coisa’, ‘os presos entram por uma porta e saem pela outra’ *etc.*; publicidade de novos métodos para a prática de delitos, de facilidades *etc.*), ‘*produção de indignação moral*’ (instigação à violência coletiva, à autodefesa, glorificação de ‘justiceiros’, apresentação de grupos de extermínio como ‘justiceiros’ *etc.*).¹⁶⁹⁹

É preciso que a mídia entenda seu papel de *informadora* da realidade, isentando-se da tentação de atuar como *formadora* dela, ou mesmo como sua “*neutra*” *interpretadora*.

No mais, depois que a mídia intervém não nos parece mais possível dizer que haja “impunes”, porquanto sua “condenação extraprocessual”, *sempre irrecorrível, é perpétua, cruel e enseja uma “morte civil e social” no “metacondenado”*, de quem foram extraídas todas as chances do *contraditório* em um *indevidoprocessoilegal*.

Pari passu, é preciso reequacionar a legislação penal para o fim de excluir da materialidade histórica da criminalização a *seletividade* dos vulneráveis dominados pelo discurso¹⁷⁰⁰, mas sem a contrapartida da expansão da criminalização aos dominantes, porque a extensão a estes não resolverá o problema da eleição daqueles.

Além disso, seria mister *enxugar* o programa criminalizador primário deslocando para o direito civil, o direito administrativo, o direito tributário, o direito trabalhista *et reliqua*, todas as questões que, “ditas impunes” no direito penal, neles seriam “melhor (efetivamente) resolvidas”.

Restando, depois, ainda algum resquício de “impunidade”, deveria ela e seus reais efeitos ser objeto de uma pesquisa cujos resultados levantados, comprovados, discutidos e reduzidos fenomenologicamente ajudassem a interpretar se há e em que medida uma interferência psicológica sua nas pessoas.

Até agora, porém, a “impunidade” e suas consequências constam de dados irreais e não passam de uma “sensação” forjada pelo poder punitivo e pela mídia para “justificar” a manutenção das suas posições, sempre vantajosas, sobretudo nos âmbitos discursivo-dominial e financeiro.

De sorte que o discurso veiculado sobre uma suposta “impunidade sensacional e sensacionalista” como fomento para a prática ou reiteração de “crimes” não vai além de um engodo, de um subterfúgio utilizado pelo poder punitivo e por seus empreendedores morais para reequipar e reprogramar sua artilharia normativa, bem como elevar delirantemente as

¹⁶⁹⁹ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 127 a 129. Ver, ainda, _____. *A palavra...*, pp. 319-320.

¹⁷⁰⁰ MARTÍN, L. G. *Prolegômenos...*, pp. 126 a 128.

penas e, agora, nesses tempos neoliberais de privatização, lucrar com o aprisionamento¹⁷⁰¹ sempre em desfavor dos “inúteis”, por “inaptidão laboral” e por “insuficiência monetária aquisitiva”, à economia neoburguesa.

11.1.4 A colheita do “mal”

E, essa utilização da “impunidade do outro” como “exemplo” também se encaixaria nas teorias funcionais preventivas da pena?

Não. E por motivos de natureza vária. Todos deslegitimantes.

O caráter diferencial da ‘lei penal’ em relação às outras leis é a ‘pena’. [...] O conceito de pena não pode ser proporcionado por nenhum discurso legitimante e tampouco pode ficar em mãos do legislador. Não pode haver um saber que aspire à dignidade acadêmica e cujo âmbito dependa de um puro ato de poder político. Ao poder político compete até certo ponto decidir quais condutas devem ou não ser submetidas à pena, pois isso integra seu exercício no marco do fato de poder do sistema penal. A agência política, no entanto, não pode superar todo limite de irracionalidade e inventar a ‘pena’ e a ‘não-pena’. Em sua seleção ou contribuição ao campo seletivo das agências executivas, a agência política possui também um máximo de irracionalidade admissível, que a obriga a respeitar dados mínimos de realidade. Assim, como não pode converter em conduta humana qualquer fato, nem desconhecer o caráter de conduta ao fato humano que a configure, tampouco pode negar o dado real do conteúdo da pena. O legislador pode fazer muitas coisas; mas, entre outras, *não tem poder para dizer que o doloroso não dói*. [...] Se o sistema penal é um mero fato de poder, *a pena não pode pretender nenhuma racionalidade*, ou seja, não pode ser explicada a não ser como manifestação do poder. Não sendo a pena racional, esta só pode distinguir-se das demais sanções jurídicas por exclusão. A falta de racionalidade da pena deriva de não ser um instrumento idôneo para a solução de conflitos. Logo, *toda sanção jurídica ou imposição de dor a título de decisão de autoridade, que não se encaixe nos modelos abstratos de solução de conflitos dos outros ramos do direito, é uma pena*.¹⁷⁰²

Para TOBIAS BARRETO:

O conceito da pena não é um conceito jurídico, mas um conceito político. Este ponto é capital. O defeito das teorias correntes em tal matéria consiste justamente no erro de considerar a pena como uma consequência de direito, logicamente fundada [...]; Que a pena, considerada em si mesma, nada tem que ver com a idéia do direito, prova-o de sobra o fato de que ela tem sido muitas vezes aplicada e executada em nome da religião, isto é, em nome do que ha de mais alheio á vida jurídica. [*sic*]¹⁷⁰³

¹⁷⁰¹ LEMGRUBER, J. Controle..., p. 19: “[...] por que cresce o número de prisões privadas nos Estados Unidos? Em primeiro lugar, estão ganhando as companhias que constroem e operam prisões. A *Corrections Corporation of America* tem a maior fatia desse mercado e o valor total de suas ações passou de 50 milhões de dólares em 1986 para 3,5 bilhões em outubro de 1997, o que significa um incremento de 6.900% em 11 anos. Não é de admirar que os executivos dessas companhias andem alardeando que o crime compensa e que têm nas mãos um negócio hoteleiro fantástico, com garantia de 100% de ocupação permanente. Segundo eles, trata-se de um ramo privilegiado, porque as prisões ‘não poluem, não saem do mercado e não encolhem’ (*they don’t pollute, they don’t go out of business, they don’t get downsized*).”

¹⁷⁰² ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 202-203.

A partir daí, ou seja, a partir da sua evidente *deslegitimidade*, qualquer tentativa de racionalização da “impunidade”, porque *consequente*, esbarra na infrutífera tentativa antecedente de (re)legitimação da pena que, por ser *irracional*¹⁷⁰⁴ em razão do descumprimento funcional a que elegida, qual sendo, a *solubilidade dos conflitos*, provoca, a reboque, a *consequente irracionalidade* da “impunidade”, justamente por ser essa o seu maior *contraponto racional, depurador e desmistificante*.

Se o modelo penal do sistema atual é *irracional* porque sua maior consequência, a *pena*, que ele diz “ser atraída pela prática do crime”, *não soluciona o conflito*, senão, quando muito, representa a culminação de um “ato de poder”¹⁷⁰⁵, a “impunidade”, é dizer, a “não aplicação da pena”, *fora as penas inconfessas*, nada mais faz que *racionalizá-lo deslegitimando-o, ou melhor, evidenciando sua deslegitimidade e, de corolário, a da própria pena, porque o conflito continua irresolvido*.

Por outro lado, se, hegeliana e jakobsianamente, a pena funcionasse como um *modulador* do “reforço da norma” (prevenção geral positiva), estaria sua imposição condicionada à prévia infração a essa mesma norma que, uma vez fragilizada, “precisaria” demonstrar seu poder mediante sua reimposição, o que seria feito através da famigerada aplicação daquela pena¹⁷⁰⁶, “útil à conservação da confiança no poder, ou do medo do poder.”¹⁷⁰⁷

Sendo assim, a “impunidade” funcionaria como reforço da fragilidade normativa, desbancando a função da pena, com a quantidade e com a qualidade em que disposta, como garantidora do condão normativo.

Doravante, o sistema penal passa a afirmar que ela “precisa” ser combatida *circularmente*, à semelhança do cão que rotaciona atrás da própria calda, elegendo-a, para este ou aquele caso de a força da norma não estar sendo evidente e suficientemente convincente para o controle dos jurisdicionados, como motivo principal da sua *emasculação* ao afirmar que o problema não está na *insensatez do produto legiferativo*, senão no fato de que é

¹⁷⁰³ MENESES, T. B. de. Fundamentos..., pp. 649-650. Ver, ainda, ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 203, 222, nt. 33, e 239.

¹⁷⁰⁴ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 275.

¹⁷⁰⁵ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 275.

¹⁷⁰⁶ Nesse ponto, os “primitivos atuais” estão mais evoluídos. Para isso, ver MALINOWSKI, B. *Crime...*, p. 48: “Regras absolutamente rígidas não podem ser expandidas ou adaptadas à vida, elas não precisam ser reforçadas - mas podem ser transgredidas.” Ver, ademais, HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas...*, pp. 127-128.

¹⁷⁰⁷ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, p. 210.

necessário o recebimento de mais poder para comportar os “desafios recrudescentes que os impunes e a impunidade impõem ao *forte* andamento do sistema”.

Ocorre que isso não justifica a imposição da pena privativa de liberdade porquanto essa, além de visar a demover os “obstáculos” ao sistema, elegendo a proteção de meros “deveres” em detrimento do ser humano¹⁷⁰⁸ como objetivo principal, apenas ratifica *autopoieticamente* a perseguição e a aplicação de sanção a uma “impunidade” *forjada* - nos seus números -, *maskarada* - nas suas funções e consequências -, e *unilateral* - porque selecionada mediante a dominação de um discurso-, *produzida para reabastecer o próprio sistema*.

Quanto à *prevenção geral negativa*, o discurso de *terroreufórico-depressivo* encavalado à “impunidade” não funciona como motivo para a aplicação da pena (defesa social), sem a qual dizem que ninguém se sentiria coagido a respeitar a lei (coação psicológica), porque, estando a “criminalidade” e a “impunidade” vinculadas à *seletividade* do sistema e não à *vontade* do estereótipo etiquetado, qualquer supressão desta não refreará aquela, tampouco defenderá o bem jurídico e a sociedade.¹⁷⁰⁹

Funciona ela, então, como motivo apropriado aos seus exclusivos fins, é dizer, serve a “impunidade” como *advertência coativa psicológica* de que, eventualmente “impune” o criminalizado e havendo algum interesse na sua punição, será ele condenado pela justiça oficial e pela mídia, mas não nessa ordem. É dizer:

Uns anos a mais de prisão a quem cometeu assassinatos podem afetar o princípio da proporcionalidade e produzir uma deterioração irreversível na pessoa, mas não impedem, de modo algum, que outro faça o mesmo. O problema criado por essas leis não são os criminosos violentos, mas sim o fato de encherem os cárceres com aqueles que não cometeram nenhum assassinato e inclusive com aqueles que não fizeram nada, com uma altíssima probabilidade de convertê-los em criminosos violentos com efeito reprodutor.¹⁷¹⁰

Ali, a (quase) “morte penal”, porque o cumprimento de pena privativa de liberdade no Brasil é uma (quase) decretação de pena de morte; aqui, a (quase) “morte civil”, porque, ainda que indetido formalmente, a especulação da sua pessoa, nacionalmente, pela mídia, elimina suas chances de (re)tomar sua cidadania (estadania¹⁷¹¹).

¹⁷⁰⁸ ZAFFARONI, E. R. *Em busca...*, pp. 16, *verbo ad verbum*, e 156 a 158: “[...] o direito serve ao homem - e não ao [o] contrário [...]”.

¹⁷⁰⁹ Com outros fundamentos, ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 454.

¹⁷¹⁰ ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, p. 454.

¹⁷¹¹ CARVALHO, J. M. de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 2. re. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 127.

Ainda que não haja, no momento, interesse, *a tortura psicológica velada advinda da visível sinalização indelével do seu corpo* (“cor da pele, indumentária, trejeito sonoplástico ou pantomímico, lugar de residência, condição social, educacional ou financeira, ficha de antecedentes criminais *etc.*”), não o deixará jamais esquecer que ele deverá ficar *perpetuamente* de sobreaviso, respeitando diuturnamente, à risca, o sistema.

Evidentemente, apesar de o “discurso da impunidade” frustrar o “discurso das teorias preventivas gerais”, descortinando sua irrecuperável falência e o inegável deslocamento do seu eixo retórico justificador, foi ela elegida a “bruxa” da vez, sendo perseguida incansavelmente com o objetivo de, redesenhando-a, redirigi-la em favor dos “discursos perigosistas e instrumentadores”.

Para a *prevenção especial positiva* a “impunidade” funciona como um demaquilante que remove os cosméticos que embelezavam a face *enrugada* e *afeada* da *pena carcerária* que, contando já por volta de três séculos de existência - pelo menos com a função que conhecemos hoje, qual sendo, a da privação da liberdade por si mesma-, não deveria mais conseguir nos convencer de que a beleza é fundamental, restando consignado que o importante é o *interior*.

A “impunidade”, quando acorda pela manhã, revela diante do espelho da prevenção especial positiva *um ser remarcado, enrugado por uma “(re)socialização” que não aconteceu, uma “(re)socialização” que se frustrou* e que evidencia naquele seu reflexo uma *cicatriz* que precisa desaparecer (colmatação botulínica).

Para isso, envia-se o desencarcerado, de novo, para a prisão, *salão* especializado em encobrir *cosmeticamente* as *cicatrizes sociais* que o próprio poder punitivo fabrica.

A “lógica” do sistema penal funcionaria mais ou menos assim. O Estado, ancorando-se em um “contrato social unilateral (adesivo)”, impõe a sanção penal sob a desculpa de “(re)socializar” os “desconformes” e os “desencaminhados” que, inclusive, servirão de exemplo para outros.

Como a “(re)socialização” não funciona, haja vista que de 70% a 85% dos encarcerados “reincide”, aquele mesmo Estado se apegava ao “discurso da impunidade criminógena” para estampar em nossa “cara” que aquele “crime” posteriormente praticado tem outra justificativa que não a *inegável falência das próprias teorias preventivas da pena*, qual sendo, a de que o “criminoso”, *irresignado*, não se compadeceu com os avisos emitidos pelo poder punitivo escancarando que “manda quem pode e obedece quem tem juízo [ou mesmo quem não o tem]”.

E, sobretudo no caso do *réu primário*, sua “impunidade” demonstra que aquele *irressocializado* não serviu como “instrumento”, não serviu como “exemplo” de que a lei penal não deve ser desrespeitada, *apesar de a pena haver sido aplicada a ele quase que exclusivamente com esse motivo (artigo 59, do CP)*.

Afinal, não deve mesmo a prisão “(re)socializar” ninguém, visto que sua função, tal como posta atualmente, em vez de *neutralizar a infantilização de adultos*, está, ao contrário, reforçando essa ao obrigar o encarcerado a mudar até o ponto de se perceber do modo que seja mais adequado aos etiquetadores.¹⁷¹²

Na *prevenção especial negativa*, onde se *confirma* equivocadamente que o encarcerado deveria servir de “instrumento”, ou seja, de “exemplo de anulação dos dissidentes e dos inservíveis”, a “impunidade” funciona como uma evidência *paradoxal* de que não há realmente uma *neutralização*, visto que mesmo durante o cumprimento da sanção muitos encarcerados (às vezes não) são *recriminalizados*¹⁷¹³ (“prisionização antropofágica”).

Para que essa *recriminalização* seja possível, *illogicamente*, baseando-se na *seletividade*, dispara o poder punitivo o “discurso da impunidade” que, revirado a ponto de nos enjoar, *é feito a seu favor* através do argumento de que a “perigosidade”daquele “criminoso” é “infindável” e “incontrolável” a ponto dele desprezar a sanção penal.

Alquando, por exemplo, não é possível se falar de *neutralização*, seja *integral*, seja *parcial*, tampouco *dirigida externa* e, ou, *internamente*, na medida em que, mesmo encarcerado, pode ele fugir, matar pessoalmente outros internos¹⁷¹⁴, intervir extramuros mediante execuções remotas ou dirigindo comércios “ilícitos” *etc.* Sendo interessantes ao sistema, porque permitem um certo, confortável e inimputável *controle populacional*, são essas *restaurações (desneutralizações)*, algumas vezes, *omissivamente permitidas* (“ninguém faz nada”) ou *serodamente impedidas* (“tenta-se fazer alguma coisa quando já é tarde demais”).

De todo modo, *não tem a prisão eficácia preventiva alguma, mas sim produtiva*, ricocheteando referida *produção* na própria “impunidade”. *I. e.*, sem embargo, é a “impunidade” um *produto* da própria falência da prisão haja vista que a pena de prisão foi concebida para não funcionar porque, se ela funcionasse, “(re)socializando” os presos,

¹⁷¹² ZAFFARONI, E. R. *A palavra...*, pp. 207, *in fine*, e 208.

¹⁷¹³ Exemplo disso são alguns homicídios praticados entre detentos, *inevitados* pela função preventiva especial negativa da pena.

¹⁷¹⁴ Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1395204-prisoos-brasileiras-registram-uma-morte-a-cada-dois-dias.shtml>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

significaria isso que a *prevenção geral negativa* e a *especial positiva* teriam funcionado também, o que equivaleria a dizer que não haveria mais “crimes” e, portanto, inexistiria a matéria prima sobre a qual o poder punitivo forjaria os novos *criminalizados* e, de consequência, os novos *impunizados*, perdendo ele sua “função”.

Por outro lado, o não funcionamento da pena, que é a sua realidade, significa que os encarcerados “estão, debalde, respondendo por crime(s) sob a alegação de que isso lhes tornará pessoas melhores” - porque é isso que está prometido no artigo 59, do CP, e no artigo 1º, da LEP -, o que evidencia que suas punições não passam de um exercício violento de controle social e de vingança pública.

Os frutos da infrutescência derivada da coalescência da flor da inflorescência¹⁷¹⁵ extraídos da exploração *irresponsável*, mas *irrefletida*, da “impunidade” e das suas “consequências” estão sendo digeridos por nós como *orgânicos*, como *naturais*, malgrado sejam *artificiais*, daquele tipo que ornamenta *imperecivelmente* o vaso que adorna a mesa de jantar, cujo conteúdo deveria servir para adereçar a estética sem alimentar nossas necessidades reais.

Porém, a pior consequência do “discurso da impunidade” é a alienação que ele promove no sentido de, repetido midiaticamente, oferecer um problema que, se existe, não possui a dimensão ventilada publicamente com o objetivo de descortinar uma macabra cena de horror ao espectador que, *sadicamente impassivo*, aguarda o ato final em que o poder punitivo salvará a todos (“teoria messiânica do mocinho”).

Se não nos tem cabido a direção desse espetáculo onde a “impunidade” é um dado que vai sendo *prostituído conforme a passagem da fotografia e da trilha sonora (comunicação)*, igualmente não nos tem cabido decidir a interpretação dos seus atos, tampouco o seu desfecho.

Entrementes, não é preciso retomarmos a direção da *mise en scène*, senão desmontar o cenário e recuperar o roteiro original dessa “sátira”, para não dizer “tragédia”, e, sem adaptações e monólogos, convocar a plateia para um auto, mas não *de fé*, onde a todos os contratantes assistiria uma igualdade substantiva e onde todos os contratantes assistiriam a uma igualdade substancial.

Mesmo porque, para a dramaturgia épica brechtiana *o objetivo do teatro deve ser, também, o de, alegremente, representar a libertação da sociedade*.¹⁷¹⁶ Para isso, ele tem que

¹⁷¹⁵ Ler, abacaxi.

¹⁷¹⁶ BRECHT, B. Pequeno..., p. 152.

“se comprometer com a realidade, porque só assim será possível e será lícito produzir imagens eficazes da realidade.”¹⁷¹⁷

CONCLUSÃO

Como noticiado, transita desembaraçadamente pelo senso comum a ideia de que a “impunidade é uma praga que, se não for combatida adequadamente, infestará toda a sociedade.”

Então, premonitoriamente, para evitar sua “perigosa e incontestável proliferação”, admite o poder punitivo abrir mão das garantias mais fundamentais do direito penal, como: a) a de não ser acusado indevidamente (não existem provas adequadas da autoria e da materialidade); b) a de não ser perseguido animalescamente (não ser eleito uma “presa” que precisa ser “caçada”, principalmente através de armadilhas previamente instaladas); c) a de não ser julgado midiaticamente, sobretudo de maneira influenciadora, prejudicial e indelével na decisão judicial-formal (afastamento da coisa julgada midiática); d) a de não ser condenado antecipadamente e sem culpa (inadmissão dos “juízos de periculosidade”); e) a de não ser preso sem prévia condenação (inaceitação das prisões processuais); f) enfim, a de não ser selecionado (anulação do “discurso da impunidade criminógena”).

Neste ato de tirar com uma mão e colocar com a outra, magicamente consegue o poder punitivo aprisionar em suas mãos duas situações “penosas” (é dizer, alegoricamente, plumadas e aladas, pois, popularmente, é melhor dois pássaros na mão a nenhum voando).

Primeiro, semeando e fertilizando, estrategicamente, determinados “medos” na psique das pessoas; e, depois, fermentando o discurso de que a “impunidade é criminógena, ou seja, de que a sua manutenção fabrica criminosos e crimes devendo ser, portanto, eliminada urgentemente”.

Considerando que o *congelamento* do “discurso da impunidade criminógena” *paralisaria* a sua *urgência* (*medo vivo e desesperador*) ao retirar-lhe *atualidade*, precisa ele

¹⁷¹⁷ Ver nota anterior, p. 136.

ser *requentado* a todo instante. Seja mediante *a promoção da indignação moral, canalizada em antigos e novos bodes expiatórios* - que, respectivamente, continuarão servindo e servirão de matéria-prima. Seja mediante *o consequente oferecimento monopolizado da panaceia (mais e maiores penas e eliminação da impunidade) que fingirá nos salvar de uma “emergência que pode se perenizar”*¹⁷¹⁸.

De todo modo, como descortinado, a transferência da *ociosidade* previsível e “útil” do sistema penal - advinda do *descompasso* entre o *atacadismo* da programação criminalizadora primária e a *varejismo* da criminalização secundária -, para o *lombo do selecionado* cujo desvio é denunciado, ou seja, é tornado público a ponto de exigir uma tomada de providências, evidencia inegavelmente que não se pode falar de “impunidade”, senão de *seletividade (impunização)*, e justamente porque o *defeito auto e retrointeressante*, respectivamente, ao e do sistema, embora sirva para reduzir a sua voracidade (teoria do menos pior), é, paradoxalmente, mediante *reciclagem* ou *reaproveitamento*, sempre *reutilizado* para *descartar* os “inimigos do ou os inúteis ao próprio sistema”!

Também não se pode falar de “efeito crimínogeno da impunidade” visto que para estabelecer-se e ser reconhecido exigiria ele que a prática de um “crime” o pressupusesse *incondicional e exclusivamente*, com total exclusão de qualquer interferência externa deturpadora.

Aqui, pouco importa se um, alguns, ou todos os “crimes” foram, são e, ou, serão praticados por seus condutores depois de indemonstradamente incentivados pela “impunidade”, visto que o que os lança na mesma vala comum é o fato de que *todos, indistintamente, estão sujeitos à conveniência e à oportunidade de uma escolha política, seletiva portanto, realizada pelos empresários morais, responsáveis por afirmarem quem fez e quem não fez, ainda que, respectivamente, esse suposto alguém não tenha feito ou não tenha irrealizado; e por afirmarem quem foi apenado ou não foi sancionado pelo que fez ou pelo que não fez, ainda que, respectivamente, esse suposto alguém não devesse haver sido punido, ou o contrário*.

Para que pudéssemos falar de “impunidade”, então, seria preciso que existisse um sistema legal-penal que previsse “crimes universal e naturalmente reconhecidos”, dentro de uma sociedade integral mundial (o mesmo “crime” previsto em um país seria reconhecido nos demais) que, embora composta por pessoas autônomas e responsáveis por seus atos - contando com uma maioria obediente e consequente, e uma minoria criminalizável -, fosse

¹⁷¹⁸ Sobre o “atraso”, evidentemente conveniente, dessa previsão, ver MOCCIA, S. *La perenne emergenza: tendenze autoritarie nel sistema penale*. 2. ed. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1997, *passim*.

igual em oportunidades e acusasse, perseguisse, julgasse, condenasse e executasse penas: a) que fossem adequadas - quiçá retributiva e, ou, preventivamente; b) que se dirigissem, indistintamente, contra os que desviassem das regras aceitas prévia e igualmente por todos, inclusive pelos que um dia viessem a desviar; e c) que outorgassem às pessoas a possibilidade de - compreendidas as diferenças e as peculiaridades de cada um -, entenderem e de respeitarem o fato de que o seu direito termina onde o do outro começa.

Essa, todavia, como desnudado ao longo de todo o texto, é uma *hipótese impossível*, haja vista que o nosso sistema penal: a) além de ser *ilegal*, na medida em que ele *não respeita as mesmas regras para todos*, é *inconstitucional* por infringir, e isso ocorre quase sempre, as normas e os princípios previstos na CRFB/88; b) elege, *política e seletivamente*, “crimes e criminosos”, considerando uns e outros diferentes em situações iguais e iguais em situações diferentes; c) considera as pessoas “autônomas e responsáveis”, quando na verdade, muitas delas, pelo menos, nunca detiveram a chance de agir diferentemente dos papéis vulneráveis que lhes foram entregues, dentro de um roteiro decorado e de um cenário imodificável; d) está inserido em uma *sociedade extremamente desigual e injusta*, e que tem acreditado haver encontrado na aplicação da sanção penal (seletivamente) inexorável um meio retributivo e preventivo “necessário e adequado” para acabar com a “impunidade” e, de consequência, com os “crimes e criminosos”, entregando, ao final, “segurança e tranquilidade a todos”.

Bem como é *impossível*, ainda, ou pelo menos não foi possível até hoje, provar que a “impunidade” de alguém exerce um efeito “fertilizante” na própria pessoa ou em terceiros, “estimulando-a(os)” a praticar crime(s), porquanto *qualquer criminogenia, e até a própria acusação de “impune”, não tem tido outro fonte que não seja aquela que brota seletiva, aleatória, fortuita, randômica, arbitrária e discricionariamente da vontade luxuriosa dos empreendedores morais.*

De outro lado, mesmo que essas hipóteses fossem possíveis, restaria ainda a nós nos perguntarmos, e não apenas para efeito registrário, mas sim também para que nossos erros não se repetissem, se a pena já foi, algum dia, justificada por alguma função retributiva e preventiva, mormente por restar inegável que o eventual alcance de uma tal sociedade, assim perfeita, além de utópico, e (in)desejável (robotização social), *jamais poderia ter sido (poderá ser) conseguido pelo exercício de um poder seletivo, como o poder punitivo.*

O ideal seria que pudéssemos antever, ou mesmo conseguíssemos acreditar que:

Com a autoridade, desapareceria igualmente o castigo. Vantagem não somente grande, mas inestimável. Quando lemos a História, não a das edições expurgadas escritas para colegiais, mas nos documentos originais de cada época, sentimo-nos indignados, não apenas pelos crimes cometidos pelos malvados, mas pelos castigos infligidos pelos bons. Um povo fica muito mais embrutecido pelo emprego habitual

dos castigos do que pelos crimes que em seu meio se cometem ocasionalmente. A consequência natural é que quanto mais castigos se impõem mais crimes se cometem, como já o reconheceu a maioria dos legisladores modernos, que trataram de reduzir as penas o quanto acharam possível. E onde essa reação se fez realmente, os resultados têm sido excelentes. A menor número de castigos, menor número de crimes. E quando ficarem totalmente suprimidos os castigos, seguramente já não haverá crimes, ou, se os houver, serão tratados pelos médicos como uma forma de loucura simplesmente, que deverá ser curada tão-só por meio de um sistema de doçura e desvelo. Pois aqueles que chamamos, hoje em dia, criminosos, não o são, absolutamente. A fome, e não o pecado, é que engendra o crime moderno. E é esta a razão pela qual nossos criminosos se tornam, como classe, e considerados de um ponto de vista psicológico, totalmente desprovidos de interesse. Não há, realmente, entre eles, Macbeths maravilhosos, nem terríveis Vautrins. São, em regra geral, o que seriam os homens vulgares e comuns, se não tivessem tido o que comer. Abolida a propriedade privada, já não será necessário cometer crimes, nem ninguém o pedirá; acabarão por desaparecer totalmente. [sic]¹⁷¹⁹

Revelado ficou, portanto, o porquê de não se poder falar de “impunidade”, tampouco de “efeito criminógeno da impunidade”, sendo-nos autorizado, *tout court*, acreditar em *impunização*, que nada mais é que o efeito da atuação e, ou, da omissão *seletiva, arbitrária, fortuita, randômica, aleatória e discricionária* do sistema penal.

Então, quem puser reparo sobre a questão facilmente perceberá que o que existe é um “discurso criminógeno da impunidade”, *discurso* esse que não passa de uma *rotulação*, de um etiquetamento adesivado em uns e não decalcado em outros que praticaram a mesma conduta, enquanto que a *impunização* nada mais é que um defeito “natural”, *inevitável* do sistema, considerada a forma arbitrária como ele opera.

Ou seja, o desnudamento do “discurso da impunidade criminógena” revela que, em verdade, não passa ele de uma tentativa de perverter a “não punição”, deslocando-a de um campo, qual sendo, o daquele que a reconhece como uma *consequência da desafinação entre a agênciaprimary e as agências secundárias*, para aquele campo que a considera como uma *causa da “criminalidade”, incentivada, circularmente, pelos defeitos pontuais do sistema (anemia funcional), e pelos “criminosos”*.

Desse modo, *o simples fato de uma pessoa ter permanecido alheia a uma punição* - manifestamente penal (pena privativa de liberdade, restritiva de direito e, ou, multa), e, ou, penalmente latente (medida de segurança, transação penal ou exposição midiática pejorativo-penal) -, *não significa que outros reagirão como se ela não houvesse sofrido qualquer consequência penal, revoltando-se contra ela ou imitando-a, enquanto que, inversamente, o simples fato de uma pessoa não ter permanecido alheia a uma punição não significa que ela*

¹⁷¹⁹ WILDE, O. A alma do homem sob o socialismo. In *Obra completa*, v. único. 1. ed. 6. re. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p. 1175.

*não possa ser tratada e percebida, em algumas circunstâncias, como se não houvesse sido penalizada*¹⁷²⁰.

De toda sorte, é possível que uma pessoa seja considerada pelo senso comum como “impune”, mesmo tendo praticado um “crime”, enquanto que não é impossível que alguém seja reputado como “punido ou punível” apesar de não haver (ainda) cometido um “crime”. Bem como é possível que alguém seja considerado “criminoso” somente por haver sido, previamente, avaliado como “impune” porque a “impunidade” *geralmente sucede*, embora também possa *anteceder*, rótulos (o de “crime” e o de “criminoso”) cujos parâmetros obedecem a critérios *políticos* que são *oportunos* e *convenientes* como qualquer *poder discricionário!*

Já não resta mais dúvida do porquê de havermos entendido pela necessidade de passar a encarar a questão mudando não só o observador de posição (*paralaxe*), mas, também, *reinterpretando* o próprio objeto observado, preferindo substituir “impunidade” por *impunização* que nada mais é que o resultado *insosso* da *dissonância* “interessante e útil” entre a programação criminalizadora primária e a criminalização secundária, cuja responsabilidade é deslocada da *ambição auspiciosa* do sistema penal para a *intimação “sedutora”* dos estigmatizados e dos estigmatizáveis.

Discrepância entre a programação criminalizadora primária e a criminalização secundária que não passa de um *erro quase conspiratório* que tem servido ao poder punitivo em dois momentos bastante “interessantes”: a) em um primeiro instante, o *exagero ambicioso, auspicioso e delirante* da programação criminalizadora primária serve ao poder punitivo mediante *inúmeras possibilidades (exatamente 1.688, que é a quantidade de tipos penais formalmente ativos no país)*, dispostas *voluptuosamente* como *ferramental irrenunciável* para ameaçar e dominar praticamente (quase) todos que lhe sejam “inúteis” ou lhe “desafiem”, e o que é pior, “legitimamente”; b) em um segundo momento, referido excesso, por ser *incumprível*, passa a ser interpretado *pervertidamente* como uma “falha de terceiros (impunidade advinda da ambição criminal)”, utilizada como “desculpa-motivo (culpa)” para o descarrego (autotransporte) do *déficit* operacional do sistema em cima do dorso dos desviantes denunciados, que o expiarão como se fossem seus autores volitivos e exclusivos.

O enquadramento da pessoa em uma ou em outra situação – “criminoso ou não criminoso, punido ou impune” -, dependerá de fatores de variada natureza, não controlados por um *Deus ex machina*, sádico e sarcástico.

¹⁷²⁰ Embora com outro contexto, BECKER, H. S. *Outsiders...*, p. 24.

Todavia, como explicitado, isso não retira o caráter *seletivo* da “impunidade”, senão *acentua-o e evidencia-o* a ponto de restar inegável que: a) a redução da seletividade, mediante o simultâneo aumento da punição também dos *dominantes*, equilibrando os braços da gangorra, apenas irá agravar a atuação do poder punitivo sobre pessoas que, *indistintamente*, embora alheias anteriormente à *impunização*, também já cometeram ou cometerão algum “crime” em suas vidas, levando ao rompimento central daquela em razão do sobrepeso em suas extremidades; enquanto que b) a redução da seletividade, mediante a redução da punição dos *dominados*, não eliminará o caráter *aleatório, randômico, fortuito e discricionário do sistema*, senão o *potencializará*, haja vista que, comparativamente, a partir daí, apenas uns *poucos* escolhidos (aumento da diferença entre “punidos e criminosos”), continuarão custeando os “crimes” praticados por todos, porque todos nós, repita-se, aos olhos do poder punitivo, somos ou poderemos ser “criminosos”; sendo que c) a *transferência* da seletividade dos *dominados* para os *dominantes* apenas *trasladará* o problema, *invertendo a latitude dos lados da prancha da gangorra*.

A solução menos pior, atualmente, advirá daquela que, tentando minimizar os danos do poder punitivo mediante o manuseio contraposto do direito penal em todos os seus aspectos, não se esquecer de reconhecer a dignidade das pessoas, sobretudo entregando às mesmas igualdade de tratamento e de oportunidades.

Infelizmente, enquanto isso não acontece “só nos resta torcer para não virmos a ser escolhidos”, da mesma forma que não foi tributado aquele novo malandro no samba de breque, *Homenagem ao malandro*, composto por CHICO BUARQUE e interpretado por MOREIRA DA SILVA:

Eu fui fazer um samba em homenagem
 À nata da malandragem
 Que conheço de outros carnavais
 Eu fui à Lapa e perdi a viagem
 Que aquela tal malandragem
 Não existe mais
 Agora já não é normal
 O que dá de malandro regular, profissional
 Malandro com o aparato de malandro oficial
 Malandro candidato a malandro federal
 Malandro com retrato na coluna social
 Malandro com contrato, com gravata e capital
 Que nunca se dá mal
 Mas o malandro pra valer
 - não espalha
 Aposentou a navalha
 Tem mulher e filho e tralha e tal
 Dizem as más línguas que ele até trabalha
 Mora lá longe e chacoalha

Num trem da Central.¹⁷²¹

Se, porém, nada do que foi afirmado até aqui servir para convencer de que não existem provas da “impunidade”, tampouco dos seus “efeitos criminógenos”, senão do seu discurso, ainda nos restará um consolo, o de podermos nos aproveitar do discurso *assanhado*, mesmo que *equivocado*, que verbaliza ser o Brasil o “país da impunidade”, visto que da “impunidade”, *que é a depravação da impunização*, sempre é possível extrair algo de bom, que seria (*sintomaticamente*) *a capacidade que ela tem de, quando bem garimpada e lapidada (anamnese), não conseguir esconder os equívocos e os exageros do poder punitivo (medicação)!*

Ainda bem!

¹⁷²¹In <http://www.chicobuarque.com.br/letras/homenage_77.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*, Gênesis 2. São Paulo: Paulinas, 1980.
- ABRAMOVAY, P. V.; BATISTA, V. M. (Orgs.) *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- ADORNO, T. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: UNESP, 2008.
- ADORNO, T. et al. *Teoria da cultura de massa*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. V.I.
- ALIGHIERI, D. *A divina comédia*. São Paulo: Nova Cultural, 2002. (Coleção Obras – Primas).
- ALTAVILLA, E. *La culpa*. 4. ed. Colômbia: Temis, 1999.
- ALVES, R. *O médico*. 7. ed. Campinas: Papirus 2008.
- AMBOS, K. *Direito Penal: fins da pena, concurso de pessoas, antijuridicidade e outros aspectos*. Porto Alegre: SAFe, 2006.
- ANDERSON, D. C. *Crime and the Politics of Hysteria: How the Willie Horton story changed american justice*. New York: Times Books, 1995.
- ANDRADE, R. G. N. *Personalidade e cultura: construções do imaginário*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- ANITUA, G. I. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2008. (Coleção Pensamento Criminológico, 15).
- A ONDA. Direção: Dennis Gansel. Alemanha: Todd Strasser; Dennis Gansel; Peter Thorwart, Rat Pack Filmproduktion, 2008. 1 filme (101 min.), son., col. Título original: Die Welle. Dub. Português, *passim*.
- ARAGÃO, A. M. S. de. *As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica (estudo comparativo)*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952.
- ARAÚJO, C. A. S. de. *O ambiente na obra de Winnicott: teoria e prática clínica*. Disponível em: <http://www.centrowinnicott.com.br/winnicott_eprint/uploads/c9441562-9408-d173.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2013.
- ARAÚJO JÚNIOR, J. M. de (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ARBEX, D. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração, 2013.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

ARENDT, H. *Sobre la violencia*. Madrid: Alianza, 2005.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. 15. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--?].

_____. *Política*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores).

ARQUITETURA da destruição. Direção: Peter COHEN. Suécia: Peter Cohen *et alii*, Swedish Film Institute, 1989. 1 filme (119 min.), son., col. e P&B. 35mm. Título original: Architektur des Untergangs. Leg. Português.

ASSIS, A. de. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 5. ed. São Paulo: RT, 2013.

ASSIS, J. M. M. de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. *Helena*. 17. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Série Bom Livro).

_____. *O alienista*. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

ASÚA, L. J. de. *Crónica del crimen*. 6. ed. Buenos Aires: Depalma, 1994.

_____. *Principios de Derecho Penal: la ley y el delito*. 4. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2005.

ÁVILA, V. B. de S. *Falando francamente*. Vitória: edição do autor, 1999.

BALZAC, H. de. *A casa Nucingen*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2013. (A Comédia Humana, v. 8).

BACHOF, O. *Normas constitucionais inconstitucionais?* Portugal: Almedina, 1994.

BARATTA, A. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. (Coleção Pensamento Criminológico, n. 1).

BARTHES, R. *Mitologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

BAKHTIN, M. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. (Linguagem e Cultura, 12).

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BATISTA, N. Ainda há tempo de salvar as Forças Armadas da cilada da militarização da segurança pública. In: BATISTA, V. M. (Org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

- _____. A juventude acadêmica e a questão criminal: discurso de abertura do XXVº ERED - Encontro Regional dos Estudantes de Direito. *Chronos*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 2007.
- _____. A lei como pai. *Passagens*, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jan. 2010.
- _____. Castigos escravistas na prisão republicana. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º e 2º semestres, ano 11, ns. 15/16, 2007.
- _____. Cem anos de reprovação. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jul. 2009.
- _____. *Concurso de agentes: uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004.
- _____. Fragmentos de um discurso sedicioso. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1.
- _____. *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- _____. Justiça e linchamento. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 2002, ano 7, n. 12.
- _____. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro*, v. I. In coleção Pensamento Criminológico, n. 5, 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.
- _____. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 2002, ano 6, n. 12.
- _____. *Novas tendências do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- _____. Pena pública e escravidão. Disponível em: <http://www2.scielo.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-95982006000300001&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2013.
- _____. Política criminal com derramamento de sangue. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º e 2º semestres 1998, ano 3, ns. 5 e 6.
- _____. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- _____. Sobre el filo de la navaja. In Intervenção na mesa redonda *Inseguridad y Política*, do Congresso Internacional de Ciência Política realizado em San Juan, Argentina, de 24 a 27 de agosto de 2010. In <<http://revistaepos.org/?p=338>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- _____. Todo crime é político. In *Caros amigos*. São Paulo: Casa Amarela, ago. 2003, ano VII, n. 77.
- BATISTA, V. M. Adesão subjetiva à barbárie. In BATISTA, V. M. (Org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. A construção do transgressor. In BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (Orgs.). *Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito*, v. 2, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003, p. 157.

_____. A criminalização da juventude popular no Brasil: histórias e memórias de luta na cidade do Rio de Janeiro. In *Juventude e raça*, Boletim do Instituto de Saúde, abril de 2008, n. 44, p. 19.

_____. Adeus às ilusões “re”. In COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M.; NASCIMENTO, M. L. do. *Pivetes: encontros entre a psicologia e o judiciário*. Curitiba: Juruá, 2007.

_____. A estratégia do medo. *Jornal CRP-RJ*, Rio de Janeiro, 5ª Região, out. 2005, ano 2, n. 7, p. 18.

_____. A funcionalidade do processo de criminalização na gestão dos desequilíbrios gerados nas formações sociais do capitalismo pós-industrial e globalizado. In KARAM, M. L. *Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. A nomeação do mal. In MENEGAT, M.; NERI, R. (Org.). *Criminologia e subjetividade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 41.

_____. A questão criminal no Brasil contemporâneo. In *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2006, v. 8, p. 37.

_____. As classificações e os desclassificados. In *Os limites da clínica: a prática do psicólogo no sistema judiciário*, 6º Encontro de Psicólogos Jurídicos do TJRJ, p. 17.

_____. Controle social para o novo milênio. *Agência de notícias das favelas*. In: <<http://www.anf.org.br/centro.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. Cuidado: os higienistas estão voltando! In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 1996, ano 1, n. 2, p. 305.

_____. Drogas e criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 1996, ano 1, n. 2, p. 234.

_____. Drogas: um outro olhar. *Outro olhar*. Revista de Debates. Mandato Vereador Arnaldo Godoy (PT), Belo Horizonte, out. 2003, ano III, n. 3, p. 56.

_____. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

_____. Drogas y criminalización de la juventud pobre en Río de Janeiro. In OLMO, Rose del (Coord.). *Drogas: el conflicto de fin de siglo*. Cuadernos de Nueva Sociedad 1. 1997, p. 259.

_____. Duas ou três coisas que sabemos (por causa) dele. In ANDRADE, V. R. P. de. *Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva*. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2002, p. 189.

_____. Filicídio: a questão criminal no Brasil contemporâneo. In FREIRE, S. de M. (Org.). *Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007, p. 33.

_____. História sem fim. In PASSETTI, E. (Org.). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 153.

_____. Informação, desinformação e contrainformação. In Drogas: saturação e ocultação de problemas. *Tempo e Presença*. Revista Trimestral de Koinonia, Rio de Janeiro, set/out. 2004, ano 26, n. 337, p. 7.

_____. Memória e medo: autoritarismo e controle social no Brasil. In *Revista Sem Terra*, São Paulo, jan/fev/mar. 2000, ano III, n. 10, p. 80.

_____. Nada de novo no front. *Ciência Hoje*, v. 31, n. 181, p. 36.

_____. O alemão é mais complexo. In *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2007, v. 10, p. 158.

_____. *O capital produz uma demanda por ordem e militarização*. In <<http://www.anovademocracia.com.br/no-100/4411-qo-capital-produz-uma-demanda-por-ordem-e-militarizacao>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

_____. O globo da morte. In RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (Org.). *Ciência e Política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Equipe Clínico-Grupal. Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora Tecorá, 2002, p. 59.

_____. O medo na cidade. In PLASTINO, C. A. (Org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, p. 205.

_____. ...O medo na cidade do Rio de Janeiro. In VILHENA, J.; CASTRO, R. V. de; ZAMORA, M. H. *A cidade e as formas de viver*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005 p. 45.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

_____. O mesmo olhar positivista, *Boletim IBCCrim*. Edição Especial, outubro 2000, ano 8, n. 95, p. 8.

_____. O ouro e o outro. In PASSETTI, E.; OLIVEIRA, S. (Org.). *A tolerância e o intempestivo*. São Paulo: Ateliê, 2005, p. 151.

_____. O realismo marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo. In MELLO, M. P. de (Org.). *Sociologia e Direito: explorando as interseções*, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito - Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 135.

_____. O tribunal de drogas e o tigre de papel. In *Revista Cidadania e Justiça*. Associação dos Magistrados Brasileiros, 2. semestre. 2002, ano 5, n. 12, p. 189.

_____. *Segurança pública, direitos humanos e violência: entrevista com FORTES, R.* (Org.), Rio de Janeiro: Multifoco, 2008, p.107.

_____. Sistema penal na periferia do neoliberalismo. *In Polêmica: as nossas certezas são sempre provisórias*, abril/maio/junho, n. 9. *In* <http://www2.uerj.br/~labore/polemica_9.htm>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. Você tem medo de quê? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, março/abril. 2005, ano 13, n. 53, p. 367.

_____. Violência, cidadania e direitos humanos. *In Thoth*, informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento, Brasília, maio/junho/julho/agosto. 1998, n. 5, p. 127.

BATISTA, V. M.; DUMANS, A. M. A estrela da morte. *Jornal do Brasil*, 25 dezembro 2002. *In* <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/opiniao/2002/12/24/joropi20021224003.html>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. *In* coleção arte e comunicação, n. 54. 2. ed. Portugal: Edições 70, s/data.

_____. *O sistema dos objetos*. *In* coleção debates, v. 70. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. *Telemorfose*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BAUMAN, Z. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1998.

BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2008.

BECKETT, S. *Esperando Godot*. *In* coleção prosa do mundo, n. 19. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. *O despovoador; Mal visto mal dito*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BENJAMIN, W. Para a crítica da violência. *In Escritos sobre mito e linguagem*. *In* coleção espírito crítico. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2013.

BENTHAM, J. *Teoria das penas legais*. Campinas: Bookseller, 2002.

BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. *In* biblioteca do pensamento moderno. 4. ed. 2. tir. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BERISTAIN, A. *Nova criminologia à luz do Direito Penal e da vitimologia*. Brasília: UNB, 2000.

BIRMAN, J. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
 _____. *Cadernos sobre o mal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

BITENCOURT, C. R. *Tratado de direito penal: parte geral*, v. I. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BLIKSTEIN, I. *Técnicas de comunicação escrita*. In série princípios. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BLOCH, M. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLUMER, H. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Los Angeles-London: 1998.

BLUMSTEIN, A.; COHEN, J. A theory of the stability of punishment. *Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 64, issue 2, article 7, 1973.

BLUMSTEIN, A.; COHEN, J.; NAGIN, D. The dynamics of a homeostatic punishment process. *Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 67, issue 3, article 5, 1976.

BOCAYUVA, H. *Sexualidade e gênero no imaginário brasileiro: metáforas do biopoder*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BOFF, L. A violência contra os oprimidos: seis tipos de análise. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, p. 104.

_____. Equívocos conceituais no governo do PT.
 In <<http://leonardoboff.wordpress.com/2013/07/13/equivocos-conceptuais-no-governo-do-pt/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

BON, G. Le. *Psicologia das multidões*. In coleção tópicos. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2008.

BONAVIDES, P. *Ciência política*. 10. ed. 9. ti. São Paulo: Malheiros, 2000.

BONESANA, C. *Dos delitos e das penas*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BORGES, W. C. *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. 1. reimpressão. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, R. *As figuras de linguagem*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

BRECHT, B. Pequeno órgãoon para o teatro. *In Estudos sobre teatro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. *Sobre a violência*.

BRETAS, M. L. O informal no formal: a justiça nas delegacias cariocas da República Velha. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2 semestre 1996, ano 1, n. 2, p. 213.

BRUNO, A. *Direito penal: parte geral*, v. I, t. 1. Rio de Janeiro: Forense, sem data.

BURGESS, A. *Laranja mecânica*. 1. ed. 16. re. São Paulo: ALEPH, 2014.

BURKE, P. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

BUTTON, J. W. *Black violence: political impact of the 1960s Riot*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

CABRAL, J. M. D. *Os tipos de perigo e a pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CACCIAMALI, M. C. *Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade*. *In* <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/livros/file_529.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

CALAMANDREI, P. *Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1960.

_____. *Eles, os juízes, vistos por um advogado*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CÂMARA, J. L. F. P. da. A História e a história do direito penal. *In revista Datavenia*, Universidade do Estado da Paraíba, 2009.

CANETTI, E. *Massa e poder*. 2. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CARNELUTTI, F. *O delito*. Campinas: Péritas, 2002.

_____. *Teoria geral do direito*. 2. im. São Paulo: Lejus, 2000.

CARRARA, F. *Programa do curso de Direito Criminal: parte geral*, v. I. Campinas: LZN, 2002.

_____. *Reminiscencias de cátedra y foro*. Colômbia: Temis, 1988.

CARVALHO, J. M. de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. *In Pontos e bordados: escritos de história e política*. 2. re. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. Brasileiro: cidadão? *In Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1. ed. 2. re. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. 17. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 2. reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, S. de. *Antimanual de Criminologia*. 3. ed., Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2010.

_____. Escravidão e linchamentos. *In Antiblog de Criminologia: crime, desvio, controle e contraculturas*. *In* <<http://antiblogdecriminologia.blogspot.com.br/2014/03/escravidao-e-linchamentos.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CASARA, R. Convenções da ONU e leis internas sobre drogas: violações a normas fundamentais. *In Drogas: dos perigos da proibição à necessidade da legalização*. *In* <<http://www.youtube.com/watch?v=78vDG4IiXGY>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

CASTRO, F. A. das N. e. *Teoria das provas e suas aplicações aos atos civis*. Campinas: Servanda, 2000.

CASTRO, L. A. de. *Criminologia da libertação*. *In* coleção Pensamento Criminológico, n. 10, Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005.

CERQUEIRA, C. M. N. Política de segurança pública para um Estado de Direito Democrático chamado Brasil. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 1996, ano 1, n. 2, p. 191.

CERQUEIRA FILHO, G.; NEDER, G. Quando o eu é um outro. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 1996, ano 1, n. 2, p. 87.

CERQUEIRA, M. *A Constituição na história: origem e reforma: da revolução inglesa de 1640 à crise do leste europeu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 4. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. *Machado de Assis: historiador*. 1. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, p. 170.

CHAMON JUNIOR, L. A. *Do giro finalista ao funcionalismo penal: embates de perspectivas dogmáticas decadentes*. Porto Alegre: Safe, 2004.

CHARRIÈRE, H. *Papillon: o homem que fugiu do inferno*. 18. ed. São Paulo: Difel, 1986.

CHEPESIUK, R. *The war on drugs: an internacional encyclopedia*. Santa Bárbara, Califórnia, Denver, Colorado, Oxford e England: ABC-CLIO, 1999.

CHIOVENDA, G. *Instituições de direito processual civil*, v. I. 3. ed. Campinas: Bookseller, 2002.

CHRISTIE, N. Elementos de geografia penal. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 2002, ano 7, n. 11.

COHEN, S. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*. London/New York: Routledge Classics. 2011

_____. *Visions of social control: crime, punishment and classification*. s/ed. Cambridge/Malden: Polity, 2007

CONDE, F. M. *Edmund Mezger e o Direito Penal de seu tempo: estudos sobre o Direito Penal no Nacional-Socialismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CONDE, F. M.; HASSEMER, W. *Introdução à Criminologia*. Rio de Janeiro, 2008.

CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. *História do corpo*. 2. ed. 3. vv. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORDEIRO, J. C. D. *Psiquiatria forense: a pessoa como sujeito ético em Medicina e em Direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003.

COSTA, J. F. de F. *O perigo em Direito Penal*. Coimbra: Coimbra, 2000.

COSTA, J. F. *Ética e espelho da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *O ponto de vista do outro: figuras da ética na ficção de Graham Greene e Phillip K. Dick*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *O risco de cada um: e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. *Violência e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

COSTA, Y. M. R. M. da. *O significado ideológico do sistema punitivo brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. 4. ed. 2. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COULDRY, N. Reality TV, ou o teatro secreto do neoliberalismo. In COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, E. G. Gramsci: a comunicação como política. In COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, J.; CARVALHO, E. Teoria das janelas quebradas: e se a pedra vem de dentro? In *Revista de Estudos Criminais*, ano 3, 2003, n. 11, Edição Oficial do !TEC, Rio Grande do Sul: Notadez/PUCRS/!TEC.

CROCE, D.; CROCE JÚNIOR, D. *Erro médico e o direito*. 1. ed. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.

CROWLEY, T. *The politics of language in Ireland: 1366-1922: sourcebook*. 1th ed. U. S. A.-Canadá: Routledge, 2000.

CRUTCHFIELD, R. D.; BRIDGES, G. S.; PITCHFORD, S. R. Analytica and Aggregation Biases in Analyses of Imprisonment: Reconciling discrepancies in the Studies of Racial Disparity. *Journal of Research in Crime and delinquency*, v. 31, n. 2, may 1994.

CUNHA, E. da. *Os sertões: campanha de Canudos*. In obra completa, v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

DAL RI JÚNIOR, A. *O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DARMON, P. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. 9. re. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DELMAS-MARTY, M. *Os Grandes sistemas de política criminal*. São Paulo: Manole, 2004.

DELUMEAU, J. *A confissão e o perdão: a confissão católica - séculos XIII a XVIII*. São Paulo. Cia. das Letras, 1991.

_____. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. 4. re. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

DENZINGER, H. *Enchiridion symbolorum: definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*. 37. ed. Bilingue. Bologna: Dehoniane Bologna, 1995.

DIAS, J. de F.; ANDRADE, M. da C. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. 2. reimpressão. Coimbra: Coimbra, 1997.

_____. *O problema da consciência da ilicitude em Direito Penal*. 5. ed. Coimbra: Coimbra, 2000.

Dicionário de latim-português. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 2001.

DIETER, M. S. *Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013

_____. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil Imperial. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º e 2º semestres 2012, ano 17, ns. 19/20, pp. 613 a 647.

DONZIGER, S. R. (ed.). *The real war on crime: the report of the National Criminal Justice Commission*. New York: Harper Perennial, 1996.

DOUGLAS, M. *Purity and danger: an analysis of concept of pollution and taboo*. London/New York: Routledge Classics, 2002.

DRAGONETTI, C. *Udāna: la palabra de Buda*. New Jersey/Buenos Aires: 2002.

DRESCHER, S. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

DUARTE, É. O. R. *Teoria do discurso e correção normativa do direito: aproximação à metodologia discursiva do direito*. São Paulo: Landy, 2003.

DUMAS, A. A pós-modernidade no Direito Penal brasileiro. *In* Nilo Batista: a luta pelo Direito. Rio de Janeiro: Chronos, publicação da Unirio, 2007, ano 2, n. 4.

DUMONT, R. *Um mundo intolerável: o liberalismo em questão*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. *In* Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1978.

_____. *Da divisão do trabalho social*. *In* coleção tópicos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Lições de sociologia*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. *O suicídio*. *In* coleção obra-prima de cada autor. 1. reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2008.

DWORKIN, R. *Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIAS, N. *A solidão dos moribundos: seguido de “envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Introdução à sociologia*. Portugal: Edições 70, 2005.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ENGEL, M. G. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FABRICIUS, D. *Culpabilidade e seus fundamentos empíricos*. Curitiba: Juruá, 2006.

FACINA, A.; BATISTA, C. B. (Org.) *et alii. Tamborão: olhares sobre a criminalização do funk*. In coleção criminologia de cordel 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013

FARIA, M. P. B. R. de. *A adequação social da conduta no Direito Penal: ou o valor dos sentidos sociais na interpretação da lei penal*. In teses. Porto: PUC, 2005.

FAULKNER, W. *Enquanto agonizo*. In coleção L&PM pocket, v. 747. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FEELEY, M. M.; SIMON, J. The new penology: notes on the emerging strategy of corrections and its implications. In *Criminology*, v. 30, n. 4, nov. 1992, in <<http://scholarship.law.berkeley.edu/facpubs/718>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

FERRAJOLI, L. Criminalidad y globalización. In *Iter criminis*, Revista de Ciências Penais, n. 1, terceira época, México, 2005.

_____. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: RT, 2002.

FERRI, E. *Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime*. 2. ed. Campinas: Bookseller, 1998.

FEUERBACH, P. J. A. R. von. *Tratado de Derecho Penal común vigente en Alemania*. In colección criminalistas perennes, v. 1. Buenos Aires: Hammurabi, 1989.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. In coleção leituras filosóficas. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. *As palavras e as coisas*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. 5. re. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____. A vida dos homens infames. In MOTTA, M. B. da (Org.). *Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. In coleção ditos e escritos, v.IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

_____. *Ditos e escritos: arqueologia da ciência e história dos sistemas de pensamento*, v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Ditos e escritos: estratégia, poder, saber*, v. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política*, v. 5. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Em defesa da sociedade*. 4. ti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da loucura: na idade clássica*. In estudos. São Paulo: Perspectiva, n. 61, 2008.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*, v. I. 22. im. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

_____. *Isto não é um cachimbo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Os anormais*. In coleção tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *O poder psiquiátrico*. In coleção tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Resumo dos cursos do College de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOWLER, R. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. U. S. A.-Canada: Routledge, 2007.

FRAGOSO, H. C. *Lições de Direito Penal: parte geral*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. Observações sobre o princípio da reserva legal. In *Revista de Direito Penal*, n. 1, jan-mar/1971, e, também, em <http://www.fragoso.com.br/cgi-bin/helena_artigos/arquivo11.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. Provocação ou auxílio ao suicídio. In *Revista de Direito Penal*, ns. 11-12.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. 1. re. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANK, R. *Sobre la estructura del concepto de culpabilidad*. In coleção maestros del Derecho penal. 2. re. Montevideo: B de f, 2004, n. 1.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREUD, S. *Além do princípio de prazer; psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. In obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

_____. *Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)*. In obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*, n. 900. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

_____. *Nós dizemos não*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

_____. *Ser como eles*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GARAPON, A. *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GARFINKEL, H. Conditions of successful degradation ceremonies. In *American Journal of Sociology*. Chicago, mar. 1956, v. 61, n. 5

GARLAND, D. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 16. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2008.

GENELHÚ, R. A mentira tem pe(r)na curta? In RFDUERJ, v. 1, n. 18, 2010 e in <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1370/1219>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

_____. *O médico e o direito penal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. Política criminal em carne viva. In BATISTA, Nilo; KOSOVSKI, Ester (Orgs.). *Tributo a Louk Hulsman*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

GIAMBERARDINO, A. R. *Um modelo restaurativo de censura como limite ao discurso punitivo*. 2014. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da UFPR, Paraná, 2014

GIDE, A. *O tratado de Narciso (teoria do símbolo)*. São Paulo: Flumen, 1984.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, São Paulo, 2006.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. 1. ed. 1. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GIORGI, A. de. *A miséria governada através do sistema penal*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.

GIRARD, R. *A violência e o sagrado*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *O sacrifício*. São Paulo: Realizações, 2011.

GODWIN, W. *An enquiry concerning political justice, and its influence on general virtue and happiness*, v. II. London: G. G. J. and J. Robinson, Paternoster-Row, MDCCXCIII (1793)

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. In coleção sociologia. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013

_____. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. In coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 2007, n. 91.

_____. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOGH, V. van. *Cartas a Théo*. In coleção L&PM pocket, v. 21. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GOLDSCHMIDT, J. *La concepción normativa de la culpabilidad*. In coleção maestros del Derecho Penal, n. 7. 2. ed. Montevideu: B de f, 2002.

GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOMES, L. F. *A menor elegibilidade ("less eligibility") da prisão*. In <<http://jus.com.br/artigos/19887/a-menor-elegibilidade-less-eligibility-da-prisao>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

GOMES, L. F.; BIANCHINI, A. *O Direito Penal na era da globalização*. In série as ciências criminais no século XXI, v. 10. São Paulo: RT, 2002.

GOTTSCHED, J. C. *Die vernünftigen Tadlerinnen*. Hamburg: Conrad Rönig, 1748.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAY, J. P. *Why our drug laws have failed and what we can do about it: a judicial indictment of the war on drugs*. 2th ed. Philadelphia: Temple University Press, 2012

GRECO, L. F. Breves reflexões sobre os princípios da proteção de bens jurídicos e da subsidiariedade no Direito Penal. In BRITO, A. A. C. de; VANZOLINI, M. P. (Coords.). *Direito Penal: aspectos jurídicos controvertidos*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 150.

_____. *Cumplicidade através de ações neutras: a imputação objetiva na participação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

_____. *Um panorama da teoria da imputação objetiva*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GREENE, T. A. *Confessions of an extravert*. In *Quadrant: Journal of the C. G. Jung Foundation for Analytical Psychology, Jung Centennial Issue, in Celebration of the one hundredth anniversary of Jung's Birth: 1875-1961*, v. 8, winter 1975, n. 2, New York, pp. 21 a 32.

GROSNER, M. Q. *A seletividade do sistema penal na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: o trancamento da criminalização secundária por decisões em habeas corpus*. São Paulo: IBCCrim, 2008, n. 45.

GROSSI, J. G. Nilo Batista: advogado e abolicionista. In Nilo Batista: a luta pelo Direito. Rio de Janeiro: *Chronos*, publicação da Unirio, 2007, ano 2, n. 4.

GUASTINI, R. *Das fontes às normas*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

GUIMARÃES, C. A. G. *Funções da pena privativa de liberdade no sistema penal capitalista*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *Espaços de esperança*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *O novo imperialismo*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *Para entender O capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Para entender O capital: livros II e III*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

HASSEMER, W. *Direito Penal: fundamentos, estrutura, política*. Porto Alegre: Safe, 2008.

_____. *Direito Penal libertário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____. *Introdução aos fundamentos do Direito Penal*. Porto Alegre: Safe, 2005.

HEGEL, G. *Curso de estética: o belo na arte*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009

HERER, J. *The emperor wears no clothes*. 11th ed. Sem local: Pub Group West, sem data

HIRST, P. Q. Marx e Engels: sobre direito, crime e moralidade. In TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. (Orgs.). *Criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HOBBS, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. In clássicos Cambridge de Filosofia e Política. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 30. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

HOLLANDA, C. B. de. *Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Edições 34, 2003.

HUGHES, E. C. Dilemmas and contradictions of status. *The American Journal of Sociology*: University of Chicago Press, v. 50, n. 5, mar. 1945

HUGGINS, M. K.; HARITOS-FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. G. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006

HUGO, V. *Os miseráveis*. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014

HUIZINGA, J. *O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos países baixos*. São Paulo: Cosac Naify, s/data.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Rio de Janeiro: Luam, 1993

HUNGRIA, N. *Comentários ao Código Penal: artigos 1 a 27*, v. I. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949.

_____. O direito penal no Estado Novo. In *Revista Forense*. Rio de Janeiro, jan.-fev.-mar.-1941, v. 85.

IFRAH, G. *Os números: a história de uma grande invenção*. 11. ed. 8. re. São Paulo: Globo, 2010.

IRWIN, J. *The jail: managing the underclass in American society*. Berkeley: University of California Press, 1985.

JAKOBS, G. *Derecho Penal: parte general, fundamentos y teoría de la imputación*. 2. ed. Madri: Marcial Pons, 1997.

_____. *Fundamentos del derecho penal*. Buenos Aires: Ad-hoc, 1996.

_____. *Tratado de Direito Penal: teoria do injusto penal e culpabilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

JAKOBS, G.; MELIÁ, M. C. *Direito penal do inimigo*. Rio de Janeiro: Livraria do Advogado, 2008.

JEWKES, Y. *Media and crime: key approaches to criminology*. 2th ed. London/California/New Delhi/Singapore: SAGE, 2013.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University of Chicago Press. 1987.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. In obras completas de CG. Jung, v. IX/I. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. In coleção os pensadores. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1999

_____. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. In coleção multilíngues de Filosofia UNICAMP, série A, Kantiana I. 1. ed. 1. re. Campinas: Unicamp; Uberlândia: EDUFU, 2002.

KARAM, M. L. A esquerda punitiva. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1.

KELLING, G. L.; WILSON, J. Q. Broken Windows: the police and neighborhood safety. In *The Atlantic Monthly*, in <<http://www.theatlantic.com/magazine/print/1982/03/broken-windows/304465/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOCH, C. O ataque ao cérebro. In *Mente e cérebro*. São Paulo: Ediouro Duetto, nov. 2011, ano XIX, n. 226.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. In coleção texto e linguagem. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. In coleção caminhos da linguística. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. *Malleus maleficarum: o materlo das feiticeiras*. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999

LANGENFELD, F. S. von. *Cautio criminalis or A book on witch trials*. In coleção *studies in early modern german history*. 1th ed. Charlottesville/London: University of Virginia Press, 2003

LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

LARA, S. H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na américa portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LECLERC, H.; THÉOLLEYRE, J. *As mídias e a justiça: liberdade de imprensa e respeito ao Direito*. São Paulo: EDUSC, 2007.

LEDER, H. Questão de gosto. In *Mente e cérebro*, ano XIX, n. 227, São Paulo: Ediouro Duetto, dezembro de 2011.

LEMERT, E. *Social pathology: a systematic approach to the theory of sociopathic behavior*. New York-Toronto-London: McGraw-Hill Book Company, 1951.

LEMGRUBER, J. Controle da criminalidade: mitos e fatos. In *Think tank*. São Paulo: 2001. In <http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/06/Controle-da-criminalidade_mitos-e-fatos.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

LEMOES, C. *Não se esqueçam dos 19*. In <<http://cleciolemos.blogspot.com.br/2012/02/nao-se-esquecam-dos-19.html>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

LERRER, D. F. *De como a mídia fabrica e impõe uma imagem: “a degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LICHTER, S. R.; LICHTER, L. S. 1992 - The Year in Review: TV's leading news topics, reporters, and political jokes. In *Media Monitor*, v. VII, n. 1. Washington: Center for Media and Public Affairs, jan. 1993.

_____. 1993 - The Year in Review: TV's leading news topics, reporters, and political jokes. In *Media Monitor*, v. VIII, n. 1. Washington: Center for Media and Public Affairs, jan-feb. 1994.

LISPECTOR, C. *Água viva*. 1. ed. São Paulo: Rocco, 1998.

LISZT, F. von. *A teoria finalista no Direito Penal*. Campinas: LZN, 2005.

_____. *La idea del fin en el Derecho Penal*. In monografias jurídicas n. 40. Colômbia: Temis, 1998.

LOBATO, M. Caçadas de Pedrinho. In _____. *Obras completas*, v. 2. s/ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *Fábulas: os animais e a peste*, v. 4. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *Fábulas: o burro juiz*, v. 4. s/ed. São Paulo: Brasiliense, 1970

LOCKE, J. *Cartas sobre tolerância*. In coleção fundamentos de direito. São Paulo: Ícone, 2004.

_____. *Segundo tratado sobre o governo civil*. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

LOPES JUNIOR, A. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*, v. I. 5. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2010.

_____. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*, v. II. 3. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2010.

LÓPEZ, I. H. *Dog whistle politics: how coded racial appeals have reinvented racism and wrecked the middle class*. 1th ed. New York: Oxford University Press, 2014.

LUFT, C. P. *A vírgula: considerações sobre o seu ensino e o seu emprego*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1996.

LUISI, L. *Os princípios constitucionais penais*. 2. ed. Porto Alegre: Safe, 2003.

LUHMANN, N. *Sociologia do direito*, v. I. In coleção biblioteca tempo universitário, n. 75. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. *Sociologia do direito*, v. II. In coleção biblioteca tempo universitário, n. 80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, *passim*.

MAÍLLO, A. S. *Introdução à criminologia*. 1. ed. São Paulo: RT, 2008.

MALINOWSKI, B. *Crime e costume na sociedade selvagem*. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2008

MARAT, J. *Plano de legislação criminal*. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MARTIN, L. G. *Prolegômenos para a luta pela modernização e expansão do Direito Penal e para a crítica do discurso de resistência*. Porto Alegre: Safe, 2005.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. In coleção Marx-Engels. 1. ed. 1. re. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Teoria da mais-valia: os fisiocratas*. In coleção bases. 5. ed. São Paulo: Global, 1978.

_____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de O capital)*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 2. ed. 2 ti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- MATHIESEN, T. *The politics of abolition revisited*. U. S. A.-Canadá: 2014.
- _____. *Prison on trial: a critical assessment*. London-Newbury Park-New Delhi, 1990.
- MATZA, D. *Becoming deviant*. New Brunswick-London: Transaction Publishers, 2010.
- MATZA, D.; SYKES, G. *La delinquenza giovanile: teorie ed analisi*. In *i classici di sociologia*. Roma: Armando Editore, 2010.
- MAUSS, M.; HUBERT, H. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- McCLEERY, R. *The strange journey: a demonstration project in adult education in prison*. University of North Carolina Press, *bulletin*, v. 32, n. 4.
- McLUHAN, H. M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- McQUAIL, D. *Teorias da comunicação de massa*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- MAZZILLI NETO, R. *Os caminhos do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MEAD, G. H. *Espíritu, persona y sociead: desde el punto de vista del conductismo social*. 1. ed. 4 re. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 2010.
- _____. *Essays in social psychology*. New Brunswick/London: Transaction Publishers. 2011.
- _____. *On social psychology*. In *The Heritage of Sociology: a series edited by Morris Janowitz*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2014.
- _____. *Selected writings: George Herbert Mead*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2014.
- MEIRA, S. A. B. *A lei das XII tábuas: fonte do direito público e privado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- MELLO, C. A. B. de. *Curso de direito administrativo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- MELOSSI, D.; PAVARINI, M. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*. In *coleção Pensamento Criminológico*, n. 11. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.
- MENDONÇA, K. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
- MENEGAT, M. *Civilização em excesso*. In *Síntese*, Revista de Filosofia. Belo Horizonte, n. 90, v. 28. 2001.

_____. *Estudos sobre ruínas*. In coleção pensamento criminológico, n. 18. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.

_____. *O olho da barbárie*. In coleção trabalho e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENESES, T. B. de. Fundamentos do direito de punir. In *Revista dos Tribunais*. São Paulo, mai. 1996, ano 85, v. 727.

MERTON, R. K.; LAZARSFELD, P. F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In ADORNO, T. *Teoria da cultura de massa*. 7. ed. 1. re. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MEZGER, E. *Criminología*. In serie c. - grandes tratados generales de Derecho Privado y Publico, v. XXI. 2. ed. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1950.

MIR, L. Guerra civil: estado e trauma. 1. ed. São Paulo: Geração, 2004.

MISSE, M. (Org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MITTERMAIER, K. J. A. *Tratado da prova em matéria criminal ou exposição comparada dos princípios da prova em matéria criminal, etc., de suas diversas aplicações na Alemanha, França, Inglaterra etc.* 2. tiragem. Campinas: Bookseller, 1997.

MLODINOW, L. *O andar do bêbado: como o acaso determina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MOCCIA, S. *La perenne emergenza: tendenze autoritarie nel sistema penale*. 2. ed. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1997.

MOLES, A. A. Doutrinas sobre a comunicação de massa. In ADORNO, Theodor et alii. *Teoria da cultura de massa*. 7. ed. 1. re. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MOLINA, A. G. de; GOMES, L. F. *Criminologia*. In GOMES, L. F.; CUNHA, R. S. (Coords.). In coleção ciências criminais, v. 5. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MOMMSEN, T. *Derecho Penal romano*. 2. ed. Colômbia: Temis, 1999.

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MUCHEMBLED, R. *Uma história do diabo: séculos XII a XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

MÜLLER, A.; LACERDA, R.; PANDOLFI, R. Os verdadeiros donos do mundo. *In Superinteressante*. São Paulo: Editora Abril, dez. 2014, ano 27, n° 341.

NAZARIO, L. *Autos-de-fé como espetáculos de massa*. In coleção histórias da intolerância: inquisição e marranismo, v. 2. 1. ed. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

NEDER, G. Absolutismo e punição. *In Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, p. 199.

_____. (Org.). *História e Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 4. 2. edição. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2007.

_____. *Violência e cidadania*. Porto Alegre: Safe, 1994.

NEDER, G.; CERQUEIRA FILHO, G. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEPOMUCENO, A. *Além da lei: a face obscura da sentença penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

NEVES, A. C. *A crise actual da Filosofia do Direito no contexto da crise global da filosofia: tópicos para a possibilidade de uma reflexiva reabilitação*. In *studia iuridica*. Boletim da Faculdade de Direito, n. 72. Coimbra: Coimbra, 2003.

NEVES, L. M. B. P. das. *Corcundas e constitucionais: a cultura da política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Ecce homo: de como a gente se torna o que a gente é*. In L&PM clássicos. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 19, prólogo, item 3.

_____. *Ecce homo: como se chega a ser o que se é*. In coleção textos clássicos de Filosofia. Covilhã, 2008, p. 8, prefácio, item 3, disponível em <http://www.lusosofia.net/textos/nietzsche_friedrich_ecce_homo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. In Biblioteca Básica de Ciências Sociais, série 1ª, Estudos Brasileiros, v. 9. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOGUEIRA, S.; GARATTONI, B. Cérebro pode ser controlado durante o sono. *In Superinteressante*. São Paulo: Editora Abril, dez. 2014, ano 27, n° 341.

OLMO, R. del. *A América Latina e sua criminologia*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 9. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004.

ORDEIG, E. G. *Conceito e método da ciência no Direito Penal*. In série as ciências criminais no século XXI, v. 9. São Paulo: RT, 2002.

ORWELL, G. *A revolução dos bichos*. 1. ed. 19. re. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

OSORIO, R. G. *O sistema classificatório de 'cor ou raça' do IBGE*. Texto para discussão n. 996. Brasília, nov. 2003, p. 23. In <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

PAGANO, F. M. *Principios del Código Penal*. In colección criminalistas perennes, v. 4. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

PASSETTI, E. (Coord). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

PAVARINI, M. O instrutivo caso italiano. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 1996, ano 1, n. 2, p. 69.

_____. Punir mais só piora crime e agrava a insegurança. *Folha de São Paulo*, São Paulo, segunda-feira, 31 ago. 2009. Entrevista concedida a Mario Cesar Carvalho in <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3108200916.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

PETIT, E. *Tratado Elementar de Direito Romano*. Campinas: Russell, 2003.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, J. *O ruído e outras inutilidades: ensaios de comunicação e semiótica*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PINTO, J.; SERELLE, M. (Orgs.). *Interações midiáticas*. In coleção comunicação e cultura, n. 7. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PIRANDELLO, L. *Assim é (se lhe parece)*. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

_____. *Seis personagens à procura de autor: comédia a ser criada*. In coleção os grandes dramaturgos, v. 4. 1. ed. São Paulo: 2004.

PIRES-DE-MELLO, J. G. *Figuras de estilo*. 2 ed. São Paulo: Rideel; Brasília: UNICEUB, 2001.

PLEBE, A.; EMANUELE, P. *Manual de retórica*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

POCHMANN, M. *O país dos desiguais*. Le Monde Diplomatique Brasil, editorial 84, Economia, 06 out. 2007, in <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30>.

POPPER, K. R. *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade*. In coleção Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1996.

PRADO, M. E. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil (1870/1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PRANDO, C. C. de M. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

RADBRUCH, G. *Filosofia do direito*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Introducción a la filosofía del derecho*. In Breviarios del Fondo de Cultura Económica, in *Filosofía del derecho*, 42. 1. ed. 1. re. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, s/data.

RÁO, V. *O direito e a vida dos direitos*. 5. ed. São Paulo: RT, 1999.

RASPE, R. E.; BÜRGER, G. A. *As aventuras do barão de Münchhausen*. São Paulo: Círculo do Livro, s/data.

RAUTER, C. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 8. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

REICH, W. *Escute, Zé-ninguém!* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REINER, R. *A política da polícia*. In polícia e sociedade, v. 11. São Paulo: Edusp, 2004.

REIS, C. F. B.; GUIMARÃES, R. O. *Estrutura ocupacional e distribuição de renda no Brasil entre 2004 e 2006*. In <<http://criticaeconomica.wordpress.com/2009/03/31/estrutura-ocupacional-e-distribuicao-de-renda-no-brasil-entre-2004-e-2006/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

RIBEIRO, B. G. *O índio na cultura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

RIMBAUD, J. *Uma temporada no inferno*. Ed. Bilíngue. Porto Alegre: L&PM, 2011.

RIPOLLÉS, J. L. D. *A racionalidade das leis penais: teoria e prática*. São Paulo: RT, 2005.

RODRIGUES, J. C. *O corpo na história*. In antropologia e saúde, n. 3. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ROSA, J. G. A hora e a vez de Augusto Matraga. In _____, *Sagarana*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

ROTTERDAM, E. de. *Elogio da loucura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROXIN, C. *Derecho Penal: parte general, fundamentos, la estructura de la teoria del delito*, t. I. 2. re. Madrid: Civitas, 2003.

_____. *Problemas fundamentais de direito penal*. 3. ed. Portugal: Vega, 2004.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição e estrutura social*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 3. 2. ed., Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004.

RUSSEL, B. *Por que não sou cristão*. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SÁ, D. B. G. da S. Ayahuasca: a consciência da expansão. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre 1996, ano 1, n. 2.

SABADELL, A. L. *Tormenta juris permissione: tortura e processo penal na península ibérica (séculos XVI – XVIII)*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 13. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.

SÁNCHEZ, J. *A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. In série as ciências criminais no século XXI, v. 11. São Paulo: RT, 2002.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANFORD, J. A. *Mal: o lado sombrio da realidade*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTANA, S. P. de. *A culpa temerária: contributo para uma construção no direito penal brasileiro*. São Paulo: RT, 2005.

SANTIANO, S. Retórica da verossimilhança. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1.

SANTOS, J. R. dos. A lição de Péricles. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 2º semestre de 1996, ano 1, n. 2, p. 228.

SANTOS, J. C. dos. *A moderna teoria do fato punível*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

_____. *Direito Penal: parte geral*. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2006.

_____. *O direito penal do inimigo ou o discurso do direito penal desigual*. In <<http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/Direito%20penal%20do%20inimigo.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. *Privatizações de presídios*. In <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/privatizacoes_presidios.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 7. re. São Paulo: EDUSP, 2012.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCARPARO, H. *Cidadãs brasileiras: o cotidiano de mulheres trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Revan, 1986.

SCHMITT, C. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 7. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SILVA, Â. R. I. da. *Dos crimes de perigo abstrato em face da Constituição*. São Paulo: RT, 2003.

SILVA, J. M. da. Imaginários bárbaros, da obsessão pelo controle ao controle remoto. In COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

SIMÕES, R. G. Jovens gradeados. *Jornal A Gazeta*, Espírito Santo, p. 17, 23 abr. 2013.

SODRÉ, M. *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira*. In coleção vozes do mundo moderno 4. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

SODRÉ, M.; PAIVA, R. *O império do grotesco*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOUZA, A. de. *A persuasão*. In série estudos em comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2001.

SOUZA, M. A. A. de. Uso do território e sistema de justiça do Brasil. In BATISTA, Vera Malaguti (Org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

STEIN, F. *El conocimiento privado del juez*. 2. ed. Colômbia: Temis, 1999.

SZASZ, T. S. *O mito da doença mental: fundamentos de uma teoria da conduta pessoal*. São Paulo: Círculo do Livro, sem data.

TARDE, G. de. *A opinião e a multidão*. In biblioteca universitária, v. 60. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.

_____. *As leis da imitação*. Porto: Rés, s/data.

_____. *As leis sociais: um esboço de sociologia*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

_____. *La criminalité comparée*. 8. ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1924.

TAVARES, J. *Direito Penal da negligência: uma contribuição à teoria do crime culposos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

_____. Menores infratores merecem mais ECA [ECriAd] e menos Código Penal, diz Juarez Tavares. In <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=112695&utm_source=agencia&utm_medium=email&utm_campaign=pushsco>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. *Teoria do crime culposos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. *Teoria do injusto penal*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

_____. *Teoria dos crimes omissivos*. 1. ed. Madrid: Marcial Pons, 2012.

_____. *Teorías del delito: variaciones – tendencias*. In coleção negra, n. 2. Buenos Aires: Hammurabi, s/data.

TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. Criminologia crítica na Inglaterra: retrospecto e perspectiva. In TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. (Orgs.). *Criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

TELLES JUNIOR, G. *A criação do Direito*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

THOMAS, W. I.; THOMAS, D. S. *The child in America: behavior problems and programs*. New York: Alfred A. Knopf, 1928.

TOURINHO FILHO, F. da C. *Código de processo penal comentado*, v. I. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TORRES, R. L. *O direito ao mínimo existencial*. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

VIANA, T. *Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de lção do poder na sociedade de controle*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VILLEY, M. *O Direito e os direitos humanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WACQUANT, L. A aberração carcerária à moda francesa. In *Dados (online)*, v. 47, n. 2, Rio de Janeiro, 2004, p. 4. In <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000200001>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. In *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, fev. 2012, Curitiba. In <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782012000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. In *Revista de Sociologia e Política*, n. 13, Curitiba, nov. 1999. In <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. Forjando o Estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In BATISTA, Vera Malaguti (Org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. (Org.). *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *Parias urbanos: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. 2. reimpressão. Buenos Aires: Manantial, 2007.

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva)*. In coleção Pensamento Criminológico. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan/Icc, 2007, n. 6.

WALTER, G. *Libre apreciación de la prueba: investigación acerca del significado, las condiciones y límites del libre convencimiento judicial*. Colômbia: Temis, 1985.

WHITE, R. K.; WRIGHT, B. A.; DEMBO, T. Studies in adjustment to visible injuries: evaluation of curiosity by the injured. In *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, jan. 1948, v. 43, issue 1.

WILDE, O. A alma do homem sob o socialismo. In *Obra completa*, v. único. 1. ed. 6. re. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.

WILLIAMS, V. L. *Dictionary of american penology*. Connecticut/London: Greenwood Press, s/data.

WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 406 e seguintes.

_____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1983.

_____. *Privação e delinquência*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. In biblioteca de filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, sem data.

_____. *Investigações filosóficas*. In coleção os pensadores. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

UNAMUNO, M. de. *São Manuel Bueno, mártir*. São Paulo: All Print, 2014.

VASCONCELLOS, G. F. *O príncipe da moeda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1997

VAUGELAS, C. F. de. *Remarques sur la langue françoise, tome premier*. Versailles: Cerf et Fils; Paris: J. Baudry, 1880

VIEHWEG, T. *Tópica e jurisprudência: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos*. 5. ed. Porto Alegre: SAE, 2008

XAVIER, D. Drogas e proteção à saúde. In *Drogas: dos perigos da proibição à necessidade de legalidade*. In <<http://www.youtube.com/watch?v=pTQR1kwsXCg>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

YOUNG, J. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 7. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

_____. Criminologia da classe trabalhadora. In TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock (Orgs.). *Criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980

ZACCONE, O. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, E. R. *A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar*. In BIANCHINI, A.; GOMES, L. F. (Coords.). *In coleção saberes críticos*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Apuntes sobre el pensamiento penal en el tiempo*. In coleção claves del Derecho Penal, v. 11. Buenos Aires: Hammurabi, 2007.

_____. *A questão criminal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. *Crime organizado: uma categorização frustrada*. In *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, 1º semestre 1996, ano 1, n. 1, p. 56.

_____. Delinquência urbana e vitimização das vítimas. In ABRAMOVAY, P. V.; BATISTA, V. M. (Orgs.). *Depois do grande encarceramento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

_____. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. Guerra às drogas e letalidade do sistema penal. In *Drogas: dos perigos da proibição à necessidade da legalização*. In <<http://www.youtube.com/watch?v=YMjz6Goson0>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. *O inimigo no Direito Penal*. In coleção Pensamento Criminológico, n. 14. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2007.

ZAFFARONI, E. R.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A.. *Derecho Penal: parte general*. 2. ed. 1. reimpressão. Buenos Aires: Ediar, 2002.

ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Direito Penal brasileiro: teoria geral do Direito Penal*, v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Direito Penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade*, v. II, I. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. *Manual de direito penal: parte geral*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Tratado de Derecho Penal: parte general*, vv. I a V. 4. reimpressão. Buenos Aires: Ediar, 2006.

ZIMBARDO, P. *O efeito Lúcifer: como pessoas boas se tornam más*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2013.

ŽIŽEK, S. *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *La subjectivité à venir: essais critiques*. Paris: Flammarion, 2006.

_____. *Le sujet qui fâche: le centre absent de l'ontologie politique*. In collection l'atelier des idées. 1. ed. France: Flammarion, 2007.

_____. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. *On belief: thinking in action*. London/New York: Routledge, 2001.

_____. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. 3. re. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *The indivisible remainder: on Schelling and related matters*. London/New York: Verso, 2007.

_____. *The plague of fantasies*. London/New York. Verso, 1997.